

UNIVERSIDADE DE LISBOA
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM MIGRAÇÕES

Mobilidade Intra-Europeia e Estado-Providência: A proteção social nas aspirações e trajetórias dos migrantes portugueses

Bruno Ricardo Delgado Machado

Orientador(es): Prof.^a Doutora Maria Lucinda Cruz dos Santos Fonseca
Prof.^a Doutora Jennifer Leigh McGarrigle Montezuma de Carvalho

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de doutor no ramo de Geografia, especialidade de Geografia Humana

2020

UNIVERSIDADE DE LISBOA
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território



PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM MIGRAÇÕES

Mobilidade Intra-Europeia e Estado-Providência: A proteção social nas aspirações e trajetórias dos migrantes portugueses

Bruno Ricardo Delgado Machado

Orientador(es): Prof.^a Doutora Maria Lucinda Cruz dos Santos Fonseca
Prof.^a Doutora Jennifer Leigh McGarrigle Montezuma de Carvalho

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de doutor no ramo de Geografia, especialidade de Geografia Humana

Júri:

Presidente: Doutor José Manuel Henriques Simões, Professor Catedrático e Presidente do Conselho Científico do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Doutora Maria de Fátima Grilo Velez de Castro, Professora Auxiliar
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- Doutora Maria João de Oliveira Antunes Barroso Hortas, Professora Adjunta
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa
- Doutor João Alfredo dos Reis Peixoto, Professor Catedrático
Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa
- Doutora Maria Lucinda Cruz dos Santos Fonseca, Professora Catedrática
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, orientadora
- Doutora Alina Isabel Pereira Esteves, Professora Auxiliar
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO	vii
ABSTRACT	ix
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 2 - A RECENTE EMIGRAÇÃO PORTUGUESA E OS CASOS DE FRANÇA E REINO UNIDO: EXPLORANDO AS PERCEÇÕES, VELHOS E NOVOS MITOS	13
2.1 Uma breve incursão pelas trajetórias de e para Portugal: o “silêncio analítico” em torno do estudo da emigração	15
2.2. Percepções acerca da emigração portuguesa recente: questionando velhos e novos mitos.....	18
2.3. Emigração portuguesa recente	23
2.4. Emigração portuguesa para França.....	29
2.5. Emigração portuguesa para o Reino Unido	35
CAPÍTULO 3 - ESTADO-PROVIDÊNCIA	41
3.1 Principais fundamentos	43
3.2 Origem e evolução do Estado-Providência.....	49
3.3 Estado-Providência em Portugal.....	64
3.4 Estado-Providência em França	80
3.5 Estado-Providência no Reino Unido.....	98
CAPÍTULO 4 - MIGRAÇÕES E ESTADO-PROVIDÊNCIA	121
4.1 Um olhar interdisciplinar no estudo das Migrações	123
4.2 A importância de uma análise ao nível micro no estudo das Migrações	130
4.3 O “peso” dos países de destino ao nível analítico no contexto europeu.....	136
4.4 Emergência de uma análise contemplativa dos países de origem.....	159
4.5 As mais recentes abordagens: inclusão de perspetivas “entre lugares” e diferentes estratégias no que se refere à proteção social	164
4.6 Europa “fortaleza” ou “permeabilidade selectiva”? O papel do Estado-Providência enquanto forma de “fronteira” no contexto das migrações	166
4.7 Aspirações, motivações e percepções no contexto das Migrações	170
4.8 Estratégias e trajetórias na interação entre as Migrações e a Proteção Social	177
CAPÍTULO 5 - ASPETOS METODOLÓGICOS	185
5.1 Questão de partida, questões subsidiárias e objectivos.....	188
5.2 Metodologia: o “olhar” por detrás da investigação.....	190
5.3 Entrevista enquanto “processo”: principais conceitos e a sua importância para a investigação	193
5.4 Posicionamento do investigador	196
5.5 Técnicas de entrevista	201
5.6 Métodos aplicados	201
5.7 Caracterização da amostra	204
5.8 Condução do trabalho de campo.....	208
5.9 Análise da informação	209
CAPÍTULO 6 - ASPIRAÇÕES, PERCEÇÕES E MOTIVAÇÕES.....	217
6.1 Introdução	219
6.2 Razões para a emigração nas décadas de 1960 e 1970: motivações variadas num contexto comum	220
6.2.1 Dois destinos díspares face a um mesmo “cinzentismo” económico, político e social	222
6.2.2 Pioneirismo feminino num contexto improvável.....	224
6.2.3 França e Reino Unido: motivações e redes comuns, desafios díspares	225
6.2.4 O papel da distância, origem e possibilidade de regresso na decisão de migrar	227
6.2.5 O papel da proteção social na decisão de migrar: o inquestionável peso da sua vertente informal	233
6.3 Diversificação e continuidade: as aspirações, motivações e percepções na emigração recente	236
6.3.1 Para além da “crise”: outras motivações por detrás das recentes migrações e a ausência do papel da proteção social formal.....	236
6.3.2 Diferentes fases de vida: das motivações iniciais à situação atual	239

6.3.3 A “velha” emigração para França refletida no presente: O peso do setor da construção civil	241
6.3.4 Influência do núcleo familiar, fatores culturais e das experiências ao nível da educação na decisão de migrar	244
6.3.5 Proteção social formal aliada a outros fatores que moldam a decisão de migrar	251
6.3.6 O papel da procura de posições no mercado de trabalho congruentes com os níveis de habilitações e o caso dos enfermeiros portugueses no Reino Unido	254
6.3.7 Transições “yo-yo”, imprevisibilidade e não-linearidade.....	258
6.3.8 O papel dos relacionamentos amorosos e domínio da língua falada no país de destino nas decisões de migrar dentro de uma Europa “encolhida”	262
6.4 Síntese conclusiva.....	267
CAPÍTULO 7 - ESTRATÉGIAS E TRAJETÓRIAS	271
7.1 Introdução	273
7.2 Lidando com a proteção social: Orgulho, (des)identificação e labirintos burocráticos.....	274
7.3 Proteção Social e as diferentes fases da vida: o setor da educação e a parentalidade	289
7.4 Escala local e estratégias formais e informais “entre-lugares”: para além da conceção de <i>uma</i> “comunidade portuguesa”	298
7.5 A centralidade do setor da saúde: Estratégias diversificadas.....	304
7.5.1 A singularidade do setor da saúde francês num quadro de convergência no contexto intra-europeu	311
7.5.2 O acesso à saúde “entre-lugares”	314
7.5.3 Visões “cristalizadas” em relação ao setor da saúde português.....	324
7.6 A importância do apoio familiar nas estratégias e trajetórias desenvolvidas	326
7.7 Pensões de reforma: Perceções, experiências e diferentes arranjos.....	329
7.8 Regressar ao país de origem: complexidades em torno do processo de decisão	337
7.9 Síntese conclusiva.....	339
CAPÍTULO 8 - CONCLUSÕES.....	341
REFERÊNCIAS	357
ANEXOS	377
Guião para Entrevistas Semiestruturadas.....	379
Versão a aplicar aos Migrantes	379
Guião para Entrevistas Semiestruturadas.....	390
Versão a aplicar aos Migrantes Regressados	390

ÍNDICE DE FIGURAS

Gráfico 1. Entradas de portugueses, principais países de destino da emigração, 2017 ou último ano disponível.....	24
Gráfico 2. Estimativas das saídas totais de emigrantes portugueses, 2001-2017.....	25
Gráfico 3. Estimativa dos saldos migratórios dos movimentos permanentes, 2000-2017.	26
Gráfico 4. Principais indicadores da emigração portuguesa: residentes nascidos em Portugal, 2017 ou último ano disponível.....	27
Gráfico 5. Emigrantes nascidos em Portugal regressados entre 2001 e 2011.	29
Gráfico 6. Nascidos em Portugal residentes em França, 2005-2018.....	31
Gráfico 7. Residentes em França por país de nascimento, 2018.	32
Gráfico 8. Entradas de portugueses em França, 2012-2016.	33
Gráfico 9. Entradas de Portugueses no Reino Unido, 2000-2017.	35
Gráfico 10. Nascidos em Portugal residentes no Reino Unido, 2000-2018.	37
Gráfico 11. Residentes nascidos na União Europeia, por país de nascimento, no Reino Unido, 2018.....	38

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Descrição dos Perfis definidos no que diz respeito à amostra.	205
Tabela 2. Caracterização da amostra – indivíduos portugueses que residem em França.	207
Tabela 3. Caracterização da amostra – indivíduos portugueses que regressaram de França.	207
Tabela 4. Caracterização da amostra – indivíduos portugueses que residem no Reino Unido.	207
Tabela 5. Caracterização da amostra – indivíduos portugueses que regressaram do Reino Unido.....	208
Tabela 6. Nós e sub-nós criados respeitantes ao software NVivo, pelas diferentes equipas que integram o projeto Mobile Welfare, seguidos na codificação das transcrições das entrevistas realizadas no âmbito do trabalho que aqui se apresenta.	211

AGRADECIMENTOS

Ao longo destes quatro anos prometi que as últimas linhas que escreveria no contexto da tese de Doutoramento diriam respeito aos agradecimentos. Chegar aí significaria ter conseguido atingir esse objetivo. Foi um caminho árduo em que o apoio daqueles que estiveram presentes fez toda a diferença, a quem devo aqui expressar a minha gratidão.

Num âmbito geral, agradeço a oportunidade de ter participado no projeto Mobile Welfare. Através do mesmo foi possível conhecer diferentes perspetivas, desenvolver experiências enriquecedoras e participar em contextos interdisciplinares que muito contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e académico. Agradeço a todos os membros das diferentes equipas que integraram o projeto e em particular todos os contributos para esta tese de Doutoramento durante as várias reuniões, encontros e conferências.

No que se refere especificamente a este trabalho, agradeço primeiramente às minhas Orientadoras, Professora Doutora Maria Lucinda Fonseca e Professora Doutora Jennifer McGarrigle. Foram incansáveis em todo o apoio prestado ao longo destes últimos anos, sempre disponíveis, prestáveis e motivadoras, procurando sempre que conseguisse alcançar os meus objetivos. Agradeço as constantes sugestões e presença contínua na condução desta tese. Sem esta preciosa ajuda este trabalho não teria sido possível.

A Jared Larson e Sónia Pereira não só pelo trabalho conjunto desenvolvido no âmbito do projeto Mobile Welfare mas também pelos conselhos e apoio durante o desenvolvimento desta tese.

Um agradecimento muito especial à Professora Alina Esteves. Sempre uma voz amiga, uma força de motivação, atenta nos períodos mais difíceis, uma fonte de determinação com palavras encorajadoras e uma disponibilidade constante em qualquer situação. O seu apoio foi fundamental.

Ao Conselho Consultivo do Doutoramento em Migrações, Professores José Carlos Teixeira, Joaquín Arango e Russell King pelas importantes sugestões, ajuda na procura de soluções e desenvolvimento de ideias ao longo da elaboração deste trabalho.

Aos Professores que participaram nos diversos workshops que tiveram lugar no IGOT, assim como em outros eventos, que contribuíram para o rumo seguido nesta tese através dos seus comentários. Em particular aos Professores Beatriz Padilla, Cláudia Pereira, João Peixoto, Jorge Malheiros e Luís Moreno.

Aos meus Colegas do Doutoramento em Migrações pelo espírito de partilha e entreajuda. Agradeço especialmente a Guebuza Mahavene e Pedro Candeias pelo apoio e camaradagem.

Agradeço aos Serviços do IGOT todo o apoio não apenas nas questões legais e burocráticas cruciais para o desenvolvimento de qualquer trabalho de investigação, mas também, e mais importante,

pelas palavras de encorajamento ao longo destes últimos anos, em particular a Elisabete Nunes, Sara Dâmaso e Susana Siborro, pelas conversas e compreensão.

Ao Professor Eduardo Brito Henriques, que incentivou a minha continuidade na academia, estimulando a vontade de aprender e ir sempre mais longe. Por todo o conhecimento transmitido, pelas palavras de apoio e confiança desde a minha Licenciatura em Geografia. Uma voz de conforto e força também ao longo deste trabalho.

A todos aqueles que verdadeiramente construíram esta investigação, partilhando as suas narrativas, as suas experiências e o seu tempo, fornecendo contatos fundamentais para este trabalho. Agradeço a generosidade, a disponibilidade muitas vezes em períodos difíceis quer ao nível profissional como pessoal e a abertura que enriqueceram este trabalho. Muito obrigado a Bárbara Feio e Ricardo Afonso, Duarte Vicente, Família Vidigal, Florinda Furtado, Frederico Baltazar, Hugo Noeller, Jacinto e Nuno Cruz, Joana Cardoso, Mónica Nascimento, Tiago Gonçalves, Paulo e Dona Céu.

A Maria do Amparo e Jaime pelo afeto desde sempre. Por todo o apoio e carinho ao longo dos anos. A Henrique Bernardo pela amizade, constantes palavras de apoio e ânimo.

A Anita, Ana Maria e André Joaquim. Amigos sempre presentes, prontos para confortar nas situações mais difíceis, para apoiar e aconselhar, para ajudar a construir bons momentos. Agradeço muito o carinho e preocupação.

Aos meus amigos não humanos. Sem eles tudo seria imensamente mais árduo. Muito obrigado pela ternura, pela companhia, pelos gestos, pelos ouvidos atentos, pelos olhares compreensivos, pela amizade mais pura.

Aos meus Pais, Eva e Nelson Machado. Devo-lhes tudo. Lutaram uma vida inteira para me proporcionar tudo o que há de melhor. Transmitiram-me os melhores valores, apoiaram-me em todas as decisões, deram-me a liberdade de escolher, motivando sempre. Esta fase não foi exceção. Estiveram sempre presentes, dando força, trazendo luz nos dias mais escuros, ajudando em cada dificuldade, celebrando cada vitória. Nunca poderei agradecer o suficiente. Será sempre pouco comparado com a imensidão daquilo que me deram, com o que me ensinaram.

À Sofia, a minha Companheira há 18 anos. A quem devo não só uma vida cheia dos melhores momentos possíveis, assim como ter-me mantido à tona nestes últimos anos. O amor que nos une é a maior motivação de todas. Agradeço infinitamente a força a cada acordar, a paz no fim de cada dia, o apoio incondicional, a amizade que tudo vence. Muito obrigado pela compreensão plena em cada momento de desespero e desmotivação, pelo carinho em todos os momentos mais difíceis, por toda a força, pela inspiração que faz com que queira ser sempre melhor. Sem tudo isto nada seria possível.

RESUMO

As migrações e a sustentabilidade do Estado Providência constituem, indubitavelmente, dois tópicos centrais no que se refere ao debate político nomeadamente na Europa. Não obstante, até recentemente, a academia revelou uma tendência no sentido de colocar o foco no suposto “peso” das migrações para os países de destino, advogando ainda que a generosidade dos benefícios sociais constitui um papel central para as motivações dos migrantes (Borjas 1999; Razin e Sadka 2000; Kvist 2004; Sinn 2004; Giulietti, 2014). Contudo, esta perspetiva implica que os migrantes detenham pleno conhecimento dos seus direitos sociais, algo que contrasta com abordagens mais recentes (Ciobanu e Bolzman, 2015). Mais ainda, a literatura privilegiou a perspetiva focada no país de destino, o que negligencia por completo o papel do país de origem. Juntando-se às já referidas lacunas no que se refere ao estudo das migrações e Estado Providência, encontra-se a falta de uma visão mais holística no que se refere ao último. Apenas recentemente a investigação enfatizou não apenas a proteção social como sendo moldada por aspetos formais e informais (do Estado ao papel da família e amigos), assim como a importância das estratégias que se desenvolvem numa base transnacional (Faist, 2016; Levitt, et al. 2016). No que diz respeito ao acima referido, a academia portuguesa não é exceção. Não apenas, até recentemente, a emigração mereceu menos atenção no que se refere à investigação desenvolvida comparando com a imigração, assim como o estudo referente ao Estado Providência tem estado quase que exclusivamente ligado aos níveis de acesso a benefícios sociais ou à caracterização da proteção social portuguesa (Peixoto et al. 2011; Santos, 1999). Este estudo procura assim identificar o papel do Estado Providência, na origem e destino, formal e informal, para as perceções, motivações e aspirações dos migrantes portugueses (e regressados), assim como para o desenvolvimento das suas estratégias e trajetórias, contemplando dois destinos diferentes: França (um destino “tradicional” para os migrantes portugueses), e o Reino Unido (um destino recente e o mais importante no contexto da emigração portuguesa atual). Através de dados qualitativos resultantes de 61 entrevistas, este trabalho pretende compreender as decisões de migrar destes indivíduos, assim como as suas estratégias no que se refere à sua fixação, englobando os vários setores da proteção social (cuidados com crianças, emprego, saúde, etc.), em realidades díspares (urbana e rural), através de uma perspetiva baseada no ciclo de vida, compreendendo três perfis distintos: jovens migrantes, pais de crianças em idade escolar e migrantes idosos. Entre as principais conclusões deve ser sublinhado que, apesar de as questões relacionadas com a proteção social não deterem impacto significativo no processo de decisão de migrar destes indivíduos, o seu papel nas estratégias e trajetórias desenvolvidas é crucial, criando complexos padrões de mobilidade e “arranjos” de âmbito formal e informal entre-lugares.

Mais ainda, os resultados apontam para um elemento de “acaso” com forte impacto nas estratégias e trajetórias desenvolvidas por estes indivíduos.

Palavras-chave: Estado-Providência, França, migrações, mobilidade intra-europeia, Portugal, proteção social, Reino Unido

ABSTRACT

Migration and the sustainability of the welfare state are irrefutably two of the most pivotal topics in the political debate, namely throughout Europe. However, until recently, researchers tended to focus on the supposed “weight” of migration on destination countries, as well as on the assumption that the generosity of social benefits plays a central role in migrants’ motivations (Borjas 1999; Razin and Sadka 2000; Kvist 2004; Sinn 2004; Giuliotti, 2014). However, this perspective implies that migrants are fully aware of their social rights, something that contrasts with some of the latest approaches (Ciobanu and Bolzman, 2015). Moreover, literature has mainly focused on the receiving country perspective, completely neglecting the role of the sending country. Adding to the already mentioned pitfalls on the study of welfare and migration, is the lack of a more holistic view of the former. Only recently have scholars emphasized not only social protection as being shaped by formal and informal aspects (from the State to the role of family and friends) but also the importance of strategies that take place in a transnational manner (Faist, 2016; Levitt, et al. 2016). Regarding the aforementioned, Portuguese academia is no exception. Not only, until recently, has emigration been far less studied than immigration, but the study of the welfare state been almost exclusively tied to the levels of benefit take up or the characterization of Portuguese social protection (Peixoto et al. 2011; Santos, 1999). This study seeks to identify the role of the welfare state in the origin and destination, through formal and informal providers, in the perceptions, motivations and aspirations of Portuguese migrants and returned migrants, comparing two different countries: France (a “traditional” destination for Portuguese migrants) and the United Kingdom (a recent and today’s most important receiving country within the context of Portuguese emigration). Drawing upon qualitative data resulting from 61 interviews, this work aims to understand their decision to move and settlement strategies, encompassing the various sectors of social protection (childcare, employment, health, etc.) and contrasting realities (urban and rural) through a life cycle approach, covering three distinctive profiles: young migrants, parents of school aged children and elderly migrants. Within this study’s main conclusions, it should be highlighted that, although social protection issues have virtually no impact in these individuals migration decision making process, its role in their strategies and trajectories is paramount, creating complex mobility patterns and assemblages both between formal and informal providers as well as in-between places. In addition, results point to an element of happenstance deeply impacting in these individuals’ strategies and trajectories.

Keywords: Intra-european mobility, France, migration, Portugal, social protection, United Kingdom, Welfare State.

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Olhando atualmente para o contexto europeu em particular, é indiscutível a importância das migrações assim como da sustentabilidade do Estado-Providência. Num quadro global em que as políticas sociais se encontram crescentemente pautadas por uma visão neoliberal, caracterizada (entre outros aspetos) pela responsabilização dos indivíduos, redução da participação estatal e a importância do setor privado (Schram, 2018), os migrantes encontram-se numa posição particularmente vulnerável. Mais ainda, concretamente dentro da União Europeia, assiste-se a um cenário em que os migrantes pertencentes ao espaço referido se debatem com políticas que procuram ora minorar o acesso destes aos seus direitos sociais ou, no limite, barrar o mesmo através de mecanismos de dificuldade ao nível burocrático (Lafleur e Mescoli, 2018).

As questões referentes ao “merecimento” por parte dos migrantes no que se refere aos direitos sociais estão frequentemente em destaque tanto no discurso político, assim como nas diferentes formas de comunicação social, sendo a figura do migrante muitas vezes associada a elevados níveis de acesso a benefícios sociais e, no limite, à sua dependência face aos mesmos.

Esta visão contrasta com diversos relatórios que refutam as visões referidas, mostrando que, ao invés, de uma forma geral, e especificamente em relação aos países em estudo, os migrantes (nomeadamente no que diz respeito aos migrantes intra-europeus, mas não apenas) têm um impacto fiscal positivo no que se refere aos Estados-Providência europeus (Peixoto et al. 2011; European Migration Network, 2014; OECD, 2014; Eurofound, 2015; House of Commons, 2016).

Apesar disto, geralmente, os estudos referentes a esta matéria têm-se centrado, até recentemente, na suposta ameaça da imigração para os diferentes Estados Providência dos países com melhores benefícios ao nível social – teoria do “welfare magnet” ou “ímanes de benefícios sociais” –, visível numa profusão de trabalhos que exploram esta abordagem, ou nos impactos destas migrações para o Estado-Providência (p. ex. Collett, 2013; De Giorgi e Pellizzari, 2009; Kvist, 2013; Sinn, 2004; Razin e Sadka 2000; Borjas, 1999).

A mencionada ameaça ocorre num quadro de oposição entre “nós” e os “outros”, imigrantes, sendo os últimos percecionados como elementos que põem em questão a continuidade de sentimentos de pertença ao Estado-Nação, conseqüentemente abalando uma visão sustentada do Estado-Providência pelos nativos (Kymlica, 2015).

Importa ainda sublinhar que teoria dos “ímanes de benefícios sociais” assume que os migrantes detêm clara informação acerca dos benefícios e serviços públicos existentes nos países de destino, algo que contrasta com aquilo que Ciobanu e Bolzman (2015) apontam como os níveis de desinformação acerca dos detalhes no que diz respeito aos referidos benefícios e serviços.

Outro elemento que caracterizou as abordagens referentes à interação entre os migrantes e a proteção social consistiu no enfoque nos países de destino, não incluindo a importância dos países de origem para a interação referida, constituindo assim um problemático viés. Este foi um ponto explorado por Khoudour-Castéras (2008), que sublinhou a importância dos apoios ao nível social, na origem e destino, nos processos de decisão de migrar, algo que não pode ser negligenciado na investigação desta temática. Mais ainda, os estudos mencionados basearam a sua análise do Estado-Providência, concretamente no que se refere à sua generosidade, baseando-se na percentagem do produto interno bruto investido na proteção social como principal indicador, ignorando as adversidades vividas pelos migrantes no que se refere ao acesso à mesma, as diferenças entre as políticas sociais em teoria e na prática. Nesse sentido, importa ainda olhar de forma crítica para a própria definição de Estado-Providência. Numa visão mais “clássica” ou tradicional, Estado-Providência/Estado de Bem Estar/Estado Social/Welfare State é usualmente definido enquanto uma forma de Estado que providencia medidas de combate à exclusão social, ao desemprego ou à pobreza (entre outras questões sociais), com o objetivo de proporcionar níveis de igualdade no que diz respeito às oportunidades dos cidadãos, visando ainda a redistribuição da riqueza, em última análise, como uma ferramenta de proteção dos cidadãos (Atkinson, 1996; Schut et al., 2003). Na visão de Esping-Andersen (1990), Estado-Providência pode ser definido como a responsabilidade por parte do Estado em assegurar níveis básicos de bem-estar aos seus cidadãos.

Contudo, no trabalho que aqui se desenvolve¹, o conceito de Estado-Providência é abordado de uma forma holística, como coloca Tiwari (2011:5), uma “visão completa”, incluindo as vertentes adstritas à proteção social, serviços ou redes de apoio.

Esta abordagem holística no que refere ao Estado-Providência, e indo ao encontro da noção trazida por Levitt e colegas (2016:3), vai para além das abordagens “clássicas”, assentes na visão ao nível do Estado ou nas suas classificações e tipologias, procurando compreender

¹ Inserido no Projeto MOBILE WELFARE – European Welfare States in Times of Mobility, financiado pelo Programa NORFACE Welfare State Futures.

como os migrantes desenvolvem as suas estratégias (em relação à proteção social) de uma forma transnacional, entre atores estatais e não estatais.

Apenas recentemente alguns olhares ao nível da academia internacional se voltaram para as complexidades em torno da interação entre os migrantes e a proteção social, chamando a nossa atenção para as estratégias que se desenvolvem entre os setores formal e informal, “entre-lugares” (Faist et al. 2017; Levitt et al. 2016), para os diferentes “arranjos” ou “pacotes de proteção social” construídos pelos indivíduos (Phillimore, 2016), assim como para a miríade de adversidades encontradas no que se refere à interação mencionada (Ehata e Seeleib-Kaiser, 2018) ou a falta de harmonia entre os países europeus notadamente em questões referentes à portabilidade ou transferibilidade de direitos sociais (Scheibelhofer e Holzinger, 2018). Concretamente no que diz respeito à academia portuguesa, o “silêncio analítico” tem pautado não apenas o estudo da mais recente emigração – algo que recentemente vem sendo ultrapassado, notadamente com os projetos REMIGR² e BRADRAMO³ – assim como o papel da proteção social para o fenómeno referido.

Para além de explorar os aspetos estatísticos destes fluxos de emigração, importa também uma abordagem que privilegie as vivências destes indivíduos, a interação com novos espaços, as suas aspirações, motivações, as representações dos espaços de origem e destino, elementos raramente tido em consideração na análise destes fenómenos (Baldassar, 2008:248; Bastide, 2013:17), em suma, a “voz” do migrante.

No que se refere à interação entre os migrantes e a proteção social, com raras exceções neste contexto (Almeida e Silva, 2007; Pereira, 2009; Peixoto, 2011; Silva, 2005; Oliveira e Gomes, 2014), que focam sobretudo a relação entre a imigração em Portugal (ou a emigração no caso de Pereira [2009] numa análise evolutiva, notadamente voltada para os seus impactos) e o Estado-Providência, ou as atitudes relativamente a este último, denota-se um inegável “silêncio analítico” relativamente a esta matéria. Apesar da crescente mobilidade intra-europeia de cidadãos portugueses, a importância da proteção social, especificamente em termos do acesso à mesma e da sua portabilidade (ou transferibilidade), não obteve ainda a atenção da academia portuguesa.

Este trabalho de investigação procura assim colmatar esta lacuna e aprofundar o conhecimento acerca do papel da proteção social – na origem e destino – nas aspirações, processos de decisão de migrar e percepções dos migrantes portugueses (nível micro),

2 Regresso ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa.

3 Brain Drain and Academic Mobility from Portugal to Europe.

sublinhando as suas múltiplas estratégias e trajetórias, e fases diversificadas ao nível das suas vidas – jovens migrantes, maternidade/paternidade, regresso⁴, reforma.

Trata-se assim de uma abordagem que procura ir ao encontro da “voz” do indivíduo procurando compreender a importância da proteção social para o mesmo, abrindo-se o leque de tipologias de migração (não restringida a um grupo em termos etários, habilitações, etc.), considerando-se não apenas o destino mas também a origem dos migrantes neste quadro.

Desta forma, será realizada uma análise que contempla França e Reino Unido, países que constituem exemplos de alguns dos destinos mais importantes no contexto das migrações portuguesas, sendo França um país tradicional de emigração (notadamente desde a década de 1960), e o Reino Unido, destino recente e principal desde os últimos anos, procurando-se responder à questão que norteia esta investigação:

De que forma, no contexto intra-europeu, a proteção social (na origem e destino, formal e informal), afeta as perceções, aspirações, decisão de migrar, estratégias e trajetórias de indivíduos portugueses, em diferentes destinos (França e Reino Unido, e destes regressados) e em diferentes fases das suas vidas?

Entre os principais objetivos que se pretendem alcançar com este trabalho – e de forma sucinta –, importa destacar a compreensão do papel da proteção social – na origem assim como no destino – para os processos de decisão de migrar, motivações, perceções e aspirações destes indivíduos, assim como no desenvolvimento das suas estratégias e trajetórias, procurando-se ainda entender a importância de fatores como a idade, as fases da vida, os níveis de educação ou situação laboral nas suas experiências migratórias. Procura-se ainda compreender as perceções referentes à proteção social, os canais de informação presentes, eventuais constrangimentos relativamente ao acesso à mesma assim como a conjugação das vertentes formal (Estado) e informal (família e amigos) “entre-lugares”.

4 Nesta investigação opta-se pelas denominações regresso e regressado(s) no que se refere aos movimentos de volta ao país de origem e em referência aos indivíduos envolvidos nos mencionados movimentos (respetivamente) ao invés de retorno ou retornado. Creio que a explicação trazida Maria Beatriz Rocha-Trindade mostra claramente a escolha como a mais adequada. A autora salienta que, numa aproximação simplista a outras línguas, em denominações como Rückkehr (alemão), Return (inglês) ou Retour (francês), por “vizinhança fonética, se diria em português, Retorno e Retornado” (2015:417). Contudo, no caso português, notadamente devido “ao gigantesco drama da deslocação de centenas de milhares de nacionais, empurrados pelas circunstâncias para fora dos seus lares africanos, desalojados, carenciados, desinseridos, correspondeu, na linguagem oficial como na conceptualização massificante de uma opinião pública egoísta, a designação, muitas vezes dita sem simpatia, de Retornados” (2015:418). Como faz questão de explicar Rocha-Trindade, não se trata de “uma típica especulação gratuita de intelectual ocioso”, fazendo notar que a distinção entre regresso e retorno é já sublinhada no primeiro Conselho das Comunidades Portuguesas em Abril de 1981, referindo-se a primeira designação à deslocação voluntária para o país de origem, e a segunda sempre que a saída seja compulsiva. Tomando de empréstimo as palavras da autora, “(d)áí que passarei, salvo se *lapsus linguae* me atraiçoar, a sempre dizer Regresso e jamais Retorno” (loc. cit.).

Sublinhar a importância da análise ao nível micro neste contexto, focando fatores como a identidade dos migrantes, circunstâncias pessoais, valores e experiências, e como estas variáveis contribuem para a modelação de diferentes perceções, aspirações, estratégias e trajetórias.

Face ao exposto, o trabalho encontra-se organizado da seguinte forma:

No capítulo 2 tem lugar uma breve caracterização no que diz respeito aos fenómenos de e para Portugal, isto é, descrevendo o duplo cariz emissor e recetor. Segue-se uma curta alusão a alguns dos “mitos” que povoam o imaginário referente à chamada “nova” emigração portuguesa, destacando nesse sentido o papel dos meios de comunicação social na construção das mais recentes representações respeitantes ao fenómeno referido, assim como a prevalência do cariz semiperiférico português e as marcas da “velha” emigração (leia-se décadas de 1960-70 sobretudo) no presente. São ainda trazidos alguns dados referentes à emigração portuguesa recente como forma de contextualização, seguindo-se, de forma mais pormenorizada os casos de França e do Reino Unido numa lógica evolutiva.

No capítulo 3 dá-se início a uma análise mais pormenorizada em torno dos princípios por detrás do conceito de Estado-Providência, seguindo-se uma incursão pela origem e evolução do mesmo de forma a alcançar uma melhor compreensão no que se refere a alguns dos aspetos que pautam ainda o seu funcionamento no presente. Ainda neste capítulo, é realizada uma análise crítica dos Estados Providência português, francês e britânico numa lógica evolutiva e interdisciplinar, onde são desafiadas algumas das conceções mais comuns acerca dos mesmos, pretendendo-se compreender os seus funcionamentos atuais e aspetos que resultam fortemente de elementos históricos e culturais.

Passando ao capítulo 4, realiza-se aqui um enquadramento teórico no que se refere à relação entre as migrações e o Estado Providência, seguindo-se o sublinhar de um olhar interdisciplinar entre ambos. É ainda destacado o “peso” no que se refere a uma análise centrada nos países de destino, notadamente na construção das ideias adstritas ao suposto magnetismo exercido (em termos migratórios) pela generosidade dos benefícios sociais. Face ao exposto na secção descrita, é sublinhada a necessidade de uma análise que contemple o papel dos países de origem na temática em estudo. São depois trazidos os mais recentes contributos ao nível académico que chamam a atenção para a inclusão de uma perspetiva “entre-lugares” e diferentes estratégias desenvolvidas que extravasam o âmbito formal no que se refere à interação entre os migrantes e a proteção social. Dentro deste capítulo, é ainda sublinhado o papel do Estado-Providência enquanto forma de “fronteira” no contexto das migrações, notadamente na separação entre as chamadas “boas” e “más” migrações, numa

lógica que engloba migrantes chegados de países terceiros e intra-europeus, revelando muitas das contradições no funcionamento da União Europeia concretamente no que se refere às suas políticas no campo das migrações. Volta-se ainda a atenção para o papel das aspirações, perceções e motivações no contexto das migrações, assim como para a importância da proteção social (formal e informal) para as estratégias e trajetórias desenvolvidas pelos migrantes.

Já no capítulo 5 é apresentada a abordagem metodológica que molda o trabalho que aqui se desenvolve. O capítulo referido tem início com uma breve explicação na qual são abordados alguns conceitos fundamentais para uma melhor compreensão das secções seguintes. É seguidamente apresentada a questão de partida, questões subsidiárias e os objetivos que “norteiam” o trabalho que aqui se desenvolve. Segue-se, a descrição da metodologia por detrás desta investigação, enquanto “mapa” para orientação rumo aos objetivos propostos. Dado que, com esta investigação, se pretende compreender as ações e comportamentos dos indivíduos, o “olhar” por detrás da mesma assenta numa base Fenomenológica, sendo então explicada com mais detalhe a escolha da mesma.

Face à importância do processo de entrevista para este trabalho, volta-se a atenção para o mesmo, sendo depois abordadas as questões referentes ao posicionamento do investigador e alguns elementos fundamentais para as técnicas de entrevista. Segue-se uma explicação referente aos métodos utilizados, isto é, as ferramentas escolhidas no âmbito deste trabalho, visando responder às questões de investigação que a movem. Após a explicação descrita, é realizada uma caracterização da amostra, os aspetos referentes à condução do trabalho de campo e, finalmente, é explicado o processo de análise da informação recolhida.

Com o capítulo 6 tem início a discussão dos dados empíricos que compõem este trabalho, voltando-se a atenção inicialmente para as aspirações, perceções e motivações dos entrevistados.

Após uma breve introdução, são abordadas as razões por detrás da decisão de migrar dos indivíduos que rumam a França e Reino Unido nas décadas de 1960-70, incluindo a caracterização da situação económica, política e social então vivida. É ainda sublinhado o papel pioneiro das mulheres em alguns dos movimentos migratórios encontrados nas narrativas recolhidas, as motivações e redes comuns no que diz respeito aos dois destinos referidos assim como os diferentes desafios presentes para ambos os grupos de entrevistados e o papel da distância, do local de origem dos migrantes e da possibilidade de regresso ao país de origem na decisão de migrar.

Volta-se seguidamente a discussão para o papel da proteção social na decisão de migrar salientando-se a importância da sua vertente informal.

São, após o descrito, discutidos os discursos trazidos por aqueles que compõem os movimentos de saída mais recentes rumo aos destinos aqui em questão, colocando-se o foco nas motivações, que extravasam os fatores meramente económicos, e como essas se encontram distantes do papel da proteção social. Segue-se a discussão no que se refere às motivações iniciais no que diz respeito aos processos de decisão de migrar, em contraste com a situação atual dos entrevistados face às diferenças no que toca às fases das suas vidas. De seguida são sublinhados os reflexos da “velha” ou “tradicional” emigração especificamente para França no presente, e em particular a importância do setor da construção civil na emigração recente. É depois demonstrada a influência do núcleo familiar, assim como de outros fatores culturais e experiências no campo da educação, na decisão de migrar.

São ainda trazidos testemunhos em que a proteção social, na sua vertente formal, aliando-se contudo a outros fatores, teve influência na decisão de migrar para França e Reino Unido, seguindo-se a discussão acerca da procura de posições no mercado de trabalho britânico que vão ao encontro do nível de habilitações dos entrevistados destacando-se o caso dos enfermeiros portugueses no Reino Unido.

Seguidamente, é colocado o foco na importância das transições ao nível das fases da vida que fogem aos padrões expectáveis, assim como de elementos ligados à imprevisibilidade e não-linearidade no que diz respeito às aspirações e motivações dos entrevistados. É, após o referido, salientada a importância dos relacionamentos amorosos assim como do domínio da língua falada nos países de destino no que se refere à decisão de migrar num contexto de fácil mobilidade intra-europeia. Por fim, fechando o capítulo 6 é trazida uma síntese conclusiva no sentido de não apenas sumariar as ideias discutidas ao longo do capítulo mas também como estabelecimento de uma “ponte” para o capítulo seguinte onde são discutidas as estratégias e trajetórias desenvolvidas pelos entrevistados.

O capítulo 7 é dedicado às estratégias e trajetórias desenvolvidas pelos entrevistados tendo como referência a proteção social. Neste capítulo são primeiramente discutidas a importância de elementos como o orgulho e o distanciamento face a usuais estereótipos no que se refere ao acesso à proteção social nas estratégias desenvolvidas pelos entrevistados. Segue-se, o sublinhar dos elementos referentes às dificuldades no acesso aos direitos sociais por parte dos entrevistados, nomeadamente as adversidades ao nível burocrático num contexto de falta de articulação entre as entidades no quadro intra-europeu. São depois trazidas à discussão as estratégias desenvolvidas pelos entrevistados “qualificados e “altamente qualificados” no que

se refere à proteção social, sublinhando-se as dificuldades encontradas ao nível referido, assim como algumas das suas experiências e representações. Após o descrito, é explorado o papel, em particular, dos setores da educação (britânico e francês, respetivamente) para as representações e experiências dos entrevistados na parentalidade, e como essas têm impacto nas suas estratégias e trajetórias. É depois sublinhada a importância da escala local no acesso à proteção social e estratégias desenvolvidas, assim como na combinação das vertentes formal e informal e arranjos “entre-lugares”. São ainda trazidas narrativas que desafiam a noção de *uma* comunidade portuguesa nos destinos em questão, sublinhando-se os discursos de “desidentificação” em relação aos “outros” migrantes portugueses. Segue-se a colocação do foco no que se refere à discussão dos resultados na centralidade do setor da saúde (em relação aos restantes setores da proteção social) para as estratégias e trajetórias desenvolvidas pelos entrevistados, assim como o destacar da singularidade (notadamente em termos referentes à sua qualidade) do sistema de saúde francês no contexto europeu apesar dos níveis de convergência ao nível das políticas de saúde (crescente privatização).

Ainda no âmbito do setor da saúde, é discutido o papel das práticas “entre-lugares” no acesso à assistência necessária, entre Portugal e o Reino Unido, contrastando com a escassa importância das práticas referidas entre Portugal e França. São depois salientadas as visões “cristalizadas” em relação ao sistema de saúde português, em particular por aqueles que deixam o seu país de origem nas décadas de 1960-70, assim como a importância da família na prestação de apoio, seguindo-se o destaque para o apoio familiar no que diz respeito às questões referentes ao regresso a Portugal. Após o referido, o foco é colocado no caso particular dos entrevistados que se encontram na condição de Avós, e a sua ligação ao conceito de Proteção Social Transnacional na sua vertente informal. Tomando a fase de vida referida, são discutidas as perceções, experiências e diferentes estratégias no que se refere às pensões de reforma. São ainda abordadas as complexidades no que se refere à aparente linear decisão no que diz respeito ao regresso ao país de origem.

Finalmente, é realizada uma breve síntese conclusiva estabelecendo ligação com o último capítulo a compor este trabalho.

No capítulo 8 são apresentadas as conclusões finais desta investigação, destacando-se o papel (de uma forma geral) pouco significativo no processo de decisão de migrar para os entrevistados, contrastando com uma forte importância no que se refere às estratégias e trajetórias desenvolvidas pelos mesmos. Assim, são criados complexos padrões no que se refere à mobilidade destes indivíduos, acompanhados por diversos “arranjos” entre os âmbitos formal e informal no que diz respeito à proteção social, “entre-lugares”. No quadro

das conclusões, importa ainda referir que os resultados deste trabalho apontam para um elemento de “acaso” que molda as estratégias e trajetórias desenvolvidas pelos indivíduos em questão.

CAPÍTULO 2

**A RECENTE EMIGRAÇÃO PORTUGUESA E OS CASOS DE FRANÇA
E REINO UNIDO: EXPLORANDO AS PERCEÇÕES, VELHOS E
NOVOS MITOS**

2. A RECENTE EMIGRAÇÃO PORTUGUESA E OS CASOS DE FRANÇA E REINO UNIDO: EXPLORANDO AS PERCEÇÕES, VELHOS E NOVOS MITOS E GRANDES DESAFIOS

2.1 Uma breve incursão pelas trajetórias de e para Portugal: o “silêncio analítico” em torno do estudo da emigração

Detentor de um passado voltado para a saída rumo a um conjunto diversificado de novos destinos (Fonseca et al. 2009:6), passando mais tarde, de forma notória, para um carácter recetor no contexto das migrações, atualmente Portugal volta a adquirir o seu estatuto de país predominantemente emissor.

Não pretendendo fazer uma caracterização demasiadamente minuciosa da longa, complexa e indissociável evolução do país no que diz respeito aos fenómenos migratórios, alguns pontos devem ser trazidos, entre saídas e entradas que moldaram o presente.

O século XV, com a expansão marítima portuguesa, traz aquele que usualmente é apontado como o início da emigração nacional, ou das “irradiações fora do Reino” (Ceuta, Madeira e Açores) como aponta Rocha-Trindade (2015:44). Não obstante, a presença de “estrangeiros” – sobretudo em Lisboa – fazia-se sentir já neste período dada a localização do país, atraindo “aventureiros” e mercadores de Espanha, de cidades italianas, das províncias holandesas ou Inglaterra, acompanhada pela presença de escravos vindos do continente africano. Lisboa era, no século XVI, a cidade com maior número de residentes africanos (Malheiros, 2002). Ao longo dos séculos XVI e XVII, as saídas vão aumentando, estando já a presença portuguesa geograficamente dispersa, sendo as partidas colmatadas por entradas de escravos. Falava-se já então, dada a emigração, de “falta de gente” (Rocha-Trindade 2015:44). É nesta altura que Lisboa começa a perder o seu estatuto de “metrópole internacional”, sendo os únicos fluxos de entrada relevantes aqueles que provêm da Galiza (criando-se uma tendência de decréscimo das entradas que se faz sentir até à década de 1960, quando o país retoma um cariz recetor) (Malheiros, 2002). Os caminhos vão sendo desenhados rumo a Oriente, onde a fixação não se revela fácil, e até Cabo Verde e Brasil, onde chegam os maiores contingentes, sendo que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, o último exerce enorme atração (juntamente com países como os Estados Unidos), o que só se vem a inverter com os reflexos vindos da crise de 1929 – que se fazem também sentir na América Latina –, e posteriormente com a insegurança das viagens marítimas já em plena II Guerra Mundial, havendo depois uma tímida subida que vem colidir com uma mudança dos destinos migratórios no final dos anos 1950 (Arroteia, 2001; Malheiros, 2002; Rocha-Trindade, 2015). É então que a emigração portuguesa muda o

seu rumo, voltando-se para a Europa, numa diáspora que se faz, já não pelo Atlântico, mas pelos Pirenéus. São os destinos do norte e centro da Europa, com a expansão das suas economias e oportunidades laborais a concentrar a atenção dos migrantes portugueses, destacando-se França. Quer de forma legal ou ilegal (uma *raia* que se transpõe “a salto”) – traduzindo-se, obviamente, em diferentes números –, este destino assume-se como principal junto daqueles que procuram oportunidades além-fronteiras, superando mesmo o Brasil em 1963. Outros são os destinos procurados, como a Alemanha, Bélgica, Suíça, Holanda, Holanda, Inglaterra, países nórdicos e Luxemburgo (Rocha-Trindade, 2015:47), sendo contudo França o destino mais procurado. Importa mencionar a importância do plano Marshall por detrás de uma verdadeira “explosão económica” visando a reconstrução europeia no pós-II Guerra Mundial. Ainda em finais da década de 1940, e durante as décadas de 1950 e 1960, as colónias africanas são o destino de muitos portugueses, que voltariam, em número histórico, pouco depois (Pires, 2003). A crise dos anos 1970 abrandaria a migração intra-europeia, com o aumento dos níveis de desemprego dos países até então atrativos, suspendendo-se as entradas e estimulando-se o regresso (Rocha-Trindade, 2015:47)

No que toca aos movimentos mais recentes, e no que diz respeito ao seu carácter recetor, em meados da década de 1960, assiste-se à entrada de cabo-verdianos recrutados para o setor da construção, assim como de espanhóis e ingleses altamente qualificados, em período de reforma. Na década de 1970, após a descolonização dos territórios africanos (1974-5) anteriormente sob imposição colonial portuguesa, chegam a Portugal entre meio a um milhão de “retornados”⁵. Só entre 1975 e 1979, o contingente de indivíduos provenientes do continente africano ascende de 500 a 20 000, mostrando de forma veemente a transição migratória de um país predominantemente emissor para recetor. A década de 1980 trouxe novos desafios. De 1980 a 1985, o número de estrangeiros em Portugal passa de 60 000 a 80 000, continuando a crescer com a entrada do país na então Comunidade Económica Europeia (CEE). Concomitante a esta entrada, a estabilidade política nomeadamente de 1987 a 1995 permite grandes investimentos notadamente na construção civil, culminando num enorme impulso do setor referido durante a década de 1990. Com estas mudanças, Portugal torna-se um importante destino para migrantes provenientes não apenas de países africanos de língua portuguesa (maioritariamente Cabo Verde) como acontecia na década de 1980, mas para um

⁵ Como coloca Rocha-Trindade (2015: 278) “há uma certa incerteza quanto a este número”. Normalmente atribui-se cerca de meio milhão, já Carrington e Lima (1996) falam em um milhão.

conjunto de indivíduos (a chamada “nova vaga”⁶) chegados do Brasil e do Leste Europeu, particularmente de países como a Ucrânia, Moldávia, Roménia ou Rússia (Malheiros e Esteves, 2013:30-31).

Apesar do decréscimo verificado a partir de inícios dos anos 90 do século passado, Portugal nunca deixou de ser um país voltado para a emigração. Contudo, pouco se investigou acerca dos fluxos de emigração ocorridos nas últimas duas décadas, que indubitavelmente assumiram um carácter de invisibilidade para a academia nacional (Malheiros, 2010:134). Apenas o rápido e muito significativo crescimento das saídas de emigrantes verificada nos últimos anos justificou o retomar do interesse pelo fenómeno por parte das ciências sociais ao nível nacional. De facto, Portugal assume-se como um dos principais países de emigração ao nível mundial, sobretudo tendo em consideração o seu contexto europeu e população (Pires, et al., 2014:24).

Peixoto (2012) sublinha a preocupante assimetria entre o estudo da imigração e emigração em Portugal, ao nível da investigação conduzida pelas ciências sociais. O autor realiza um exercício de reflexão acerca daquilo que sabemos e não sabemos no que concerne aos novos fluxos de emigração, mostrando a alarmante situação de desconhecimento constatável na ausência desta temática ao nível da produção científica nacional. Num levantamento destacado no trabalho atrás mencionado, através do qual se constata que entre 2000 e 2008 existem 836 referências adstritas às temáticas em volta das migrações e etnicidade, contrastando com apenas algumas dezenas de referências ligadas ao estudo da emigração portuguesa. Malheiros (2010:134) havia já “denunciado” esta preocupante desproporcionalidade que, não só atravessa a academia, como se reflete ao nível da comunicação social que, até há relativamente pouco, persistia em enfatizar os diferentes aspetos associados à imigração em Portugal.

Até à emergência recente do discurso político-económico justificador do reposicionamento de Portugal no conjunto dos pouco desenvolvidos da União Europeia, o país encontrava-se demasiadamente “ancorado” na sua idealização enquanto país de imigração, “moderno e europeu”, escamoteando-se a fulcral importância da emigração portuguesa atual – note-se que na viragem do século, a população portuguesa emigrada cresceu mais do que a população residente em Portugal, 18% contra 7% respetivamente, entre 1990 e 2010 (Pires et al.,

6 De acordo com Padilla (2005:3), “Brazilians are not a new group of immigrants in Portugal, however due to some of their characteristics, new waves of Brazilians could be considered one of the new immigrant groups in Portugal”

2014:52) –, ou, como coloca Malheiros (2010:141), assistimos a um “disfarçar” dos fluxos, dado que, inevitavelmente, emigração significa atraso, evidencia o desemprego.

Este foi, em traços gerais, o panorama da investigação em torno da realidade no que respeita à saída de portugueses rumo aos vários destinos compondo a emigração atual, levando à concludente noção que, de facto, estivemos perante um “silêncio analítico” que só recentemente – notadamente através do projeto REMIGR⁷, e numa abordagem mais estrita, o projeto BRADRAMO⁸ –, começa a ser ultrapassado, sendo urgente a sua substituição por uma análise profunda, contemplando a diversidade do fenómeno.

2.2. Percepções acerca da emigração portuguesa recente: questionando velhos e novos mitos

Alfred Rosmer, líder sindicalista que se opôs à Primeira Guerra Mundial escreveu: “We cannot go forward unless we know our yesterdays” (citado por Virdée, 2010:135). Seria possível trazer qualquer outra citação dentro de uma miríade de outras que advogam a mesma ideia, não havendo qualquer intenção de explorar aqui clichés ou lugares comuns, serve a mesma apenas para frisar que, ao abordarmos a emigração portuguesa, importa lembrar o passado, especificamente, neste contexto, o passado recente.

Nesse seguimento, falar em “nova” emigração portuguesa implica, sem dúvida, alguma prudência. Pensando no passado recente, e se recuarmos à década de 1960 ou 1970, constatamos obviamente que a sociedade portuguesa se alterou. Muitas foram as mudanças desde então, marcos históricos, entradas e saídas que moldaram o contexto social, económico, e mesmo político. Portugal passa do seu “cinzentismo” para a “euforia” de uma integração europeia que traz consigo a promessa de prosperidade. Do Estado Novo, Salazar e “aldeia mais portuguesa de Portugal”, à União Europeia, Mário Soares e Expo ’98 (embora o peso do passado colonial na temática por detrás da mesma seja notório⁹ [Santos, 2009:8-9]), o país transmutou-se, reinventou a sua condição, desde a marginalidade face a uma Europa modernizada, até Estado Membro de uma *comunidade* que hoje vai sendo posta em questão pela sua ambiguidade, entre “fortaleza” e “sem fronteiras” (Van Houtum e Pijpers, 2007). Contudo, o seu carácter (semi)periférico, quer pela sua localização geográfica, quer pela sua evolução histórica e social, não se perdeu.

7 Informação detalhada disponível em <http://jpeixoto2.wix.com/remigr>

8 Para detalhes e resultados, ver <http://www.bradramo.pt/>

9 Para uma análise crítica em torno desta temática ver Power (2004).

Recuando às décadas acima mencionadas, abordando a emigração para França, diz-nos Maria Beatriz Rocha-Trindade (2015:224)

“Não se sabe exatamente em que data mas um dia nasceu a França. Na véspera, mal se sabia da sua existência, no dia seguinte, todos falavam dela. Lá havia emprego para quem quisesse trabalhar no duro, dez, doze, catorze horas por dia, sem domingo e sem feriados”

A 14 de março de 2015, num artigo intitulado “O velho mundo da nova emigração” (por Raquel Albuquerque), lê-se no semanário *Expresso* o testemunho de Nuno Cataluna, um emigrante português. Este emigrante troca Lisboa por Paris, descontente com o seu nível salarial – €500 a €600 a reparar carros –, aos 41 anos rumo a França à procura de uma vida melhor. Depois de “contratempos” – desempenhando as suas funções sem remuneração durante mês e meio –, consegue então o salário mínimo durante um ano, como explica Nuno, “cerca de 1400 euros brutos, uns mil limpos por mês, mas trabalhava de sol a sol”. Certamente muito mudou volvidas mais de três ou quatro décadas desde o “boom” da emigração portuguesa para França, mas o testemunho podia facilmente enquadrar-se na “velha” emigração.

Em França – de acordo com o mesmo artigo –, os portugueses foram os menos qualificados a entrar no país. A par dos turcos, apenas 14% possuem o ensino superior no seu currículo. Na qualidade de diretor do Observatório da Emigração, Rui Pena Pires, fazendo a ponte com o passado, diz ao *Expresso* que atualmente nos encontramos mais perto dos números da década de 1960 do que alguma estivemos, e embora não se tenha atingido esse volume, tendo em conta o envelhecimento da população hoje – note-se que a população não estava tão envelhecida na década de 1960 –, o efeito será o mesmo.

Traços comparativos fazem sentido entre a “velha” e a “nova” (ou recente) emigração. É em geral uma emigração mais qualificada a de hoje, contudo, há que ter como base comparativa a evolução da sociedade portuguesa e não apenas a população que emigrou de uma forma desagregada. De facto, a população emigrada detentora de diploma do ensino superior aumenta no primeiro decénio do século XXI, com um incremento que se aproxima dos 50% (passando de 6 pontos percentuais no ano 2001 para 10 em 2011). Note-se, todavia, que este aumento da qualificação da população emigrada resulta do aumento da qualificação da população portuguesa (leia-se residente em Portugal), e não de uma ocorrência maior de emigração adstrita aos setores qualificados. Na origem temos um aumento de 80% no que se refere à taxa de qualificação da população residente em território nacional, sendo que a

percentagem de indivíduos diplomados passa de 8% em 2001 para aproximadamente 14% em 2011 (Pires et al. 2014:71). Apesar do cariz problemático¹⁰ da chamada “fuga de cérebros”, a viragem da “mala de cartão” para a sofisticação do perfil do cidadão português, europeu, jovem e qualificado parece fazer eco sobretudo através dos diversos meios de comunicação social. A este propósito, em 2014, diz João Peixoto que a ideia de uma emigração feita de pessoas altamente qualificadas “é uma ilusão”, e que “a maioria das saídas não são de mestres e doutores”¹¹. Na capa da revista semanal *Sábado*, de 21 a 27 de Novembro de 2013, em grande destaque lê-se “Os portugueses mais inovadores que trabalham no estrangeiro”, mostrando os casos de sucesso de jovens (com menos de 37 anos de idade) que ocupam cargos de destaque “lá fora”, que vão da Astrofísica às telecomunicações. Imagem semelhante é trazida pelo *Jornal i*, com um artigo (ou simplesmente um elenco) intitulado “Os Portugueses do (no) Mundo. Os rostos do sucesso”¹², listando vários nomes de portugueses bem-sucedidos além-fronteiras, do investigador António Damásio, ao ciclista Rui Lopes (Lopes, 2015). Com uma lógica (porventura) um pouco diferente, surge o programa televisivo “Portugueses pelo mundo” – adaptação do programa espanhol “Españoles en el mundo” –, que se propõe a apresentar a “realidade” dos portugueses no estrangeiro embora numa perspetiva quase turística, mostrando o lado positivo da emigração, as novas experiências e o contacto com outras culturas. Outra emigração é aquela retratada, em termos ficcionados, em “A gaiola dourada”, com a família pouco qualificada, submissa nas questões laborais e sociais, o *cliché* ou o estereótipo atribuído ao emigrante em França. Pesa ainda o carácter semiperiférico que Boaventura Sousa Santos aponta a Portugal. Numa Europa inventada, em que termos como “estado membro” ou “cidadania europeia” (adaptados às circunstâncias) pautam o discurso (Van Houtum e Pijpers, 2007:292-295), as questões culturais e sociais marcadas pela diferença ainda importam. Tomando o pensamento de Santos, compreende-se a posição portuguesa face aos “outros”, europeus:

10 Como colocam Pires et al. (2014:71), “(a) taxa de emigração dos qualificados é um indicador problemático da chamada “fuga de cérebros”. De facto, o que a taxa nos diz é que os diplomados do ensino superior nascidos em Portugal e residentes noutro país, no caso em análise num país da OCDE, representavam, em 2011, quase 11% do número total de diplomados do ensino superior emigrados e residentes em Portugal. O que não nos diz é onde os diplomados emigrados nascidos em Portugal fizeram os seus estudos superiores. Isto é, não sabemos se esses diplomados emigraram jovens, no quadro familiar, e se diplomaram já no país de emigração ou se, pelo contrário, emigraram já adultos com estudos feitos em Portugal. A diferença pode ser significativa: estimativas do Banco Mundial indicam que, para o conjunto do mundo, a percentagem de diplomados nascidos em Portugal emigrados era da ordem dos 20% em 2001. Porém, segundo o mesmo Banco, essa percentagem desce para 13% quando se considera apenas os diplomados que emigraram com 22 e mais anos”.

11 Ver <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/reino-unido-e-o-pais-para-onde-estao-a-ir-cada-vez-mais-portugueses-1627561>

12 Disponível em <http://www.ionline.pt/408198>

“O facto de Portugal ter sido, durante muitos séculos, simultaneamente o centro de um grande império colonial e a periferia da Europa é o elemento estruturante básico da nossa existência colectiva. Portugal foi o único país colonizador a ser considerado por outros países colonizadores como um país nativo ou selvagem. Ao mesmo tempo que os nossos viajantes diplomatas e militares descreviam os curiosos hábitos e modos de vida dos povos selvagens com quem tomavam contacto no processo de construção do império, viajantes diplomatas e militares da Inglaterra e da França descreviam, ora com curiosidade, ora com desdém, os hábitos e modos de vida dos Portugueses, para eles tão estranho ao ponto de parecerem pouco menos que selvagens”. (1994:59-60, citado por Khan, 2006:4)

Este “choque” entre uma periferia do sul e um “centro” europeu, desenvolvido, culturalmente superior, penetra ainda a atualidade no contexto das migrações ou das mobilidades¹³ intra-europeias. Através de “Bifes mal passados”, João Magueijo, professor de Física no Imperial College of London, traz o seu retrato de um Reino Unido estratificado, em que o sotaque traça a “fronteira” entre britânicos – estatuto social consoante origem geográfica –, mas acima de tudo (para esta discussão) uma atitude de sobrançeria perante os portugueses. Como se lê n’ *Observador*¹⁴:

“Mesmo os portugueses são considerados “não-completamente-brancos”, refere João Magueijo. O autor atribui esta atitude a uma herança dos tempos do colonialismo. Com este livro pretende desconstruir a ideia de superioridade britânica e inferioridade lusa – os ingleses têm muitos defeitos.”

Décadas volvidas, as diferenças entre culturas dos países que hoje incorporam a União Europeia continuam vincadas. Não será este certamente um novo dado, mas levanta questões

13 O uso do conceito de migração ou mobilidade levanta várias questões. Note-se que, para alguns indivíduos, o conceito de migrante poderá ajustar-se à sua forma de auto-representação, enquanto que, para outros, num contexto europeu, de livre circulação, esse conceito poderá não ser aquele com que se identificam. Analisando-se a realidade intra-europeia, o conceito de mobilidade é aquele que, inclusivamente num quadro legal, fará mais sentido. Na definição de migrante internacional, o Observatório Mundial das Migrações (2008), refere-se aos cidadãos que vivem, de forma regular ou irregular, fora dos seus países de origem, por um período igual ou superior a doze meses, excluindo-se turismo e deslocações de curta duração (migrações temporárias ou sazonais). A mobilidade intra-europeia resulta, em termos legais, do Tratado de Roma (1957), sendo, portanto, mais acertado falarmos em mobilidade de cidadãos europeus ao abordar indivíduos portugueses que partem rumo a outros destinos europeus (leia-se U.E), ou que regressam ao seu país de origem (ver Boswell e Geddes, 2011:2-3). Não obstante, neste trabalho opta-se pela denominação “migrante” no que se refere à caracterização dos indivíduos que compõem a amostra, dado que, mesmo num quadro intra-europeu, assiste-se indubitavelmente à dualidade – como refere Russell King – entre “cá” e “lá” no que toca às questões identitárias e sentimentos de lugar (1995:29).

14 Entrevista a João Magueijo. Pode ser consultada em <http://observador.pt/2014/07/10/para-joao-magueijo-inglaterra-e-horrorosa-por-isso-e-que-gosta-tanto-dela/>

importantes, sobretudo no que diz respeito aos processos de integração dos migrantes e à forma como projetam os seus futuros.

Como nos diz Geddes (2003:153), não são tanto os *factos* a comandar as políticas das migrações, mas sim as *percepções* relativamente às mesmas a dominar os discursos e atitudes. Tal como se tem vindo aqui a discutir, a ‘imagem’ do “novo” emigrante (e do emigrante das décadas de 1960-70) vai (e foi) sendo “construída”, pelos média, ou pelos órgãos governamentais. Pegando novamente na ideia de Malheiros (2010:141), a emigração – para a agenda política¹⁵, sobretudo saindo-se de um cenário de imigração e consolidação de uma sociedade intercultural – significa atraso, evidencia desemprego. A ideia da emigração qualificada (que extravasa a sua dimensão numérica) não implica necessariamente o tão pretendido cenário “triple win” (isto é, beneficia o país de destino, o país de origem e o próprio migrante). Apenas com um retrato o mais preciso possível, tendo em conta os aspetos numéricos (dentro das limitações enfrentadas¹⁶) e aqueles que dizem respeito a vertentes ligadas às práticas quotidianas, aos níveis de integração, às redes e contactos dos migrantes, será possível compreender e mesmo apontar tendências futuras. Os portugueses de Thetford não serão tão falados como os portugueses de Cambridge¹⁷. Estes últimos, associados à ideia de altamente qualificados, transmitem a noção de uma “diáspora portuguesa” que leva a o nome de Portugal às capas de jornais, com feitos académicos, mostrando a viabilidade da emigração (o “triple win”?), embora – como se conclui com o projeto BRADRAMO –, a intenção não seja regressar¹⁸. Já Thetford espelha a “velha” emigração (ou como é ainda representada). Cidade do leste de Inglaterra com pouco mais de 24 000 habitantes, onde se

15 Note-se a atitude do governo liderado por Pedro Passos Coelho face à divulgação dos dados sobre a emigração portuguesa, especificamente no que toca ao financiamento do Observatório da Emigração. Detalhes em <https://www.publico.pt/sociedade/noticia/observatorio-sem-financiamento-depois-de-apontar-niveis-elevados-da-emigracao-de-2014-1713915>

16 Como colocam Pires e colegas (2014:21-22) “(h)á nas migrações internacionais uma assimetria fundamental. O direito de sair do país em que se reside está hoje estabelecido como liberdade individual fundamental. Pelo contrário, o direito de entrada num país que não o de nacionalidade continua a ser limitado pelo reconhecimento da soberania dos estados nacionais e do consequente direito destes ao controlo da entrada de estrangeiros no seu território. Consequentemente, não há registos de saídas (emigração) mas apenas de entradas (imigração). Estimar e caracterizar a emigração de um país requer pois que se compilem os dados sobre a entrada e permanência dos emigrantes desse país nos países de destino. Os dados que o Observatório da Emigração recolhe, divulga e analisa são os dados que obtém junto das instituições dos países de destino da emigração portuguesa responsáveis pelas estatísticas da imigração nesses países”.

17 Tendo realizado trabalho de campo em Cambridge, a setembro de 2015, observa-se que há outros portugueses para além dos académicos, ou migrantes qualificados que trabalham em cafés ou pizzarias. A impressão transmitida – sobretudo pelos que estão ligados à academia –, é de uma maior aproximação à população nativa, ou a outros grupos (diferentes nacionalidades) que desenvolvem funções ligadas à investigação.

18 Ver relatório com algumas conclusões em http://www.bradramo.pt/wp-content/uploads/2015/10/working-paper-10_general-conclusions.pdf

estima que um terço seja português. Estes portugueses são na sua maioria pouco qualificados, e mesmo os qualificados (curso superior)¹⁹ desempenham funções em fábricas locais. Lá, encontram-se bares onde se fazem “pedidos de Favaio, Super Bock e pão com pastel de bacalhau”, onde “é como voltar a uma aldeia portuguesa” (França, 2015:20). Estão “entre lugares”. As práticas transnacionais – ou translocais na visão de Appadurai indo além do nacionalismo metodológico²⁰ – serão hoje, porventura, mais facilitadas (Gielis, 2009). Nem “lá”, nem “cá”, os migrantes encontram-se numa interação de lugares, imaginados ou virtuais com a facilidade trazida pela tecnologia – ponto que os distingue da emigração dos anos 1960-70 –, ou em lugares como Thetford, não fechados, mas sim lugares de relações, mais do que uma cidade inglesa, com bandeiras portuguesas à porta de cafés, com jornais e revistas que trazem a noção de não se estar nem “lá”, nem “cá”, mas numa negociação dos dois. Como indica um testemunho recolhido em Thetford referindo-se a um café local: “Estar aqui no Pedro ou estar no Montijo, de que eu gosto tanto, é igual” (França, 2015:20).

2.3. Emigração portuguesa recente

Não obstante os desafios referentes à falta de harmonia entre as diferentes fontes estatísticas, é inegável a profunda transformação ao nível das mais recentes saídas de portugueses (notadamente desde o ano 2000), assim como ao nível da diversificação dos destinos – já não se fazendo sentir o grande “peso” de destinos como o Brasil ou França no passado –, embora sobretudo europeus (ver gráfico 1), tendência que se faz sentir já desde a década de 1960 – 6% para 67% entre 1960 e 2010 (Peixoto et al. 2016:34-36; Pires et al. 2014:43). Já entre 2001 e 2010 assiste-se à saída de cerca de 700 mil portugueses (ver gráfico 2).

19 Existe também o problema das equivalências ao nível dos cursos universitários. Como é referido num testemunho na reportagem do *Expresso* por Ana França, “O problema aqui são as equivalências, há cursos que quase que se têm de tirar outra vez”.

20 Para Wimmer e Glick Schiller (2002) é importante reconhecer que as questões ligadas às relações transmigratórias extravasam o nível do Estado Nação. Para os autores, existe a necessidade de considerar outros níveis de análise (como o bairro, a família ou os amigos), vivendo os migrantes em redes sociais transversais, em que o nível nacional é apenas um entre outros níveis, sendo mais correto – na opinião dos autores –, adotar o termo “transsocial” e não “transnacional”. Alertam contudo para a importância do nível nacional no que toca às questões identitárias.

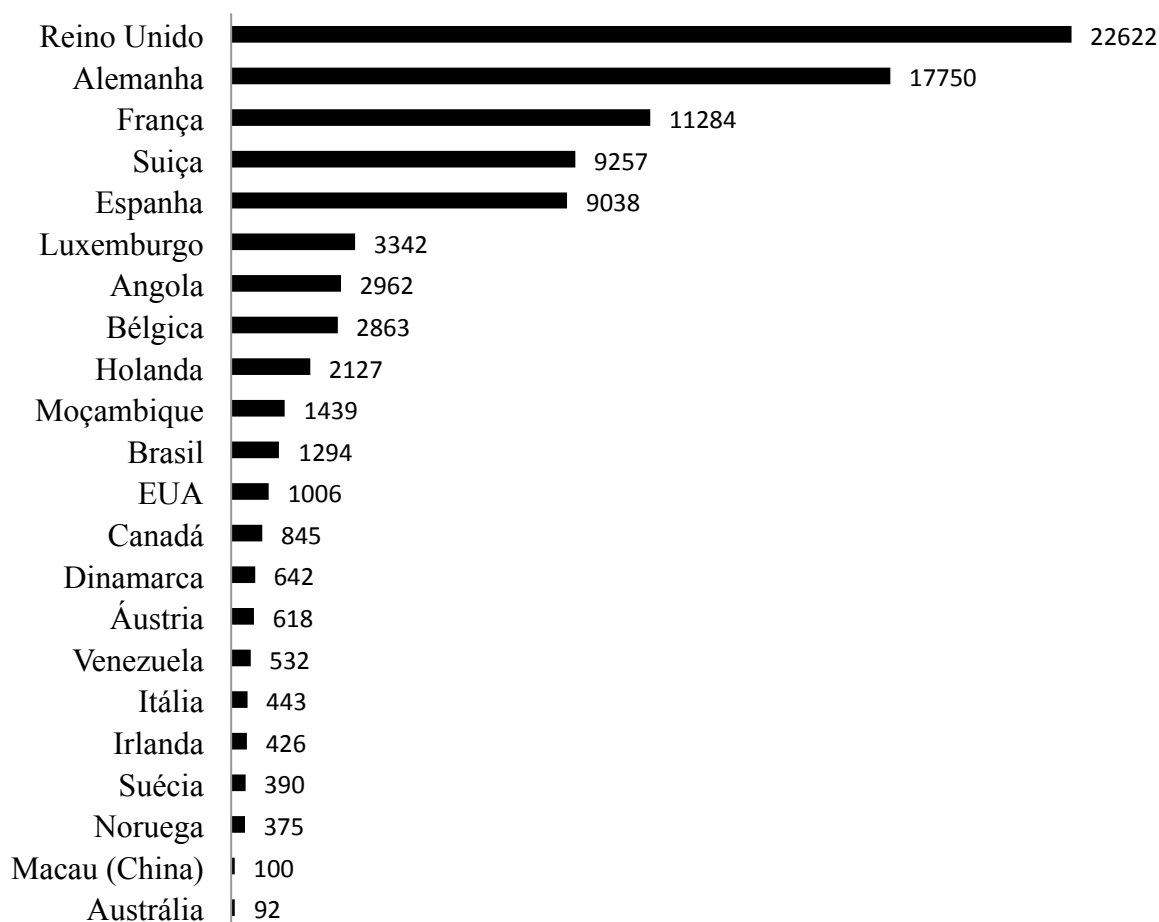


Gráfico 1. Entradas de portugueses, principais países de destino da emigração, 2017 ou último ano disponível.

Fonte: Pires et al., 2018. Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de: [DEU] Statistisches Bundesamt Deutschland; [AGO] Conselhos de Angola em Portugal (Lisboa e Porto); [AUS] Department of Immigration and Citizenship and Border Protection; [AUT] Statistics Austria; [BEL] Eurostat, Statistics Database, Population and Social Conditions; [BRA] Ministério do Trabalho e Emprego; [CAN] Citizenship and Immigration Canada; [DNK] Denmark Statistik; [ESP] Instituto Nacional de Estadística; [USA] US Department of Homeland Security; [FRA] Institut National de la Statistique et des Études Économiques; [NLD] Centraal Bureau voor de Statistiek; [IRL] Eurostat, Statistics Database, Population and Social Conditions; [ITA] Eurostat, Statistics Database, Population and Social Conditions; [LUX] Le Portail des Statistiques du Luxembourg; [MAC] Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, Governo da RAE de Macau; [MOZ] Ministério do Trabalho de Moçambique; [NOR] Statistics Norway; [GBR] Department for Work and Pensions; [SWE] Statistics Sweden; [CHE] Office Fédéral de la Statistique; [VEN] Instituto Nacional de Estadística.

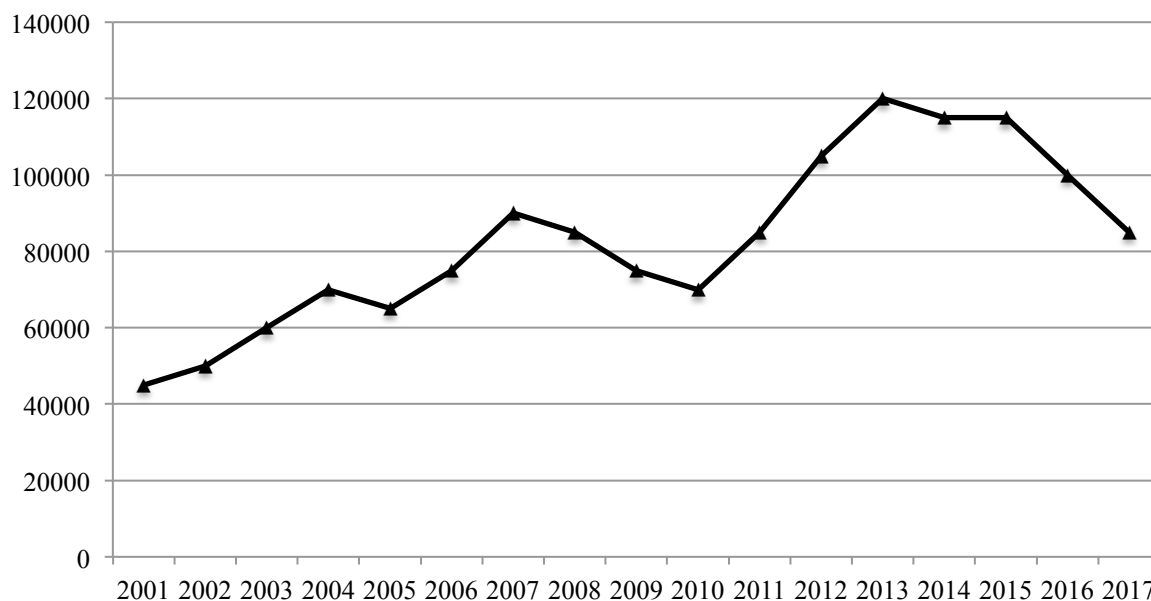


Gráfico 2. Estimativas das saídas totais de emigrantes portugueses, 2001-2017

Nota: Os valores de 2015, 2016 e 2017 são provisórios.

Fonte: Pires et al., 2018. Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração com base nos dados sobre as entradas de portugueses nos países de destino.

É aqui necessário assinalar um ponto fundamental. Especificamente no caso português, a recessão económica de 2003 (ver Lourtie, 2012:56), tem fortes impactos, fortalecendo o crescimento da emigração no início do século XXI, uma tendência que Malheiros (2002) já fazia notar:

“In the medium term, Portugal appears likely to maintain its status as a country of immigrants, where inflows of migrants clearly exceed outflows. However, several question marks still hover on the horizon. First, the present trend of falling outflows may change as a result of recession, rising unemployment, and increasing economic competition within the EU, which will increase in size with the addition of several less developed states in 2004. Along with this will come a drop in EU funds channeled into Portugal, with additional economic consequences. In this context, existing Portuguese emigration networks may be activated, especially given that the free circulation of people within the EU facilitates temporary migration and coming-and-going strategies. The ongoing policy of reinforcing links with the Portuguese diaspora worldwide, which is expected to continue, will also likely facilitate further outflows.”

No intervalo entre 2011 e 2014, têm lugar cerca de 400 mil saídas, isto de acordo com os dados provenientes do Observatório da Emigração (Peixoto et al., 2016:34-36). É a partir de

2011 que o saldo migratório em Portugal se torna negativo, tendência que se mantém até 2016 (ver gráfico 3).

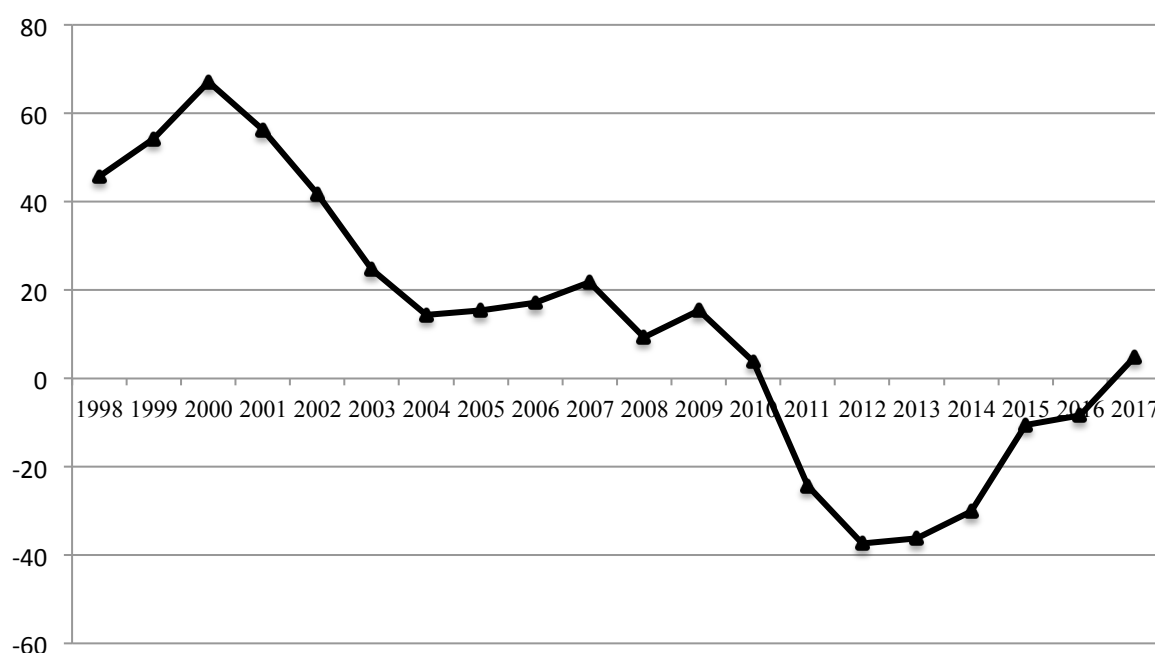


Gráfico 3. Estimativa dos saldos migratórios dos movimentos permanentes, 2000-2017.

Fonte: Observatório da Emigração – <http://observatorioemigracao.pt/np4/1315/>. Acesso em: 24 setembro 2019. Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Eurostat, Database on Population and Social Conditions, Demography and Migration.

É notório o incremento de saídas sobretudo até 2007, assistindo-se a uma redução nos anos seguintes, dados os efeitos globais trazidos pela crise de 2008. Estes anos de aumento do número de saídas, prende-se, numa visão macro, com a conjuntura socioeconómica desfavorável vivida então particularmente em Portugal. Contrariamente a outros casos no contexto europeu, nomeadamente o Reino Unido, Suíça e Alemanha, em que se assiste a uma recuperação ao nível económico, Portugal sofre as consequências da chamada “dívida soberana”, traduzindo-se numa nova aceleração do número de saídas, atingindo-se valores apenas observáveis recuando à década de 1960, culminando no “pico” registado no ano de 2013 (Peixoto et al., 2016:36; Pires, 2014:21).

Como resultado de algumas melhorias ao nível económico em Portugal, nomeadamente no que diz respeito ao mercado de trabalho – subida da taxa de emprego de 49,6% em 2013 para 51,9% em 2016 e descida da taxa de desemprego de 16,2% para 11,1% no mesmo intervalo – assiste-se uma redução ao nível do número de saídas do país. Face às assimetrias entre as

oportunidades existentes em Portugal e aquelas existentes nos principais países de destino no contexto da emigração portuguesa, aliando-se à importância das redes familiares e de amizade, não é exetável uma descida em relação aos valores respeitantes às saídas de portugueses para números registados antes da crise de 2008. Importa contudo olhar para estas questões com prudência tendo em conta os possíveis efeitos do Brexit (Pires et al. 2017:31).

De acordo com os últimos dados disponíveis (2018), a descida no número de saídas mantém-se, destacando-se como uma das causas explicativas não apenas a já mencionada retoma da economia portuguesa, associando-se ainda este fator às incertezas e inseguranças já trazidas pelo Brexit. Note-se, a este respeito, na redução de 26% no número de entradas de portugueses no Reino Unido de 2016 para 2017.

Apesar das mudanças anteriormente descritas, Portugal mantém-se como o país da União Europeia que apresenta maior número de emigrantes em proporção da população residente (tendo em consideração apenas países com população superior a um milhão de habitantes), mantendo-se o Reino Unido como o principal destino da emigração portuguesa e França o país onde vive o maior número de emigrantes portugueses (nascidos em Portugal) – ver gráfico 4.

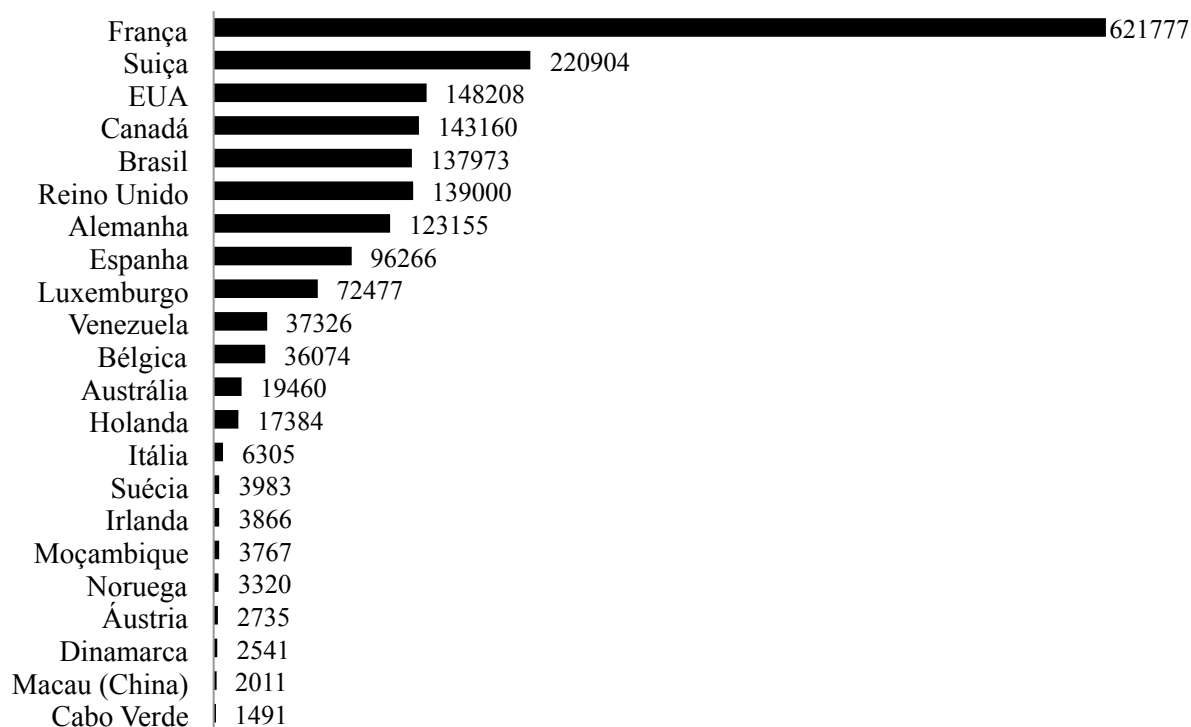


Gráfico 4. Principais indicadores da emigração portuguesa: residentes nascidos em Portugal,

2017 ou último ano disponível.

Fonte: Pires et al., 2018. Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de: [DEU] Statistisches Bundesamt Deutschland; [AGO] Consolados de Angola em Portugal (Lisboa e Porto); [AUS] Department of Immigration and Citizenship and Border Protection; [AUT] Statistics Austria; [BEL] Eurostat, Statistics Database, Population and Social Conditions; [BRA] Ministério do Trabalho e Emprego; [CAN] Citizenship and Immigration Canada; [DNK] Denmark Statistik; [ESP] Instituto Nacional de Estadística; [USA] US Department of Homeland Security; US Census Bureau, Current Population Survey; [FRA] Institut National de la Statistique et des Études Économiques; [NLD] Centraal Bureau voor de Statistiek; [IRL] Eurostat, Statistics Database, Population and Social Conditions; [ITA] Eurostat, Statistics Database, Population and Social Conditions; [LUX] Le Portail des Statistiques du Luxembourg; [MAC] Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, Governo da RAE de Macau; [MOZ] Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) com base em dados do Ministério do Trabalho de Moçambique; [NOR] Statistics Norway; [GBR] Department for Work and Pensions; [SWE] Statistics Sweden; [CHE] Office Fédéral de la Statistique; [VEN] Instituto Nacional de Estadística. [Todos os países, registos consulares]: Direcção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP).

A inexistência de novos dados referentes à composição sociodemográfica da população portuguesa emigrada conduz à consulta da informação proveniente dos censos de 2000/1 assim como de 2010/11 para o conjunto de países da OCDE. No que diz respeito ao *stock*, sabemos, em termos globais, que se trata de uma população envelhecida – entre 2001 e 2011, passou de 9% para 17% o grupo etário referente aos portugueses emigrados com mais de 64 anos nos países referidos – constituída maioritariamente por indivíduos pouco qualificados. Apesar dos mais recentes fluxos serem constituídos por população mais jovem e mais qualificada, os efeitos na população emigrada são reduzidos para travar o envelhecimento e pouca qualificação que a caracterizam (Pires et al., 2018:23-25).

É uma população maioritariamente jovem a sair do país. Estima-se que desde 2010 tenham saído do país mais de 200 000 indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos, sendo ainda importante referir que porventura os valores respeitante à saída de jovens possa pecar por defeito²¹. Relativamente ao género, é notória uma percentagem ligeiramente superior de homens – 52%. Apesar do aumento de 6% para 10% entre 2001 e 2011 no que diz respeito à população qualificada, continua a ser predominante o peso da população menos qualificada, especificamente operários – 31% (Pires et al. 2014:52).

Relativamente ao regresso de emigrantes, importa referir que, de acordo com o censo português, entre 2001 e 2011 regressam mais de 230 mil indivíduos nascidos em Portugal – ver gráfico 5.

21 Note-se que muitos jovens não alteram o registo da sua residência apesar de não estarem já em Portugal, constituindo aquilo que Saskia Sassen denomina como “eventos invisíveis”. Ver detalhes em <http://www.publico.pt/portugal/jornal/emigracao-dados-oficiais-nao-contam-tudo-29165197>

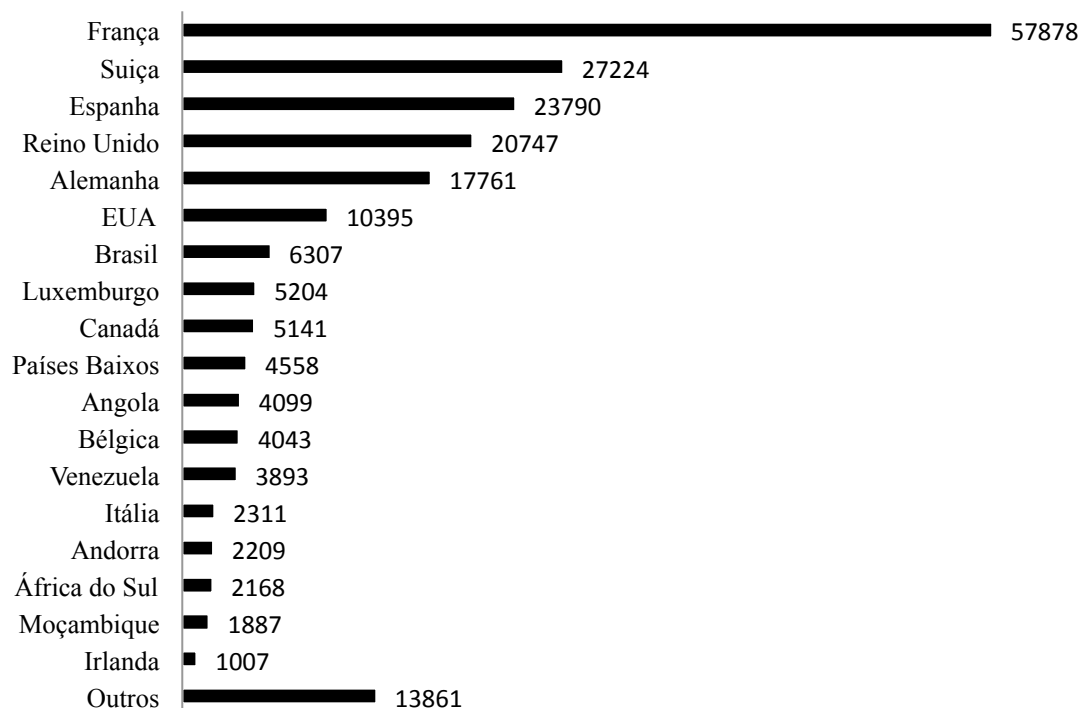


Gráfico 5. Emigrantes nascidos em Portugal regressados entre 2001 e 2011.

Fonte: Peixoto et al., 2016. Elaborado pelos autores, com base em INE, Censos 2011 (apuramentos específicos solicitados para o projeto REMIGR).

Desconhecendo-se os valores referentes ao grupo etário ao qual pertencem, sabe-se apenas que terão perfis diversificados, com emigrantes recentes e de períodos anteriores. Dentro dos regressados ao Portugal, e relativamente ao país de proveniência são observáveis os valores elevados referentes a França, encontrando-se ainda valores significativos para Suíça, Espanha e Reino Unido e Alemanha (Peixoto et al. 2016:42-43).

2.4. Emigração portuguesa para França

Iniciando-se na década de 1960 com a saída de mão-de-obra do sul da Europa rumo aos países industrializados, a emigração de portugueses para França consolida-se em 1962, ano em que se assume como principal destino (Rocha-Trindade, 2015:47). Entre 1962 e 1973, saem rumo a destinos europeus cerca de um milhão de portugueses – migração enquadrada no modelo de “trabalhadores convidados” –, sendo que para França segue 81,7% desse contingente (ver Baganha, 1994:975). Como coloca Rocha-Trindade (2015:47), “(a) crise económica mundial que se iniciou nos anos 70 veio a jugular a corrente migratória intra-

européia”, sendo que “as taxas de desemprego crescentes nos países deste continente deram origem a medidas, por parte dos países recetores, destinadas a estimular o regresso voluntário e definitivo dos migrantes aos seus países de origem”. A revolução de Abril de 1974 tem também como consequência o regresso de emigrantes que haviam encontrado asilo em França. Uma nota deve ser aqui realizada no que diz respeito às décadas de 1970 e 1980, em dois marcos fundamentais: 1974 com a revolução, e 1986 com a adesão à Comunidade Económica Europeia. Tal como sublinha Rocha-Trindade (2015:225-226):

“Na França dos anos 60, Portugal não era, em geral, um país querido. Talvez por desconhecimento da terra e das gentes e talvez por preconceito da rejeição ideológica de um país não democrático, os portugueses carregavam aos ombros o ónus da ditadura, da guerra colonial e do isolamento internacional. Tudo mudou com Abril de 1974, em que Portugal passou para as páginas de abertura dos noticiários, onde os Franceses reviviam os seus próprios tempos excitantes de Maio de 68. O país passou a ser visitado por intelectuais, artistas, pensadores, activistas políticos e, para além disso, por pessoas que queriam assistir ao desabrochar de uma nóvel *[sic]* democracia. [...] Outro grande momento de mudança de estatuto dos Portugueses em França ocorreu com a adesão de Portugal às Comunidades Europeias em 1986, passando a ser considerados não mais como imigrantes, mas como cidadãos comunitários portadores de cidadania europeia. Símbolo da consciência desta nova situação é o facto de, em manifestações públicas dos Portugueses em França, ter vindo a aparecer, a par das bandeiras dos dois países, a da União Europeia.”

Estas duas datas são também cruciais para a evolução das migrações. A democratização do país e a sua adesão à Comunidade Económica Europeia trazem consigo uma viragem rumo ao crescimento económico que não pode ser obviada.

Se entre 1962 e 1973 saem de Portugal cerca de 85 000 indivíduos (Baganha, 1994:975), já entre 1970 e 1980 os valores rondam as 30 000 saídas anuais.

Entre 1980 e 1990, França perde o seu lugar como principal destino – em detrimento da Suíça e do crescimento dos fluxos para o Luxemburgo – da emigração portuguesa que, apesar de um incremento – que ronda as 33 000 saídas anuais – apresenta uma dimensão assinalavelmente menor do que a observada nas décadas de 1960 e 1970 (ver Baganha e Peixoto, 1997).

Rui Pena Pires e colegas chamam a atenção para a baixa fiabilidade dos dados sobre as entradas de portugueses em França, sendo que estes consistem em estimativas que se centram nas variações do volume da população portuguesa emigrada em França e na sua comparação com as variações que ocorreram em outros destinos da emigração portuguesa (2014:122). Estima-se que, entre o ano de 2005 e 2010, tenham entrado (em média) cerca de 8 000

portugueses em França. No que diz respeito ao número de portugueses emigrados em França, assiste-se a um incremento de 567 000 indivíduos em 2005 para números que rondam os 595 900 no ano de 2018 (ver gráfico 6).

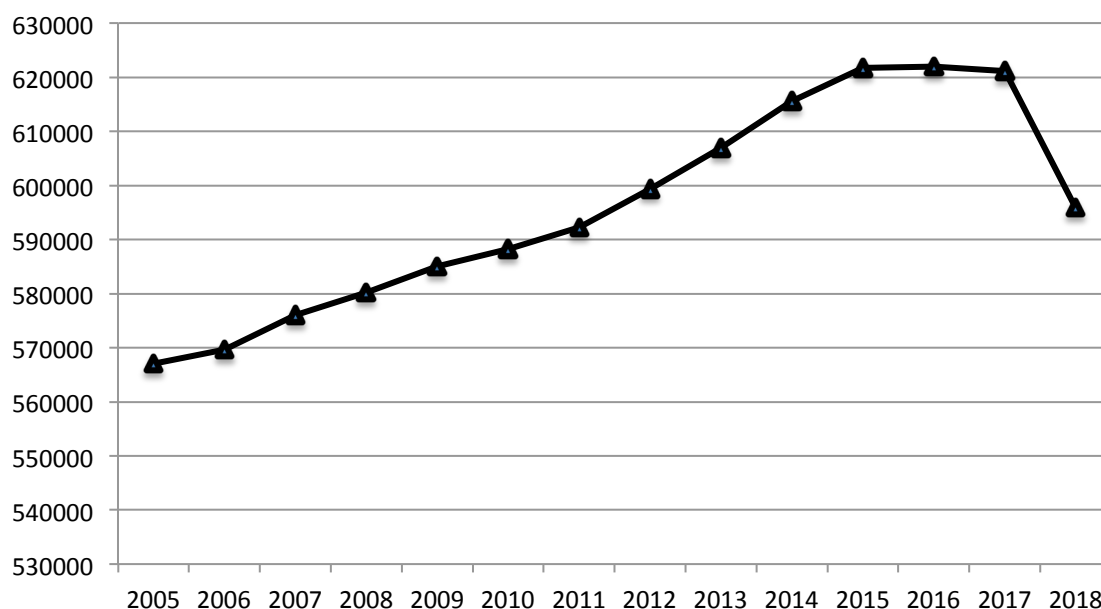


Gráfico 6. Nascidos em Portugal residentes em França, 2005-2018.

Nota: Os valores de 2017 e 2018 são provisórios.

Fonte: Observatório da Emigração – <http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=74>. Acesso em: 24 setembro 2019. Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, dados de Institut national de la statistique et des études économiques, Nascidos no estrangeiro e em Portugal, estrangeiros e portugueses, 2005, Nascidos no estrangeiro e em Portugal, 2006, Estrangeiros e portugueses, 2006, Nascidos no estrangeiro e em Portugal, 2007, Estrangeiros e portugueses, 2007, Nascidos no estrangeiro e em Portugal, 2008, Estrangeiros e portugueses 2008, Etrangers selon le sexe, la catégorie de population et la nationalité détaillée (accedidos em 22/11/2012, últimos valores actualizados; os valores referentes a 2009 foram accedidos na mesma data mas deixaram de estar disponíveis no anterior endereço); Nascidos no estrangeiro em Portugal, 2010, Estrangeiros e portugueses, 2010. Os valores de nacionalidade para o ano 2011 foram accedidos através da categoria "Les immigrée par sexe, âge et pays de naissance" e da nacionalidade "Population par catégorie socioprofessionnelle et nationalité". Os valores de nacionalidade a partir de 2012 foram accedidos através da categoria "Population par sexe, âge et nationalité" e nacionalidade "Répartition des immigrés par pays de naissance"; United Nations Statistics Division (estimativas).

Os portugueses constituem a terceira maior população de emigrantes a residir em França – 11% do número total de imigrantes neste país – seguidos dos argelinos e marroquinos – ver gráfico 7) (Pires et al., 2014:122; 2018:161).

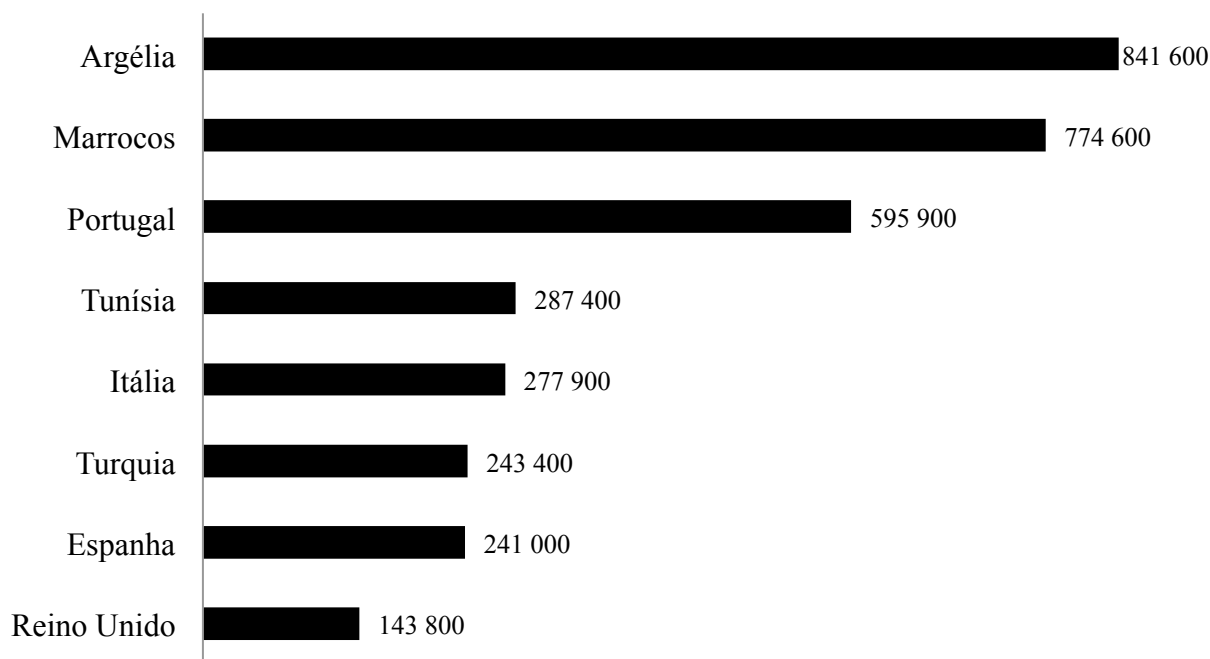


Gráfico 7. Residentes em França por país de nascimento, 2018.

Fonte: INSEE, recensements de la population e estimations de population – <https://insee.fr/fr/statistiques/2381755>. Acesso em: 24 setembro 2019.

Tendo em consideração apenas a população imigrante nascida na União Europeia, os portugueses passam à primeira posição, assim como na categoria *étrangers* – dado que uma parte significativa dos imigrantes que nascem no Norte de África (particularmente na Argélia), têm nacionalidade francesa, considerados *repatriados* (Pires et al. 2014:122).

Já de acordo com as estimativas mais recentes – num quadro de ausência de dados e mudanças de critérios por parte do Institut national de la statistique et des études économiques (INSEE) –, é apontada uma descida na emigração portuguesa para França, estando os valores nas 11 284 entradas (ver gráfico 8). Terá a proporção de portugueses nos movimentos de entrada em França baixado de 8% nos anos de 2012 e 2013 para cerca de 4% em 2016 (Pires et al. 2018:158).

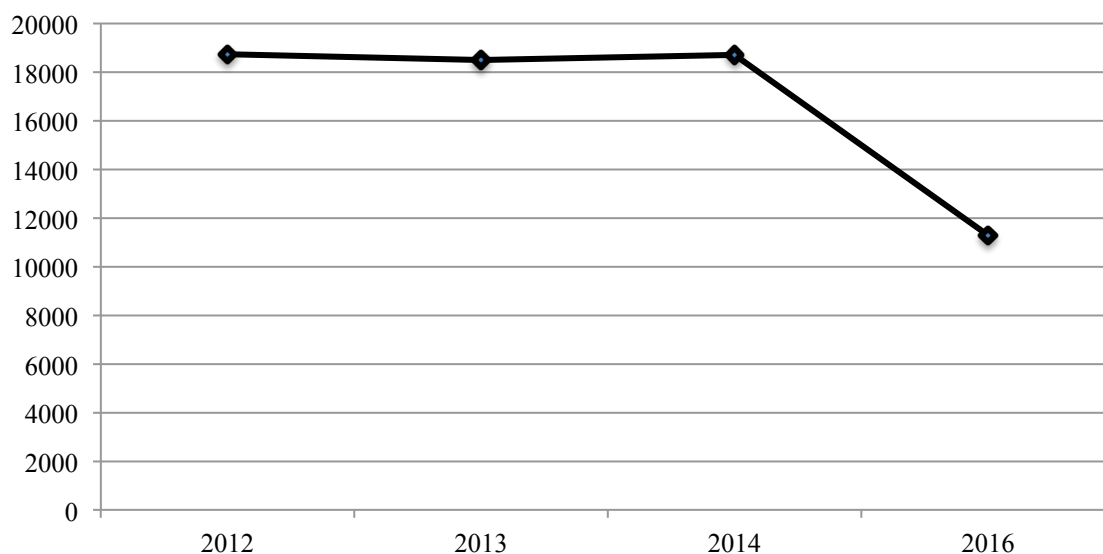


Gráfico 8. Entradas de portugueses em França, 2012-2016.

Fonte: Pires et al., 2018. Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores do Institut National Etudes Démographiques, Institut National de la Statistique et de Études Économiques.

É necessário todavia ter prudência ao olhar para estes números. Como explicam os autores do relatório supramencionado:

“Todas estas mudanças apontam, pois, no sentido de uma redução significativa da emigração portuguesa para França. Porém, os problemas na comparação entre as várias séries de dados disponibilizadas pelo INSEE aconselham, de momento, alguma cautela com a medição da amplitude de tal redução, não sendo ainda possível validar para esse efeito o valor de 11,284 entradas em 2016. Neste relatório será, porém, o valor usado, pois não só é o único disponível como é também a forma de assinalar a clara descida na emigração portuguesa para França que os outros dados analisados indiciam como muito provável” (2018:158).

No que toca às naturalizações, o número tem vindo a decrescer (cerca de 11 000 no ano 2000 para 3 000 em 2012) acompanhando-se a tendência de naturalizações neste país no seu todo (150 000 para 96 000 no intervalo de tempo mencionado). Contudo, foi em França que (em média) mais portugueses se naturalizaram, resultante do elevado número de população emigrada (Pires, 2014:124).

Relativamente à distribuição dos emigrantes portugueses em França após 1998, é possível constatar que a mesma se aproxima da que teve lugar antes do momento referido, sendo as

regiões de Île-de-France (onde se integra o departamento de Paris), seguindo-se Rhône-Alpes e Provence-Alpes-Côte d’Azur a deter 76,4% do total de emigrantes a entrar no país depois de 1998 e 76,4% após o ano mencionado. Mais especificamente, a região de Île-de-France é escolhida por 63,1% daqueles que emigram antes de 1999, e por 50,4% dos emigrantes recentes. Já para Rhône-Alpes, a região é mais escolhida na emigração portuguesa mais recente (15,4%) do que na emigração mais antiga, acontecendo o mesmo no caso de Provence-Alpes-Côte d’Azur (11% em contraste com 4,4%). Assiste-se assim à redução daqueles que escolhem residir na região da capital francesa e a um incremento daqueles que se fixam nas regiões cujas capitais são Lyon e Marselha (Peixoto et al. 2016:116-117).

De acordo com os Censos de 2010 pelo INSEE, é possível traçar uma caracterização da população portuguesa emigrada em França. Em termos de distribuição por sexo, assiste-se a um equilíbrio, com apenas ligeiro predomínio masculino (51% homens e 49% mulheres), sendo – no que diz respeito aos aspetos etários – uma população envelhecida (com 39% dos indivíduos com mais de 55 anos e 54% entre os 25 e os 54 anos) indiciando resultar de migrações com algumas décadas. Os mais jovens apresentam-se em números bastante baixos (7% – divididos entre os 15 e os 24 anos com 4% e menores de 15 anos com 3%). Cerca de 24% dos emigrantes portugueses encontrava-se (em 2010) já em situação de reforma, e 61% dos emigrantes portugueses jovens (com 15 e mais anos) estavam empregados. 33% dos portugueses residentes em França encontram-se inativos (resultante da soma dos reformados, 24%, e restantes inativos, 9%). Trata-se de uma população pouco qualificada, o que se reflete no perfil profissional, em que mais de 40% dos emigrantes portugueses são operários e trabalhadores similares, cerca de 32% administrativos e trabalhadores dos serviços, e 12% profissionais de nível intermédio. Quanto às restantes ocupações, 8% eram trabalhadores independentes, pequenos empresários ou comerciantes, 5% quadros superiores e especialistas de profissões intelectuais e científicas e, com menos de 1%, agricultores, tratando-se de uma população pouco qualificada (2014:122-124;182). De acordo com Peixoto e colegas, o nível de habilitações dos emigrantes portugueses que se dirigem para França é ainda baixo, com 54,3% a ter, no máximo, o nível equivalente ao 9º ano de escolaridade, e uma parca presença daqueles que possuem formação superior, apenas 6,5%. Dentro dos migrantes ativos, 52,3% desenvolvem atividades ligadas a serviços diretos a particulares ou profissão operária, e apenas 3,1% funções no quadro das profissões intelectuais ou de nível superior (2016:116).

2.5. Emigração portuguesa para o Reino Unido

De acordo com os dados analisados por Pires e colegas (2018) a emigração portuguesa constitui-se como o sétimo maior movimento de entrada no Reino Unido, representado 3,3% do total de entradas de imigrantes (2018:223), contrastando com o carácter marginal detido no passado. Comparando com outros destinos das migrações intra-europeias das décadas de 1960 e 1970, os principais destinos eram sobretudo países como França, Alemanha ou Suíça, sendo o Reino Unido um destino pouco assinalável. Os fluxos de emigrantes para o Reino Unido representavam apenas 0,2% dos 681 000 portugueses saídos, de forma legal, no período compreendido entre 1961 e 1970, havendo, em 1973, 16 250 cidadãos portugueses residentes no país referido (Peixoto et al. 2016:71-72).

Em termos evolutivos, o crescimento do número de entradas de portugueses no Reino Unido (ver gráfico 9), pode ser dividido em três grandes períodos, nomeadamente no intervalo entre 2000 e 2003, em 2007 (ano que antecede a crise económica de 2008) e entre os anos de 2011 e 2015. Se no ano de 2000 o número de entradas ronda os 1800 indivíduos, já em 2003 tende a aproximar-se dos 13 000.

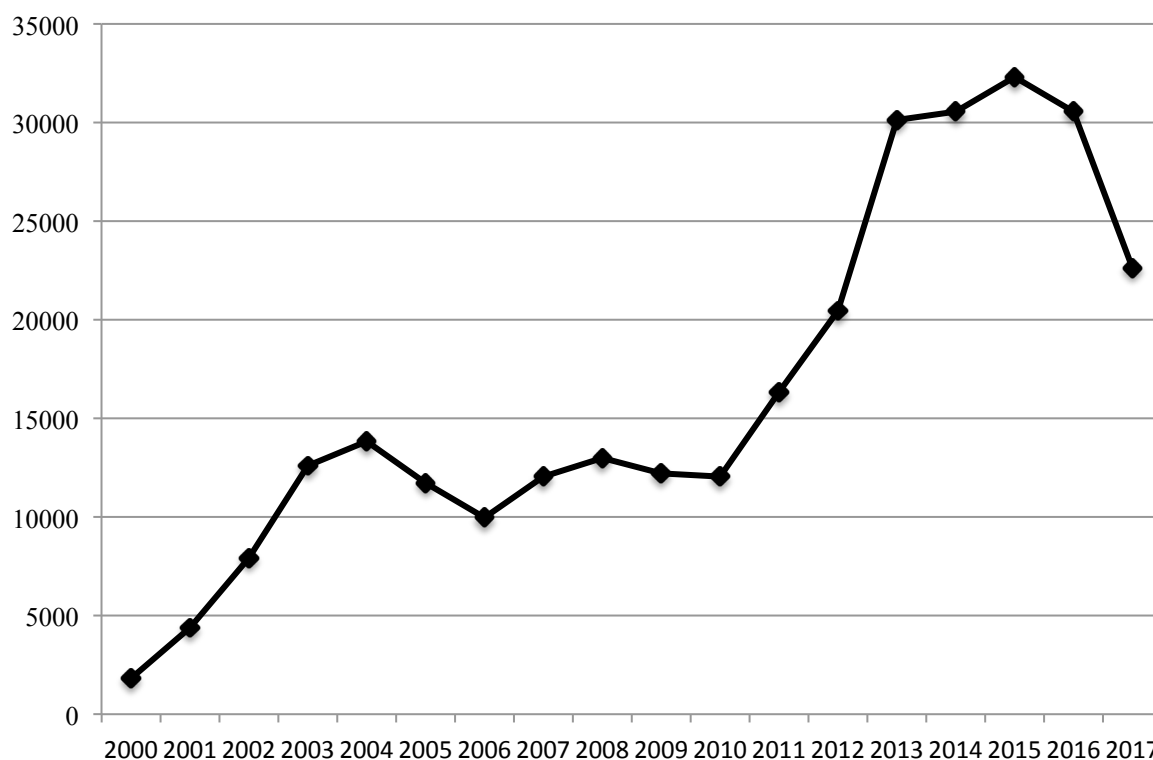


Gráfico 9. Entradas de Portugueses no Reino Unido, 2000-2017.

Fonte: Pires et al., 2018. Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de OECD, Department for

Após um período de alguma estabilidade em termos numéricos (com ligeiros abrandamentos), em 2007 assiste-se a um novo incremento no número de portugueses a escolher o Reino Unido como destino. Com a crise económica de 2008, os valores estabilizam face aos efeitos globais do evento mencionado, sendo que o grande aumento teve lugar entre os anos de 2011 e 2015, período em que o número de entradas de portugueses no Reino Unido duplica (de cerca de 16 000 indivíduos para pouco mais de 32 000). É em 2017 que se assiste a uma queda abrupta no que diz respeito aos números em questão, passando de cerca de 30 000 para aproximadamente 22 000 (uma queda que ronda os 17,2%), acompanhando a redução que se fazia já sentir em 2016 (0,4%). Esta recente descida poderá eventualmente dever-se às incertezas e anseios resultantes do Brexit. Não obstante, o Reino Unido mantém-se, ao nível mundial, como o país para onde mais portugueses decidem emigrar (Pires et al. 2017:223-224).

No período compreendido entre 2000 e 2013, estima-se que o número de portugueses emigrados no Reino Unido tenha triplicado – acompanhando o aumento de imigrantes naquele país –, passa de 34 000 indivíduos na viragem do século para 110 000 no ano de 2013, estando este valor próximo daquele registado pelo Censo de 2011 do Reino Unido.

Após um decréscimo entre 2015 e 2016 – de 140 000 para 131 000 –, em 2018, os valores referentes ao número de portugueses emigrados no Reino Unido encontra-se nos 141 000 – ver gráfico 10.

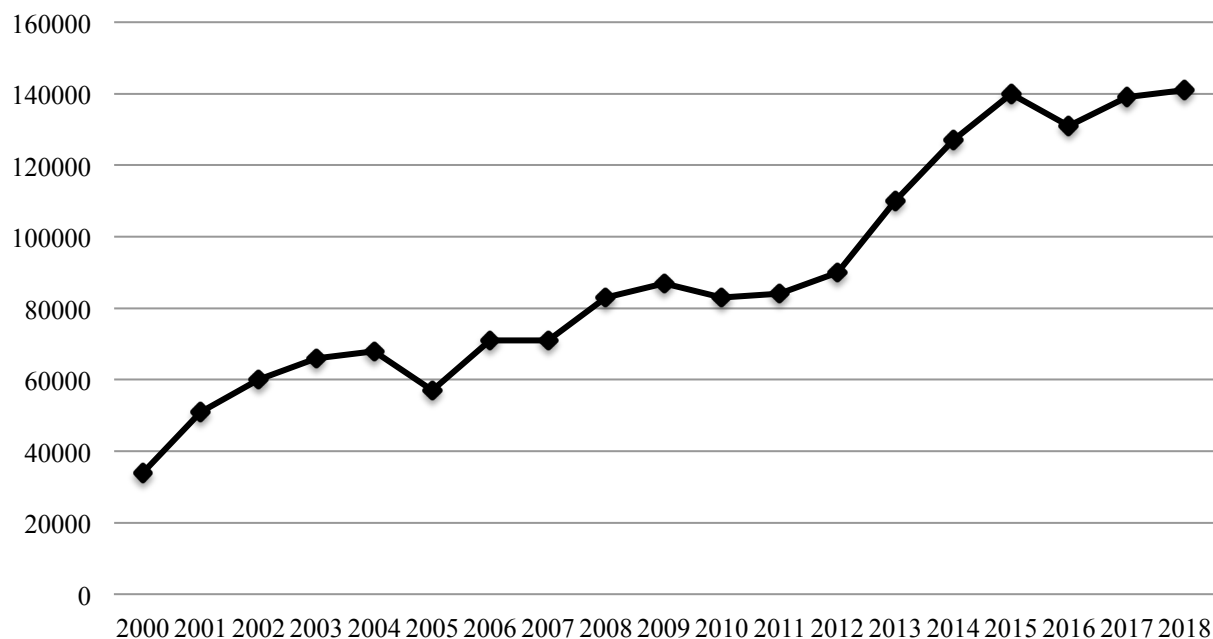


Gráfico 10. Nascidos em Portugal residentes no Reino Unido, 2000-2018.

Fonte: Pires et al., 2018 e Office for National Statistics, 2019. Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, valores de Office for National Statistics, Annual Population Survey (APS) and Labour Force Survey (LFS), Population by country of birth and nationality.

Olhando para o período compreendido entre 2000 e 2017 assiste-se a um incremento de 400% no que diz respeito aos valores em questão. Mantém-se todavia o Reino Unido como o quinto país onde mais portugueses se encontram emigrados, e o terceiro ao nível europeu.

Não obstante, quando comparada com a presença de outras nacionalidades no Reino Unido, os portugueses representam uma minoria mesmo considerando apenas os imigrantes nascidos na União Europeia – ver gráfico 11 (Pires et al. 2014:146; 2018:58; 226-227).

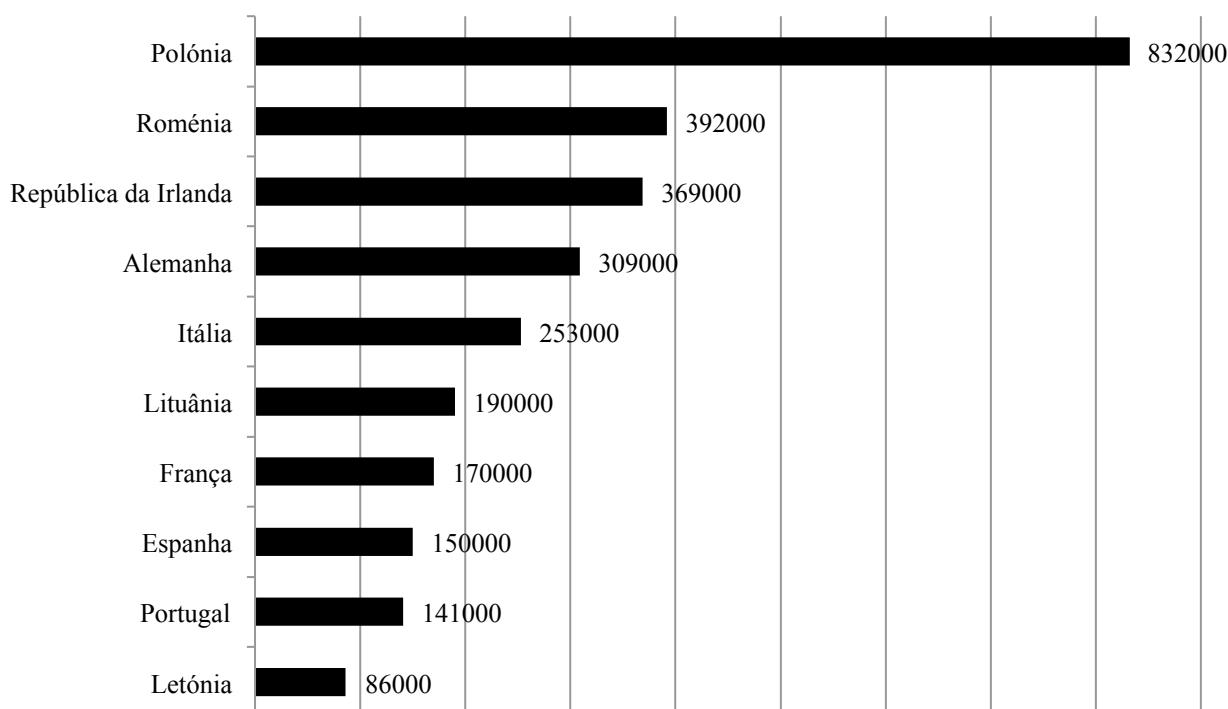


Gráfico 11. Residentes nascidos na União Europeia, por país de nascimento, no Reino Unido, 2018.

Fonte: Office for National Statistics, 2019 - <https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/internationalmigration/datasets/populationoftheunitedkingdombycountryofbirthandnationality>. Acesso em: 24 setembro 2019. Estimativas com base no Annual Population Survey (APS).

A aquisição de nacionalidade britânica por parte dos portugueses emigrados no Reino Unido merece também aqui ser sublinhada. É assinalável o número crescente de naturalizações de portugueses no Reino Unido, que acompanha o incremento de emigração para o país. As naturalizações passam de 237 em 2000 para 628 em 2013 – a par com o aumento de naturalizações de imigrantes no país de uma forma geral, que duplica num intervalo de doze anos (Pires et al.: 2014:148). Após os anos de 2014 e 2015, em que os pedidos de naturalização atingem os 318 e 422 (respetivamente), assiste-se, em 2016, à passagem aos 672 pedidos, mostrando já alguns dos efeitos do “Brexit”. Já em 2017 os números quase que duplicam (1234 pedidos), sendo um quadro revelador do estado de incerteza e receio em relação ao futuro junto da população portuguesa residente no Reino Unido (Pires et al., 2017:230; 2018:63).

No que diz respeito à distribuição geográfica dos portugueses emigrados no Reino Unido, particularmente aqueles que residem em Inglaterra, de acordo com o Censo de 2011,

praticamente metade encontra-se concentrada na região da Grande Londres, mais concretamente 47,8%. Seguem-se, no que se refere à presença de naturais de Portugal, as regiões de South East (14,5%) e East (14,2%). Importa ainda referir a existência de elevadas concentrações destes indivíduos em pequenas unidades geográficas, como Brent e Lambeth – em particular o bairro de Stockwell, ligado à “velha imigração” – na região de Londres. Associada a alguns setores específicos, como a agricultura e a indústria de carnes, encontram-se também comunidades portuguesas a sublinhar como Norfolk, em Manchester ou em Ulster, na Irlanda do Norte. Concretamente no que toca aos fluxos mais recentes, Ealing e Hounslow constituem-se como locais que mais atraem os migrantes portugueses. Por último, no que toca à distribuição geográfica, importa sublinhar a elevada mobilidade interna dos migrantes portugueses no Reino Unido (Peixoto et al. 2016:80-85).

O Observatório da Emigração foca a sua análise – em termos de caracterização sociodemográfica – nos portugueses emigrados em Inglaterra e País de Gales com base nos dados dos Censos de 2011. O enfoque é assim colocado dado que “[a] quase totalidade dos portugueses emigrados no Reino Unido (96%) reside em Inglaterra (85 845) e no País de Gales (2 316) (85 845 no total dos dois países), vivendo na Escócia e na Irlanda do Norte apenas 1,908 e 2,000, respetivamente, ou seja, 4% do total” (Pires et al.2014:92).

A emigração portuguesa para o Reino Unido (leia-se Inglaterra e País de Gales em particular), é bastante jovem, com uma idade média de 34 anos (mais detalhadamente, 37% têm entre 25 e 39 anos, entre os 40 anos e os 64 anos 30%, e 15% com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos), sendo em termos de género bastante equilibrada, com ligeira predominância das mulheres – 50,3% face a 49,7% de homens. Contudo, de acordo com os dados do sistema de segurança social – Department for Work and Pensions –, relativamente às inscrições no referido sistema, os valores apontam para uma predominância masculina²². É uma emigração caracterizada por fluxos recentes, constatável no facto de os portugueses emigrados com menos de 15 anos representarem 13% e os portugueses idosos 6%. Em relação às qualificações destes indivíduos, no ano de 2011 em Inglaterra e País de Gales, 28% completaram o ensino básico ou secundário, 19% possui diploma do ensino superior, 22% não completou qualquer grau de ensino e 31% possuía outras qualificações não especificadas – caindo na categoria “outras”. Esta população é desigual, no sentido em que ocupa em partes quase iguais o segmento qualificado e pouco qualificado. Inegável é o facto de esta

22 Deve ser assinalado que a diferenciação de critérios na realização de estimativas, nomeadamente tendo como base a naturalidade ou a nacionalidade (abrangendo-se cidadãos binacionais como portugueses/brasileiros, ou naturais de Angola ou Cabo Verde, como exemplo) trazem resultados diferentes.

população incluir um segmento mais qualificado do que o encontrado em relação a outros destinos. Os portugueses emigrados no Reino Unido são também pouco afetados pelo desemprego (apenas 6% – 4 677 indivíduos), estando 64% dos emigrantes com mais de 15 anos empregados, e 25% inativos. Mais ainda, 5% da população emigrante no Reino Unido era, em 2011, estudante a tempo inteiro.

Trabalhadores não qualificados, dentro dos portugueses residentes em Inglaterra e País de Gales, correspondia a 29%, sendo a percentagem de trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices correspondente a 13%.

Empregados como operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem eram 11%, igual proporção para os trabalhadores dos serviços pessoais e proteção. Especialistas das profissões intelectuais e científicas representavam 10% e 7% eram quadros superiores e dirigentes, percentagem igual para os técnicos e profissionais de nível intermédio. Vendedores e pessoal dos serviços associados eram 6%, igual peso para o pessoal administrativo e similares. Sumarizando, assiste-se ao predomínio das profissões não qualificadas, contudo, é inegável a presença das profissões qualificadas, nomeadamente em Inglaterra e no País de Gales. O Reino Unido constitui o principal polo de atração da emigração portuguesa qualificada (Peixoto et al. 2016:76-80; Pires, 2014:192-193).

CAPÍTULO 3

ESTADO-PROVIDÊNCIA

3. ESTADO-PROVIDÊNCIA

3.1 Principais fundamentos

Na definição de Asa Briggs, o Estado-Providência consiste numa forma de Estado que atua em três formas essenciais: Em primeiro lugar, garantindo aos indivíduos e famílias um rendimento mínimo independentemente do valor do seu trabalho ou da propriedade possuída; Em segundo lugar, limitando os níveis de insegurança ao permitir que os indivíduos e famílias tenham acesso a apoio face a eventuais “contingências sociais” – nomeadamente desemprego, doença ou velhice –, que, de outro modo, conduziriam a situações problemáticas; Por último, assegurando que todos os cidadãos, sem distinção do seu estatuto ou classe, possam usufruir dos melhores níveis de serviços sociais dispostos pelo Estado. Diz ainda o autor, que se os dois primeiros princípios assentam na base de um “mínimo” garantido aos cidadãos, já o último vai ao encontro de uma situação ‘ideal’ (2006:16). Argumentaria que, mais que um cariz “mínimo” ou “ideal”, estes constructos trazidos por Briggs vão sendo detidos quase como “utópicos” face aos desafios que atualmente acompanham os diversos sistemas de segurança social. De facto, estas três formas que estruturam o chamado Estado-Providência encontram-se cada vez mais no centro da discussão política e pública, seja pelas questões referentes à sustentabilidade dos sistemas de segurança social, assim como no que diz respeito ao merecimento ou elegibilidade em relação aos direitos sociais, em que, notadamente, o estatuto social ou o conceito de “classe” se sobrepõem a outros fatores, sobretudo quando abordamos os fenómenos migratórios e as migrações “pretendidas” e “não pretendidas” (Geddes, 2003) ou “boas” e “más” (Sinn, 2004). Contudo, e antes de se abordar a génese, história ou evolução do conceito de Estado-Providência, importará destacar questões mais profundas que estão a montante.

Stuart White (2010) traz-nos uma perspetiva filosófica para as questões referentes ao Estado Social, explorando três pontos que considera essenciais: a conceção de *necessidade*, princípios de *igualdade* e as implicações do Estado-Providência para a *liberdade*. Como coloca o autor, os Estados Providência são frequentemente entendidos como mecanismos para a satisfação de necessidades básicas. Torna-se assim importante identificar o conceito de “necessidade”. Apoiando-se no contributo de Amartya Sen (1992) com a sua noção de “capacidade”, White (2010) traz à discussão alguns elementos fundamentais para um entendimento da relação entre os indivíduos, famílias e o Estado-Providência. As capacidades ligam-se ao poder, por parte das pessoas, de alcançar um dado conjunto de “funcionalidades”

(Sen, 1992 citado por White, 2010:20). Em traços gerais – e recorrendo a um exemplo “clássico” –, sublinhava já Adam Smith que, no século XVIII, era importantíssimo para um artesão possuir uma camisola de linho (Sen, 1997, citado por White, 2010:20). De facto, não se trata de uma necessidade biológica, mas sim de uma necessidade que se baseia em termos relacionais: a posição de um indivíduo na sociedade, assim como num cariz subjetivo. Começando pelo último ponto (subjetividade), a necessidade de um indivíduo não será certamente a de um outro. Aspetos que podem ser fundamentais como estar nutrido, escapar a uma morte prematura ou outros aspetos elementares da condição humana, complexificam-se quando as necessidades adquirem um carácter relacional, em que fatores como a participação numa comunidade ou auto respeito adquirem peso para o indivíduo (loc. cit). Qual então a importância desta perspetiva filosófica? Quando abordamos as questões referentes ao Estado-Providência, inevitavelmente somos confrontados com a garantia de direitos que vão ao encontro de “necessidades básicas”, com a assistência aos “mais necessitados”. Se tomarmos o Estado-Providência como um mecanismo para satisfazer as mencionadas necessidades básicas, deparamo-nos com o desafio de definição das mesmas. São diversas as dificuldades em torno dessa definição, culminando numa fácil contestabilidade e quase incapacidade de fornecimento de uma explicação satisfatória. O motivo prender-se-á porventura com as contradições que encontramos ao abordar este ponto. Partindo das necessidades dos indivíduos, e se encararmos os direitos sociais como um direito moral dos cidadãos, colidimos por outro lado com a condicionalidade desses mesmos direitos, muito ao encontro das provas de recursos (*means testing*) que encontramos nos regimes liberais como o Reino Unido (não obstante a existência, nos regimes referidos, de direitos resultantes das contribuições dos cidadãos). De um lado, reside o dever de providenciar aos cidadãos um conjunto de recursos essenciais (de difícil delimitação) sobretudo quando enfrentam situações de carência, no lado oposto, encontramos os argumentos que se prendem com uma visão reprovativa face àqueles que reúnem recursos independentemente da sua participação na sua sociedade. Mais ainda, existe o perigo, aquando da garantia de recursos mínimos por parte do Estado-Providência, de se estigmatizar o indivíduo que beneficia destes, sobretudo – continuando dentro do exemplo dos regimes liberais (particularmente das provas de recursos ou *means testing*) –, quando as necessidades do indivíduo têm que ser “comprovadas”. Outro dos riscos desta visão recai na perceção por parte de uma fração significativa da população – com maior impacto no que diz respeito a participação política – que vê a assistência às necessidades dos mais carenciados como algo que não deve ser suportado pelos sistemas de segurança social. Essa visão culmina em situações preocupantes como aquelas

que dizem respeito à visão (no contexto das migrações) dos nativos face aos migrantes, sendo estes os beneficiários da assistência do Estado (Jurado et al. 2013:3). Ora, esta linha de pensamento leva-nos às questões relativas a uma maior distribuição dos benefícios – não completamente assente na definição de “necessidades básicas” –, tal como à noção de equidade ou *igualdade* (White, 2010:21-23).

Se seguirmos os modelos de Esping-Andersen (1990), constatamos que sobretudo nos países que optam pelos Estados Providência conservadores ou social-democratas, procura-se que o acesso aos benefícios nas áreas da educação ou saúde assente numa base equitativa, isto é, independentemente do estatuto social dos indivíduos. Por outro lado, os países com modelos liberais detêm como preocupação central colmatar as “necessidades básicas” dos mais carenciados. Contudo, se para este último modelo o grande desiderato reside exclusivamente em ir ao encontro dos indivíduos que apresentam maiores carências, procurando mitigar ou prevenir as questões aliadas às desigualdades resultantes da “sorte” dos indivíduos, isto é, do local onde nasceram, da sua “etnia” ou género, não são contempladas. Já no contexto dos modelos conservadores ou social-democratas, o facto de se situarem acima das preocupações exclusivistas em relação aos mais carenciados, mas sim numa base equitativa (ou de igualdade social) procurando salvaguardar qualquer existência de desigualdades de acesso a benefícios, não são questionadas as desigualdades sociais que subjazem na sociedade (nomeadamente, os cidadãos mais carenciados do que a média da população) (White, 2010:25).

Três objetivos no contexto da igualdade devem ser trazidos à discussão. Stuart White (2010:24) sintetiza:

“Meritocracia forte”. Este conceito diz respeito à igualdade de oportunidades para os indivíduos independentemente do seu “meio” social, “etnia” ou género (...) de forma a poder desenvolver as suas aptidões de forma a alcançar o estatuto social resultante do mérito.

“Sorte igual”. Os indivíduos não devem estar numa situação de desvantagem relativamente às suas oportunidades devido a questões que se prendem meramente com “sorte”, ou seja, como exemplo, com a “classe” social onde se inserem ao nascer.

“Igualdade relacional”. Esta noção diz respeito à conceção de uma “boa” sociedade como aquela em que as relações sociais se estabelecem pela igualdade de estatuto na ausência de qualquer forma de domínio.

Mais que enumerar um conjunto de princípios básicos que devem pautar os diferentes regimes ou modelos de Estado-Providência, o autor explora importantes questões que densificam a discussão e nos mostram a complexidade desta temática.

Um dos vários exemplos que nos traz liga-se ao ponto que denomina como “meritocracia forte”. White explica-nos que uma sociedade assente na valorização do mérito dos indivíduos implica a igualdade de oportunidades, acompanhada pela ausência de discriminação ao nível da empregabilidade. Não obstante, esta visão deve abrigar não apenas a elegibilidade ou acesso a um conjunto de oportunidades, mas também ao *desenvolvimento* de competências, elemento sobre o qual o Estado-Providência detém suma importância podendo atuar através de intervenções públicas, nomeadamente: na atuação ao nível da educação das crianças nos primeiros anos de formação; na própria conceção do sistema de educação; ao nível da distribuição de recursos financeiros para as famílias, que culminam num papel fulcral em determinar as oportunidades no campo da educação, assim como no mercado de trabalho. Como sublinhado acima no contraponto entre modelos liberais e conservadores ou social-democratas, ir apenas ao encontro das “necessidades básicas” ou, de forma simplista, promover a equidade de elegibilidade a direitos sociais não constituem – numa análise em torno da ética e funcionamento do Estado-Providência – soluções definitivas *per se*. Se tomarmos o exemplo de um indivíduo que tem um maior rendimento do que um outro porque decidiu trabalhar mais, a desigualdade poderá parecer justa, considerando que ambos detêm as mesmas oportunidades. Apesar de ambos os indivíduos possuírem – de acordo com os pontos atrás elencados – “sorte igual”, há um novo elemento que surge na discussão: responsabilidade pessoal. Ora, no contexto particular dos benefícios sociais trazidos pelo Estado-Providência, um fator diferenciador nos critérios de acesso a determinados benefícios ou direitos assenta justamente no quão responsáveis são os indivíduos pelas suas desvantagens. Um exemplo ajuda-nos a compreender a responsabilização do indivíduo. Seria perentório – no quadro da responsabilização pessoal e igualdade –, pensar que as pessoas que escolhem “maus hábitos”, nomeadamente alimentares, deveriam ter um acesso diferenciado a cuidados de saúde (“responsibility-sensitive health care”²³) relativamente àquelas que sofrem de problemas não devido aos seus hábitos. Contudo, as escolhas refletem preferências, e as preferências são inevitavelmente moldadas pela envolvente social, o que, como já mencionado, resulta do fator sorte. Torna-se assim difícil destrinçar escolha e responsabilidade pessoal, dados os efeitos resultantes do meio (não escolhido) que circunda

23 De forma simples, este conceito diz respeito à responsabilização dos indivíduos de acordo com o seu comportamento (de risco). Para uma interessante leitura acerca da justiça deste princípio num quadro de justiça e igualdade social ver Le Clainche e Wittwer (2015). Neste contributo são destacadas as opiniões de estudantes de quatro países europeus (Dinamarca, França, Itália e Suíça) ao nível da perceção relativamente à justiça no financiamento do setor da saúde.

os indivíduos (2010:24-26). O papel da responsabilização do indivíduo na questão adstrita à “sorte igual” nomeadamente no que toca ao acesso a benefícios torna-se central. Indo mais além, Elizabeth Anderson (1999, citada por White, 2010:26), numa visão trazida pela teoria política, diz-nos que a igualdade não pode ser definida apenas pela distribuição de recursos, mas sim de uma forma mais complexa que passa pela qualidade das relações sociais que devem passar incólumes a qualquer forma de domínio de um indivíduo sobre o outro ou supremacia no que diz respeito ao acesso a direitos. Nesta forma de “igualdade relacional”, cabe ao Estado-Providência assegurar condições de equidade de estatuto e ausência de domínio. Todavia, e mais uma vez, esta forma de igualdade não atua na base dos problemas que moldam as questões que, de facto, originam a desigualdade que se pretende combater colocando o enfoque a jusante. Outra das grandes questões trazidas por White diz respeito à liberdade do indivíduo face aos constrangimentos trazidos pelos diferentes regimes ou modelos de Estado-Providência (2010:26). Como nos faz notar Mary Daly (2011:6-7), há um nível relacional quando abordamos as temáticas adstritas ao Estado-Providência entre este último e os indivíduos, entre um nível macro e micro. Se ao nível macro temos um conjunto de constrangimentos trazidos pelo Estado (enquanto estrutura), do outro lado temos a vivência quotidiana dos indivíduos, pautada por relações e práticas sociais. Os Estados, através dos seus sistemas de segurança social, focam-se nas questões coletivas, com preocupações económicas assentes sobremaneira – notadamente na atualidade –, na sustentabilidade, ao passo que os indivíduos organizam e gerem os seus recursos consoante uma noção própria ou pessoal.

Daly (2011:7), traça uma distinção absolutamente crucial e nevrálgica para esta discussão, assim como, de um modo geral, para o estudo das temáticas centradas na relação entre o Estado-Providência e os indivíduos: A diferença entre Welfare State (Estado de Bem Estar) e welfare (bem estar). Diz-nos a autora que não podemos confundir os dois conceitos, alertando-nos ainda para não esquecermos que o Estado (leia-se Estado de Bem Estar) não detém o monopólio sobre o bem-estar dos indivíduos. Partindo do exemplo de Richard Titmuss – um dos fundadores do estudo da Política Social no Reino Unido –, que separava os mecanismos fiscais e mecanismos ligados ao setor laboral como dois sistemas separados dentro do Estado-Providência, Daly (loc. cit.), frisa que uma parte substancial do bem-estar (welfare) não é campo de atuação do Estado de Bem Estar (Welfare State), sendo o primeiro providenciado, em grande medida, pelos indivíduos ou gerado pelas famílias, ou organizado – informalmente ou formalmente – por associações. O contributo da autora abre caminho para retomarmos os pontos trazidos por Stuart White (2010).

O último ponto trazido pelo autor diz respeito ao conceito de *liberdade*, ou as implicações da existência e funcionamento do Estado-Providência para o primeiro.

Obviamente, o Estado-Providência, nos seus diferentes regimes e modelos vivem situações problemáticas que colocam em risco a sua sustentabilidade. Num cenário de instabilidade, defendem-se cada vez mais os “cortes” nos benefícios sociais como forma de assegurar algum tipo de estabilidade. No entanto, um ponto obviado pelas discussões em torno desta temática situa-se na questão referente à liberdade dos indivíduos. Indo mais além de uma visão simplista do Estado-Providência enquanto fornecedor de um conjunto de benefícios aos cidadãos, o mesmo deve ser também analisado enquanto estrutura coerciva que indubitavelmente abre caminho para uma forma de liberdade “negativa”, isto é, uma forma de liberdade experienciada pelos indivíduos sob a interferência de ‘outros’ tendo limites impostos por uma força coerciva. Um carácter paternalista da atuação do Estado-Providência para com os cidadãos é facilmente identificável. Um exemplo claro desse cariz reside, como exemplo, no facto do Estado decidir quanto um cidadão deve poupar (ou descontar) do seu vencimento pensando na velhice. Obviamente é possível inferir que o Estado está a prevenir uma situação de carência que o cidadão não antevê apropriadamente, contudo, é igualmente possível afirmar que este último poderia ter a liberdade de decisão, ou a escolha, relativamente à forma como planeia o seu futuro. A discussão é ambígua. Uma “solução” intermédia seria a conceção (a título de exemplo ou opção) de um programa de pensões para trabalhadores com a hipótese de escolha de saída do mesmo, e não apenas com a opção de adesão.

O debate em torno das políticas de proteção social assentam sobremaneira no carácter idealmente equitativo das mesmas, contudo, como nos lembra o autor, não devemos confundir equidade, ou igualdade, com uniformidade. Pessoas diferentes detêm perceções distintas acerca do seu bem-estar (ibid.:31). O estudo das diferentes temáticas que envolvem o funcionamento do Estado-Providência, ou de Bem-Estar, não podem esquecer o indivíduo, cabendo à academia sublinhar esta escala de análise e, como sugere White, não apenas através de uma visão ética e filosófica, mas sim acompanhada pela investigação empírica (2010:27;30-31).

3.2 Origem e evolução do Estado-Providência

Sublinha Walter Trattner (1999:1) que os princípios básicos de qualquer sistema social de *welfare* (ou bem estar) refletem os valores da sociedade em que funcionam, sendo que nenhum destes sistemas – assim como qualquer instituição de carácter social – surge de um vazio, mas, ao invés, de um conjunto de costumes, estatutos e práticas do passado.

Aquilo que se denominou, desde a década de 1960 no Reino Unido, como *Welfare State*, rotula-se na Alemanha como *Sozialstaat*, em França *L'état Providence*, pelos holandeses *Verzorgingsstaat*, em Portugal como *Estado-Providência* ou de *Bem-Estar Social*, ou pelos suecos *Folkhemmet*. Já nos Estados Unidos da América, o conceito associa-se sobretudo ao termo *Social Security*, que se alia à noção de sistema de pensões, estando o termo “welfare” ligado sobretudo à assistência aos mais carenciados (Leibfried e Obinger, 2000:1; Castles, F. et al. 2010:1). Mais importante que as (dis)semelhanças ao nível da forma como é denominado em cada país, importa sobretudo identificar um processo evolutivo assim como algumas particularidades ao nível dos vários países do chamado “mundo ocidental”.

As raízes daquilo que denominamos atualmente como *Welfare State* (ou Estado-Providência), são usualmente identificadas no decénio de 1880 com o Chanceler alemão (no período compreendido entre 1871 e 1890) Bismarck que introduz um novo quadro legal de proteção social que incide nas áreas da doença, acidentes de trabalho, velhice e invalidez (Khouodor-Casteras, 2008:14), ou no contributo de William Beveridge, economista britânico – notadamente através do seu *Report on Social Insurance and Allied Services* (1942) –, que segue o modelo de Bismarck, e a quem se atribui o modelo de assistência social atual, identificando cinco grande pontos a combater através da política social: pobreza, doença, ignorância, miséria e ociosidade (originalmente “want, disease, ignorance, squalor and idleness” [Beveridge Report 1942, citado por Leibfried e Obinger, 2000:1]). A evolução do conceito associa-se sobremaneira a um fenómeno ‘Ocidental’, e em grande parte associado às mais recentes transformações assistidas ao longo do século XX, dividindo-se em dois grandes períodos: a primeira metade do século com regimes totalitários, duas guerras mundiais e genocídios, e a segunda, adstrita a progressivos processos de democratização, expansão económica e aumento dos níveis de bem-estar e direitos humanos sem precedentes até então (Castles, F. et al. 2010:1). Ora, esta passagem marcadamente visível na segunda metade do século XX na Europa, não pauta a evolução de outros locais um pouco por todo o mundo. Esta “bifurcação” entre a realidade “Ocidental” e do “resto do mundo” é atribuída a uma “invenção europeia” – *welfare state* – que, em parte, explica uma trajetória bem-sucedida por

parte do chamado ‘Ocidente’, que atinge o apogeu na chamada “Golden Age” (ou período dourado) após a Segunda Guerra Mundial, período que se baseia num consenso partilhado pela maioria das democracias ocidentais numa visão Keynesiana, que foi sendo abalada pelos desafios trazidos por uma viragem rumo a uma ideologia liberal (Leibfried e Obinger, 2000:2). No entanto, os princípios por detrás desta forma de assistência têm início muito antes dos períodos acima abordados, assim como questões aliadas que são extremamente atuais. A pobreza, ou a mitigação da mesma – uma das preocupações fulcrais quando abordamos as questões referentes ao Estado-Providência – é, através de uma forma mais “primitiva” de Ação social, identificável (como exemplo) já em 1601 com o Act for the Relief of the Poor. Esta lei, criada entre a Coroa Inglesa e o Parlamento Inglês no final do reinado da Rainha Isabel, estabelece um sistema ao nível nacional – administrado localmente pela igreja – com o desiderato de providenciar assistência a crianças desfavorecidas, aos ‘inválidos’, desempregados e *work-shy* (numa tradução aproximada, “ociosos”) (Kuhnle e Sander, 2010:63). A medida surge justamente num contexto migratório em que trabalhadores de áreas rurais, no decorrer do século XVI, se dirigem para áreas com maiores oportunidades à procura de melhores condições, sendo que nem todos esses indivíduos se conseguiam integrar no mercado de trabalho existente, originando problemas sociais. Seria unicamente um sentimento de generosidade para com os mais carenciados a guiar o referido Ato? Não obstante possíveis interpretações nessa direção, o que parece ser óbvio é residir já na base de formas que abrem caminho para aquilo que conhecemos atualmente como welfare state, estratégias de uso da assistência social, por parte do poder, como forma de atingir outros fins. Antecede ao Act for the Relief of the Poor de 1601 (ou Elizabethan Poor Law) uma década pautada pela escassez e fome resultantes da inflação e altos preços praticados, assim como pela insegurança, acompanhada por motins, roubos e, de uma forma geral, pela desordem social (Trattner, 1999:10). Note-se que neste período assiste-se à inexistência de uma força militar organizada em Inglaterra, e o receio de uma insurreição popular face às dificuldades sentidas era, sem dúvida, uma preocupação para o poder. Por outro lado, o desejo de autonomia económica, acompanhado por uma visão paternalista do governo de então, despoletam também a necessidade de colocar os mais carenciados a trabalhar, sendo todos estes objetivos espelhados no Ato de 1601 (loc. cit.). Outro elemento a sublinhar nesta discussão concerne à incontornável dicotomia entre “merecedores” e “não merecedores” em relação aos benefícios sociais disponibilizados pelo Estado-Providência.

Na atualidade, e especificamente no contexto das migrações, esta bipolarização alia-se a conceitos como “boas” e “más” migrações (Sinn, 2004), ou “pretendidas” e “não

pretendidas” (Geddes, 2003) tendo em conta o suposto “peso” dos migrantes para os sistemas de segurança social dos países (mais) desenvolvidos, entre qualificados (ou altamente qualificados) e pouco qualificados, requerentes de asilo, ou mesmo refugiados. Poderíamos concluir que esta clara divisão, entre dois extremos, no que concerne à elegibilidade ou não elegibilidade no contexto do apoio do Estado como algo recente, contudo, trata-se na realidade de um fenómeno há muito existente noutros mecanismos mais “arcaicos” de suporte estatal aos cidadãos. Mantendo a linha exemplificativa trazida pelo caso britânico, é observável o cariz da assistência por parte do poder que assenta sobretudo numa base voltada para duas questões centrais: a pobreza e a incapacidade. É constatável o carácter punitivo por parte da Coroa Inglesa no que diz respeito a penalizar (e de forma cruel) aqueles que “mendigam” tendo capacidades para desempenhar funções na sociedade, estabelecendo-se uma linha divisória entre quem merece e não merece apoio. Em 1536, no período respeitante ao reinado de Henrique VIII, é implementado o Act for the Punishment of Sturdy Vagabonds and Beggars. Esta medida, não obstante a sua visão altamente punitiva – prevendo, no limite, a execução daqueles que mendigam tendo capacidade (leia-se, não tendo qualquer limitação física) para trabalhar –, e separando quem merece (pobres fisicamente incapacitados) e “mendigos” (que poderiam desempenhar funções na sociedade), opta também por um cariz de apoio aos mais idosos, às crianças (...) através de contribuições voluntárias recolhidas nas igrejas. Outra preocupação que emerge diz respeito ao encaminhamento daqueles que pretendem trabalhar para funções geralmente ligadas às igrejas. Este Ato prevê ainda um sistema de apoio por parte do Estado garantindo benefícios (apoio financeiro) àqueles que apresentam dificuldades ao nível da empregabilidade, assim como sistemas de formação para os indivíduos que se encontravam num quadro de precariedade ou escassez, nomeadamente com a aprendizagem de novos ofícios Trattner (1999:8-10).

Mais uma vez, não é meramente a generosidade do Estado a ditar a implementação de medidas de apoio social aos seus cidadãos, mas sim fatores que se prendem com questões estruturais, assim como com a incapacidade de gestão dos problemas sociais numa base punitiva. No período que antecede o Ato de 1536 – ou Henrician Poor Law –, várias são as questões estruturais que vão abrindo caminho para uma mudança de atitude por parte do poder relativamente aos seus cidadãos. Catástrofes naturais que assolam o reino, acompanhadas por fome, pestilência, a chamada “peste negra” (ou peste bubónica) trazem consigo profundas transformações sociais desde o século XII. A passagem de uma sociedade feudal para formas iniciais de capitalismo, a viragem do Cristianismo para o Protestantismo e consequente cessação de muitas instituições eclesiásticas arrasta os indivíduos que aí viviam

e desempenhavam funções para as ruas. Consequências mais preocupantes para o poder eram visíveis no aumento do número de mendigos, o incremento de roubos, desemprego, incerteza e a perda de um sentimento de comunidade. Surge assim a necessidade de contornar um quadro de debilidade através de mecanismos de apoio social tendo em vista o progresso económico. Assim, emergem as primeiras formas daquilo que podemos identificar como *welfare state* (ibid.:6-7). Assiste-se a uma forte ligação no que respeita ao apoio aos mais carenciados entre o Estado e a Igreja, instituições quase indissociáveis ao longo da chamada Idade Média ou Era Medieval, sendo que se vai observando paulatinamente a uma separação entre ambas com a aproximação ao fim do mencionado período (século XV). Os pilares da(s) Igreja(s) inegavelmente aliam-se às questões relacionadas com a caridade, algo que se observa ainda na atualidade. Podemos afirmar que a base explicativa para este fenómeno se encontra não apenas no Cristianismo, mas também no Judaísmo, Hebraísmo ou Islamismo. No Corão, texto sagrado do Islamismo ou da fé muçulmana, assinala-se a promessa do Paraíso àqueles que pratiquem caridade para com as viúvas, os órfãos, os necessitados ou os “desafortunados”. Documentação referente a escrituras hebraicas – já em finais do século XI antes de Cristo –, mostra a existência de indicações para que se ajude os outros, nomeadamente os doentes, os pobres, os incapacitados e os idosos, não num sentido de caridade, mas sim de justiça social. Também no Judaísmo, e especificamente nas escrituras do Talmude – livro sagrado para os judeus –, encontramos referências à existência de coletores de impostos que decidiam como encaminhar os fundos recolhidos no contexto dos problemas sociais. Este livro sublinha que todos os que vivem em precariedade devem ser ajudados, para que as suas necessidades sejam supridas, desde a alimentação ao vestuário. O Cristianismo segue esta tradição. Os documentos pontifícios revelam justamente que a política de bem-estar social cristã segue os princípios hebraicos, não penalizando a pobreza – isto é, não a categorizando como um crime. O acompanhamento dos necessitados é tido como um ato de justiça, e não como caridade ou de misericórdia. Em suma, aqueles que se encontram bem têm o dever de providenciar, e aqueles que se encontram em precariedade têm o direito à assistência (ibid.:2-4). De facto, e após séculos de evolução, encontramos facilmente vestígios destes princípios primordiais nos modelos que regem o Estado-Providência, provando a necessidade de compreender todo um processo evolutivo. Mais ainda, outras foram as formas de influência por parte da(s) Igreja(s) – do Cristianismo ao Protestantismo – na criação de quadros legais que moldaram os diferentes Estados Providência, tanto no caso europeu como no norte-americano. Tomando o primeiro, note-se no caso francês a influência do clero na assembleia nacional, apoiando, em 1874, um ato que

limitava as horas de trabalho levadas a cabo pelas crianças com menos de doze anos de idade. Não será também coincidência o facto de Bismarck ter sido aconselhado por Lohmann na criação de medidas, sendo este último filho de um pastor Luterano e alguém profundamente religioso. Exemplos próximos encontram-se no caso inglês. W.L. Blackley, reformista social que cria o sistema de pensões de velhice e funda a National Providence League, era um membro honorário da Catedral de Winchester. De facto, o ataque às limitações da assistência baseada nas questões exclusivamente adstritas à pobreza parte, não exclusivamente mas de forma repetida, por indivíduos com princípios religiosos (Briggs, 2010:22; Pierson e Leimgruber, 2010:33).

Contudo, ao longo dos séculos, vai-se assistindo, paulatinamente, e um pouco por todo o mundo ‘ocidental’, a um papel preponderantemente estatal no que toca à assistência social, notadamente fruto da evolução económica, política e social dos diferentes países.

A forma de encarar a pobreza e outros problemas sociais nunca foi consensual entre diferentes países. Se no exemplo inglês se observava claramente a intervenção estatal nestas questões, já na Prússia, com o *Landrecht* de 1794²⁴, apesar de teoricamente caber ao Estado lidar com este tipo de questão social, a ação era relegada para as comunidades (Kuhnle e Sander 2010:63). No caso francês, nunca foi criada uma lei de “alívio” à pobreza. A base explicativa para esta postura alia-se a uma visão por parte do Estado em que a fome deveria servir como estímulo para os indivíduos visando ultrapassar a sua precariedade (Rimlinger, 1971:46, citado por Kuhnle e Sander 2010:63).

Com a progressiva dispersão dos processos de industrialização ao longo do século XIX, aumento populacional e crescente urbanização, conduzem a uma maior visibilidade dos problemas sociais um pouco por toda a Europa. Estas mudanças profundas ao nível económico e social têm também como grande consequência a inadequação das medidas outrora relegadas para a caridade ou para a filantropia. Dois marcos fundamentais alteram a forma como o Bem-Estar Social (ou welfare) é encarado: A Revolução Industrial e as novas (e radicais) conceções de direitos, fruto das Revoluções americana e francesa, em suma, industrialização e democratização. A primeira altera profundamente toda a conceção adstrita às contingências sociais, assim como da pobreza. Surge um novo entendimento acerca de fenómenos como o desemprego ou dos ciclos económicos e suas implicações sociais. É nesta

24 Código geral prussiano de 1794 – *Allgemeines Preussisches Landrecht* – que define direitos fundamentais dos cidadãos.

altura que de forma efetiva nasce uma verdadeira noção de classe entre os trabalhadores, ganhando assim força o movimento operário.

Sob os desafios adstritos às alterações trazidas pelo progresso económico, a classe operária encontra-se vulnerável, surgindo assim a necessidade de obter algum nível de segurança, sendo a solução um determinado tipo de intervenção estatal face a esta nova realidade. As revoluções supramencionadas abrem o caminho para uma nova abordagem relativamente aos direitos sociais, fator que, direta ou indiretamente, influencia o nascimento do *welfare state* “moderno”. Dá-se assim o chamado “liberal break”, ou seja, uma quebra com o passado pré-industrial marcado pela proteção e dependência, assistindo-se ao emergir de uma nova conceção de proteção social que resulta da industrialização e democratização. De facto, desde finais do século XVIII até finais do século XIX, observa-se uma crescente consciencialização por parte da política social dos princípios de igualdade e de liberdade individual. Os princípios do liberalismo destacam-se assim sobretudo devido à mobilização dos operários que reivindicam os seus direitos, as lutas pela democratização e rápidas transformações sociais (ibid.:63-64).

É, contudo, não na assinalavelmente realidade industrial, democrática e liberal inglesa que a proteção social – em moldes “modernos” –, é primeiramente legislada, mas sim na Alemanha Imperial. De facto, e de forma (aparentemente) paradoxal e curiosa, contrariamente à evolução assente na democratização e liberalização – que se ajustaria ao caso inglês –, é numa Alemanha autoritária e longe dos níveis de industrialização ingleses (todavia aproximando-se rapidamente com o fim do século XIX) que surge o decreto imperial de 1881 trazido pelo chanceler Bismarck que anuncia as medidas, em diferentes áreas, mais tarde efetivadas num espaço de seis anos. Assim, em 1883, é criado um programa voltado para a assistência em caso de doença, em 1884 para os acidentes de trabalho, em finalmente em 1889 para a velhice e invalidez. Com estas medidas, os indivíduos – notadamente os operários – encontravam-se imediatamente protegidos e com acesso a benefícios sociais por direito. Esta é não apenas uma mudança que compõe um marco essencial na evolução do Estado-Providência como o conhecemos, mas também um processo radicalmente diferente de tudo aquilo a que se havia assistido até ao momento. Mais ainda (como veremos adiante), as alterações trazidas por Bismarck – independentemente da sua intencionalidade –, trazem importantes consequências no contexto das migrações tendo como origem a Alemanha (Khoudour-Castéras, 2008; Pereira, 2009).

A partir desse momento, os direitos sociais passam a ir além dos estratos mais carenciados da sociedade, isto é, extravasa-se a ideia da assistência aos “pobres” (numa base de *means tests*)

e cria-se um novo paradigma. Este último é marcado por um conjunto de direitos para praticamente todos os cidadãos (ou residentes) de um dado estado, desenvolvendo-se subsequentemente diversos regimes de Estado-Providência (*welfare regimes*), não pautados pela harmonia, mas sim pela diversidade em termos de organização, funcionamento, redistribuição ou elegibilidade.

O Estado-Providência, “materializado” nas diferentes formas de segurança social, traz consigo novas competências aos governos. Até então, os governos tinham como grandes preocupações, em primeiro lugar, proteger as suas populações de ameaças externas, violência, criminalidade doméstica, e (em segundo lugar), numa lógica de modernização, o investimento em infraestruturas – nomeadamente nas áreas das comunicações e transportes –, visando o desenvolvimento económico. Com a evolução dos diferentes sistemas de proteção social, o Estado envolve-se nas questões sociais numa forma até aí sem precedentes, providenciando assistência assente na base dos direitos sociais dos indivíduos (Kuhnle e Sander, 2010:64). Voltando ao “pioneirismo” alemão, amiúde apontado como o início do welfare state (se não em praticamente todos os estudos que envolvem o welfare state), importa referir que esse cariz não é unânime na literatura. Não será aqui o objetivo investigar onde foi “inventado” o welfare state, por quem, e em que condições, mas sim traçar todo um processo evolutivo que nos traz aos dias de hoje.

Como explica Asa Briggs (2006:19), importa conhecermos a história do welfare state de forma a compreendermos as questões do presente.

Um parêntesis deve ser contudo aberto. Porque não foi o caso inglês – como exemplo – pioneiro nesta matéria, dada a estreita relação (como vimos) entre o Estado-Providência, industrialização e democratização? Uma das razões, para Kuhnle e Sander (2010), poderá residir justamente no facto de os regimes não parlamentares se verem a braços com a necessidade de “controlar” ou pacificar potenciais hostilidades por parte de movimentos operários. Outra razão prende-se com o facto de, nos países democráticos e industrializados, existirem outros mecanismos de assistência como as “friendly societies”, consistindo em associações de cariz voluntário fortemente enraizadas na classe operária, que funcionam assim como “welfare providers” o que ajuda a explicar o aparecimento relativamente tardio dos sistemas de segurança social nestes regimes (2010:66).

É possível constatar que, de facto, o welfare state resulta de diferentes processos de observação por parte dos governos relativamente a modelos adotados noutros cenários. Sem dúvida que, a partir das medidas de Bismarck, outros foram os governos a adotar o seu modelo social, assim como o modelo inglês a ser implementado no contexto norte-americano.

Note-se que entre 1891 e 1898, a Dinamarca “copia” os três esquemas de pensões (anteriormente referidos) implementados na Alemanha. O mesmo se passa na Bélgica entre 1894 e 1903. Já na Suíça, uma emenda institucional é trazida em 1890, criando-se um *sistema nacional de seguro* (“system of national insurance”) (loc. cit.).

Mais que ‘imitação’, é facilmente constatável um processo que pode ser denominado – na definição de Cornelius e Tsuda (2004) – como hipótese de convergência ou *convergence hypothesis*, algo que podemos ainda observar na atualidade (explicado adiante). Em traços gerais – aflorando apenas alguns dos pilares desta teoria –, podemos afirmar que, apesar de algumas idiossincrasias aplicáveis a cada país (da Alemanha à Suíça, como exemplo), existem determinadas “pressões” que atravessam as fronteiras, questões estruturais que afetam os diferentes países, conduzindo a processos de ‘imitação’ consequentes de exemplos bem-sucedidos na aplicação de determinadas leis ou medidas. Outro ponto particularmente importante diz respeito ao uso do welfare state como forma de cativação da opinião pública, isto é, com o desiderato de satisfazer a população de uma maneira geral, o que terá servido como motivação para Bismarck (Pereira, 2009:484-5)

No contexto aqui abordado, assistimos claramente à adoção de quadros legais em muito semelhantes aos de Bismarck dado o sucesso do caso alemão, resultando num mimetismo que se contagia pela Europa. Este pensamento leva justamente à constatação de que o suposto “pioneirismo” alemão é não mais que o resultado da ‘imitação’ de outros exemplos, adaptados, com maneirismos próprios que se adequam à realidade – económica, social, política – de então. Foi sugerido que Bismarck terá inclusivamente sido influenciado por Napoleão III, que “usou” a implementação de políticas sociais como instrumento político (Briggs, 2006:21), sendo igualmente destacável que, noutros países europeus (nomeadamente no caso inglês assim como no francês) se ia assistindo a aproximações àquilo que iria trazer protagonismo ao caso alemão. Alguns pontos devem ser sublinhados. Em primeiro lugar, apesar do mimetismo por parte de outras nações resultante do caso alemão, e ao invés daquilo que Briggs (2006:19) argumenta, destacando que o caso alemão estimulou a imitação estrangeira, Kuhnle e Sander (2010:65) contrariam esta noção sublinhando que se trata sobretudo de uma questão temporal que conduz à implementação de leis referentes ao welfare state noutras realidades. Tomando como exemplo o caso dinamarquês, o regime de pensão por velhice, de 1891, assentava numa base não contributiva e *means tested* (provas de recursos), voltada para indivíduos com mais de 60 anos de idade que não tivessem recebido qualquer apoio social nos últimos dez anos, aliando-se esta lei a um princípio de

“merecimento”, ideia que ainda hoje detém indubitável impacto nas questões associadas aos benefícios sociais.

Em suma, no que diz respeito ao contributo de Bismarck, importa deter que se trata de um marco de rutura, ou – aqui já ao encontro das ideias de Briggs (2006) – nas palavras de Kuhnle e Sander (2010:65), “path-breaking”, abrindo o caminho para o desenvolvimento de outros modelos de welfare state. Assiste-se indubitavelmente a uma certa convergência – como explicam Cornelius e Tsuda (2004) –, contudo, há diferentes motivações em diferentes lugares, com diferentes fatores que exercem “pesos” distintos em consoante o período em questão (Kuhnle e Sander, 2010:67).

Como é possível constatar, um carácter dicotómico encontra-se presente na adoção de modelos de Estado Social em diferentes realidades, isto é, consoante a intencionalidade dos regimes. Se por um lado, e aliado às noções do sociólogo britânico T.H. Marshall (1950), o acesso a direitos sociais – acompanhado pela participação política e direitos cívicos – é um elemento crucial nos regimes de welfare state, assentando nos pilares da democracia, bem-estar social e capitalismo, já para o historiador e cientista político norte-americano Robert Paxton (2007:147), o welfare state pode também ser indubitavelmente instrumentalizado por regimes ditatoriais (nomeadamente fascistas) que providenciam o acesso a benefícios visando atingir os seus objetivos ou a sua agenda política. Como enfatiza Titmuss²⁵ (2004), citado por Kuhnle e Sander (2010:79), as políticas sociais não estão livres de ideologias ou implicam necessariamente o “bem-estar” de todos. Exemplo incontornável deste facto encontra-se no exemplo do regime nazi, que usa o acesso a direitos sociais como forma de acentuar o fosso entre os cidadãos baseado em critérios raciais, algo a que ambos os autores supramencionados se referem neste quadro de instrumentalização do welfare state. Este último exemplo, contudo, importando para a explanação da dualidade referente às diferentes intencionalidades no que toca à criação de diferentes modelos de Estado-Providência, extravasa já o período²⁶ aqui em análise.

25 Richard Titmuss, investigador e professor britânico que detém um papel fundamental na definição do welfare state no período pós II Guerra Mundial.

26 Para a noção de período ou periodização no que diz respeito à evolução do welfare state, Nullmeier e Kaufmann (2010:82-83) fornecem uma explicação que importa aqui destacar:

“Periodizations are interpretations of history that entail a number of crucial assumptions. By distinguishing and delimiting periods or epochs, they mark the beginning of something new or different, the crossing of thresholds, the discontinuities and ruptures of historical processes and developments. The proclamation of a new period or epoch is never an ‘innocent’ act or a merely practical decision for researchers, but rather implies a whole set of interpretive frames in which the suggested periodization is grounded while at the same time hiding or marginalizing aspects of social and political reality on which alternative periodizations might be based. Thus periodizations are often used for political purposes, to promote a particular perception of growth, change,

No que diz respeito à periodização de diferentes fases que moldam a evolução do welfare state ao longo do tempo, o consenso relativamente aos grandes marcos, encontra-se assente apenas na visão de cada disciplina, sendo uma tarefa assaz desafiante percorrer as diferentes explicações para a definição de fases. Importa porém conhecer algumas das dinâmicas deste processo evolutivo. Como explicam Nullmeier e Kaufmann (2010:83), a congruência, notadamente entre o estudo da Política Social e da História, é escassa. No campo da História, os investigadores definem um primeiro período que tem início aproximadamente a 1770 (claramente tendo como referência as transformações trazidas pela Revolução nos Estados Unidos da América e Revolução Francesa), até 1914/1918 (I Guerra Mundial). A este período atribui-se a designação de “long nineteenth century”. Segue-se a este intervalo um segundo período compreendido entre 1914/1918 e 1989/91 conhecido como “short twentieth century”, havendo ainda uma subcategoria, que se insere nesta última, em que a II Guerra Mundial marca apenas uma periodização incluída numa outra maior, e não propriamente uma rutura. São sobretudo eventos incontornáveis (ou *chave*) que pautam estas periodizações ou categorizações. Mudanças culturais, políticas e sociais, de revoluções e guerras até à queda do socialismo. Já no campo da Política Social, os marcos tidos em consideração são manifestamente dissemelhantes, tendo em comum apenas o assinalar da II Guerra Mundial, mas aqui como o grande evento para a transformação do welfare state. Tomando como exemplo o ano 1989, para a investigação na área da Política Social, o período mencionado não é detido como um marco assinalável dado o enfoque disciplinar nas questões adstritas aos indicadores quantitativos (especificamente de expansão e retração económica) assim como no que respeita à generosidade dos sistemas de segurança social (loc. cit.). Porquê 1945 como o “grande marco” a considerar neste processo evolutivo? Porque não tomar em consideração o ano 1989? Começando por esta última questão, é justamente nesse ano que se assiste a profundas alterações, no leste europeu, resultantes da queda do socialismo. A passagem de regimes ditatoriais para democracias (semi) presidenciais ou parlamentares traz consigo modificações incontornáveis ao nível do welfare state destes países que vão ao encontro de modelos de proteção social equiparados aos implementados na Europa ocidental e norte. Mais ainda, após a recessão na década de 1980, seguida de um período de forte expansão económica, assiste-se ao culminar dessa tendência com a crise de 2008. Ora, esta convergência (Europa de leste tendo como referência a Europa do norte e ocidental) acaba inevitavelmente por enfraquecer o estatuto político dos países do ocidente (ibid.:86).

adjustment, or retrenchment”.

Passando à questão referente ao ano de 1945, obviamente que o período respeitante à II Guerra Mundial constitui um ponto de rutura. É neste intervalo de tempo que se assiste à recuperação económica após a chamada “Grande Depressão” (1929), recessão económica, com impactos globais, e consequências (com maior ou menor impacto em diferentes realidades) que vão desde as dificuldades para a vida das populações, até ao crescimento de ideais fascistas. De facto, o período adstrito ao decorrer da II Guerra Mundial marca incontornáveis reformas na política social em muito inspiradas no modelo universalista de Beveridge (1942), economista e reformista social britânico (anteriormente mencionado), considerado o criador da assistência social moderna, que obviamente influencia os chamados “Beveridgean systems”, modelos (ou sistemas) esses presentes em países (como exemplo) tais como o Reino Unido, a Suécia, o Canadá ou a Dinamarca, assentes numa base universalista (Hinrichs e Lynch, 2010). O pós II Guerra leva àquilo que Esping Andersen (1996) ou Pierson (1991) (citados por Nullmeier e Kaufmann 2010:82) denominam como “Golden Age”, ou “Período Dourado” do welfare state, uma fase compreendida entre 1945 e o início da década de 1970 com o chamado “choque petrolífero” (1973) ou o fim do Acordo de Bretton Woods²⁷. A este intervalo de tempo é atribuído um cariz de expansão dos programas sociais, contudo, como profundamente discutem Nullmeier e Kaufmann (2010:89-90), não existe uma periodização “one-size-fits-all”, isto é, uma periodização que realmente se “encaixe” em todas as realidades, quer antes de 1945 (o “grande marco” na evolução recente do welfare state) ou depois. O que na verdade importa retirar desta análise não se prende tanto com questões referentes à delimitação de períodos, à construção de intervalos temporais, mas sim à importância de outros fatores a considerar na análise das temáticas referentes à compreensão do welfare state que normalmente são negligenciadas. Tomando os exemplos dos Estados Unidos da América ou da Escandinávia, como sublinham os autores (ibid.:84), que desfrutaram de uma tremenda expansão ao nível das políticas sociais no decorrer da década de 1930, ou, se o enfoque se colocar nas inovações ao nível institucional, verifica-se que na mesma década a maioria dos países europeus consolidam políticas ligadas à assistência na reforma, velhice, doença, acidentes de trabalho e desemprego. Assim, é discutível o facto de 1945 representar *a* data central num longo “período de expansão” entre

27 Os acordos de Bretton Woods, resultantes da Conferência realizada em julho de 1944 em New Hampshire, envolveram 44 nações, tendo como grande objetivo regular a ordem financeira e monetária ao nível mundial, acordos esses que culminam primeiramente com o chamado “Nixon shock” em 1971 (conjunto de medidas que tornam os arranjos resultantes da conferência obsoletos) e, *de facto*, em 1973 com a solidificação do chamado câmbio flutuante, isto é, com a volatilidade do valor da moeda consoante a oferta e procura dos mercados. Para um entendimento mais pormenorizado ver Bordo, 1993.

as duas guerras mundiais que se segue a uma “fase introdutória” marcada pela legislação alemã (leia-se as inovações trazidas por Bismarck) até 1914 (I Guerra Mundial), e que antecede uma “fase de concretização” nos primeiros anos pós II Guerra Mundial e, finalmente, uma “fase de consolidação” acompanhada por uma expansão quantitativa da implementação de políticas sociais (Flora e Alber, 1981:54, citados por Nullmeier e Kaufmann 2010:84). Como exemplo, se analisarmos a importância da criação da International Labour Organization (ILO) em 1919 – integrada no Tratado de Versalhes –, nomeadamente através das suas normas e recomendações, assistimos indubitavelmente a uma fase de “alastramento” das políticas sociais, que extravasa os países europeus, penetrando em realidades tão distintas como as da América do Sul (Kuhnle e Sander 2010:78-79). Torna-se muito difícil traçar percursos evolutivos e marcos no que diz respeito ao welfare state, estando essa tarefa longe de ser algo simplista como identificar grandes eventos da economia, da história, da política (...) e concluir que as consequências para as políticas sociais de cada país estão imunes a outras explicações, a diferentes níveis de impacto. Voltando ao facto de 1945 ser considerado o “Período Dourado” para o welfare state, esta suposição tem sido central para inúmeros debates, havendo, por um lado, argumentos que defendem que a II Guerra Mundial trouxe consigo, nos anos que se seguiram, um sentimento de solidariedade social e consequente generosidade nos gastos por parte dos Estados no que se refere a esta área; por outro lado, defende-se a ideia de que a Guerra tem como consequência a legitimação da aplicação de impostos debaixo de um suposto interesse no bem-estar das populações (ibid.:79). Outro ponto fundamental nesta discussão diz respeito à não consideração do passado dos países no período que antecede a II Guerra Mundial, isto é, a sua situação em termos de políticas sociais, o facto de terem ou não sido ocupados, sofrido perdas humanas, terem ou não sofrido algum tipo de devastação material, ou o nível de participação. A ideia simplista de um sentimento de solidariedade que é espelhado nas políticas sociais dos países europeus como consequência direta da ocorrência de uma guerra é altamente contestável, havendo interesses económicos que, sem dúvida, influenciam a atitude dos governos no que diz respeito às suas medidas na área social. Um claro exemplo disto encontra-se no facto de os Estados Unidos não terem apostado tão intensamente quanto os países europeus no desenvolvimento das suas políticas sociais dado a sua economia não ter sido debilitada pela guerra (ibid.:79-80).

Por fim, há que assinalar as especificidades regionais. Veja-se que no caso dos países asiáticos – tais como a Coreia, Filipinas, Malásia, Singapura, Tailândia ou Taiwan –, o período compreendido entre 1945 até finais da década de 1990, constitui uma fase interrupta

na evolução do welfare state. Nos cenários mencionados, nem a crise resultante do choque petrolífero de 1973 ou o fim do Acordo de Bretton Woods tiveram como consequência a recessão económica sentida no ocidente. Outros percursos idiossincráticos ocorrem também na América do Sul com processos que vão oscilando entre o peso do setor privado e a intervenção estatal no que diz respeito à proteção social, em muito como consequência da evolução no campo político (ibid.:88-89). É notório como o suposto “mundo ocidental” demonstra especificidades gritantes. Veja-se o caso dos Estados Unidos da América que no seu percurso evolutivo se vê ancorado nos conflitos armados no que diz respeito à concretização de políticas ao nível social. No decorrer da Guerra Civil (1861-1865), o país detém já um conjunto de pensões voltadas para os veteranos de guerra (1862), contudo, não apresentava políticas modernas no que toca à proteção social na chamada “Progressive Era” (1865-1918), período em que os governos têm como desiderato mudança e inovação (Kuhnle e Sander, 2010:67). Ora, avançando até ao rescaldo da I Guerra Mundial, o país, não obstante apoiando os seus veteranos de guerra, viúvas de guerra e filhos, não materializa um conjunto de políticas conducentes a um sistema de segurança social que contemple nomeadamente a saúde, elemento esse que até hoje escasseia no apoio aos cidadãos (ibid.:76). Mais que “descobrir” que país “inventou” o welfare state, quem são os pioneiros, ou traçar generalizações relativamente à evolução do mesmo até à atualidade, importa verdadeiramente realçar a importância do rompimento com meras dicotomias, generalizações, categorizações reducionistas ou formas de análise estanque, quase que invariavelmente privilegiando os pontos estruturais. Num sentido epistemológico – não sendo o aprofundamento desta matéria o intuito deste exemplo –, pretende-se aqui, idealmente, questionar aquilo que David Harvey (2010:49) – abordando as perspetivas pós-estruturalista e pós-modernista – aponta como axiomas, ou verdades de cariz universal. As dificuldades latentes nas definições de periodizações e modelos de welfare state (por mais lineares que por vezes possam parecer, como *um* início atribuído a Bismarck), despertam a necessidade de um olhar mais fino e crítico. Atualmente é possível afirmar que é incontornável o uso dos modelos de Esping Andersen – explorados adiante – no que toca às questões desenvolvidas neste trabalho. Há dois grandes pontos a considerar antes de enveredar pela utilização desses modelos de forma simplista. Por um lado, com *The three worlds of welfare capitalism*, o autor forja uma mudança no enfoque colocado meramente nas despesas com proteção social tendo como base o Produto Interno Bruto (PIB) para uma análise multidimensional que equaciona também a natureza dos programas sociais. Não obstante, Paul Pierson, em *Dismantling the welfare state? Reagan, Thatcher, and the politics of retrenchment*, acaba por contribuir novamente

para um retorno ao foco tradicionalmente colocado nas despesas tendo como base a percentagem do PIB, não utilizando os mesmos moldes analíticos trazidos por Esping-Andersen (1990), não sendo exploradas por Pierson as questões relacionadas com mudanças em termos de direitos sociais (Nullmeier e Kaufmann, 2010:94).

Por outro lado, os modelos trazidos por Esping-Andersen (1990) não podem ser tomados como categorias estanques, impermeáveis a qualquer análise mais crítica. O facto de um país se inserir num determinado modelo não oblitera a possibilidade de os programas ao nível social, num mesmo país, pertencerem *de facto* ao que podem ser considerados diferentes modelos. Por outras palavras – sendo esta uma questão central no debate em torno de *The three worlds of capitalism* (1990) –, um modelo, caracterizado pelas diversas ramificações em diferentes áreas de proteção social, pode apresentar características pertencentes a mais que um modelo. Mais ainda, na definição destes modelos, é identificado um peso superior das comparações (elencando e considerando-se os países que configuram uma dada categoria) entre as políticas sociais e relações industriais, entre políticas sociais e níveis de produtividade, entre políticas sociais e características políticas e institucionais (como os sistemas eleitorais), entre políticas sociais e as questões adstritas à área da formação profissional ou, entre as primeiras e políticas externas ou de segurança. Assim, é possível assumir-se que as idiossincrasias dos países europeus são apenas olvidáveis dada a influência da coordenação por parte da União Europeia (Nullmeier e Kaufmann, 2010:90).

Este ponto conduz-nos a dois fatores cimentados por Cornelius e Tsuda (2004:17-19), explorados na denominada “convergence hypothesis”, nomeadamente o *desenvolvimento em trajetórias paralelas*, ou seja, a convergência que deriva de pressões semelhantes (sejam estas ligadas à economia ou à demografia, como exemplos) para os países em questão assim como à questão da convergência resultante da *integração regional*, como a pertença a um organismo comum, tal como a União Europeia.

Voltando à análise das questões referentes ao welfare state tendo como enfoque a percentagem do PIB despendida pelos governos na área da proteção social, é facilmente constatável que não há uma causalidade direta nas melhorias ao nível social para as populações. Tomando o exemplo da tentativa de periodizar a evolução do welfare state, o período compreendido entre 1950 e 1960 é descrito por Pierson (1998:132, citado por Nullmeier e Kaufmann, 2010:87) como sendo de “estagnação relativa”, baseando-se na baixa percentagem do PIB em despesas sociais. Ora, numa análise mais fina, vemos que neste período, dado o aumento da taxa de emprego, o predomínio de populações mais jovens, obtém-se como resultado uma menor pressão sobre os benefícios sociais (loc. cit.). Mais

ainda, nos períodos de governação de Thatcher ou de Reagan, apesar do aumento das despesas sociais em função do PIB, é inegável observar as históricas dificuldades nas áreas da proteção social (ibid.:91). No percorrer das diferentes formas de periodização da evolução do welfare state podemos concluir que é necessário deter um olhar crítico que não se baseie exclusivamente nos modelos que guiam a discussão – particularmente os de Esping-Andersen (1990) –, nas questões adstritas ao papel do governo nas despesas sociais (Pierson, 1994), na ausência de qualquer intencionalidade assente em interesses que não meramente os dos cidadãos na aplicação de políticas sociais ou outras especificidades. Toda esta análise leva-nos a um elemento crucial para o trabalho aqui desenvolvido: *percepções*.

Como propõem Nullmeier e Kaufmann (2010:90-91), a complexidade do desenvolvimento das políticas sociais dificilmente é notada ou devidamente avaliada pelo público, dificuldade essa partilhada pela academia. Defendem ainda os autores que as *percepções* dos cidadãos se prendem sobretudo com legislações em específico, reformas ou áreas particulares das políticas sociais, superando a importância dos modelos de welfare state. Mais ainda, sublinham que mais que grandes pontos de viragem históricos (como temos vindo a observar ao longo deste capítulo), são as inovações – como as reformas ao nível da velhice na Suécia e Alemanha em finais da década de 1950 ou a implementação do National Health Service (NHS) no Reino Unido após a II Guerra Mundial – ao nível das políticas sociais a possuir um efeito determinante para o público em geral. Destacam ainda que a “verdadeira natureza” do welfare state não se encontra tanto na medição dos níveis de benefícios, mas sim na forma como determinadas medidas são percecionadas.

Indo ao encontro do estudo das Migrações e ao foco deste trabalho, o pensamento trazido pelos autores é crucial.

Veja-se a situação atual especificamente em Portugal. A vaga migratória de portugueses qualificados (ou altamente qualificados), partindo de um país com um modelo de welfare state caracterizado como “fraco” ao nível europeu, rumo ao Reino Unido (principal destino de emigração, com um modelo de welfare state “forte”) não assentará decididamente em explicações simplistas. Como sublinha Kureková (2013:3-4), a literatura aponta para que os migrantes (altamente) qualificados procurem destinos com modelos de welfare state mais “fracos”, dado que estes indivíduos não procuram tanto os benefícios sociais, ou determinado tipo de apoio, como os migrantes pouco qualificados, inevitavelmente sendo os seus salários (mais elevados) alvo de descontos avultados dada a natureza do regime de proteção social. Por outro lado, importa sublinhar de forma veemente que não se pode menosprezar o papel do welfare state no país de origem neste processo de decisão, nomeadamente no que diz

respeito à minimização de riscos para o processo migratório e, claro está, na decisão de migrar.

Que motivos estarão então por detrás destas decisões de migrar de países com regimes de welfare state “fracos” para outros mais “fortes”? Quais são as perceções detidas pelos migrantes? Existe, sem dúvida, um grande caminho a ser percorrido pelos investigadores no sentido de compreender o papel das perceções na base da relação entre migrações e o welfare state.

3.3 Estado-Providência em Portugal

Apesar de todo um processo evolutivo cujo ónus persiste no seu funcionamento atual (explorado adiante), a implementação do Estado-Providência em Portugal é quase que invariavelmente apontada como consequência do processo de democratização pós 25 de Abril de 1974, mais concretamente através da Constituição de 1976²⁸ (Sousa Santos, 1999:8; Rodrigues, 2010:204) ganhando força com a integração na então Comunidade Económica Europeia em 1986 (Dornelas, 2013:45). A partir desse quadro constitucional (1976), nasce em Portugal o sistema de segurança social²⁹. A própria denominação de “Estado-Providência” em Portugal não é detida como um dado adquirido, dada a já mencionada demora no seu desenvolvimento. Autores como Boaventura Sousa Santos (1999) e José Reis (1995) descrevem-no como “quase-Estado-Providência” e “semi-lumpen-Estado-Providência” (respetivamente), o que se traduz, nas palavras de Pereira (2009:473), na “persistência do facto de o Estado não proteger suficientemente a maioria da população perante os diferentes riscos sociais”.

Esta secção não tem como objetivo traçar uma descrição demasiado casuística do processo de construção do Estado-Providência em Portugal – usualmente ligada a fatores estritamente económicos –, mas sim trazer para a discussão alguns pontos fundamentais para a forma como este funciona no presente, resultantes dessa sequência de medidas e eventos que o caracterizam. Tal como a própria definição de Estado-Providência *per se*, a sua existência em Portugal não terá um surgimento facilmente identificável, dependendo da análise de cada

28 Artigo 63.º, n.º2

29 A exploração da evolução da Segurança Social em Portugal neste capítulo que dá conta do Estado-Providência em Portugal prende-se com o facto de “[o]s Estados-Providência materializam-se através de políticas sociais, planeadas, enquadradas e implementadas de acordo com os fins dos mesmos” (Matos, 2014:17), isto é, os dois conceitos são aqui indissociáveis, encontrando-se aliados ao longo de grande parte do percurso que aqui se analisa.

autor, sendo que, através de diferentes processos, “se pode referenciar a datas anteriores à da democracia” (Dornelas, 2013:47).

Como explica Víctor Pereira (2009:475), a identificação de *uma* data para a implementação do Estado-Providência em Portugal encontra-se invariavelmente ligada ao critério que subjaz na forma como o conceito é “lido”, se ligado à democracia ou ao final da década de 1960 e início da década de 1970 com as medidas resultantes da governação de Marcello Caetano.

Mais ainda, diferentes origens ou fatores que conduzem à implementação do Estado-Providência em Portugal podem ser encontradas muito antes, embora de forma marcadamente tímida e rudimentar. Recuando apenas alguns anos, note-se como exemplo, nas vésperas da Revolução de Abril, em 1972³⁰, a criação do regime de previdência dos trabalhadores agrícolas, voltada para uma população maioritariamente rural, que contempla de imediato os trabalhadores agrícolas inscritos nas chamadas Casas do Povo assim como os produtores agrícolas e, posteriormente, os não inscritos que enfrentassem situações de carência resultantes de invalidez ou velhice. Contudo, e como será facilmente constatável através desta incursão pelo processo evolutivo das políticas sociais em Portugal, veremos que os maiores saltos qualitativos no campo social são acompanhados por modelos de governação voltados para uma visão contemplativa da legitimidade dos direitos sociais dos seus cidadãos. É acima de tudo com a Implantação da República Portuguesa (1910), assim como com a Revolução de Abril, que se assiste à criação de medidas que extravasam o carácter sobretudo aliado à noção de caridade que pauta tanto a Monarquia em Portugal (de 1139 a 1910) como o Estado Novo (1933 a 1974) com leves aproximações a alguma democratização no campo social (notadamente na área da educação) resultantes da chamada “Primavera Marcelista”³¹ que se revela mais como uma continuidade das políticas de Salazar do que propriamente uma viragem nos caminhos da governação³². Durante a vigência monárquica em Portugal, no que concerne à proteção social, destacam-se sobretudo a fundação da primeira Irmandade da Misericórdia, em 1498 pela Rainha Dona Leonor, que se multiplica pelas várias santas casas da misericórdia por todo o país assim como, em 1780, a fundação da Casa Pia de Lisboa (então Real Casa Pia de Lisboa) no reinado de Maria I (Segurança Social, 2015). Outras

30 Decreto-Lei n.º 391/72, de 13 de Outubro.

31 Expressão comumente utilizada como referência ao primeiro período da governação de Marcello Caetano, especificamente de 1968 a 1970. Durante este intervalo de tempo foi criada uma grande expectativa no que dizia então respeito a uma possível modernização da governação.

32 Apesar do cariz ditatorial das políticas de Salazar e Caetano, no que diz respeito à proteção social, as suas medidas (no plano teórico), nas décadas de 1960 e 1970, servem como matriz da segurança social após a Revolução de Abril de 1974 (Pereira, 2009:475).

formas de garantia de proteção social vinham já sendo desenvolvidas através de diferentes estratégias, nomeadamente na forma das Corporações das Artes e Ofícios, de origem medieval – com origem no século XII, extintas em 1834 –, e a Sociedade dos Artistas Lisbonenses (em 1839), que constituem, em grande medida, o “embrião” para as estratégias que procuram colmatar a ausência de políticas de cariz social (Pereirinha e Carolo, 2006:8). Como sublinha Sílvia Ferreira, já durante a Primeira República (1910-1926), nomeadamente em 1913 e 1919, ocorre a tentativa de criação do chamado seguro social obrigatório, contudo mal acolhido pela população dadas as profundas dificuldades económicas então sentidas.

O fator mais importante a destacar reside na separação de poderes entre a Igreja e o Estado, o que origina duas dimensões cruciais: Em primeiro lugar, o Estado assume um papel preponderante nas áreas da saúde, educação e serviços sociais; Em segundo lugar, essa separação de poderes conduz a um claro antagonismo entre as duas instituições, o que, juntamente com a forte instabilidade política que caracteriza esse período culmina na queda da Primeira República (2005:333).

Para além das duas datas referidas acima (1913 e 1919) relacionadas com o seguro social obrigatório, ainda no período respeitante à Primeira República, Eduardo Rodrigues recorde que é em 1911, com a Constituição da República, que são implementados diversos direitos fundamentais, nomeadamente à liberdade, o direito à segurança, à propriedade e à igualdade social. Com a Constituição de 1911 advoga-se também a assistência pública necessária para os mais carenciados em lugar do combate à mendicidade através de medidas repressivas, o que em 1835 era defendido através do Conselho Geral de Beneficência. É então em 1911 criado o Fundo Nacional de Assistência que procura o combate à mendicidade e o socorro a indigentes, sucedendo-se a criação do Ministério do Trabalho e da Previdência Social em 1916 e, em 1919, fundado o Instituto de Segurança Social (2010:203). É nesta última data que cinco diplomas legislativos são publicados referentes a um sistema de seguros sociais obrigatórios que visam a concessão de seguros por doença, velhice, invalidez, sobrevivência, desemprego e acidentes de trabalho. Todavia, este grupo de medidas acaba por fracassar em termos de aplicação (Segurança Social, 2015). Após o golpe militar de 28 de Maio de 1926, no período que precede o Estado Novo (1933), é criada a Caixa Geral de Aposentações, o primeiro grande sistema de pensões que, contudo, se encontra voltado apenas para os funcionários públicos. Posteriormente (criado em 1933 e implementado em

1935 com o surgimento do primeiro sistema de previdência social³³) surge um esquema de seguros sociais de cariz obrigatório abrangendo apenas os trabalhadores da indústria, do comércio e serviços (Rodrigues, 2010:203). Já em pleno Estado Novo, é então criado, em 1933, o Estatuto Nacional do Trabalho com inspiração no modelo fascista Italiano. O regime de Salazar procura sobretudo intermediários para a criação de fundos relacionados com o (se assim pudermos chamar) Estado-Providência, relegando-se a responsabilidade ao nível da assistência social e serviços de saúde para a área da caridade numa clara aliança entre Igreja e Estado (Ferreira, 2005:333).

O período referente ao Estado Novo, particularmente quando falamos do autoritarismo de Salazar, adensa um enorme atraso nas políticas sociais, particularmente visível na área da educação. Note-se que apenas em 1956 é instituída a escolaridade obrigatória de quatro anos para o sexo masculino, e somente em 1960 para o sexo feminino, o que obviamente traz, comparando nomeadamente com o resto da Europa, enormes atrasos na forma de elevadas taxas de iliteracia e analfabetismo (Rodrigues, 2010:204). O período respeitante à ditadura política em Portugal tem como forte característica o enorme fosso entre teoria e prática, algo obviamente associável a este tipo de regime muito orientado pelo discurso voltado para as massas sendo que o mesmo não se traduz em políticas concretas. Um dos exemplos ilustrativos do laxismo por parte da governação encontra-se facilmente na morosidade ao nível da legislação das políticas sociais assim como na sua efetiva aplicação. Como aponta Pereira (1999:487-8), a reforma da previdência social em Portugal é apresentada em 1957³⁴, promulgada somente em 1962³⁵, “prometendo” a sua generalização em termos de acessibilidade e elegibilidade à população rural (maioritária), o que só começa a acontecer em 1969, espelhando bem o desinteresse de Salazar. Será crucial explorar adiante a natureza das medidas de cariz social desenvolvidas no período do Estado Novo, contudo, por ora, importa prosseguir neste exercício conducente à atualidade no que se refere às políticas sociais em Portugal. Ainda no que se refere a esse período, e já na primeira metade década de 1970, a aplicação das supostas medidas ao nível social fracassa, traduzindo-se em poucos benefícios assim como na falta de articulação entre os critérios de elegibilidade e a real situação dos eventuais beneficiários dado o cariz altamente burocrático das medidas elaboradas por grupos de tecnocratas que integravam a governação (Ferreira, 2005:333-4).

33 Lei n.º 1884, de 16 de Março de 1935.

34 É justamente nesse ano que é pela primeira vez utilizada num texto legal em Portugal a expressão “segurança social” no contexto de uma convenção assinada com França.

35 Lei n.º 2115, de 18 de Junho de 1962.

Como reforça Rodrigues, as medidas ao nível social durante o Estado Novo não se espelharam de forma efetiva na proteção dos cidadãos, algo a que só se foi assistindo, em vários passos, no período pós 25 de Abril de 1974 (2010:204).

Com a Revolução assiste-se à contemplação do sistema de segurança social³⁶ e do serviço nacional de saúde³⁷ por parte do movimento militar que a lidera, assim como por parte do Primeiro Governo Constitucional nos seus programas, seguindo-se o aumento dos benefícios sociais e a criação da pensão social³⁸ (Ferreira, 2005:334). Já em 1979 é criado o esquema mínimo de proteção social³⁹ que abrange todos os cidadãos nacionais, independentemente das suas contribuições prévias ou vínculo laboral, que garante (entre as principais medidas) o direito a prestações de saúde, de segurança social (incluindo a já mencionada pensão social), pensão para inválidos, abono de família, subsídio mensal para jovens deficientes, assim como a atribuição de equipamentos sociais. Relativamente ao decénio compreendido entre 1974 e 1984 (data que marca a primeira Lei de Bases da Segurança Social⁴⁰), mais que detalhar aqui as várias medidas criadas, importa sublinhar que neste período, como resume Dornelas (2013:49), “as principais alterações verificadas consistiram numa dupla expansão das medidas em vigor, que, por um lado, passaram a ser aplicáveis a um número crescente de pessoas e grupos sociais e, por outro lado, passaram a cobrir riscos sociais não considerados pelo sistema assistencialista que caracterizava a previdência social até ao derrube da ditadura”.

Como já referido, e após um período de crise financeira e negociações com o Fundo Monetário Internacional em 1978 (Ferreira, 2005:334), é finalmente consolidada a primeira Lei de Bases da Segurança Social em 1984. Ainda no mesmo ano é criado o Conselho Permanente de Concertação Social, instituição que tem um importante papel na negociação das medidas posteriormente criadas (explorado adiante). Entre as principais medidas resultantes desta lei nos anos que a seguem destacam-se: a criação do subsídio de desemprego⁴¹, sendo o montante calculado de acordo com os períodos de trabalho e contribuições, assim como com as remunerações de trabalho perdidas. No mesmo diploma é

36 O art.º 63.º da Constituição da República Portuguesa (1976) estabelece o direito à Segurança Social.

37 Lei n.º 56/79, de 15 de Setembro.

38 Resultante do Despacho Normativo n.º 59/77 de 23 de Fevereiro, esta medida detém inicialmente um papel puramente assistencial, abrangendo posteriormente todos os indivíduos com mais de 65 anos sem atividade remunerada ou esquema de previdência, assim como os inválidos com mais de 14 anos (Segurança Social, 2015).

39 Decreto-Lei n.º 513-L/79, de 26 de Dezembro.

40 Lei n.º 28/84, de 4 de Agosto.

41 Decreto-Lei n.º 20/85, de 17 de Janeiro.

criado o subsídio social de desemprego, este último integrado no regime não contributivo que contemplam os casos referentes a baixos rendimentos ou menores carreiras contributivas; Já no campo da saúde, a proteção na doença é alvo de uma reformulação global⁴² que visa essencialmente clarificar os direitos reconhecidos e, simultaneamente, atempar e racionalizar os pagamentos das prestações; No que diz respeito à maternidade, paternidade e adoção, é realizada a sua definição e regulamentação⁴³, reforçando-se a proteção da maternidade e paternidade e valorizando-se a família, nomeadamente através da fixação de um montante mínimo na forma de subsídio para aqueles que se encontram em situação precária. Nesta linha são ainda reforçados os apoios nos casos de adoção e na assistência a descendentes menores; Por último, relativamente à invalidez e velhice, destaca-se a implementação da pensão unificada⁴⁴ que cobre não apenas os funcionários públicos mas também os trabalhadores abrangidos pela segurança social num quadro de integração dos sistemas de segurança social num regime unitário (Segurança Social, 2015). Após a Lei de Bases de 1984 acima descrita, no que concerne às suas principais medidas, não pode ser obviado um novo marco absolutamente crucial que traz consigo alterações nevrálgicas para o país. Falamos obviamente da entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia. Esta adesão implica sobretudo que o país procure aproximar-se dos padrões que caracterizam os seus pares no contexto comunitário – notadamente aqueles que servem como referência em termos económicos, políticos e sociais –, sobretudo no que se refere aos seus padrões democráticos assim como ao conceito de bem-estar social numa clara “ideologia da integração” (Rodrigues, 2010:207). Contudo, como salienta Ferreira (2005:335), a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, apesar de trazer novas ideias assim como fundos que visam o combate à pobreza e exclusão social, estes últimos são aplicados à margem do sistema de segurança social através de um programa nacional de carácter provisório, sendo que, nos anos que se seguem, o discurso do governo de centro direita⁴⁵ se volta para a redução do papel do Estado e privatização das pensões.

Como podemos observar até esta parte, é facilmente constatável que se trata sem dúvida de uma origem tardia no que se refere ao Estado-Providência em Portugal, sobretudo quando a comparamos com as realidades políticas que pautam os países da Europa do centro e norte

42 Decreto-Lei n.º 132/88, de 20 de Abril.

43 Decreto-Lei n.º 154/88, de 29 de Abril.

44 Decreto-Lei n.º 143/88, de 22 de Abril.

45 Especificamente com o X Governo Constitucional constituído pelo Partido Social Democrata que toma posse a 1985.

detentores de sistemas provectoros (nomeadamente os países aqui estudados, França e Reino Unido), muito distantes da realidade portuguesa. Esse facto encontra-se sobremaneira ligado ao passado recente. A existência prévia de um regime ditatorial em Portugal (Estado Novo) bloqueia qualquer possibilidade de criação de um Estado-Providência sólido que possa realmente ombrear com os vizinhos europeus mais prósperos. Como explica Rodrigues (2010:202):

O surgimento das políticas sociais foi sempre condicionado pelo desenvolvimento das formas de Estado que foram tendo existência histórica em Portugal. Assim, enquanto nos países mais avançados da Europa, sobretudo em França, iam surgindo mecanismos estatais de resposta aos problemas sociais, em Portugal, o Estado apresentava uma fraqueza política e financeira que comprometeu os mecanismos de ação social e tornou o país, atualmente, um dos mais atrasados da Europa a este nível.

António Dornelas (2013) resume de forma concisa a construção do Estado-Providência em Portugal como “desfavorável”, marcadamente dissemelhante daqueles que Rodrigues denomina como “mais avançados” (loc. cit.). Sem dúvida alguma que é após Abril de 1974, que traça um antes e depois na recente evolução do país, que assistimos – não apenas –, mas concretamente no que se refere aos regimes de proteção social em Portugal, ao seu “desenvolvimento quantitativo e qualitativo” (2013:45-47). É um processo gradual que vai trazendo paulatinamente profundas melhorias no campo social.

O processo de construção do Estado-Providência em Portugal, mesmo quando situamos a nossa análise após Abril de 1974, não é linear. Boaventura Sousa Santos e Sílvia Ferreira (2002)⁴⁶ trazem um importante contributo apontando elementos estruturais que conferem uma génese e evolução conturbadas ao caso português que aqui serão apresentados de forma resumida aliada a outras perspetivas.

Os autores caracterizam Portugal como um país semiperiférico⁴⁷, com níveis de desenvolvimento – económico, social e político – dissemelhantes e distantes daqueles que

46 Na publicação “A reforma do Estado-Providência entre globalizações conflituantes” de 2002, Santos e Ferreira, publicação (que de certa forma atualiza o trabalho de 1999 “The welfare state in Portugal: between conflicting globalizations” de Santos) elencam algumas razões que estão na base do motivo pelo qual o Estado-Providência em Portugal não deter todas as características necessárias para se apresentar como tal em pleno, dada a sua evolução particular.

47 Boaventura Sousa Santos (1985) apoia-se na formulação de Immanuel Wallerstein, que aprofunda e desenvolve, visando a aplicação do carácter semiperiférico a Portugal. O autor define as sociedades semiperiféricas (em termos latos e neste contexto) como detentoras de níveis intermédios de desenvolvimento, entre o centro e a periferia.

apresentam melhores níveis nos campos mencionados. É um país com a pesada herança de um passado aliado a um regime ditatorial, autoritário, que deteve a tutela absoluta da regulação estatal, adiando-se por completo qualquer forma de pacto ou contrato social, isto é, e de forma sumária, de implementação de uma convenção que regule os direitos e deveres da população num entendimento entre cidadãos e Governo. Apesar da Revolução de Abril e derrube do regime ditatorial, o período que a sucede não abre o caminho para esse entendimento de forma imediata. Vive-se então um clima de “fervor” político, pautado pela influência do Partido Comunista Português sobre os sindicatos, nacionalizações e a ausência de qualquer experiência de negociação.

Só com a Constituição de 1976⁴⁸ que, obviamente e acima de tudo, traz consigo a implementação de um sistema de democracia representativa e, consequentemente, a garantia dos direitos dos cidadãos, se inicia um verdadeiro processo rumo a esse pacto. Todavia, a Constituição detém ainda um cariz revolucionário que, em larga medida, impossibilita um eficaz diálogo social, imperando uma negação à coexistência entre capitalismo e socialismo, prevalecendo este último. Em 1982, com a revisão constitucional, é posto termo a algum revolucionarismo, notadamente permitindo a privatização de bancos e indústria, retirando concomitantemente a irreversibilidade das nacionalizações realizadas até então. O Estado alarga a promoção do diálogo social, sendo que a criação do Conselho Permanente de Concertação Social em 1984 tem um papel crucial nesse sentido (2002:166-172). Este Conselho, representado paritariamente e de forma tripartida (seis membros do Governo; seis membros das Confederações Patronais (Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), Confederação do Comércio Português (CCP) e Confederação da Indústria Portuguesa (CIP); seis membros das Confederações Sindicais, nomeadamente a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP)) tem como objetivo alcançar o diálogo e a concertação de políticas ultimadas em acordos entre as diferentes entidades (Cerdeira, 2009:89; Ferreira, 2004:80). Não obstante, a institucionalização da concertação social é caracterizada por uma forte componente de governamentalização nas

48 Eduardo Vítor Rodrigues (2010:205) destaca que os governos provisórios que antecedem a Constituição de 1976 trazem importantes medidas no campo social, nomeadamente a implementação do subsídio de Natal, apoio em situação de desemprego (ainda não integrado na Segurança Social), o suplemento de grande invalidez, apoio ao nível das prestações de maternidade, subsídio por morte e, contemplando os trabalhadores agrícolas, a criação da pensão de sobrevivência. É contudo com a Constituição de 1976 que se assiste à universalização dos direitos sociais (e não apenas), com políticas adstritas aos principais pilares sociais: saúde, educação e trabalho. Assim, a Constituição consubstancia medidas como o direito ao trabalho, assistência em caso de desemprego, a criação do salário mínimo, o direito à Segurança Social, proteção na área da saúde, na habitação, no campo da educação assim como da cultura.

estratégias de diálogo social dado o “peso” do Governo em termos decisórios, cariz esse que persistiu em pautar o funcionamento do Conselho nas suas diferentes personificações (Ferreira, loc. cit.).

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia há todo um novo modo de funcionamento. A pertença a uma organização supranacional que promove esse mesmo diálogo, a internacionalização económica e consequente pressão externa, fomentam acordos entre sindicatos e governo. É contudo um período conturbado em que se vive uma crise internacional do Estado-Providência⁴⁹, que é instrumentalizada através do discurso dos partidos de centro direita e direita – coligação Partido Social Democrata (PSD)/Partido do Centro Democrático Social (CDS). Sob o argumento dessa instabilidade, o governo adquire um papel de premência nos processos de negociação. Face às consequências dessa mesma instabilidade, os empregadores podem sugerir estratégias de flexibilidade ou competitividade, os sindicatos ficam fragilizados na impossibilidade de reivindicar aumento de salários ou fazer exigências e o governo adquire um papel central podendo reduzir impostos ou manter benefícios sociais (Ferreira e Santos, 2002:10-11). É aquilo que Sousa Santos denomina como a diferença entre a lei escrita e a sua aplicação (1999:12), sendo que, apesar do aparente entendimento entre os vários setores, a centralidade do Governo é evidente.

Outro dos elementos estruturais, que antecede a implementação (pelo menos teórica) de um diálogo social, é consequente da posição tomada pelo Governo, que, numa manobra de aproximação às políticas dos países que compõem a Europa Ocidental, e confrontado com a radicalização imediatamente após a Revolução de Abril, aumenta significativamente os salários⁵⁰ – engrossando consequentemente o défice público⁵¹ e a dívida externa⁵² –, sendo necessária a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1978. Essa intervenção teve, (entre outras consequências, tais como a restrição do consumo interno), a diminuição das despesas com a Segurança Social que se encontrava em estado embrionário. Em 1983,

49 De forma sucinta, a crise do Estado-Providência da década de 1980 resulta, em grande medida, das crises do petróleo de 1973 e 1979 que contribuem para a chamada estagflação (isto é, a combinação de inflação com a estagnação do desenvolvimento económico aliados ao aumento do desemprego) o que conduziu a respostas governamentais (nomeadamente por Thatcher e Reagan) pautadas pela redução da intervenção estatal no financiamento de serviços sociais.

50 Boaventura Sousa Santos refere que os salários passam de 43,7% do Produto Nacional Bruto em 1973 para 57,6%; Outro facto apontado pelo autor consiste no “boom” de consumo em Portugal no pós-25 de Abril, sendo que nos anos que se seguem à Revolução, Portugal apresenta o maior crescimento na taxa de consumo de eletrodomésticos (nomeadamente aparelhos televisivos e máquinas de lavar roupa) no contexto europeu (1999:11).

51 De forma sucinta, valor das despesas do Governo superior às suas receitas.

52 Isto é, o somatório das dívidas do país consequentes de empréstimos e financiamentos contraídos externamente.

como consequência de políticas falhadas que visavam contornar a situação precária que se fazia sentir – em grande medida resultantes dos efeitos da segunda crise do petróleo (1979) –, o FMI regressa a Portugal. Um dos principais efeitos dessa intervenção consistiu numa forte incoerência entre o quadro legal e as práticas sociais em que o Estado adquire uma natureza “paralela” (Ferreira e Santos, 2002:11-12).

O “Estado paralelo”, para Sousa Santos, consiste na coexistência de um Estado oficial com um “outro”, informal; Um Estado centralizado que é conivente com as ações contraditórias de “microestados” difusos (1999:12). Por via desse “Estado paralelo”, assiste-se a uma exploração generalizada dos trabalhadores: Se anteriormente, como vimos, se dá um incremento substancial ao nível dos salários, já em 1983 os mesmos representam 42,3% do Produto Nacional Bruto em contraste com 56,5% em 1976; Em 1986 cerca de cento e vinte mil trabalhadores de oitocentas e vinte e quatro fábricas e empresas não recebiam salário durante vários meses receando o desemprego; Contratam-se trabalhadores (maioritariamente mulheres) pagando quantias inferiores ao salário mínimo e recorre-se ao trabalho infantil; Por último, e mais especificamente no que concerne à proteção social, os empregadores retêm as contribuições dos trabalhadores destinadas à Segurança Social, o que se traduz num aumento de 72% das dívidas à mesma na primeira metade da década de 1980 (Santos, 1999:12-13; Ferreira e Santos, 2002:12). De acordo com Boaventura Sousa Santos, apesar de um atenuar do “Estado paralelo” com a adesão à CEE em 1986 – particularmente através de fundos de coesão e fundos estruturais –, a situação, embora com menor intensidade, persiste nas décadas seguintes (1999:13). Dentro dos principais elementos estruturais aqui discutidos visando compreender o processo anacrónico e dissonante da evolução do Estado-Providência em Portugal, importa sublinhar dois últimos pontos ao encontro do contributo de Sousa Santos e Ferreira. O funcionamento burocrático em Portugal, no que diz respeito às políticas sociais, permaneceu ancorado a uma ideia de assistencialismo em detrimento da noção de direito do cidadão, naquilo que os autores apontam como uma herança de um passado autoritário que não foi ultrapassada após Abril de 1974. Os autores apontam ainda para um atendimento não linear por parte das agências estatais, baseado na informalidade das relações, o que se traduz numa diferenciação na forma como as questões referentes à proteção social dos cidadãos são tratadas. Esse “peso” referente à noção de assistencialismo e não de direito do cidadão culmina num ponto crucial. Os autores, referindo-se a um trabalho de Hespanha et al. (2000), destacam que apesar de se encontrarem numa situação de risco social, os cidadãos (em estudo no trabalho mencionado) não requerem a ação social à qual têm direito por motivos que passam pelo desconhecimento desses mesmos direitos, mas também

pelo receio da estigmatização⁵³ por acederem aos mesmos aliada à necessidade de comprovar as situações de carência junto das entidades responsáveis e respetivos custos de acesso, até à diferenciação na atribuição dos apoios sociais em situações de igual carência. Por último, se uma das formas de medição e caracterização de um dado Estado-Providência passa pelo nível de despesa nas suas políticas sociais, Portugal apresenta uma posição notoriamente precária. Apesar de um tremendo salto quantitativo no período pós Revolução, nos decénios que se seguem e até à atualidade, não obstante aumentos superiores à média europeia, Portugal apresenta-se de forma consistente abaixo da mesma no que diz respeito aos gastos com proteção social medidos em proporção do PIB⁵⁴. Mais ainda, e dentro deste ponto, os autores apontam a ineficácia das políticas sociais que não conseguem fazer face aos problemas relacionados com a pobreza e desigualdade social, revelando-se um sistema pouco generoso e incapaz de proteger os mais vulneráveis (2002:13-15).

O percurso “desfavorável” (Dornelas, 2013:45) que define o Estado-Providência em Portugal confere condições específicas para aquilo que Boaventura Sousa Santos denomina como “sociedade providência”, definida pela existência de “relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade (1995:i). Este último conceito surge assim como uma resposta e estratégia, dada a ineficácia das políticas sociais, que compensa essa lacuna pelo menos de forma parcial (Santos e Ferreira, 2002:191). A sociedade providência apresenta-se então como complementar ao Estado-Providência. Nas palavras de Santos:

“Em primeiro lugar, este conceito é um conceito parcial, é um dos elementos de um par conceitual em que o outro elemento é o Estado-Providência. Com este par conceitual pretendemos significar que existem na nossa sociedade, e, quiçá, noutras, diferentes modos de produção de providência

53 Eduardo Rodrigues, através das entrevistas realizadas no âmbito do seu Doutoramento, cuja informação se encontra espelhada no seu artigo “O Estado e as Políticas Sociais em Portugal: discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção” explora justamente (entre várias outras questões) a “estigmatização” que reside na autorrepresentação dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), notadamente no relato de uma técnica dos Serviços Sociais que recorda “um desabafo de uma mãe solteira, afirmando ter necessidade de provar que era uma inútil para poder receber a prestação” (2010:219). Se por um lado a medida (RSI) pode servir como um potencial atenuador de situações de pobreza extrema, por outro lado as questões referentes à estigmatização e exclusão social encontram-se bem vincadas no atribuir de tal prestação, tanto dos “outros” face ao beneficiário como na forma como o próprio de revê enquanto membro da sociedade.

54 Segundo o Eurostat (2015), Portugal gasta 18,3% do PIB no que diz respeito a proteção social, encontrando-se a média europeia nos 19,2%. Em termos de despesa pública, o montante direcionado para a proteção social encontrava-se nos 37,8%, ao passo que a média europeia se situava nos 40,6%. Se recuarmos a 1994, Portugal gastava 19,5% do PIB em proteção social sendo a média europeia 28,6% (Rodrigues, 2010, 209).

societal. O facto de a providência produzida pelo Estado ter assumido, sobretudo nas sociedades europeias do pós-guerra, uma saliência especial - com que culminou uma tradição social democrática vinda do final do século XIX - não significa que tenham deixado de vigorar outros modos de produção de providência ou de bem-estar. Isto terá sido tanto mais assim em sociedades, como a nossa, em que o Estado-Providência nunca atingiu o seu pleno desenvolvimento. Nestas sociedades, a providência estatal, sempre muito deficiente, articulou-se com outras formas de providência societal que compensaram algumas das suas deficiências. [...] Uma outra novidade do conceito reside em que a providência societal de que dá conta, articulando-se embora com a providência estatal, assenta em princípios muito diferentes dos que subjazem a esta última. Em vez da solidariedade abstrata, a solidariedade concreta; em vez da cidadania, a reciprocidade; em vez do cálculo distributivo, o investimento emocional.” (1993:ii)

Em termos práticos, este conceito é observável em formas de organização por parte da sociedade que procuram colmatar lacunas estatais em diversos setores da proteção social. Voltando ao contributo de Ferreira e Santos, os autores enunciam alguns exemplos fundamentais que explicam como a sociedade providência se reflete desde: as estratégias face a uma débil proteção no desemprego, sendo que em 1981, face à precariedade neste setor 71% dos desempregados encontram a maior fonte de rendimento e subsistência nas suas famílias e não no Estado, algo que se repetiria em 1991 para 50% dos desempregados de muito longa duração; até ao papel dos avós no cuidado das crianças dada a ausência dos pais por motivo de trabalho, colmatando-se a débil assistência à família por parte do Estado (2002:189).

Ora, alguns pontos fundamentais para a discussão resultam da existência desta “sociedade providência”. Apesar do aparente cariz salvífico na presença de políticas sociais débeis na sua ação, a “sociedade-providência” pode contribuir para a desresponsabilização do Estado-Providência, uma vez que, ainda que não possa substituí-lo, funciona no sentido de “compensar as suas falhas ou ausências”, servindo ainda para a “legitimação da ausência de intervenção estatal nos domínios sociais ou da sua crescente fragilização” (Rodrigues, 2010:205). Mais ainda, os serviços prestados pelo Estado são dissemelhantes daqueles que resultam da “sociedade providência” (Santos, 1999:19-20), notadamente em áreas como a saúde, cuidados com crianças (etc.). Por último, este tipo de organização, de entreajuda à margem do Estado, tem efeitos limitados, não substituindo este último, sendo que “(d)e outra forma, não seriam muito notadas as ausências ou as fragilidades da intervenção estatal nos domínios das políticas sociais” (Rodrigues, 2010:206).

Se, como vimos, as políticas de centro-direita fizeram a apologia da desresponsabilização do Estado no que diz respeito à intervenção ao nível social, na campanha eleitoral ocorrida em 1995, a proteção social adquire um papel central na agenda política. O Partido Socialista, que vence as eleições⁵⁵, tem como desiderato o “corte” com a realidade a que se assistia desde o pós-25 de Abril que, apesar dos princípios universalistas enunciados em termos de proteção dos cidadãos, não assegurava *de facto* as carências dos mesmos (Ferreira, 2005:335). Inicia-se assim um novo período para o Estado-Providência em Portugal com várias medidas que trouxeram mudança na proteção social⁵⁶. Em primeiro lugar, indo mais além que o sistema contributivo, começam a ser financiados pelos impostos novos direitos para aqueles que se encontravam à margem do alcance estatal. Destaca-se a criação do Rendimento Mínimo Garantido⁵⁷, mais tarde Rendimento Social de Inserção (em 2003⁵⁸) –, resultado das propostas do PS e PC, contando com a oposição do PSD e CDS-PP, traz um cariz universalista à proteção social em Portugal na forma de prestação mensal voltada para os cidadãos em situação de carência económica grave. “Rompe-se” assim com a ideia meramente ligada à caridade no que diz respeito àqueles que se encontram em situação económica e socialmente precária introduzindo-se a universalidade de direitos; Em segundo lugar, há uma clara viragem rumo à inserção social e profissional e a promoção do emprego, através de medidas como o Regime de Segurança Social dos Trabalhadores Independentes ou o aumento da duração da concessão das prestações de desemprego. Surge concomitantemente uma preocupação com outros grupos da população que vivem os efeitos de uma posição marginal: as minorias étnicas e imigrantes clandestinos. Começando por este último fenómeno, indo ao encontro dos grupos mencionados, é criado em 1996 o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas⁵⁹ (atual Alto Comissariado para as Migrações). Num período em que Portugal defronta desafios decorrentes da sua posição predominantemente recetora (leia-se como país de imigração), este organismo ocupa-se das questões ligadas à integração dos imigrantes e minorar situações referentes à marginalidade destes indivíduos

55 O Partido Socialista vence as eleições a 1 de outubro de 1995, tomando posse a 28 de outubro o XIII Governo Constitucional de Portugal com António Guterres como Primeiro-Ministro. Tem assim lugar uma viragem à esquerda depois de dez anos de governo pelo Partido Social Democrata.

56 Marcando uma preocupação com as questões ligadas à proteção social, o Governo cria a Comissão do Livro Branco da Segurança Social em Março de 1996, composta por diversos especialistas (desde académicos, representantes dos diferentes partidos políticos, sindicatos, patronato, instituições ligadas à Segurança Social (incluindo funcionários representando-a) e Instituições Particulares de Segurança Social (tais como o Instituto de Emprego e Formação Profissional) com o objetivo de estudar alternativas que garantam a sustentabilidade e eficácia das políticas sociais (Santos e Ferreira, 2002:207).

57 Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho.

58 Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio.

59 Decreto-Lei n.º 3-A/96, de 26 de Janeiro.

consequentes de episódios relacionados com “racismo” ou xenofobia. Ligando-se ao ponto anterior, nomeadamente à implementação do Rendimento Mínimo Garantido, este constitui não apenas um direito mas outrossim uma abertura por parte do beneficiário para a sua (re)inserção no mercado de trabalho através da sua ligação a uma coletividade local na figura dos representantes da Comissão Local de Acompanhamento (p. ex. Centro de Emprego); Em terceiro lugar, visando minorar problemas como a exclusão social, são estabelecidas pontes entre diferentes setores – nomeadamente através de instituições públicas ligadas à Segurança Social, poder local e o terceiro setor – em medidas como o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social⁶⁰. Por último (e indo ao encontro do ponto anterior), assiste-se ainda nos anos que sucedem 1996 (novo período marcado pela entrada do PS no poder) ao chamado *welfare mix*, com programas que envolvem o setor privado não lucrativo que se traduzem (como exemplo) ao nível dos cuidados com idosos e a educação pré-escolar, especificamente no alargamento da sua extensão através de parcerias entre os setores público e privado, visou-se alcançar uma maior universalidade da educação para as crianças dos 3 aos 5 anos de idade⁶¹. Aproximando-se a viragem do século, em 1998 é discutida na Assembleia da República aquela que viria a ser a nova Lei de Bases da Segurança Social⁶², que só é aprovada em 2000. Esta medida procura essencialmente assegurar a universalidade da proteção social, reforçando-se a eficácia da mesma, equidade e sustentabilidade. A partir desta nova Lei de Bases, a Segurança Social adquire uma nova designação, Sistema de Solidariedade e Segurança Social, que incorpora três subsistemas: subsistema de proteção social de cidadania (subdividido no regime de solidariedade juntamente com a ação social), o subsistema de proteção à família e o subsistema previdencial.

Com a Lei n.º 32/2002, de 20 de Dezembro, passando-se de um governo socialista para social-democrata, a designação anterior regressa (Sistema de Segurança Social), mantendo-se a generalidade das medidas trazidas dois anos antes. O seu funcionamento constitui-se de forma tripartida: em primeiro lugar o sistema público de segurança social (incorporando o subsistema previdencial, subsistema de solidariedade e o de proteção social), o sistema de ação social e o sistema complementar. Já em 2007, e com o regresso do Partido Socialista à governação, é aprovada a terceira Lei de Bases – Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro (Sousa

60 Assinado em 1996, este Pacto engloba “o Governo, Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), a União das IPSS, a União das Misericórdias Portuguesas e a União das Mutualidades Portuguesas” (Santos e Ferreira, 2002:202 apud MTS, 1998)

61 Decreto-Lei n.º 147/97 de 11 de Junho.

62 Lei n.º 17/2000, de 8 de Agosto.

Santos, 1999:28; Santos e Ferreira, 2002:197-203; Ferreira, 2005:335-337; Rodrigues, 2010:210; Peixoto, Marçalo e Tolentino, 2011:37-38; Segurança Social, 2015). Esta nova Lei de Bases (que se mantém até à atualidade) subdivide-se em: sistema previdencial – que visa a substituição de rendimentos de trabalho perdidos como consequência de eventualidades específicas; sistema de proteção social de cidadania – que tem como base o universalismo; sistema complementar – que funciona numa lógica de partilha de responsabilidades, nomeadamente pela procura voluntária de formas complementares de proteção social.

O sistema previdencial, maioritariamente de base contributiva, embora também contemplado pelo orçamento destinado à Segurança Social – isto é, por um lado resulta do saldo das contribuições dos trabalhadores ativos e entidades empregadoras (*pay as you go*), assim como das pensões para aqueles que se aposentaram (sistema previdencial -repartição), e por outro lado pelo financiamento do Fundo de Estabilização Financeira (sistema previdencial-capitalização) – concede benefícios dependentes de contribuições prévias provenientes da generalidade dos trabalhadores (por conta de outrem e independentes, regimes especiais e seguro social voluntário⁶³). As eventualidades previstas por este sistema são: doença; maternidade, paternidade e adoção; desemprego; acidentes de trabalho e doenças profissionais; invalidez; velhice; morte⁶⁴.

O sistema de proteção social de cidadania, de cariz universal e não contributivo, é assegurado pelo Orçamento de Estado e receitas fiscais e tem como grande objetivo assegurar os direitos básicos dos cidadãos, a igualdade de oportunidades, assim como a promoção do bem-estar e coesão social, subdividindo-se em: subsistema de ação social, voltado para os grupos de maior risco em termos de exclusão e vulnerabilidade como crianças, idosos e portadores de deficiência, visando a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócio-económica⁶⁵; subsistema de solidariedade, que procura assegurar direitos essenciais, visando a erradicação da pobreza colmatando lacunas ao nível das prestações não incluídas no sistema previdencial (baixas contribuições ou carreiras contributivas incompletas) através de prestações mínimas (tais como o rendimento social de inserção, subsídio social de desemprego, subsídios no campo da parentalidade, ou o complemento social para idosos)⁶⁶; subsistema de proteção familiar, que pretende assegurar a compensação de encargos

63 Podem ser beneficiários aqueles que não estão enquadrados por este regime, como por exemplo os bolseiros de investigação e bombeiros voluntários, com restrições comparativamente ao regime geral (Goulart e Camacho, 2014:6).

64 Artigo 52.º da Lei de Bases da Segurança Social de 2007.

65 Artigo 29.º da Lei de Bases da Segurança Social de 2007.

66 Artigo 36.º da Lei de Bases da Segurança Social de 2007.

familiares acrescidos dentro de determinadas eventualidades, nomeadamente membros da família portadores de deficiência (ou com necessidades especiais que impliquem dependência), ou encargos decorrentes da frequência de determinado grau de ensino⁶⁷.

Finalmente, o sistema complementar, que inclui o regime público de capitalização⁶⁸ assim como os regimes complementares de iniciativa coletiva e de iniciativa individual, de adesão voluntária individual (através de contribuições mensais), com organização e gestão estatal, visando reforçar a proteção social dos seus beneficiários através de prestações complementares (tais como complemento à pensão ou aposentação por velhice) que extravasam o campo de ação do sistema previdencial⁶⁹ (Peixoto, Marçalo e Tolentino, 2011:39-44; (Goulart e Camacho, 2014:3-4; Puga, 2016:44-46). Apesar de alterações recentes⁷⁰, o quadro legal acima descrito de forma sucinta, constitui-se como pilar do funcionamento da segurança social em Portugal. Como coloca Branco (2017), entre Bismarck (pensões financiadas pelas contribuições dos trabalhadores) e Beveridge (garantia a todos os cidadãos de níveis mínimos de bem-estar) poderá ser uma das caracterizações a atribuir ao Estado-Providência em Portugal, notadamente nos traços *bismarckianos* que moldam o funcionamento da segurança social (na sua obrigatoriedade) e *beveridgiano* no que respeita à área da saúde (Silva 2002;2014). Contudo, e tal como são discutíveis as classificações de Esping-Andersen (Ferreira, 2013:164), também a polarização entre ambas não deve ser tomada como axioma. Como notam Valduga, Calmon e Santos (2017:29, citando Faleiros, 2010):

“[T]anto o modelo de seguro social de Bismarck como o de Beveridge pressupunham a existência de um regime salarial para a implementação da proteção social” e nenhum dos dois modelos exclui a presença do Estado e do mercado na constituição dos sistemas de proteção social. Contudo, nota-se maior presença do Estado, através do financiamento público às políticas sociais no caso beveridgiano do que em relação às caixas, no modelo bismarckiano, embora o Estado controlasse o poder dentro das caixas (Faleiros 2010).” (2017:29)

Quer na sua posição marginal anterior à sua tomada de posição num contexto de pertença europeia enquanto país que vive uma lógica ditatorial, quer na sua paulatina integração e

67 Artigo 44.º da Lei de Bases da Segurança Social de 2007.

68 Com organização e gestão estatal, este regime foi instituído pela Lei de Bases da Segurança Social de 2007 e regulado pelo Decreto-Lei n.º 26/2008, de 22 de Fevereiro.

69 Artigo 81.º da Lei de Bases da Segurança Social de 2007.

70 Nomeadamente com a Lei n.º83-A/2013 que traz a primeira alteração à Lei n.º4/2007.

aproximação (que persiste até à atualidade) às políticas sociais numa União Europeia que visa (em teoria) harmonia no que toca aos seus países constituintes, Portugal constrói o seu (quasi) Estado-Providência (Santos, 1999) indubitavelmente através de um percurso “desfavorável” (Dornelas, 2013) em termos relativos aos seus parceiros europeus. Entre diferentes estratégias de aproximação buscando “inspiração” a diferentes modelos em diferentes momentos – desde o modelo inglês e alemão no início do século XX, modelo italiano na década de 1930, modelo francês na década de 1960, ou no chamado “modelo social europeu”⁷¹ na década de 1980 (Ferreira, 2005:333) –, Portugal enfrenta ainda diversos desafios que passam não só pela sustentabilidade da segurança social mas também pela necessidade de redefinição de medidas, sendo “razoável prever que os direitos sociais em Portugal têm larga possibilidade de estarem no centro das agendas política e social dos próximos tempos” (Dornelas, 2013:82).

3.4 Estado-Providência em França

No decorrer do documentário *Sicko*⁷² (2007), realizado por Michael Moore, o próprio – enquanto protagonista-principal –, mostra-nos a sua passagem por França onde pretende compreender o funcionamento do sistema de saúde. São vários os episódios registados no seu trabalho que traçam um perfil desse setor, mas não apenas. O realizador começa por entrevistar uma cidadã norte americana que relata o positivo atendimento hospitalar que a sua filha recebeu dado que reside em França. A criança passa três dias internada no hospital não havendo qualquer despesa para os pais. Ainda no setor da saúde, Moore traz-nos o exemplo de um cidadão francês que emigra para os Estados Unidos da América aos 18 anos de idade, onde passa 13 anos da sua vida, vindo-se obrigado a regressar ao seu país de origem justamente devido a um grave problema de saúde. Voltando a França, este indivíduo realiza os seus tratamentos durante três meses de forma gratuita, sendo que no fim desse tempo lhe é dada – pelo seu médico – a oportunidade de gozar um período de férias de duração igual, sendo as mesmas pagas pelo Estado francês (maior percentagem), assim como pela entidade empregadora (valor restante) que lhe permite recuperar em pleno. Note-se que o indivíduo

71 De forma abreviada, este modelo tem como grandes pilares a solidariedade social e o desiderato de criar uma harmonização ao nível das políticas sociais europeias numa lógica de “comunidade”. Contudo, o conceito enfrenta os grandes desafios da heterogeneidade promovida pelos elementos distintos ao nível económico, político e social de cada Estado-Membro. A este propósito ver, p. ex., Offe, 2005.

72 Neste documentário é realizada uma investigação centrada no sistema de saúde norte-americano, sendo este comparado aos sistemas de saúde francês, britânico, canadiano e cubano.

em questão passou 13 anos fora do seu país de origem nunca tendo pago qualquer tipo de imposto. Conversando com um médico francês, orgulhoso do sistema que representa, este descreve o setor em questão como pautado pela ideia de solidariedade, dizendo que “em França cada um paga de acordo com os meios que detém, e recebe de acordo com as suas necessidades, numa ideia de universalismo”⁷³. O realizador acompanha ainda a viatura de urgência do SOS Médecins, conduzida por um médico que realiza visitas domiciliárias a pacientes, algo que Moore encara com incredulidade tendo como termo comparativo a realidade vivida nos Estados Unidos da América. Através dos testemunhos de um grupo de imigrantes norte americanos em França, Moore faz notar a generosidade não apenas do sistema de saúde deste país mas também no setor da educação⁷⁴, sublinhando ainda os cuidados com as crianças. Num dos testemunhos registados, uma imigrante norte-americana refere a gratuidade do sistema educativo, e que França é um dos países mais amigáveis relativamente à família que conhece⁷⁵, notadamente nas áreas da saúde, educação e cuidados com as crianças o que a leva a considerar o melhor país para criar os seus filhos (incluindo planos para o ensino superior). Dentro do último setor mencionado, Moore realiza visitas tanto a um infantário (praticamente gratuito), assim como a uma habitação onde trabalha uma funcionária estatal que – de forma gratuita – toma conta da criança em questão durante o período de trabalho dos pais. Por último, importa ainda mencionar a visita a uma cantina escolar (escola primária) que o realizador compara a uma cozinha de três a quatro estrelas, mostrando a qualidade da comida dos alimentos traçando uma comparação com a comida servida nos mesmos locais no país do país de onde provém a sua naturalidade. No final do segmento dedicado a França, sublinha o realizador o peso ao nível dos impostos, fazendo concomitantemente um elogio ao funcionamento do país no que diz respeito à proteção social. Um dos factos curiosos referidos no documentário mencionado prende-se com o testemunho de umas das entrevistadas. Com o objetivo de compreender o funcionamento da

73 As palavras exatas utilizadas pelo entrevistado de Michael Moore são “pay according to your means and you receive according to your needs”.

74 Como faz notar Revauger, França apresenta-se como um caso específico nomeadamente quando comparado com a maioria dos países europeus no que se refere ao setor da educação, “gozando” de uma autonomia no que se refere a outros setores, como o emprego como exemplo, estando, na prática, “fora” daquilo que se entende tradicionalmente como Estado-Providência. Explica o autor que este facto se prende sobretudo com a herança da Revolução Francesa, notadamente a questão da igualdade no que diz respeito ao acesso à educação, permitindo a autonomia do setor referido uma maior canalização de capital Estatal dada a sua não inclusão juntamente com outros serviços públicos (2003:147;154). Contudo, e à semelhança da análise trazida pelo autor mencionado, neste trabalho opta-se pela inclusão deste setor no que se refere à caracterização do Estado-Providência francês dada a sua importância no que se refere aos elementos básicos no que se refere aos direitos sociais dos indivíduos que vai para além de questões que se prendem sobretudo com financiamento Estatal.

75 A expressão utilizada é “family’s friendliest countries”.

proteção social francesa, refere a entrevistada que acredita subjazer nesse facto o medo que os governantes franceses têm relativamente ao povo francês – reivindicações, sindicatos, greves, manifestações (...) –, ao passo que (de acordo com a sua opinião) na realidade norte-americana se passa o contrário. O importante contributo trazido por Michael Moore traz, para esta discussão, elementos que interessa explorar. Em primeiro lugar, os testemunhos apresentados (notadamente pelos imigrantes norte-americanos) mostram a importância da perspectiva comparativa – entre origem e destino. Através das experiências mencionadas é possível constatar como a qualidade de um dado sistema de saúde, de educação, funcionamento dos cuidados com as crianças (etc.) influenciam a decisão migratória dos indivíduos tendo como cenário França. É notória ainda a existência de mecanismos dentro do chamado “mixed welfare” – veja-se as percentagens pagas pelo Estado e entidade patronal ao indivíduo que regressa a França – que pautam a proteção social francesa, assim como o peso ao nível da contribuição fiscal. Será inegável a qualidade sobretudo do sistema de saúde francês. Diz-nos Timothy Smith que o país oferece uma excelente cobertura ao nível dos cuidados de saúde, considerando-a por vezes até luxuosa, dando o exemplo de tratamentos que incluem a utilização de *spas* financiada pela segurança social francesa. Indica também o autor que a cobertura respeitante aos medicamentos varia entre os 75% e os 100%, notando ainda a qualidade das instalações hospitalares, que considera ser muito superior àquela que se encontra no Reino Unido. Sublinha ainda o autor que a generosidade das pensões de reforma providenciadas se encontra entre as mais altas ao nível mundial. Obviamente – como refere –, este funcionamento assenta em impostos altos e numa grande despesa estatal (2004:4-5). Apesar do inegável papel do Estado francês no que diz respeito à proteção social, há ainda todo um leque de agentes não estatais a contribuir nesse processo, desde o setor privado à caridade que não deve ser obviado. Um relevante exemplo dessa importância pode ser encontrado na organização Restaurants du Coeur (comummente conhecida como Restos du Coeur). Detendo a missão de levar refeições aos mais carenciados, atinge um número de pessoas assinalável. Só no período compreendido entre 2016 e 2017, a organização distribuiu aproximadamente 136 milhões de refeições por toda a França. É, assim, uma realidade mais complexa do que unicamente um papel interventivo assaz central por parte do Estado. Como resumizam Ughetto e Bouget, o choque entre universalismo e liberalismo ocorrido sobretudo nas décadas de 1980 e 1990 provocaram importantes alterações na proteção social francesa, culminando naquilo que os autores descrevem como um “patchwork” de doutrinas: no que diz respeito a parte do sistema de saúde, uma doutrina universalista; uma redistribuição vertical para os mais carenciados; uma doutrina baseada na solidariedade ocupacional (isto é,

numa base Bismarckiana) para o apoio no desemprego e para as pensões; e uma doutrina baseada no mercado para as pensões privadas (2002:104). Numa análise mais fina, verifica-se claramente que, não obstante a conhecida reputação e qualidade do sistema de saúde francês, o seu funcionamento é na verdade híbrido, numa conjugação entre os setores público e privado. Note-se que cerca de 85% da população francesa possui seguros de saúde complementares, acrescendo a esse número mais 6% se contabilizados os aderentes à chamada *Couverture Maladie Universelle Complémentaire*, totalizando assim 91% (Bellanger, Cherilovei e Paris, 2005:24; Villeminot, 2016). Em “The triple exceptionalism of the French Welfare State”, Mark Kesselman coloca três grandes questões procurando compreender os elementos que conferem ao Estado-Providência francês um inegável individualismo. O autor questiona: qual o motivo por detrás da existência de um dos sistemas de proteção social mais extensivos ao nível mundial; por que razão se destaca sobretudo em relação a outros Estados Providência europeus, ou mesmo dentro da tipologia de Andersen (“Conservador” ou “Corporativista”); e, por último, o que faz com que os níveis de redução de custos, no que diz respeito às políticas sociais, sejam menores – quando comparado com a realidade dos restantes países que constituem a OCDE –, mesmo em períodos de crise. Obviamente, as questões interrelacionam-se. França apresenta características particulares no que toca ao seu percurso relativamente às políticas sociais. Explica-nos o autor que, na ausência de um grande partido ligado à Democracia Cristã (tal como acontece em países como a Alemanha ou Itália), ou da hegemonia de um partido assente nos valores da Social-Democracia como acontece na Escandinávia, França apresenta-se como um caso peculiar. Defende Kesselman que existe um consenso, um mínimo denominador comum no que se refere ao Estado-Providência que atravessa as forças políticas ligadas tanto ao Comunismo ou ao Socialismo, à Democracia Cristã ou partidos do Centro. A defesa de valores aliados a um bem comum e à solidariedade – numa tradição de união republicana e compromisso comum – percorrem o espectro político, o que se associa à parca presença de forças apologistas da responsabilidade do indivíduo. Mais ainda, apesar das crises económicas vividas, sobretudo no contexto dos países do Ocidente, França apresenta os menores níveis no que diz respeito a cortes orçamentais referentes à proteção social quando comparados aos seus parceiros da OCDE. Diz-nos nessa linha o autor que, um dos principais motivos para que o país não tenda a embarcar no sentido do chamado “retrenchement”, se encontra na fortíssima tradição militante dos trabalhadores franceses assim como pela ação por parte dos sindicatos, não

obstante o decréscimo no que se refere à adesão aos mesmos⁷⁶. Frisa ainda o autor que o “modelo francês” consiste numa mistura de elementos diversos que se desenvolvem à luz de diferentes lógicas e orientações políticas, ideológicas e sociais que só podem ser percebidas através de uma análise histórica dos eventos (2002: 181-185; 207-208). Recuando à chamada Idade Média ou Era Medieval, Alain Clément lembra-nos a centralidade da Igreja notadamente como intermediária entre ricos e pobres, entre dadores e recetores, consubstanciando-se na forma de caridade. Assinala ainda o autor que, nos séculos XII e XIII, a caridade desenvolvida de forma individual conhece um desenvolvimento concomitante a um certo recuo do papel da Igreja, assistindo-se também ao crescimento dos seguros assentes no mutualismo e das corporações paroquiais. Neste período são auxiliados, por diferentes formas de proteção social, os chamados “pauvres honteux” (que, numa tradução aproximada podem ser denominados como *pobres miseráveis*) – grupo constituído por membros empobrecidos tanto da classe média ou alta –, assim como os “pauvres involontaires” – órfãos, idosos e portadores de deficiência. Já na Alta Idade Média, com o aumento do número de pobres, a ajuda mantém-se regular. É indubitavelmente a Igreja a deter o papel central no que diz respeito ao auxílio e alívio da pobreza, notadamente nas questões referentes ao fornecimento de alimentos. Através dos mosteiros é organizado um

76 Dois recentes artigos que investigam o poder e adesão aos sindicatos em França trazem importantes noções para este trabalho. Em “Just how powerful are France’s labour unions?”, Paul Fargues (2016) lembra-nos o poder dos sindicatos franceses, juntamente com a mobilização dos trabalhadores de uma forma geral, em oposição às medidas governamentais detidas como negativas para os primeiros (revisão do código de trabalho que contemplava o aumento das horas de trabalho semanais – 35 para 46 – e liberdade de despedimento sem justa causa), notadamente nos episódios de greve, paralisação dos transportes, recolha de lixo (etc.) em plena recepção do campeonato europeu de futebol em 2016. Recorda também o autor que nem mesmo os ataques ocorridos a 13 de novembro de 2015 apaziguaram os ânimos dos trabalhadores. Greves como as de maio de 1936 – sumariamente, contra os parques vencimentos e condições de trabalho –, ou a maio de 1968 – movimentos estudantis cujo teor reivindicativo se alastra a outras franjas da sociedade, como os operários fabris –, sublinha o autor, encontram-se fortemente enraizados na cultura francesa. No trabalho citado, entrevistando Céline Verzeletti (representante da Confédération Générale du Travail – CGT), explica esta que as greves, em outros países, representam uma espécie de último esforço para atingir determinado fim, ao passo que em França estes movimentos constituem um princípio de discussão. É ilustrado no artigo que, apesar do decréscimo na adesão aos sindicatos franceses – 11% de adesão, contrastando com os 23% que compõem a média europeia, de acordo com dados de 2016 trazidos pelo Ministério do Trabalho francês –, o seu radicalismo mostra-se capaz de fazer frente ao poder vigente. Quatro grandes razões para esse decréscimo residem – presentes no depoimento de Verzeletti – em alguma descrença por parte dos mais jovens em relação aos sindicatos, o crescimento dos pequenos negócios, contratos de trabalho a curto prazo, assim como na pressão por parte do patronato para a não adesão sindical. Um último ponto a assinalar no contributo de Fargues reside em mencionar a Charte d’Amiens (1906) que, em tese, separa os movimentos sindicais dos partidos políticos. Já em “Why French Unions Aren’t Taking To The Streets Like They Used To”, diz-nos Beardsley (2018) que, apesar do decréscimo ao nível dos trabalhadores sindicalizados em França, o seu poder é inegável sobretudo nos setores do transportes ou do setor energético, o que abala fortemente a economia do país.

serviço ao domicílio – “à lá porte” – pese embora a irregularidade dessas distribuições⁷⁷. A importância desta assistência é contudo incontornável quando olhamos para o período em questão. Como exemplo, a Confraria de Rodez assegura a alimentação de seis mil pessoas. Ao longo da chamada alta idade média, a importância da atividade adstrita à caridade por parte de instituições religiosas como conventos e mosteiros decresce (2001:29-31). Nos anos que constituem o período final do Ancien Régime assiste-se a um crescendo do criticismo relativamente à ineficácia, tanto por parte da Monarquia como da Igreja, no que diz respeito às questões relacionadas com a pobreza. Assiste-se então à forte influência do Iluminismo – que advoga justamente a separação de poderes entre Estado e Igreja, juntamente com valores como a liberdade e fraternidade – assim como a um declínio da importância do Cristianismo no cenário francês (Lynch, 2003:173-4).

A Revolução francesa (1789) marca indubitavelmente um antes de depois na história do país com evidentes consequências na forma como é encarada a proteção social, particularmente através do Décret d’Allarde (Março de 1791) e da Loi Le Chapelier (Junho de 1791)⁷⁸. A Revolução atribui a centralidade ao Estado francês o que passa a acarretar a responsabilidade de providenciar a proteção social necessária aos cidadãos (notadamente no que toca à educação primária e erradicação da pobreza extrema), contudo a realidade é diferente sendo necessárias outras ações fora da esfera estatal (Archambault, 2001:208). Diz-nos Fabien Bottini que, na verdade, o governo pós Revolução não tem como função suportar os pobres, sendo o seu papel secundário, isto é, promove a noção que a melhoria das condições de vida cabe aos próprios indivíduos (iniciativa individual), procurando prevenir que a população dependa da assistência do Estado. Notadamente, na primeira medida presente na Constituição de 1791 é anunciada a criação de um sistema de apoio aos pobres voltado apenas para as crianças abandonadas, para os carenciados que possuem algum tipo de doença, sendo que, para os pobres sem problemas físicos, o Estado tem como função apenas providenciar trabalho para os mesmos. Esta intenção do Estado francês persiste no tempo, estando bem vinculada na Constituição de 1848 que, na sétima secção, postula (numa tradução aproximada): “Os cidadãos devem (...) assegurar, através do trabalho os seus modos de vida, assim como, pela prevenção, os seus recursos para o futuro, devendo contribuir para o bem-estar comum

77 É sobretudo por ocasião de celebrações religiosas que a distribuição de alimentos é mais abundante (Clément, 2001:30).

78 O Décret d’Allarde, de 2 de Março de 1791 proíbe as corporações vindas já da Idade Média, já a Loi Le Chapelier, de 14 de Junho de 1791, proíbe qualquer tipo de manifestação por parte dos trabalhadores, assim como a existência de sindicatos ou greves.

através da ajuda mútua de forma fraternal, observando as leis morais gerais e as leis escritas que governam a sociedade, a família e o indivíduo”. Em suma, é facilmente constatável a relegação da responsabilidade ao nível do bem-estar social do Estado para o indivíduo. Esta é contudo uma noção que viria a ser rapidamente substituída por uma nova (2013:651-2). Explica-nos Edith Archambault que os anos que compõem o final do século XIX marcam o início das políticas sociais modernas em França. Já no decorrer da Terceira República⁷⁹, a doutrina oficial que substitui o acima mencionado individualismo reside no conceito de solidariedade. Ao invés da apologia da noção de caridade, a ideia do cidadão solidário torna-se um dever cívico. Com raízes nas doutrinas sociológicas de Durkheim e nas filosofias de Bourgeois, a solidariedade, que se assume então como basilar no que diz respeito à forma como é encarada a economia social – que persiste até à atualidade –, pode ser resumida como um sentimento de pertença a uma dada entidade ou organização, redistribuição do vencimento assim como uma confiança conjunta. Mais ainda, a influência do pensamento socialista é inegável neste surgimento. Nomes como Saint-Simon, Fourier e Proudhon (ligados ao socialismo utópico que promove o mutualismo) constituem uma importância crucial para o aparecimento de cooperativas, sociedades mutualistas entre outras associações. É todo um conjunto de situações aliadas a um novo quadro legal que propiciam essa mudança assinalável no que se refere à forma como se olha para as políticas sociais em França na fase final do século XIX. Em primeiro lugar, a industrialização e urbanização em França – que ocorre de uma forma lenta em termos comparativos no contexto europeu devido a um fraco crescimento demográfico – aliadas à ausência de leis de trabalho contemplativas dos riscos associados à classe operária, tais como acidentes decorrentes do trabalho em contexto industrial, desemprego ou doença, conduziu a situações de pobreza extrema. Face à proibição em termos legais de qualquer tipo de associação – decorrente do código penal Napoleónico de 1810 –, sociedades de cariz mutualista sobrevivem através de redes clandestinas que, assentando numa base de apoio mútuo, providenciam o apoio financeiro necessário a grevistas ou desempregados. O final do século XIX corresponde ainda a um período experimental no que concerne à filantropia por parte do patronato, notadamente através da construção de habitações para os seus trabalhadores, pela promoção de fundos de reforma assim como um conjunto de benefícios direcionados para as famílias desses. Estas iniciativas

79 Regime republicano vigente entre 1870 e 1940.

filantrópicas têm como base o Catolicismo social que advém então do *Rerum Novarum*⁸⁰. Contudo, não é meramente a religiosidade a mover o patronato no sentido da criação das acima mencionadas iniciativas de cariz filantrópico. A intenção reside sobretudo no controlo e estabilização dos trabalhadores, facilmente constatável na perda de benefícios sociais caso um dado trabalhador decidisse escolher outra fábrica. Em termos legais, menciona ainda a autora que algumas alterações abrem o caminho para a mudança na forma como é encarado o pensamento referente às políticas sociais. Em 1864, o crime de coligação, que inclui o direito à greve é abolido, o que traz consigo um revigoramento do movimento associativo; Já em 1884, após um período de discussão parlamentar que atravessa dez anos, os sindicatos passam a ser autorizados, algo que sucede relativamente tarde no contexto europeu. Este atraso pode – de acordo com a autora – explicar o fraco poder em termos de adesão a estes movimentos na atualidade (como já vimos); Nas vésperas do fim do século, em 1898, é criada a Charte de la Mutualité, medida que oferece um estatuto legal às sociedades mutualistas que adquirem um cariz mais orientado para a classe média em lugar de uma ligação aos movimentos trabalhistas de então; Por fim, já em 1901, a maioria das organizações sem fins lucrativos aliadas à proteção social são tornadas legais, medida essa que prevalece até à atualidade (2001: 207-209). Importa obviamente mencionar que a acima mencionada mudança em termos legais a que se assiste em França surge também no seguimento das leis trazidas por Bismarck – notadamente a primeira adstrita ao seguro em caso de doença em 1883 – na vizinha Alemanha, em muito (para além das razões já sublinhadas ao longo deste trabalho) como reação ao crescimento da ideologia marxista. Espelhando a realidade alemã, são duas as leis que marcam uma importante rutura com o passado. A já mencionada lei de 1884 – Loi Waldeck-Rousseau que vem revogar a Loi Le Chapelier de 1791 – a autorizar a existência de sindicatos, assim como a Lei de 11 de Fevereiro de 1892 que cria inspeções laborais voltadas para o trabalho infantil, assim como das menores e mulheres em contexto industrial. Estas duas leis – embora outras tenham tido um papel incontornável⁸¹ – são basilares para a construção das políticas sociais francesas dado que ambas se ramificam num conjunto crucial de medidas que passam a caracterizar o Estado-Providência francês que se apresenta como bipartido. A primeira lei (1884) cria um

80 Encíclica (comunicação através de carta) pelo Papa Leão XIII que, em suma, apoia os direitos dos trabalhadores, nomeadamente na formação de sindicatos.

81 No decénio de 1880, importa sublinhar duas medidas fundamentais no campo da educação em França. Primeiramente, a Lei de 6 de Junho de 1881 torna o ensino primário gratuito, seguindo-se a Lei de 28 de Março de 1882 que torna o ensino primário obrigatório para as crianças, de ambos os sexos, entre os 6 e os 13 anos de idade (Manow e Palier, 2007:153).

sistema público de assistência através de diversas medidas, nomeadamente: O Ato de 17 de Julho de 1893 – verdadeiro pilar do Estado-Providência francês – que traz consigo a assistência médica gratuita, juntamente com a obrigatoriedade de criação de listas anuais de indivíduos com necessidades ao nível do tratamento médico tanto no seu domicílio como nos hospitais; O Ato de 7 de Julho de 1889 que desafia a autoridade parental na medida em que o Estado passa a deter o dever de providenciar assistência às crianças; Já a 14 de Julho de 1905, é criada a assistência aos idosos, doentes e indivíduos em situação de saúde incurável. A Lei de 1892, dá então forma à segunda parte que constitui a proteção social francesa, estando esta voltada para as questões relacionadas sobretudo com a realidade laboral, particularmente através das seguintes medidas: O Conselho de Estado francês, em Junho de 1895, define que o Estado passa a assegurar os seus trabalhadores face aos riscos adstritos às suas profissões, na base da responsabilidade sem culpa; A medida mencionada influencia o Ato de 9 de Abril de 1898 que facilita as indemnizações aos trabalhadores em caso de acidente de trabalho (Bottini, 2013:654-5). A transição para o século XX apresenta-se como um período de forte agitação social no cenário francês.

Assiste-se então a um renovar da oposição entre o Estado Republicano e Igreja – em muito resultante do chamado *l'affaire Dreyfus*⁸² – assim como à luta por parte de ambas as instituições no que se refere ao controlo do setor da educação. A Lei de 1901 ocupa-se justamente das questões referentes ao direito de associação e ao laicismo. Assim, através desta medida, uma associação é definida como uma convenção entre duas ou mais pessoas com objetivos que não residem na mera obtenção do lucro, sendo que as associações não declaradas não possuem qualquer direito legal, havendo concomitantemente uma limitação no que se refere aos direitos legais das mesmas, isto é, notadamente no que diz respeito à posse de terrenos ou qualquer tipo de apoio financeiro por parte do Estado francês. Estas limitações são sobretudo endereçadas à Igreja, prevenindo-a de tornar (como exemplo) qualquer paróquia numa associação. A aprovação provém então do Conselho de Estado que pondera a legalização das associações após um processo longo e restritivo. Mais ainda, outro critério basilar reside na noção de individualismo, corrente crucial para França. Ora, a liberdade de associação implica obviamente a livre entrada e saída de uma dada associação, contrastando com a realidade vivida pelo clero pautada por votos para toda a vida o que exclui as ordens religiosas de uma eventual legitimação. Finalmente, a intensa querela entre o

82 Acusação fraudulenta de alta traição ao oficial do exército francês Alfred Dreyfus, de origem judaica, que se encontrava inocente criando séria fragmentação ao nível social.

Estado francês e a(s) Igreja(s) (leia-se, diferentes religiões) termina em 1905 com a derradeira *Loi de séparation des Églises et de l'État* vigente até à atualidade, embora permeável ao criticismo referente ao favorecimento da religião Católica⁸³. Após a Lei de 1901, muitas são as organizações a ganharem estatuto legal, contudo, o grande ponto de transição é marcado pela I Guerra Mundial. Numa visão holística do Estado-Providência importa assinalar a central importância das instituições não-governamentais tais como a Cruz Vermelha (entre outras organizações) cruciais num cenário de conflito. Num interessante cruzamento entre a história no que toca às ocupações territoriais e a evolução do Estado-Providência, a questão referente a Alsácia e Lorena revela-se fundamental para França. A recuperação desses territórios em 1919 – resultante da I Guerra Mundial –, sob tutela alemã desde 1871, cria um problema ao Estado francês que molda a evolução da proteção social. A população que se encontrava nos recém-recuperados territórios beneficiara até então do esquema de proteção social trazido por Bismarck – nomeadamente no caso de doença, acidentes de trabalho em contexto industrial, reforma e pensões por invalidez –, contrastando com o caso francês onde se assiste, até 1918 à ausência de proteção social alargada, estando confinada ao contexto industrial – notadamente no caso de acidente de trabalho. Havia então duas opções: Restringir o esquema de proteção social de Bismarck aos dois territórios (Alsácia e Lorena) ou alargar o mencionado esquema a toda a França. O Estado, numa ótica voltada para o centralismo, opta pela última opção. Assim, seguindo o padrão germânico, assiste-se ao início da intervenção estatal em domínios como os seguros de doença e invalidez obrigatórios destinados tanto aos empregados assalariados como àqueles que apresentam poucos recursos. Face ao declínio da natalidade e à perda de um número considerável de soldados, o Estado passa a oferecer também benefícios ao nível da família. O rescaldo da I Guerra Mundial traz assim significantes alterações que importa aqui sublinhar. A criação de medidas como o “*salaire vital*”, na forma de “*allocations familiales*”, inova fortemente as políticas sociais francesas. Ainda em 1917, nas vésperas do cessar do conflito mencionado, particularmente na indústria do armamento, o ressentimento por parte dos trabalhadores face aos baixos salários que não acompanham a subida de preços (sobretudo dos alimentos) despoleta um aumento do número de greves (de 314 em 1916 para 696 em 1917) assim como do número de aderentes às mesmas (41 409 para 293 810 no mesmo intervalo) pese embora o poder estatal em arbitrar este tipo de disputa consagrado no decreto-lei de 17 de Janeiro de 1917. De forma a apaziguar esta situação, é então criado o “*salaire*

83 A este propósito ver Fraser, 2015.

vital” – promulgado por Charles Picquenard e William Oualid –, que, sucintamente consiste na atribuição de subsídios voltados para a família (“allocations familiales”) na forma de uma remuneração suplementar ao trabalhador independente do valor do seu trabalho, isto é, passa a ser calculada de acordo com as suas responsabilidades familiares. A medida subdivide-se em quatro partes fundamentais: As primeiras duas dizem respeito ao salário base assim como ao pagamento baseado no mérito do trabalhador, pertencendo à capacidade produtiva do trabalhador; A terceira e quarta partes prendem-se com as circunstâncias do indivíduo ao nível familiar, materializadas numa dada soma atribuída ao trabalhador independentemente da sua produtividade. O crescimento económico imediatamente após a I Guerra Mundial, marcadamente ao longo da década de 1920, aliado à falta de mão-de-obra masculina (obviamente ligada ao evento mencionado), propicia um enorme influxo de imigrantes. Chegados de países como Itália, Espanha, Bélgica ou Polónia, a população imigrante passa de 1 400 000 em 1919 para 3 000 000 em 1930, sendo que muitos destes se naturalizam franceses. Este fenómeno traz consigo não só uma maior diversidade à realidade francesa mas também a criação de associações de imigrantes. Em termos legislativos, no decénio de 1920, particularmente na sua fase final, são apresentadas duas importantes medidas ao nível dos direitos dos trabalhadores. A Lei de 5 de Abril de 1928 prevê que os contratos de trabalho contemplem a existência de um seguro que engloba a doença, maternidade, invalidez e morte, medida essa que se estende aos trabalhadores agrícolas com a Lei de 30 de Abril de 1930. Obviamente, a mencionada década fica marcada pela Crise de 1929 que, contudo, atinge França de forma menos profunda. O impacto da mesma é não apenas menos severo como tardio em termos comparativos. Se noutras realidades no contexto dos países industrializados, como no caso britânico ou dos Estados Unidos da América, os níveis de desemprego atingiram valores como 20% e 22% (respetivamente), já em França os valores rondam os 5% em 1936. É sobretudo o setor agrícola a ser mais afetado pela então recente crise face ao aumento dos preços dos produtos agrícolas. É um período tumultuoso marcado por tensões sociais e políticas acompanhadas por greves e confrontos entre organizações de extrema-direita e, no lado oposto, forças anti-fascistas. Em larga medida, como resultado desta tensão social (entre outros fatores), tem início, em 1936, a governação por parte da Front Populaire na figura de Léon Blum. Resultam desta nova realidade política importantes medidas, tais como a viabilização da concertação social (através dos Accords Matignon), ou a introdução das férias laborais pagas (“congés payés”), sendo que, pela primeira, a classe operária tinha a oportunidade de usufruir de tal período. No final da década de 1930, a II Guerra Mundial vem mudar drasticamente o rumo da História, incluindo as questões

referentes às políticas sociais, nomeadamente no contexto francês (Dutton, 1999: 441-442; 2002:16-17; Archambault, 2001:209-212). É ainda no decorrer da mesma, especificamente desde 1942, que o governo exilado em Londres – La France Libre –, liderado por Charles de Gaulle, fortemente influenciado pelo relatório de Beveridge, planeiam reformar o sistema de proteção social francês. Esses planos assentam nos princípios do universalismo, obrigação e democracia, aliados à existência das chamadas “mutuelles”, assim como ao papel das organizações solidárias de cariz voluntário. À semelhança de outros países europeus então libertados da ameaça nazi, França vive um período de euforia indissociável da vitória alcançada.

A governação pós II Guerra Mundial está então determinada em edificar oficialmente o seu sistema de segurança social. Chegados a França, Alexandre Parodi – Ministro do Trabalho do governo de Charles de Gaulle –, traz consigo o plano a ser implementado por Pierre Laroque, especialista em questões adstritas à proteção social. Através das “ordonnances” de 4 e 19 de Abril de 1945, é finalmente criada a Segurança Social francesa (Securité Sociale). Apesar da supramencionada influência britânica (em termos teóricos), o plano de Laroque – a planta para o Estado-Providência francês – vai mais ao encontro do modelo Bismarckiano na medida em que assenta fundamentalmente no princípio ocupacional, isto é, voltado para a população empregada. A parte da população que, nesse período, não detém uma ocupação ou que não está relacionada com alguém nessas condições é marginalizada relativamente ao quadro legal, necessitando assim de assistência fora do sistema de segurança social. Trata-se assim de uma contradição no que diz respeito ao desiderato inicial de enveredar por um sistema verdadeiramente universalista. Mais ainda, o recém-chegado sistema de segurança social trata de forma separada – através de fundos distintos – as diferentes necessidades, nomeadamente as questões relacionadas com a família, saúde ou pensões (reforma). A qualidade da assistência é também variável, podendo mesmo não ser, de modo algum, universal. Nomeadamente no que toca aos trabalhadores por conta própria (excetuando os trabalhadores agrícolas) não possuem então qualquer tipo de assistência no que toca a acidentes nos seus locais de trabalho. Já no que diz respeito ao setor da saúde, uma taxa elevada é cobrada aos pacientes como forma de dissuasão à utilização dos serviços médicos sem real motivo. Há todo um caminho a ser construído após 1945 de forma que a proteção social se expanda de forma a incluir a população no seu todo. Importa sublinhar que uma parte da população se abstém inicialmente no que toca à aproximação às políticas universalistas num interessante fenómeno sociológico. Um grupo diversificado de profissionais ligados a funções administrativas, de gestão ou profissões técnica – denominado

como “cadres” – haviam conseguido benefícios superiores antes da ainda recente guerra relativamente àqueles que são trazidos pelo “régime générale” com a “Ordonnance” de 4 de Outubro de 1945. Essa lógica persiste até à atualidade, explicando a existência de múltiplas formas de assistência fora do mencionado regime destinado a toda a população. Ainda dentro do período que compreende três decénios (1945-1974⁸⁴) denominado (no contexto francês) como “les Trente Glorieuses” em que a economia francesa cresce cerca de 5,2% anualmente, é relevante avançar aqui até ao ano de 1972 apenas para concretizar este ponto referente ao cariz misto entre o regime geral e complementar ou suplementar. A partir do ano mencionado, as reformas suplementares tornam-se obrigatórias, algo que sucede também no campo da saúde. É então criado o chamado “ticket modérateur”, isto é, uma parte das despesas de saúde não suportada pelo Estado fica ao cargo de uma dada entidade seguradora. Esta combinação de provisões básicas universais com provisões complementares conduziu a um nível de elevada satisfação popular assim como a elevados níveis de qualidade no que diz respeito aos cuidados de saúde. Paulatinamente, ao longo das décadas que sucedem a II Guerra Mundial, num contexto de crescimento económico como já referido, o cenário político e social em França vai-se alterando rumo a um amadurecimento das políticas sociais. Na década de 1950, a forma como o apoio em caso de desemprego é percecionado solta-se radicalmente da noção conservadora aliada às medidas associadas como incentivo à inação ou, em última análise, à “preguiça” dos indivíduos. Esta mudança deve-se sobretudo a uma visão Keynesiana presente em França que conduz à noção de que seria importante manter o poder de compra dos desempregados em prol do crescimento económico. É também neste período que França adere à Comunidade Económica Europeia (1957) e, consequentemente à criação do Mercado Comum, o que leva à crescente importância da mobilidade laboral. No campo da educação assinala-se uma importante priorização relativamente ao mesmo por parte da governação, passando a ser providenciado, para toda a população, o ensino até aos 16 anos de idade. Já na década de 1960, assiste-se ao regresso de Charles de Gaulle à governação (após um afastamento da vida política) formando-se a V República francesa.

Com De Gaulle no poder assiste-se ao peso do conservadorismo ao nível político e social, culminando na perda do peso das forças de esquerda no diálogo político e, obviamente, na revolta estudantil, acompanhada por trabalhadores que reivindicam melhores condições de vida (notadamente ao nível salarial) constituindo os eventos de Maio de 1968. É uma década

84 Note-se que a partir da crise de 1973 assiste-se já a algumas dificuldades, sobretudo ao nível do desemprego. Em França, o crescimento económico abranda no ano mencionado para cerca de metade daquilo que havia sucedido desde 1945 durante o “boom” pós II Guerra Mundial (Béland e Hansen, 2000:53).

de forte agitação social, sobretudo por parte das camadas mais jovens da sociedade em reação à guerra na Argélia – impacto que pode ser comparado ao peso da guerra no Vietname para os norte americanos –, contribuindo sobremaneira para a queda da IV República e o já mencionado regresso de De Gaulle, assim como para o incontornável retorno dos cerca de um milhão franceses (*pied noirs*⁸⁵) vindos da Argélia em 1962. Apesar do turbilhão social e político, o decénio referido apresenta-se também como um período de melhorias significativas, especificamente no que diz respeito ao crescimento da urbanização, assistindo-se a um forte crescimento do número de estudantes no ensino superior. França cimenta a sua posição no mundo como uma nação moderna (Ashford, 1991:161; Béland e Hansen, 2000:53; Archambault, 2001:215; Revauger, 2003:140-143). Um importante parêntesis deve aqui ser realizado. É sobretudo na década de 1960 (ou um pouco antes, em finais da década de 1950) que a evolução do Estado-Providência francês e português se cruzam de forma significativa, assim como se assiste ao fenómeno da emigração portuguesa rumo a França. Num artigo de suma importância para este trabalho, Víctor Pereira mostra como a emigração portuguesa rumo a França, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, marca de forma indelével não apenas a sócio-demografia destes dois países, mas também, de forma profunda, a construção dos direitos sociais em Portugal assim como a importância dos mesmos para a população. Na década de 1960, contrastando com a realidade vivida em França, para os trabalhadores portugueses, residentes em Portugal, numa sociedade maioritariamente rural, embrenhados numa cultura de ausência de assistência social, o apoio familiar face às potenciais vicissitudes das suas ocupações (doença, perda de emprego, invalidez...) era então central. Mais ainda, longe da realidade francesa que, como referido, se assume como nação moderna, já num longo caminho rumo à consolidação dos direitos sociais da população, Portugal assenta na precariedade relativamente aos mesmos. Sublinha o autor que, em 1960, apenas 35,6% da população ativa – cerca de 1 182 000 trabalhadores portugueses – se encontram abrigados pela previdência social, número que sobe consideravelmente na década seguinte (78,3% da população ativa, cerca de 2 396 000 trabalhadores) embora estes números se encontrem então sujeitos a uma sobreavaliação assente numa cobertura teórica da população. Assinala ainda o autor que essas prestações seriam muito baixas acompanhadas por uma pobre assistência no campo da saúde. Pereira, num notável exercício em que desafia as noções mais convencionais de “resistência”, desconstruindo a ideia de uma emigração portuguesa – durante o regime estado-novista – como aliada da ditadura então vigente (envio

85 Para um melhor entendimento acerca deste fenómeno migratório, ver p. ex. Savarese, 2016.

de remessas, passividade aos níveis político e sindical, etc.), mostra-nos como na verdade a saída rumo a destinos como França consistiu numa forma de subversão face ao regime de então. A intenção de ascensão ao nível social, a recusa de uma vida vincadamente rural, dos valores então veiculados, o não escolher as então províncias ultramarinas como forma de povoamento seguindo a lógica da ditadura, a rejeição da guerra colonial e, ao invés, a opção por um destino europeu constitui-se, em última análise, como uma profunda forma de recusa, de “resistência”. Mais ainda, explica-nos Pereira que, aquando das visitas por parte dos emigrantes portugueses em França ao seu país de origem (notadamente no período de férias), estes vão propagando informação acerca dos direitos sociais existentes em França. Mais que apenas os bens materiais adquiridos, os emigrantes falam sobre, e demonstram, os vários benefícios ao nível da proteção social que adquirem em França. Questões como a transferibilidade dos seus direitos – possibilidade de usufruir da pensão de reforma em Portugal –, as pensões para a os membros da família do emigrante que ficam no país de origem, vão sendo apreendidas pela população dos meios rurais começando a adquirir uma consciência da sua fragilidade ao nível dos seus direitos sociais, uma perceção da sua desproteção, naquilo que o autor denomina como “insegurança social”. Ora, a governação – apesar da teimosia governativa com Salazar no poder – compreende, já desde finais da década de 1950, que para além das diferenças salariais, os direitos sociais muito importam para aqueles que se sentem desamparados em relação ao papel do Estado. É já nas vésperas da década de 1970, com Marcelo Caetano no poder que, de forma efetiva – numa lógica que não dista daquela que foi adotada por Bismarck no desiderato de manutenção dos seus trabalhadores dada a ameaça da emigração para os Estados Unidos da América –, o Estado português procura fixar a sua população (sobretudo aquela que provém dos meios rurais) através da melhoria e alargamento dos direitos sociais como travão à emigração – sendo França o principal destino (2009:474-5;484-5;503).

Voltando concretamente à análise da realidade francesa no que toca à proteção social, a década de 1970 consistiu num período de transição ao nível ideológico. As reivindicações sociais de 1968 abrem o caminho para o espaço das negociações trazendo melhorias ao nível dos direitos dos trabalhadores. Por outro lado, a exclusão social atinge números preocupantes o que despoleta o desenvolvimento de políticas direcionadas a uma escala micro. Neste decénio assiste-se ao desvanecer da linha que separa os seguros sociais (não estatal) e a assistência social (estatal), sendo que os trabalhadores não têm controlo sobre as suas contribuições, estando automaticamente sujeitos aos regimes impostos. Assinala-se ainda à drástica subida no que diz respeito às contribuições sociais pagas pelos trabalhadores,

passando de 17% para 44% da sua totalidade. Essa conjugação entre mecanismos ligados a seguros com a assistência estatal revela-se bem-sucedida, sendo que no final da década de 1970, França apresenta um dos mais baixos níveis de pobreza no contexto europeu, com uma taxa de 12%⁸⁶. A década de 1980 traz novos desafios à governação francesa que se traduzem em importantes medidas ao nível das políticas sociais. A crise associada ao setor industrial traz consigo um grave incremento no que toca aos níveis de desemprego. De forma a encontrar uma solução face às dificuldades daí advindas, o aumento das contribuições é novamente posto em prática aliado às reformas antecipadas, normalmente aos 55 anos de idade (podendo por vezes ocorrer aos 52 anos de idade), o que conduz a uma reestruturação da indústria francesa. Em 1984 eram já 700 000 indivíduos a optar por esta nova solução, sendo que em 1990 a taxa de atividade dos homens entre os 55 e os 64 anos de idade era de 45% em França, contrastando com 68% no Reino Unido, 67% nos Estados Unidos da América ou 57% na Alemanha. Esta medida origina assim a contratação de novos trabalhadores, sendo bem recebida não apenas pela indústria mas também pela sociedade de uma forma geral. Face às situações adstritas àqueles que não tinham acesso ao apoio em caso de desemprego (p. ex. desempregados de longa duração, ausência de histórico referente a contribuições), é criado aquele que consiste num dos elementos cruciais na evolução do Estado-Providência francês, o “Revenu Minimum d’Insertion” (rendimento mínimo de inserção) em 1988. Trazido pelo Partido Socialista francês, na figura de François Mitterrand (então presidente da república), que considera esta medida como um ato de solidariedade e uma dívida sagrada aos cidadãos destituídos dos meios necessários. A medida atenua significativamente as situações de desigualdade e exclusão, sendo que em 1996 cerca de 1 900 000 indivíduos recebem este subsídio estatal, contrastando por exemplo com os níveis de pobreza no Reino Unido em que 12 000 000 de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza. No decorrer da década de 1990 destacam-se essencialmente a criação da “Contribution Sociale Généralisée” (1991) trazendo uma inovação. Esta medida não se baseia nas contribuições (*cotisations*) da população mas sim num imposto presente não apenas ao nível dos salários, mas também nos benefícios sociais ou mesmo retorno de investimentos como forma de financiamento do sistema de segurança social francês. Há essencialmente duas grandes consequências decorrentes desta forma de financiamento. Em primeiro lugar, o mesmo não provém apenas da população ativa, “quebrando” a linha entre elegibilidade e

86 Esta taxa é definida pela proporção da população que auferir menos de 60% do salário médio (Chabanet, 2017:2366).

emprego. Assim, o acesso a benefícios financiados por esta forma de contribuição, não está confinada a uma parte da população que mantém uma ocupação, o que se reflete notadamente no sistema de saúde. Em segundo lugar, os parceiros sociais perdem legitimidade no processo de decisão e gestão das provisões sociais. Há uma transferência de poderes ou controlo dos parceiros sociais para o Estado, constituindo uma evolução que se encontra em linha com o que ocorre desde meados da década de 1990. Espelhando bem essa tendência, o “plano Juppé” – em 1995 – procura aumentar a intervenção estatal no que toca à gestão da proteção social francesa. Especificamente, entre os principais objetivos, esse conjunto de medidas volta-se para o aumento do tempo de contribuições tendo em vista as pensões de reforma, assim como para o controlo das despesas estatais notadamente no campo da saúde. É sobretudo no que diz respeito às primeiras medidas (pensões de reforma) que a oposição conduzida por vários movimentos sociais mostra o seu desagrado, com cerca de dois milhões de grevistas a 12 de Dezembro do mesmo ano. O governo acaba por recuar em relação às suas propostas referentes às pensões de reforma. No que se refere ao financiamento da segurança social francesa, a governação de direita protagonizada por Alain Juppé traz consigo, a fevereiro de 1996, a nova “Loi de financement de la Sécurité Sociale”, sendo o orçamento destinado à proteção social votado no Parlamento. Contudo, a medida “esbarra” com questões constitucionais, sendo considerado ilegal colocar um teto naquilo que se refere aos cuidados de saúde. Mais ainda, as tentativas de corte das despesas têm um custo político para as forças de direita, ascendendo ao poder como primeiro-ministro em 1997 o socialista Lionel Jospin. Destacam-se durante a sua governação a redução de 39 horas de trabalho semanal para as 35 horas e, sobretudo a criação da “Couverture Maladie Universelle” (atual “Protection Universelle Maladie”), lei trazida a Julho de 1999 e implementada em 2000. A medida tem como desiderato o reembolso das despesas de saúde a todos aqueles que residem há pelo menos três meses em França, baseando-se a elegibilidade a esta cobertura nos rendimentos da população, havendo uma modalidade complementar (Couverture Maladie Universelle Complémentaire) destinada àqueles que não possuem condições necessárias ao nível financeiro para suportar cuidados médicos suplementares. Ao nível do emprego, importantes iniciativas foram outrossim tomadas pela governação de Jospin. Após um período (como já mencionado) de incentivo à reforma antecipada, assim como da implementação do “Revenu Minimum d’Insertion”, conclui-se, sobretudo a partir de finais da década de 1990 que para aqueles que usufruem deste último benefício, não compensaria o regresso ao mercado de trabalho face às contribuições legalmente impostas. Assim, é criado o “Prime pour l’emploi”, consistindo numa redução ao nível dos impostos ao Estado como

incentivo à atividade laboral. O “Revenu Minimum d’Insertion” vem a ser substituído em 2009, já com François Fillon como primeiro-ministro, pelo “Revenu de Solidarité Active” que, sumariamente, garante no mínimo um excedente de duzentos euros – tendo como base o rendimento mínimo – aos trabalhadores, providenciando ainda isenções contributivas ao patronato que empregue indivíduos ou que usufruem do rendimento mínimo, ou que se encontrem em situação de desemprego de longa duração. Ao longo dos últimos anos são inúmeros os avanços e recuos ao nível da proteção social seguindo a lógica governativa vigente (leia-se sobretudo esquerda e direita). Veja-se em 2000 a tentativa por parte de Jospin em diminuir a idade de reforma, que vem a contrastar em 2003 com Raffarin como primeiro-ministro que defende o prolongamento do período de contribuições sociais, atribuindo-se um bônus (*surcote*) àqueles que optam pela manutenção no ativo por mais tempo, contrastando com uma sanção (*décote*) para aqueles que enveredam pela antecipação das suas reformas. Durante a década de 2000 assiste-se também a um aumento do papel do setor privado, marcadamente no campo da saúde, assistindo-se a uma constante dicotomia entre a chamada *étatisation* e uma vincada privatização e incentivo a estratégias complementares fornecidas por diferentes tipos de seguros e iniciativas pertencentes ao terceiro setor. É obviamente incontornável a ainda recente crise de 2008. As consequências da mesma são menores (em termos comparativos) para França, muito devido a medidas no campo económico que permitem alguma estabilização numa fase inicial, todavia, o déficit público do país cresce nos anos que se seguem à crise (3,4% do PIB em 2008, 7,5% em 2009 e 7,1% em 2010). Pressionada pelas políticas pós-crise, França enfrenta as recomendações da União Europeia referentes à redução da despesa, o que obviamente têm repercussões nas políticas sociais do país, espelhadas sobretudo no aumento previsto da idade mínima de reforma que vem sendo negociada desde a presidência de François Hollande com uma clara resistência sobretudo das governações socialistas. Aliás, em 2013, a governação chefiada por Hollande critica fortemente as recomendações vindas da União Europeia, dando primazia ao diálogo com os parceiros sociais franceses. Um último ponto notório no que diz respeito à evolução do Estado-Providência francês recai num claro “dar e receber” no que toca às suas políticas sociais ao longo de toda a sua trajetória. Note-se em 2013 a redução de impostos para as empresas como medida de apoio ao crescimento da competitividade e estímulo ao emprego (“*crédit impôt compétitivité emploi*”) que é financiado por um aumento do imposto de valor acrescentado (“*taxe sur la valeur ajoutée*”). Apesar dos seus avanços e recuos em termos de maior generosidade muito como consequência dos quadros políticos de cada período, apenas com maiores mudanças fruto de eventos marcantes como guerras ou períodos imediatamente

seguintes, França persiste em manter o seu elevado estatuto nos vários campos da proteção social, destacando-se sobretudo a saúde, mas também ao nível das suas políticas voltadas para a família, pensões de reforma e educação, um campo autónomo relativamente à segurança social do país, contudo indissociável das políticas familiares (Hassenteufel e Palier, 2016:66-77; Revauger, 2003:144-147; Palier, 2001, 70-73). No passado mês de Junho de 2018, Emmanuel Macron, presidente da república francês fez notícia com declarações que mereceram bastantes críticas ao tecer algumas considerações mais duras acerca do Estado-Providência do país. Nessas declarações, Macron considera que é uma quantia excessiva aquela que é investida em benefícios sociais, tendo a opinião que esse investimento não resolve os principais problemas sociais em França, tendo como intenção motivar o trabalho e tirar a população de qualquer dependência dos mencionados benefícios. O argumento não é novo. Como é constatável neste capítulo, ao longo das últimas décadas a promessa de redução de custos na proteção social surge em momentos de dificuldade. As mudanças ao nível político para o futuro só podem ser especuladas até à sua derradeira implementação, contudo, França mantém os seus gastos em proteção social bastante acima da média da OCDE – 31,5% face à média correspondente a 21% em 2016 (Fouquet e Viscusi, 2018). Certo será dizer que o Estado-Providência mantém-se como um símbolo do tão mencionado excecionalismo francês, fortemente defendido quando de alguma forma ameaçado pelos movimentos populares, não sendo expectável uma mudança nesse paradigma social.

3.5 Estado-Providência no Reino Unido

Na segunda edição da obra de Derek Fraser, intitulada *The evolution of the British welfare state: a history of social policy since the industrial revolution*, distando aproximadamente um decénio da sua primeira edição (mais detalhadamente, de 1973 a 1984), o autor escreve que então lhe é possível traçar uma descrição da ideia de welfare state no Reino Unido que não seria anteriormente. Explica-nos Fraser (numa tradução aproximada) que o Estado-Providência britânico é germinado no pensamento social do liberalismo Vitoriano, atinge a sua infância no coletivismo estatal⁸⁷ do período pré e pós I Guerra Mundial, amadurece com o

⁸⁷ Entenda-se a noção de coletivismo estatal, de uma forma resumida, como a responsabilidade do Estado perante os seus cidadãos (nomeadamente em áreas como a educação ou saúde) de providenciar serviços adequados perante situações de necessidade. A ideia de coletivismo contrasta com o individualismo estatal, isto é, a responsabilização do cidadão (como exemplo, responsáveis pela sua pobreza por “falta de esforço” ou por problemas de saúde resultantes, pelo menos em teoria, dos seus comportamentos). Ao invés, o coletivismo

universalismo da década de 1940, florescendo no consenso e afluência das décadas de 1950 e 1960⁸⁸. Na década de 1970 entra em declínio, sendo que na década de 1980, a governação tanto do Reino Unido como dos Estados Unidos da América procuram políticas monetárias contrárias ao Estado-Providência (1984:253). A analogia que o autor faz recorrendo às diferentes fases pretende resumir os vários eventos que (então) compõem a evolução do Estado-Providência britânico, sublinhando sem dúvida alguns dos momentos mais marcantes. Atualmente poderíamos apontar novos momentos ou fases de transição, mas não apenas. Como vimos anteriormente, Nullmeier e Kaufmann (2010:82-3) sublinham a intencionalidade por detrás das periodizações que definem como interpretações não “inocentes”, isto é, que servem propósitos muitas vezes políticos aliados à criação de perceções de crescimento, de mudança, ajustamento ou redução de despesas (retrenchment). Nessa linha de pensamento explica-nos Wincott que traçar uma divisão histórica pode parecer óbvio, sendo que, no que diz respeito à evolução do Estado-Providência, a delimitação em períodos ou épocas encontra-se quase que invariavelmente aliada a eventos como o surgimento (num sentido lato) de crises (englobando guerras ou dificuldades económicas) ou à transição governativa, estando a lente, no que toca à análise, mais focada no nível estatal do que propriamente nas políticas em si. Mais ainda, na definição de “épocas” para um conjunto de países, a tendência de agrupamento enevoa uma análise mais fina, tal como a recorrente classificação respeitante aos “países ocidentais” que, de certa forma, cria uma ideia de uniformização não salientando as diferenças entre diferentes modos de funcionamento mesmo que, de uma forma superficial, possam parecer próximos. Numa análise voltada para um país em concreto, a conceptualização em períodos bem delimitados poderá ter como consequência desviar a atenção relativamente às alterações *dentro* de um dado estágio em termos evolutivos (2013:1-2). Como nos lembra Powell, os Estados-Providência variam geográfica e temporalmente, não são estáticos. Diz-nos o autor que a

encara as dificuldades da população como algo que extravasa os comportamentos de cada um, havendo razões estruturais que influenciam determinadas situações como a pobreza ou a exclusão social (Wilensky, 38-40).

88 Fraser refere-se à chamada “golden era” ou “época dourada” do welfare state ao nível dos chamados países desenvolvidos ou em desenvolvimento com uma duração usualmente apontada entre poucos anos após o fim da II Guerra Mundial, ou do início da década de 1950, até ao final/início da década de 1970 (estagflação). Este período é pautado pelo auxílio à Europa prestado pelos Estados Unidos da América (Plano Marshall, 1948), numa lógica Keynesiana, isto é, tendo como base as ideias postuladas por John Maynard Keynes em *General theory of employment, interest and money* (1936) que advogam o papel principal do Estado no que diz respeito à intervenção na Economia (ver Davidson, 2017). Contudo, para Daniel Wincott (2013), a noção de uma “era dourada” não será assim tão linear, marcando, na análise da evolução do Estado-Providência, um antes e depois de uma “época” pautada pela generosidade do Estado. O autor defende que este período compreende alterações ao nível das políticas de proteção social e não uma linearidade, explicando que há um elevado nível de idealização em torno da noção de um apogeu no que toca ao Estado-Providência.

evolução dos mesmos se realiza através de escolhas face a determinados constrangimentos, recorrendo a Karl Marx para nos explicar que os Estados-Providência fazem a sua própria história mas não em circunstâncias por si escolhidas. Relembra ainda que o Estado-Providência britânico não é facilmente classificável como “liberal” na aceção de Esping Andersen, possuindo elementos de cariz “social-democrata” – no que se refere ao universalismo em termos de acesso – nomeadamente no que diz respeito ao National Health Service (1999:1-2). Tendo estas considerações em mente, pretende-se aqui sobretudo compreender como se chega à condição atual do Estado-Providência britânico e à forma como é caracterizado. Não sendo o foco deste capítulo a definição de uma cronologia, é contudo inevitável referenciar alguns dos grandes marcos de todo um processo evolutivo. A evolução do Estado-Providência enquanto conceito – não voltando aqui a todo um conjunto basilar de eventos que têm lugar séculos antes de Cristo –, interliga-se profundamente com o caso britânico. A criação de legislações como a Henrician Poor Law em 1536 (lei precedida pelo Ato de 1531 também durante o reinado de Henrique VIII) – medida muitas vezes negligenciada na literatura que marca a criação dos elementos básicos para uma viragem em termos de políticas sociais britânicas⁸⁹ –, ou o Act for the Relief of the Poor (ou Elizabethan Poor Law) em 1601 são parte fundamental da evolução do Estado-Providência de uma forma geral. Aliás, o próprio termo welfare state tem justamente a sua origem no Reino Unido descrevendo a chamada “Labor Britain” após 1945 (ano em que o Partido Trabalhista, na figura de Clement Attlee⁹⁰ vence as eleições) tendo, a partir desse momento, feito o seu percurso um pouco por todo o mundo, sendo apropriado por diferentes países (Briggs, 1961:221). Nestas últimas linhas de texto podemos já identificar diferentes “marcos” (notadamente a lei de 1536) num processo evolutivo que, não obstante a diversidade de eventos que podem ser aqui trazidos à análise, são usualmente descorados perante a importância da chamada “era Vitoriana”⁹¹ e do período que sucede o Relatório de Beveridge

89 Kunze (1971:9-12) explica que a lei trazida em 1536 por Henrique VIII marca um ponto de viragem em relação às legislações anteriores na medida em que não encara a pobreza ou a mendicância de forma repressiva, ao mesmo tempo que elimina o cariz indiscriminado da misericórdia, isto é, distinguindo aqueles que detêm capacidade para trabalhar e aqueles que se encontram incapacitados devendo os primeiros ter acesso a uma ocupação e os últimos o direito a assistência assegurada pelo Governo (providenciada pela caridade de todos administrada ao nível local nomeadamente através da Igreja) entre outras medidas. No limite, o autor defende que a lei de 1536 marca uma nova era na história social e económica britânica (1971:10).

90 Clement Richard Attlee, líder do Partido Trabalhista entre 1935 e 1955 é eleito Primeiro-Ministro do Reino Unido em 1945, função que desempenha até 1951.

91 Num sentido rigoroso, o período muitas vezes denominado como “era Vitoriana” deveria corresponder – *stricto sensu* – à ascensão da Rainha Vitória ao trono em 1837 até ao ano da sua morte, em 1901. Contudo, pela noção de “era” devemos ler um pouco mais além da simples periodização referente ao Reinado aqui em discussão, correspondendo essa denominação a um conjunto de elementos que antecedem sobretudo o início

em 1942 (Harris, 1992:168; Powell, 1999:2). Como se analisará em diante, estes dois “períodos” pautam profundamente as políticas sociais britânicas assim como o discurso político e as percepções acerca do Estado-Providência do Reino Unido. Não sendo aqui o desiderato analisar exaustiva e detalhadamente as inúmeras políticas no que diz respeito àquilo que – como nos dizem David Gladstone e colegas (1999) – pode ser denominado como o “welfare before the welfare state”, importa todavia apontar algumas das medidas que conduzem às características atuais do Estado-Providência britânico⁹². Fugindo a um detalhe demasiadamente historicista, – realizando-se aqui uma sinopse de um período que percorre quatro séculos –, entre aquela que é considerada uma das primeiras⁹³ Poor Laws, em 1536 (anteriormente mencionada) e a abolição formal das mesmas em 1948 com o National Assistance Act são várias as medidas que têm lugar. No século XVI, num quadro de crescimento e intenso movimento da população, são aplicadas medidas como os Elizabethan Acts de 1563 e 1572 que têm como alvo o combate à mendicância através da punição daqueles que a praticam, assim como aliviar as condições de pobreza daqueles que são considerados “pobres impotentes”, isto é, incapazes de desenvolver uma atividade laboral, sendo essas medidas aplicadas na Escócia em 1574 (acompanhadas pela criação de um imposto que visa o combate à pobreza em 1595), o que prevalece no país até 1845, contrastando com a realidade Inglesa, onde a lei é substituída pela Elizabethan Poor Law de 1601. Esta última lei – aplicada em Inglaterra e País de Gales – que, em teoria, marcaria uma forte transição relativamente às medidas anteriores, nomeadamente através da criação (entre outros elementos constituintes) de um imposto obrigatório que visa o alívio dos casos de pobreza, a existência de um conjunto de “supervisores” com o objetivo de identificar situações de carência e o estímulo ao trabalho no que concerne aos mais carenciados. Para além destas medidas, a Lei de 1601 visava ainda o alargamento da assistência a três gerações, isto é, ao nível da paróquia (isto é, a divisão administrativa equivalente à freguesia em Portugal) na impossibilidade por parte do cidadão em apoiar os seus familiares, era

(1837), apontando-se usualmente o ano de 1832 como grande ponto de viragem o Reform Act of 1832 (ou Lei de Reforma de 1832), lei que traz consigo importantes mudanças ao nível do sistema eleitoral e representatividade no Parlamento em Inglaterra e no País de Gales (ver Hewitt, 2006).

92 Naturalmente, a referência ao Estado-Providência Britânico, ou do Reino Unido, é realizada numa perspetiva actual devendo-se aqui sublinhar que a formação do Reino Unido data de 1707 (resultado do Tratado da União de 1706). Ao longo da incursão pelas principais medidas ao nível das políticas sociais, até à já mencionada data que marca a criação do Reino Unido, far-se-á menção aos seus “países constituintes” ou “home nations”.

93 Não existe propriamente um consenso no que diz respeito a qual a *primeira* Poor Law em Inglaterra, sendo por vezes apontado o Acto de 1531 por Henrique VIII ou usualmente a Elizabethan Poor Law de 1601. Numa forma mais rudimentar, pelo menos o início deste quadro legislativo terá tido início em 1349 com a Ordinance of Labourers. A este respeito ver p. ex. Kurzman, 1970.

responsabilidade da instituição mencionada assegurar o apoio social aos filhos do cidadão assim como aos seus pais (leia-se filhos, pais e avós). No entanto estas medidas fracassam sobretudo devido à inexistência de mecanismos que assegurem a sua efetiva aplicação, havendo concomitantemente disparidades entre as diferentes áreas no que toca à sua implementação. Adensando as assimetrias mencionadas, importa sublinhar que a gestão das questões relacionadas com a proteção social funciona numa lógica local, ao nível da paróquia (“parish”), sobretudo no profundo vínculo do cidadão à mesma, materializado no Settlement Act (também denominado como Settlement and Removal Act ou Poor Relief Act) de 1662 (medidas ainda não regulamentadas até à data mas que são aplicadas desde 1586). Esta lei obriga todos os indivíduos a unicamente usufruir do apoio em caso de pobreza proveniente da sua localidade, assim como a contribuir apenas para a mesma, estando a população ancorada ao local de nascimento. Nas situações em que os indivíduos enveredassem pela procura de melhores oportunidades (nomeadamente ao nível laboral), a sua paróquia de origem continua a deter responsabilidade em caso se enfrente uma situação de precariedade. No limite, quem procurasse obter apoio fora da sua localidade seria removido do local de destino, sendo que, num plano mais dramático, o mesmo acontecia às mulheres que se encontrassem grávidas para que as crianças não adquirissem o direito de permanência. Outro exemplo gritante do vínculo entre os indivíduos e o seu local de origem encontra-se no caso Escocês⁹⁴, sendo que já muito antes da anteriormente mencionada Lei de 1662, no ano de 1586 (quando as medidas começam a ser aplicadas), a população de cada cidade é, literalmente, marcada (entenda-se, na pele) com o símbolo da sua cidade. Neste quadro ou sistema de Poor Laws, importa salientar a existência de “workhouses” ou “poorhouses” – instituições estatais destinadas a *teoricamente* fornecer acomodação e emprego – que providenciam o chamado “indoor relief” em oposição ao “outdoor relief”, sendo que, nesta última forma de assistência, o apoio ao indivíduo carenciado não implica a sua institucionalização (Pedersen, 1995:35; Spicker, 1998). Voltando ao pensamento de Derek Fraser, frisa o autor que a existência das mencionadas “workhouses” deixaria uma marca indelével na cultura popular britânica, algo que extravasa o seu fim oficial em 1948 com o National Assistance Act, aliando a sua existência ao conceito de “means test” (1984:180). Estas instituições espelham de forma notória a lógica de “merecimento” e “não merecimento” da assistência em caso de necessidade, fenómeno que se estende sobretudo desde o século XVII e XIX por Inglaterra,

94 Para uma compreensão mais detalhada do percurso respeitante às políticas sociais centradas no caso Escocês ver, p. ex., Bolger e Hothersall, 2016.

Pais de Gales e Escócia (Spicker, 1998). É justamente a expressão “workhouse test” que denomina a forma como é identificada a “verdadeira” necessidade – isto é, aqueles que verdadeiramente se encontram destituídos de posses suficientes (“truly destitute”) – dos indivíduos que procuram apoio estatal. A elegibilidade no que se refere ao direito à proteção social era então medida pela capacidade dos indivíduos em suportarem as duras condições vividas nas “workhouses” que vão desde o extremo rigor no trabalho, privação ao nível da alimentação, a impossibilidade de poder estar junto das suas famílias (no limite, pondo em questão a própria dignidade). Aqueles que realmente suportavam essas condições eram considerados “merecedores”, tendo assim a possibilidade de habitar a “workhouse” e trabalhar para o Estado, sendo que os indivíduos que não toleravam tais condições eram rotulados como “vicious mendicants” não tendo o direito a qualquer apoio (Garland, 1985:47). Com o Poor Law Amendment Act em 1834, também conhecida como a New Poor Law, é dada primazia ao método de “indoor relief”, havendo uma clara intenção em impedir que os indivíduos carenciados procurassem qualquer tipo de apoio fora das workhouses através do desencorajamento de qualquer suporte por parte da população quer na forma de bens ou dinheiro. *Pari passo*, a New Poor Law tem como intenção mitigar a procura de workhouses por parte daqueles que experienciam situações de pobreza em lugar da procura de trabalho fora de um quadro de assistência, isto é, através de uma política de menor elegibilidade procura-se motivar a integração dos mais carenciados na condição de trabalhadores. Para tal, o rendimento daqueles que laboravam nas workhouses nunca seria superior ao pior rendimento fora dessas instituições enquanto trabalhadores independentes. Em suma, a ideia por detrás da New Poor Law consistia em que o indivíduo que procurasse auxílio esgotasse todas as opções antes de realmente procurar auxílio por parte do Estado pretendendo-se desta forma reduzir as despesas face às situações de pobreza (Brown, 2018:185-6). Uma outra particularidade desta Lei consistiu em substituir um sistema baseado na localidade (“parish”) como unidade administrativa na procura da mitigação das situações de pobreza para uma administração centralizada (Care, 2011:122). A New Poor Law revela-se um fracasso em grande medida devido – entre outras causas⁹⁵ – a quatro fatores fundamentais. Por um lado, as condições das workhouses atingem níveis de desumanização (talvez um eufemismo) pautados por fome, exploração, separação de famílias, crianças dadas para adoção, abusos físicos (entre uma miríade de outros eventos) que culminam, para o conhecimento público, com o caso de Andover, onde a vivência daqueles que habitam e

95 Para um melhor entendimento das questões relacionadas com a New Poor Law ver, p. ex. King S., 2000.

trabalham nessa instituição são tão ou mais negativas do que a pobreza vivida nas ruas sem qualquer tipo de apoio (Anstruther, 1973; Beresford, 2016:32-33); Em segundo lugar, as reformas pretendidas com a Lei referida não são aplicadas de forma homogênea pelo Reino Unido. Notadamente em Inglaterra, as assimetrias entre o norte, com políticas executadas sem sucesso, e o sul onde há um maior sucesso na aplicação das medidas de alívio à pobreza que, não obstante, se revelam insuficientes ou mesmo mal sucedidas (Beresford, 2016:35); Em terceiro lugar, de um modo geral, estas políticas revelam-se parcas na resolução das situações de pobreza (King, S., 2000:66), duplicando a despesa na proteção social (Cooper, 2017:2), adensando ainda a estigmatização da pobreza naquilo que Somers e Block (2005:260) denominam como a construção de um discurso público que responsabiliza o indivíduo que vive uma situação de carência. Por último, um elemento fundamental reside no facto de esse ser um período marcado pela Revolução Industrial, o que, e abordando aqui de forma muito superficial, traz consigo a saída em massa das áreas rurais para os centros urbanos industrializados, abrindo todo um leque de novas questões sociais (desemprego, pobreza, fome...) de difícil resolução ao nível governativo (Fraser, 1973:5) destes fatores que subjazem a queda do ciclo das chamadas Poor Laws, e abrindo aqui um parêntesis, importa trazer dois importantes pontos para esta discussão. Por um lado, a importância de uma visão que vai além da perspectiva nacional, sendo que a mesma constitui indubitavelmente uma escala “miópica” no sentido em que ignora as assimetrias aos níveis regionais ou locais. No seu estudo acerca das “geografias do welfare state” analisando Inglaterra e o País de Gales no século XIX, Brown (2018) sublinha justamente as disparidades existentes entre pequenas localidades alertando ainda para questões relacionadas com os números referentes aos indicadores de pobreza (leia-se número de pobres existentes), sendo que, como exemplo, no País de Gales, os responsáveis pelo chamado “poor relief” muitas vezes recusavam as aplicações à ajuda referida como forma de manter os números a níveis inferiores dos reais (2018:192). Na mesma linha de pensamento, Beresford sublinha não apenas as assimetrias geográficas acima mencionadas mas também a existência, ao longo de todo o século XIX no Reino Unido, não de um monopólio estatal no (2018) que diz respeito à proteção social mas sim de um conjunto de fontes de apoio aos mais carenciados notadamente na figura da(s) Igreja(s) assim como de outros agentes no que toca à caridade (2018:35). Servem estes últimos contributos, para o estudo que aqui se desenvolve, para que seja obviada qualquer visão assente meramente em dicotomias em termos de caracterização de um dado sistema de proteção social, sendo crucial frisar a miríade de formas em que os mesmos podem operar (formal, informal). Mais ainda, importa quebrar com uma forma de abordagem referente às

temáticas relacionadas com o Estado-Providência assente numa análise à escala nacional, o que conduziria à não identificação de nevrálgicas *nuances* no que concerne à forma como é organizado.

Retomando o período que marca a queda das políticas relacionadas com a New Poor Law de 1834, o seu insucesso conduz paulatinamente à transição trazida pela ascensão ao poder por parte do Partido Liberal (Liberal Party) em 1906. Não obstante, aproximando-se o fim do século XIX, algumas medidas são tomadas aparentemente trazendo algum alento ao nível da proteção social, notadamente no campo da educação com o Education Act de 1870 (aplicado na Escócia dois anos depois), que implementa o acesso à educação de forma livre numa primeira fase até aos 12 anos de idade, mais tarde até aos 14 anos. Já no campo da saúde, em 1885, a obrigatoriedade de prova de pobreza como forma de acesso às enfermarias estatais é abolida (Spicker, 1998). Todavia, estas medidas (entre outras tomadas no pós New Poor Law) são insuficientes num contexto de espiral descendente e degradação do acesso à proteção social. Em finais do século XIX assiste-se ao aumento de uma consciência social – marcadamente no feminino – no que diz respeito a questões como a crueldade com as crianças assim como a sua mortalidade cada vez mais precoce, sendo frequente que este último grupo etário perecesse antes dos seus pais quando inseridos num cenário de pobreza (Thane, 2011:1-2). A decadência vivida na chamada “era Vitoriana”, é ilustrada de forma veemente por Charles Booth – assim como por Benjamin Seebohm Rowntree⁹⁶, influenciado por Booth, com os seus estudos focados na região de York, no norte de Inglaterra – através de um exaustivo levantamento das condições de vida da população Londrina no seu trabalho, dividido em dois volumes, intitulado *Life and Labour of the People* (1889 e 1891

96 O reformista e investigador é responsável por três importantes estudos, especificamente *Poverty, a study of small town* (1901) e, décadas mais tarde *Poverty and Progress* (1935) e *Poverty and the Welfare State* (1951). Focando a atenção no primeiro contributo, a sua análise da realidade vivida em York, à semelhança da análise (em termos gerais ou temáticos mas não em termos metodológicos) de Charles Booth (1889) em Londres, Rowntree procura reconhecer as situações de precariedade vividas na região de York, chegando também a conclusões congruentes com os estudos do primeiro, sendo que, tal como Booth, Rowntree identifica famílias que vivem em situação de pobreza extrema que rondam os 30% do universo referente ao seu levantamento, mostrando que a precariedade vivida a níveis liminares não estava confinada a Londres. Juntamente com Booth, Rowntree constitui uma forte influência na construção das reformas trazidas pelo partido Liberal após alcançarem o poder em 1906, contudo, é Booth quem gera maior controvérsia animando o debate público acerca das condições de vida de então, sendo o contributo de Rowntree considerado mais importante ao nível metodológico, usualmente caracterizado como o primeiro estudo acerca das questões associadas à pobreza. Sendo profundamente subjectivo identificar o que terá sido mais importante em termos de legado, importa sublinhar que Rowntree, a partir do estudo mencionado, foi o primeiro investigador a verificar, na sua análise do ciclo de vida, a relação de causa efeito entre famílias com crianças e o agravamento dos níveis de pobreza o que conduz a uma solução que reside na atribuição de um determinado valor para colmatar essas dificuldades, o que constitui aquilo que actualmente se denomina como “child benefit” (Briggs, 1993:268; Laderchi, 2000:4-7; Thane, 2011:3; Cooper, 2017:10-12).

respetivamente). O investigador e reformista identifica as dificuldades vividas pela já mencionada população numa investigação que se baseia num mapeamento à escala do bairro, apontando (entre diversas outras questões) os precários vencimentos que contribuem para o crescimento da pobreza, o facto de muitos indivíduos (sobretudo os mais idosos) não procurarem assistência proveniente do quadro jurídico referente à New Poor Law devido ao estigma social, ou a escassa ajuda proveniente da referida lei. Booth conclui ainda que no último decénio do século XIX cerca de 30% da população residente em Londres vive em condições de pobreza severa. Mais ainda – e novamente apontando a questão da estigmatização social –, o autor refere que mesmo as famílias com emprego não conseguem providenciar condições mínimas às suas famílias (notadamente ao nível da alimentação), sendo que no que toca aos cuidados de saúde com crianças, os pais não tinham capacidade financeira para encaminhar os seus filhos para os tratamentos médicos necessários. Apesar do facto dessa ajuda médica, voltada para os mais carenciados, estar contemplada na New Poor Law, (apresentando-se todavia como uma assistência de cariz demasiadamente rudimentar), a população acaba por não recorrer a – ou evitar ao máximo – tal ajuda dada a vergonha associada a essa procura de auxílio, algo que é apenas modificado mais tarde pelas políticas trazidas pelo Partido Liberal, fortemente influenciadas pelo contributo de Charles Booth assim como de Rowntree (Cooper, 2017:10-12; Thane, 2011:1-4).

Importa ainda lembrar, como salienta Beresford (2016:34), que o Estado não detém na atualidade, nem nunca deteve o monopólio no que diz respeito ao apoio aos mais carenciados, sendo que instituições como a Igreja e outros agentes ligados à caridade tiveram um papel importante ao longo do século XIX no sentido de colmatar a falta de assistência estatal. Após um crescente descontentamento não apenas ao nível da forma como a população encara as políticas sociais (ou a sua escassez), mas devido a outros importantes fatores que têm impacto no que diz respeito ao rumo a tomar em termos de escolha política, os Liberais vencem as eleições de 1906 através de Henry Campbell-Bannerman. Antecede a subida ao poder por parte destes últimos o período compreendido entre 1902 e 1905 com a liderança do primeiro-ministro Arthur James Balfour marcada pelo descontentamento da população em relação à governação do Partido Conservador ou “Tories”. Este cenário de impopularidade dos conservadores deve-se sobremaneira não apenas às fragilidades ao nível social já descritas, mas também a outros “temas quentes” de então. Entre os principais

encontram-se: a indignação face à duração da segunda guerra dos Boêres⁹⁷, a falta de robustez da população dada a precariedade vivida – o que se reflete obviamente na condição física dos soldados que participam no conflito mencionado e o insucesso britânico face a uma resistência sul-africana composta por agricultores sem treino militar –; a questão da escravidão chinesa, isto é, o envio de cerca de 64 000 trabalhadores chineses para a África do Sul, nomeadamente no contexto da exploração das minas de ouro, o que desperta não apenas questões éticas mas também a questionação da medida no sentido em que impede a criação de trabalho para indivíduos britânicos (Cooper, 2017:1; Thane, 2011:4; Spencer, 2010:2-4). Um último ponto no que toca à ascensão do Partido Liberal deve ser tomado em consideração. A fundação do Labour Party (Partido Trabalhista), em 1900, exerce uma inegável pressão para o Partido Liberal dado que o primeiro traz consigo a ameaça de monopolizar o apoio dos trabalhadores, estando os Liberais dependentes dessa mesma base de suporte em termos de votos. No caminho para a ascensão ao poder, ambos os partidos fazem um acordo secreto que consiste em não se confrontarem ou oporem. A questão do welfare state torna-se essencial para a população votante (cerca de 60% dos homens, excluindo-se ainda – até 1918 – o efetivo voto no feminino) que se vê a braços com a progressiva decadência da proteção social, o que, aliado aos contributos de Booth e Rowntree exerce pressão para que o Partido Liberal tome medidas disruptivas relativamente ao passado recente (Thane, 2010:2). James Roy Hay destaca o período compreendido entre 1906 e 1914 como um dos mais importantes períodos no que diz respeito às políticas sociais no Reino Unido. Muitas são as medidas tomadas – entre outras iniciadas pelo Partido Conservador nos anos que antecedem a subida ao poder⁹⁸ e mantidas pelo novo governo –, que vão desde as pensões para os idosos, pensões por doença e desemprego, refeições nas escolas, assim como serviços médicos destinados às crianças (2016:11). Entre as principais destacam-se: em 1902 o “Education (Provision of meals) Act” que consiste em garantir as refeições das crianças nas escolas, de forma gratuita, para os mais carenciados, tornando-se esta medida obrigatória para todas as escolas em 1914; Em 1907, outro “Education Act (School Medical Service)”, que traz consigo a obrigatoriedade, em todas as escolas britânicas, para que todas as crianças tenham direito a assistência regular na forma de exames médicos; Já no campo da assistência

97 Guerra travada entre o Reino Unido e as Repúblicas de Transvaal e Orange entre 1899 e 1902. Para uma melhor compreensão dos pormenores deste conflito ver, p. ex., Price, 2013; Spencer, 2010; Ross, 2008.

98 Nomeadamente, e de forma sumária, o Education Act (1902) que coloca a gestão das escolas ao nível local nas chamadas “local education authorities” e o Unemployed Workmen Act (1905) que procura combater as situações de desemprego através de um apoio para os negócios locais ou outras entidades visando a contratação de indivíduos que se encontram na situação mencionada.

aos idosos, em 1908 é introduzido o “Old-Age Pensions Act” que consiste na atribuição de uma pensão aos indivíduos com mais de 70 anos de idade, contudo, esta medida estava assente numa lógica não apenas de *means testing*, assim como no facto de o valor máximo atribuído ser deliberadamente abaixo dos níveis básicos de subsistência sob o argumento da promoção da poupança e do apoio familiar; Em 1909 é criado o “Labour Exchanges Act” com o qual se forma o “embrião” daquilo que hoje se conhece como “job centre”, onde se promovia a procura de emprego e se disponibilizava informação acerca das vagas profissionais disponíveis; Por último, entre as principais medidas, destaca-se o “National Insurance Act” em 1911, prevendo cuidados médicos e apoio em caso de desemprego sendo atribuídos pagamentos semanais quando o trabalhador se encontrasse doente ou desempregado, sendo estes fundos provenientes não apenas do Estado mas também das contribuições dos empregadores e trabalhadores. Os trabalhadores tinham então acesso a um “General Practitioner”, podendo apenas aceder a outros serviços do hospital em caso de tuberculose. O apoio médico não era extensível aos familiares dos trabalhadores, exceção aberta no caso de maternidade, sendo atribuída uma dada quantia (“lump sum”) à mãe (com o desiderato de garantir que o dinheiro seria aplicado unicamente nos cuidados infantis) aquando do nascimento da criança. Esta medida prende-se, sobretudo, com o objetivo de reduzir as altas taxas de mortalidade infantil de então (Thane, 2010:3-7; Spicker, 1998). Estas medidas não podem contudo ser olhadas de forma inocente, embora indubitavelmente marquem um determinado “corte” com o passado pautado pelas Poor Laws. Diz-nos Thane (2010:7), que à semelhança das razões que subjazem a implementação das políticas de Bismarck, as motivações para este novo conjunto de medidas introduzidas no Reino Unido no início do século XX correspondem à necessidade de garantia do apoio da classe operária (votante, sindicalizada e cada vez mais militante), assim como à vontade de garantir o crescimento económico com trabalhadores fisicamente aptos para o desempenho das suas funções. Justamente nessa linha de pensamento crítico, lembra-nos Hay que neste período Liberal em questão talvez estejamos mais perante um “social service state” do que propriamente na presença de um verdadeiro “welfare state”, na medida em que este último corresponde a níveis de proteção que garantem a satisfação de toda a população, ao passo que o primeiro garante níveis mínimos que alcançam apenas os mais carenciados. Sublinha ainda o autor – recorrendo ao pensamento de Richard Titmuss (1963) – que há inevitavelmente um elemento perverso no que toca às políticas sociais que resultam muitas vezes das pressões de partidos políticos que constituem a oposição, sindicatos ou outras organizações, numa clara tentativa de controlo social por parte dos governos, longe de mero altruísmo por parte do

poder, mas, ao invés, com uma clara agenda adstrita aos objetivos políticos e económicos (2016:12). 1914, ano que fecha o período usualmente apontado para o ciclo das reformas liberais acima descritas, marca o início da Primeira Guerra Mundial, evento que traz novos desafios ao nível das políticas sociais no decorrer e pós-guerra. Com a participação britânica no conflito mencionado, o governo vê-se confrontado com as variadas realidades daí resultantes. O clima social complica-se com o racionamento de alimentos, subida em flecha dos preços dos mesmos e feroz recrutamento de homens mobilizados para a guerra (cerca de seis milhões), levando à entrada de uma enorme vaga de mulheres no mercado de trabalho (Harris, 2009:7). É assim criado um apoio para as famílias dos combatentes, incluindo os pais dependentes dos rendimentos dos filhos, indo tão longe como prestando assistência às companheiras dos soldados (leia-se, na ausência de casamento), na condição de existirem filhos e uma relação sólida e duradoura. Dentro das principais medidas tomadas imediatamente após o final da Primeira Guerra Mundial (1918) – já com Lloyd George como primeiro-ministro (desde 1916), liderando a coligação entre Liberais e Conservadores –, destacam-se: em 1918 o “Maternity and Child Welfare Act” que procura reforçar o apoio às mães e crianças com a intenção de continuar a reduzir a mortalidade infantil, sobretudo após as baixas resultantes do recente conflito; a criação do “Ministry of Health” (Ministério da Saúde) no mesmo ano, que visa facilitar o acesso à saúde assim como as suas condições em termos de serviços; o “Education Act” de 1919, que aumenta a idade obrigatória no que diz respeito à frequência escolar para os 14 anos, providenciando-se ainda a educação, também de cariz obrigatório, entre os 14 e os 18 anos para aqueles que se encontram em situação de desemprego; Através do “Housing Act” de 1919, são ainda concedidos incentivos para a construção de imóveis às autoridades locais e entidades privadas para que se construíssem habitações a preços acessíveis. As medidas mencionadas servem sobretudo para tentar fazer face às consequências da então recente Primeira Guerra Mundial (Marwick, 1968:61; Thane, 2010:8). Contudo, após um brevíssimo quadro de aparente recuperação e euforia, a economia britânica embate em fatores repercutivos fundamentais, sendo alguns desses abordados aqui de forma muito resumida. Em primeiro lugar, a recessão de 1920-21 (sentida sobretudo a partir de 1921) que traz consigo uma subida acentuada do desemprego (mais de 10%). Não é a destruição da guerra que afeta a realidade do Reino Unido – dado que os conflitos não têm lugar em solo britânico –, mas sim a perda da dominância em termos económicos que vinha das vésperas da Primeira Guerra Mundial, nomeadamente desde 1870 a 1913, e a crescente competição externa que exerce pressão muito devido à incapacidade britânica em satisfazer o lado da procura (em larga medida devido à não acumulação de *stocks* durante o período da

guerra). Mais ainda, em 1920 havia sido aprovado o “Unemployment Insurance Act” (antes do referido aumento dos níveis de desemprego), medida que aumenta os benefícios em perto de 40%, abrangendo mais de onze milhões de trabalhadores. O aumento da generosidade ao nível da atribuição de benefícios é obviamente sucedida por um corte substancial dado o cenário de crise económica sentido, refletido nos seguintes “Unemployment Insurance Acts” que vão paulatinamente ao encontro do *means testing*. Obviamente, em 1929, o *crash* de Wall Street marca uma rutura global ao nível económico. Os Estados Unidos da América chamam o seu rol de devedores onde se encontra um Reino Unido ainda não refeito da experiência da Primeira Guerra Mundial com várias indústrias em declínio. Dá-se um corte nas contratações, sendo que no início da década de 1930 algumas áreas britânicas atingem os 70% no que toca ao desemprego. Consequentemente aumenta a dependência de muitas famílias no que diz respeito à assistência do estado, sendo que este último reduz então a sua despesa pública, os salários e benefícios (Benjamin e Kochin, 1979:445-7; Dow, 1999:147-8; Morys, 2014:244; Beresford, 2016:55).

Tal como para o período que corresponde às grandes reformas liberais entre 1906 e 1914, os relatórios conduzidos por investigadores – nomeadamente Booth e Rowntree – visando identificar o número de indivíduos e casas que enfrentam situações de pobreza tornam a influenciar a construção de políticas ao nível social, nomeadamente o trabalho de Hubert Llewellyn Smith – *New Survey of London Life and Labour* – conduzido entre 1929 e 1931, ou o novo estudo conduzido por Rowntree em 1936 – *Poverty and Progress* – centrado na área de York, que relatam novamente situações de preocupante precariedade e problemas ao nível do acesso aos benefícios sociais (Hatton e Bailey, 1998:575-9). No final da década, mais concretamente em 1939 (data comumente aceite⁹⁹), inicia-se a Segunda Guerra Mundial, opondo-se o Reino Unido à ameaça alemã, momento em que o governo britânico adquire centralidade em termos de proteção, nomeadamente através de evacuações da população das cidades para o campo face aos bombardeamentos das forças nazis, ou através do racionamento dada a escassez trazida pela guerra (Benassi, 2010). No seguimento dos levantamentos atrás mencionados, que, em suma, traçam o retrato da realidade social britânica, o governo de coligação durante o período de guerra, liderado por Winston

99 Quase que invariavelmente, o início da Segunda Guerra Mundial é apontado a setembro de 1939 com a invasão da Polónia pelas tropas alemãs. Contudo, essa é claramente uma perspetiva do Ocidente, dado que o Japão, pertencente às forças do Eixo, entra em conflito com a China (Aliados), em junho de 1937 com o Incidente da Ponte Marco Polo. Neste trabalho segue-se todavia o intervalo 1939-45, sendo este o que mais prevalece (ver Spendelow, 2016).

Churchill, requer um levantamento, através da formação de um comité, das condições referentes aos seguros sociais – que após um processo algo sinuoso¹⁰⁰ – é liderado por William Beveridge (2010:2;5). O relatório resultante desse levantamento, *Social Insurance and Allied Services* (1942), é tido como a grande referência no que diz respeito à construção do Estado-Providência moderno (leia-se pós Segunda Guerra Mundial), o modelo ou a planta (“blueprint”) para a noção de welfare state (Taylor e Powell, 2017:191). Indubitavelmente, o contributo de Beveridge traz mudanças importantes, contudo merecedores de uma análise mais crítica. Assente nos pilares Keynesianos (centralidade da intervenção estatal) e catapultado por um inegável sentimento de maior comunhão entre a população britânica – envolta numa propaganda que apela à união nacional – que se vê então menos dividida em termos de estratificação social frente a um perigo comum (consequências da guerra) ansiando mudança, o relatório propõe medidas que visam quebrar com o passado (Benassi, 2010:4-5). São identificados no seu contributo os cinco grandes males (ou “Giant Evils”) – squalor, ignorance, want, idleness and disease –, que, à superfície, como coloca Beresford, podem parecer atributos individuais, consequentes dos atos e escolhas de cada um, contudo, e ao invés, o que o relatório propõe é justamente que os problemas sociais têm origens sociais (2016:84). Um claro exemplo do ponto de vista de Beveridge reside na sua visão do desemprego. Evidentemente de costas voltadas no que se refere à visão do século XIX da razão para tal condição se encontrar nos “vícios morais” do indivíduo, o reformista encontra uma noção tripartida: O desemprego resulta da inovação tecnológica e declínio dos setores industriais; ciclos ou flutuações sazonais no lado da procura; a falta de comunicação entre patrões e empregados (Benassi, 2010:1). Nesta linha, o pensamento de Beveridge, distanciando-se da noção Bismarckiana, defende (em teoria) a universalidade no que concerne à proteção social, independente da condição social ou económica do indivíduo (ibid.:6). Longe de uma análise minuciosa do seu relatório e posterior aplicação – sobretudo após a vitória do Partido Trabalhista em 1945 –, importa todavia sublinhar e analisar algumas das alterações e inovações trazidas. Tomando precisamente o exemplo do desemprego, Beveridge defende que o Estado deve intervir nas flutuações económicas da seguinte forma: a intervenção estatal através do encorajamento ao investimento nos períodos de recessão, e desencorajamento nos períodos de prosperidade na procura da plenitude em termos de empregabilidade, o que é apoiado pelo governo ainda em 1944 (Spicker, 1998; Taylor e

100 Na verdade, Beveridge espera conseguir um cargo superior na hierarquia estatal, sendo o seu trabalho junto das questões relacionadas com a proteção social algo que não ambicionava. A esse respeito ver Benassi, 2010:1-3.

Powell, 2017:192). Mais marcantes são a criação do National Insurance Act em 1946, baseado numa contribuição semanal, que visa implementar o esquema de Beveridge para a segurança social, na lógica “from the cradle to the grave”, que promove um leque de benefícios que vão desde a proteção à maternidade¹⁰¹, passando pelos apoios em caso de doença ou risco de desemprego, até às pensões para os idosos e despesas funerárias. No constante confronto entre teoria e prática, uma primeira contradição é aqui identificada: estes apoios estavam confinados àqueles que se encontravam empregados, há assim uma condição fundamental para a elegibilidade. Mais ainda, naquela que seria uma responsabilidade tripartida no que diz respeito a assegurar o mínimo garantido para os cidadãos, entre Estado, patronato e empregados, o primeiro retira-se desse compromisso ao longo dos anos, descendo a “fatia” dos 33% para os 14%, culminando em benefícios insuficientes para um mínimo de subsistência.

A medida com mais impacto é, sem dúvida, a criação do National Health Service em 1946. Financiado por via de impostos, o National Health Service traz (entre as principais inovações, e de forma sucinta) o acesso livre à saúde, a possibilidade de escolha de um “General Practitioner” sendo os seus serviços gratuitos, ou a admissão e tratamentos hospitalares tendencialmente com financiamento total do Estado. Apesar das intenções de Beveridge, já nas décadas de 1950 e 60, o funcionamento da assistência ao nível da saúde já se havia tornado seletivo, fugindo à sua conceção teórica. Em 1948 é aprovado o National Assistance Act que acaba com a Poor Law de 1834, lei esta de cariz extremamente punitivo e discriminatório. Embora tenha havido algum abrandamento no que diz respeito à menor elegibilidade em termos de acesso aos benefícios sociais, contrariamente àquilo que Beveridge idealizou, a medida trazida em 1948 assenta numa base de “means-tested” algo que permanece como o grande pilar do welfare state pós Segunda Guerra Mundial (Benassi, 2010:10-12). Outro aspeto usualmente negligenciado na análise ao relatório de Beveridge reside na não constatação do papel do género assim como da nacionalidade bem patente em algumas das palavras presentes no referido documento. Como destaca Rosemary Sales, Beveridge delega às mães e donas de casa a responsabilidade em manter os ideais britânicos e da “raça” britânica no mundo, claramente numa apologia ao modelo “male breadwinner”, estando o acesso dos direitos sociais das mulheres confinados à canalização desses através da figura masculina ao seu lado. Mais ainda, a autora sublinha que, a forma como o welfare state

101 Importa referir que já em 1934 é aprovado o Midwives Act após a maior taxa de mortalidade no que diz respeito à maternidade. O governo passa a providenciar profissionais encarregados de assistir as futuras mães (Woudhuysen, 2012).

é constituído (leia-se no pós-Segunda Guerra Mundial), baseia-se no facto de os benefícios no campo social se encontrarem limitados aos cidadãos nacionais (2002:459-460). Não obstante as análises mais detalhadas ao relatório de Beveridge, assim como à sua implementação, há uma glorificação dos seus princípios, instrumentalizados de acordo com a intencionalidade do momento. Tomando a liberdade de realizar um salto temporal de algumas décadas, é clara a aproximação a Beveridge com fins políticos, tal como Tony Blair. No seu discurso proferido a 18 de março de 1999, por ocasião dos 750 anos da fundação da University College de Oxford, o então primeiro-ministro fala na sua vontade em tornar o welfare state “popular” novamente, tal como tinha sido cinquenta anos antes pela mão de Beveridge (Blair, 1999:7). Na verdade, a suposta “popularidade” a que o antigo governante se refere teve contornos bem diferentes daquele que exaltou. Em 1948, cerca de meio milhão de pensionistas procura ajuda estatal por métodos “means tested” – forçados a procurar apoio ao nível social dadas as dificuldades resultantes do aumento dos preços e insuficiente pensão (old age pension) concedida pelo Estado – número que acresce a um milhão no início da década de 1950 (Whiteside, 2014:18-19). Ora, sucessivamente, Beveridge serve como referência como forma de legitimação da abordagem de um dado governo relativamente às suas políticas sociais. Veja-se recentemente (2016) a atual primeiro-ministro Theresa May alicerçando as suas ideias para o welfare state ao coletivismo – papel central do estado –, num óbvio ataque à conhecida posição tomada por Thatcher (explorado adiante), nomeadamente num dos seus discursos em 1987 no qual a então governante aludia à responsabilização do indivíduo e ao fim do cariz salvífico do Estado (Wolf, 2017). O peso analítico neste capítulo em torno de duas grandes visões que pautam a evolução britânica no que se refere às políticas sociais justifica-se pela inegável influência que ambas detêm ainda na atualidade. O ponto que aqui se pretende desenvolver é a compreensão de qual o legado dessa evolução em termos práticos. Tomando a profunda análise dessa influência na atualidade, realizada por Noel Whiteside, é possível concluir que, pesem embora os esforços de Beveridge (leia-se na sua conceção teórica), o papel mínimo do Estado em termos de assistência é uma realidade, enfatizando ainda o autor que a Poor Law do século XIX teve maior impacto nas políticas sociais do Reino Unido do que o relatório de 1942, defendendo ainda que este adquiriu proporções míticas assentes numa pobre interpretação (2014:19-20). O recuo em relação ao anunciado universalismo trazido por Beveridge faz-se sentir fortemente logo na década de 1950, prolongando-se pela década seguinte num período em que o Reino Unido sofre flutuações económicas extremas naquilo que ficou conhecido como o período “stop go”, isto é, com o desencorajamento do investimento nos períodos de

crescimento e económico e, ao invés, a aplicação do mesmo em períodos de recessão. Mais ainda, questões demográficas relacionadas como o envelhecimento da população (décadas de 1950 e 60) ou a forma como o fenómeno passa a ser encarado sofre alterações. O paradigma associado à proteção dos idosos através da intervenção estatal (benefícios sociais) na forma de pensões cria uma noção generalizada de que os idosos representavam um peso excessivo para o welfare state, sendo denominados como “selfish welfare generation”. As duas décadas mencionadas correspondem também a um período de forte contestação social, não apenas relativamente aos grandes temas como a guerra do Vietname ou os direitos civis (que extravasam a realidade norte americana) mas também, e notadamente entre 1968 e 1974, questões relacionadas com o welfare state. Entre essas questões encontram-se uma maior consciência e reivindicação por parte das mulheres relativamente ao seu papel na sociedade (mais que o papel “natural” como esposas e mães), assim como aos benefícios de maternidade e benefícios para os seus filhos (child benefits). É ainda neste período que a perceção acerca da discriminação relativamente à população negra exercida por instituições britânicas ligadas ao welfare state adquire importância na consciência de uma parte da sociedade atenta a estas questões. Os problemas em muito ligados à indústria britânica – notadamente na sua falta de competitividade e dependência de setores tais como o algodão ou carvão – atingem o seu apogeu na década de 1970, particularmente agravados pela crise de 1973. É ainda no início da década de 1970 que uma última tentativa é realizada pelo governo através da aplicação de dinheiro público para estimulação economia britânica numa lógica de resolução dos problemas então vividos, o que se revela um fracasso notadamente nos valores referentes à inflação, o que aconteceria independentemente da mencionada crise (choque petrolífero). Dá-se a queda da confiança no modelo Keynesiano que anteriormente se encarava como solução particularmente no contexto do welfare state britânico. A década de 1970 é assolada por crises e reivindicações, em particular para esta análise há a sublinhar as greves e manifestações de funcionários do National Health Service no final desse decénio, dado que muitos hospitais atendiam apenas urgências num contexto de cortes orçamentais (Spicker, 1998; Lavalette e Penketh, 2003:77; Taylor e Powell, 2017:193-4) Estes fatores conduzem ao período usualmente denominado como “Thatcherism” (1979-90). Iniciando-se em maio de 1979, após a vitória nas eleições por parte do Partido Conservador, na figura de Margaret Thatcher, assiste-se a um período de mudança significativa no que toca ao welfare state britânico. Sob o pretexto das dificuldades económicas trazidas por políticas sociais (em teoria) universais numa base coletivista, a governação de Thatcher faz a apologia ao individualismo, levando ainda a lógica da proteção social para a crescente privatização

notadamente no que diz respeito à área da saúde. A então governante advoga a responsabilização do indivíduo (ou das famílias) em questões como os cuidados com idosos, numa clara transição do setor formal para o informal. Mais ainda, são reduzidos os impostos para aqueles que optam por pensões (leia-se reformas) através do setor privado, assim como por seguros de saúde privados. Ainda no que diz respeito à área da saúde, e já no fim do mandato de Thatcher, é aprovado o Community Care Act (1990). A medida tem como uma das suas grandes consequências o desmantelamento de vários serviços de saúde por todo o Reino Unido que passam a não providenciar uma assistência gratuita mas sim “means tested”, o que afetou notadamente a população idosa e portadores de deficiência, o que leva sobretudo a um enorme estímulo à procura de alternativas no setor privado, assim como do papel do voluntariado e setor informal. A governação de Thatcher é também marcada por um forte crescimento do desemprego – que chega a atingir os 4 milhões na década de 1980 –, devido (entre outros fatores) à desindustrialização face à recessão de 1981-82, conduza uma forte discriminação em relação aos montantes referentes aos benefícios de apoio em caso de desemprego assim como à elegibilidade face aos mesmos. Já no campo da educação, em 1988 é trazido o “Education Reform Act”. Com esta medida, é permitido às escolas emanciparem-se em relação à gestão governamental local, possibilitando ainda gerir os seus próprios orçamentos, sendo ainda implementadas tabelas de sucesso escolar a ser publicadas. Passa ainda a ser permitido às escolas escolherem os alunos com melhores classificações, o que cria então uma forte divisão entre as escolas mais pretendidas em detrimento daquelas que reúnem os alunos com maiores dificuldades. Um aspeto interessante em torno da governação de Thatcher consiste numa enorme falha relativamente à sua promessa inicial de redução dos custos no que diz respeito ao welfare state, sendo que, num período de forte privatização, aumento de impostos e redução de benefícios, o governo por si liderado, gasta mais (em função do seu produto interno bruto) na proteção social do que as governações precedentes (Lavalette e Penketh, 2003:79-81; Trevithick, 2011:67-8; Mitton, 2011:39-40; Taylor e Powell, 2017:195-6), ponto importante para um olhar crítico no que toca às questões relacionadas com a despesa estatal e a forma como a proteção social opera na realidade. Pese embora a extensão em termos de análise dedicada às bases fundamentais do Estado-Providência britânico neste capítulo, esse aprofundamento é crucial para o entendimento das questões recentes e atuais. Justamente no que diz respeito às medidas implementadas por Margaret Thatcher, a sua admiração pelos valores Vitorianos terá tido uma forte influência na sua governação, particularmente em relação ao welfare state, sendo que não apenas os seus oponentes, mas também os seus apoiantes, viam as suas políticas como uma aproximação ao

período respeitantes às Poor Laws – merecimento e não merecimento de benefícios, responsabilização do indivíduo (Harris, 1992:165-66). É sobretudo uma linha de continuidade relativamente à governação anterior que caracteriza a governação de John Major (Partido Conservador) de 1990 a 1997, destacando-se o seu estímulo a um funcionamento menos burocrático no que toca aos serviços públicos numa lógica de promoção de alternativas privadas. Destaca-se ainda durante a governação de Major a atribuição de uma maior autonomia local sobretudo no que se relaciona com a prestação de cuidados médicos no contexto do National Health Service. O decénio seguinte – 1997-2007 – é marcado pela transição de uma governação conduzida pelo Partido Conservador para o Partido Trabalhista – então apresentado como “New Labour” (de 1997 a 2010) – liderado por Tony Blair. Este período fica fortemente ligado ao conceito de “third way” que, muito sumariamente, apresenta-se como uma via “no meio” do individualismo conservador defendido por Thatcher e a abordagem do Partido Trabalhista no passado (“Old Labour”) centrada no intervencionismo estatal, num funcionamento misto entre setor privado e público. Esta mudança ao nível do papel do Estado traduziu-se num aumento do investimento nomeadamente na área da saúde (cerca de 4,5% do PIB em 1980 para cerca de 6% no final dos anos 90), assim como pela intervenção do patronato no que toca à prestação de serviços médicos provenientes do setor privado, com cerca de 12% da população usufruindo dos mesmos em 2003. No período compreendido entre 2007 e 2010, finalizando a chamada época do já mencionado “New Labour”, cabe a governação a Gordon Brown que não traz diferenças significativas em relação às políticas sociais – seguindo a linha governativa que o antecede – pese embora uma visão mais “clássica” do papel do Estado, menos apologista da intervenção do setor privado. Obviamente, dentro do intervalo temporal acima referido dá-se a crise financeira de 2007-8 o que leva a diferentes medidas face às dificuldades daí advindas (aumento desemprego, recessão económica, etc.). Em 2009 – entre outras medidas – é atribuído um apoio extra àqueles que se encontram em situação de desemprego há mais de seis meses, um financiamento reforçado do Jobcentre Plus (centro de desemprego), incentivos ao patronato para contratação e formação de indivíduos desempregados assim como uma facilitação do acesso aos benefícios sociais. Após mais de um decénio de governação Trabalhista, dá-se o regresso do Partido Conservador (em coligação com os Liberais Democratas) ao poder através de David Cameron, iniciando-se um novo ciclo político evidentemente com repercussões ao nível do welfare state britânico, notadamente em três grandes áreas: Ao nível da segurança social é limitado o acesso ao número de benefícios a que uma família pode aceder, sendo estabelecido também um tempo limite de um ano no

apoio ao desemprego através do “Employment and Support Allowance” para pessoas com limitações provocadas por doença ou deficiência que passam a sofrer uma redução dos seus benefícios, sendo incluídas no grupo de destinatários do Jobseeker’s Allowance. Relativamente aos benefícios destinados às crianças, o child benefit perde o seu cariz universal sendo condicionado de acordo com o vencimento anual dos pais; Na área da educação – herdando em parte a abordagem Trabalhista – incentiva-se a criação de escolas gratuitas, podendo ser criadas e geridas por diferentes tipos de organizações, caridade, grupos religiosos ou mesmo pelos próprios pais. Contudo, o Estado continua a ter um papel enquanto financiador no que toca às instalações e ao número de alunos; Por último, no que se refere à área da saúde, é promovida uma maior competição entre os vários hospitais através de um “ranking”. Passa ainda a caber aos médicos (General Practitioners) a gestão dos recursos financeiros no sentido em que (em teoria) serão evitados custos desnecessários com os pacientes eventualmente encaminhados para serviços que não são adequados. Esta medida não se aplica à Escócia assim como ao País de Gales. O Estado espera contudo que a sociedade civil consiga suportar os encargos decorrentes das suas políticas no campo da saúde dada a sua visão de redução de custos com o welfare state. As alterações trazidas pelos conservadores são olhadas com ceticismo pela generalidade dos britânicos dada a variabilidade da qualidade dos serviços consoante a área, naquilo que chamam “postcode lottery” (Clasen, 2003:579; Alcock, Daly e Griggs, 2008:203-6; Vis, Kersbergen e Hylans, 2011:11; Mitton, 2011:42-46). Recentemente, Szreter e colegas trouxeram um importante contributo – com largo impacto ao nível dos meios de comunicação social – em duas grandes formas: Primeiramente, através do artigo “Health, welfare and the state – the dangers of forgetting history” os autores, numa análise que vai até ao século XVI na análise da proteção social britânica, sublinham a importância do percurso e evolução histórica na atualidade; Em segundo lugar, lançam uma crítica feroz à atual governação da Conservadora Theresa May, nomeadamente no que diz respeito aos “cortes” no apoio aos mais vulneráveis (pobres, crianças, idosos...), numa abordagem política em relação à proteção social (sobretudo no campo da saúde) marcada por uma forte austeridade envolta naquilo que descrevem como algo proveniente de uma visão historicamente obsoleta (2016: 2734-5). A incerteza trazida pelo “Brexit” a 23 de Junho de 2016 pauta atualmente a visão relativamente ao futuro social, político e económico britânico, estando o Estado-Providência no centro das preocupações, tanto por parte da população, como por parte do discurso político. Num artigo em que analisa o impacto do “Brexit” nas políticas sociais britânicas, sublinha Peter Taylor-Gooby que o Reino Unido enfrenta sérios desafios em muito relacionados com o envelhecimento da

população, o que se alia a um aumento da despesa no que diz respeito aos cuidados de saúde e serviços de apoio relacionados. Este segmento da população vê como essencial o aumento da despesa estatal no National Health Service, em oposição aos gastos com a imigração (benefícios sociais), tendo sido essa uma das promessas eleitorais dos Conservadores, fator que se vem a revelar essencial na escolha pelo “Brexit”. Mais ainda, com um mercado de trabalho crescentemente competitivo e exigente ao nível das qualificações, as políticas sociais têm (idealmente) que estabelecer um paralelo ao nível dos gastos necessários face a essa realidade. Políticas como o investimento na educação ou formação visando a aquisição de determinadas valências, ou medidas referentes aos cuidados com as crianças dos trabalhadores são necessárias, tendo consequências ao nível do Estado-Providência (p. ex. aumento da despesa na área da educação, criação de infra-estruturas, etc.). Num cenário de crescente procura de indivíduos qualificados e altamente qualificados, a realidade daqueles que não possuem os requisitos necessários (ou que ocupam posições pouco qualificadas no mercado de trabalho) endurece. Com o desemprego como consequência, e face a uma lógica de redução brusca dos gastos referentes aos benefícios sociais que pauta a governação Conservadora desde 2010, as questões referentes à “ameaça” da imigração e a pertença à União Europeia ganham proeminência. Esta dicotomia entre qualificados e pouco qualificados cria sérios problemas em diversos níveis. Justamente naquilo que diz respeito à posição social relativamente ao “Brexit”, a oposição entre aqueles que se inserem num mercado de trabalho qualificado em oposição àqueles que vivem situações de insegurança e precariedade é crucial. Por um lado, os primeiros olham de forma positiva para um país aberto relativamente às suas fronteiras, integrado num mercado internacional, por outro lado, os últimos encaram a abertura ao exterior com desconfiança e receio, estando a imigração no centro dos argumentos. Nessa linha, diz-nos o autor – fazendo referência a um levantamento conduzido por Hobolt e Wratil (2016) nas vésperas do referendo de 23 de Junho –, que para aqueles que ocupam posições mais vulneráveis no mercado de trabalho o receio face à imigração e ao multiculturalismo eram decisivos para a escolha pela opção “Leave” (saída da União Europeia). Num país que assistiu a um forte crescimento dos números da imigração (veja-se o salto quantitativo da década de 1970 de cerca de 300 000 imigrantes por ano e cerca do dobro na década de 1990), o crescendo das manifestações anti imigrantes foi notório. Atualmente esses sentimentos culminam nas divisões entre nativos e minorias étnicas e religiosas, e a forte tensão social provocada por aqueles que, vivendo situações de precariedade ao nível profissional, se voltam contra a integração na União Europeia e acolhimento de imigrantes. Outro importante fosso ao nível social reside nas opiniões da

população idosa – tendencialmente conservadora – e a população mais jovem. O Reino Unido possui ainda uma das realidades mais desiguais no que toca aos níveis salariais, detendo os mais altos níveis da Europa ocidental, assim como os maiores níveis de pobreza – entre 23% e 25% em 2015, contrastando, por exemplo, com a realidade francesa, com 17,7% (2017:816-827). Por último, importa referir um outro recente e importante contributo trazido por Taylor-Gooby, Leruth e Chung que, através de “democratic forums” – sumariamente, reuniões prolongadas entre os intervenientes, indo além do método de questionário –, com uma amostra de 34 participantes, chegam a conclusões que importam ser trazidas para esta discussão. Em primeiro lugar, um ponto interessante salientado pelos autores consiste no facto de, apesar de os participantes serem informados dos números oficiais, como por exemplo a despesa do Estado com os desempregados, a maioria dos participantes manteve a sua opinião assente na ideia que a despesa é muito superior, havendo um forte estigma relativamente aos beneficiários. O ceticismo em relação à forma como o dinheiro público é utilizado na proteção social pauta também as opiniões dos intervenientes, assim como a descrença no futuro do National Health Service ou das pensões aquando da reforma. Contudo, é a imigração o tema principal para os participantes deste estudo. A defesa de um sistema “points-based” – conjunto de pré-requisitos como conhecimento da língua, emprego, etc. – no que diz respeito à entrada no Reino Unido é defendido pela maioria dos intervenientes no estudo. Contrariamente aos números oficiais, a maioria – incluindo três imigrantes recentes – percebe ainda o “peso” dos imigrantes como superior à realidade em termos numéricos, advogando ainda a restrição dos benefícios sociais atribuídos a estes indivíduos, não apenas àqueles que chegam de países fora da União Europeia, mas também aos que pertencem à mesma (2018:6-12). O constante confronto entre coletivismo e individualismo percorre não apenas o discurso político mas também as opiniões da população. Entre extrapolações referentes aos valores investidos pelo Estado, às despesas com os diferentes setores, percepções infundadas em relação ao “peso” de determinados segmentos da população, o Estado-Providência britânico atravessa uma fase repleta de sérios desafios que se aliam às dúvidas trazidas pelo “Brexit”. Assiste-se, sem dúvida, a um virar de página na evolução do Reino Unido, ainda enevoado por avanços e recuos políticos. Certo é contudo o particular impacto para a população imigrante que enfrenta um período de graves incertezas em relação ao seu futuro.

CAPÍTULO 4

MIGRAÇÕES E ESTADO-PROVIDÊNCIA

4. MIGRAÇÕES E ESTADO-PROVIDÊNCIA

4.1 Um olhar interdisciplinar no estudo das Migrações

Russell King (2012:135), referindo-se à interdisciplinaridade na área da Geografia Humana, sublinha:

“I argue [...] that (human) geography – surely the most open and interdisciplinary of the social sciences – is best placed to appreciate and advance interdisciplinary thinking about migration”

Esta premissa não pode ser obviada, devendo ser fortemente tomada em consideração no desenvolvimento de qualquer estudo no campo das Ciências Sociais e, como destaca o autor, de forma notória no pensamento geográfico.

Especificamente em relação ao estudo das migrações, e não obstante a sua importância um pouco por todo o mundo – com mais ou menos impacto em diferentes cenários –, sendo algo que, de facto, acompanha a própria existência humana, só recentemente (de forma mais concreta) os fenómenos migratórios começam a ser objeto de estudo, já nos séculos XVIII e XIX (Gabaccia, 2015:39).

Embora não se pretenda aqui realizar uma descrição pormenorizada da evolução dos estudos das migrações, importará porventura destacar o contributo de Peixoto (2004:3) para esta discussão, que traça uma interessante caracterização do percurso desta área de estudo:

“A história disciplinar das teorias sobre as migrações é, em vários aspectos, atribulada. O tema das migrações foi largamente ignorado pelos autores clássicos das principais ciências sociais, no período histórico em que estas se constituíram e consolidaram. Apesar da importância que os fluxos migratórios então assumiram - no contexto europeu do final do século XIX e início do século XX -, quer sob a forma de intensos movimentos internos, dirigidos dos campos para as cidades, quer de migrações transoceânicas, que permitiram libertar parte do êxodo rural e povoar os novos continentes, o tema não surge senão de forma marginal na maioria dos autores. Ao longo do século XX, as ligações disciplinares das teorias sobre migrações não são também evidentes. Apesar de um interesse crescente pelo fenómeno, referências mais ou menos desenvolvidas dispersaram-se por várias ciências (com critérios de inserção nem sempre claros)”

Dentro dos autores considerados “clássicos”, destaca-se pelo interesse dedicado à temática das migrações Ravenstein, geógrafo e cartógrafo inglês, amplamente reconhecido (até à atualidade) sobretudo pelas suas “leis das migrações” (publicações de 1885 e 1889). King

(2012:138-142), destaca os contributos de geógrafos para o estudo das migrações que vão desde Ravenstein (acima referido), Hägerstrand, na década de 1950 com a sua teoria referente à Geografia do espaço-tempo, o modelo analítico trazido por Mabogunje em 1970, a Zelinsky (1971), com a sua teoria da transição da mobilidade. No estudo dos fenómenos migratórios esteve sempre sobretudo presente a questão espacial, atribuindo-se assim à Geografia um papel inquestionavelmente central¹⁰². Como explica Russell King (2012:136):

“Migration studies is the description, analysis, and theorisation of the movement of people from one place or country to another. These movements are for longer than visits or tourism and may involve either short-term/temporary or long-term/permanent relocations. Viewed in this light, migration is clearly a space – time phenomenon, defined by thresholds of distance and time; this makes it intrinsically geographical.”

Sendo inegável a importância da perspectiva geográfica para o estudo das migrações, várias foram as disciplinas que foram contribuindo para o seu avanço, originando-se assim a abertura para o diálogo interdisciplinar, uma das características incontornáveis para esta área de estudo. Contudo, a “dispersão” ao nível disciplinar não constitui necessariamente uma desvantagem. Como nos explica Peixoto (2004:3-4):

“As desvantagens da “terra de ninguém” têm sido, sob uma outra perspectiva, as vantagens da interdisciplinaridade. Uma vez que as raízes disciplinares são débeis e que o tema importa a um variado número de especialistas, ele tem sido desenvolvido sob diversas perspectivas teóricas, cujo conhecimento recíproco (dado o relativamente reduzido número de investigadores) tem permitido grandes benefícios”.

Lau e Pasquini (2008:553-554), exploram a definição de interdisciplinaridade, sublinhando que o termo surge amiúde sem que contudo seja devidamente explicado, assumindo-se a existência de *uma* definição universal. As autoras (baseando-se em diversas referências), distinguem o conceito de interdisciplinaridade relativamente ao de multidisciplinaridade, estando este último ligado a uma ideia de várias disciplinas que trabalham “lado a lado” mas não de forma integrada, com análises separadas, enquanto que, no que diz respeito ao

102 Peixoto (2004:3) destaca a importância da Geografia no contexto do estudo das migrações e a inclusão de uma visão interdisciplinar por parte dos geógrafos: “Entre as várias disciplinas, aquela que lhe tem dado mais atenção tem sido, talvez, a geografia, dados os vínculos comuns com o espaço. O facto de muitos geógrafos utilizarem regularmente contributos teóricos provenientes de outras ciências sociais reflete, talvez, a situação geral dos estudos sobre o tema.”

primeiro conceito, as disciplinas colaboram de forma integrada, partilhando quadros metodológicos e teóricos, havendo interação.

Inegavelmente, as migrações constituem – pelos mais variados motivos, dominando diferentes focos de interesse –, um dos “temas quentes” da atualidade. Note-se ao nível europeu, com o progressivo alargamento do espaço Schengen (hoje composto por vinte e seis países, vinte e dois destes estados-membro da União Europeia (UE)¹⁰³), livre-circulação¹⁰⁴ na UE, às dramáticas notícias referentes à travessia (ou tentativa) do mar Mediterrâneo por parte de migrantes africanos¹⁰⁵.

Esta é contudo uma questão que extravasa a realidade europeia, sendo que a temática das migrações percorre diferentes contextos, cativando a atenção da academia, as preocupações dos diferentes governos e a opinião pública. Nos Estados Unidos da América (E.U.A), o fenómeno das migrações constitui (obviamente) também um tema de destaque, não só de agora. Não pretendendo aqui traçar um paralelismo (pelo menos não de forma taxativa), creio contudo que este exercício poderá ser útil para o que aqui se pretende desenvolver¹⁰⁶. No país anteriormente mencionado, no passado recente, as migrações persistem em adquirir destaque, desde a criação e implementação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio¹⁰⁷, com impactos também ao nível da mobilidade (sobretudo dos migrantes mexicanos), até aos acontecimentos de 2014, com a chegada de menores não acompanhados vindos de países como o México, El Salvador, Guatemala ou Honduras (Dart, 2014). Apesar da evolução da forma como a mobilidade é encarada, das políticas de “abertura” ao “outro”, as contradições e dificuldades surgem. Veja-se, como exemplo no caso europeu, a criação da Frontex Plus (2004)¹⁰⁸, ou as operações Blockade, Gatekeeper e o papel da Patrulha Fronteiriça nos E.U.A¹⁰⁹ (ver Massey, 2007).

103 Bélgica, República Checa, Dinamarca, Alemanha, Estónia, Grécia, Espanha, França, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Hungria, Malta, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia, Suécia, Islândia, Listenstaine, Noruega e Suíça.

104 O direito por parte dos cidadãos da União Europeia de se moverem e viajarem dentro do espaço referido (Benton, 2013:2).

105 Para uma reflexão em torno desta temática, ver, p. ex., Gjergji (2014).

106 Favell (2015:318-327) utiliza a comparação Estados Unidos da América/Europa de forma a demonstrar as barreiras ao nível disciplinar no estudo das migrações assim como para apontar o domínio norte americano no estudo das migrações.

107 North American Free Trade Agreement (NAFTA).

108 Do francês *Frontières extérieures*, consiste na Operação policial para a região do Mediterrâneo, promovida pela Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da UE. Sucede a criação da Frontex (Gjergji, 2014).

109 United States Border Patrol. Massey (2007:313) explica a importância desta patrulha: “The build-up of enforcement resources on the border was accelerated in 1996 when Congress enacted the Illegal Immigration Reform and Immigrant Responsibility Act. This bill authorized funding for two additional layers of fencing in

Note-se que nos E.U.A, no início do século XXI, a população imigrante atinge – de forma histórica –, os quarenta milhões, o que representa 12,9 por cento do total da população, sendo que no caso europeu, em 2011, atingem-se quase os cinquenta milhões, representando 9,7 por cento do total da população (UE 27) (Brettell e Hollifield, 2015:1). Ao nível da percepção da população ou das políticas, os fenómenos migratórios trazem – em ambas as realidades, e de forma distinta –, consequências assinaláveis. Como destaca Benton (2013:1) para o contexto europeu:

“Amongst the public, perceptions of unfairness – from granting newcomers benefits to rewarding strategic, benefit – maximising behavior – abound, jeopardizing support both for free movement and for the welfare state.”

No contexto acima mencionado, as questões relacionadas com os diversos sistemas de segurança social, especificamente na relação entre migrações e a sustentabilidade daqueles, ou dos dois fenómenos isoladamente, constituem uma das principais preocupações dos governos e opinião pública. Eventos dramáticos associados aos refugiados que chegam à Europa, notadamente as trágicas imagens que chegam do Mediterrâneo, ou, num outro espectro, a situação do Estado-Providência dos diferentes países, invadem capas de jornais e noticiários um pouco por todo o continente. Com outras inquietações – dados os distintos contornos que pautam os movimentos migratórios –, os E.U.A deparam-se com as questões que vão desde a imigração ilegal, contratação ilegal de migrantes até à segregação espacial (ver Massey, 2007; Hirschman e Massey, 2008). Contudo, dados os desafios que têm como denominador comum os movimentos migratórios e as mais diversas dificuldades trazidas por estes fenómenos a diferentes países, em diferentes continentes, existe indubitavelmente um “fosso” entre as realidades aqui abordadas (como exemplo): Europa e E.U.A. Brettell e Hollifield¹¹⁰ (2015:18-19) sublinham:

Indeed, sociologist Barbara Heisler (2008) has called strongly for the development of cross-national comparative research. For her, the ocean that divides the study of immigration in Europe

San Diego and increased penalties on immigrant smugglers, undocumented migrants, and visa over-stayers. It also funded the purchase of new military technology and the hiring of a thousand additional Border Patrol agents per year through the late 1990s. By 2002, the total INS budget was thirteen times its 1986 level, and in the space of a few years, the Border Patrol went from a backwater agency with a budget smaller than most municipal police departments to a large and powerful organization with more personnel authorized to carry firearms than any other branch of the federal government save the military itself’.

¹¹⁰ Note-se que a referência vem de pontos de vista que resultam da colaboração interdisciplinar, entre a Ciência Política (James F. Hollifield) e a Antropologia (Caroline B. Brettell).

from that in the United States is perhaps as wide as the canyon that separates scholarship of the different disciplines – she calls for a bridge between Americanists and comparatists/globalists. Only through such comparison can the “national models” of migration be tested for cross-cultural validity. Portes (1997: 819) has made a similar plea by suggesting that there are many questions that have flourished in the North American immigration literature that lack a comparative dimension. [...] It is safe to say that the comparative method has been a mainstay of migration research across the social science disciplines, and it has resulted in some of the most innovative scholarship in the field.

A ideia expressada revela alguns pontos que importa aqui explorar. Por um lado, a necessidade de serem criadas “pontes” entre diferentes realidades, em diferentes espaços (notadamente norte americano e europeu), assim como o paralelismo com a necessidade de criação de um diálogo que percorra diferentes disciplinas. Os autores utilizam a metáfora do mar que separa as realidades europeia e norte-americana, assim como o desfiladeiro que interrompe a ligação entre diferentes disciplinas (analogia trazida por Favell, 2015), sublinhando a necessidade de superação destas incontinuidades, sendo justamente esse o caminho para uma análise mais rica dos desafios atuais (e futuros) ao nível das migrações.

Favell (2015:322-327), através de uma análise mais fina das relações académicas, históricas e sóciopolíticas entre a realidade dos E.U.A e da Europa (notadamente da União Europeia), destaca como poderíamos beneficiar de um melhor entendimento acerca de dados fenómenos com a criação de pontes de diálogo ao nível analítico. O autor destaca como a relação entre as teorias das migrações acerca da relação E.U.A – México poderia surtir efeito no estudo de fenómenos europeus, ou como as migrações intraeuropeias de indivíduos altamente qualificados podem ser úteis ao entendimento (numa escala menor), à mobilidade entre estados norte americanos (2015:326).

Ao nível da necessidade de comparação e procura de complementaridades entre diferentes cenários, por mais dissemelhantes que possam à partida parecer, creio que alguns exemplos são salientáveis no seguimento daquilo que os autores supramencionados pretendem demonstrar. Massey (2007) traça uma interessante comparação. No contexto da migração de indivíduos mexicanos nos E.U.A, explorando uma solução possível para mitigar os custos deste movimento para o país, assim como para melhorar as condições (acesso a benefícios) dos migrantes, consistindo essa possível solução (de forma muito sumária) no pagamento de uma dada quantia, por parte dos migrantes (com a possibilidade de pagamento em prestações) que, segundo o autor, seria mais eficaz do que aquilo que os migrantes tendem a pagar a diferentes “facilitadores” numa entrada ilegal. Para este efeito, o autor apoia esta

possibilidade com um exemplo europeu, com o desiderato de demonstrar as potencialidades do investimento mencionado:

“Such investments would follow the successful example of Spain and Portugal’s integration into the European Union in 1986. During the 1960s and 1970s these nations sent out hundreds of thousands of emigrants for work in the wealthier countries of northern Europe, particularly Germany. Officials in these countries were initially worried that admitting poor Iberians into the European labor market would unleash even larger waves of emigrants northward. But in preparation for their integration into the union, substantial EU funds were invested in Spain and Portugal to improve their social, economic, and material infrastructure. As a result, when unification occurred, further emigration did not occur. On the contrary, both countries experienced a large net return migration from Northern Europe, although per capita income in Spain is still only half that in Germany. If the U.S. and Canada were to make similar investments in Mexico as part of its integration into the North American common market, it would go a long way toward mitigating the incentives for out-migration.” (2007:326)

O contributo trazido para esta discussão demonstra, de forma clara, como diferentes espectros devem ser considerados, desde os aspetos sociais, económicos, políticos aos espaciais, destacando-se a importância de um olhar muitas vezes comparativo, ou complementar, entre realidades (aparentemente) dissemelhantes. A comunhão de perspetiva não é contudo um processo marcado pela simplicidade, havendo aspetos complexos que se prendem com as particularidades de cada abordagem disciplinar.

É possível elencar, de forma sucinta, as várias vantagens e complementaridades trazidas por cada disciplina ao estudo das migrações, na compreensão de diferentes fases dos processos migratórios, desde a tomada de decisão, inclusão numa nova sociedade, repercussões tanto nas sociedades de origem como de chegada, dinâmicas espaciais ou necessidade de criação de medidas políticas face a novos cenários. Como elencam Brettell e Hollifield (2015:xi):

“Migration is a subject that cries out for an interdisciplinary approach. Each discipline brings something to the table, theoretically and empirically. Anthropologists have taught us to look at networks and transnational communities, while sociologists and economists draw our attention to the importance of social and human capital and the difficulties of immigrant settlement and incorporation. Geographers are interested in the spatial dimensions of migration and settlement. Political scientists help us to understand the play of organized interests in the making of public policy; together with legal scholars, they show us the impact migration can have on the institutions of sovereignty and citizenship. Historians portray the migrant experience over time and in all of its complexity, giving us a much greater empathetic understanding of the hopes and

ambitions of those who move from one place to another. Demographers have perhaps the best empirical grasp on the movement of people across boundaries, and they have the theoretical and methodological tools to show us how such movements affect population dynamics in both sending and receiving societies.” (Brettell e Hollifield, 2015:xi)

Sabemos quais as vantagens das diferentes perspectivas trazidas pelas várias ciências sociais, contudo, uma abordagem holística ao nível disciplinar não é consequência garantida.

De facto, encontramos-nos perante uma fragmentação de teorias, em grande parte fruto das barreiras impostas pelas próprias *disciplinas*, por *regiões* ou mesmo ideologias, conduzindo à duplicação do conteúdo, a questões meramente terminológicas, impossibilitando a criação de *uma* teoria acerca das migrações, sendo que apenas aceitando práticas e referências comuns que, de forma efetiva, percorram as disciplinas, se alcançará um acumular de conhecimento (Massey et al. 1993:432; 1994:700-701).

Assistimos a algo próximo de um “jogo do empurra” entre diferentes abordagens, em que cada disciplina (caracterizada pela sua escala de análise, métodos, etc.) se vai isolando, por vezes aliando-se – dadas determinadas afinidades no campo de análise – a outras, ou afastando outras perspectivas dadas as (supostas) incompatibilidades.

Brettell e Hollifield (2015:3-24) exploram em parte esses benefícios, com exemplos de afinidade mas também de alguma incompatibilidade que vão pautando a produção científica no estudo das migrações.

São sobretudo as perspectivas ao nível da forma como as questões são colocadas, das grandes referências disciplinares, a escala (ou nível) de análise – seja macro ou “top down”, micro ou “bottom up”, ou por vezes numa escala meso – ou, de uma forma geral, ou dos aspetos metodológicos que, segundo os autores, se estabelecem tais proximidades ou distanciamentos.

Os antropólogos e historiadores denunciam o facto de os fatores económicos *per se* não serem capazes de prever a mobilidade da população ao afastarem-se da esfera social e cultural. Por outro lado, alguns historiadores centram-se acentuadamente na questão temporal, não colocando o foco, como exemplo, no aspeto comparativo (dados os constrangimentos metodológicos), ao passo que a Antropologia se baseia fortemente na comparação. A Sociologia e a Antropologia encontram pontos em comum notadamente nos seus campos teóricos com as grandes referências como Marx, Durkheim ou Weber (que creio também influenciarem fortemente o pensamento geográfico). Contudo, no contexto das

migrações, o estudo sociológico centra-se sobretudo nos países de destino, algo que recentemente se altera notadamente com as teorias que se aliam ao transnacionalismo.

Como exemplo, a Antropologia e a Geografia conseguem encontrar-se “a meio do caminho”, isto é, sobretudo ao nível meso, no estudo da construção de afinidades entre um dado grupo de indivíduos, a construção de comunidades, o estudo da etnicidade (entre alguns exemplos). No estudo geográfico, sendo a escala um dos principais elementos a ter em consideração, a disciplina consegue adaptar-se de forma ágil a outras abordagens, indo do espaço ao lugar, do mapeamento ou identificação de padrões espaciais ao indivíduo, sobretudo, como já mencionado, no campo da Geografia Humana. Contudo, não é apenas a escala de análise a problematizar a desejada comunhão disciplinar. A inclusão de outras perspetivas que “fogem” às grandes linhas que orientam uma disciplina constituem um obstáculo. Enquanto Geógrafo, creio que a análise de temáticas não totalmente centradas nas questões espaciais trazem frequentemente a crítica que questiona até que ponto o estudo pertence à Geografia, sobretudo quando estudamos as questões étnicas, identitárias ou culturais.

Cabe a cada disciplina considerar até que ponto vai a sua flexibilidade em termos metodológicos ou teóricos de forma a enriquecer as sua abordagem e não meramente denunciar as lacunas das restantes disciplinas, esperando que a aproximação surja por iniciativa do – neste contexto – “outro”¹¹¹. A acusação de “nacionalismo metodológico” atribuída à Ciência Política dado o foco colocado no estado ou no processo político ou nas instituições, contrasta com o epíteto “individualismo” colocado à abordagem metodológica conduzida pelos investigadores (independentemente da sua área de estudo) que centram a sua análise no(s) indivíduo(s) (Brettell e Hollifield, 2015:11-12).

Devemos lembrar que nenhuma disciplina detém um axioma referente a uma abordagem metodológica ou fundamentação teórica, sendo necessário criar “pontes” que são absolutamente incontornáveis para colmatar as lacunas do presente e construir um eficaz planeamento no contexto das migrações.

4.2 A importância de uma análise ao nível micro no estudo das Migrações

O papel dos benefícios sociais no processo migratório – da tomada de decisão, inclusão num novo cenário, até ao regresso ou decisão de permanecer no lugar de destino – persiste como

¹¹¹ Gabaccia (2014:54-55) assinala justamente a aproximação da História à Antropologia, Ciência Política e Sociologia, enquanto que raramente estas (e outras) disciplinas se apoiam no trabalho desenvolvido por historiadores.

um especto ainda pouco desenvolvido ao nível académico, ou, de forma notória, assente tanto numa perspetiva estrutural (macro), como numa base unidimensional – destino dos migrantes.

Sabemos que uma forte parte das teorias explicativas das migrações vai ao encontro dos fatores de repulsão (push) e atração (pull), com situações problemáticas na origem, como desemprego ou outras com contornos mais trágicos (como fome ou guerra), havendo no destino melhores condições, como oportunidades de emprego, sistemas de proteção social mais benéficos ou um ambiente acolhedor para os migrantes. Naturalmente, as mais basilares teorias das migrações ilustram a dinâmica entre origem e destino. Na década de 1880, o geógrafo Ravenstein enunciava as suas “leis das migrações”. Este grupo de “leis” revela-se profícuo para o estudo das migrações, sendo conduzido por um conjunto de fatores de repulsão – entre eles a pobreza, desemprego, baixo estatuto social, repressão política, etc. –, e fatores de atração presentes no destino – melhores perspetivas em termos salariais, melhor educação ou melhores benefícios sociais (King, 2012:13). Já em 1966, Everett S. Lee, com *A Theory of Migration*, para além dos fatores push/pull, sublinha ainda a importância de “obstáculos intercalares”, isto é, um conjunto de constrangimentos que se apresentam perante o migrante, sejam ao nível da distância física, custos do trajeto, barreiras culturais (como diferenças no que diz respeito à língua ou ao modo de vida no destino), obstáculos políticos ou restrições no que diz respeito às migrações. Outro ponto crucial trazido por Lee (1966) diz respeito aos fatores pessoais na teorização das migrações. Para o autor, há indubitavelmente um carácter subjetivo no que diz respeito ao processo de decisão de migrar. Cada indivíduo reage de forma diferente a várias combinações de fatores de atração e repulsão consoante o seu estatuto económico, fase da sua vida e personalidade (op. cit.).

Estes últimos pontos – referentes à decisão de migrar, fases da vida e identidades – merecem algum desenvolvimento. Em primeiro lugar, deve ser reconhecida a interligação entre os três conceitos e a sua indissociabilidade com o estudo (e fenómeno) das migrações.

Ao analisarmos a decisão de migrar, devemos considerar as aspirações do (potencial) migrante. Como nos faz notar Carling (2002:13)¹¹², há duas dimensões a considerar relativamente às aspirações do indivíduo no contexto migratório: A primeira ao nível macro, considerando-se aqui o contexto económico, social e político em que o migrante se enquadra;

112 Neste contributo, o autor diferencia duas noções fundamentais: a capacidade de migrar e aspirações. Sendo esta capacidade analisada também aos níveis macro e micro, esta poderá ser limitada, como exemplo, por políticas migratórias que excluem a oportunidade de migrar ou por custos e riscos associados ao processo migratório (op. cit.).

A segunda, adstrita ao nível micro, onde se inserem características específicas, tais como o género, a idade, história familiar no contexto migratório, posição social, níveis de educação e traços identitários. As aspirações de migração (ou de mobilidade¹¹³), isto é, e em suma, crer que é preferível migrar para um novo destino do que permanecer na origem tendo a capacidade para tal (ibid.:12). Inquestionavelmente, como nos faz notar Appadurai (2004), a capacidade de aspirar não é linear, sendo que indivíduos em situações de precariedade (nomeadamente ao nível financeiro), possuem menores oportunidades e, consequentemente, níveis menores de aspirações. No contexto específico da proteção social, será também importante realçar qual o sentimento de privação – conceito que é desenvolvido no âmbito das *novas economias das migrações* (Massey et al. 1993) aplicável a outros aspetos que não apenas os diretamente relacionados com os níveis de rendimento (importaria, porventura, explorar outros elementos tais como a privação cultural, como exemplo) – no país de origem, e como este pode constituir um elemento de análise nas aspirações dos migrantes.

A fase da vida em que o indivíduo se encontra constitui um elemento que não pode ser obviado neste contexto. Russell King et al. (2006) sublinham de forma extensiva este ponto. Os autores explanam a relação entre a idade dos indivíduos e os padrões de mobilidade, e como este fator constitui uma importância fundamental na tomada de decisão de migrar, nos elementos que influenciam este processo, assim como a necessidade de analisar outros grupos etários, notadamente – e destacável para este projeto –, as migrações respeitantes ao período de reforma dos indivíduos, e não apenas os migrantes laborais. Importa ainda salientar o papel do género e tempo. No mencionado contributo, os autores demonstram a importância destes elementos, que importa também considerar na investigação que aqui se desenvolve, nomeadamente na ligação entre o género, aspirações e importância da proteção social, assim

113 O uso do conceito de migração ou mobilidade, ao longo deste trabalho, é aplicado consoante o seu contexto específico, seja no desenvolvimento de determinada teoria ou na referência a um dado grupo de indivíduos. Note-se que, para alguns indivíduos, o conceito de migrante poderá ajustar-se à sua forma de auto representação, enquanto que para outros, num contexto europeu, de livre circulação, esse conceito poderá não ser aquele com que se identificam. Analisando-se a realidade intra-europeia, o conceito de mobilidade é aquele que inclusivamente num quadro legal fará mais sentido. Na definição de migrante internacional, o Observatório Mundial das Migrações (2008), refere-se aos cidadãos que vivem, de forma regular ou irregular, fora dos seus países de origem, por um período igual ou superior a doze meses, excluindo-se turismo e deslocações de curta duração (migrações temporárias ou sazonais). A mobilidade intra-europeia resulta, em termos legais, do Tratado de Roma (1957), sendo, portanto, mais acertado falarmos em mobilidade de cidadãos europeus ao abordar indivíduos portugueses que partem rumo a outros destinos europeus (leia-se União Europeia), ou que retornam ao seu país de origem (ver Boswell e Geddes, 2011:2-3). Mais ainda, tendo em consideração que em determinados casos poderão ser abordadas trajetórias migratórias complexas, com vários destinos, e não apenas um único destino e origem, de novo, o conceito de mobilidade torna-se mais coerente.

como a importância do tempo (migrações permanentes, temporárias) nas questões associadas ao Estado-Providência.

No que concerne à importância da identidade, um dos aspetos basilares, e amplamente reconhecido, consiste no facto de os processos migratórios deterem a capacidade de (re)conceptualizar as identidades dos migrantes, podendo inclusivamente modelar as próprias concepções de identidade nacional no país de destino (Modood, 1997). Para além disso, a identidade do migrante, na tomada de decisão de migrar, nas suas aspirações, é absolutamente crucial. As representações relativamente a um outro país, a uma nova realidade, na construção das suas expectativas provêm sobremaneira dos aspetos identitários. Neste ponto, creio ser de suma importância um olhar interdisciplinar de forma a contemplar diferentes formas de análise dado que, a identidade do migrante, constitui um elemento-chave para a constituição de aspirações. Aqui, Frye (2012) fornece um enorme contributo, lembrando que as aspirações – especificamente em relação a jovens do Malawi rural e a sua visão do futuro no contexto educativo –, não se constituem meramente de forma racional, mas sim repleta de “futuros imaginados”, estando as aspirações fortemente aliadas ao conceito de identidade, sendo que, justamente esta última, se constitui não apenas no presente do indivíduo, mas também no futuro que se representa (2012:8).

Contudo, na análise da relação entre os regimes de Estado-Providência e as migrações, para além de a análise se focar sobretudo no destino dos migrantes, o enfoque reside nos fatores “push-pull” que são estudados sobretudo ao nível macro, sendo a atenção dirigida para os fatores de atração (Nilsen, 2008:15), estando o grande “peso”, ao nível analítico, no destino, o que culmina nas teorias dos “ímanes de benefícios sociais” ou “receiving country bias” (explicitado adiante).

É um dado elementar, e obviamente adquirido, que a mobilidade é parte intrínseca do desenvolvimento humano, sendo (numa das perspetivas possíveis) moldada pelas transformações globais (estrutura), moldando (agência) simultaneamente essas mesmas transformações (De Haas, 2009:2). Existe, indubitavelmente, um carácter dicotómico entre agência e estrutura, sendo, usualmente a última a ser tomada como escala de análise aquando da elaboração de políticas orientadas para as migrações.

Diz-nos De Haas (2009:18-20) que não podemos encarar a mobilidade meramente como uma derivação dos processos de transformação da estrutura, dado que assim estaríamos a reduzir os migrantes a meros peões que reagem passivamente às forças macro. Como coloca o autor, dado que os indivíduos possuem a sua agência, a mobilidade humana é tão parte dos processos de transformação como um fator que afeta esses mesmos processos, residindo aqui

a importância de uma análise ao nível micro. Importa salientar que uma abordagem ao nível micro não implica o seu isolamento relativamente a outros níveis de análise. Em “The crucial meso-level”, Faist (2010) alerta-nos justamente para a necessidade de interligação entre estes diferentes níveis de análise. O autor mostra-nos a importância relacional do nível meso, sublinhando a importância das dinâmicas entre origem e destino e, de uma forma geral, a capacidade deste nível em estabelecer “pontes” entre os dois outros níveis (micro e macro) numa base de laços sociais entre origem e destino, especificamente entre quem fica e quem migra (2010:61). Sumariamente, Faist dá relevo ao elo de ligação entre os dois níveis usualmente mais explorados no estudo das migrações (anteriormente mencionados) (2010:89). Entre um nível macro – estrutural, caracterizado por fatores políticos, económicos e culturais, entre constrangimentos e oportunidades –, e o nível micro – individual, representado pelos valores, expectativas e recursos, adstritos a diferentes graus de liberdade¹¹⁴ dos indivíduos –, encontra-se o nível meso. Este nível surge então como relacional entre os níveis anteriores, caracterizado por redes coletivas e sociais, de laços “fortes” (no caso das famílias e agregados familiares, de relação direta) ou laços “fracos” (p. ex. redes de potenciais migrantes, de relação indireta, compostos por um contacto mais fugaz). Contudo, mais que identificar os elementos constituintes deste nível meso, o autor frisa a capacidade relacional do mesmo. Em síntese, o autor explana a capacidade de relação entre os laços sociais e capital social entre origem e destino (2010:71-73). Ora, esta relação (laços sociais e capital humano) é algo que já foi merecendo a atenção de outros investigadores. Pela denominação “laços sociais”, facilmente aliamos a mesma a capital social¹¹⁵, isto é, à existência de redes sociais caracterizadas pela entreajuda, pela cooperação e solidariedade (Giles e John Mohan, 2002), ou como dinâmicas da vida social, tais como redes de confiança, que permitem, àqueles que a integram, uma obtenção mais fácil dos seus objetivos comuns (Putnam, 1995). Relativamente à noção de capital humano, pode ser sumariamente definido o conjunto de conhecimentos e aptidões, ao nível pessoal, que permitem ao indivíduo alcançar objetivos referentes a aspetos económicos e sociais (ver

114 Estes “graus de liberdade” dizem respeito a fatores que, em síntese, caracterizam a extensão do poder decisório do migrante ou potencial migrante. Num extremo, colocam-se os casos de (como exemplo) refugiados ou outras categorizações que assentam no limite da liberdade pessoal (escravidão, etc.), sendo que a decisão não diz respeito especificamente ao migrante; No outro, encontram-se os indivíduos com elevado poder decisório, dados os seus recursos, sejam estes ao nível financeiro, do acesso a informação ou relacional (contactos, p. ex.) (Faist, 2010:69).

115 São várias as noções de capital social, desde a soma dos recursos decorrentes da existência de uma rede de relações (Bourdieu, 1986), aos recursos do indivíduo que pertence a determinada estrutura (Coleman, 1988), ou mesmo como fator crucial de integração e participação na sociedade (Putnam, 1995).

Giles e John Mohan, 2002). No que diz respeito à capacidade relacional das duas formas de capital (humano e social), Schuller (2001:2) explica-nos (e alerta-nos relativamente à importância desta relação) que é através do capital social que o capital humano se concretiza, ao nível individual e coletivo, o que vai ao encontro do cariz relacional que Faist (2010) enuncia.

Retomando o trabalho de De Haas (2009), um outro aspeto importante trazido pelo autor diz respeito ao enfoque colocado ao nível do estado, das suas agências e consequentes políticas de migração como base explicativa dos fenómenos migratórios, negligenciando-se outros fatores supra e sub-nacionais que influenciam as migrações, como a economia global ou as redes de migrantes que sustentam os processos migratórios. O autor conclui este ponto sublinhando que esta perspetiva (macro) negligencia as motivações e implicações das migrações para o bem-estar dos indivíduos, famílias e comunidades (2009:18-20).

Oliver Bakewell (2010) contribui de forma significativa para esta discussão, visando desconstruir a recorrente dicotomia entre agência e estrutura que pauta o estudo de diferentes fenómenos migratórios, sobretudo mostrando a complexidade da relação entre agência e estrutura, o que lança novas pistas. O autor critica fortemente a teoria da “estruturação” trazida por Giddens (1984), podendo esta última ser sumarizada pelo seu cariz dual, isto é, funcionando como meio e resultado das práticas sociais – a estrutura não apenas modela as práticas sociais como é alvo da produção e transformação dessas práticas, servindo como constrangimento para os indivíduos, permitindo também a ação. Neste último ponto, vai-se ao encontro dos “graus de liberdade” a que Faist (2010) faz referência, sendo que, apesar dos constrangimentos, o sujeito possui sempre um dado “espaço de manobra”. A teoria da “estruturação” diz-nos também que há um carácter de ‘instantaneidade’ na estrutura, refletindo de forma imediata as práticas sociais, o que conduz à questão temporal (Bakewell, 2010:1695). Esta desconstrução da teoria da “estruturação” assenta fortemente nos contributos de Margaret Archer que, através do seu “dualismo analítico” nos diz que, apesar do reconhecimento de uma interdependência lógica entre agência e estrutura – “sem pessoas, não há sociedade” (Archer, 1995:141, citada por Bakewell, 2010:1696) – agência e estrutura operam em períodos dissemelhantes, sendo possível “desagregar” agência e estrutura, desafiando-se assim o carácter quase de “fusão” ou “mistura” presente na teoria da “estruturação”. Contrariamente a Giddens – que considera que uma dada sociedade existe devido aos indivíduos presentes naquele momento –, Archer defende um modelo “morfogenético” em que a estrutura existe antes do indivíduo, sendo que as ações do passado se refletem em condições estruturais que influenciam interações sociais subsequentes. Apesar

de a ação poder ser estruturalmente condicionada, não é determinada pela estrutura, dado que os indivíduos possuem a sua própria agência, e a interação social terá implicações na estrutura prévia podendo trazer novas características (Bakewell, 2010:1695-6).

Através de um exemplo prático, o autor procura clarificar um pouco mais as noções de Archer, mostrando que: a) Existem forças estruturais que modelam emigração e imigração; b) Dá-se a interação social (entre aqueles que migram); c) Como resultado, dá-se evolução de redes e sistemas migratórios. Para Bakewell, o desafio está em “desagregar” este ciclo e compreender os seus elementos e mecanismos causais (2010:1703). Este contributo, pegando na oposição entre os contributos de Giddens e Archer, não resolve os desafios entre a relação agência e estrutura, alertando-nos, contudo, para a complexidade da mesma, assim como para a necessidade de um olhar interdisciplinar perante estas questões.

Neste quadro, num estudo recente focado na relação entre o Estado-Providência e a imigração rumo à Noruega, Nilsen (2008:5), citando Brochmann e Hagelund (2007), destaca três ideias a tomar em consideração para esta análise: Em primeiro lugar, o Estado-Providência influencia as políticas de imigração; Em segundo lugar, tem um impacto, em diferentes formas, nas vidas dos próprios migrantes enquanto indivíduos; Por fim (no contexto norueguês, podendo ser aplicado a outros cenários), estando os migrantes integrados na sociedade do país de destino, são, de forma simultânea, consumidores e/ou produtores do Estado-Providência ou welfare state.

Contudo, tendo em conta os inúmeros desafios de uma análise que privilegie a “voz” do migrante, mais ainda, a perspetiva referente à abordagem desta temática assenta sobremaneira (se não de forma quase exclusiva) no destino dos migrantes. Desta forma, são desenvolvidas reflexões que se baseiam nos impactos para o país recetor, conduzindo àquilo que se pode denominar como “receiving country bias” (Kureková, 2011:6) – isto é, a perspetiva recai sobre o viés do destino, menosprezando-se o papel da origem –, que se alia à ideia de existirem “ímanes de benefícios sociais” (*welfare magnets*). Persiste assim não só a necessidade de uma análise ao nível dos indivíduos, como uma abordagem bidimensional – origem e destino.

4.3 O “peso” dos países de destino ao nível analítico no contexto europeu

Como nos lembra Skupnik (2014:3), a teoria dos *welfare magnets* deriva do modelo introduzido por Andrew Donald Roy (1951), com o seu artigo “Some thoughts on the distribution of earnings”, aplicado ao contexto das migrações por Borjas (1999), podendo (de

forma simplista) ser resumido em dois pontos essenciais: Os países com melhores níveis de sistemas de segurança social, de uma forma geral, atraem um maior número de migrantes (p. ex. melhor apoio em situações de desemprego como fator de atração); Os fluxos migratórios para estes países são caracterizados pela excessiva proporção (ou sobre representação) de mão-de-obra pouco qualificada (seleção negativa).

Estas conceptualizações relativas às (i)migrações e à sua relação com o Estado-Providência, resultam assim, quase que invariavelmente, na suposta ameaça da imigração para os diferentes sistemas de segurança social dos países que apresentam melhores condições a este nível. Este facto reflete-se na existência de uma miríade de estudos que exploram a hipótese relativa aos já mencionados “ímanes de benefícios sociais” (p. ex. Collett 2013; De Giorgi e Pellizzari 2009; Kvist, 2013; Sinn, 2004; Razin e Sadka 2000; Borjas 1999) assim como nos impactos (positivos e negativos) das migrações para os sistemas de segurança social nacionais (Dustman et al., 2010; Razin et al. 2011; Riphahn et al., 2010; Blanchflower e Lawton, 2009; Hansson 2007; Nannestad 2007; Hansen e Lofstrom 2003; Gott e Johnston 2002; Kofman et al. 2000; Lalonde e Topel, 1997; Smith e Edmonson, 1997; Borjas e Hilton, 1996). Não obstante a profusão de estudos que abordam as temáticas referidas, as conclusões são normalmente aplicáveis apenas a contextos específicos (Benton 2013; Kaczmarczyk 2013), ou altamente discutíveis (Giulietti, 2014).

Embora esta perspetiva possa ter interesse para os países recetores, ao nível das suas políticas, o papel da origem neste processo é, de forma inequívoca, negligenciado. Este facto é facilmente explicado pelo carácter sobretudo periclitante (ou mesmo de alarmismo) atribuído aos fluxos migratórios por parte dos governos dos países desenvolvidos ao nível das suas políticas referentes ao Estado-Providência.

No contexto europeu, o foco encontra-se nas questões associadas aos diferentes¹¹⁶ sistemas de segurança social, nomeadamente nos desafios colocados pelos vários movimentos migratórios que ocorrem um pouco por toda a Europa, aliados ao envelhecimento demográfico, baixos níveis de fecundidade, elevados níveis de desemprego (sobretudo nas camadas mais jovens) concomitante à grave crise financeira de 2008 (Ginneken, 2011:9-10; Benton, 2013:1; Coleman, 2006:52). Algumas das questões que invadem o discurso político

116 De facto, os sistemas de segurança social europeus não são pautados pela “harmonia”. Como sublinha Benton (2013:2), os países europeus desenvolveram diferentes modelos sociais – p. ex. ao nível dos impostos, níveis de despesa pública, transferências sociais e serviços sociais – que não se ajustam facilmente. Em particular, alguns dos Estados-Membro apoiam-se fortemente nos benefícios baseados nas contribuições ou nos rendimentos, enquanto que outros oferecem benefícios universais ou baseados na residência.

prendem-se com o facto de ocorrerem movimentos que exploram diferentes benefícios e serviços públicos (o chamado “benefit tourism” – ver Benton, 2013:2), à necessidade de criação de medidas que assegurem a manutenção do acesso a benefícios sociais (isto é, sem perda de direitos anteriormente adquiridos) por parte dos indivíduos que adquirem novos empregos no contexto intra-europeu (“flexicurity” – ver Ginneken, 2011:11).

Usualmente, as migrações – na sua relação com o Estado-Providência, ou *welfare state* – encontram-se divididas, de forma genérica, entre positivas e negativas para a sustentabilidade dos sistemas de segurança social. Em 2004, num artigo publicado no jornal *Financial Times* intitulado “Europe faces a rise in welfare migration”, Hans Werner-Sinn explicava que se iria assistir a um maior número de migrações rumo à Europa, mas que estas migrações seriam simultaneamente “más” e “boas”.

Neste artigo, o autor descreve as “boas” migrações como aquelas que são despoletadas por diferenças salariais e de produtividade, e as “más” migrações como aquelas que são impulsionadas pela generosidade do Estado-Providência.

Sinn (2004) destaca ainda (entre outros pontos) que a livre circulação no contexto europeu, com o acolhimento deste último tipo de migração – de carácter negativo para o país recetor –, os trabalhos com menor remuneração, desempenhados pelos cidadãos autóctones, passam para as mãos dos imigrantes prevenindo-se o aumento salarial, resultando ainda no facto de os trabalhadores nativos passarem a não competir por este tipo de emprego (na base da hierarquia ao nível remuneratório), preferindo optar pelos apoios do Estado-Providência.

Persistem algumas questões: Até que ponto resultam estas migrações da decisão racional dos indivíduos, rumando a novos destinos dada a existência sistemas de segurança social generosos? Serão os benefícios sociais o catalisador destas migrações (*welfare migration*)? Será este fenómeno resultado da procura de mão-de-obra por parte dos mercados de trabalho? No estudo pioneiro “Theories of international migration: A review and appraisal”, Massey et al. (1993:440-443) abordam algo que se ajusta a este fenómeno na “secção” intitulada “Dual labor market theory”. Esta teoria – contrariamente à visão *neoclássica* ou das *novas economias das migrações* (perspetiva micro) –, privilegia a perspetiva macro, postulando que as migrações resultam da procura do mercado laboral nas sociedades industriais modernas ou das nações desenvolvidas. De acordo com os autores (dentro desta perspetiva), as migrações resultam dos fatores de atração (destino), através de quatro pontos fundamentais: 1) Inflação estrutural; 2) Problemas motivacionais; 3) Dualismo económico; 4) Demografia da oferta de trabalho. Para esta discussão importará porventura colocar o enfoque nestes quatro pontos. O primeiro diz sobretudo respeito à impossibilidade por parte da entidade empregadora em

aumentar salários daqueles que se encontram na “base” da hierarquia no que respeita ao mercado de trabalho. O aumento salarial, a este nível, implicaria aumentos nos níveis superiores. Nesta lógica, os migrantes suprem necessidades, não tendo exigências assinaláveis ao nível dos benefícios sociais (isto, dada a ausência de mão de obra autóctone que, normalmente, traz consigo expectativas respeitantes a benefícios sociais que acompanham as suas funções); O segundo ponto aborda as questões motivacionais, argumentando que os migrantes, possuindo objetivos específicos (p. ex. adquirir habitação, pagar estudos, etc.), ocupam facilmente as posições com pior remuneração. Há, contudo – e de acordo com os autores –, que ter em consideração um fator crucial: para os migrantes, de acordo com os padrões dos seus países de origem, salários baixos nos países de destino podem ser considerados generosos, contrariamente à perceção da população nativa. Relativamente ao terceiro ponto – dualismo económico –, este diz respeito às flutuações na necessidade de mão-de-obra imigrante por parte das entidades empregadoras face ao facto de a população nativa procurar posições ao nível laboral com maior conforto e maiores garantias (nomeadamente em relação à possibilidade de desemprego); Por último, no que concerne à demografia do fornecimento de trabalho, os autores apontam a necessidade de trabalhadores que realizem as suas funções em condições menos atrativas, sendo que os trabalhos anteriormente ocupados por adolescentes (mudanças ao nível da educação – mais habilitações) ou mulheres (papel ativo na sociedade) passam a ser ocupados por imigrantes. Voltando à perspectiva de Sinn (2004), talvez o contributo trazido por Massey et al. (1993) no que respeita aos pontos anteriormente sublinhados, deva ser também tido em consideração ao analisarmos este fenómeno. Especificamente no que toca aos aspetos motivacionais (como vimos), as questões referentes às condições dos migrantes na origem influenciam também, e de forma clara, as suas expectativas no destino (nomeadamente no que diz respeito aos benefícios sociais). Numa análise mais fina da “Teoria da dualidade do mercado de trabalho”, constata-se que, não só seria imprudente negligenciar as características do indivíduo, como obviar a importância da origem dos migrantes. Importa assim considerar que migrantes abordamos, assim como que origens e destinos. Alguns aspetos idiossincráticos relativamente a diferentes cenários devem ser identificados.

Como aponta Ginneken (2013:212-216), os migrantes, ao entrarem num novo país – seja de forma ilegal, como turistas, contrato de trabalho temporário (...) –, enfrentam, muitas vezes, condições de acesso aos benefícios dos sistemas de segurança social (mesmo que melhores em relação ao país de origem) inferiores às da população nativa, dificuldades de acesso a esses mesmos benefícios e, no limite, situações de abuso e/ou exploração. Outro ponto

assinalável reside no facto de, em alguns casos, os migrantes reunirem o apoio por parte dos seus países *de origem*, na forma de benefícios sociais ou outros apoios face à impossibilidade de acesso aos sistemas de segurança social no destino, no encontro de constrangimentos específicos, muitas vezes num quadro de participação na economia informal.

Giulietti (2014) analisa esta questão referente ao suposto ónus das migrações para os regimes de Estado-Providência dos países que apresentam melhores políticas de apoio social, assim como à existência de *welfare magnets* (ou “ímanes de benefícios sociais”). Não passando pelos objetivos do trabalho que aqui se desenvolve refutar a teoria referente ao suposto magnetismo exercido pelos Estados-Providência (leia-se *welfare magnet*) alguns pontos devem ser sublinhados. O autor apresenta alguns aspetos que vão desde a tomada de decisão de migrar, ao impacto dos fluxos migratórios para os países de acolhimento. Conclui nomeadamente que, contrariamente à teoria dos “ímanes de benefícios sociais”, as decisões de migrar não se baseiam na generosidade dos benefícios sociais dos países de acolhimento. Esta análise sublinha que, mesmo quando os imigrantes recorrem mais aos sistemas de segurança social do que a população nativa, essa diferença se deve sobretudo a disparidades em termos sociais e demográficos entre os dois grupos (migrantes e não migrantes). Mais ainda, o estudo assinala que os dados analisados evidenciam uma menor dependência da população imigrante em relação à população nativa, mesmo em situações de risco de pobreza. O autor destaca ainda os constrangimentos ao nível da elegibilidade, das diferenças linguísticas ou mesmo da discriminação que, em última análise, usualmente limitam o acesso aos benefícios sociais. A eventual dependência dos benefícios sociais, para Giulietti, diminui, de forma gradual, com o tempo passado no país de acolhimento.

Estas conclusões vão ao encontro de outros estudos realizados neste âmbito. De acordo com o International Migration Outlook de 2013, o impacto das migrações ao nível do Produto Interno Bruto (PIB) nos países pertencentes à OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) é pouco significativo (OECD, 2013).

O estudo acima referido não se encontra isolado. Aliás, a mesma instituição reforça em 2014 com a publicação intitulada “Is migration good for the economy?”, a Organização referida destaca que, de uma forma geral, os imigrantes contribuem mais, através de impostos e contribuições sociais, para as economias dos países de destino do que aquilo que recebem em benefícios sociais (OECD, 2014:1). No que diz respeito ao caso francês, o estudo trazido pela European Migration Network assinala as contribuições positivas para o país trazidas pelos imigrantes, sublinhando ainda alguma prudência na forma como se olha para este fenómeno. Mesmo se por vezes os imigrantes recorrem a mais apoios estatais do que os “nativos” –

nomeadamente no apoio à habitação ou em situações de desemprego –, já no que diz respeito à saúde ou reforma (note-se os frequentes parcos períodos nos países de chegada para a construção de uma pensão de reforma) o recorrer ao apoio estatal é menor. Há inúmeros fatores a considerar, tais como a idade, o nível de habilitações ou a situação particular em que o migrante se encontra (2014:47-48;68), não podendo assim olhar-se para a suposta atração exercida pelos benefícios sociais como fator explicativo. Já no que diz respeito ao caso britânico, um estudo desenvolvido pela House of Commons explorando as questões referentes ao impacto fiscal¹¹⁷ da imigração sublinha que, no que se refere aos apoios em idade de trabalho – provenientes do DWP (Department for Work and Pensions), do total referente a requerentes (claimants) de apoios sociais, apenas 7,4% dos beneficiários – 359 430 especificamente – pertenciam à categoria “não-britânicos”, com 2,1% deste grupo correspondendo aos nacionais de países pertencentes à União Europeia (104 800 indivíduos) e 5,2% a cidadãos com nacionalidades respeitantes a países terceiros. Realça ainda este estudo que, fugindo às perceções populares, os cidadãos não-britânicos têm menos probabilidade de receber os chamados benefícios “out-of-work”, sendo que, em fevereiro de 2016, apenas 7,4% dos indivíduos que acedem a este tipo de benefícios eram “não-britânicos”. Chama ainda a atenção o documento para as dificuldades (e mesmo impossibilidades) no que se refere à obtenção de dados completamente fidedignos no que se refere aos números trazidos dada a falta de informação frequente tanto por parte do DWP como por parte da Her Majesty’s Revenue and Customs (HMRC) no que se refere à nacionalidade dos requerentes (2017:3;5;9). No que se refere aos pontos apresentados referentes a este último estudo, importa incluir a análise de Sumption e Altorjai (2016) que se debruçam também sobre as questões referentes às migrações e benefícios sociais no quadro intra-europeu. Sublinham as autoras, entre outros, dois pontos fundamentais que reforçam a necessidade de uma visão para além dos números. Em primeiro lugar, notam que a distinção entre os chamados benefícios “in-work” – por exemplo, apoio na procura de emprego ou incapacidade – e “out-of-work” – como deduções fiscais – não é clara, dado que há benefícios que percorrem as situações de emprego e desemprego, tais como apoios para os filhos dos indivíduos ou apoios referentes à habitação. Em segundo lugar, os problemas referentes à recolha de informação estatística no que diz respeito aos benefícios reclamados pelos migrantes, nomeadamente no que se refere a diferentes critérios utilizados pelas

117 Diferença entre impostos pagos, assim como outras contribuições realizadas pelos migrantes e o custo dos benefícios públicos e serviços recebidos pelos indivíduos em questão.

entidades (DWP e HMRC) – como a referência à família como unidade de análise (possibilidade de um dos membros do casal ser britânico e outro pertencer ao Espaço Económico Europeu¹¹⁸ ou ambo a esta última categoria, como exemplo) (2016:3). Em suma, a análise dos dados estatísticos envolta em sérias dificuldades e árduos desafios seria só por si merecedora de um trabalho de investigação totalmente dedicado a estas questões.

Especificamente no caso português, Peixoto e colegas (2011), através de um trabalho exaustivo, demonstram que a imigração, *de facto*, constitui um elemento positivo para o sistema de segurança social. Em particular, os autores sublinham “as vantagens da imigração recente para o financiamento da Segurança Social em Portugal”, sendo contudo necessário, como fazem notar, “insistir-se na importância de uma corrente sustentada de imigração no futuro, que permita contrabalançar o envelhecimento dos imigrantes mais antigos e minorar as dificuldades do conjunto do sistema” (2011:216-217).

Ainda neste quadro centrado no destino, e relativamente ao acesso aos benefícios sociais, Kureková (2011), salienta as dificuldades sentidas pelos migrantes e desmistifica alguns dos supostos “axiomas” resultantes da visão enviesada que privilegia o destino. A autora aborda o caso do Reino Unido e da Irlanda que, permitindo anteriormente a entrada sem restrições nos seus mercados de trabalho, com o alargamento da União Europeia, passam a adotar medidas que condicionam o acesso a benefícios sociais, estando este acesso limitado a um período de doze meses de trabalho por parte dos migrantes com interrupções menores que trinta dias. Mais ainda, o governo britânico introduziu um regime obrigatório (Regime de Registo dos Trabalhadores – *Worker Registration Scheme*) para os migrantes laborais provenientes da Europa Central e do Leste (UE8¹¹⁹) com o desiderato de monitorização dos desenvolvimentos ao nível do mercado de trabalho, assim como forma de reação através de ajustamentos caso necessário. A residência legal e emprego no Reino Unido são condicionados pelo registo neste regime obrigatório num prazo máximo de trinta dias após início da atividade laboral, caso contrário, os migrantes são classificados como “residentes ilegais” pela lei britânica. Mais ainda, o período de exercício de atividade laboral sem registo no esquema acima mencionado não é contabilizado para os doze meses de trabalho necessários para acesso a benefícios da segurança social. Como é constatóvel, o Regime de Registo dos Trabalhadores

118 O Espaço Económico Europeu inclui os países pertencentes à União Europeia, assim como a Islândia, o Liechtenstein e Noruega.

119 Constituída pelos oito países (separados dos restantes dois, Chipre e Malta – UE10) a integrarem a União Europeia em 2004: Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia e República Checa.

(*Worker Registration Scheme*) constitui o acesso ao estatuto de residente legal, assim como aos direitos sociais, contudo, uma parte significativa dos imigrantes da Europa Central e do Leste não se registou neste regime. Já na Irlanda, explica a autora que, à exceção dos imigrantes vindos do Reino Unido, os restantes imigrantes não têm acesso a benefícios sociais nos primeiros dois anos de desemprego, não necessitando – contrariamente ao Reino Unido – de qualquer tipo de certificação após entrada no mercado de trabalho. Outro ponto importante trazido pela autora diz respeito ao uso (ou suposto “peso”) dos sistemas de segurança social por parte dos migrantes. Ainda relativamente ao caso do Reino Unido, esse uso tem sido assinalavelmente baixo. Como exemplo, no período entre maio de 2004 e junho de 2008, apenas 3,3% – de um total de aproximadamente 28 000 – dos migrantes provenientes da Europa Central e do Leste que haviam realizado o seu registo no Regime de Registo dos Trabalhadores se candidataram a benefícios financiados pelos impostos do governo britânico, apesar de consequentemente se ter assistido a um crescimento anual desde então. De forma semelhante, no caso da Escócia, um estudo de 2007 referente aos imigrantes polacos revelou que apenas 44% destes indivíduos se tinham registado para possuírem direito a médico, menos de 9% para aceder especificamente a assistência médica dentária desde a sua chegada, e apenas 16% haviam tido acesso a assistência médica hospitalar. Um último ponto para esta discussão, trazido por Kureková (2011) – indo ao encontro daquilo que Ginneken (2013) igualmente reforça –, diz respeito aos resultados (ou consequências) dos obstáculos institucionais que os imigrantes da Europa Central e do Leste têm que enfrentar. Dadas as dificuldades de acesso aos benefícios sociais, estes indivíduos mantêm-se ligados institucionalmente aos seus países de origem ao nível do acesso a serviços públicos como cuidados de saúde. De forma paradoxal, os países da Europa Central e do Leste com regimes de Estado-Providência menos generosos que, por este cariz, acabam por despoletar movimentos migratórios de saída, mantêm ligação ao nível institucional com os seus migrantes particularmente nos primeiros estágios da experiência migratória, mas não apenas. Esta ligação é obviamente facilitada pelas melhorias ao nível das comunicações e acessibilidade no que respeita aos custos de transporte (2011:9-10). Numa análise detalhada da situação atual na Europa – nomeadamente no que diz respeito à crise financeira de 2008 e consequentes efeitos ao nível da imigração –, Jurado et al. (2013), oferecem um contributo importante para esta discussão. Os autores analisam as políticas estatais e instrumentos do mercado de trabalho europeus, as semelhanças e dissemelhanças entre os regimes de Estado-Providência no contexto europeu, começando por sublinhar justamente as perceções da população nativa relativamente à imigração e a sua relação com o Estado-Providência. Este

estudo demonstra que, com a crise financeira de 2008, as atitudes relativamente à imigração “endureceram”. Esta conclusão baseia-se no Transatlantic Trends Survey de 2009, realizado em seis países europeus (Alemanha, Espanha, França, Holanda, Itália e Reino Unido), inquérito que constata o aumento de sete pontos percentuais (totalizando cinquenta por cento da população total) relativamente ao levantamento do ano anterior no que diz respeito aos “nativos” que descrevem a imigração “mais como um problema do que como uma oportunidade”. Este aumento percentual relativamente às perceções da população nativa centra-se mais nas famílias que haviam vivido dificuldades ao nível financeiro nos últimos doze meses do que aquelas cuja situação se havia mantido ou melhorado. Os autores sublinham que, apesar dos níveis de hostilidade relativamente aos imigrantes tenha aparentemente estabilizado, o sentimento anti-imigrante em muitos dos países europeus persiste em números elevados (2013:3). Este elemento vem, mais uma vez, demonstrar como, apesar das conclusões anteriormente mencionadas que destacam o cariz positivo da imigração – notadamente ao nível económico – para os países de origem, as análises macro revelam dados que não vão ao encontro dos níveis micro – atitudes, perceções –, sendo crucial uma análise profunda ao nível dos indivíduos.

As perceções relativamente à imigração baseiam-se fortemente na chamada “race to the bottom” (ou nivelamento por baixo), isto é, de forma sumária, na competição por salários de baixa remuneração (que, obviamente, afetam negativamente os níveis salariais da população nativa), assim como na ideia da imigração como um “peso” para os sistemas de segurança social dos países europeus (loc. cit.). Dada esta realidade, a já mencionada dicotomia de Sinn (2004) – “boas” e “más” migrações – adquire relevo. Os governos europeus diferenciam assim o “tipo correto” de imigrantes (altamente qualificados, fácil empregabilidade, jovens, sem encargos familiares) e os “menos desejados”, correspondendo ao perfil dos pouco qualificados (acompanhados pelas suas famílias), representando um “peso económico” na mente de muitos daqueles que compõem a população nativa. Gera-se assim uma imigração seletiva (ao nível das qualificações), baseada naquilo que os trabalhadores podem oferecer aos países de destino, assim como nos interesses das entidades empregadora que se repercute pelos parlamentos europeus. Como nos explicam Jurado et al. (2013:3) – baseados no enquadramento legal vigente à data do trabalho mencionado –, a introdução da diretiva “Cartão Azul” constitui um bom exemplo desta distinção entre imigrantes altamente qualificados e aqueles que apresentam baixas qualificações, sendo o objetivo central desta medida facilitar o acesso temporário de nacionais de países terceiros ao mercado de trabalho europeu.

Por um lado, encontramos políticas baseadas em determinadas características (como educação, idade e rendimento), refletidas no chamado ‘sistema baseado em pontuação’ (*points-based system*), sendo o Reino Unido o único país a incorporar este sistema no que respeita às suas políticas. Este sistema (de forma breve) permite que migrantes altamente qualificados entrem no Reino Unido sem “patrocínio” por parte da entidade empregadora; Por outro lado, deparamo-nos com políticas baseadas no papel e interesses dos empregadores, nas quais estes últimos “patrocinam” (isto é, garantem o salário do trabalhador acima de um dado patamar) a entrada de um trabalhador estrangeiro – sendo este modelo seguido pela maioria dos restantes países europeus (p. ex. Alemanha, Dinamarca ou França). É facilmente constatável que os governos europeus pretendem atrair os imigrantes “úteis”, simultaneamente mantendo os ‘indesejados’ fora das suas fronteiras. Ora, esta dualidade é altamente problemática.

Facchini e Mayda (2009), no contexto do papel do Estado-Providência para as atitudes em relação aos imigrantes, contribuem com alguns elementos que devem ser trazidos para esta análise. A já mencionada ambivalência entre o “tipo certo” de imigrante, contrastando com os que exercem um “peso” para a economia encontra-se claramente refletida num dos exemplos fornecidos pelos autores, consistindo na forma como um empresário alemão bem-sucedido poderá percecionar a chegada de imigrantes não qualificados, dado que poderá beneficiar contratando esses indivíduos ou, por outro lado, sair prejudicado, dado ter que pagar os descontos destes trabalhadores para o sistema de segurança social. Esta é, indubitavelmente, uma ambivalência assinalável no contexto das migrações e a sua relação com os regimes de Estado-Providência.

Já em 2003, Andrew Geddes trazia um contributo absolutamente fundamental para o entendimento do papel do Estado-Providência no contexto das migrações, colocando o enfoque no contexto europeu (União Europeia).

Volvida mais de uma década, esta análise não perdeu o seu carácter atual. O autor desenvolve a sua perspetiva demonstrando como o Estado-Providência é indubitavelmente instrumentalizado pelos estados membro consoante o cenário ao nível migratório. Geddes demonstra o cariz volátil das medidas ao nível da proteção social, volatilidade essa que percorre os diferentes modelos de Estado-Providência (baseando-se na tipologia “tríplica” de Esping-Andersen [1990] – explicada adiante).

Antes de Sinn (2004), Geddes (2003:150) destaca a dicotomia “wanted” e “unwanted” (“pretendidas” e “não pretendidas”) relativamente às migrações rumo a destinos europeus.

Mais que “boas” ou “más” migrações, o autor explana de forma consistente a polarização entre as migrações de indivíduos “altamente qualificados” e migrantes como refugiados ou requerentes de asilo. Neste contributo é-nos trazida a imagem de uma União Europeia enquanto *comunidade imaginada* (Anderson, [1983] 2006) que vai desenvolvendo práticas ambíguas, alternadamente, entre abertura e fecho, tendo o Estado-Providência um papel central. Geddes (2003:153) sublinha a capacidade de “inclusão” e “exclusão” através do Estado-Providência, mostrando como os benefícios sociais são utilizados como uma “fronteira” para as migrações, estando os argumentos ligados à sustentabilidade do Estado-Providência por detrás da forma como alguns indivíduos são de facto integrados, e outros excluídos.

Exemplos de países anteriormente fechados às migrações como a Alemanha e o Reino Unido que, através da implementação de políticas de atração de indivíduos altamente qualificados – como o “Green Card” ou o “High Skilled Workers Programme” (respetivamente) – mostram abertura ao exterior, contrastando com a dificuldade no que diz respeito à integração de requerentes de asilo – notadamente no caso dinamarquês com um período de sete anos de espera até acesso à proteção social – demonstram de forma evidente a ambiguidade ao nível das políticas do Estado-Providência (ibid.:157-160).

Quase que invariavelmente, a “tipologia tríptica”, aplicada aos países europeus – trazida por Esping-Andersen (1990:26-29) – serve (apesar das críticas à mesma, como já vimos) como referência à análise dos diferentes regimes de Estado-Providência, que podem ser sintetizados como:

1) Modelo Nórdico, Escandinavo ou Social Democrático, adstrito aos países que compõem o norte da Europa (como a Dinamarca, a Finlândia ou a Suécia) tendo como grande característica a universalidade no que diz respeito ao acesso aos benefícios sociais, de carácter igualitário no que diz respeito às prestações. Este modelo assenta também na assistência às famílias afastadas do mercado de trabalho. Alguns dos desafios colocados a este modelo residem nas dificuldades de funcionamento e de manutenção dos níveis de qualidade do serviço público, assim como os limites do emprego no setor público e erosão do ideal de solidariedade que norteiam o seu funcionamento (Silva, 2002:27).

2) Modelo Anglo-Saxónico ou Liberal, ligado a países que estão na base do seu desenvolvimento – Irlanda e Reino Unido – caracteriza-se pelo facto de os indivíduos (e famílias) estarem sujeitos ao preenchimento de um conjunto de requisitos (p. ex. nível salarial) – *means-testing* (condição ou provas de recursos) – de forma a poder aceder a um conjunto de benefícios sociais, isto quando todos os meios foram esgotados. Pauta-se ainda

pelo peso do setor privado nas pensões assim como por esse mesmo ónus no que diz respeito às despesas na área da saúde. Neste modelo assiste-se então à estreita relação entre a concessão de proteção social e a capacidade de obter recursos. Entre os grandes desafios, identificam-se algumas “armadilhas da pobreza”, juntamente com o aumento do número de trabalhadores pouco qualificados com baixo nível salarial e um incremento da desigualdade social (loc.cit.);

3) Modelo Continental ou Corporativo, composto por países como a Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Holanda e Luxemburgo, assenta sobremaneira na variabilidade da proteção social, isto é, de acordo com a profissão ou estatuto profissional do beneficiário, com assinalável proteção ao nível da função pública. Uma das características idiossincráticas encontra-se no cariz discriminatório deste modelo, refletindo-se no facto de o homem estabelecer a ligação entre a família (patriarcal) e a sociedade, tendo a mulher a responsabilidade do seu agregado familiar. No que toca aos desafios para este modelo, identificam-se o já mencionado perfil discriminatório relativamente às mulheres, o peso excessivo das despesas com as pensões assim como as dificuldades de resposta face aos elevados níveis de desemprego.

Complementar à abundantemente referenciada tipologia de Esping-Andersen, surge o modelo Mediterrâneo ou da Europa *do Sul*¹²⁰ (resultante da necessidade de maior especificação para além da associação realizada pelo autor ao modelo Continental ou Corporativo) – com a Espanha, Grécia, Itália, e Portugal. As razões para a inclusão destes países dizem respeito a determinados fatores explicativos não apenas associados à simples localização a sul da Europa, isto é, enveredando-se por esse critério, concludentemente a inserção de países como a França (banhada pelo Mediterrâneo) ou a Turquia faria sentido. Os critérios por detrás desta associação num modelo único subjazem no facto de partilharem um carácter recente no que

120 A tipologia de Esping-Andersen é abundantemente utilizada quando analisada a questão do Estado-Providência, sobretudo ao nível macro, sendo contudo criticada pelas suas limitações e visão etnocêntrica (norte da Europa). Algumas críticas surgem pouco após a elaboração da tipologia “trípica” de Esping-Andersen, como exemplo Castles e Mitchell (1993). Surgem assim inclusões à tipologia resultantes do criticismo às limitações, notadamente por Leibfried (1992), Pereirinha (1997) e Ferrera (1996) “reclamando” um novo modelo de raiz “latina” – Mediterrâneo ou do Sul da Europa. Esping-Andersen viria contudo mais tarde a incluir o modelo do Sul da Europa com “Social Foundations of Postindustrial Economies”. Existem ainda outros casos referidos como “híbridos”, como a Bélgica. Giddens (2007:26) sugere ainda um quinto modelo, adstrito ao pós-comunismo, referente aos países do leste europeu. Para uma visão mais aprofundada das questões ligadas às classificações e modelos de Estado-Providência de Esping-Andersen ver, p. ex. Silva (2002) e Ebbinghaus (2012). Há obviamente que ter em consideração que com este ‘agrupamento’ de países em modelos corre-se o risco de não se analisar devidamente diferentes realidades. Como coloca Silva (2002:48), “(p)ara capturar as nuances nos “tipos” importa prestar maior atenção a categorias que, ainda que aparentemente semelhantes, desempenham papéis funcionais diferentes”.

toca ao processo de democratização, níveis de congruência ao nível religioso, escassez de carvão e ferro (difícil industrialização e desenvolvimento social), similitude ao nível topográfico (dificuldade na construção de vias e caminhos de ferro) o facto de serem penínsulas sem rios navegáveis, padrões agrícolas semelhantes (de produção intensiva, com êxodo rural tardio e passagem brusca do setor primário para o setor dos serviços, explicando os elevados níveis de desemprego aquando desta transição) (Silva, 2002:32-37). Em termos muito gerais, este modelo caracteriza-se por uma distribuição desequilibrada pelos diferentes escalões, nomeadamente pela elevada proteção associada aos riscos de velhice (idosos enquanto grupo social), subdesenvolvimento da habitação social e subsídios para a habitação, pautado contudo pela universalidade no que diz respeito aos cuidados de saúde (ibid.:39).

É facilmente constatável que, apesar da existência de uma visão comum no que respeita ao estado social, idealizada no chamado “Modelo Social Europeu”, resultante do Tratado de Roma (1957), e apesar de haver, *de facto*, congruência na forma como é encarado – crescimento económico aliado a níveis de vida elevados, combate à exclusão, promoção do emprego e da proteção social, boas condições laborais (...) –, os diferentes welfare states europeus não são pautados pelas mesmas características, enfrentando contudo muitos dos mesmos desafios.

Como argumentam Jurado et al. (2013), é facilmente observável que diferentes modelos de Estado Social representam riscos no futuro. Independentemente do modelo sobre o qual falamos – Nórdico, Anglo-Saxónico, Continental (...) –, ou do país – seja a Noruega, a Itália, o Reino Unido ou Alemanha¹²¹ (cada um destes caracterizado por distintas realidades económicas, sociais ou políticas), os vários desafios trazidos (entre outros fatores) pelo envelhecimento demográfico ou desemprego (como grandes exemplos) afetam os vários países europeus de diferentes formas. Tomando primeiramente o exemplo da Noruega, com um dos sistemas de segurança social mais elogiados, assim como uma das mais reduzidas taxas de desemprego no contexto europeu, enfrenta, contudo, os desafios consequentes do crescente número de imigrantes no país. Devido à generosidade do seu sistema de segurança

121 Jurado et al. (2013) realizam uma descrição detalhada de diferentes realidades no contexto europeu, apoiando-se nos diferentes estudos inseridos no trabalho editado por Elena Jurado e Grete Brochmann *Europe's Immigration Challenge: Reconciling Work, Welfare and Mobility* direcionados para cada um dos países descritos. Ver, para cada um dos casos: Brochmann e Grodem (2013) – Noruega; Sciortino (2013) – Itália; Menz (2013) – Alemanha; Ruhs e Anderson (2013) e Shutes (2013) – Reino Unido; Modelo Nórdico – Reyneri (2013); Modelo Continental – Bech e Mouritsen (2013).

social e à flexibilidade das suas políticas, o país enfrenta o risco de criação da denominada “welfare trap”¹²² – benefícios do estado social ultrapassam a fraca remuneração.

No caso italiano, caracterizado por um Estado-Providência conservador, fortemente baseado nos seguros sociais, dependendo de contribuições anteriores – ou seja, alicerçado no papel do trabalho –, assiste-se à mutualidade entre este e a imigração. Com a crescente feminização do trabalho, assiste-se a um incremento da necessidade de mão-de-obra imigrante, pouco qualificada, que providencie cuidados com crianças, assim como de assistência a idosos, que o estado italiano não consegue suportar. Este é um quadro que supre as necessidades a curto prazo, tendo contudo implicações ao nível da economia italiana dada a criação de um “fosso” centro/periferia, isto é, com mão-de-obra imigrante a desempenhar as funções caracterizadas por baixas remunerações que a população nativa tende a evitar, limitando a procura de mão-de-obra estrangeira mais qualificada.

Relativamente ao Reino Unido, com o seu modelo Liberal, com uma baixa regulamentação do mercado de trabalho no setor da construção, assiste-se à predominância de mão-de-obra imigrante, recrutada por via informal, de forma temporária, e no âmbito de projetos específicos (“project based work”). Este cenário, obviamente, reproduz-se na constituição de um incentivo para que as entidades empregadoras invistam na procura deste tipo de mão-de-obra pouco qualificada, de forma temporária (formação a curto prazo) e de parca remuneração, indo ao encontro dos objetivos das empresas. Por outro lado, cria-se o desincentivo à formação a longo prazo dos trabalhadores, investindo-se apenas na aprendizagem de técnicas úteis para os fins de uma dada entidade empregadora (programas de formação das empresas). Neste quadro, é assim possível traçar um paralelismo entre dois países com diferentes modelos – Reino Unido e Alemanha –, e a procura de dois tipos distintos de mão-de-obra: pouco qualificada e qualificada. Se no caso do Reino Unido, as entidades empregadoras, visando os seus interesses, procuram, em grande medida, mão-de-obra pouco qualificada (obviamente, também acompanhada pela procura de mão de obra qualificada para outros segmentos do mercado de trabalho), viabilizada pelo seu modelo Liberal, já no caso alemão, não é certamente acidental o facto de a procura assentar no recrutamento de mão-de-obra qualificada, indo ao encontro de estratégias de mercado

122 Em traços muito gerais, a expressão “welfare trap” diz respeito ao facto de o sistema de segurança social de um dado país, aliado à tributação, poder contribuir para que os indivíduos – usualmente pouco qualificados –, encontrem um maior incentivo em não trabalhar (permanecendo na dependência de benefícios sociais) dados os custos de regresso ao mercado de trabalho (baixo retorno financeiro).

voltadas para o valor acrescentado da produção e exportação. Desta forma, assiste-se à pressão das entidades empregadoras sobre as políticas migratórias dos dois países. Outro ponto salientável trazido pelos autores que explica também (acompanhado pelos interesses do mercado de trabalho mencionados atrás) os fluxos de imigração pouco qualificada em direção ao Reino Unido encontra-se no facto de este país apresentar um sistema de segurança social “minimalista”, estando os chamados “benefícios em espécie” (tais como habitação, cuidados de saúde a longo prazo ou cuidados com crianças) sujeitos a provas de recursos (*means tested*), resultando numa menor “ameaça” da população imigrante para o Estado-Providência, comparativamente com (p. ex.) o caso norueguês. No Reino Unido, assiste-se a uma progressiva privatização do setor da saúde. Ora, é justamente no setor privado que se observam remunerações mais baixas (comparativamente com o setor público), assim como a turnos de trabalho mais prolongados, sendo as necessidades de mão-de-obra supridas por população imigrante pouco qualificada, assistindo-se concomitantemente a pressões descendentes ao nível salarial para todo este setor.

Os autores prosseguem a sua discussão – no que concerne à relação entre os diferentes modelos sociais europeus e a sua relação com os fluxos de imigração para diferentes sociedades de destino –, fornecendo três importantes exemplos referentes a cada um dos grandes modelos sociais identificados na Europa. Começando pelo modelo Continental (ou Corporativo) do sul da Europa, a principal questão prende-se com a imigração irregular. Os autores sublinham a existência de uma economia “subterrânea” aliada à mencionada imigração irregular, salientando ainda que o ‘sistema de quotas’ destes países, baseado no “patrocínio” por parte das entidades empregadoras aos imigrantes antes da sua chegada, revela-se inútil.

Na realidade, estes trabalhadores são contratados na base das suas atitudes ou, em última análise, sem qualquer preenchimento dos requerimentos formais (como o currículo do trabalhador), sendo que, através dos mecanismos legais dos sistemas de quotas, seria difícil suprir as necessidades das entidades empregadoras, ultrapassando-se os aspetos burocráticos. De acordo com os autores, a debilidade dos canais existentes de recrutamento de trabalhadores imigrantes explica, em grande parte, o elevado número de imigrantes irregulares que se encontram a trabalhar nos países que seguem este modelo social.

Relativamente ao modelo Nórdico, e mais concretamente no que diz respeito ao caso dinamarquês, os autores fazem referência às tentativas de salvaguarda do Estado-Providência deste país sublinhando o efeito perverso das mesmas. Detendo já um dos modelos mais restritivos no que concerne a famílias de imigrantes, em 2010 assiste-se a um estreitamento

das medidas já existentes com a introdução de um novo exame, assim como um sistema de pontuação requerendo que o(a) cônjuge do(a) imigrante apresente ‘qualificações relevantes para a sua integração’. De facto, a curto prazo, estas medidas tiveram como consequência a redução do número de famílias imigrantes a entrar no país mas, simultaneamente, não serviu de impulso para o aumento de matrimónios entre a população nativa e imigrante, acabando também por dissuadir a fixação de “migrantes económicos”. Estas medidas, de forma assinalavelmente perversa, vão contra as basilares Convenções Europeia dos Direitos Humanos¹²³, que limitam a autonomia estatal no que se aplica à legislação referente às migrações familiares de refugiados, cidadãos da União Europeia ou vindos de Países Terceiros. As medidas enunciadas referentes a uma abordagem seletiva no que respeita à imigração resultam, na verdade, não nos efeitos pretendidos de limitação da reunificação de famílias imigrantes, mas sim, na afetação de pedidos de reunificação familiar vindos de cidadãos dinamarqueses. Por último, os autores salientam o caso do Reino Unido, inserido no modelo Anglo-Saxónico ou Liberal, que com as suas políticas migratórias assentes no sistema baseado em pontos (“points based system”) cria alarmantes assimetrias. Este facto reflete-se de forma notória nas dissemelhanças referentes à entrada de imigrantes no mercado de trabalho. Apenas aqueles que se enquadram no chamado “Tier 1” (visto destinado a imigrantes altamente qualificados) podem entrar no país sem “patrocínio” de uma entidade empregadora, ao passo que aqueles que entram através do “Tier 2” (qualificados) ou “Tier 3” (baixas qualificações) devem possuir um “certificado de patrocínio” (*certificate of sponsorship*). Com este sistema altamente burocrático, os imigrantes qualificados ou pouco qualificados tornam-se altamente dependentes da entidade empregadora (inclusivamente, com a proibição de transição de uma entidade empregadora para outra) para o seu estatuto legal no país, limitando o poder de controlo estatal sobre a imigração. Neste quadro de mercado de trabalho pautado por pouca regulação, notadamente os imigrantes pouco qualificados, rumam até ao estatuto ilegal envolto em precariedade. Outro dos resultados reside ainda na criação da chamada “race to the bottom”, com baixos salários e fracas condições de trabalho nos segmentos de mercado que dependem deste tipo de mão-de-obra, trazendo também consequências para a população nativa (2013:5-9). De novo, o comentário atrás mencionado de Sinn (2004) acerca das “boas” e “más” migrações parece pautar sobremaneira a discussão em torno da relação entre estas e o Estado-Providência. Da análise

123 Cornelius e Tsuda (2004:13) referem que, apesar de as Convenções Europeia dos Direitos Humanos constituírem um mecanismo de aplicação judicial supranacional, o seu impacto ao nível das políticas de imigração dos países europeus é, todavia, limitado.

trazida por Jurado et al. (2013), podemos concluir que existe, de facto, uma clara diferença entre as políticas criadas pelos vários países no contexto europeu e os verdadeiros resultados, assim como convergência, observável nas semelhanças entre os países no que diz respeito ao controlo, à integração e atitudes face à imigração.

O contributo de Cornelius e Tsuda (2004:4-20) com as suas “gap hypothesis” e “convergence hypothesis” torna-se assim crucial para esta discussão. No que diz respeito à primeira hipótese, os autores começam por sublinhar que talvez seja enganador referirem-se à mesma como uma hipótese, sendo que muito poucos serão os países importadores de mão-de-obra com políticas de controlo da imigração perfeitamente implementadas, sem consequências “não intencionais”¹²⁴, considerando este ponto como um facto empírico. Com a “gap hypothesis” os autores argumentam que existe uma dissemelhança assinalável entre aquilo que as políticas (ao nível das migrações) detêm como objetivo e aquilo que realmente resulta das mesmas, sendo esta diferença observável tanto na intenção de abrandar ou deter fluxos como na vontade por parte dos governos em “angariar” fluxos. Os autores referem-se a falhas inerentes na constituição de políticas de imigração nas quais os governos persistem em manter confiança, sendo que estas políticas poderiam ser modificadas assumindo a existência de vontade política para tal. Alguns exemplos destas diferenças entre as políticas *per se* e os verdadeiros resultados são demonstrados pelos autores. O programa de trabalhadores-convidados ilustra a diferença, sendo que, apesar de os trabalhadores serem convidados para trabalhar por um determinado período de tempo no país de acolhimento, passam, de forma efetiva, a ser integrados de forma permanente no destino, não voltando aos seus países de origem (como desejado). Casos como o programa de trabalhadores convidados na Alemanha nas décadas de 1950 e 1960 e o programa “Bracero”, de 1942 a 1964 nos Estados Unidos da América, com múltiplas falhas, refletem bem a diferença entre as políticas e a nova realidade consequente. Dada a curta duração dos contratos de trabalho destes trabalhadores, ou dos seus vistos de permanência, as entidades empregadoras prolongam a duração do período de trabalho mais do que o permitido. Ainda nestes casos, os trabalhadores têm poucos incentivos para regressar aos seus países de origem, estando limitados aos trabalhos que requerem pouca qualificação e oferecem baixa remuneração o que despoleta que estes indivíduos acabem por entrar no mercado de trabalho ilegal, procurando alternativas mais lucrativas. Obviamente, uma repercussão desta realidade espelha-se no intensivo controlo das entradas de imigrantes,

124 O uso de aspas pelos autores na expressão *unintended consequences* reforça a ironia, dado que se referem à ambiguidade da criação de políticas de imigração que, na verdade, apesar de estarem clarificadas em termos de objetivos, contêm outro tipo de intencionalidade (Cornelius e Tsuda, 2004:6).

notadamente no caso europeu e norte-americano. A ideia sublinhada pelos autores persiste, como sabemos, na atualidade.

Cornelius e Tsuda (2004) sublinham que a hostilidade ao nível da população europeia (de uma forma generalizada) recai na percepção do aumento de “falsos” requerentes de asilo, assim como na percepção de abuso do Estado-Providência. Mais ainda, os autores questionam até que ponto é esta percepção generalizada da população a conduzir a políticas de imigração restritivas, ou se são de facto essas mesmas percepções por parte da população geradas por “políticos oportunistas”. Geram-se assim medidas de proteção quer das fronteiras dos países de acolhimento, quer de restrição (ou dificuldade) do acesso a benefícios sociais. Os autores criticam fortemente esta tomada de posição por parte dos governos que retrata justamente a forte ambiguidade e a mencionada diferença (*gap*) entre o conteúdo das políticas e a sua aplicação. Como recomendam, a aplicação das leis internamente – especificamente nos locais de trabalho –, deveria ser mais efetiva do que o reforço das fronteiras ou fecho ao exterior, dado que é particularmente no primeiro cenário que se poderá amenizar uma das causas fundamentais das migrações internacionais – a forte procura de mão-de-obra imigrante por parte das entidades empregadoras nos países de acolhimento. Os autores elencam vários obstáculos a um funcionamento regular neste quadro de ambiguidade: o carácter esporádico das inspeções nos locais de trabalho que não constitui um risco significativo para as entidades empregadoras que contratam trabalhadores em situação irregular; dado o baixo custo das multas às entidades empregadoras, estas encaram-nas como apenas mais um custo enquadrado neste processo; as penalizações criminais são raramente colocadas em prática; os documentos fraudulentos proliferam entre os imigrantes ilegais que procuram emprego; por fim, os empregadores não são obrigados a verificar os documentos que conferem elegibilidade de empregabilidade aos trabalhadores estrangeiros (2004:9;19). Como sublinham já Massey e colegas em 1993, dentro da Teoria Institucional, o desequilíbrio entre o grande número de migrantes que procuram entrar em países desenvolvidos (notadamente ao nível económico) e o número limitado de vistos que estes países podem oferecer, novas organizações surgem para satisfazer esta procura, por um lado aquelas que detêm um carácter humanitário (apoio aos imigrantes ao nível jurídico, reforço dos seus direitos e tratamento legal de indivíduos indocumentados como resposta à vitimização e exploração dos mesmos), por outro, surgem também aquelas que tiram proveito da situação dos migrantes. Estas últimas surgem exatamente não apenas devido ao desequilíbrio atrás mencionado, mas também devido às barreiras erguidas por estes países para manter o fecho ao exterior (leia-se aos imigrantes). São assim criadas condições para mercados marginais que vão desde o

tráfico fronteiriço, transporte clandestino até determinados destinos já no interior dos países, estabelecimento de “pontes” entre as entidades empregadoras e a mão-de-obra estrangeira, contrafação de vistos e outra documentação, matrimónio “acordado” entre migrantes e cidadãos com estatuto de residente em situação legal ou cidadãos do país de destino até ao alojamento, crédito ou outras formas de assistência nos países de destino (1993:450).

Existem indubitavelmente desafios comuns no contexto europeu que dão continuidade a esta ambiguidade entre política e prática baseada na procura de mão-de-obra imigrante. Entre algumas das principais causas dessa continuidade, como nos indicam Cornelius e Tsuda (2004), encontram-se fortemente aliadas à generosidade dos regimes de Estado-Providência – notadamente da Europa Ocidental – ao nível das pensões, ou dos apoios no que concerne ao desemprego (originando reformas antecipadas para os trabalhadores autóctones ou o abandono do mercado de trabalho formal), ao nível do declínio da fertilidade e do envelhecimento das populações europeias (produzindo perdas *absolutas* de mão de obra jovem nativa), ou ao nível do incremento do nível de educação (que conduz a atitudes negativas relativamente ao trabalho manual no seio da população nativa, provocando perdas *relativas*).

A comunhão de desafios conduz então à hipótese de convergência (*convergence hypothesis*). Tomando como exemplo a União Europeia, ainda composta por quinze Estados-Membro, os autores afloram a convergência ao nível das políticas (numa perspetiva macro¹²⁵) de imigração, especificamente no que diz respeito aos requerentes de asilo e refugiados, leis de nacionalidade, controlo de fronteiras ou admissão de estrangeiros, baseada em níveis de qualificação.

Esta convergência, argumentam os autores, ocorre sobretudo devido a cinco fatores:

Em primeiro lugar, devido ao *desenvolvimento em trajetórias paralelas*, isto é, a convergência que ocorre quando diferentes países enfrentam pressões domésticas semelhantes, que resultam na implementação de respostas políticas semelhantes de forma independente. Problemas demográficos e/ou económicos como o declínio da fertilidade, envelhecimento demográfico, uma procura estrutural de mão-de-obra estrangeira ou incerteza

125 Cornelius e Tsuda (2004:16-17) referem que a convergência só pode ser identificada numa escala macro, explicando que as semelhanças, ao nível das políticas referentes às migrações, entre diferentes países, numa escala micro são dificilmente identificáveis dada a volatilidade das mesmas. A frequência das alterações das políticas a uma escala micro é elevada, sendo que podemos assistir a modificações, por vezes, numa base anual. Ao invés, numa perspetiva macro, as políticas podem alterar-se uma ou duas vezes por geração. Como exemplos, os autores sublinham os casos dos Estados Unidos da América, (leis de reunificação familiar) Canadá (sistema de imigração baseado em níveis de qualificação) e Japão (leis referentes a restrições de admissão) com medidas que têm a sua origem nas décadas de 1950 e 1960.

económica por parte da população nativa (o que gera a redução dos níveis de tolerância relativamente à imigração) estão na base deste tipo de convergência. Pode também ser o resultado de interesses institucionais e políticos semelhantes presentes em diferentes países, semelhanças ao nível dos regimes políticos ou da opinião pública.

Segue-se aquilo que os autores denominam por *emulação política*, o que poderá ser definido, de forma bastante simplista, como a imitação (ou numa lógica competitiva) das políticas de outros países bem-sucedidos na aplicação de determinadas medidas, resultando do estudo de outras realidades ao nível das políticas voltadas para a imigração, identificando a sua eficácia e consequências, decidindo assim seguir essa mesma via ou, ao invés, rejeitá-la. Como exemplo, no contexto europeu, os autores referem a aproximação ao modelo norte-americano de reforço do controlo de fronteiras após 1993, ou o uso por parte da Alemanha e França do sistema de vistos utilizado nos Estados Unidos da América para ‘importar’ mão-de-obra qualificada.

A convergência resultante de *eventos globais ou geopolíticos* é também explicada pelos autores. Alguns eventos económicos e/ou políticos de escala global podem conduzir à convergência ao nível das políticas de imigração. Problemas económicos com consequências globais podem levar, como exemplo, a restrições relativamente ao número de imigrantes num dado país (tanto aqueles que se dirigem para esse país ou, *no limite*, para aqueles que já nele se encontram). Exemplos trazidos relembram os acontecimentos de 1973 referentes ao “choque petrolífero”, resultando na cessação dos programas de trabalhadores convidados por parte da Europa ocidental ou os ataques terroristas a 11 de Setembro de 2001 com a implementação por parte dos governos norte-americano e europeus de medidas de segurança reforçada no que diz respeito às políticas de imigração (controlo da mesma) em nome da segurança nacional, controlo das fronteiras, controlo da emissão de vistos e programas específicos direccionados a imigrantes provenientes de países muçulmanos.

A *opinião pública* insere-se também neste elenco. Embora – e como já foi referido – seja difícil discernir entre causa e efeito, isto é, se é a opinião pública a moldar as medidas políticas ou vice-versa, como explicam os mesmos autores, como exemplo, no caso Britânico, as medidas liberais por parte do governo contrastam com a não-aceitação das mesmas por parte do público. A preocupação por parte da população nativa relativamente à “ameaça” estrangeira, o crescimento do sentimento anti-imigração ou, de forma drástica, no crescimento da extrema-direita afetam, inevitavelmente, a criação ou reformulação de medidas voltadas para a imigração. Casos como os da Alemanha, Reino Unido ou Holanda que investem em políticas de imigração baseadas nas qualificações dos imigrantes (isto é,

altamente qualificados ou qualificados) ilustram bem esse efeito sobretudo face à percepção do público relativamente aos abusos por parte de (p. ex.) requerentes de asilo no que diz respeito ao Estado-Providência do país – voltando assim à ideia de “boa” e “má” imigração.

Ultima-se, aqui, com a convergência por *integração regional*. Na base deste tipo de convergência encontra-se a pertença dos países importadores de mão-de-obra a um organismo supranacional ou regional como é o caso da União Europeia. Uma ideia que importa aqui frisar reside no facto de, mesmo na União Europeia, onde a cooperação regional no que concerne à imigração ou asilo é avançada, a “harmonização” das medidas é severamente limitada pela relutância dos Estados-Membro, que de forma individualizada, não abandonam a sua soberania no que toca ao controlo da imigração, assim como pela possibilidade de um Estado-membro dissidente possa bloquear a adoção de políticas comuns dado a necessária unanimidade entre os diferentes governos (2004:10; 16-19).

Como se pode constatar, a discussão em torno das migrações e a sua relação com os benefícios sociais assenta em dualidade: Entre os indivíduos qualificados (ou altamente qualificados) e não qualificados; na oposição entre os migrantes que exercem um ónus nos sistemas de segurança social dos países recetores e constituem uma “ameaça” para a população nativa e os que contribuem para o desenvolvimento desses países; Ou entre aqueles que encontram constrangimentos no acesso a benefícios e proteção social (não qualificados) e aqueles que (aparentemente), de forma relativamente acessível, vão ao encontro desses mesmos benefícios (qualificados e altamente qualificados). Contudo, deve ser tido em conta que a falta de “harmonia” (anteriormente abordada) no que se refere às políticas respeitantes às migrações, à mobilidade e, mais concretamente, ao acesso a benefícios providenciados pelos sistemas de segurança social dos países europeus afetam não apenas aqueles que apresentam níveis de qualificação mais reduzidos. Num estudo intitulado “Improving the Social Security of Internationally Mobile Researchers”, Danny Pieters e Paul Shokens (2011) abordam as questões relativas à relação entre a mobilidade dos investigadores académicos e os sistemas de segurança social no contexto da União Europeia, identificando vários constrangimentos, consequências para os próprios investigadores, famílias, assim como para as sociedades europeias de uma forma geral. Um importante conjunto de elementos surge da argumentação, discussão e recomendações dos dois autores. Em primeiro lugar, a mobilidade é um fator essencial para as carreiras dos investigadores, trabalhando cada vez mais em ambientes multinacionais, estando muitas vezes ligados institucionalmente a um dado país, desenvolvendo pesquisas num outro, ou trabalhando em redes de investigação dispersas por vários países. Mais ainda, sendo, em princípio, o interesse

primordial do investigador organizar a sua pesquisa, os aspetos relativos à organização da sua proteção social recaem para segundo plano, visto que o acesso à informação acerca destes aspetos é (segundo os autores), na maioria das vezes, escassa em quantidade e qualidade, quer falemos de um empregador específico ou de organizações maiores (p. ex. universidades). Apesar da existência de Regulamentos de Coordenação Europeia, assim como de um Espaço de Investigação Europeia, em última análise, os constrangimentos mantêm-se. Note-se que, como já foi abordado, os Estados-Membro da União Europeia detêm soberania no que diz respeito à organização dos seus sistemas de segurança social e, mais concretamente no caso dos investigadores, relativamente à forma como são definidas as relações laborais – seja assalariado, funcionário público, trabalhador por conta própria, estudante (...), ou, nas palavras dos autores, numa outra categoria *sui generis*. Existindo, de facto, um portal específico para os investigadores europeus ou que pretendam desenvolver pesquisas na União Europeia – Portal Europeu da Mobilidade dos Investigadores (através do portal EURAXESS) –, o mesmo contém informação de carácter demasiado generalista, exigindo um conhecimento prévio das especificidades dos países envolvidos no que toca aos sistemas de segurança social, que não pode ser assumido pelos seus utilizadores (2011:52-53).

O papel dos diversos canais de informação ao alcance dos migrantes, assim como os diferentes mecanismos de divulgação e a forma como estes afetam os processos de decisão constituem assim um importante elemento de análise no contexto aqui estudado. Importa analisar, de forma profunda, quais são esses canais (diversificados), a natureza da informação (notadamente no que diz respeito à proteção social), assim como a sua influência nas aspirações e padrões de mobilidade dos indivíduos. Desta forma, importará identificar o papel de formas de informação que poderão partir de redes pessoais – contacto pessoal com indivíduos cujas trajetórias passam pela experiência migratória –, a outros canais mais “difusos” que passam por imagens e ideias acerca das migrações (oportunidades, desafios...) transmitidos de forma mais indiscriminada, voltada para uma audiência mais vasta (Bakewell e Jolivet, 2015).

Retomando o estudo de Danny Pieters e Paul Shokens (2011), no contexto particular do funcionamento do sistema de segurança social de um dado país, os investigadores podem inserir-se num estatuto específico dada a sua ligação à academia – bolseiro –, um estatuto atribuído no contexto da universidade em particular onde desenvolve o seu trabalho, ou outro estatuto em particular. As questões referentes ao tempo (indefinido) adquirem também aqui a maior relevância. No que diz respeito ao trabalho desempenhado pelos investigadores numa

base de mobilidade, o carácter volátil relativamente aos períodos de pesquisa (de meses a anos), que podem ser num dado país, de volta ao país de origem, seguindo-se um outro (como exemplo) colide com as políticas europeias respeitantes à segurança social e migrações que assentam numa lógica a longo prazo.

Outras questões absolutamente cruciais para estes indivíduos prendem-se com a portabilidade dos seus benefícios sociais. Os sistemas de pensões variam de país para país no contexto da União Europeia, sendo que, para alguns investigadores, pensando nas suas reformas, a incompatibilidade entre sistemas pode levantar dificuldades na portabilidade de benefícios, adquiridos no desempenho das suas funções, de um país para outro.

No caso dos investigadores vindos de Países Terceiros para a União Europeia, as dificuldades são ainda mais assinaláveis ou mesmo exacerbadas. Estes indivíduos, ao pretenderem trabalhar na União Europeia, mover-se dentro da mesma, ou ao regressar aos seus países de origem, vêm os benefícios destinados às suas famílias (ou outro tipo de pensões) perdidos dado que não podem ser transferidas para fora da União Europeia. Note-se que os investigadores, de uma forma geral, dão entrada nos sistemas de segurança social mais tardiamente do que os outros trabalhadores de uma forma geral, sendo que essa entrada ocorre, normalmente, apenas quando se atinge alguma estabilidade ao nível laboral. Assim, as questões relacionadas com a relação entre os benefícios sociais e as carreiras ligadas à investigação despoletam consequências destacáveis ao nível social, notadamente no que concerne ao adiamento da parentalidade dada a insegurança deste tipo de ocupação.

Mais uma vez, através desta análise ao caso dos investigadores, compreendemos a importância de uma abordagem que contemple também os países de origem no que diz respeito à ligação entre benefícios sociais e migrações.

Ainda dentro do contributo aqui em análise, os autores colocam duas importantes questões: Até que ponto a segurança social influencia a mobilidade dos investigadores? Até que ponto a mobilidade dos investigadores afeta a segurança social destes? Os autores – baseando-se em tentativas anteriores de compreender o fenómeno – afirmam que é difícil responder à primeira questão, sendo, para eles, a qualidade da investigação a razão mais provável para que um investigador decida realizar o seu trabalho noutro país. Argumentam ainda que a atratividade do salário, assim como a possibilidade de instalar as suas famílias no novo destino, serão os maiores fatores de atração, sendo o impacto das questões referentes à segurança social baixo. Contudo, afirmam ainda que seria erróneo concluir que iniciativas mais significativas não são necessárias para a liberdade de circulação dos investigadores, ou

pelo menos, para eliminar as barreiras existentes no que diz respeito à segurança social para a mencionada livre circulação entre Estados-Membro (2011:50-53;56).

Tomando os elementos trazidos por Pieters e Schouckens, torna-se assim central uma análise que contemple as questões relacionadas com os países de origem dos migrantes.

4.4 Emergência de uma análise contemplativa dos países de origem

No que diz respeito a uma análise não negligente da importância dos países de origem neste contexto encontra-se no relevante contributo trazido por Kureková (2011) explicado seguidamente. No seu trabalho “The role of welfare systems in affecting out-migration: The case of Central and Eastern Europe”, conclui, explorando os casos da Europa Central e do Leste, que no contexto europeu, tanto durante a transição como no período de adesão à União Europeia que os países que mais investiram nos seus níveis de proteção social forma menos afetados pela emigração, especificamente a Eslovénia, Hungria e República Checa. A autora frisa justamente a tendência por parte da academia em focar-se, quase que exclusivamente, na perspetiva dos países de destino, mostrando a necessidade fulcral da contemplação da origem. De facto, como se vem observando ao longo deste capítulo, os elementos fundamentais na análise da relação entre migrações e regimes de *welfare state* centram-se em grandes pontos: A forma como, diferentes tipos de regimes de Estado-Providência do Ocidente, afetam as taxas de imigração, assim como a composição das mesmas, em termos de qualificações; Diferenças entre a dependência relativamente aos benefícios sociais entre nativos e estrangeiros; As questões referentes à integração dos imigrantes e o controlo das entradas destes (2011:6). Contudo, a análise da importância da perspetiva da origem já vinha sendo assinalada. Note-se o contributo de Massey et al. (1993), ao abordarem as *novas economias das migrações*, através do qual podemos claramente observar o papel da origem. Kureková (2011) sublinha este ponto, apontando a capacidade de mediação do comportamento do mercado de trabalho por parte dos países emissores. Referindo-se às *novas economias das migrações*, a autora destaca que as decisões de migrar são influenciadas por um abrangente conjunto de fatores moldados pelas condições nos países de origem. Massey et al. (1993:436-440), passando das teorias adstritas às teorias da *economia neoclássica*, ou seja, de uma perspetiva individual relativamente à decisão de migrar, para uma perspetiva que traz uma nova unidade de análise: família ou agregado familiar. Esta abordagem baseia-se fortemente na minimização de riscos e constrangimentos através do papel das remessas para o agregado familiar (países de origem), assim como na importância

dos mecanismos de proteção social nos países emissores. Os autores, através de vários exemplos, destacam que não são apenas as condições no destino a influenciar as decisões de migrar. Para além disto, é ainda destacado o carácter determinante da comunidade na qual uma dada família se insere, naquilo que se denominada como *privação relativa*. Este último conceito indica-nos que, o mesmo ganho esperado através de uma migração, não tem o mesmo significado para famílias em diferentes locais, destacando-se a relevância da comunidade. A privação é considerada em termos relativos a outros em redor, isto é, como explicam os autores, não apenas para aumentar o rendimento das famílias (de forma absoluta), ou diversificar os seus riscos (abordado adiante), mas também para melhorar os seus rendimentos dentro do seu grupo referencial. Este conceito indica que o crescimento deste sentimento de privação relativa é proporcional à motivação para migrar. Dentro de uma comunidade, ao observar-se o sucesso obtido (maior rendimento resultante das remessas enviadas) através da migração de um membro de um dado agregado familiar, o que origina outras migrações na comunidade dado o seu sentimento de privação em relação àqueles que obtêm melhores rendimentos, poder de compra, etc. Outro ponto importante encontra-se na ausência de mecanismos de proteção social em países em vias de desenvolvimento. Partindo de exemplos adstritos à produção agrícola, esta teoria mostra-nos a importância da origem. Em primeiro lugar, relativamente ao *Seguro de colheitas*, os autores sublinham que, num contexto de produção agrícola, uma família pode introduzir novas técnicas de cultivo, existindo para tal seguros (privados ou estatais) que através de prestações, funcionam como garantia face (p. ex.) a um dado fenómeno natural. Na ausência destes mecanismos, um membro do agregado migra, enviando remessas como garantia de subsistência; Em relação aos *Mercados Futuros*, as *novas teorias económicas* indicam-nos que em países desenvolvidos existem seguros que garantem o preço de venda da produção face a flutuações do mercado. Contudo, não havendo estes seguros, as migrações atuam como mecanismo de defesa; O mesmo é observável no que concerne ao *Seguro de Desemprego e Mercado de Capitais*, sendo que, no primeiro caso, quando um membro de um dado agregado familiar perde o seu meio de subsistência (por perda de emprego ou por outros impedimentos), o membro que migrou garante a proteção familiar, ou, no último, garante investimentos necessários na produção agrícola face à impossibilidade, por parte das famílias, de recorrer a empréstimos ou outros constrangimentos. Em suma, as migrações funcionam como um mecanismo de proteção, ou, em última análise, como um seguro para as famílias que ficam nos países emissores. Stark (1991) – outro dos autores a que Kureková (2011) faz referência na sua análise acerca da importância da origem nesta discussão –, ao abordar as *novas*

economias das migrações laborais, para além dos pontos fundamentais que Massey et al. (1993) mais tarde explanam, destaca um outro elemento – de forma mais detalhada – acerca da mutualidade entre a origem e o destino. Stark (1991:25-27) – na sequência do conceito de privação relativa –, explica como as migrações laborais são despoletadas por processos de tomada de decisão conjuntos, entre migrantes e não migrantes, em que os custos e benefícios são partilhados, numa base de “contrato implícito”. O autor realça que não se trata de mero altruísmo por parte do migrante, mas sim de um acordo entre o migrante e a família. Neste contexto, as migrações laborais não são resultado de decisões individuais (ou individualistas), mas sim de uma ‘interdependência mútua’. A migração é duplamente benéfica: o migrante consegue melhores rendimentos, sendo concomitantemente “assegurado” pela família, ao passo que esta, ficando no país emissor, é “assegurada” pela chegada de remessas.

Partindo dos exemplos supracitados, Kureková (2011) vai ao encontro de análises que privilegiam a perspetiva da origem relativamente à relação entre benefícios sociais e migrações, mais especificamente, no que respeita à ligação entre os fluxos de saída e os níveis de proteção social. A autora apoia-se fortemente nos trabalhos de Khoudor-Casteras (2008), Koettl (2006) e De Jong et al. (2005).

A análise de Khoudor-Casteras (2008) é extremamente relevante para esta discussão. Neste estudo, é abordado o declínio da emigração alemã antes da I Guerra Mundial, usualmente explicado pelo decréscimo das diferenças salariais ao nível internacional ou pela crescente industrialização. Contudo, o autor explora a importância do facto de o sistema de segurança social alemão ser um dos mais desenvolvidos do mundo – dadas as alterações trazidas por Bismarck¹²⁶ no decénio de 1880 –, o que terá contribuído para evitar a saída de trabalhadores do país¹²⁷. A base explicativa para este fenómeno reside no facto de os potenciais migrantes

126 Chanceler alemão entre 1871 e 1890, foi responsável pela nova legislação social que incidiu sobretudo em quatro áreas: doença, acidentes de trabalho, velhice e invalidez. Khoudor-Casteras (2008:14) resume as medidas trazidas por esta reforma: “The first of these laws [...] consisted of sickness insurance. All the industry’s workers who earned less than two thousand reichsmarks per year benefited from an insurance paid, for two-thirds, by the workers themselves (according to their income) and, for one-third, by the employers. Sick workers were covered for medical treatment up to thirteen weeks, and received financial support equivalent to three-quarters of the average wage. The second law [...] dealt with industrial accidents. The employers were under the obligation to pay the whole contributions. The accident victims did not have to prove anymore that the employer was responsible. In the case of permanent total disability, the workers could receive a periodical rent equivalent to two-thirds of their annual earnings; and in the event they died, the widows and orphans were paid compensation. The law was extended in 1886 in order to include farm workers. [...] [T]he third law, [...], was about old age and invalidity. It introduced a pension system that was financed partly by the government and partly (and equally) by the workers and the employers. Not only industrial workers, but also farm workers, craftsmen and servants were eligible for its benefits, irrespective of wage level”.

127 A verdadeira intenção de Bismarck poderá, na verdade, não ter residido no abrandamento da emigração. Como nota Pereira (2009:484-5) “Esta intenção não se deduz nem dos discursos de Bismarck nem dos trabalhos

não considerarem apenas as diferenças salariais entre países, mas também os “ganhos indiretos” espelhados nos benefícios sociais, constituindo também uma forma de remuneração. O autor conclui referindo que o aumento dos “ganhos indiretos” por parte do Estado resultou numa descida dos níveis de emigração da Alemanha para o destino principal, Estados Unidos da América. Nas palavras do autor:

“The examination of the German case before World War I allows to conclude that there is a strong link between Welfare State and labor mobility. Indeed, the introduction by the chancellor Bismarck of three basic social laws during the 1880s brought about a significant decrease in the German emigration rate. The main explanation is that candidates for migration consider not only the gap between direct wages in sending and receiving countries, but also the differential in what we have called indirect wages, that is, social benefits. As a matter of fact, the existence of such benefits is a form of social remuneration that partly offsets low levels of wage rates in sending countries. [...] It is patently obvious that these results should be extended to other periods and/or other geographical areas.” (2008:52)

É possível traçar um paralelismo entre este país e o caso da União Europeia. Esta comparação é possibilitada pela sua (Estados Unidos da América) diversidade em termos de medidas referentes aos benefícios sociais, particularmente a partir de finais da década de 1990, com a reforma do regime de Estado-Providência que se traduziu no facto de cada estado americano poder definir a sua política relativamente aos benefícios sociais, refletindo-se ainda numa grande heterogeneidade, tal como no caso da União Europeia (no que concerne às migrações intra-europeias).

Voltando ao trabalho de Kureková (2011), e mais especificamente na comparação entre o caso norte-americano (no seguimento do raciocínio anterior) e o da União Europeia no que diz respeito à heterogeneidade de políticas respeitantes ao acesso a benefícios sociais entre estados norte americanos e países europeus, a autora apoia-se no trabalho de De Jong et al. (2005). A partir deste último trabalho, é demonstrado que as políticas relativas ao regime de Estado-Providência, no contexto norte-americano, podem funcionar, simultaneamente como um fator de atração na decisão de migrar para outro estado, assim como num fator de retenção, influenciando os migrantes a permanecer no seu estado de residência. O trabalho

de preparação das diferentes leis sociais (Kott, 1995; Machtan, 1999; Hennock, 2007). A intenção de Bismarck era diminuir a influência da oposição, nomeadamente dos sociais-democratas, ligar as classes populares ao império e reduzir os riscos sociais e políticos causados pela industrialização. A instituição de políticas sociais pode ser vista pelos dirigentes de um regime autoritário como uma maneira de obter uma certa legitimidade, que eles não possuem, nem pela unção do sufrágio universal, nem pela tradição”.

mencionado procura compreender o efeito de políticas de Estado-Providência mais restritivas ou mais flexíveis (ou generosas) no processo de decisão de migrar, concluindo que, nos Estados Unidos da América, políticas restritivas no que respeita ao acesso a benefícios sociais estimulam os fluxos de saída de famílias em situações de maior precariedade, contudo, os estados que possuem políticas mais flexíveis não são mais atrativos para as famílias na situação mencionada. Em suma, no estado de origem, as políticas restritivas funcionam como fator de repulsão, o que não tem relação com a situação económica desse mesmo estado. Os Estados de destino caracterizados por políticas restritivas e altos níveis de desemprego são menos atrativos para estas famílias do que estados com o mesmo tipo de políticas mas baixos níveis de desemprego. Assim, constata-se que as políticas de segurança social aumentam a probabilidade de saída quando a origem apresenta políticas mais restritivas, com baixos benefícios, para destinos com políticas mais flexíveis e melhores benefícios juntamente com melhores oportunidades de emprego (Kureková, 2011:7). A autora transpõe ainda as ideias de Koetl (2006) que demonstram a possibilidade das migrações poderem ser afetadas não apenas por via das políticas de imigração ou emigração, mas também de forma indireta através da proteção social e das políticas referentes do mercado de trabalho. Demonstra-se ainda que fatores como a transferibilidade ou portabilidade dos benefícios da segurança social, assim como o acesso a cuidados de saúde e pensões são cruciais para o encorajamento das migrações temporárias ou circulares. A existência de uma “rede de apoio” no país de origem pode também influenciar os fluxos migratórios através do decréscimo das assimetrias na origem, baixando consequentemente a emigração de trabalhadores pouco qualificados para países com ainda mais desigualdade.

No seu estudo acerca dos casos da Europa Central e do Leste, Kureková (2011) conclui ainda que, por exemplo, no caso dos jovens, a saída dos seus países de origem se pode dever à incompatibilidade entre as suas habilitações e aquilo que o mercado de trabalho oferece (remuneração, reconhecimento), assim como, de forma assinalável, à vontade de viajar, de participar em novas experiências ou melhorar competências linguísticas. A autora frisa que, o Estado, através de medidas ao nível da proteção social – através de subsídios de desemprego para recém-licenciados, programas de emprego subsidiados pelo estado ou programas de novas competências compatíveis com o mercado de trabalho –, poderia reduzir a saída de jovens, mitigando-se assim uma das questões cruciais para as sociedades europeias.

Através da análise dos mais variados trabalhos relacionados com a relação entre as migrações e o Estado-Providência é facilmente constatável a sua importância para o estudo das primeiras. Como coloca a autora, os regimes de Estado-Providência podem oferecer formas

de rendimento direto e indireto, que afetam a qualidade de vida, diversificam o leque de escolhas e providenciam segurança face a riscos, o que mostra a necessidade da sua inclusão na análise dos fluxos migratórios esperados (2011:17-18;21).

Diz-nos Benton (2013:2) que é improvável que os migrantes intra-europeus baseiem as suas decisões de mobilidade em benefícios sociais, sendo que, contudo, os sistemas de segurança social possam funcionar como o “óleo” no mecanismo de livre circulação europeia. Persiste contudo a necessidade de uma análise profunda, que privilegie as narrativas dos indivíduos (não obliterando a necessária abordagem de fatores meso e macro), conhecendo os “obstáculos intercalares”, quais os fatores mais importantes na decisão de migrar consoante a fase da vida em que o migrante se encontra, identificando as suas aspirações, visando compreender o papel da proteção social neste contexto.

4.5 As mais recentes abordagens: inclusão de perspetivas “entre lugares” e diferentes estratégias no que se refere à proteção social

Contributos recentes têm explorado novas abordagens respeitantes à forma como olhamos para a proteção social, especificamente a dimensão transnacional, destacando formas de vida e estratégias que se desenvolvem “entre-lugares” assim como as vertentes formal e informal (Faist, Bilecen and Barglowski, 2015; Faist, 2015; Levitt et al. 2016). Face à complexa realidade respeitante aos padrões de mobilidade atuais, torna-se necessário ter em mente que a forma como os migrantes interagem com a proteção social enquanto consumidores, e a forma como a mesma é providenciada, não se restringe a um único Estado-Providência a apenas um país. Estamos assim perante um fenómeno que envolve mais que um país assim como uma miríade de atores que providenciam proteção social, entre os setores formal e informal que ultrapassam fronteiras (Faist, 2015:3-4). Estas novas perspetivas enfatizam a necessidade de ir além de visões baseadas de forma exclusiva nas migrações assentes na procura de proteção ao nível estatal do país de destino (leia-se benefícios sociais) ou nos números referentes ao acesso a benefícios sociais espelhados em discursos políticos, e divulgação por parte dos média, de cariz discriminatório em relação aos migrantes (Bilecen e Sienkiewicz, 2015:228).

Barglowski, Bilecen e Amelina (2015:216) chamam a atenção para as diferentes e complexas estratégias desenvolvidas pelos migrantes face aos vários desafios encontrados – desde questões relacionadas com a saúde ao desemprego –, compreendendo diferentes fases da vida destes indivíduos – dos cuidados com crianças aos cuidados com idosos.

Autores como Levitt e colegas (2016), juntamente com Faist (2016), apresentam-nos a noção de “Transnational Social Protection” ou “Proteção Social Transnacional”, que pode ser definida como “as políticas, programas, pessoas, organizações, e instituições que providenciam para, e protegem os indivíduos, nas áreas da saúde, desemprego, educação, habitação (...) de uma forma transnacional”¹²⁸ (Levitt, et al 2016:5). Mais ainda, esta abordagem chama a nossa atenção para as diferentes formas como os indivíduos “juntam um pacote de diferentes formas de proteção provenientes de mais que um Estado-Nação, assim como para a forma como os Estados-Nação podem proteger e providenciar proteção para uma população em movimento”¹²⁹ (2016:3). As categorias macro e nacional, enquanto níveis de análise, são questionadas por estes autores, sublinhando a necessidade de uma visão que vá mais além que os fluxos migratórios e conjuntos de benefícios existentes ao nível da proteção social, enfatizando as complexas interações entre os indivíduos e as vertentes formais e informais dos Estados-Providência. Uma ideia que resume de forma eficaz estas novas abordagens, é trazida por Levitt e colegas, ajudando a sintetizar a crucial necessidade de uma nova visão para as temáticas que aqui se analisam:

“We call on scholars to move beyond classic, state-based approaches and debates about their classification (Arts & Gelissen, 2002; Aspalter, 2011; Esping-Andersen, 1990) in order to consider how millions of individuals are embedded in transnational social fields, and how multiple state and non-state actors protect and provide for them. Much of the emerging work on new forms of social protection, while focusing on migrants, still sees individuals as living in discrete nation-state units, although it recognizes that they might be protected and provided for by a combination of sending and receiving state policies (Avato, Koettl, & Sabates-Wheeler, 2010; Gough & Wood, 2006; Holzmann, Koettl, & Chernetsky, 2005 ; MacAuslan & Sabates-Wheeler, 2011)” (2016:3).

No seguimento das ideias acima expostas, e indo além das abordagens que privilegiam a escala nacional e as visões mais “tradicionais” que não contemplam a “voz” dos indivíduos na compreensão da interação entre migrações e proteção social, há pontos-chave que devem ser salientados. São vários os aspetos que frequentemente são detidos como axiomas pelos investigadores ao olhar para a interação mencionada, havendo uma urgente necessidade no sentido de reconfigurar e desafiar as visões mais “tradicionais”. Um importante ponto a destacar consiste no facto de os sistemas formais apresentarem falhas, o que obviamente conduz à necessidade, por parte dos indivíduos, de recorrer a redes pessoais e de construir

128 Tradução do original “the policies, programmes, people, organizations, and institutions that provide for and protect individuals in the above areas [healthcare, employment, education, housing...] in a transnational manner” (Levitt, et al. 2016:5).

129 Tradução do original “piece together a package of protections from more than one nation-state, or how nation-states might protect and provide for a population on the move” (Levitt, et al. 2016:3).

estratégias informais (Bilecen e Sienkiewicz, 2015:228).

Quer estejamos a abordar assuntos referentes à discriminação face aos migrantes, diferenças entre o funcionamento *de jure* e *de facto* no contexto da proteção social, falta de conhecimento ou desinformação acerca dos apoios existentes por parte dos migrantes (Ciobanu e Bolzman, 2015:10), estes últimos encontram a necessidade de desenvolver novas práticas, de âmbito formal e informal, combinando diferentes recursos, de forma a ultrapassar dificuldades no que se refere ao acesso à proteção social necessária, criando complexos “pacotes” ou “arranjos” (Phillimore et al. 2016), “entre-lugares” e provenientes de diferentes âmbitos – desenvolvido adiante (ver página 180).

Na senda das questões relacionadas com a discriminação face aos migrantes na esfera da proteção social, importa, na seguinte secção, identificar até que ponto o próprio Estado-Providência poderá constituir – na sua heterogeneidade intra-europeia – uma forma de “fronteira” numa Europa de *livre* circulação.

4.6 Europa “fortaleza” ou “permeabilidade selectiva”? O papel do Estado-Providência enquanto forma de “fronteira” no contexto das migrações

De forma concomitante à elaboração deste trabalho, os meios de comunicação social noticiam a discussão de uma nova (e polémica) lei referente à imigração na Dinamarca. A aprovação da medida prevê-se assegurada pela maioria parlamentar. Numa “Europa sem fronteiras” (leia-se *internas*), assente nos pilares de Schengen – com raízes já desde as idealizações da então Comunidade Económica Europeia, “desenhados” a 1985 e efetivados a 1995 – as contradições tornam-se cada vez mais evidentes, tirando força ao epíteto que, há décadas, tem sido a “bandeira” de uma União Europeia que vem enfrentando desafios indissociáveis da complexidade em torno do fenómeno das migrações e da sua relação com o Estado-Providência.

Stephen Castles (2004) identifica alguns dos fatores cruciais para a formação das migrações assim como as consequências destas para a formação de políticas. Para o autor, os processos migratórios são determinados e influenciados por um leque de condições nos países de origem e destino e na relação entre ambos, sendo necessário, para o entendimento de um dado fluxo migratório, uma análise detalhada das sociedades envolvidas. O autor distingue três grandes grupos de fatores: Os que estão associados às dinâmicas sociais dos processos migratórios; Os que se ligam à globalização, transnacionalismo e relações “Norte-Sul”; Por último, os fatores associados aos sistemas políticos.

Neste último ponto, Castles salienta a relevância do Estado-Providência no contexto migratório. O autor destaca assim o papel do acesso aos direitos sociais no que diz respeito à cidadania em estados liberais. Neste ponto, sublinha a importância do Estado-Providência para a entrada de migrantes em novos territórios, frisando que o acesso (ou restrição) ao mesmo pode ser “usado” como forma de barreira (2004:207-208; 216-217).

Este ponto conduz-nos à questão da integração, nomeadamente na sua dimensão estrutural. De acordo com Heckmann (2005:15-16), o conceito de integração estrutural diz respeito à aquisição de direitos, assim como ao acesso a uma dada posição (ou sentimento de pertença) na sociedade de chegada através de “canais” institucionais fundamentais, entre esses, o Estado-Providência. Para o autor, o acesso à proteção social equipara-se a fatores como a participação política nos países de destino, sendo crucial mesmo ao nível das emoções dos migrantes.

Voltando ao exemplo dinamarquês – especificamente no que diz respeito à mencionada lei –, este ajuda-nos a compreender a pertinência desta relação (migrações e Estado-Providência) na atualidade assim como a obrigatoriedade inerente, em qualquer análise dos fenómenos migratórios, em não obviar esta ligação. Em discussão encontra-se então uma lei de asilo que contempla – entre outras medidas – a confiscação de bens a migrantes (requerentes do mesmo) sob o argumento de não serem ultrapassadas as dez mil coroas (cerca de mil trezentos e quarenta euros) como limite de posse por parte dos indivíduos. De acordo com o ministro dos Negócios Estrangeiros dinamarquês Kristian Jensen, “o Estado-Providência dinamarquês baseia-se no princípio de que o Estado dá assistência e ajuda àqueles que não são capazes de satisfazer as suas necessidades, não àqueles que são financeiramente independentes”. Ainda na esfera política, para a ministra da Integração Inger Støjberg, o mesmo é exigido aos dinamarqueses que pretendem receber prestações sociais. Nas suas palavras, “se tiverem valores acima das dez mil coroas, podem ter de os vender para poderem receber os benefícios” (“Dinamarca vota lei de asilo que permite confiscar bens a migrantes”, 2016). Estas medidas têm merecido olhares atentos e críticos que comparam esta realidade às práticas nazis no decorrer da Segunda Guerra Mundial.

Como destaca Ulf Hedetof – Professor de Estudos Internacionais na Universidade de Copenhaga –, a restrição à entrada de refugiados por parte da Dinamarca pode ser já identificada no decorrer do século XIX, sendo que outros fatores como guerras perdidas ou a ocupação Alemã durante a Segunda Guerra Mundial influenciam a visão relativamente ao exterior, o que leva à necessidade de um sentimento de auto-suficiência, de homogeneidade política e social e de uma suspeição generalizada no que diz respeito às migrações,

notadamente quanto aos refugiados. Para Hedetof, especificamente os refugiados são considerados não só uma ameaça para a coesão cultural e prosperidade económica, como um “peso” para a economia nacional, não como um recurso (Schaart e Nielsen, 2016). Serve este ponto para sublinhar a importância das especificidades de cada país, no contexto europeu, na análise da relação entre migrações e o Estado-Providência, não apenas nas diferentes tipologias que caracterizam o funcionamento dos mesmos, mas nos diferentes acontecimentos que desencadeiam visões dissemelhantes relativamente às políticas de imigração.

Por detrás das políticas adstritas ao Estado-Providência dinamarquês, encontra-se toda uma evolução histórica que ajuda no entendimento das mesmas. As perdas sucessivas de território desde o século XV são ainda hoje sublinhadas na página oficial do governo dinamarquês para justificar a (diminuída) extensão territorial do país como resultado de perdas sucessivas (de guerras e, consequentemente, de territórios). O Estado-Providência deste país evolui, notadamente a partir do século XIX, como forma de assegurar a prosperidade do país após as importantes transformações do passado (acima referidas), sendo (não obstante) ainda considerado um dos mais igualitários do mundo (Bredgaard e Daemmrich, 2012:3). Ora, justamente em relação ao caso dinamarquês, Andrew Geddes (2003:156) critica fortemente este suposto carácter “equitativo” da proteção social denunciando o seu fecho face aos novos imigrantes.

No caso dinamarquês, a visão relativamente ao imigrante não se aplica de forma indiscriminada a qualquer perfil. Contrariamente ao fecho declarado a indivíduos como refugiados ou requerentes de asilo encontra-se – em extrema oposição – a procura de migrantes altamente qualificados. Neste extremo, situam-se políticas opostas, caracterizadas pela abertura, visando, sobretudo (se não exclusivamente), a prosperidade económica (McLaughlan e Salt, 2002:78-81) que Hedetof frisava.

O exemplo explorado representa de forma clara a dicotomia que pauta o real funcionamento das políticas migratórias na União Europeia. De facto, desde a abertura do seu mercado interno, a União Europeia “modernizou” as suas políticas relativamente à imigração, refletindo-se no desiderato de manter os requerentes de asilo longe das fronteiras europeias – reais ou imaginadas –, lutando contra a imigração ilegal e através da extensão das mesmas políticas até aos países de origem ou circuitos dos migrantes.

Assiste-se assim a novos patrulhamentos das fronteiras, assim como a um fechamento e *fortificação* das “fronteiras exteriores”. Ao mesmo tempo, contrastando profundamente com a ideia anteriormente referida acerca do fecho relativamente ao exterior, as fronteiras da União Europeia vão sendo *seletivamente abertas* a alguns migrantes (fora da União Europeia)

de fora a colmatar necessidades da economia dos diversos países quer de forma temporária como permanente. Denota-se, obviamente, uma clara ambivalência entre a atração de migrantes “valiosos” para a economia, e a rejeição daqueles que, aparentemente, não trazem valor à mesma (Van Houtum e Pijpers, 2007:292).

Como é constatável, a fronteira vai para além dos seus limites físicos, “deslocando-se” até à origem. O que realmente se pode verificar consiste na passagem das fronteiras enquanto limites políticos dos estados, às fronteiras enquanto construções sociais e territoriais. As fronteiras extravasam assim os estados ou as nações, prendendo-se à forma como se *perceciona* ou imagina o mundo (Van Houtum, 2005:673-674).

O investimento das representações é outrossim crucial para esta discussão. Edward Saïd ([1978] 2004) explora de forma notória a construção da “visão europeia” em *Orientalismo*. A forma como – do ponto de vista dos europeus – se olha para o *Outro*, baseada nas construções e mitos referentes ao Médio Oriente, que propicia a legitimação do *status* cultural e ambições europeias constitui um elemento que não pode ser obviado nas análises relativas ao contexto migratório europeu, havendo assim o risco de uma visão que, embora contemplando as teorias basilares do estudo das migrações, se apoia em demasia nos elementos numéricos, não explorando questões absolutamente fulcrais que ajudam a explicar os fenómenos atuais.

Em suma, é possível observar a relação entre o Estado-Providência, os fenómenos migratórios e a construção de fronteiras, não apenas físicas, mas também culturais e sociais. Uma clara dicotomia estabelece o debate que explora a relação aqui abordada, entre uma “Europa Fortaleza” ou uma ideia de “permeabilidade seletiva”. Toma-se aqui de empréstimo este último conceito vindo da Biologia Celular, que diz respeito – de forma muito simplista – aos mecanismos que permitem a manutenção da vida das células através de uma membrana celular que determina a entrada das substâncias que permitem o crescimento, regeneração e atividades fundamentais, regulando a saída daquelas substâncias que não contribuem para o funcionamento da célula. A analogia não constituirá, certamente, um elemento inovador para o estudo das migrações. A 26 de Setembro de 2013, na conferência intitulada “Examining Migration Dynamics: Networks and Beyond”, no âmbito do projeto THEMIS – Theorizing The Evolution of European Migration Systems¹³⁰ –, Robin Cohen, referindo-se aos fenómenos migratórios, fala sobre o facto de os grandes avanços da Ciência, especificamente no decorrer do século XIX, resultarem do campo da Biologia da Evolução (ou Evolutiva),

130 <http://www.imi.ox.ac.uk/completed-projects/themis>

não sendo surpreendente que alguns dos grandes cientistas sociais deste período – como Tönnies ou Durkheim – terem usado noções associadas à orgânica e organismos, ou outros exemplos ao nível do corpo. Cohen refere-se contudo à comparação traçada por Lévi-Strauss, que aborda a chegada de indivíduos vindos de um lugar “estranho” a uma nova sociedade como a algo que dá entrada num corpo, podendo ser “assimilado” ou “rejeitado”. Pegando na analogia mencionada, importa compreender – e no contexto de uma União Europeia que vai reinventado as suas fronteiras –, de que forma, o Estado-Providência, nos seus diferentes modelos e modos de implementação, adquire uma nova função, não como fonte de oportunidades e proteção, mas como se de uma membrana celular falássemos, filtrando o “bom” e o “mau”, importando conhecer como a lógica acima explicada pode afetar os cidadãos que circulam livremente no espaço europeu, teoricamente imunes às dificuldades acima descritas. Na próxima secção volta-se a atenção para o desenvolvimento de alguns aspetos teóricos essenciais para a compreensão das razões por detrás da decisão de migrar, sublinhando-se a multiplicidade e complexidade de elementos que as moldam.

4.7 Aspirações, motivações e perceções no contexto das Migrações

Analisar as aspirações e motivações que subjazem a decisão de migrar não é de forma alguma uma tarefa linear. Num importante contributo para a sistematização e aprofundamento dos incontornáveis marcos para esta discussão como aqueles trazidos (entre outros) por Massey e colegas (1993) ou Arango (2000), anos mais tarde, Hagen-Zanker (2008), coloca a grande questão no próprio título do seu trabalho, que persiste em alimentar o pensamento em torno deste fenómeno: Por que razão migram as pessoas?

Outras inquietações fundamentais eram sublinhadas por Russel King anos antes, questionando o motivo pelo qual ocorrem as migrações, quem migra, quais os padrões espaciais e temporais dos fluxos ou quais os efeitos das migrações nos locais de origem, de destino e nos próprios migrantes. O autor alerta-nos ainda para a importância de uma análise não meramente multidisciplinar, mas sim *interdisciplinar*, integrando diferentes perspetivas, sublinhando ainda a necessidade de investigar para além das aparentes dicotomias no que toca à classificação dos fenómenos migratórios assim como dos próprios migrantes (2002:90-91).

A realidade complexificou-se desde a criação das (invariavelmente referenciadas) basilares teorias adstritas ao estudo das migrações. Seja a visão neoclássica (quer ao nível micro como macro) assente nas diferenças salariais entre origem e destino, assim como nas decisões

racionais por parte do indivíduo face à possibilidade de melhorias salariais, não são suficientes para explicar os fenómenos migratórios. Se assim fosse, o número de migrantes à escala mundial seria indubitavelmente muito superior. Mais ainda, países de origem com realidades próximas ao nível das dificuldades sentidas (notadamente ao nível salarial) apresentariam números semelhantes no que diz respeito ao número de saídas rumo a destinos mais atrativos, o que *de facto* não acontece.

As limitações analíticas aplicam-se outrossim às novas economias das migrações (teoria variante da anteriormente referida), que embora traga a importância da família (extravassando as decisões individuais), pecam pelo enfoque em realidades específicas (nomeadamente aliados a uma dimensão rural).

Se percorrermos (superficialmente) o restante leque de (algumas das) teorias que compõe sobremaneira a forma como as migrações são estudadas, desde a dualidade dos mercados de trabalho – centrada na procura de mão-de-obra por parte dos países desenvolvidos –, a teoria do sistema-mundo (ou “world systems theory”) – migrantes como “peões” numa lógica de domínio das grandes potências relativamente à periferia –, assistimos, indubitavelmente a desideratos explicativos que não podem ser considerados unívocos dado que, ora ignoram sobremaneira a origem dos migrantes, ora as suas aspirações.

Não obstante – no seio da chamada perpetuação dos movimentos internacionais ou “perpetuation of international movement” – a relevância de teorias como as redes de migração (“migration networks”), é crucial deter um olhar crítico. É certo que, em qualquer análise em torno dos fluxos migratórios, a existência de laços de entreajuda entre os migrantes que se encontram nos países de destino, recém-chegados e aqueles que se permanecem nos países de origem importa sobremaneira. Todavia, estas redes podem tornar-se exclusivas, o que, em última análise, cessa (ou reduz significativamente) um dado movimento, mantendo-se esta perspetiva mais como um quadro conceptual do que propriamente uma teoria.

Na mesma lógica, grandes carências explicativas podem ser apontadas à teoria de sistemas (“systems theory”) ou à teoria da causalidade cumulativa, na medida em que, não é possível (entre outros aspetos) apontar facilmente as causas para que alguns movimentos migratórios se expandam e outros estagnem, deter os recursos dos migrantes (num quadro de entreajuda) como ilimitados ou reduzir os indivíduos a entidades passivas que reagem a determinados cenários económicos (Massey et al. 1993; Arango, 2000; Bakewell, de Haas e Kubal, 2011:8-11; Kureková, 2011b:13-14).

Não passa pelos objetivos desta investigação analisar a fundo as teorias que deram corpo ao estudo das migrações, sendo apenas o intuito destes parágrafos vincar a multiplicidade de fatores em torno do fenómeno referido, salientando os inúmeros desafios daí advindos. Seria certamente imprudente olhar para algo tão complexo como a decisão de migrar de uma forma simplista podendo ser explicada por *uma* teoria.

O estudo das migrações cai frequentemente não apenas na tentação de categorizações estanques que ignoram inúmeros elementos que se encontram para lá daquelas que usualmente são apontadas (tais como as diferenças salariais), assim como em dicotomias que devem ser olhadas de forma crítica. Há um elemento relacional a ter em consideração, essencial para que o estudo das migrações não ceda às tentações de polarização dos fenómenos, como o usual micro *versus* macro.

Como exemplificam Van Hear e Bakewell, especificamente no âmbito do conceito “push-pull-plus”, durante a chamada Grande Fome, no século XIX, a migração de agricultores irlandeses rumo aos Estados Unidos da América mostra esse cariz relacional a não negligenciar. Por um lado, esses fluxos mostram o papel da escolha dos indivíduos em embarcar rumo a um novo destino, assim como os elementos estruturais, como a política migratória norte americana, a política agrária britânica, as rotas transatlânticas então estabelecidas, entre outros fatores. Há aqui, como advogam os autores, um carácter relacional (2018:3-4).

Frisando novamente uma das ideias atrás abordada, se o derradeiro desiderato que subjaz a decisão de migrar para um novo destino fosse meramente alcançar um melhor rendimento ou melhorar as condições de vida (conceito por si só bastante subjetivo), não só o número de migrantes seria superior, como o fenómeno da imobilidade seria facilmente explicado. Nas palavras de Arango (2000:293), “a utilidade das teorias que tentam explicar a razão pela qual as pessoas se movem é ofuscada pela inabilidade em explicar porque tão poucas pessoas se movem” [tradução]. Há diversos fatores em jogo.

Voltando às recorrentes dicotomias, e retomando o contributo de King, o autor explica a necessidade de desconstrução das mesmas. Vários são os exemplos elencados. Tomando alguns, ao analisarmos o binário migração forçada (resultante de um cenário político hostil, situações de fome ou pobreza extrema) em oposição à migração voluntária (despoletada por baixos salários na origem ou apela procura de um melhor nível de educação no destino), é possível verificar que apesar das diferentes razões por detrás destes movimentos migratórios, ambos podem ter os mesmos efeitos no destino, assim como, os indivíduos que os compõem podem passar pelos mesmos processos de forma a entrar nos países de chegada (passagem

clandestina de fronteiras); Aponta ainda o autor que, a linha que separa a classificação de “legal” ou “ilegal”, em relação a um migrante, é ténue. Note-se como repentinamente o estatuto de um indivíduo pode ser considerado ilegal num dado país na eventualidade de cometer um ato que transgrida a lei, na eventualidade de não renovação da sua autorização de permanência ou face a uma situação de desemprego. Por outro lado, é interessante refletir relativamente ao seguinte: quem decide o estatuto legal do migrante? O país de origem, de destino, de trânsito ou uma dada organização internacional? Mais ainda, é curioso observar que tanto um migrante “ilegal” pode trabalhar no mercado formal ou legal, como o contrário pode igualmente suceder (migrante “legal” que desempenha funções numa economia “ilegal”); Por fim (deixando de lado outras das desconstruções do autor), pensando na dicotomia migrante temporário (seguida pelo regresso) *versus* permanente (desprovida de regresso), explica Russell King que a dualidade é demasiado simplista dado que, apesar das intenções do migrante, o resultado pode ser totalmente dissemelhante (2000:92-94).

Não passando pelos objetivos deste trabalho compreender as razões que levam à imobilidade (leia-se, decisão de permanência no país ou região de origem), importa – neste contexto de olhar para além dos binómios recorrentes no estudo das migrações – sublinhar que é bastante redutor colocar os fenómenos mobilidade/imobilidade como estanques e opostos. Como referem Werner e Barcus, a imobilidade não consiste na rejeição da migração, mas sim numa decisão negociada ao longo do tempo, que toma em consideração diversos aspetos, como os económicos, culturais ou sociais. Mais ainda – e indo ao encontro do pensamento supramencionado trazido por Arango – referem os autores, que a literatura existente não explora como as decisões são mutáveis em resposta a um elemento (fundamental para este trabalho): as perceções daquilo que pode ser alcançado com uma dada migração (2009:50;59). Desconstruindo ainda esta suposta dicotomia, sublinha Francesca Conti que a imobilidade e a mobilidade não se encontram em mera oposição, frisando a importância da perspectiva “life course”, sendo que ambos os fenómenos se baseiam em estratégias espaciais pelas quais qualquer indivíduo pode optar ao longo da vida. Em suma – como explica a autora – o facto de um dado grupo se encontrar atualmente numa situação de imobilidade não invalida a possibilidade de uma futura migração (2012:165;180).

O pensamento poderá parecer óbvio, contudo importa sobremaneira no sentido em que nos alerta para, não apenas a forma como determinadas categorias se “diluem”, assim como para a volatilidade das decisões ao longo da vida dos indivíduos. No que diz respeito ao fenómeno da mobilidade (nomeadamente dos jovens), David Cairns traz-nos elementos absolutamente fundamentais para as ideias desenvolvidas nesta secção. Aponta o autor – completamente ao

encontro das formulações aqui apresentadas – que as influências para a decisão de migrar para um novo destino permanecem sub-exploradas. Vinca o autor que a explicação fundamental frequentemente detida como explicativa do fenómeno migratório se baseia na relação entre dinheiro e movimento, isto é, a carência relativamente ao primeiro leva a enveredar pelo último. Como refere o autor, não seria razoável descorar a importância das questões financeiras no processo para a decisão de migrar, sendo contudo simplista considerar que algo tão pessoal e que, em última análise, pode mudar o rumo da vida dos indivíduos possa assentar apenas numa base de diferenciação salarial. Salienta ainda Cairns ser errado assumir que os migrantes possuem informação precisa e detalhada no que diz respeito à situação económica tanto dos países de origem como de chegada, olvidando-se as frequentes representações distorcidas, por parte dos indivíduos, face a ambas as realidades (origem e destino) no que se refere às condições de vida (2009:7-8).

Note-se, como coloca Bakama, que as percepções dos migrantes se baseiam em elementos como a quantidade e qualidade de informação detida (1982:19). Mais ainda, dizem-nos Jones e Zannaras que as percepções são fundamentais para o estudo das migrações, lembrando que, o fenómeno migratório, tem como raiz um processo comportamental em detrimento de simples fatores de repulsão e atração, explicando ainda que a importância da questionação de elementos tais como a não homogeneidade dentro de um dado grupo de migrantes no que se refere às suas características pessoais assim como aos seus níveis de conhecimento no que se refere aos destinos. Defendem os autores que, a ausência desse exercício conduz à falta de poder explicativo no que se refere ao processo migratório (1978:36-37).

King e colegas definem a abordagem “life-course” como focada nas ligações entre elementos como a idade, o lugar, a mobilidade, assim como nas mudanças ao longo das diferentes fases da vida, padrões de migração internacional e implicações consequentes tanto para os países de origem como de destino. Sublinham ainda os autores que esta abordagem tem como tópicos fundamentais as funções socialmente construídas e posições dos indivíduos em diferentes idades, tanto em relação às suas famílias como à sociedade. Reconhecem contudo os autores que as divisões em categorias nesta abordagem “life-course” são demasiadamente simplistas, implicando inevitavelmente a sub-categorização das mesmas dada a complexidade analítica, nomeadamente tendo como exemplos as categorias “crianças”, “estudantes” ou “migrações na idade da reforma”. Uma das vantagens desta forma de análise – notando todavia os autores que algumas migrações podem ser consideradas um sucesso ou fracasso após apenas algumas semanas ou meses – prendem-se sobretudo com o chamar de atenção para as consequências das migrações a longo prazo, para aqueles que de alguma forma

dependem dos migrantes, ou para os membros da família que permanecem nas regiões de origem (2006:240;245).

Neste trabalho, apesar de ser seguida uma abordagem “life-course”, a mesma é tomada como algo mais abrangente. Nas palavras de Hockey e James (2003:5), aborda-se aqui a passagem do tempo ao longo da vida não tanto como o rodar mecânico de uma roda mas sobretudo como a imprevisível corrente de um rio¹³¹. Em particular para os geógrafos, a abordagem “life-course” tem tido como base uma ideia de linearidade, uma sequência programada dos eventos (Collins e Shubin, 2015:96).

Contudo, como mostram os dados empíricos deste trabalho, existem indubitavelmente elementos de “acaso”, “não linearidade” ou “imprevisibilidade” presentes nas vidas dos migrantes. Assim, a análise aqui desenvolvida move-se para além de uma abordagem estritamente assente no ciclo de vida, indo ao encontro de uma abordagem que considera os aspetos sociais envolvidos – “socially constituted life course” – (Tyrrell e Kraftl, 2015:19). Como argumentam Collins e Shubin (2015:97-98), devemos olhar para a interação dos migrantes com a temporalidade não em termos de posse – isto é, tendo controlo sobre o decorrer dos eventos –, mas sim procurar compreender as subjetividades e a não linearidade dessa mesma.

Para além disso, importa sobremaneira compreender que as transições ao longo da vida (p. ex. jovem a adulto) não são lineares. Referindo-se ao trabalho de Walther (2006), os autores sublinham, nessa linha de pensamento, o conceito de transição “yo-yo”, que pode ser sumariamente descrito como a aquisição de certos elementos tais como, no caso dos jovens, o completar o seu percurso escolar seguido do início de uma atividade profissional estável (atingindo-se a fase adulta do indivíduo), sucedendo-se a perda desses elementos (p. ex. voltar a viver com os pais) (Tyrell e Kraftl, 2015:18).

Um outro interessante contributo – pegando no conceito acima explicado dentro da realidade dos migrantes jovens e adultos – no sentido de desafiar as dicotomias ou binários convencionais, é trazido por Parutis (2011). Indo além da tradicional oposição em termos de categorização entre “pouco qualificados” (“low skilled”) e “altamente qualificados” (“highly qualified”), a autora (tomando o conceito trazido anos antes por Conradson e Latham [2005] e Smith [2005]), explora a designação “middling transnationals” (p. ex. migrantes altamente qualificados que frequentemente ocupam posições pouco qualificadas no mercado laboral).

131 A expressão originalmente utilizada pelos autores é “the passage of a life time less as mechanical turning of the wheel and more as the unpredictable flow of [a] river”.

Desafiando as abordagens tradicionais, Parutis identifica interessantes processos adstritos aos migrantes mais jovens, mostrando como estes indivíduos começam, nos países de destino, por procurar e aceitar “qualquer emprego”, passando à procura de um “emprego melhor”, procurando finalmente o “emprego de sonho”. Esta abordagem ajuda-nos não apenas a compreender por que motivo tantos migrantes “qualificados” ou “altamente qualificados” desempenham funções abaixo das suas qualificações assim como a novamente desafiar categorizações frequentemente tidas como inexoráveis ou estanques (2011:2).

Como nos explica Pratsinakis, as aspirações dos migrantes, assim como as suas estratégias não são firmes e lineares resultando ao invés das condições espaciais e temporais específicas. Por um lado, as aspirações dizem respeito aos desejos e objetivos dos indivíduos, as estratégias dizem respeito às práticas visando a concretização dos seus desideratos, assim como às diferentes formas como lidam com as dificuldades do quotidiano. Mais ainda, diz-nos o autor (ao encontro das ideias anteriormente exploradas a partir do contributo de Parutis [2011]), os migrantes que defrontam grandes desafios e dificuldades nos países de chegada enveredam por práticas que não são congruentes com as suas aspirações iniciais, dadas as novas circunstâncias presentes nas suas vidas. Destaca ainda Pratsinakis que, as estratégias e motivações, no contexto aqui abordado, formam-se em resposta aos efeitos de obstáculos e oportunidades intercalares, constrangimentos sociais, assim como face à fluidez do curso das suas vidas (“life course”) assim como consequências imprevisíveis do projeto migratório (2005:195-6;212).

É facilmente constatável que a visão do autor se liga fortemente às perspetivas trazidas anteriormente, seja ao mencionado conceito de transição “yo-yo”, a necessidade de questionar os recorrentes binómios ou a imprevisibilidade presente nas trajetórias desenvolvidas pelos migrantes. Ao encontro da fluidez acima mencionada, um importante conceito para o trabalho que aqui se desenvolve prende-se com a noção denominada como “liquid migration” (“migrações líquidas” como possível tradução). Tendo como base as noções de “modernidade líquida” (2000; 2007) e “vidas líquidas” (2005) trazidas por Zygmunt Bauman, a noção de “migração líquida” é forjada por Engbersen, Snel e De Boom com o desiderato de demonstrar os padrões crescentemente complexos e transitórios no que se refere às migrações, notadamente no caso intra-europeu. Estes padrões, de acordo com os autores, ligam-se cada vez mais a um cariz temporário, incerto e baseado na fluidez (2010:117;137). Mais ainda, o conceito trazido aponta para um quadro de abertura de opções assim como de imprevisibilidade intencional (Bygnes e Erdal [2017:103], citando Engbersen [2015,7-8]).

A miríade tanto de motivações como de fatores imprevisíveis identificáveis na vida dos migrantes não podem ser descoradas. Desde elementos como relações amorosas (ou amor num sentido lato) (Mai e King, 2009:295-9), um sentimento de *anomia* em relação à sociedade de origem (Bygnes, 2017:5), passando pela projeção de determinados objetivos para a vida dos filhos (Horton, 2008:929-30) às diversas razões que levam ao tão idealizado regresso ou impossibilidade do mesmo (King, 2000).

Na secção abaixo procura-se aprofundar os conceitos de estratégia e trajetória, e a forma como estas são desenvolvidas pelos migrantes, tendo como referência a proteção social.

4.8 Estratégias e trajetórias na interação entre as Migrações e a Proteção Social

Como já referido, as teorias adstritas ao suposto “welfare magnet” – ou países de destino como ímanes de benefícios sociais – dominou fortemente tanto a abordagem académica (Borjas 1999; Razin e Sadka 2000; Kvist 2004; Sinn 2004; Giulietti, 2014) como o discurso político, contudo, mais recentemente, importantes contributos forjaram uma nova perspetiva a respeito da relação entre migrantes e proteção social aos quais será dada atenção adiante.

Antes dessa explicação, procurando definir os conceitos aqui explorados, importa frisar novamente a clara distinção trazida por Pratsinakis, no contexto das migrações, entre aspirações como desejos, e *estratégias* enquanto conjunto de práticas desenvolvidas como forma de alcançar esses mesmos desejos (2005:195). Importa ainda sublinhar, como colocam Wall e Nunes, que os eventos e obstáculos encontrados moldam aquilo que aqui se define como *trajetórias* (2010:401).

É bastante interessante constatar como, num quadro aparentemente improvável, as questões relacionadas com a proteção social afloram, não no que toca às motivações iniciais e desejos dos migrantes, mas sim no desenvolvimento das suas estratégias e trajetórias.

Falo especificamente de *Eurostars and Eurocities – Free movement and mobility in an integrating Europe* (2008), por Adrian Favell. Não sendo aqui o lugar para uma análise deste contributo incontornável para o estudo das migrações, sobretudo dentro da Europa, alguns pontos importam para esta discussão.

Através das suas sessenta entrevistas a migrantes intra-europeus (Europa ocidental), os quais denomina como “Eurostars”, o autor desenvolve muitos dos aspetos analisados também ao longo deste trabalho. Sublinha Favell que a decisão de migrar destes indivíduos, com qualificação superior, não assenta meramente em questões relacionadas com avanços no

campo profissional, mas sim (entre outras motivações) com questões pessoais tais como relacionamentos (companheiro/a, esposo/a), indo muito além de meros cálculos de custo/benefício.

Favell escolhe três destinos para o seu estudo, concretamente Amsterdão (liberdade no que se refere a práticas e normas), Londres (cultura globalizada) e Bruxelas (concentração de instituições europeias). Transversal a estas cidades, são os vários desafios vividos pelos migrantes. A construção de ambições por parte desses indivíduos colide frequentemente com a realidade encontrada e experienciada ao longo do tempo.

Mais ainda, as transições ao longo da vida, nomeadamente de jovens solteiros à maternidade/paternidade trazem novos desafios que exigem soluções não calculadas no início do projeto migratório. Com a intenção de continuidade (ou permanência) nos países de destino, a proteção social revela-se essencial enquanto estratégia para os migrantes visando contornar as imprevisibilidades ao longo das suas trajetórias. Refere Favell que alguns dos seus entrevistados, que se encontram no Reino Unido, referiram ter acedido a benefícios sociais, concretamente face a situações de desemprego, o que viabilizou a continuidade no país de destino, contornando-se um regresso à origem. Ainda neste contexto refere o autor a importância dos “housing benefits” que colmata as dificuldades no que se refere ao pagamento das rendas de aluguer de casa por parte dos migrantes (2008:33).

Ilustra ainda o autor outras das estratégias desenvolvidas pelos migrantes no Reino Unido, salientando as práticas transnacionais. Nomeadamente no campo da saúde, diz-nos Favell que estes indivíduos mantêm uma ligação com o país de origem, especificamente através de tratamentos médicos em geral ou, particularmente, no que diz respeito a tratamentos dentários. Refere ainda o autor o facto de estes migrantes contribuírem para um Estado-Providência do qual não irão (em geral) tirar benefícios – nomeadamente ao nível dos cuidados com crianças, educação, saúde ou reformas (aposentação) – dado o cariz temporário no que se refere à passagem pelo país. Sublinha ainda que, embora falemos em migrantes altamente qualificados, muitos deles abraçam a ideia de desempenhar funções significativamente menos qualificadas, pautadas pela baixa remuneração, dada a importância de viver numa cidade cosmopolita como Londres (2008:36).

O exemplo acima mencionado, ilustrando as estratégias ao nível da saúde, desenvolvidas de uma forma transnacional, conduz à nevrálgica importância de uma visão que contempla mais que um Estado-Providência para a análise que aqui se realiza. Como já referido, recentes abordagens apontam para a necessidade de olharmos para a interação entre os migrantes e a proteção social de formas que extravasam não só a existência de apenas um Estado-

Providência em jogo, assim como apenas os aspetos formais. Autores como Levitt e colegas (2016), assim como Faist (2016), apresentam o conceito de Proteção Social Transnacional (“Transnational Social Protection”), definido como o conjunto de “políticas, programas, pessoas, organizações e instituições que providenciam e protegem os indivíduos em áreas como os cuidados de saúde, emprego, educação, habitação de uma forma transnacional” (Levitt, et al. 2016:5). Mais ainda, esta noção chama a nossa atenção para a forma como os indivíduos “constroem um pacote de proteção proveniente de um ou mais estados-nação, ou como os estados-nação podem proteger uma população em movimento” (2016:3).

Indo além da definição teórica desta forma de proteção social, importa compreender como a mesma se concretiza numa realidade cada vez mais complexa em que diferentes estratégias, formais e informais, se revelam essenciais para a vida dos migrantes. Como explica Faist, as estratégias desenvolvidas no âmbito da Proteção Social Transnacional não apenas atravessam as fronteiras nacionais como misturam estratégias assentes numa base estatal como não estatal (leia-se formal e informal). Exemplos trazidos pelo autor – notadamente no que diz respeito às práticas informais –, encontram-se nos cuidados com crianças prestados não por entidades oficiais nos países de destino, mas sim por familiares que viajam até aos mesmos, ora colmatando lacunas dada a inexistência de determinados serviços ou como forma de fazer face aos custos destes. Noutros casos, como refere o autor, os familiares idosos que não têm acesso aos cuidados necessários nos países de origem são trazidos pelos indivíduos que migraram para outro país (2016:9).

Já Levitt e colegas salientam algumas das práticas desenvolvidas, assim como desafios encontrados, num contexto formal no que se refere à proteção social. Alguns desses exemplos são representativos da complexidade envolvida nestas questões. Como propõem os autores, imaginemos cenários como os seguintes: Um migrante não documentado que vive em Denver, Colorado, que não consegue aceder ao sistema de saúde dos Estados Unidos da América, leva a sua criança ao consulado mexicano do seu local de residência de forma a conseguir a vacinação obrigatória para que a criança possa ser inscrita na escola pública; Uma jovem família alemã, confrontada com os cortes orçamentais ao nível do Estado-Providência, recorre aos serviços de uma migrante Filipina de forma a conseguir os cuidados necessários para cuidar dos avós que vivem na mesma casa; Um cidadão etíope, trabalhador na área das limpezas numa universidade nos Estados Unidos da América durante vinte anos, pretende passar o seu período de reforma, juntamente com a sua família, no país de origem, contudo, é confrontado com um obstáculo. Apesar de ter contribuído para a segurança social

do país de destino durante a totalidade do seu tempo de trabalho, os pagamentos referentes à sua reforma não terão lugar se voltar para o seu país de origem (2016:1-2).

Os três exemplos trazidos para esta discussão mostram como diferentes estratégias são desencadeadas no seio da proteção social formal, assim como são vários os obstáculos que confrontam os desideratos dos migrantes. É ainda possível constatar como os desafios que se colocam são transversais às diferentes fases de vida dos indivíduos. Falemos em migrantes jovens ou idosos, vemos como a permeabilidade às necessidades referentes à proteção social se encontram presentes. Mais ainda, como ilustram os exemplos acima, é necessário sublinhar que os indivíduos que embarcam em experiências migratórias, não são entidades insulares no que diz respeito às alterações ao longo da vida (Faist, 2016:7).

Há uma dimensão mais ampla a considerar. É essencial incluir as relações de entreajuda que se estabelecem, que muitas vezes reconfiguram as necessidades no que toca à proteção social – veja-se o exemplo referente ao casal holandês (Gielis, 2009:279). Indo concretamente à designação do conceito Proteção Social Transnacional, uma explicação quanto à mesma é essencial face ao risco de uma leitura mais superficial. Sublinha Faist que a abordagem transnacional adstrita ao conceito apresentado não assenta numa visão à escala nacional (sociedade ou Estado), detendo-a como “natural” (2016:7). Isto conduz logicamente à crítica ao chamado “nacionalismo metodológico”. A propósito do termo transnacional, explicam Wimmer e Schiller, que, semanticamente, é curioso verificar como o mesmo pode ser lido de duas formas: como algo que vai além da escala nacional (mais que esta escala) ou, de forma simplista, como apenas a escala nacional enquanto unidade de análise a ser extravasada. O termo pode assim ser enganador. Defendem os autores a necessidade de análises que não se limitem à escala nacional, destacando a importância de abordagens que compreendem as relações entre diferentes locais assim como as suas variações, dando atenção às idiossincrasias existentes, extravasando uma visão estática e redutora limitada às fronteiras nacionais (2002: 302; 323-324).

Em termos práticos, explica Faist, que os pontos de referência para uma análise transnacional no que toca ao conceito de “Proteção Social Transnacional” devem incluir diversos níveis e dimensões, da família/comunidade/local ao nacional (Estado)/nível europeu/global (2016:7). Dobbs e colegas prosseguem a exploração no que se refere aos níveis de análise a considerar. Desconstruindo a escala nacional, as autoras trazem mais um enorme contributo para esta discussão, sublinhando a “desnacionalização” do estado, isto é, a perda até certo ponto da soberania do Estado-Nação dada a transferência de normas e poder de decisão tanto para

níveis supranacionais (como a União Europeia) assim como para poderes sub-nacionais ou locais (2018:3).

Num estudo anterior ao acima mencionado, novamente Dobbs e Levitt lembram que grande parte do nosso conhecimento acerca da proteção social e políticas de imigração provém de investigações que se centram em casos de estudo ao nível nacional, assim como comparações entre países. Como advogam as autoras, esse nível de análise afasta-se de um conjunto de outros atores, ao nível sub-nacional, que podem ter enorme impacto nas políticas sociais que afetam os migrantes (2017:1).

Tendo lugar justamente numa escala local (embora numa combinação de diferentes escalas) encontra-se uma miríade de táticas no que concerne à relação entre os indivíduos e a proteção social que não podem ser negligenciadas. Phillimore e colegas exploram a questão, o que se traduz numa visão inovadora relativamente à complexidade de estratégias desencadeadas pelos indivíduos (residentes e migrantes), particularmente no que se refere à área da saúde.

Partindo da noção de “bricolage” trazida por Lévi Strauss, que ilustra a forma como as sociedades combinam e recombina diferentes símbolos e elementos culturais de forma a recriar determinadas estruturas, termo esse que se torna usual para descrever os diferentes processos de improvisação estruturada. Como referem as autoras, Strauss, em *O Pensamento Selvagem* [La Pensée Sauvage] (1962), usa a metáfora de um *bricoleur* (numa tradução aproximada, um faz-tudo), que usa ferramentas não especializadas para uma variedade de propósitos, lidando com diversos constrangimentos e limites. No âmbito da proteção social, especificamente no que diz respeito à área da saúde, a expressão “bricolagem” é empregada pelas autoras para compreendermos a forma como os indivíduos combinam diferentes recursos de forma a lidar com determinadas questões de saúde face à fraca presença (ou ausência) de apoio estatal (2016, 6-7;17). Estas práticas podem ser formais, informais, públicas, privadas, locais ou transnacionais. Relativamente a este último ponto, é importante sublinhar as práticas transnacionais no campo da saúde, nomeadamente em tratamentos médicos realizados nos países de origem ou aconselhamento, no contexto referido, com amigos e familiares que se encontram nesses países – em situações adstritas a uma experiência migratória prévia ou país de origem no caso de migrantes (Phillimore et al.:2018:7-8; 14; 34).

Há indubitavelmente uma harmonia em termos académicos entre os últimas abordagens aqui introduzidas (Faist, 2016; Levitt et al., 2016; Phillimore, et al., 2016; Dobbs e Levitt, 2017; Dobbs et al. 2018; Phillimore, et al., 2018), não apenas no que diz respeito às estratégias

desenvolvidas pelos migrantes em diferentes escalas contemplando diferentes arranjos ou pacotes de proteção social percorrendo o âmbito formal e informal.

Outro ponto encontra-se presente nas perspectivas mencionadas: Os diversos obstáculos que se colocam entre os migrantes e a proteção social em termos de acesso. Seguindo a linha de pensamento relativa aos diferentes níveis de análise neste contexto, importa referir as dificuldades no acesso efetivo aos direitos sociais, no claro contraste entre *de facto* e *de jure* no que diz respeito à aplicação das leis no âmbito da proteção social especificamente no espaço europeu (leia-se União Europeia). Uma dessas dificuldades ou obstáculos decorre da interação entre os migrantes e aqueles que Lipsky (1971) designou como “street-level bureaucrats”. Estes indivíduos encontram-se entre aqueles (neste caso, os migrantes) que procuram o acesso a determinado tipo de proteção social e a sua concretização, isto é, são os “representantes” das entidades que providenciam um dado conjunto de direitos. Esses indivíduos que, como coloca o autor, “representam” as entidades e instituições. Estes “street-level bureaucrats”, no seu contacto com a população, detendo o poder, colocam muitas vezes um conjunto de normas em prática filtradas pelos seus próprios preconceitos e representações (1971:392;39-8).

Não sendo aqui o lugar para rumar ao labirinto legal que compõe as várias normas europeias respeitantes à proteção social dos cidadãos dos países que integram a União Europeia, serve uma breve referência para prosseguir esta discussão. Se, em teoria, o Regulamento nº 883/2004 de 29 de Abril de 2004, e o Regulamento nº 987/2009 de 16 de Setembro de 2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativos (respetivamente) à coordenação dos sistemas de segurança social e ao estabelecimento das modalidades de aplicação do regulamento anterior garantem um vasto conjunto de direitos, na prática, a realidade é permeável aos muitos obstáculos que confrontam os migrantes intra-europeus, especificamente num contexto de transnacionalidade. Esse é justamente o ponto investigado por Scheibelhofer e Holzinger, que trazem um contributo absolutamente fundamental para esta discussão.

Analisando quatro pares de países (origem e destino), nomeadamente Bulgária – Alemanha, Estónia – Suécia, Hungria – Áustria, Polónia – Reino Unido, no âmbito do projeto TRANSWEL¹³², as autoras exploram as diferentes dificuldades encontradas pelos migrantes

132 “Mobile Welfare in a Transnational Europe: An Analysis of Portability Regimes of Social Security Rights” (TRANSWEL) – <https://transwel.org/>.

no que diz respeito à portabilidade dos seus direitos sociais. Mergulhando no labirinto das mais variadas normas e regulamentos referentes aos direitos sociais, especificamente na interação com os sistemas de segurança social na origem e destino, os migrantes entrevistados no âmbito do trabalho mencionado revelam os enormes desafios encontrados.

Esses desafios consubstanciam-se em várias situações que dificultam as trajetórias dos migrantes culminando muitas vezes na desistência no que se refere à procura de apoio no âmbito da proteção social. Os elementos causais para os obstáculos e dificuldades referidos encontram-se em fatores como os já mencionados “street-level bureaucrats” (especificamente os trabalhadores em serviços públicos relacionados com a proteção social) que, ao fornecer informações que não correspondem à verdade (leia-se, de acordo com as normas estabelecidas) alteram as trajetórias dos migrantes. A falta de articulação entre os serviços adstritos à proteção social é outro dos obstáculos encontrado, não apenas entre dois países distintos (origem e destino), apesar do já mencionado quadro legal a regulamentar os estados-membro (especificamente os Regulamentos nº 883/2004 e nº 987/2009), mas também dentro de um mesmo país, espelhando-se numa desresponsabilização no que se refere ao fornecimento de informações aos migrantes, ora deixando-os num impasse, ou incapazes de aceder aos seus direitos.

As autoras apresentam neste contexto o conceito que denominam como “welfare learning”, que diz respeito à forma como os migrantes aprendem a lidar com os sistemas de segurança social, frequentemente por si sós, assim como à forma como adquirem e empregam, de forma criativa, estratégias no sentido de aceder aos seus direitos sociais, frequentemente de forma transnacional. Importa destacar um ponto trazido pelas autoras a propósito dos chamados “street-level bureaucrats”. Outro elemento essencial trazido pelas autoras no que se refere à interação entre os migrantes e os trabalhadores dos diversos serviços ligados à proteção social encontra-se nas várias situações de discriminação (ou mesmo humilhação) com que os primeiros se deparam (2018:201-207).

Aliando-se esta discriminação de âmbito burocrático, aos estereótipos no que se refere ao uso de benefícios pelos migrantes, assim como ao discurso político, constrói-se um conjunto de fatores que culminam na própria rejeição de benefícios sociais por parte dos migrantes face à estigmatização existente no que diz respeito ao acesso das formas de apoio provenientes dos Estados Providência. Sublinham Ehata e Seeleib-Kaiser que, os sentimentos de vergonha e estigmatização no que se refere ao acesso a benefícios sociais – apesar da plena elegibilidade em relação aos mesmos –, conduz, a que os migrantes intra-europeus optem por não reclamar

os seus direitos (ou sub utilizá-los), algo que, como referem, acontece também entre a população nativa (2018:188-90).

Dizem-nos ainda Scheibelhofer e Holzinger que, não apenas existe uma diferença (que as autoras adjetivam como “clandestina”) entre a retórica política referente a uma “Europa unida”, sem fronteiras internas (livre circulação e igualdade entre os cidadãos) e a realidade daqueles que se movem neste espaço, assim como sentimento de *outridade* entre – nos casos estudados pelas autoras – os “velhos” países da União Europeia e os “novos” (2018:205;208). Creio que, essa *outridade* terá contornos mais extensos não apenas assentes na dicotomia acima mencionada mas em muitos outros elementos que recaem inevitavelmente em relacionamentos históricos entre países, rivalidades que persistem, perceções nacionalistas em relação aos “outros” debaixo de uma suposta unidade – aspetos desenvolvidos na análise dos discursos dos entrevistados.

CAPÍTULO 5

ASPETOS METODOLÓGICOS

5. ASPETOS METODOLÓGICOS

Nesta secção são apresentados os principais aspetos metodológicos que pautam a elaboração do trabalho aqui desenvolvido. Note-se primeiramente que a denominação no que se refere ao título da mesma não é casual. Como explica Stephen Castles, importa sobremaneira compreender a distinção entre metodologia e métodos, sendo ambos os termos comumente confundidos, espelhando-se no facto de muitos trabalhos apresentarem uma secção intitulada “metodologia” na qual apenas os métodos são descritos. De facto, metodologia e métodos estão fortemente interligados, contudo, as diferenças devem ser aqui apontadas. Tomando a explicação de Castles, metodologia diz respeito à lógica que subjaz a investigação desenvolvida, aliando-se ao ramo da Filosofia conhecido como Epistemologia, cujo significado, literalmente, consiste em “teoria do conhecimento”. A metodologia que molda uma investigação tem como desiderato chegar à forma como o conhecimento é adquirido, como que a elaboração do nosso mapa¹³³ para percorrermos o terreno a explorar. Por outro lado, devemos entender os métodos como as ferramentas que escolhemos para atingir os nossos objetivos no que se refere ao conhecimento que pretendemos alcançar, especificamente em duas vertentes: Primeiramente, como recolhemos os nossos dados, seguindo-se o modo como analisamos os mesmos. A recolha dos dados pode ser realizada (entre diversas outras formas), através de entrevistas, questionários ou revisões bibliográficas, ao passo que, a análise dos dados é viabilizada (apresentando-se aqui apenas alguns exemplos) através da análise de conteúdo ou análise da literatura num quadro qualitativo (2012:7). Na próxima secção serão apresentadas a questão de partida, questões subsidiárias e objetivos que norteiam esta investigação, seguindo-se uma explicação acerca da metodologia enquanto “olhar” por detrás do trabalho aqui desenvolvido. Segue-se a apresentação de alguns elementos acerca do método de entrevista – nomeadamente a entrevista enquanto processo, questões referentes ao posicionamento do investigador e as técnicas adstritas à mesma – sendo esta a ferramenta de recolha de informação que pauta o trabalho que aqui se desenvolve. Passa-se então aos métodos aplicados neste trabalho, a caracterização da amostra, seguindo-se a explicação referente à condução do trabalho de campo. Por fim, volta-se a atenção para os elementos referentes à análise da informação recolhida.

133 A expressão escolhida por Castles é “chart to navigate the social world” (2012:7), procurando-se aqui uma tradução aproximada.

5.1 Questão de partida, questões subsidiárias e objectivos

Este trabalho tem como objetivo primordial responder à seguinte questão de partida que o norteia:

De que forma, no contexto intra-europeu, a proteção social (na origem e destino, formal e informal), afeta as percepções, aspirações, decisão de migrar, estratégias e trajetórias de indivíduos portugueses, em diferentes destinos (França e Reino Unido, e destes regressados) e em diferentes fases das suas vidas?

As questões subsidiárias decorrentes são seguidamente elencadas:

- Qual a importância da proteção social – na origem e destino, formal e informal – na decisão de migrar, particularmente na forma como são construídas as aspirações e percepções?
- De que forma influencia a proteção social a decisão de migrar em diferentes fases da vida (jovens, pais recentes, idosos)?
- Quais as percepções relativamente aos benefícios sociais?
- Que papel possui a transferibilidade desses benefícios na decisão de migrar e/ou regressar?
- Quais os obstáculos encontrados pelos indivíduos no que se refere ao acesso à proteção social necessária?
- Qual o impacto de diferentes áreas da proteção social (educação, cuidados com crianças, saúde) para os indivíduos em diferentes fases das suas vidas?
- Como se processa o acesso à informação relativamente à proteção social para diferentes grupos de indivíduos (idades, situação familiar, nível de habilitações, etc.)
- Quais as estratégias desenvolvidas pelos indivíduos numa base transnacional no que se refere à proteção social?
- Qual a importância de outras formas de proteção social (informais) para os indivíduos (em diferentes fases da vida) na decisão de migrar, regressar assim como nas suas estratégias e trajetórias de uma forma geral?

- Tendo em conta as questões acima apresentadas, que grandes diferenças e/ou semelhanças é possível encontrar no que se refere aos três países em estudo (França, Portugal e Reino Unido)?

De forma sucinta, alguns dos objetivos que se visa alcançar com a realização deste trabalho podem ser elencados da seguinte forma:

- Compreender o papel da proteção social – na origem *e* no destino – para os processos de decisão de migrar, motivações, percepções e aspirações dos migrantes portugueses, assim como no desenvolvimento das suas estratégias e trajetórias.
- Alcançar uma maior profundidade no que diz respeito ao entendimento do impacto de fatores como a idade, fase da vida, níveis de educação ou situação laboral para as trajetórias destes migrantes;
- Sublinhar a importância da análise ao nível micro neste contexto, focando fatores como a identidade dos migrantes, circunstâncias pessoais, valores e experiências, e como estas variáveis contribuem para a modelação de diferentes percepções, aspirações, estratégias e trajetórias.
- Identificar eventuais constrangimentos no que diz respeito ao acesso a benefícios sociais em diferentes países no contexto europeu, e como os migrantes ultrapassam estas potenciais barreiras;
- Explorar os diferentes canais (sejam estes formais e/ou informais) através dos quais os migrantes estabelecem acesso à informação referente à proteção social;
- Investigar quais as áreas ou domínios da proteção social (como por exemplo cuidados com crianças ou saúde), com maior relevância para as aspirações e percepções dos migrantes, identificando a fase da vida do migrante, assim como a fase do percurso migratório em que esses domínios são tomados em maior consideração (processo de decisão de migrar, estabelecimento num novo destino, regresso, etc.)
- Identificar diferentes formas de proteção social, com especial enfoque na vertente informal, e como estes afetam as decisões de migrar, percepções, motivações e aspirações dos migrantes, assim como as estratégias e trajetórias desenvolvidas.
- Explorar o papel da portabilidade da transferibilidade dos benefícios sociais desde o processo de decisão de migrar rumo a um novo destino, passando pelas estratégias e trajetórias desenvolvidas, até às decisões adstritas ao regresso.

Apresentada a questão de partida, questões subsidiárias decorrentes da primeira, assim como os principais objetivos, importa estabelecer aqui o “olhar” por detrás desta investigação na procura de respostas e alcance das metas propostas.

5.2 Metodologia: o “olhar” por detrás da investigação

Kitchin e Tate, através de *Conducting Research in Human Geography* (2000), trazem um importante contributo para a identificação do anteriormente referido mapa que serve como forma de orientação para alcançar os objetivos estabelecidos. Através da apresentação dos autores das várias correntes filosóficas a serem adotadas pelos investigadores, torna-se manifestamente mais acessível a identificação da metodologia mais adequada dados os exemplos apresentados. Percorridas as várias explicações cuidadosamente organizadas pelos autores, é possível observar que uma abordagem baseada na Fenomenologia se constitui como a mais adequada para o trabalho aqui desenvolvido. Atribuindo-se o seu desenvolvimento ao filósofo alemão Edmund Husserl no início do século XX, esta corrente apresenta-se em oposição ao Positivismo e Behaviorismo. Mais que uma análise casuística das várias correntes, importa sobretudo compreender como estas nos conduzem à seleção do olhar por detrás da investigação que aqui se pretende desenvolver. O exemplo trazido por Kitchin e Tate diz respeito ao estudo da pobreza. Através de uma análise baseada na corrente Positivista, explicam os autores que a pobreza será explicada testando-se uma hipótese, recolhendo-se a informação (notadamente através de questionários constituídos por questões fechadas ou inquéritos), testando-se estatisticamente, como exemplo, se a pobreza ocorre em função dos níveis de habilitação. Numa análise baseada no Behaviorismo, o tema em questão é também alicerçado no teste de uma hipótese, sendo igualmente utilizados questionários compostos por questões fechadas. Dado o desiderato no que se refere ao entendimento do comportamento humano em determinados contextos, como as migrações (apesar do feroz criticismo a partir da década de 1980 apontar a falta de cariz humano e contexto cultural), esta corrente pretende assim, voltando ao exemplo do estudo da pobreza, examinar estatisticamente se as pessoas que apresentam níveis consideráveis de pobreza possuem baixos níveis de auto-estima, e se sim, como estes se manifestam na procura de emprego. Já numa base Fenomenológica, o objetivo reside em compreender, num olhar mais solto no que

se refere a suposições teóricas, visando ir ao encontro do significado de determinadas experiências para um dado grupo de indivíduos. Trata-se de uma lógica indutiva¹³⁴, que não procura a generalização. Em linha com o exemplo aplicado às correntes anteriores, para compreender o fenómeno em questão, é necessário que o investigador olhe para o mundo através da visão apresentada por indivíduos afetados pela pobreza, sendo para tal o melhor método as entrevistas em profundidade. A Fenomenologia tem assim como um dos principais desideratos compreender as ações e comportamentos dos indivíduos, as suas experiências.

Como sublinham os autores, esta corrente foi adotada por vários geógrafos¹³⁵, não de forma “purista”, mas sim usando-a como referência nas suas investigações, no sentido de ir ao encontro da importância do indivíduo, das suas emoções e quotidianos (2000:7-12). Yi Fu Tuan, geógrafo sino-americano, sublinha a estreita relação entre a Geografia enquanto disciplina, e a Fenomenologia, sendo que a primeira beneficia uma base mais sólida no que se refere aos seus fundamentos epistemológicos, permitindo um melhor entendimento da dimensão humana no que diz respeito à forma de estar no mundo (ou *being-in-the-world*), como os indivíduos organizam o meio que os envolve. Edward Relph, geógrafo canadiano, aplica mesmo a denominação “geografia fenomenológica”, advogando que a Fenomenologia aliada à Geografia permite capturar a verdadeira essência da disciplina no que se refere ao entendimento das interações entre os indivíduos e o que se encontra em seu redor, as experiências e, mais uma vez – à semelhança de Tuan –, à já mencionada forma de estar no mundo (Clocke, Philo e Sadler 1991,75-78). Posto de forma simples, a Fenomenologia, como sintetiza David Seamon, consiste no estudo interpretativo da experiência humana, tendo como objetivo examinar e tornar claros os diferentes eventos, situações, significados e experiências (2000:157). Ora, é justamente em torno das experiências dos indivíduos e a sua interação com elementos que constituem o mundo que os rodeia que esta investigação se situa, procurando compreender essa mesma interação. Mais ainda, esta investigação pretende aprofundar (como referido) a importância das diferentes fases de vida dos indivíduos (jovens, pais recentes, idosos), concomitantemente com uma perspetiva “life course” no que diz

134 Note-se contudo que a abordagem indutiva não ignora as teorias existentes acerca da temática que se pretende desenvolver, revelando-se mais útil quando as questões que pretendemos responder não foram ainda suficientemente exploradas. Importa sublinhar que no início desta investigação, as grandes teorias em volta da interação entre as migrações e a proteção social se baseavam sobremaneira na chamada “welfare magnet theory”. Não sendo o objetivo deste trabalho refutar a mencionada teoria, é crucial chamar a atenção para a importância dos dados recolhidos para o alcance de um conhecimento mais profundo dentro da temática em questão. Acerca da por vezes ténue linha entre as abordagens dedutiva e indutiva, ver, p. ex. Bryman e Bell, 2007.

135 Alguns dos geógrafos elencados pelos autores são Buttner, Ley, Relph, Seamon e Tuan (Kitchin e Tate, 2000:11).

respeito às narrativas de cada indivíduo. Esta perspectiva, de forma sumária, vai ao encontro das histórias de vida dos indivíduos, procurando compreender como eventos passados, contextos sociais e económicos, assim como as características individuais influenciam as decisões e eventos ao longo do tempo. Neste quadro é também sublinhada a relação entre os indivíduos e os contextos, particularmente históricos, em que as vidas se desenvolvem. Assim, no trabalho que aqui se desenvolve, o quadro mencionado conduz a uma análise crítica dos três sistemas de proteção social (britânico, francês e português) com os quais os indivíduos interagem. A perspectiva “life course” tem como origem o seminal contributo trazido por Thomas e Znaniecki com *The Polish Peasant in Europe and America* (1918-1920) – analisando a adaptação dos migrantes Polacos na Europa e Estados Unidos da América –, focando a forma como as mudanças sociais, económicas e culturais influenciaram as vidas destes indivíduos. Mais recentemente, a perspectiva em questão tem servido como base para estudos que pretendem compreender como eventos prévios na vida dos indivíduos – como o período adstrito à formação escolar ou experiências na adolescência – afectam decisões e eventos mais tarde, tais como o período de reforma (como exemplo). Através do guião utilizado (explicado adiante), baseado na perspectiva referida, pretende-se aprofundar a relação entre diferentes transições – isto é, eventos que causam impacto na vida dos indivíduos, sejam esses ao nível do trabalho, casamento –, trajetórias – os padrões de mudança pautados ora pela estabilidade ora pela mudança, como exemplo, uma ocupação profissional estável ou frequentes alterações dentro do campo profissional –, *turning points* ou pontos de transição – caracterizados por alterações profundas na vida dos indivíduos, sendo um exemplo ilustrativo o alcance da idade de reforma com consequências que reconfiguram o quotidiano – e, por último, o *timing* ou os aspetos temporais – dizendo respeito ao contexto histórico ou às características específicas de um período em particular (como exemplo, uma crise económica) ou eventos que têm lugar numa determinada idade (como terminar o ensino secundário aos dezoito anos) (Edmonston, 2013:1-3). Tendo como base a referida perspectiva “life course”, a mesma é encarada de forma crítica, isto é, tomando em consideração as imprevisibilidades presentes nas vidas dos indivíduos, assim como a noção de não-linearidade ao invés de uma sequência programada dos eventos (Hockey e James, 2003:5; Collins e Shubin, 2015:96). Desta forma, esta investigação vai além de uma visão estritamente baseada no curso da vida, contemplando a miríade de aspetos sociais que indubitavelmente têm impacto no mencionado curso de vida (Tyrrell e Kraftl, 2015). Sendo, como já referido, a entrevista o método de recolha de informação que pauta este trabalho, importa realizar algumas explicações acerca da mesma, sobretudo de forma a

explicar, não só como desenvolver este método da forma mais adequada, mas também como gerar profundidade e riqueza¹³⁶ ao nível das narrativas.

5.3 Entrevista enquanto “processo”: principais conceitos e a sua importância para a investigação

Concretamente no que concerne à entrevista, emprego o termo “processo”, justamente pelo cariz decursivo e sistemático da forma como a devemos considerar. É possível identificar três grandes momentos que determinam a construção do processo de entrevista: *a priori*, com a sua preparação; num segundo momento, a aplicação dos pressupostos anteriormente definidos; *a fortiori*, a correta análise da informação recolhida, com o necessário cuidado de encontrar a congruência com as etapas anteriormente percorridas (Ayala, 2012:117). Estes momentos podem ser, de forma mais detalhada, constituídos pelo nosso posicionamento¹³⁷ enquanto investigadores relativamente à temática, seguidos pelas técnicas aplicadas à entrevista, ultimando-se com a escolha dos métodos analíticos e chegada às conclusões da investigação.

No estudo das migrações, quer seja no desiderato de compreender as experiências de um pequeno conjunto de indivíduos, ou compilar uma miríade de informações acerca de determinado fenómeno migratório – passando pelos mais diversos aspetos (económicos, políticos, religiosos, sociais...) –, um elemento é absolutamente crucial e transversal: as trajetórias individuais dos migrantes (Carling, 2012:137). De facto, quase que invariavelmente no estudo das migrações, o nosso enfoque é colocado no grupo, seja este mais ou menos restrito (minorias étnicas num dado contexto, como exemplo) ou, em algo substancialmente mais abrangente, como “os portugueses” ou “os europeus”.

136 No decorrer de uma apresentação intitulada “Migration and Welfare Strategies Between Portugal and the UK: Incorporating Settlement and Return Perspectives”, que teve lugar em Haia, Holanda, no Netherlands Interdisciplinary Demographic Institute (NIDI), no âmbito de um workshop intitulado “The Interrelation Between Welfare Arrangements and Migration”, nos dias 16 e 17 de Março de 2017, tendo tido como Comentarista o Professor Jean-Michel Lafleur, entre as várias questões de grande interesse que surgiram na discussão da apresentação, um ponto revelou-se essencial, conduzindo à necessidade de algumas explicações adicionais no que diz respeito às entrevistas realizadas, notadamente com migrantes portugueses no Reino Unido. Durante a discussão, o Professor Lafleur sublinhou a profundidade e abertura por parte dos entrevistados, espelhadas em algumas das citações apresentadas, o que foi justificado pela postura seguida durante a realização das entrevistas que viabilizou uma partilha aberta por parte dos entrevistados. Assim, creio ser crucial a apresentação de alguns dos elementos essenciais por detrás do processo de entrevista, que em muito justificam a riqueza da informação apresentada neste trabalho de investigação.

137 De forma resumida, a nossa posição num dado contexto social, ou posição em determinado grupo (Lindsay, 2006:169).

Assumirmos que, a generalidade dos indivíduos, pelo facto de integrarem determinado grupo, possuem obrigatoriamente (ou de forma generalizada) as mesmas perceções, ambições, passados (...), por partilharem um género, nacionalidade ou religião, constitui uma “armadilha” para a nossa investigação. Essa partilha de dados valores, e integração naquilo que podemos denominar como “grupo” (de maior ou menor proporção), não oblitera a importância da autonomia do indivíduo e do desenvolvimento de trajetórias – o que se prende com diferentes experiências individuais no seio de uma minoria étnica, como exemplo – muitas vezes divergentes, que podem enriquecer o nosso conhecimento acerca de determinado fenómeno migratório (Riccio, 2001:593), podendo mesmo despoletar novas pistas e questões para a investigação de determinada temática.

Há indubitavelmente uma multiplicidade de fatores a considerar especificamente para a preparação, condução e análise de entrevistas. Mais que simplesmente colocar questões aos indivíduos que integram o fenómeno migratório que pretendemos estudar, é necessário ter em consideração a própria definição de migração¹³⁸ que, por si só, nos indica a importância de um olhar mais atento a outros fatores.

Uma migração internacional, como exemplo, pode ser definida, de forma algo simplista, como algo que ocorre quando qualquer pessoa muda o seu país de residência habitual¹³⁹, o que engloba realidades absolutamente díspares, desde um refugiado num contexto de guerra a um trabalhador temporário numa situação de precariedade. Quer falemos acerca de uma migração internacional, migração interna ou nas diferentes formas de migração que tantas vezes se influenciam mutuamente (cf. Skeldon, 2006¹⁴⁰), importa obrigatoriamente analisar todos os “espaços - entre” que moldam um dado fenómeno migratório e, acima de tudo, os indivíduos que o integram. Na sua definição de migração, Lee (1966:4) fornece-nos importantes pistas que devemos destacar no estudo de qualquer grupo de migrantes:

“Migration is defined broadly as a permanent or semipermanent change of residence. No restriction is placed upon the distance of the move or upon the voluntary or involuntary nature of the act, and no distinction is made between external and internal migration. Thus, a move across the hall from one apartment to another is counted as just as much an act of migration as a move from Bombay, India, to Cedar Rapids, Iowa, though, of course, the initiation and consequences of such moves are vastly different. [...] No matter how short or

138 Para uma discussão em torno da definição de migrante, migração e derivações destes conceitos de uma forma mais aprofundada, ver. Carletto et al. 2012:10-13.

139 United Nations, 1998: *Recommendations on Statistics of International Migration*.

140 Refiro-me especificamente à forma como diferentes tipos de migrações se cruzam. Nas palavras do autor, “how national flows can lead to transnational flows and vice versa” (Skeldon, 2006:4).

how long, how easy or how difficult, every act of migration involves an origin, a destination, and an intervening set of obstacles.”

Na citação acima, podemos identificar alguns elementos incontornáveis que devem estar presentes na conceção do processo de entrevista. Como coloca o autor, é necessário ter em mente os fatores que despoletam um dado movimento migratório (aspirações, motivações), a origem e destino do movimento assim como o conjunto de obstáculos colocados aos indivíduos. Se voltarmos às teorias “clássicas”, numa simples leitura dos principais pontos que as compõem, de Ravenstein (1885) ou de Zelinsky (1971), a importância da origem e não apenas do destino, ou o papel do indivíduo estão presentes.

No contexto dos movimentos transnacionais, Levitt e Jaworsky (2007) contribuem para esta discussão, realçando a emergência de uma análise mais fina tendo em consideração a importância da origem dos indivíduos, denunciando a forma como os processos migratórios são observados, quase que invariavelmente, de forma “unidimensional”, isto é, destacando-se sobretudo o destino, negligenciando-se insistentemente o papel do país emissor. Nas palavras dos autores:

“Social scientists have embraced such challenges and have begun to conceptualize ways to study transnational migration more effectively. Many argue for multi-sited (Burawoy, 2003, Fitzgerald, 2006, Marcus, 1995, Mazzucato 2007b) or cosmopolitan (Appadurai, 1996) ethnographies that move beyond simply studying immigrants in the receiving context and instead conduct empirical research at all sites of the transnational social field. Even many studies that do look at the homeland continue to focus predominantly on the new context and incorporate the second country only as a source of background information; such methodologies do not successfully integrate both contexts into one social field (Mazzucato, 2007b). Instead, we suggest the goal is a thick and empirically rich mapping of how global, macro-level processes interact with local lived experiences (Vasquez & Marquardt 2003, p. 227) that are representative of broader trends (Fitzgerald, 2006, p. 19).” (2007:143)

Esta visão “bidimensional” – origem e destino –, importa sobretudo pelo facto de, obviamente, as causas de uma migração se encontrarem intrinsecamente associadas às suas consequências, o que poderá não explicar toda a evolução de um movimento migratório *per se*, contudo refletindo-se inevitavelmente na identidade do migrante. Essas mesmas causas irão influenciar a maior ou menor “abertura” às questões colocadas pelo

entrevistador/investigador que procura entender determinadas particularidades acerca de um grupo minoritário ou fenómeno no seu todo.

Como coloca Ayala, as condições no país de origem *e* destino, ou as motivações dos indivíduos, moldam a forma como são construídos os exercícios de auto-identificação, que podem ir da exclusão e marginalização, ao sentimento de plena integração, ou de desejados no país recetor. Inevitavelmente, estes processos de identificação influenciam também a maior ou menor recetividade para a partilha de determinadas experiências dependentes de processos mais ou menos complexos, quer na origem ou destino.

Desta forma, na construção de um processo de entrevista, desde a sua conceção, realização, à análise da informação recolhida, a forma como encaramos os indivíduos em questão é absolutamente crucial, sendo incontornável uma abordagem sensível⁸. Essa sensibilidade deve ser tida em conta dado que na nossa investigação, quando centrada nomeadamente em minorias étnicas ou processos migratórios envoltos em complexidade, mais que focar a atenção num movimento no seu todo, é nevrálgico olhar o indivíduo ou entrevistado como alguém que experienciou determinadas realidades muitas vezes difíceis de relatar (2012:121; 135).

5.4 Posicionamento do investigador

O primeiro passo no início de uma investigação, antes de qualquer trabalho de campo, consiste na identificação do nosso próprio posicionamento relativamente à temática em estudo. Diz-nos Barbara Phillips (1996:10): “I believe that there is an autobiographical basis – and bias – to the way authors think”. Este fator é incontornável. Devemos, obviamente, deter um nível de conhecimento profundo acerca do tema que decidimos investigar, conhecer as potencialidades e particularidades das trajetórias dos indivíduos que pretendemos entrevistar. Não obstante, existe uma base na nossa própria trajetória, e consequentemente um “viés”, que deve ser inicialmente identificado.

Este fator influenciará não apenas a nossa visão e análise da temática, assim como a própria forma como lidaremos com os indivíduos que pretendemos entrevistar, o que conduz à dicotomia *insider/outsider*, embora redutora (desenvolvido adiante).

A atenção dada ao posicionamento do investigador nos estudos da Geografia é relativamente recente, ganhando alguma relevância sobretudo em meados/finais dos anos 1990 e início da década de 2000, com os contributos (entre outros) de Kim England (1994), Gillian Rose (1997), Andrew Herod (1999), James Sidaway (2000) ou Michael Crang (2002; 2003).

Já no presente decénio, em “Interviewing techniques for migrant minority groups”, Ayala (2012) desenvolve a questão em volta do posicionamento do investigador, mas sobretudo do entrevistador face ao entrevistado. O autor relaciona a noção de posicionamento com a forma como a nossa localização numa dada estrutura social afeta o nosso entendimento daquilo que nos rodeia, nas formas materiais e imateriais, sublinhando a impossibilidade de uma “investigação isenta de valores” (*value-free research*), defendendo que não existe um método capaz de criar um distanciamento relativamente à ligação (seja ela consciente ou inconsciente) do investigador com um dado quadro de valores ou posição social. No caso específico da entrevista, determinado posicionamento do investigador (congruente com o do entrevistado), poderá conduzir a que o entrevistador destaque, por exemplo, aspetos mais positivos da entrevista em detrimento de outros, silenciando-se parte do discurso.

No trabalho acima referido, o autor foca os seus argumentos sobretudo no papel do *insider* no processo de entrevista, sublinhando o seu contacto com minorias étnicas num trabalho de investigação com minorias étnicas. O autor estudou a formação de uma comunidade porto-riquenha estabelecida em Orlando (Florida, Estados Unidos da América) e as dissemelhanças entre porto-riquenhos nascidos em Porto Rico e indivíduos com raízes porto-riquenas já nascidos nos Estados Unidos da América. Sendo Ayala um porto-riquenho, nascido na Ilha, o seu trabalho foi bem acolhido pela população, sendo mesmo percecionado como algo que traria melhorias à comunidade, o que trouxe igualmente uma enorme abertura por parte dos entrevistados, assim como o acesso a atores-chave neste contexto.

Ora, esta poderá ser justamente a principal vantagem de uma abordagem realizada por um *insider*. Tomo aqui a definição de Dwyer e Buckle (2009:58) relativamente à investigação realizada por um *insider*:

Insider research refers to when researchers conduct research with populations of which they are also members (Kanuha, 2000) so that the researcher shares an identity, language, and experiential base with the study participants (Asselin, 2003). [...] Although emphasis on “objective” data has been replaced with focusing on the advantages of subjective aspects of the research process (Adler, 1990), being an insider is not without its potential problems. In Adler and Adler’s (1987) discussion of complete member researchers, they suggest that in this “ultimate existential dual role” (p. 73), researchers might struggle with role conflict if they find themselves caught between “loyalty tugs” and “behavioral claims” (Brannick & Coghlan, 2007, p. 70). Asselin (2003) has pointed out that the dual role can also result in role confusion when the researcher responds to the participants or analyses the data from a perspective other than that of researcher. She observed that role confusion can occur in any research study but noted that there is a higher risk when the researcher is

familiar with the research setting or participants through a role other than that of researcher. The benefit to being a member of the group one is studying is acceptance. One's membership automatically provides a level of trust and openness in your participants that would likely not have been present otherwise. One has a starting point (the commonality) that affords access into groups that might otherwise be closed to "outsiders."”

A citação acima indica-nos duas grandes questões a ter em conta. O *insider* poderá eventualmente encontrar-se numa situação de “guarda da verdade”, isto é, como a autora sublinha, no meio de “behavioral claims”, recebendo inúmeras vezes as queixas de um determinado grupo devido ao nível de aceitação, extravasando-se muitas vezes o foco da investigação.

Outro risco é, de facto, o carácter “confuso” (nas palavras dos autores) que uma investigação pode adquirir quando o investigador alcança uma dualidade no seu papel: investigador e membro do grupo simultaneamente. Não obstante, é inegável que este papel de *insider* conduz de forma mais facilitada ao contacto direto com atores cruciais nas mais variadas temáticas, nos mais diversos grupos, mais restritos ou mais numerosos.

Ayala (2012:120) refere justamente esse ponto, e a posição privilegiada que conseguiu adquirir junto da comunidade entrevistando algumas figuras centrais¹⁴¹. O autor, no início do seu trabalho (supramencionado), alerta para o facto de ser indispensável para o investigador deter um conhecimento profundo acerca do tema em análise. Neste contexto, Lindsay (2006), sublinha que as questões adstritas ao contacto com atores-chave poderão ter um carácter pernicioso para a nossa investigação¹⁴². O conhecimento dos perigos provenientes do discurso de cariz político ou institucional – consciente ou inconsciente – deve ser algo para o qual o investigador se encontra preparado. Apenas com um claro conhecimento acerca da temática que pretendemos estudar será possível identificar determinados “filtros” na informação que recolhemos. Como coloca o autor:

141 O autor, com a ajuda da comunidade porto-riquenha residente na Florida, chega a representantes do Estado da Florida e outros representantes do governo de Porto Rico na área metropolitana de Orlando.

142 No trabalho que aqui se desenvolve, e concretamente no que se refere à amostra, optou-se pela não inclusão dos chamados “atores-chave” (tais como representantes de associações de migrantes, representantes políticos ligados a diferentes áreas da proteção social ou membros de associações ligadas à áreas referidas de âmbito informal) justamente pelo risco adstrito quer às ligações institucionais, ou oposição às mesmas que poderiam conduzir a enviesamentos no que se refere à informação recolhida, optando-se assim pelo foco no discurso providenciado pelos migrantes.

“If you are interviewing key actors in (for example) the debate about planning permission for a shopping centre, you have to be aware that expertise and impartiality do not go hand in hand. Consciously or unconsciously, your respondents will tend to filter the information they provide on the basis of their own viewpoints and their organisations’ policies. If you are not an expert in the field yourself, it may be very difficult to tell when filtering is happening.” (2006:32)

Voltando ao trabalho de Ayala, o autor refere um episódio que reflete a forma como, mesmo estando perante entrevistados de determinado grupo, no papel de *insider*, há inevitavelmente riscos associados a eventuais diferenças. O autor relata a entrevista com um membro da comunidade porto-riquenha residente em Orlando (Florida), que, apesar de ter começado de forma aberta e colaborativa, tomou contornos de cariz político, refletindo-se na oposição ao entrevistador, dado que Ayala usava uma pulseira verde, cor que simboliza a independência de Porto Rico. O entrevistado havia referido que saíra de Porto Rico por motivos políticos, dado que tinha pertencido (e pertencia ainda aquando da realização da entrevista), a um partido que apoia a integração plena de Porto Rico nos Estados Unidos da América¹⁴³ (2012:120)

Este evento demonstra, de forma clara, o ponto que acima estabeleci relativamente à individualidade daqueles que integram determinado grupo, notadamente no que diz respeito às trajetórias singulares do indivíduo. O mesmo se aplica ao investigador, colocando-se assim a necessidade de desafiar a dicotomia redutora e simplista *insider/outsider*.

Voltando aos importantes contributos trazidos à Geografia no que toca ao posicionamento do investigador relativamente ao seu estudo, destaco aqui o contributo de Herod (1999:321) com três ideias que devem ser trazidas à discussão:

“[T]here are three issues which I want to address with regard to positionality [...], these being: the ability to consciously manipulate one’s own positionality; the fact that how others view one’s positionality may be different from how one views one’s own positionality; and that a researcher’s positionality may change over time.”

A afirmação do autor permite-nos concluir, acima de tudo, que a categorização *insider* não é algo “estranho”, sendo alvo de diferentes fatores. O nosso posicionamento perante um grupo

143 Porto-Rico – “*Estado Libre Asociado de Puerto Rico*” –, é um território não incorporado nos Estados Unidos da América, isto é, pertence a este último mas não faz parte plena do mesmo.

de entrevistados pode, de certa forma, ser “manipulado” consoante o nosso interesse para alcançar determinados resultados. Essa é também uma estratégia no processo de entrevista apontada por Ayala (2012:19) todavia de forma dissemelhante. O autor refere a possibilidade de recorrermos a um integrante (*insider*) do grupo, como colaborador da investigação, de forma a atenuar os efeitos da presença de um *outsider*, conquistando a confiança do grupo. Contudo, os riscos de um viés por parte de um colaborador estão também presentes, sendo crucial ter em consideração que esta estratégia pode não ser a mais eficaz para a investigação. As nossas identidades constroem-se na similitude e na diferença (Saint-Maurice, 1997:19), facto que deve ser também a base do nosso posicionamento ao nível do trabalho de investigação. Este facto conduz àquilo que Dwyer e Buckle (2009:60) denominam como “espaços-entre”, o que poderá constituir o melhor equilíbrio relativamente às questões relacionadas com o posicionamento do investigador:

“The notion of the space between challenges the dichotomy of insider versus outsider status. To present these concepts in a dualistic manner is overly simplistic. It is restrictive to lock into a notion that emphasizes either/or, one or the other, you are in or you are out. Rather, a dialectical approach allows the preservation of the complexity of similarities and differences. [...] Although a researcher’s knowledge is always based on his or her positionality (Mullings, 1999), as qualitative researchers we have an appreciation for the fluidity and multilayered complexity of human experience. Holding membership in a group does not denote complete sameness within that group. Likewise, not being a member of a group does not denote complete difference. It seems paradoxical, then, that we would endorse binary alternatives that unduly narrow the range of understanding and experience. To be considered the same or different requires reference to another person or group. Fay (1996) noted that each requires the other: “There is no self-understanding without other-understanding” (p. 241). Accepting this notion requires that noting the ways in which we are different from others requires that we also note the ways in which we are similar. This is the origin of the space between. It is this foundation that allows the position of both insider and outsider.”

Na verdade, não é possível identificar qualquer axioma relativamente ao posicionamento do investigador, sendo necessário possuir uma grande sensibilidade relativamente aos indivíduos em estudo, e procurar criar um balanço entre os valores do grupo, os objetivos da investigação, e a forma como nos podemos posicionar enquanto investigadores. Ao invés de nos cingirmos a um mero posicionamento enquanto *insiders* ou *outsiders*, devemos lembrar as trajetórias dos indivíduos que integram o nosso objeto de estudo, assim como as nossas

próprias experiências e valores, independentemente do facto de, à superfície, aparentar pertencermos a um mesmo grupo ou a posicionamentos totalmente dissemelhantes.

5.5 Técnicas de entrevista

A abordagem face a face entre investigador e entrevistado não é um processo linear. Há importantes fatores a considerar relativamente ao processo de entrevista, nomeadamente – como refere Ayala – a forma de abordar os entrevistados, como gerir e interpretar a linguagem corporal no decorrer da entrevista, o tamanho da amostra e o método de amostragem. De acordo com o autor, é necessário revelar sensibilidade sobretudo quando perante uma minoria étnica, tendo em consideração que deve ser considerada a posição do grupo de entrevistados no contexto social (excluídos, integrados), e que, muitas vezes, dadas algumas particularidades dos percursos dos indivíduos, algumas questões devem ser colocadas de uma forma mais genérica e não tão focada no indivíduo. Formulações como “acha que alguém...”, “já ouviu falar em...” ou “tem consciência que...” poderão constituir uma forma de alcance de conhecimento que, de outra forma, em abordagens mais abruptas, resultaria em silêncios ou omissões (2012:126).

A linguagem corporal deve ser um elemento a considerar em duas vertentes: a do entrevistado, mas também a do próprio investigador. O entrevistado pode dar-nos várias pistas através dos gestos que acompanham o discurso, a intensidade do mesmo, ou o vestuário (em algumas situações em que o investigador se quer aproximar ou distanciar), isto é, através do uso de roupas mais “humildes” do que o habitual (como exemplo), dadas as características do grupo que vai entrevistar (Crang, 2003:497). Por outro lado, o investigador pode também influenciar o curso da entrevista, consciente ou inconscientemente, com sinais externos. Detenhamos o exemplo que Ayala (2012:127) refere relativamente ao uso da pulseira verde, contradizendo os valores do entrevistado. O autor sublinha que esse erro comprometeu a entrevista. O conhecimento profundo da temática em questão é então crucial, e a atenção dada aos sinais externos deve ser uma continuação desse conhecimento, como bem demonstra o exemplo do autor.

5.6 Métodos aplicados

É assim o desiderato deste contributo “ouvir” a voz dos indivíduos, analisando as suas experiências, a forma como olham para determinados elementos, sendo para tal crucial reunir

as ferramentas mais adequadas para obter os dados necessários. Assim, explicado o quadro epistemológico por detrás desta investigação, importa aqui abordar os métodos utilizados para alcançar a informação desejada. A entrevista semi-estruturada, caracterizada pela existência de um guião composto por tópicos e questões abertas, permitindo o chamado “afunilamento”, ou seja, partindo de questões mais gerais conduzindo a novas questões de cariz mais específico, assim como o aprofundamento das áreas a investigar (Bailey, 1994:513) foi o método seguido visando a recolha dos testemunhos. Os guiões (anexos I e II) utilizados foram elaborados no âmbito do projeto no qual esta investigação se inclui, sendo um destes direcionado aos indivíduos, com idade superior a dezoito anos, que se encontram nos países de destino há pelo menos um ano e, um segundo, aos indivíduos que já regressaram aos seus países de origem, tendo permanecido no país de residência anterior durante o período mencionado.

No que diz respeito ao primeiro guião, o mesmo encontra-se dividido em diferentes secções que seguidamente serão explicadas de forma sucinta. Em primeiro lugar, o guião contempla informações gerais (tais como informações sobre o entrevistado, localização, hora e duração da entrevista, ou estratégia de recrutamento), seguindo-se uma breve explicação acerca do trabalho de investigação, organização das questões, gravação da entrevista e confidencialidade da mesma. Concretamente no que diz respeito aos tópicos e questões gerais, uma primeira secção aborda as experiências que antecedem o processo migratório, aprofundando-se o período respeitante à infância, ambiente familiar, crescimento, aspetos adstritos à educação até à saída de casa. Após a secção descrita, seguem-se questões e tópicos referentes à(s) experiência(s) migratória(s) desenvolvida(s) pelos migrantes com uma duração mínima de três meses, abordando-se a escolha do destino, razões por detrás da saída do país de origem, situação (económica, social, política) vivida no mesmo aquando do momento de saída rumo a um novo destino, situação pessoal (pessoal, profissional) assim como os níveis de satisfação (em referência à vida dos entrevistados, de uma forma geral) antes da decisão de migrar. Seguem-se questões e tópicos referentes às reações (por parte da família, amigos e comunidade) face à decisão de migrar, identificação dos níveis de cultura migratória (aos níveis local e nacional), assim como a importância do país de destino escolhido no que se refere às escolhas dos migrantes de uma forma geral. De seguida, as questões centram-se na organização da viagem, incluindo eventuais apoios (no país de origem ou de destino), informação recolhida (desde aspetos burocráticos, benefícios sociais ou questões referentes aos campos da saúde ou cuidados e educação das crianças se aplicável), proveniência dessa mesma informação assim como a existência de familiares que, não acompanhando o

entrevistado, necessitam de cuidados ou acompanhamento no país de origem. Na presença de situações em que mais que uma experiência migratória teve lugar – com duração (como referido) de pelo menos três meses –, é recolhida a informação referente ao local, duração, período referente à decisão de migrar, motivações no que se refere ao processo migratório, e níveis de ligação com o local (ou locais) onde essas experiências se desenvolveram (contacto, redes, etc.). Num quadro adstrito a mais que uma experiência migratória, são novamente abordadas as questões referentes ao momento da decisão de migrar, motivações, as acima mencionadas reações no meio envolvente e questões que daí derivam, assim como as temáticas que dizem respeito à organização da viagem no que se refere à mudança mais recente. O ponto seguinte centra-se no período após a migração, em aspetos como as burocracias encontradas, documentação necessária, obstáculos, assim como questões referentes às contribuições sociais (origem e destino) e as mudanças na vida dos entrevistados, primeiramente no que diz respeito ao nível familiar (relacionamentos, filhos, etc.), presença de familiares no país de destino e contactos com o país de origem (visitas, investimentos, comunicação, etc.), seguindo-se informações ao nível profissional (emprego fixo, temporário ou permanente, formal, informal, etc.), situação financeira e (quando aplicável) informação respeitante à transição de estudante para trabalhador. Após o bloco anterior, seguem-se as questões e temas concretamente referentes à relação dos indivíduos com a proteção social, dividindo-se nos campos da saúde, educação, cuidados com crianças em idade pré-escolar, desemprego, pensões e reforma. De uma forma geral, em relação a cada um destes campos, são colocadas questões respeitantes a informação prévia, acesso à mesma, experiências, aspetos burocráticos, dimensões formal e informal, relação com o país de origem e destino dentro deste quadro, estratégias desenvolvidas, apoios recebidos, comparação entre os dois países. Seguem-se as questões referentes ao futuro dos indivíduos, concretamente em relação às suas aspirações, desejos, desafios e incertezas, contemplando as comparações em termos de qualidade de vida na opinião dos entrevistados, planos e os receios no que diz respeito à evolução da União Europeia, nomeadamente relativamente à liberdade de circulação no espaço referido, assim como em relação ao acesso aos direitos sociais. Percorridas as questões e temáticas apresentadas, é dada a oportunidade ao entrevistado de acrescentar algo que não tenha sido abordado durante a entrevista. Por último (podendo todavia ocorrer antes da entrevista, consoante a preferência do entrevistado), são colocadas diversas questões específicas referentes à informação sociodemográfica e apoios sociais, contemplando elementos desde o ano e local de nascimento, passando pelas

habilitações, situação profissional (etc.), culminando em informações referentes aos benefícios sociais aos quais os entrevistados acederam (se aplicável).

O segundo guião, voltado para os entrevistados que regressaram ao seu país de origem, difere do primeiro em alguns pontos concretos. Obviamente, o regresso é parte integrante das questões e temas abordados. Primeiramente, no que diz respeito à decisão de regressar, este guião contempla o cariz desse regresso (temporário ou permanente), situação pessoal antes do regresso (aos níveis familiar, profissional ou escolar), assim como a satisfação com a vida no país de residência nesse momento (incluindo as questões relacionadas com a proteção social, o acesso à mesma, dificuldades, mudanças), situação no país de residência antes do regresso (económica, social, política) e no país de origem nesse momento (incluindo os últimos elementos elencados). Este guião sublinha também o papel da família no que concerne ao regresso, especificamente a sua presença ou ausência no mencionado processo, eventuais reunificações familiares no país de origem, reação dos familiares face ao regresso do entrevistado (identificação de preocupações, encorajamento, pressões), assim como as mudanças ao nível familiar desde o regresso. São ainda abordadas questões adstritas à organização do regresso ao país de origem, especificamente no que diz respeito à transferibilidade dos direitos sociais, pensões ou reformas, assim como as burocracias enfrentadas pelos entrevistados. Por último, no que se refere ao guião direcionado aos entrevistados que regressaram ao país de origem, destacando os principais elementos que diferem em relação ao primeiro guião descrito, importa sublinhar que as questões adstritas às mudanças desde o regresso dos indivíduos são abordadas, notadamente na forma como estes indivíduos comparam os elementos que dizem respeito à proteção social entre o país de residência anterior e o país de origem, as mudanças ao nível profissional (especificamente no que se refere às questões financeiras), assim como os contactos mantidos ainda com o país onde viveram anteriormente.

5.7 Caracterização da amostra

No que diz respeito à amostra no âmbito desta investigação, seguindo o quadro metodológico criado no âmbito do projeto Mobile Welfare, três perfis foram definidos (ver tabela 1), baseados em períodos distintos no que se refere ao curso de vida, com diferentes limites de idade, situações familiares, experiências, transições e eventos. Importa ainda a diversificação ao nível do género, níveis de educação e local de residência. Os limites de idade não são

todavia inflexíveis, servindo como referência, sendo o período de transição e a situação familiar o critério mais relevante.

Tabela 1. Descrição dos Perfis definidos no que diz respeito à amostra.

	Intervalos de idade	Período de transição	Situação familiar
Perfil 1	18-35	Dos estudos à vida profissional	Sem filhos
Perfil 2	25-54	Pais recentes ou recente formação familiar	Casais (vivendo juntos ou não) que migraram em conjunto que planeiam ter filhos ou com filhos (pelo menos um destes em idade pré-escolar ou com idade inferior a 14 anos de idade)
Perfil 3	55 ou superior	Da vida profissional a caminho da idade de reforma ou já reformados	Situações diversas

Relativamente à estratégia de recrutamento, a amostra foi reunida através do método “snowball”, isto é, uma forma não probabilística¹⁴⁴ de amostragem em que os indivíduos inicialmente incluídos na amostra viabilizam a localização de outros indivíduos com as características que os tornam elegíveis para a investigação em questão (Bailey, 1994:520). Este método tem início com a identificação de diferentes “pontos de entrada” – isto é, contactos através de amigos ou colegas, ou uma dada associação – que permitem a localização de indivíduos que preenchem os requisitos para a inclusão no(s) grupo(s) definido(s) no âmbito do trabalho em questão (Secor, 2010:201).

¹⁴⁴ A amostragem não probabilística consiste, de forma sumária, num método em que a probabilidade de seleção de cada indivíduo não é conhecida. Não há qualquer objetivo no que diz respeito a alcançar inferências ou generalizações, não tendo valor estatístico (Bailey, 1994:516).

Concretamente no que se refere à amostra (ver tabelas 2, 3, 4 e 5¹⁴⁵) no âmbito do trabalho que aqui se desenvolve, através do método de amostragem descrito foi possível reunir grupos heterogêneos em termos de idade, género, habilitações e locais de origem. Assim, a amostra é composta por um total de sessenta e um indivíduos, número em que se atingiu o chamado “ponto de saturação”¹⁴⁶, ou seja, quando nova informação não se revela útil ou capaz de trazer novidade à investigação. Concretamente no que toca à caracterização geral da amostra, esta é composta por vinte e três portugueses que residem no Reino Unido (com qualificações¹⁴⁷ médias a altamente qualificados, dez do sexo feminino e treze do sexo masculino), treze portugueses que regressaram do destino referido (de baixas a médias qualificações, sete do sexo feminino e seis do sexo masculino), dezassete portugueses que residem em França (com qualificações médias de uma forma geral, doze do sexo feminino e cinco do sexo masculino) e oito portugueses que voltaram deste último destino (baixas a médias qualificações, três do sexo feminino e cinco do sexo masculino).

145 Dois pontos cruciais devem aqui ser explicados no que diz respeito à apresentação referente aos dados dos entrevistados no âmbito deste trabalho. Primeiramente, em relação ao local de origem. Opta-se aqui por denominar como local de origem não o local de nascimento ou último local de residência antes da saída de Portugal, mas sim o local no qual os entrevistados passaram o maior período das suas vidas, onde desenvolveram as suas redes e criaram raízes. Alguns exemplos solidificaram esta opção, notadamente aqueles trazidos por entrevistados que passaram praticamente toda a sua vida (antes da decisão de migrar) em meios rurais, pautados por poucas oportunidades ao nível laboral, e que optam, por um período muito curto, por viver em grandes cidades (no contexto português) como Lisboa ou Porto. Não obstante essa passagem por meios urbanos, a identificação dos entrevistados com a origem vai ao encontro do local onde desenvolveram as suas experiências mais representativas durante o crescimento. Um outro exemplo encontra-se nos entrevistados que nasceram nas ex-colónias portuguesas em África. Sendo o seu local de nascimento no continente mencionado (invariavelmente chegando a Portugal durante os primeiros anos de infância), é em diferentes locais em Portugal que as suas origens podem ser identificadas. Já no que toca à apresentação dos dados referentes tanto ao local de origem assim como ao local de destino, a falta de harmonia no que diz respeito à congruência em termos de escalas conduziu a diferentes critérios. Havendo, dentro do Sistema Estatístico Europeu – especificamente no quadro das Unidades Administrativas Locais – uma suposta equivalência entre os diferentes países, esta não se mostra viável. Seguindo o quadro mencionado, a congruência estaria baseada em município em Portugal, “canton” em França e “lower tier authorities” ou “individual unitary authorities”, contudo, posto em prática revela-se pouco rigoroso. Pegando no exemplo de Paris, mais uma vez, no quadro referido, este não se inclui no mesmo, mostrando imediatamente a incongruência desta classificação. Mais ainda, no que toca às unidades administrativas, pegando num exemplo como um entrevistado que sai de Loures. Embora aparentemente a escassa distância em relação à capital portuguesa seja pouco relevante (juntamente com a sua inclusão na sub-região “Grande Lisboa”), acredito que a distinção importe sobremaneira, dadas as claras diferenças, mais uma vez, ao nível das oportunidades laborais disponíveis, ou de uma maior aproximação às vivências suburbanas.

146 Não há *um* critério tido como norma no que diz respeito ao número de entrevistados. Os mesmos variam de forma tremenda de acordo com a visão dos autores que desenvolvem estas questões. Em última análise, é necessário ter em consideração as especificidades de cada investigação, notadamente no que diz respeito à amostra reunida (a este respeito, ver p. ex. Guest, et al., 2006; Mason, 2010).

147 Entenda-se “baixas qualificações” como correspondentes ao 1º ciclo do ensino básico (1º, 2º, 3º e 4º anos de escolaridade), “médias qualificações”, compreendendo o 2º ciclo (5º e 6º anos de escolaridade), 3º ciclo (7º, 8º e 9º anos de escolaridade) e ensino secundário (10º, 11º e 12º anos de escolaridade), “qualificados” (licenciatura) ou “altamente qualificados” (mestrado e doutoramento).

Tabela 2. Caracterização da amostra – indivíduos portugueses que residem em França.

Perfil	Género	Idade	Local de Origem	Local de Destino	Ano de Chegada	Grau de Instrução	Nº de Filhos
P1	M	26	Barreiro	Paris	2013	12º ano	0
P1	F	30	Lisboa	Paris	2011	Mestrado	0
P1	M	30	Moita	Saint-Tropez	2013	12º ano	0
P1	M	38	Lisboa	Lorraine	2013	12º ano	0
P2	F	36	Lisboa	Paris	2014	10º ano	3
P2	F	42	Lisboa	Paris	2010	12º ano	3
P2	F	30	Lisboa	Paris	2012	Doutoramento	0
P2	F	50	Porto	Paris	2003	12º ano	0
P2	F	38	Barcelos	Saint-Tropez	2016	9º ano	2
P2	F	44	Lisboa	Paris	2009	Licenciatura	0
P2	M	60	Sabugal	Paris	1991	4º ano	2
P2	F	51	Ourém	Paris	2011	4º ano	3
P2	F	55	Leiria	Paris	1970	9º ano	2
P3	F	50	Mirandela	Saint-Tropez	1994	7º ano	3
P3	F	68	Lisboa	Paris	1971	5º ano	2
P3	M	57	Vilar Formoso	Lyon	1972	5º ano	2
P3	F	56	Ponte de Lima	Lyon	1976	4º ano	2

Tabela 3. Caracterização da amostra – indivíduos portugueses que regressaram de França.

Perfil	Género	Idade	Local de Origem	Local de Destino	Ano de Chegada	Ano de Saída	Grau de Instrução	Nº de Filhos
P1	M	32	Lisboa	Paris	2014	2016	12º ano	0
P2	F	30	Lisboa	Paris	2009	2013	Doutoramento	0
P2	M	37	Oeiras	Grenoble	2013	2016	Licenciatura	2
P3	M	70	Guarda	Paris	1972	2013	3º ano	1
P3	F	69	Guarda	Paris	1972	2013	4º ano	1
P3	M	77	Odemira	Paris	1970	2006	4º ano	0
P3	F	77	Vila Verde	Paris	1969	2006	4º ano	0
P3	M	57	Sabugal	Saint-Tropez	1973	1993	7º ano	0

Tabela 4. Caracterização da amostra – indivíduos portugueses que residem no Reino Unido.

Perfil	Género	Idade	Local de Origem	Local de Destino	Ano de Chegada	Grau de Instrução	Nº de Filhos
P1	M	33	Almada	Cambridge	2012	Licenciatura	0
P1	M	25	Lisboa	Londres	2012	9º ano	0
P1	F	19	Lisboa	Canterbury	2015	Graduação	0
P1	M	33	Lisboa	Londres	2013	Mestrado	0
P1	F	35	Torres Novas	Nottingham	2011	Doutoramento	0
P2	M	35	Lisboa	Londres	2009	Mestrado	0
P2	F	30	Lisboa	Londres	2015	12º ano	1
P2	M	26	Lisboa	Londres	2015	Licenciatura	1
P2	M	32	Lisboa	Cambridge	2014	Licenciatura	2
P2	F	33	Lisboa	Cambridge	2014	Licenciatura	2
P2	M	37	Lisboa	Londres	2000	9º ano	1
P2	F	33	Lisboa	Londres	2004	11º ano	2
P2	M	42	Alcochete	Belfast	2013	Licenciatura	0
P2	F	40	Lisboa	Londres	2016	Mestrado	1
P2	F	30	Lisboa	Londres	2010	Mestrado	1
P2	M	45	Porto	Londres	2004	Doutoramento	1
P2	F	33	Lisboa	West Sussex	2015	Mestrado	0
P2	M	40	Loures	West Sussex	2016	9º ano	0
P2	F	51	Lisboa	Londres	1994	12º ano	2
P2	M	48	Lisboa	Londres	2015	Licenciatura	2
P3	M	68	Porto	Londres	1969	4º ano	1
P3	F	73	Montalegre	Londres	1979	4º ano	1
P3	M	77	Montalegre	Londres	1973	4º ano	1

Tabela 5. Caracterização da amostra – indivíduos portugueses que regressaram do Reino Unido.

Perfil	Género	Idade	Local de Origem	Local de Destino	Ano de Chegada	Ano de Saída	Grau de Instrução	Nº de Filhos
P1	M	26	Porto	Londres	2014	2018	Mestrado	0
P1	F	29	Lisboa	Londres	2011	2013	Licenciatura	0
P2	M	29	Porto	Coventry	2007	2011	Mestrado	0
P2	F	37	Portimão	Londres	2016	2017	9º ano	2
P2	M	39	Portalegre	Londres	2006	2006	12º ano	1
P2	F	45	Lisboa	Milton Keynes	2001	2003	12º ano	0
P2	M	46	Portalegre	Londres	1993	1998	9º ano	1
P2	F	39	Lisboa	Londres	2007	2010	12º ano	3
P3	M	69	Boticas	Londres	1978	2013	3º ano	1
P3	F	62	Boticas	Londres	1973	2013	4º ano	1
P3	F	72	Azambuja	Londres	1971	2016	7º ano	0
P3	F	68	Ferreira do Zêzere	Londres	1971	2016	4º ano	0
P3	M	84	Lisboa	Reading	1967	2016	4º ano	1

5.8 Condução do trabalho de campo

As entrevistas realizaram-se entre 14 de Junho de 2016 e 20 de Setembro de 2017. Importa referir primeiramente a garantia de confidencialidade das mesmas, quer no que diz respeito ao nome de cada entrevistado (sendo que, nas citações apresentadas ao longo deste trabalho, todos os nomes são fictícios, assim como, por exemplo, a não divulgação de instituições específicas, tais como locais de trabalho, etc.). Em termos de duração, a entrevista mais curta durou cerca de vinte minutos, e a mais longa pouco mais de duas horas. Face a questões adstritas à disponibilidade dos entrevistados, duas entrevistas foram interrompidas sendo retomadas num novo momento consoante a flexibilidade dos entrevistados, o que contudo não trouxe qualquer dificuldade no que se refere à riqueza da informação. Trinta e seis entrevistas foram realizadas face a face, e as restantes vinte e cinco através do software Skype. Após um primeiro trabalho de observação¹⁴⁸ e estabelecimento de alguns contactos em Cambridge e Londres (Reino Unido), foi facilmente constatável a importância de desenvolvimento de estratégias alternativas às deslocações aos países em estudo neste trabalho, de forma a economizar recursos e simplificar processos logísticos. A planificação prévia no que se refere à calendarização de entrevistas revelou-se muitas vezes infortuna dada as desistências de potenciais entrevistados ou a não autorização de gravação da

¹⁴⁸ No que diz respeito a trabalho de observação (nos países de destino da amostra que compõe este trabalho), constituído por conversas informais com portugueses que residem em França e Reino Unido, visitas a estabelecimentos comerciais cujos proprietários ou trabalhadores são portugueses, ou casas particulares (etc.), o mesmo teve lugar em setembro de 2015 (Reino Unido, principalmente em Cambridge e Londres) e maio e junho de 2018 (França, especificamente Paris e arredores).

entrevista (como exemplos). Nesse sentido, as estratégias desenvolvidas residiram na calendarização de entrevistas durante períodos de visita dos indivíduos que compõem a amostra a Portugal (notadamente em períodos de férias) – o que permitiu minimizar as consequências de eventuais desistências – assim como a utilização do mencionado software Skype. Um pequeno parêntesis deve aqui ser realizado no que se refere à utilização deste meio de comunicação. Como conclui Paul Hanna relativamente à utilização de vários tipos de software como o Skype, estes têm-se estabelecido como meios viáveis em trabalhos de investigação, notadamente tendo em conta problemas adstritos ao acesso à informação e questões referentes à distância. Como coloca o autor, um software como o Skype permite uma interação baseada na sincronicidade entre o investigador e o entrevistado, assim como a manutenção dos aspetos visuais (leia-se expressões e reações faciais, entre outros exemplos) e uma maior facilidade no que diz respeito à gravação da entrevista (como, por exemplo, o contornar de problemas relacionados com a vida útil no que se refere à bateria dos instrumentos de gravação ou qualidade do som) (2012:241). Na próxima secção, volta-se finalmente a atenção para as questões referentes à forma como a informação recolhida foi analisada.

5.9 Análise da informação

Após a realização das entrevistas, passou-se à fase de transcrição das mesmas. As entrevistas foram, de uma forma geral, transcritas de forma integral. Contudo, e seguindo as diretrizes do projeto Mobile Welfare, nas situações em que as temáticas abordadas pelos entrevistados extravasam o interesse da investigação (tais como questões pessoais não relacionadas com a investigação), um pequeno texto resume esse intervalo de entrevista, justificando-se a ausência de necessidade no que diz respeito à transcrição. Geralmente, estes resumos referem-se a curtos intervalos, servindo apenas para, em primeiro lugar, tornar o processo de transcrição menos moroso (dada a ausência de informação relevante para a investigação), assim como para manter o foco nas temáticas relevantes tendo em vista a análise das entrevistas.

Aquando da realização da transcrição de cada entrevista, procedeu-se à indicação do tempo de entrevista registado a cada 15 minutos desde o início da mesma. Este método viabiliza um acesso mais facilitado a um dado trecho caso haja a necessidade de consultar a versão áudio. No que se refere à língua utilizada nas transcrições, importa referir que algumas das entrevistas que integram este trabalho (especificamente as entrevistas realizadas com

indivíduos portugueses regressados do Reino Unido), foram também analisadas no âmbito do projeto Mobile Welfare, sendo, nestes casos, as entrevistas primeiramente transcritas em português e posteriormente traduzidas para inglês.

Concretamente no que diz respeito à análise das entrevistas, e mais uma vez seguindo as indicações do projeto Mobile Welfare, foi escolhido o software NVivo (versão 11). Este software, integrado nos chamados “computer assisted qualitative data analysis software” (CAQDAS). A escolha deste software – assim como a definição dos nós e sub-nós usados na codificação das transcrições das entrevistas –, resultam das reuniões entre as diferentes equipas integradas no projeto mencionado, partilha de experiências depois de alguns testes prévios, tendo-se revelado a opção mais adequada após a conclusão do processo de codificação. Tomando o contributo de Bringer e Johnston (2004), alguns aspetos referentes ao software em questão devem todavia ser sublinhados. Um ponto é de cariz óbvio, contudo deve ser aqui destacado, consistindo no facto de tipos de software como o NVivo dependerem, em última análise, da interpretação humana. Apesar da evolução no que se refere a estas ferramentas informáticas, e vantagens no que diz respeito à possibilidade de procurar elementos específicos dentro de um conjunto vasto de informação (como uma transcrição de entrevista), é ao investigador que cabem as tarefas de interpretação, conceptualização, examinar relações entre informação recolhida e codificações e contribuir para o desenvolvimento de novas teorias. Em suma, como colocam os autores, o computador pode ajudar nas tarefas elencadas, mas de forma alguma pode este realizar a análise qualitativa dos dados. Inegável será, como salientado, o seu papel em encontrar (nas palavras dos autores “retrieval”) de informação específica, quer por através dos nós ou categorias criadas, pesquisas no texto, etc. Não obstante a utilidade do software em questão, um outro ponto deve ser mencionado. Apesar de se constituir como uma ferramenta que indubitavelmente pode ajudar o investigador, a mesma não diminui o tempo necessário para ler, conceptualizar e analisar os dados. Defendem ainda os autores que, os benefícios trazidos por tipos de software como o NVivo dependem das competências do investigador, como este escolhe utilizar as ferramentas ao seu dispor, assim como a forma como as técnicas foram ensinadas (2004;247-50). Pessoalmente, após a experiência decorrente da investigação que aqui se desenvolve, creio que um profundo conhecimento acerca das entrevistas realizadas viabiliza uma análise mais coerente. Se, por um lado, ao pesquisarmos informação no seio de uma ou mais entrevistas (ou transcrições), através de um nó ou sub-nó, conseguimos facilmente encontrar partes do discurso que vão ao encontro desses, existe indubitavelmente o risco de retirar um pedaço de informação de forma desregrada, dado que as ideias não se

encontram “soltas”, havendo muitas vezes um seguimento que deveria ter sido também analisado, ajudando a uma melhor compreensão do conteúdo em questão. De forma resumida, a utilização do software NVivo permitiu uma organização mais eficaz da informação e consulta da mesma, não substituindo contudo a necessidade de um forte sentido crítico e interpretativo, acompanhados por um profundo conhecimento no que se refere às entrevistas realizadas. Concretamente no que se refere aos nós e sub-nós criados no âmbito do projeto Mobile Welfare tendo em vista a codificação das entrevistas segue-se, em forma de tabela, as informações sumárias referentes aos mesmos.

Tabela 6. Nós e sub-nós criados respeitantes ao software NVivo, pelas diferentes equipas que integram o projeto Mobile Welfare, seguidos na codificação das transcrições das entrevistas realizadas no âmbito do trabalho que aqui se apresenta.

Denominação	Descrição
1. País	Quando o entrevistado fala especificamente sobre aspetos relacionados com um país em específico, outros países ou Europa. Referências diretas e indiretas.
1.01. Portugal	
1.02. Espanha	
1.03. Holanda	
1.04. Reino Unido	
1.05. Polónia	
1.06. Noruega	
1.07. Turquia	
1.08. Gana	
1.09. Marrocos	
1.10. Brasil	
1.11. Ucrânia	
1.12. Outros países europeus	
1.13. Outros países fora da Europa	
1.14. Europa	Comentários sobre a Europa em geral.
1.15. Comparações	Perspetiva comparativa entre países.
2. Factores relacionados com a Proteção Social	
2.01. Educação	Tudo aquilo que se relaciona com a educação dos entrevistados durante o crescimento, com a educação dos filhos ou de membros da família incluindo todos os níveis de educação. Aspetos relacionados com a forma como os sistemas de educação se encontram organizados e como operam.
2.02. Saúde	Aspetos relacionados com saúde/cuidados de saúde

Denominação	Descrição
	dos entrevistados ou de membros da família. Inclui aspetos contextuais relacionados com a forma como o sistema de saúde se encontra organizado e como opera.
2.03. Cuidados com crianças	Diz respeito ao que se relaciona com apoio às crianças durante o crescimento dos entrevistados, dos seus filhos ou de membros da família. Inclui aspetos contextuais relacionados com a forma como os cuidados com crianças se encontram organizados e como operam. Questões relacionadas com licenças de maternidade e paternidade.
2.04. Desemprego	Experiências pessoais/familiares e contextuais respeitantes a apoio em situação de desemprego, como estes se encontram organizados e são postos em prática
2.05. Cuidados com idosos	Experiências pessoais/familiares e contextuais acerca da forma como os cuidados com idosos são organizados e postos em prática.
2.06. Pensões de reforma	Tudo o que está relacionado com o período de reforma e pensões de reforma dos entrevistados ou de membros da sua família. Engloba também questões contextuais e como as pensões de reforma são organizadas e postas em prática.
2.07. Transferibilidade	Questões relacionadas com a transferência de direitos sociais (adquiridos num país sendo usufruídos num outro). Conhecimento e experiência.
2.08. Acesso	Acesso à proteção social. Dificuldades e barreiras.
2.09. Informal	Redes (família, amigos, vizinhos), organizações não-governamentais, serviços ao nível local, associações, setor privado.
2.10. Sistema de segurança social (de uma forma geral)	Contribuição para os sistemas de segurança social, impostos, organização dos benefícios sociais.
3. Factores estruturais – contexto	
3.01. Contexto económico	Contexto económico, crise económica, especificidades do mercado de trabalho
3.02. Contexto político	Contexto político, crises políticas, segurança, violência.
3.03. Corrupção	Percepções, experiências.
3.04. Família	Historial em termos migratórios (ou ausência do mesmo), destinos comuns, reacções ao nível da família e amigos.
3.05. Redes sociais	Auxílio à migração/estabelecimento no país de destino/informação (família, amigos, outros). Diferentes tipos de redes, incluindo o nível transnacional.

Denominação	Descrição
3.06. Formalidades administrativas	Inclui mudanças ao nível legal (estatuto, cidadania), irregularidades, impostos, proteção social.
3.07. Qualidade de vida	Diferentes aspetos incluídos, tais como ao nível da família, trabalho, estilo de vida, clima, comida, tolerância (...), não necessariamente ligados à proteção social.
3.08. Fatores sócio culturais	Aquilo que é valorizado ao nível cultural (sociedade/comunidade/família), incluindo elementos como: cultura de trabalho, balanço vida profissional e pessoal, abertura em relação aos migrantes, homofobia, deveres ao nível dos cuidados, reciprocidade, etc.
4. Fases da vida	Quando os entrevistados abordam diferentes fases da vida.
4.01. Crescimento/Infância/Juventude	Questões referentes ao crescimento e períodos que antecedem a fase adulta dos indivíduos.
4.02. Vida estudantil	Tudo o que está relacionado com a educação dos entrevistados, formações, estágios (...).
4.03. Dinâmicas familiares	Dinâmicas familiares (início de relacionamentos, reunificação familiar, paternidade/maternidade, divórcio, etc.).
4.04. Empregos/carreira profissional	Trajetoárias profissionais (formais e informais).
4.05. Envelhecimento/reforma	Implicações do envelhecimento, vida após o fim da atividade profissional, pensões de reforma, etc.
5. Migração – Imobilidade	
5.01. Migrações internacionais	Processo de decisão de migrar.
5.02. Mobilidade interna	Inclui questões relacionadas com a mobilidade nos países de origem e destino.
5.03. Regresso	Processo de decisão no que diz respeito ao regresso, projetos de regresso, perceções referentes ao regresso ao país de origem.
5.04. Imobilidade	Decisão de não migrar em diferentes cenários (face à possibilidade e impossibilidade de migrar).
5.05. Práticas transnacionais	Presença de fatores relacionados com recursos referentes à proteção social provenientes do país de origem, membros da família que viajam tendo como objetivo prestar apoio, consultas médicas, filhos que permanecem no país de origem, educação via internet, envio de remessas, etc.
6. Experiências, perceções e aspirações	
6.01. Aspirações/intenções	Desejos, objetivos, ambições e planos (referentes ao passado, presente e futuro dos indivíduos) no que diz respeito à vida profissional, migrações, qualidade de vida (...).
6.02. Experiências	Experiências e sentimentos dos entrevistados em relação à proteção social e migrações. Práticas e

Denominação	Descrição
	estratégias referentes aos sistemas de proteção social.
6.03. Informação/Perceção	Informação (ou ausência da mesma) em relação à proteção social. Perceção que certos aspetos referentes à proteção social, num dado país, não são compreendidos.
7. Futuro da Europa	Última questão do guião de entrevista referente à forma como os entrevistados vêem a evolução da União Europeia no futuro próximo e o lugar desses neste processo.
7.01. “Brexit”	Tudo o que está relacionado com a saída da União Europeia por parte do Reino Unido (opiniões, perceções, consequências, mudanças ao nível das migrações, aspirações no contexto das migrações)
8. Melhor citação	P. ex. Perspetivas comparativas entre país de origem e destino.

Primeiramente, um ponto deve ser sublinhado. Note-se que a listagem diz respeito à escolha dos países a estudar pelas várias equipas que integram o projeto Mobile Welfare, incluindo países europeus e de países terceiros, não tendo particular importância para a codificação das entrevistas realizadas no âmbito da investigação que aqui se desenvolve. Sendo que os migrantes portugueses que se encontram em França, ou que regressaram deste país, não foram analisados no âmbito do projeto Mobile Welfare, um novo sub-nó foi incluído de forma a viabilizar a codificação das transcrições das entrevistas realizadas com estes indivíduos.

Embora a tabela anteriormente apresentada demonstre de forma concisa a organização dos diferentes nós e sub-nós seguidos no que se refere à codificação através do software NVivo, creio ser importante trazer aqui breves considerações. Como é possível verificar, oito grandes nós foram estabelecidos, nomeadamente “País”, “Fatores relacionados com a proteção social”, “Fatores estruturais”, “Fases da vida”, “Migração-Imobilidade”, “Experiências, perceções e aspirações”, “Futuro da Europa” e “Melhor citação”, subdivididos por diversos sub-nós que permitem uma maior profundidade no que se refere à análise dos diversos discursos. O que importa aqui destacar é o facto de este quadro de codificação ter, por um lado, permitido uma uniformidade no que diz respeito à análise das entrevistas, isto é, um método coeso que viabiliza conclusões gerais, ao mesmo tempo que serviu de base para uma abertura a reflexões mais minuciosas que conduziram ao alcance de novas perspetivas dado o cariz integrante e não redutor nomeadamente nos sub-nós como é possível verificar através da descrição dos mesmos (tabela 6).

Apresentados os elementos referentes aos aspetos metodológicos presentes neste trabalho, no próximo capítulo dá-se início a discussão dos dados empíricos, nomeadamente no que diz respeito às aspirações, perceções e motivações dos entrevistados.

CAPÍTULO 6

ASPIRAÇÕES, PERCEÇÕES E MOTIVAÇÕES

6. ASPIRAÇÕES, PERCEÇÕES E MOTIVAÇÕES

6.1 Introdução

Como se pretendeu sublinhar (ver capítulo 4.7), analisar as aspirações e motivações, no contexto das migrações, assenta numa notória complexidade. Mais do que as diferenças salariais ou outros fatores económicos a moldar os processos de decisão de migrar, inúmeros outros elementos estão presentes. Em suma, seria simplista e redutor caracterizar os migrantes como indivíduos passivos que reagem a determinados contextos macro (Bakewell, de Haas e Kubal, 2011). Mais ainda, no que diz respeito concretamente às perceções dos indivíduos ao decidir migrar para determinado destino, é crucial lembrar que os mesmos raramente detêm informação plena e precisa acerca das condições que se encontram nos países de chegada, assim como frequentemente representam a nova realidade de uma forma que muito dista daquilo com que se deparam (Cairns, 2009).

Há uma base comportamental no processo de decisão de migrar que não pode ser obviada. De forma a melhor compreender as complexas razões por detrás dos processos migratórios, a análise “life course” revela-se essencial enquanto ferramenta que tem em consideração fatores como a idade ou a “fases da vida” em que os migrantes se encontram (King, 2006). Contudo, elementos como aqueles acima referidos não podem ser tomados de forma linear, como algo sequencial (Collins e Shubin, 2013).

Aqui, sublinha-se o papel do “acaso”, da “não linearidade” e “imprevisibilidade” nas vidas destes indivíduos que complexificam de forma crescente os padrões migratórios. Este capítulo encontra-se dividido em dois grandes blocos: um primeiro dedicado àqueles que migram nas décadas de 1960-70 para França e Reino Unido, seguindo a discussão dos discursos trazidos pelos que compõem os fluxos mais recentes para os países referidos. Dá-se então início à discussão das entrevistas realizadas junto daqueles que integram a “velha emigração”, destacando-se a variedade ao nível das motivações e representações destes indivíduos, a importância do contexto (económico, político e social) então vivido, questões relacionadas com o género, o papel das redes, da distância, da origem dos entrevistados, assim como da possibilidade de regresso a Portugal. Por último, questiona-se a importância da proteção social (formal e informal) no processo de decisão de migrar destes indivíduos.

Já no segundo bloco, são discutidos os discursos daqueles que compõem a vaga de emigração mais recente de portugueses para França e Reino Unido. Dá-se início à segunda parte deste capítulo colocando-se o foco na multiplicidade de motivações e no papel da proteção social

formal nestes processos migratórios. Passa-se então à discussão do papel das fases da vida, contrapondo-se as motivações iniciais com a situação atual em que os indivíduos se encontram. Sublinha-se seguidamente os reflexos de elementos que caracterizaram a “velha emigração” nos fluxos mais recentes (particularmente o “peso” do setor da construção civil). Contempla ainda a discussão o papel do núcleo familiar, dos fatores culturais e das experiências (especificamente as que se relacionam com o setor da educação) na decisão de migrar. De seguida, volta-se a atenção para a procura de congruência entre as habilitações dos indivíduos e o mercado de trabalho no destino, explorando-se em particular o caso dos enfermeiros portugueses no Reino Unido. São seguidamente focadas as questões relacionadas com elementos não exetáveis e não lineares nos processos de decisão de migrar e discutido o papel dos relacionamentos amorosos e do domínio da língua falada no destino num quadro de crescente mobilidade intra-europeia.

Finaliza-se este capítulo com uma breve síntese conclusiva percorrendo os principais pontos trazidos procurando-se ainda sistematizar a informação desenvolvida.

6.2 Razões para a emigração nas décadas de 1960 e 1970: motivações variadas num contexto comum

Começando pelas aspirações, perceções e motivações dos migrantes portugueses durante as décadas de 1960 e 1970, duas primeiras considerações devem aqui ser sublinhadas. Em primeiro lugar, os dois destinos analisados neste trabalho – França e Reino Unido – apresentam-se como extremamente díspares quando comparados numa perspetiva numérica (com as devidas ressalvas referentes à impossibilidade de dados completamente fidedignos tendo em conta a assimetria entre saídas legais e ilegais ou clandestinas [Baganha, 1991:723]).

Um segundo ponto outrossim importante reside no facto de, apesar da mencionada diferença em termos numéricos – o que, perentoriamente poderia conduzir à identificação de um maior “peso” no que toca à quantidade e qualidade da informação – as perceções dos entrevistados foram pautadas pela parca informação em ambos os casos. Se, por um lado, França representava em 1962 o principal destino para os emigrantes portugueses, já o Reino Unido apresentava-se como um destino marginal no contexto referente à emigração intra-europeia. Especificamente, entre 1962 e 1973, dos cerca de um milhão de indivíduos (em média, 85 523 por ano) que rumam para países europeus, 81,7% escolhem França como destino.

Em clara oposição encontra-se a escolha do Reino Unido como país de chegada para os emigrantes portugueses de então, sendo que, no período compreendido entre 1960 e 1971, dos cerca de seiscentos e oitenta e um mil indivíduos saídos legalmente de Portugal, apenas 0,2% optam pelo destino mencionado (Peixoto et. al. 2016:71-72;110). É bem conhecida a realidade vivida em Portugal nas vésperas das paulatinas melhorias trazidas pela democratização e abertura ao exterior (Barreto, 1995). Uma descrição que nos traz quase como uma “fotografia” do período vivido é realizada por Rocha-Trindade, que importa aqui destacar:

“Ser-se pobre era, entre os anos 50 e 60 em Portugal, uma situação tão corrente que podia considerar-se como trivial. Em meios rurais e na metade Norte do país dominava a ocupação agrícola, já que nas aldeias muito poucas outras tinham alguma viabilidade: lojista, taberneiro, artesão, dono de transporte. Todos os demais procuravam sobreviver à custa da terra, da horta, da criação dos animais, da batata e do cereal, da resina e da lenha dos pinheiros. Com famílias grandes, muito pouco cabia a cada um; ser-se pobre não era necessariamente morrer de fome – pois que a solidariedade comunitária tal não permitia – mas era tão somente não ter esperança de que o amanhã fosse melhor do que hoje ou do que ontem. [...] Também se podia ser pobre – embora de diferente forma – na vila ou na cidade. Se por um lado, aí havia a oportunidade de ter emprego, na fábrica ou na obra, na loja ou no escritório, em serviço privado ou em serviço público, faltava, em contrapartida, o recurso quotidiano aos produtos da terra; a subsistência diária tinha que ser integralmente paga.” (2015:223-4)

É esse o Portugal vivido por aqueles que enveredaram pela via da emigração nas décadas de 1960 e 1970 que constituem também o conjunto de entrevistados do trabalho que aqui se desenvolve. A fuga à situação acima descrita encontrava-se, para muitos portugueses, ora na procura de melhores condições de vida nos centros urbanos (notadamente Lisboa ou Porto), na saída rumo a destinos mais longínquos como África (leia-se colónias portuguesas e posteriormente “províncias ultramarinas”) e o Brasil, ou, até ao abrandamento trazido por políticas restritivas e a crise sentida na década de 1970, nos destinos europeus destacando-se França (Fonseca, 1990:185-88; Rocha-Trindade, 2015:224). Falemos de cenários mais urbanos ou rurais, assiste-se, por diferentes motivos, à busca de outros horizontes fora do “cinzentismo” português. António Barreto – pegando no conceito trazido por Adérito Sedas Nunes – aborda a sociedade “dualista” de então. Por um lado, uma sociedade rural, tradicional e, por outro lado, uma sociedade urbana, com melhores níveis de informação, não se encontrando contudo – como sublinha o autor – em mera oposição mas, ao invés, “dentro

da mesma unidade” (1995:843). Serve a asserção anterior como ponte para algo fundamental para a discussão que aqui se apresenta. Como nos explica Körner (2007:206):

“Migrants are not a homogenous group. In the country of birth they may not have been part of the dominant culture. They have had different experiences of class, gender, race and age. They have had different reasons for migration and migrated under different circumstances. They have also had different experiences in the host country”.

Na secção que se segue realiza-se então a análise das várias motivações por detrás da saída de Portugal rumo a França e Reino Unido nas décadas mencionadas, mostrando a diversidade de elementos que moldam a decisão de migrar destes indivíduos.

6.2.1 Dois destinos díspares face a um mesmo “cinzentismo” económico, político e social

Descrita a realidade vivida em Portugal no período mencionado, será todavia redutor apontar como única motivação a procura de melhores salários e a fuga à precariedade. Obviamente, estes últimos terão sido os grandes impulsionadores para a saída destes indivíduos rumo a destinos promissores como França e Reino Unido, a par com a importância das redes migratórias, a presença de familiares nos países de chegada, o assistir às melhorias das condições de vida daqueles que partiram anteriormente ou um clima político hostil, mas não exclusivamente.

Na senda da multiplicidade fatores presentes nos movimentos migratórios para os quais King (2002) nos chama à atenção, importa apresentar algumas das diversas aspirações, perceções e motivações presentes nos discursos dos entrevistados. Primeiramente, o testemunho de António. Perante o já mencionado “cinzentismo” consequente de um regime político hostil, aliando-se à precariedade sentida no meio rural (especificamente aqui, no nordeste português), a vontade de atingir determinados objetivos e o facto de a sua então namorada ter já decidido migrar rumo ao Reino Unido, o entrevistado opta por uma nova experiência no destino referido.

Era mais perto [Reino Unido], e depois tinha lá a minha namorada, porque a minha esposa era a minha namorada, depois fui, e tal, e a coisa arranjou-se, e o casamento, e pronto, e lá continuámos. [...] Estava muito pobre [Portugal], era o tempo do Salazarismo ainda, ninguém podia piar. Era uma coisa muito... não havia empregos, foi a coisa de nós emigrarmos foi uma obrigação, tivemos que sair, não? Porque a agricultura não dava nada. [...] Vivíamos um bocado atrapalhados, a gente

queria muitas coisas e não conseguia. A minha paixão era um trator, e a gente não tinha como o comprar, e graças a Deus agora já o tenho.

(António, 69 anos, Boticas, regressado, Londres, Reino Unido)

Já para Baltazar, inserido num contexto familiar em que a emigração se demonstra frequente, o papel das redes familiares e de amizade, aliadas mais uma vez à precariedade vivida nos meios rurais, revelam-se fundamentais para a sua decisão de migrar para França não obstante os óbvios constrangimentos políticos que levam à necessidade da via clandestina.

Para melhorar a minha situação [...] A maior parte dos meus familiares foram emigrantes. [...] Eu por acaso tive sorte porque fui através da Imigração, com o meu contrato de trabalho [...] Primeiro fui para lá clandestino... acho que estivemos lá oito dias [...] E depois o patrão arranhou-nos um contrato de trabalho através da Imigração.

(Baltazar, 67 anos, Guarda, regressado, Saint-Tropez, França)

Para Andreia, a vontade de conhecer Londres – que só se poderia consubstanciar com a existência de um contrato de trabalho no país de destino – juntando-se às redes de amizade, despoletaram a sua decisão de migrar. Como revela, num contexto economicamente desfavorável, no qual, nas suas palavras “vivia-se”, desenvolve a partir de então uma nova trajetória.

P: E porquê Inglaterra?

R: Calhou ser Inglaterra.

P: Mas tinha lá alguém?

R: Sim, tinha lá pessoas amigas, tinha as pessoas que me levaram para lá. Naquele tempo só se podia ir com um contrato de trabalho.

[...]

P: Estava satisfeita com a vida que tinha cá [Portugal]?

R: Sim, só que gostava de ir conhecer Londres e da maneira que eu podia ir era ir trabalhar

[...]

P: E lembra-se de como era a situação económica em Portugal, de como é que as coisas estavam nessa altura?

R: Não era assim muito boa, mas vivia-se.

(Andreia, 68 anos, Ferreira do Zêzere, regressada, Londres, Reino Unido)

No caso de Alexandre, apesar de uma situação profissional estável, que na sua opinião conduziria a obtenção de uma pensão de reforma confortável, uma oportunidade laboral para a sua esposa (providenciada por um contacto em Paris) rompe com uma permanência no país de origem que parecia ser “natural” para o entrevistado.

Chegámos, estava debaixo da porta uma carta. Era de uma amiga dela [Esposa] que tinha ido para Paris que disse que tinha lá trabalho para ela e *voilà*... [...] Eu como era funcionário [Correios] não podia sair assim. Então fiz um passaporte, e nessa altura era difícil, tudo era difícil para sair de Portugal, ainda era o Salazar que era o manda-chuva. E depois fiz um requerimento ao Ministro das Comunicações para pedir uma licença ilimitada sem vencimento. E depois o chefe ainda disse: “Mas você sabe o que vai fazer?”. [...] Fui à aventura. [...] Foi ela que me puxou. Se não fosse isso eu continuava... podia... podia ter ficado nos Correios, podia ter tido uma reforma boa, porque já estava lá há... porque nessa altura a gente parece que tinha a reforma aos 37 anos. [...] Hoje era capaz de ter uma reformazinha boa, sim.

(Alexandre, 77 anos, Odemira, regressado, Paris, França)

Estes excertos de entrevistas com aqueles que constituíram a vaga de emigração portuguesa que ocorre nas décadas de 1960 e 1970, já regressados a Portugal, ilustram a diversidade de fatores por detrás das suas decisões. Como já mencionado, é transversal o peso das parcas condições ao nível económico no país de origem, refletidas nos cenários de escassez sentida pela população.

A existência de redes compostas por amigos e familiares é também importante na decisão de migrar assim como na existência de oportunidades ao nível laboral, mas não apenas. É possível verificar a conjugação de elementos que moldam o processo decisório no período em questão, entre os mais estruturais e um conjunto de outros elementos adstritos ao indivíduo, indubitavelmente aliados a uma dada subjetividade, desde as emoções, relacionamentos, aventura, ou, em última análise, fortemente ligados ao “acaso” atrás referido (Collins e Shubin, 2015).

6.2.2 Pioneirismo feminino num contexto improvável

Dentro dos testemunhos recolhidos, e como é possível verificar nos excertos acima apresentados (fim da secção anterior), contrariamente à noção mais convencional da emigração portuguesa de então, a iniciativa pioneira no feminino – seja no seio da relação (marido e mulher) ou no contexto familiar – foi identificada. De forma dissemelhante dos

casos analisados por Caroline Brettell (1991) – nos quais França é o destino –, é interessante encontrar, neste conjunto de entrevistados, situações em que são as mulheres que primeiramente experienciam novas realidades nos países de chegada, quase que invariavelmente com muito pouca informação acerca dos mesmos. Os próximos dois testemunhos, rumo a dois destinos díspares, demonstram um fenómeno comum.

P: E porque é que decidi ir para lá [Reino Unido]?

R: Olhe, para ter uma vida melhor. Aqui [Boticas, Portugal] não tinha emprego e então fui lá para trabalhar.

P: Mas porquê Inglaterra?

R: Olhe, porque tinha lá um primo e foi ele que me mandou isto [convite de trabalho].

P: E o que é que sabia sobre Inglaterra? Sabia alguma coisa?

R: Nada. [...] Foi uma aventura mesmo.

(Alberta, 62 anos, Boticas, regressada, Londres, Reino Unido)

“Olha, se me arranjares trabalho para mim também lá, eu empresto-vos o dinheiro, para ti e para o teu marido”. [...] E então emprestei-lhe dinheiro. E então ela chegou lá e contou à irmã. Não lhe contou que eu lhe emprestei dinheiro, só lhe contou que trabalhava com uma amiga no [hotel] e que gostava de ir para França trabalhar. Ora vá lá que essa irmã trabalhava num restaurante, e essa senhora conhecia uma outra senhora que também tinha um restaurante, e que precisava de uma empregada, e bom, lá me dizem para eu ir. [...] E lá fui eu.

[...]

P: Mas porque é que a senhora queria ir para França? Não estava satisfeita com o trabalho que tinha?

R: Estava, mas na França ganha-se mais, diziam que se ganhava melhor, mas não sei.

(Alice, 77 anos, Vila Verde, regressada, Paris, França)

Em ambos os casos acima trazidos, são os maridos que aguardam a integração das suas esposas até ao momento em que rumam visando construir um novo projeto de vida nos países de chegada, facto interessante sobretudo se pensarmos no contexto político e social em Portugal no período em discussão.

6.2.3 França e Reino Unido: motivações e redes comuns, desafios díspares

Relativamente aos destinos aqui analisados, e indo ao encontro dos testemunhos supramencionados, importa destacar ainda que França se apresenta como um destino bastante mais “natural” para os portugueses que emigram neste período comparativamente

ao Reino Unido, embora este último acabe por surgir na tomada de decisão dos indivíduos frequentemente pelos mesmos motivos que o primeiro (laços familiares e de amizade aliados a oportunidades laborais).

Uma diferença fundamental entre os dois destinos, que, embora indo um pouco além das motivações iniciais aqui exploradas, deve ser sublinhada, diz respeito aos percursos tomados pelos migrantes portugueses rumo a França que destoam largamente com as deslocações lineares até ao Reino Unido. Num quadro de opressão política e graves dificuldades económicas, envolto em redes – do engajador ou passador aos amigos e familiares (ver Rocha-Trindade, 2015:224) – que viabilizam a passagem para França, os entrevistados que migram para o destino referido neste período sublinham as dificuldades sentidas. O testemunho de Guilherme é bastante revelador.

Naquela altura, as pessoas que iam com os passadores, que andavam por aquelas montanhas... dias e dias e dias [...] pagavam não sei quanto e muitas nem lá chegavam sequer. [...] Eu tinha um tio lá. [...] E a viagem, quer dizer, começou em Vilar Formoso, e na altura ainda existia a PIDE, e quer dizer, nós estávamos na fronteira, e a gente conhecia a fronteira muito bem, com a Espanha [...] Então fomos à Ciudad Rodrigo, e a gente meteu-se lá num café, porque os espanhóis já sabiam que a gente ia para a França. E eles assim: “Ponha-se aí nesse quartinho que quando o comboio chegar eu digo-lhes”. Era o comboio que levava os emigrantes para a França. [...] E quando a gente estava lá dentro, não podíamos estar a falar uns para os outros porque andava ali a PIDE à volta. [...] Mas a gente tinha um senhor na PIDE que era um irmão de um cunhado da gente, e era da aldeia. Quando eu cheguei à França, a polícia dava um papelzinho em como podia estar seis meses em França, para encontrar trabalho, era a autorização para entrar. Quando entrei, estava à espera de um comboio que ia para Pau¹⁴⁹, o comboio era em Handaia que era já francês. [...] Estava lá um português que ainda percebia menos do que eu e diz “apanha este comboio que vai para lá [Pau]”, e o comboio que eu apanho vai outra vez para a Espanha. Mostrei o papel aos carabineiros lá, e eles “sobe para este [comboio] e vai-te embora”. Depois é que lá vi uma placa que estava a dizer “Pau”. [...] Mostrei o endereço porque eu não sabia falar. [...] Cheguei, estava uma caixa do correio e estava o nome dele [Tio].

(Guilherme, 70 anos, Guarda, regressado, Paris, França)

Note-se ainda que os fluxos aqui em análise são compostos por indivíduos jovens aquando da saída de Portugal, sendo as perceções – na aceção de Bakama (1982:19) enquanto quantidade e qualidade de informação – povoadas meramente por aquilo que foi dado a

149 É interessante notar a análise de Rocha-Trindade à comunidade portuguesa em Pau, que, de forma interessante se relaciona com o entrevistado, na medida em que a maioria da população portuguesa no destino referido provém de Vila Cova-A-Coelheira, concelho de Seia, distrito da Guarda (2015:320).

conhecer pelos contactos nos países de destino, sobretudo através das esporádicas trocas de correspondência ou visitas em períodos de férias daqueles que já experienciaram a emigração, ou, muitas vezes, meramente pelo conhecimento da existência de um lugar no mercado de trabalho e possibilidade de acomodação (leia-se habitação no momento de chegada). Mesmo nas situações em que se regista a existência de filhos, as preocupações centram-se sobretudo na possibilidade de beneficiar do apoio proveniente de familiares, amigos e vizinhos. A existência de redes de entreajuda funcionou fortemente como elemento que molda as motivações destes indivíduos, ora para os portugueses que migram para França, ora para o Reino Unido – não obstante a marginalidade em termos numéricos do último –, na medida em que funcionam como garantia de uma chegada assistida por aqueles que se encontram já integrados nas sociedades de chegada.

Ana, que reside em Londres, recorda a importância dessa reciprocidade na chegada:

Quando chegavam lá, [ajudávamos] quase todos a arranjar emprego se fizesse falta, era. E se, por exemplo, o meu cunhado ainda esteve lá uns meses na casa enquanto não arranjava uma casa, também o deixávamos estar, e assim... ajudava-se no que fizesse falta, não é? Tudo, como eles nos ajudavam a nós. Ainda mais era quase tudo família na minha aldeia, não é? E correu assim tudo bem... alguns já morreram, faleceram lá.

(Ana, 73 anos, Montalegre, emigrante em Londres, Reino Unido)

Na presença de dois destinos diferentes, é possível constatar através dos testemunhos analisados nesta secção a importância comum, quer no caso daqueles que migram para França como para o Reino Unido, das redes familiares e de amizade (embora em diferentes proporções). A grande diferença, no que diz respeito às experiências dos indivíduos, encontra-se sobremaneira nas grandes dificuldades vividos por aqueles que migram para o primeiro destino, envoltas numa incontornável dimensão de clandestinidade. Na secção seguinte, três outros pontos que não podem ser negligenciados serão trazidos à discussão: a distância, o local de origem e a possibilidade de regresso.

6.2.4 O papel da distância, origem e possibilidade de regresso na decisão de migrar

A distância foi, no período aqui em análise, um fator que não deve ser descorado. Ao abordarmos a emigração rumo a destinos europeus, temos, indubitavelmente, um elemento de alguma proximidade geográfica tendo como termo comparativo os principais destinos para os portugueses nas décadas anteriores. Rompendo com o padrão que caracterizou as

décadas de 1940 e 1950, pautado pela procura de destinos transatlânticos, são, a partir da década de 1960, os destinos europeus a deter primazia nas escolhas dos portugueses que buscam novas realidades (Rocha-Trindade, 2015:46-47). Tal como foi expresso pelo entrevistado António, que, quando abordando as motivações referentes à sua saída para Londres refere que este destino “era mais perto”¹⁵⁰, é possível constatar, no testemunho desta entrevistada como, num contexto de precariedade, e apesar de conseguir uma oportunidade para prosseguir o seu trabalho fora do país, a distância se traduz num elemento de repulsão na sua tomada de decisão. Explica a entrevistada:

Depois arranjei uns patrões, mas esses eram americanos... eram americanos e estavam cá por uns tempos, parece que foi por dois anos [...]. Então fui para lá [casa dos patrões], e eles gostavam muito de mim. [...] E eu tinha o meu quarto, tinha a minha sala de jantar, tinha a minha casa de banho [...] E então, esses americanos, eles queriam-me levar com eles. Queriam-me levar... era para a Florida. [...] Mas eu não fui... eu não fui... era muito longe.
(Alice, 77 anos, Vila Verde, regressada, Paris, França)

Tal como referido anteriormente – indo ao encontro da explicação de Pratsinakis (2015, 206) –, não podemos olhar para os migrantes portugueses, mesmo que dentro de um intervalo de tempo definido, havendo origens e destinos comuns, como uma massa homogénea. Duas ideias exploradas por Rocha-Trindade devem aqui ser mencionadas. Como explica a autora, referindo-se à emigração rumo aos destinos europeus (sobretudo nas décadas de 1960 e 1970), “[a]s causas de partida são múltiplas e complexas” (2015:47). Houve, obviamente, e como já mencionado, um cenário quase que invariavelmente comum à escala do país. Indo ao encontro das caracterizações realizadas por autores como António Barreto (2007)¹⁵¹ ou Jorge Portugal Branco (2001)¹⁵², Portugal é então, em termos gerais, constituído por uma população com poucas habilitações escolares, onde o analfabetismo pesa fortemente e as ocupações de encontram em larga medida ancoradas às práticas agrícolas. Não obstante, uma segunda ideia trazida por Rocha-Trindade deve ser destacada. Indo mais além do que uma caracterização geral do país, a autora identifica a importância da origem dos migrantes em termos mais específicos, sobretudo nas diferenças presentes entre um *centro-norte* e *litoral sul*, estando o primeiro mais ligado a um maior “fecho” em relação ao exterior, um peso maior da religiosidade, moldado por famílias tradicionais, e o segundo

150 A menção à proximidade deve-se ao facto de um irmão do entrevistado residir no Brasil.

151 Caracterização geral do panorama português nas décadas em análise.

152 Especificamente em relação aos portugueses que partem rumo a França no mesmo período.

a uma maior individualidade e “abertura” ao exterior, assim como constituído sobretudo por famílias nucleares (2015:328).

Certamente, numa análise mais fina – não sendo, contudo o objetivo aqui empregar uma visão pós-estruturalista que desafiaria as divisões geográficas supramencionadas (Murdoch, 2005:13) –, seria possível identificar outros elementos sociais e culturais heterogêneos dentro de uma mesma categorização (rural/urbano; norte/sul), não obstante, o ponto que aqui se pretende estabelecer diz respeito à importância da origem para a visão do migrante no que toca às suas aspirações, motivações, assim como às posteriores trajetórias nos países de destino. Em suma, nas palavras de Rocha-Trindade, “[l]a forme particulière que prend l’émigration, considérée au niveau individuel, est évidemment indissociable du milieu social et culturel d’origine du migrant” (2015:328). Um interessante testemunho mostra-nos uma realidade diferente daquela normalmente é associada à emigração portuguesa dos anos 1960 e 1970, marcadamente rural. Esta entrevistada, que nasce e cresce em Lisboa, num contexto urbano, com bons conhecimentos da língua inglesa e francesa, parte rumo a Paris, França, após conhecer o seu futuro marido na capital portuguesa.

Na altura, em ’71, em ’71 era o Marcelo Caetano, que estava no poder. Bom, era um bocado complicado como sabe, mas enfim [...] Nunca me meti muito em política mas suponho que não estivesse muito de acordo, ninguém estava, mais ou menos quase tudo estava contra.

[...]

De modo que, como eu gostava muito de francês e inglês, conhecia sempre muitos estrangeiros, e falava e falava... e conheci o meu marido assim, porque ele vinha com um grupo de rapazes franceses, e conhecemo-nos assim, falámos e simpatizámos, e ele depois escreveu-me durante um ano, e depois fui para lá [França] e casámo-nos dois meses depois. Fui em Outubro e casei em Dezembro.

(Eugénia, 68 anos, Lisboa, emigrante, Paris, França)

Destoando dos restantes testemunhos, não são as condições precárias ao nível do trabalho, a escassez a usual referência a “uma vida melhor” a moldar as aspirações e motivações desta entrevistada. Como é possível observar nos excertos acima, quando questionada acerca do país de origem aquando da sua decisão de migrar, a entrevistada destaca também a situação política vivida então, não as dificuldades económicas ou precariedade daí resultante. Mais ainda, no testemunho abaixo, a entrevistada revela a importância do domínio da língua francesa como um dos elementos que, *a fortiori*, se revela crucial para a sua integração na sociedade de chegada, embora não seja esse o ponto fundamental aqui. Importa sim destacar

uma notória “desidentificação” em relação aos “outros” emigrantes portugueses. No testemunho abaixo apresentado, vemos a importância da origem (urbana) e nível de conhecimentos como fator diferenciador.

E ainda por cima falava francês [...] e isso facilita muito. Porque eu via às vezes quando ia ao consulado português, havia imensas pessoas lá, havia bichas de portugueses que iam fazer documentos, que não percebiam a língua, e era muito difícil, era muito difícil para eles, tinham muita dificuldade, e às vezes eu traduzia para eles, dizia “olhe, este senhor está a perguntar-lhe isto, isto, isto e isto”, porque era muito difícil, era muito difícil para eles perceberem, pessoas simples que não falavam absolutamente nada. Isso é que é muito complicado.

[...]

E francamente mesmo quando eu falo com portugueses lá é muito raro uma pessoa dizer “ah, eu sou de Lisboa também”, é muitíssimo raro. [...] É quase tudo do norte, então às vezes também do Alentejo, de Beja, e muitos da região do centro, de Pombal, muitos do Pombal, e do norte também, do Porto, Viana do Castelo.

(Eugénia, 68 anos, Lisboa, emigrante em Paris, França)

Este caso é sobremaneira marginal ao olharmos para a emigração portuguesa de então de uma forma generalista, isto é, desinformada, pouco habilitada, marcada pela ruralidade, que colide com uma nova realidade nos países de destino. Obviamente, o caso apresentado diz respeito a uma portuguesa, que, como tantos outros, parte rumo a um novo país não obstante como resultado de motivações que não se enquadram especificamente naquelas mais aliadas às dificuldades vividas, muito embora deva ser lembrado que, no que toca aos testemunhos até aqui apresentados, as questões emocionais estejam fortemente presentes como vimos. É sobretudo um exercício de negociação no que diz respeito à pertença a um grupo (portugueses que emigram) e de auto-representação muito particular neste contexto, que faz notar a importância de uma visão para lá da redutora homogeneidade frequentemente aliada à forma como se olha para as migrações. La Barbera, citando Stryker e Serpe (1994), fornece uma explicação que deve ser destacada:

“Research shows that although membership is generated by the recognition of oneself as belonging to a group, it is not fixed or definitive. Individuals choose different ascriptions as self-descriptive in different situations and contexts (Stryker and Serpe 1994)”. (2015:2)

Há um elemento transversal a todos os testemunhos, independentemente da origem dos migrantes, percursos e experiências, ou destino escolhido. O regresso esteve, de uma

maneira ou de outra, de forma mais ou menos vincada, no horizonte para todos estes indivíduos. Não sendo o objetivo desta secção analisar o fenómeno mencionado, é contudo inevitável abordá-lo dada a relação estabelecida com as motivações iniciais destes indivíduos.

É crucial trazer à discussão o contributo de Russell King (2000). Sem dúvida que o regresso pode, tal como a decisão de migrar, decorrer como consequência de uma multiplicidade de fatores (analisado adiante). O que importa por ora é analisar a importância do primeiro nas motivações iniciais dos emigrantes portugueses que migram para França e Reino Unido nas décadas de 1960 e 1970. Como coloca o autor, o “mito do retorno” (entre outras conceções tais como “a ilusão do retorno” ou a “ideologia do retorno”) refere-se ao facto de os migrantes, não obstante uma boa integração nos países de chegada, deterem um conjunto de valores e ações que se espelham na sua forma de falar e agir revelando a intenção de um dia voltar ao país de origem. Contudo, como refere o autor, a orientação para um eventual regresso é dependente das realidades encontradas nos países de chegada, onde diversos fatores, tais como a existência de um trabalho estável e bem remunerado ou a educação dos filhos podem colidir com a intenção de retornar. Mais ainda, defende King que, este “mito do retorno” pode igualmente funcionar como um mecanismo de defesa face à não intenção ou incapacidade de assimilação em referência ao país de chegada. Contudo, como é possível constatar, essa mitificação de um regresso à origem mais ou menos próximo do momento de chegada ao destino diz respeito, na explicação trazida, a uma orientação construída a jusante tendo como referência a motivação inicial. Pode todavia ler-se também na explicação trazida pelo autor – citando Gmelsh (1980:138) – que, a maioria dos migrantes parte sem planos definitivos, rumando aos novos destinos numa base de experimentação (2000:12).

É neste momento, a montante da partida, que interessa estabelecer a análise nesta secção. Defendo que para os emigrantes portugueses, no momento de decisão de migrar, o regresso (ora efetivo ou ilusório) está presente na motivação para deixar o país de origem. O ponto que aqui se tenta estabelecer não é novo. Em “Emigrar para voltar: a Portuguese ideology of return migration”, Caroline Brettell (1979) sublinha já a importância do regresso para as motivações dos emigrantes portugueses que escolhem França como destino. Como é possível constatar imediatamente pelo título do trabalho de Brettell, a autora fala numa ideologia portuguesa do “retorno”. Como já referido, não é aqui (leia-se, nesta secção) intenção um debruçar sobre o regresso *per se*, apenas na forma como se liga às aspirações e motivações dos indivíduos aqui em análise. Há contudo alguns pontos a mencionar obrigatoriamente de forma a prosseguir esta discussão. Mostra-nos Brettell que, o arquétipo

do emigrante bem-sucedido que regressa a Portugal após uma experiência migratória positiva está presente na cultura referente à emigração portuguesa, notadamente na imagem do *Brasileiro torna viagem* a partir de finais do século XIX. Já nas décadas de 1960 e 1970 – como nos explica a autora –, o mencionado emigrante-bem sucedido não retorna do Brasil mas sim (principalmente) de França e outros destinos intra-europeus. As casas construídas por estes indivíduos que conseguem acumular poupanças fora de Portugal destoam daquelas possuídas por quem não enveredou pela experiência migratória, e as histórias de sucesso ecoam pelas aldeias portuguesas. Sublinha a autora que o regresso é central na ideologia da emigração portuguesa de então. Como refere uma das entrevistadas por Brettell – jovem emigrante portuguesa que reside em Paris aquando da realização da entrevista –, os portugueses que migram rumo a França no período mencionado têm como aspirações e motivações uma emigração temporária, estando o regresso a curto prazo nos planos destes indivíduos. Contudo, como refere a entrevistada, os migrantes portugueses acabam por ficar em França mais tempo do que o planeado ou mesmo permanentemente dado que novos objetivos vão florescendo ao longo da experiência migratória (1979:4-17).

Voltar ao país de origem esteve no horizonte de muitos dos entrevistados. Representando esse desejo, os seguintes excertos de entrevista demonstram o papel de um regresso planeado que, contudo, se revela, se não totalmente dissemelhante na prática, muito mais tardio do que a intenção inicial.

No primeiro testemunho, Ana e o seu marido projetam, aquando da construção dos seus planos iniciais, a saída do Reino Unido tendo como “meta” a entrada da filha¹⁵³ numa universidade portuguesa e posterior regresso a Portugal o que não sucede até à recolha desta narrativa.

Seguidamente, o caso de Baltazar, que decide migrar para o sul de França tendo em mente uma permanência curta, sendo que o regresso sucede apenas na década de 1990. No horizonte, em termos de planos para o entrevistado, as mudanças políticas tinham um papel de destaque, contudo, mesmo com a Revolução de Abril, o regresso não acontece dado que, para este indivíduo, as condições necessárias não se reúnem.

153 Este testemunho é particularmente relevante num quadro de imprevisibilidade dos eventos no contexto migratório. A filha deste casal vem estudar para Portugal, país de onde havia saído com os seus Pais, sendo que estes últimos permanecem no Reino Unido durante o período de estudos. É contudo no país de origem da filha dos entrevistados que conhece o seu futuro Marido acabando por permanecer em Portugal, estando os seus Pais ainda no Reino Unido, tudo isto até à data da entrevista.

Por último, Telmo, que migra rumo ao Reino Unido em 1969, aos dezanove anos de idade, acabando por conhecer a sua Esposa no destino mencionado. O regresso, desde cedo, esteve presente nos planos do casal, contudo, o percurso revelou-se dissemelhante. Estas narrativas são bastante representativas da imprevisibilidade no que diz respeito às migrações.

A gente pensava quando a filha for para a universidade para Lisboa, nós daqui a três ou quatro anos, quando ela acabar de estudar nós já vamos embora, mas...

(Ana, 73 anos, Montalegre, emigrante em Londres, Reino Unido)

P: E quando foi para França, pensava ficar tanto tempo ou...?

R: Por acaso não, e quando houve cá [Portugal] a revolução disse cá para os meus botões “Vá, se Portugal melhorar para o ano vou-me embora” mas, não aconteceu.

(Baltazar, 67 anos, Guarda, regressado, Saint-Tropez, França)

Desde o princípio, quando me casei que eu disse à minha Mulher, “Ficamos aqui só uns aninhos, uns tempinhos e vamos embora depois”, mas não houve facilidades. [...] E então... mas eu sempre tive ideias de voltar para o meu país. Então, é assim... mas a vida é assim... Uma pessoa não pode destinar a vida... A vida é que destina a gente.

(Telmo, 67 anos, emigrante em Londres, Reino Unido)

Trazidos à discussão o papel da distância, local de origem, assim como a possibilidade de regresso relativamente ao processo de decisão de migrar por parte dos entrevistados, importa (na secção seguinte) destacar o papel da proteção social, nas suas vertentes formal e informal, no que se refere ao processo referido.

6.2.5 O papel da proteção social na decisão de migrar: o inquestionável peso da sua vertente informal

Dentro das diversas aspirações, perceções e motivações destes indivíduos que rumam a França e Reino Unido nas décadas de 1960 e 1970, é crucial, indo ao encontro dos objetivos deste trabalho, questionar o papel da proteção social, nas vertentes formal e informal, para estes migrantes aquando das suas decisões de migrar. No que toca à proteção social proveniente dos Estados Providência dos países de chegada (formal) é possível verificar em todos os testemunhos (com a exceção de um caso – explicado adiante) provenientes deste perfil de entrevistados que não houve qualquer relevância para as suas escolhas em termos de destino. Convém novamente recordar alguns aspetos fundamentais que viabilizam uma

melhor compreensão do papel da proteção social (ou da sua ausência) formal para estes indivíduos.

Em primeiro lugar, é importante ter em mente que estes indivíduos migram rumo a França e Reino Unido enquanto jovens, numa fase da vida pouco (se não nada) permeável à necessidade de assistência formal, não estando, assim, as suas preocupações adstritas a qualquer tipo de apoio proveniente do Estado quer no país de origem ou de destino, mas não apenas.

Mais ainda, importa lembrar a escassa e frágil proteção social no período aqui em análise. Se, por um lado falamos em direitos sociais quase inexistentes (Barreto, 2007:27), consequência de um regime ditatorial que os menospreza, alia-se, a essa escassez, a desinformação por parte da população (analfabetismo, no limite) e ao facto de na prática alguns dos já poucos direitos sociais fossem, de forma efetiva, atribuídos à população. Em suma, como escreve Maria Beatriz Rocha-Trindade relativamente à realidade portuguesa, “[a] assistência social, incipiente na época, mas inaproveitada pelo desconhecimento de quem a ela podia ter recorrido por direito, proporcionou a poucas dessas pessoas a proteção legal que lhes seria devida” (2015:320).

A desinformação aliada à ausência de qualquer importância da proteção social formal para a decisão de migrar destes indivíduos é notória e transversal, quer falemos em género, origem ou destino. Quando questionados acerca das perceções existentes relativamente aos direitos sociais no destino, as respostas dos entrevistados foi clara.

P: E o senhor sabia alguma coisa sobre a proteção social antes de ir para lá [França]?

R: Não, não, não. A gente ia para trabalhar. Cheguei lá e fui trabalhar.

(Guilherme, 70 anos, Guarda, regressado, Paris, França)

P: E quando foi para lá [Reino Unido], pensou nisso [proteção social]?

R: Nada, nessa altura não pensei em nada. Não, não pensei em nada disso.

(Andreia, 68 anos, Ferreira do Zêzere, regressada, Londres, Reino Unido)

A única situação identificada na qual se denotou algum conhecimento acerca da proteção social no destino, particularmente em relação à área da saúde, diz respeito a uma entrevistada que rumou a Londres na década de 1970 acompanhada pela sua Mãe. Dada a idade desta última no momento da migração, a entrevistada revela estar atenta a alguma informação através da sua Irmã que se encontrava anteriormente no Reino Unido, assim como pelos testemunhos de outros indivíduos que voltam à aldeia onde a entrevistada então reside

trazendo informações do país mencionado. Como explica a entrevistada quando abordando as questões relacionadas com o sistema de saúde no Reino Unido.

A minha Mãe já não ia com idade de trabalhar, tinha sessenta e cinco anos...

[...]

Sim, a gente começava a ouvir falar, não é? Como a minha Irmã foi diante de mim... falavam já e a gente via que era melhor do que o nosso país.

[...]

A gente já ouvia falar das outras pessoas, já sabíamos que íamos para um sítio melhor, graças a Deus, não é?

(Ana, 73 anos, Montalegre, emigrante em Londres, Reino Unido)

A ocorrência de situações relacionadas com a anteriormente descrita foi analisada por Víctor Pereira, trazendo um importante contributo para esta discussão no sentido de compreendermos o papel da proteção social para os portugueses que emigram nas décadas de 1960 e 1970. O autor explora a difusão de informação referente aos direitos sociais pelos migrantes que retornam aos seus locais de origem por ocasião das férias – algo que, como sublinha Pereira, havia já sido identificado por Adérito Sedas Nunes em 1969. Essa partilha de informação entre aqueles que experienciaram já outras realidades adstritas à proteção social com aqueles que permanecem em Portugal terá criado um sentimento de “insegurança social” nestes últimos que passariam a reivindicar melhorias ao nível dos seus direitos sociais no seu país ou, por outro lado, a olhar para a emigração como uma forma de alcançar melhorias nesse campo noutras realidades, notadamente em França. As situações referentes à obtenção de determinados benefícios por parte daqueles que permanecem em Portugal tendo um membro das suas famílias a trabalhar noutros destinos (“importação” dos direitos sociais) conduziria a um sentimento de insatisfação. Contudo, como conclui o autor, é o desconhecimento que pauta, na generalidade, o comportamento dos migrantes portugueses no que toca à proteção social, consequência frequentemente do analfabetismo ou simplesmente da não interiorização de qualquer direito à mesma, o que levou a que a maioria dos migrantes não reclamasse os seus direitos à chegada, ora fruto de um estatuto ilegal, simples desconhecimento ou pelo facto de não saberem ler e escrever em português ou na língua dos países de chegada (2009:493-495).

No que se refere às motivações, a proteção social, para os indivíduos entrevistados no âmbito deste trabalho, que compõem os fluxos de emigração rumo a França e Reino Unido nas décadas de 1960 e 1970, está presente marcadamente, e quase que exclusivamente, nos

seus aspetos informais, sobretudo através da ajuda entre amigos e familiares. É uma miríade de razões que levam a que estes indivíduos procurem novas realidades em destinos intra-europeus. Sob um clima político hostil, dificuldades económicas e laborais aliadas a fatores subjetivos e individuais, para estes indivíduos, a proteção social formal esteve – como vimos –, longe de produzir qualquer efeito aquando da decisão de migrar.

6.3 Diversificação e continuidade: as aspirações, motivações e perceções na emigração recente

Nesta secção são analisadas as diversas aspirações, perceções e motivações iniciais que moldam as decisões de migrar dos indivíduos que compõem os fluxos mais recentes (notadamente quando comparando com o grupo de indivíduos anteriormente abordado) da emigração portuguesa rumo a França e Reino Unido. Note-se que, a maioria destas saídas tem lugar no decorrer das décadas de 2000 e 2010, sendo que apenas uma entrevistada tem uma primeira experiência em França de 1987 a 2001, e quatro indivíduos a sair do seu país de origem na década de 1990.

6.3.1 Para além da “crise”: outras motivações por detrás das recentes migrações e a ausência do papel da proteção social formal

Obviamente, no que se refere aos dois decénios primeiramente referidos, é inegável o papel da “crise de 2008”, havendo contudo a necessidade de duas chamadas de atenção sublinhadas no início deste trabalho. Em primeiro lugar, para as dificuldades sentidas (leia-se ao nível económico, com claras repercussões em termos das oportunidades e desenvolvimento das atividades laborais) em Portugal numa fase que antecede a mencionada crise, assim como para os efeitos da mesma no que diz respeito à emigração portuguesa. Relativamente às adversidades consequentes das dificuldades económicas vividas no país, importa lembrar que as mesmas começam a ser sentidas já, com alguma intensidade, no período compreendido entre 2001 e 2003.

Como sublinha Lourtie, contrariamente ao quadro de crescimento económico observável em (de acordo com a denominação do autor) países mais “periféricos” no contexto Europeu – nomeadamente Espanha, Grécia e Irlanda –, que apresentam um crescimento elevado e sustentado, Portugal regista, no intervalo anteriormente referido, baixos níveis de crescimento, entrando, já em 2003, em recessão económica (2012:56).

Mais ainda, importa destacar aquilo que Jorge Malheiros previa já no ano de 2002 – dentro do quadro económico e social acima descrito – no que se refere ao potencial crescimento da emigração portuguesa. Destaca o investigador o peso da recessão económica, o crescente desemprego e o recrudescimento da competição económica no contexto da União Europeia, a adesão de novos estados-membro em 2004, assim como a diminuição dos chamados fundos europeus canalizados para Portugal. Defende ainda Malheiros que, face ao cenário apresentado, as redes migratórias rumo a destinos europeus poderiam ser reativadas num quadro de livre circulação (2002).

No que toca à segunda chamada de atenção, como referem Pires e colegas, na verdade, os valores referentes à emigração portuguesa decrescem entre 2008 e 2010 dada a “natureza global da crise financeira”, algo que viria a alterar-se devido à “chamada crise das dívidas soberanas e [a]os efeitos recessivos das políticas de austeridade”, sendo que os valores se acentuam a partir do último ano referido, culminando numa estabilização com números que rondam as 110 000 saídas por ano entre 2013 e 2014, valores esses que só encontram paralelo recuando a 1973 (2015:12). De forma interessante, é justamente esse cenário que alguns entrevistados descrevem no seu testemunho, sendo Amélia um desses exemplos. Como explica a entrevistada:

Acho que ainda pertenço... ainda pertenço a uma geração que ainda teve um bocadinho de sorte. Apesar da crise, quando nós começamos a trabalhar em 2000, portanto na altura, 2000, 2001 em que já há uma descendência ao nível de mercado empregador, começa a decair um pouco, mas eu ainda apanho aí uma parte boa, ainda consegui ter trabalho durante dez anos, não é? [...] E, eventualmente os ordenados não subiam tanto como subiam antigamente, mas ainda subiam, ainda havia umas promoções, umas coisas e não sei quê. Em 2011 realmente a coisa ficou... ficou feia, ou até antes, mas eu só senti em 2011 e... e pronto, eu acho que foi... acho que, hoje em dia, acho que foi a atitude certa que foi o que devia, foi o que devíamos ter feito, e fizemos, e não me arrependo de nada.[...] [N]a mesma empresa em que ele [Marido] trabalhava, exatamente, lá está, por ser uma multinacional, na empresa em que ele trabalhava, ele conseguiu uma posição aqui em Londres e daí a eu ir foi uma questão de um mês e meio.

(Amélia, 40 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Num primeiro olhar, o testemunho acima parece refletir apenas a precariedade económica sentida no país, conjuntamente com a oportunidade laboral do cônjuge, como motivação para a procura de um novo destino, contudo, nos excertos seguintes é possível constatar como essa saída deriva de uma conjugação de diferentes elementos. Nas suas palavras:

[O] meu cunhado, o irmão do [Marido] já está há dez anos fora de Portugal. Portanto, estive em Londres cinco anos, em Praga outros cinco, e agora está novamente... surgiu a oportunidade de vir novamente para Londres. [...] Portanto, de certa forma ajudou um pouco também nessa decisão.[...] Sim, porque... lá está... nós não falamos... Espanha também estava mau. O [Marido] já trabalhou em Espanha, era uma possibilidade, mas Espanha e Portugal estavam praticamente os dois na mesma situação, portanto não havia grande hipótese para Espanha. Francês, nós não falamos francês. [...] O inglês é sempre a língua mais forte a seguir ao português, portanto é sempre aquela que nós temos maior facilidade e maior desembaraço. E também é um pouco devido à economia, etcetera. Portanto, tudo o que fosse fora desse... dessa língua, era muito difícil. Alemão também...portanto [...] E a Alemanha também não nos seduzia grande coisa, embora provavelmente é um dos países mais estáveis... Mas não, eu já conhecia... eu pessoalmente já conhecia Londres, como ele [cunhado] estava cá também de certa forma ajudou a que viéssemos e que escolhêssemos Londres como futuro poiso. Mas claro, isto nunca se sabe se é a curto, se é a médio, se é a longo prazo.

(Amélia, 40 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Embora, de facto, para esta entrevistada as condições económicas percebidas em relação ao destino pesem sobremaneira, não são apenas essas a moldar a tomada de decisão. Primeiramente, a análise aqui realizada não pode ser despiciante em relação a um elemento que poderá parecer menor em termos de influência no processo de decisão de migrar: a língua. Através de vários testemunhos é visível a sua importância, estando bem vincado no discurso de Amélia. Se outros destinos, tais como a Alemanha ou França, apresentam também condições estruturais interessantes na perspetiva da entrevistada, o domínio ou conhecimento da língua do país de chegada apresenta-se como um fator, se não determinante, de relevo.

Como argumentam Adsera e Pytlikova, uma razão fundamental aliada à língua pode estar por detrás das migrações. Algumas línguas “amplamente faladas” são usualmente ensinadas nas escolas como segunda língua nos países de origem, o que fomenta as hipóteses de sucesso nos mercados laborais existentes no destino, assim como diminui os custos associados ao processo migratório (2012:2;7-8). É interessante observar como num quadro adstrito a uma emigração *mais* qualificada, existem, não obstante limites no que toca ao leque de destinos tomados como possibilidade (ver Lopes, et. al., 2016:51).

Mais ainda, é notório o papel das redes neste processo de decisão num período bastante díspar daquele em que se focou a secção anterior. À semelhança da entrevistada anterior, que parte para o Reino Unido na sequência de uma oportunidade de trabalho para o seu marido, Bárbara refere-se a uma situação bastante similar, em que a questão linguística,

embora a jusante da decisão de migrar, é também afluída. Quando questionada acerca das razões para uma saída rumo a França, obstáculos encontrados, assim como sobre o papel da proteção social para a sua decisão de migrar, a entrevistada fornece as seguintes explicações.

Porque eu aqui não estava muito feliz, e o meu Marido também não. Nos últimos meses... 2008, 2009, foi um bocadinho antes da crise, mas ele já estava um bocadinho descontente com o patrão dele, e ele como é arquiteto estava a fazer uma série de edifícios na [área da cidade de Lisboa], e foi contratado pela [Empresa] para fazer um projeto em parceria com um arquiteto francês, e esse arquiteto gostou do trabalho dele e convidou-o para ir trabalhar com ele para Paris. Ele pensou uns meses, depois decidiu que sim, por isso é que ele foi antes, foi lá para experimentar, para ver se aquilo funcionava, e na altura funcionava, e eu disse, pronto, OK, então eu vou, vou atrás, seja o que for, naquela da aventura, não temos filhos, não temos grandes preocupações, o ordenado era bom, dava para nos manter os dois, pelo menos durante os primeiros períodos, e foi mais por causa disso, porque ele foi. [...] Os arquitetos aqui [Portugal] continuam sem emprego, ele quer voltar e não consegue, e pronto, foi mais por causa disso, foi por ele.

[...]

A barreira [na fase de integração] foi mais linguística.

[...].

Não, não, não [em relação à importância da proteção social] Foi mais naquela [decisão de migrar], porque não?

(Bárbara, 44 anos, Lisboa, emigrante em França)

Na senda deste último testemunho, especificamente no que diz respeito à não existência de filhos sublinhado pela entrevistada, serão exploradas as questões adstritas à importância das diferentes fases nos processos migratórios dos indivíduos entrevistados.

6.3.2 Diferentes fases de vida: das motivações iniciais à situação atual

Como mencionado, um aspeto importante referido no testemunho anterior diz respeito ao facto de o casal não ter filhos, o que se traduziu numa maior disponibilidade para a migração (ver Ryan e Sales, 2013). Importa aqui fazer referência à existência de filhos nas famílias emigrantes e a sua ligação às questões adstritas à proteção social. Recuperando a desconstrução, por King, dos usuais binários ou dicotomias usados no estudo das migrações (2000:92-94), é importante salientar, ao analisarmos diferentes perfis de migrantes na atualidade, a existência de filhos antes e depois da migração. Note-se que, os indivíduos migram frequentemente num determinado contexto, numa dada condição, que pode distar

significativamente da sua condição atual, o que não pode aqui ser descorado. Ora, este ponto é particularmente interessante quando contraposto com a teoria do “welfare magnet”, mostrando a complexidade das questões referentes às migrações, notadamente o contraste entre o momento da decisão de migrar e a atual condição do migrante. Esta é uma ideia explorada por de Jong e de Valk (2019). Como explicam as autoras, no que se refere à relação entre a proteção social e o processo de decisão de migrar dos indivíduos entrevistados, a primeira frequentemente não tem qualquer impacto na segunda justamente devido à importância da fase da vida em que o migrante se encontra. Sublinham ainda que o “timing” da migração na vida do indivíduo é um elemento crucial para compreender as motivações por detrás do processo migratório. É sobretudo nos entrevistados que migram enquanto jovens que as de Jong e de Valk denotam a desinformação em relação à proteção social no destino tendo como base a falta de preocupação relativamente a estas questões na fase da vida mencionada. É mais tarde, ao longo do processo de integração no país de destino que as preocupações com as questões mencionadas surgem como importantes (2019:1;9-11).

Dentro dos entrevistados no âmbito do trabalho que aqui se desenvolve, Carla é um desses exemplos. A entrevistada refere a sua motivação inicial para migrar para o Reino Unido, encontrando-se nesse período numa situação muito diferente da atual, dado que migra com o objetivo de concluir os seus estudos. Acaba por permanecer no país mencionado dado o surgimento de uma oportunidade de emprego e a disponibilidade do marido para embarcar numa nova experiência. Quando questionada acerca das suas motivações iniciais e, de seguida, relativamente a algum conhecimento prévio acerca dos cuidados com crianças, diz-nos a entrevistada:

P: E a decisão de ires para Inglaterra surge como?

R: O mestrado está feito desta forma em que fazes um semestre [...] na altura era um semestre na Dinamarca, depois a turma toda ia toda junta para a Holanda, para Amsterdão, e depois no segundo ano dividia-se em três conforme a especialização [...], havia três, na altura, uma Hamburgo, outra em Gales outra em Londres, o [Curso] era em Londres, que era a que eu queria, e vim para Londres para fazer essa especialidade.

[...]

P: E tu decides... tu quando foste, foste com a intenção de realmente ficar ou vias de uma forma temporária?

R: Sem grandes planos. Na altura o [Marido] vivia em Barcelona ainda, portanto nós estávamos juntos já mas em países diferentes [...] e estávamos de mente aberta. [...] Ele [Marido] queria... eu

acabei o curso, surgiu uma oportunidade aqui, ele já estava há alguns anos em Espanha apetecia-lhe mudar, então, naturalmente, acabámos por ficar aqui.

[...]

P: Tu sabias alguma coisa sobre isso [área dos cuidados com crianças] antes de ires para aí?

R: Pouco, não... foi quando surgiu... na altura tinha outras coisas em mente, quando surgiu a necessidade é que me informei. [...] Vim para cá num *mindset* muito diferente. Há sete anos atrás era estudante, na altura não sabia nada disso.

(Carla, 30 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Pegando neste caso (entre outros possíveis), é notória a importância das dinâmicas no seio do casal, nomeadamente aqui na vontade de acompanhar a conjuge num quadro de oportunidade profissional. Contrariamente ao caso anterior, em que o Marido da entrevistada vai ao encontro desta, na próxima secção é analisado o forte papel das oportunidades laborais no universo masculino, especificamente no setor da construção civil em França, e como estas moldam as decisões de migrar no feminino (leia-se por parte das cônjuges).

Mais ainda, na próxima secção são aflorados importantes elementos que mostram como algumas das características atribuídas à “velha” emigração rumo ao destino mencionado persistem no presente.

6.3.3 A “velha” emigração para França refletida no presente: O peso do setor da construção civil

Acompanhar a/o cônjuge é uma das motivações presentes em várias das narrativas dos entrevistados no âmbito deste trabalho, muitas vezes sobrepondo-se às aspirações individuais. É interessante constatar como um projeto familiar se impõe face aos planos do indivíduo. Em suma, o bem-estar da família assume-se como elemento central no processo de decisão. Isto não implica, contudo, que quem acompanha a/o cônjuge se apresenta como mero agente passivo, havendo vários fatores (desde o bem-estar dos filhos à manutenção do casamento ou relação) que são tomados em consideração (Ryan e Sales, 2013). Não obstante a existência de filhos, essa decisão não é acompanhada por um nível de informação profundo, assentando sobretudo em fontes não oficiais como amigos ou familiares que se encontram nos países de destino. Como revela esta entrevistada, com dois filhos, a sua decisão assenta no bem-estar da família. Dada a ausência, frequentemente por longos períodos, por parte do marido que trabalha como construtor civil no sul de França, a entrevistada “cede”. O conhecimento acerca das condições ao nível da educação das

crianças revela-se vago não tendo qualquer impacto na saída do país de origem. Começando por explicar a sua decisão de migrar, explica a entrevistada:

Porque o meu marido andava por aqui [França], e não tinha mais jeito eu ficar lá [Portugal] com as crianças. [...] Alguém tinha que ceder, cedi eu.

(Márcia, 38 anos, Barcelos, emigrante em Saint-Tropez, França)

No seguimento desta última narrativa, importa destacar justamente a importância das profissões desempenhadas pelos cônjuges que se ligam fortemente a França, notadamente no que diz respeito à construção civil. Esta é uma ligação “clássica” no que toca à emigração (temporária ou permanente) masculina, rumo ao destino referido (Rocha-Trindade, 2015:321) mantendo-se a sua importância até à atualidade (Peixoto, 2016:42). Os casos seguintes ilustram essa realidade. Fatores como a insegurança sentida no setor referido em Portugal (aliados a outros) espoletam a decisão de migrar. Trata-se de situações em que os homens partem primeiramente tentando reunir as condições necessárias para a reunificação familiar. Estas mulheres começam usualmente por desempenhar funções em profissões ligadas à área das limpezas ou restauração. Filomena e Dora espelham essa realidade. A primeira entrevistada, que reside no sul de França (Saint-Tropez), face às dificuldades sentidas em meados da década de 1990 (ver Lourtie, 2012:56), decide ir ao encontro do seu marido – que aceita uma oportunidade na construção civil após a desistência por parte de um familiar –, juntamente com a sua única filha à data (viria a ter mais dois filhos no país de destino). Filomena destaca a imprevisibilidade da migração do marido para França. O papel das questões relacionadas com a proteção social na decisão de migrar, apesar da existência de uma filha revela-se nulo. Como refere:

Porque é que eu vim para França? É assim, porque nesses anos estava muito difícil a coisa, e porque surgiu a oportunidade. [...] Ele veio no fim de Agosto e depois eu e a minha Filha viemos cá [França] ter no fim de Outubro, quando ele arranjou uma casa.

P: E o seu marido foi para fazer o quê?

R: Para as obras.[...] Em’94 eu acho que foi o ano mais difícil de vida em vinte e nove anos de casada.

(Filomena, 50 anos, Mirandela, emigrante em Saint-Tropez, França)

Dora, emigrante em Paris, França, mãe de três filhos, decide também juntar-se ao seu marido após este encontrar-se empregado como construtor civil no país em questão, começando por desempenhar funções ligadas às limpezas numa fase inicial. A entrevistada é

questionada acerca do papel da proteção social, notadamente no que diz respeito à área da saúde, dada a sua situação (portadora de lúpus). Não obstante, as questões referidas não se encontram nas suas preocupações sobretudo dada a espontaneidade da sua saída de Portugal. É possível também observar como, no processo de decisão de migrar, a possibilidade do regresso é utilizado como o já mencionado mecanismo de defesa (King, 2000:12), isto é, no horizonte da entrevistada encontra-se a opção de não prosseguir com esse projeto migratório tanto no momento inicial (decisão) como ainda na atualidade.

Nas suas palavras:

Porque o meu marido já não tinha trabalho seguro em Portugal, e ele veio quase dois anos, quase dois anos antes, ficou aqui a trabalhar sozinho, e pronto, tomámos a decisão de virmos todos para tentar aqui [França].[...] Comecei por limpar prédios, escadas de prédios, levar os caixotes de lixo para a rua, esse tipo de coisas.

Não pensei nisso [proteção social, setor da saúde], não, foi muito rápido, foi uma coisa, foi tipo, venho... peguei e vim, e depois foi do tipo, venho mas com a certeza que se correr errado, eu tinha a minha casa e a minha família e podia voltar. [...] E ainda hoje digo, se não agradar mais, se não der mais, volto e tenho a certeza que tenho onde estar. [...] Por isso nunca cansei muito a cabeça a procurar essas coisas.

(Dora, Lisboa, 42 anos, emigrante em Paris, França)

No seguimento do contexto referente ao setor da construção civil, um importante ponto deve ser trazido à discussão. O quadro hostil referente às condições que moldam a chegada de portugueses a França – notadamente nas décadas de 1960-70 – persiste nos movimentos migratórios recentes. Em reação às condições referidas no momento da chegada a França, alguns entrevistados sublinharam as dificuldades sentidas tanto durante a viagem como na realidade encontrada. A gritante precariedade caracterizada por habitações lotadas, sem higiene constitui-se como um denominador comum para estes indivíduos. Ivo representa bem essa realidade. O jovem migrante – que nunca desejou migrar, rejeitando desde cedo a ideia – decide migrar para o sul de França de uma forma bastante impulsiva estando por detrás o incentivo do seu Pai. Este último é informado sobre uma oportunidade de trabalho em França e sugere ao filho essa via como algo positivo para o futuro deste último. Embora nunca tenha equacionado a possibilidade de deixar o seu país de origem, entra em contacto com a entidade empregadora no então potencial destino no sentido de se informar acerca das condições que o esperariam. Como é possível constatar na sua descrição referente à ida para França, assim como sobre os primeiros momentos do processo migratório, é fácil verificar

como a sua experiência não dista daquela vivida pelos muitos portugueses que partem para o destino mencionado no passado. Como explica o entrevistado:

O meu Irmão é diferente, ele sempre pensou em emigrar, e tinha amigos com famílias... e dizia na América isto, na Inglaterra aquilo, etecetera etecetera, e de vez em quando vinha-me dizer, “era bom para a gente”. [...] Nunca pensei, para mim nunca foi uma hipótese, porque as coisas sempre estiveram aqui, os amigos estão aqui [Portugal].

[...]

Liguei para o gajo [contato em França] e disse, “olha passa-se isto assim e assim [...], se estás a precisar eu vou” e ele disse “ah, sabes conduzir as máquinas?” [...] “se é para isso sei”. [...] Ele disse que havia um autocarro que passava em Sete Rios e disse-me o sítio onde havia de sair. [...] Foram 29 horas de viagem de autocarro [...] na quarta-feira estava em França [...] e na quinta-feira estava a trabalhar. [...] Metem-me num apartamento que nem janelas tinha com cinco homens lá dentro. [...] Vivi numa barraca toda podre, com bichos e vento... andei lá com fita-cola para tapar os buracos.

(Ivo, 30 anos, Moita, emigrante em Saint-Tropez, França)

Mais ainda, é visível no contributo acima o cariz não estanque da imobilidade na mente do indivíduo. Note-se que, apesar de um perfil anterior profundamente ligado ao país de origem, a decisão de migrar desenvolve-se. Importa aqui relembrar a noção de Werner e Barcus acerca da necessidade de olharmos para a imobilidade não como uma negação ou rejeição de um projeto migratório, sendo necessária uma visão que contemple a sua mutabilidade num processo de negociação que se vai desenrolando ao longo da vida (2009:50;59). Por último, importa ainda sublinhar que a narrativa trazida por Ivo abre a discussão para a importância da família notadamente no que diz respeito à motivação (ou incentivo) no processo de decisão de migrar, assim como um elemento cosmopolita que molda o mencionado processo, pontos que serão discutidos na secção seguinte.

6.3.4 Influência do núcleo familiar, fatores culturais e das experiências ao nível da educação na decisão de migrar

O testemunho e situação que encerra a secção anterior afloram elementos que importa trazer à discussão. Em primeiro lugar, é importante destacar o papel da família no que toca a incentivar uma experiência fora do país de origem. Como explicam Rutten e Verstappen, os pais podem deter um papel determinante no processo de decisão de migrar dos filhos, particularmente (entre outros aspetos), na motivação para a saída rumo a um novo destino,

seja por motivos económicos, ir ao encontro de novas experiências ou procurar uma melhor educação. Defendem ainda os autores que esse incentivo é transversal às condições económicas da família, sendo que, numa família que vive dificuldades (notadamente económicas), os filhos podem ser motivados na busca de melhores condições fora do país de origem, ou, no seio de famílias caracterizadas por melhores condições ao nível económico e social, os filhos que, não obstante estando numa situação favorável à permanência no país, são incentivados pelos pais no sentido de procurarem novas experiências ou outras condições (educação, cultura, etc.) mais facilmente encontradas no destino (2014: 1228-1230).

De facto, para alguns entrevistados, as experiências cosmopolitas durante o crescimento moldaram a decisão de migrar. Um desses exemplos é Heitor que cresce no Porto, no seio de uma família com boas condições financeiras que lhe propiciam uma educação em colégios privados, sendo a experiência no Reino Unido algo que desde cedo encara como “natural” dada a constante motivação por parte dos pais nesse sentido. Explica o entrevistado:

Eu andei sempre em colégios internacionais. [...] Desde os cinco [anos] até acabar os meus estudos [...] o inglês sempre foi a minha língua de estudo. [...] E como era uma escola inglesa, de certa maneira, via muito a saída de pessoas para ir estudar para Inglaterra, e os meus Pais sempre acharam que era isso que eles queriam que eu fizesse, foram eles que impulsionaram essa ideia nos filhos. [...] A pressão da família imediata era para ir. Sempre achei que ir para fora seria uma mais-valia e só um nabo é que não veria isso digamos assim.

(Heitor, 29 anos, Porto, regressado, Coventry, Reino Unido)

Como colocam Lopes e colegas (2016:49), “a aquisição prematura de disposições cosmopolitas (em cursos de línguas, viagens, programas juvenis de cooperação...), facilita a decisão de emigrar para destinos urbanos, onde se podem encontrar atmosferas sociais e culturais que valorizam os recursos humanos qualificados”, algo facilmente observável em alguns dos testemunhos recolhidos. As experiências no campo da educação em fases posteriores podem também influenciar a decisão de migrar, como é notório no caso seguinte. Esta narrativa é trazida por uma jovem que migra para Londres após a realização de um estágio no âmbito da sua licenciatura, o que, juntamente com outros fatores (nomeadamente a presença da sua Irmã no Reino Unido) despoleta o seu interesse para sair do seu país de origem. A entrevistada conta o que sentiu após essa experiência que antecede a sua decisão de migrar.

Quando voltei estava louca, adorei, adorei, adorei mesmo. Adorei a empresa onde estive, adorei o estilo de vida.

(Vanda, 29 anos, Lisboa, regressada, Londres, Reino Unido)

Por outro lado, ao olharmos para os dois destinos aqui em análise (França e Reino Unido), e tomando, por um lado, o incentivo do irmão de Ivo que rumo ao sul de França (ver secção anterior), assim como a influência decisiva dos pais no testemunho trazido por Heitor que migra para Coventry, ou nesta última narrativa, é facilmente constatável a importância de um elemento cosmopolita que molda as perceções sobretudo nos indivíduos mais jovens. Lembram-nos Vertovec e Cohen o papel desse elemento como fator de atração para os migrantes.

Cidades como Paris e Londres (sublinhando os autores que este não é um fenómeno puramente ocidental, salientando ainda a importância de cidades como Singapura no Oriente) constituem-se como destinos desejáveis num quadro de vivências e identidades modernas que se moldam com estímulos crescentemente globais. Mais ainda – referem os autores alicerçando o argumento nas ideias de Stuart Hall –, o sentimento cosmopolita prende-se com uma noção de não limitação ou restrição a um dado local (como que se os indivíduos estivessem “condenados” ou “pré-destinados” a seguir uma dada cultura, religião ou tradição) mas, ao invés, abertos ao exterior (2003:4;16). Esse é justamente o sentimento partilhado por alguns daqueles que optam por migrar para destinos urbanos e dinâmicos como Paris e Londres. O seguinte entrevistado revela o desejo que o segue desde a infância no que diz respeito a emigrar para os destinos mencionados, sendo ainda questionado sobre o papel da proteção social na sua decisão.

Já desde miúdo tinha a ideia de vir para fora. Nunca foram os meus planos ficar em Portugal. [...] Não sei, sempre tive curiosidade de ver como é que era o mundo lá fora. [...] Quando somos miúdos estamos sempre a mudar de ideias de profissão, estamos sempre a mudar [...] mas a minha escolha sempre recaiu entre Paris e Londres, e acabei por ficar cá em Paris. Foram sempre cidades que me fascinaram, e ainda hoje me fascinam muito.

[...]

Lá está, vim aqui completamente... sem saber nada [acerca da proteção social], foi à aventura.

(Diogo, 26 anos, Lisboa, emigrante em Paris, França)

Destinos como estes podem apresentar-se não apenas como aliciantes ao nível laboral de uma forma geral, como podem oferecer oportunidades específicas dentro desse mesmo contexto, ligando-se à concentração de indústrias na área da alta tecnologia. Este facto

encontra-se claramente refletido na atração que Londres exerceu na decisão de migrar de Tadeu que trabalha na indústria dos vídeo jogos. A questão referente à importância de algum elemento relacionado com a proteção social na referida tomada de decisão despoleta a seguinte explicação que mostra a importância de outros fatores que vão além das mais óbvias motivações económicas.

P: Mas achas que pesou alguma relacionada com a segurança social na tua decisão de ir para o Reino Unido?

R: Não, não. A única coisa que pesou foi pá, ela é arquiteta, não havia trabalho em arquitetura, pá, em vídeo jogos ou é Reino Unido ou é Alemanha na Europa, e isso foi o ponto assente, nunca pensámos em sair da Europa, e ainda hoje temos...

P: Mas porquê, por causa das visitas mais frequentes?

R: Sim, também, distância... diferenças culturais, tudo isso pesou para nunca pensarmos em sair da Europa. Neste momento temos a possibilidade de, se for profissionalmente viável para pelos menos um de nós.... Costa Oeste dos Estados Unidos, Austrália... mas acho que a distância vai pesar muito na nossa decisão final. Por isso... neste momento é uma coisa que nós falamos um bocado por brincadeira, mas não é... não é tipo uma coisa do tipo, não, vamos fazer isto. Acho que a distância é muito muito grande. E depois a família para visitar também, é complicado.

[...]

P: E sempre pensaste em emigrar?

R: Sim, sempre foi um... mesmo antes, vá, da crise económica, e tudo mais, sempre foi uma experiência que nós sempre pensámos em ter.

(Tadeu, 33 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Através da explicação fornecida pelo entrevistado é possível identificar um conjunto de fatores que despoletam a sua decisão de migrar (conjuntamente com a sua Companheira) e não um único fator. Indo além da mera existência de oportunidades laborais no país de destino (ou em outros dentro de um conjunto de opções possíveis), o entrevistado revela a importância da proximidade em relação à família, geográfica e cultural tendo como ponto de referência a sua origem, revelando ainda uma vontade (partilhada pela Companheira) no que diz respeito à experiência migratória, refletindo-se na disponibilidade para conhecer outras realidades, notadamente num contexto laboral, em algo que pode ser denominado como uma certa propensão para este tipo de mobilidade. Mais ainda, é sublinhada a abertura em termos de possibilidades em relação ao futuro (especificamente a Austrália e os Estados Unidos como opções faladas entre o casal), ligando-se as suas palavras à noção de “migração

líquida” forjada por Engbersen, Snel e De Boom (2010). O entrevistado frisa ainda que é algo que o casal sempre desejou mesmo antes das dificuldades económicas sentidas no país.

Isto conduz a um ponto interessante no que se refere à disponibilidade, ou mesmo propensão, relativamente a uma experiência migratória. Como explica Oded Stark, a literatura relativa ao estudo das migrações tem tudo a ver com preferências e simultaneamente nada a ver com preferências. Se tomarmos o exemplo das diferenças salariais entre origem e destino (leia-se melhores condições no último), um indivíduo que escolhe migrar nessa base poderá demonstrar uma preferência por um salário mais generoso. Contudo, é possível ainda interpretar que, nessa escolha por uma melhor remuneração, subjaz já uma preferência do indivíduo pela migração. Em suma, essa diferença salarial poderá meramente propiciar o aflorar (ou facilitar) um comportamento que se baseia numa preferência pela mobilidade (2007:1).

O entrevistado anterior refere ainda o papel das questões culturais assim como o funcionamento do mercado de trabalho fora do seu país de origem, conjugação de elementos que se revelam cruciais para a narrativa seguinte. O testemunho abaixo diz respeito a um indivíduo que decide emigrar para o Reino Unido na sequência de um sentimento de discriminação em relação à sua idade no mercado de trabalho português e uma maior facilidade de inserção profissional no destino. O percurso académico deste entrevistado passa, durante a sua juventude, pelo Reino Unido, o que, na sua opinião, facilita o processo migratório de duas formas: domínio da língua inglesa e a conclusão dos seus estudos superiores no Reino Unido como fator que facilita a aceitação por parte das entidades empregadoras. Mais ainda, sublinha que, em termos familiares, há uma aproximação à educação anglo-saxónica. Como explica o entrevistado:

A faculdade foi em Inglaterra. Eu tirei o curso superior em Inglaterra. Aqui [Portugal] nunca tirei curso superior. Eu quando acabei o décimo segundo fui para a Força Aérea, estive lá três anos, depois quando saí fui tirar um curso em Warwick e depois quando voltei [para Portugal] fui trabalhar para a [Empresa]. Cá em Portugal. [...] Com a minha idade e com o meu percurso académico é muito mais fácil encontrar trabalho em Inglaterra, sem dúvida. Em Portugal há uma discriminação clara em relação às pessoas com mais de 40 anos. Já com trinta e cinco já é complicado, acima dos quarenta é muito discriminatório no processo de recrutamento, e eu sempre tive muitas ofertas de trabalho em Inglaterra. Inclusive neste momento estou a completar um ano e já tenho, quero dizer, todas as semanas tenho uma oferta de trabalho, lá [Reino Unido]. Portanto, para mim é inconcebível... quero dizer... e pronto, neste momento... a razão de ir foi mesmo essa, aqui [Portugal] esgotaram-se as minhas hipóteses, e fui para Inglaterra porque tenho hipóteses quase permanentes. [...] Para já tenho um curso lá [Reino Unido], logo o processo de aceitação em

qualquer empresa é muito mais fácil. Como estou à vontade com a língua inglesa também é muito fácil, e aliás, uma das razões pelas quais fui estudar para Inglaterra foi porque os meus Pais estudaram na África do Sul e estamos muito mais ligados à escolaridade anglo-saxónica... foi isso.
(Daniel, 48 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Não são apenas as questões adstritas ao desemprego que despoletam a decisão de migrar. No seguimento da narrativa anterior, é notório o papel das razões culturais ou a perceção de uma melhor aceitação nos países de destino como motivação para uma experiência migratória, algo partilhado por outros entrevistados, a par com a insatisfação com o modo de funcionamento do mercado de trabalho. Um outro ponto bastante interessante é ainda trazido pelo entrevistado Daniel trazendo aqui a necessidade de abertura de um parêntesis. Contrastando com o testemunho imediatamente anterior ao seu nesta discussão – trazido por Tadeu –, o entrevistado sublinha ao longo do seu discurso – especificamente quando questionado acerca das suas intenções futuras, a vontade de permanecer no Reino Unido. Vivendo por ora um modo de vida “entre-lugares”, com a sua Esposa e dois filhos em Lisboa, o entrevistado revela a vontade de reunir a sua família em Londres. Em plena incerteza no que diz respeito aos desafios que o “Brexit” pode trazer, Daniel sublinha a sua vontade em adquirir a nacionalidade britânica (juntamente com a portuguesa), algo que deseja também para os seus filhos.

Ora, este testemunho contrasta fortemente com as noções adstritas à “migração líquida” (Engbersen, Snel e De Boom, 2010), aliando-se ao invés aquilo que Lulle, Morosanu e King (2017:4) denominam como “tactics of belonging” (ou “táticas de pertença”), que podem ser entendidas como as formas de atingir a pertença desejada em relação a um dado destino (no caso aqui ilustrado, assim como no que se refere aos autores, Reino Unido). Nas palavras do entrevistado:

P: Então imaginas o teu futuro no Reino Unido...

R: Sim. [...] Quero manter a [nacionalidade] portuguesa mais a do Reino Unido. Até teria, por força da família, teria direito a outras nacionalidades, mas não me interessa muito, umas das coisas... por exemplo no Brasil, tenho facilidade em ter a nacionalidade, mas não tenho interesse nenhum. A nacionalidade portuguesa vou mantê-la sempre. Se puder adquirir, e vou adquirir à partida, a do Reino Unido, e fazer para os meus filhos.

(Daniel, 48 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

O próximo testemunho diz respeito a um entrevistado, com formação superior na área da Química, que migra primeiramente para Inglaterra (em 2007) e posteriormente para Belfast, Irlanda do Norte (em 2013), não devido ao desemprego, mas sim pela falta de progresso na carreira, algo tido em comum com outros casos apresentados adiante. A narrativa mostra ainda como a decisão de migrar se insere num quadro de pouco planeamento relativamente ao futuro próximo.

Estava insatisfeito com a falta de progresso na carreira em Portugal [...] e resolvi ir para Inglaterra, ir ver o que é que dava. Eu na altura tinha uma amiga a acabar o doutoramento em Southampton, e eu mandei várias candidaturas para vários sítios de Inglaterra, e arranjei quatro entrevistas curiosamente todas à volta de Southampton, e então, achei que... pronto, ela estava lá e eu tinha as entrevistas lá, e eu achei que ia tentar, que ia tentar... ver o que é que dava. Não fui bem-sucedido em nenhuma das entrevistas, e ela andava ocupada com o doutoramento, e com a vida dela, e eu resolvi ir passar uns dias a Londres para casa de outro amigo meu, e acabei por ficar a viver no sofá dele durante dois anos. [...] Não tinha plano nenhum, estava era chateado em Portugal e pensei que ia tentar noutro lado qualquer e depois logo se via.

(João, 42 anos, Alcochete, emigrante em Belfast, Reino Unido)

É crucial sublinhar que as narrativas provenientes de indivíduos com habilitações superiores (leia-se licenciatura ou habilitações mais elevadas) dizem sobretudo respeito ao Reino Unido enquanto destino, algo que vai ao encontro dos perfis sócio-demográficos que caracterizam os fluxos para este país, em oposição ao cenário referente a França, moldado por habilitações mais baixas (Peixoto, et. al. 2016:78;16).

Um dos escassos testemunhos trazidos por indivíduos com qualificação superior constitui um interessante caso de análise. A entrevistada refere, a par com o facto de uma parte significativa da sua família se encontrar em França, um estímulo inicial justamente relacionado com a educação. Deparando-se com algumas dificuldades económicas em Portugal, a jovem em questão pretendia prosseguir os seus estudos rumo a um mestrado, o que não é possível face aos elevados custos associados a esse plano. Tendo conhecimento (através da sua Irmã que havia já emigrado para o destino em questão) da diferença em termos de custos em França, a entrevistada decide emigrar, sendo para tal necessário todavia desempenhar funções não congruentes com as suas habilitações (de-skilling) numa fase inicial, algo que se altera de forma positiva após a conclusão dos seus estudos (up-skilling). Nas suas palavras:

Eu tenho quase toda a minha família cá em França, tenho uma grande parte cá.

[...]

Eu estou cá porque é aquela coisa, é... já sabes que mestrado em Portugal é caro, é muito caro, e os meus Pais não tinham como financiar o meu mestrado especialmente com a minha Irmã mais nova que ia entrar para a faculdade. E, se eu quisesse seguir os meus estudos... escolhi vir para França porque em França era €300 o mestrado, então vim para França porque é muito mais barato [...]. Eu já tinha a minha Irmã mais velha cá. [...] Eu fui como au pair, então ia para a faculdade durante o dia e depois era a tomar conta de crianças à noite. Foi a única coisa que eu consegui encontrar cá.

(Beatriz, 30 anos, Lisboa, emigrante em Paris, França)

Como é facilmente constatável analisando as diversas narrativas apresentadas nesta secção, – assim como nas restantes secções que compõem este capítulo –, a proteção social não surge como um elemento determinante para a decisão de migrar dos entrevistados, estando ausente nos planos iniciais destes indivíduos. O testemunho acima mostra como a ida para França não assenta na expectativa de um benefício direto no destino (leia-se benefício social) ou qualquer aspeto adstrito à generosidade do Estado-Providência francês, mas sim num acesso mais facilitado, em termos económicos, à educação.

Na próxima secção serão analisadas as únicas narrativas em que a proteção social, notadamente na sua vertente formal, teve um papel assinalável na decisão de migrar, contudo aliado a outros fatores.

6.3.5 Proteção social formal aliada a outros fatores que moldam a decisão de migrar

Apenas duas situações diretamente relacionadas com a proteção social foram identificadas, dizendo respeito, em relação ao primeiro caso, com fatores referentes ao país de origem, e, no segundo caso, com questões que se prendem com a transferibilidade dos direitos sociais (casos estes que voltarão a ser abordados na próxima secção).

No primeiro caso trata-se de um indivíduo que se depara com uma situação referente ao conceito de “insegurança social”, isto é, um sentimento de falta de salvaguarda face a determinados riscos sociais no país de origem (Pereira, 2009:494). Este entrevistado refere – mais uma vez conjuntamente com o facto de possuir redes familiares no país de destino – que o seu sentimento de desproteção, concretamente face à sua situação de desemprego constitui-se como um dos fatores determinantes para a sua decisão de migrar. O facto de não ter conseguido ter acesso ao rendimento social de inserção (R.S.I.) em Portugal, situação que

vê como injusta, detém um forte papel na construção das suas motivações. Como explica o entrevistado:

Uma das razões que me levou a ir embora foi porque eu estava desempregado na altura e não me deram o R.S.I. depois de ter descontado durante não sei quantos anos... não tive direito a R.S.I. por causa de dez euros, porque os valores que a minha mulher auferia, para o fundo de desemprego ultrapassava em dez euros... por isso é que eu tive que me ir embora. [...] Tinha uma porta aberta lá, através de familiares que lá estavam, e pronto, comecei a trabalhar com o meu tio, entretanto arranjei um patrão francês, comecei a descontar, comecei a integrar-me, pronto, digamos assim.

(Cristiano, 37 anos, Oeiras, regressado, Grenoble, França)

O segundo caso referente à presença de fatores relacionados com a proteção social no contexto das motivações para migrar diz respeito a uma entrevistada, mestre em Psicologia, desempregada no momento em que decide migrar, que procurava uma oportunidade no mercado de trabalho português que correspondesse à sua área de formação e habilitações. Esta jovem tem uma experiência prévia na Alemanha, onde trabalhou integrada num estágio profissional, tendo o país referido permanecido nas suas preferências no que toca a destinos possíveis para a emigração.

Mais uma vez, à semelhança do que já foi sublinhado, a língua é mencionada como um dos fatores presentes dentro de um leque de motivações (Adsera e Pytlikova, 2012). Este fator teve indubitavelmente peso na decisão de migrar dado que, apesar de a entrevistada deter uma preferência relativamente à Alemanha – devido à sua experiência prévia, assim como por uma aproximação ao nível cultural a este país –, a questão da língua impõe-se dado que, tencionando migrar para um novo destino com o seu Companheiro, que não domina a língua alemã, a língua inglesa é percecionada como mais acessível para este último.

Aqui é também notória, de forma evidente, a importância de uma análise que contempla várias fases da vida. Indo ao encontro da explicação trazida por Stark (2007:1) relativamente à importância das preferências (que se conjugam com melhores condições ao nível económico no país de destino), é possível constatar como, apesar de a Alemanha se encontrar no topo das preferências da entrevistada, o facto de no momento da migração se encontrar numa nova situação (juntamente com o seu Companheiro), o destino escolhido altera-se devido à questão da língua.

As redes de amizade revelam-se também importantes. Se, apesar de o Reino Unido não se apresentar como um destino tradicional – notadamente ao invés de França –, dada a

importância desse destino no que diz respeito às escolhas dos migrantes portugueses (sobretudo jovens), é evidente que as redes de amizade estejam presentes no leque de fatores que despoletam a decisão de migrar.

No que toca ao papel da proteção social nas motivações desta entrevistada, é referida a importância da portabilidade do seu subsídio de desemprego. No seu testemunho, a jovem em questão refere ter tido conhecimento da possibilidade de transferir o seu subsídio de desemprego para o Reino Unido através de uma amiga que experienciou também um processo de emigração. Contudo, os seus esforços visando o acesso a essa possibilidade de beneficiar de uma ajuda estatal (leia-se Estado português) no país de destino revelam-se fracassadas face àquilo que a entrevistada entende como uma falha de articulação entre os dois países (explorado na secção seguinte).

Por fim, denota-se o papel residual deste elemento adstrito à proteção social para a entrevistada, sublinhando que levou consigo dinheiro para fazer face às despesas iniciais, assim como uma intenção acima de tudo de desenvolver uma atividade ao nível laboral. Nas suas palavras:

Porque desta vez já tinha um Companheiro, já tinha lá amigas, e o inglês era capaz de ser mais fácil também para ele. Eu gostava de ter voltado para a Alemanha, mas pronto, o desafio era capaz de ter sido diferente. Eu acho que ia ser mais fácil para nós em Inglaterra. A Alemanha, principalmente em termos linguísticos, é um país um bocado peculiar, e tu tens que falar para estar integrado, não é? O inglês é mais fácil de aprender. [...] Identifico-me mais com o povo alemão, por exemplo, e com todas as ideias de ecologia, pá, que não existe tanto em Inglaterra ou pelo menos no sítio em que eu estou inserida. [...] Eu não queria ter saído, eu não queria sair. Eu senti-me forçada, por várias variáveis, governo, também familiar, o meu Pai também pressionava um bocado... a vida aqui [Portugal], também sempre tive um bocado de dificuldade em ter um trabalho que fosse bem visto pelos meus Pais, e tudo isso... eu senti pressão para fazer mais e melhor e não sei quê, não conseguia atingir, então foi do género, não há mais nada que eu possa fazer a não ser ir-me embora e tentar noutro sítio. Foi uma medida um bocado desesperada, eu tentei adiar ao máximo essa decisão, mas...

[...]

Eu quando fui, tu tens direito, quando vens de um país europeu, tens direito a ir procurar trabalho para um país da união europeia, podes importar o teu subsídio. [...] Soube disto através de uma amiga minha que estava na Finlândia, que foi três meses para a Irlanda. [...] Eu fui lá à procura de trabalho, não fui para lá brincar.

(Cátia, 33 anos, Lisboa, emigrante em West Sussex, Reino Unido)

O exemplo de Cátia ilustra o desiderato em adquirir uma posição no mercado de trabalho congruente com o seu nível de habilitações, de ir ao encontro de “um trabalho que fosse bem visto pelos [seus] Pais” (nas palavras da entrevistada). Esta é uma importante questão no que se refere aos testemunhos recolhidos, analisada na próxima secção.

6.3.6 O papel da procura de posições no mercado de trabalho congruentes com os níveis de habilitações e o caso dos enfermeiros portugueses no Reino Unido

Encontrando-se o enfoque deste capítulo voltado para as motivações dos entrevistados no âmbito deste trabalho, importa contudo abordar momentos que extravasam os seus processos de decisão de migrar para que se possa explorar o ponto seguinte.

Violetta Parutis traz um ponto absolutamente crucial para esta discussão. Analisando as migrações de polacos e lituanos rumo ao Reino Unido, a autora procura compreender por que razão os chamados migrantes qualificados ou altamente qualificados aceitam desempenhar funções que se encontram abaixo do seu nível de habilitações (deskilling ou brain waste). Mais ainda, Parutis apresenta três fases que compõem os diferentes níveis, ao nível profissional, presentes nas motivações e aspirações dos migrantes que entrevistou: “Any job”, “better job” e “dream job” ou “qualquer emprego”, um “emprego melhor” e um “emprego de sonho”. Explica a autora que, numa fase inicial do seu processo migratório, os migrantes procuram “qualquer emprego”, algo que lhes permita atingir algum nível de estabilidade financeira, e, de alguma forma, conseguir assentar no país de destino. Após um curto intervalo de tempo, estes indivíduos procuram um “emprego melhor”, algo que lhes permita aceder a melhores condições de trabalho e um estatuto social mais alto relativamente ao anterior. Por último, a ambição dos migrantes reside na obtenção de um “emprego de sonho” que se adeque aos seus planos futuros (2011:1-6).

Dentro dos entrevistados no âmbito deste trabalho foi possível identificar o percurso acima descrito no que se refere à construção das motivações por detrás da decisão de migrar. O testemunho que se segue é ilustrativo das expectativas iniciais no que diz respeito à atividade laboral a desenvolver no país de destino, sendo que, todavia, a progressão pretendida não se realiza. A narrativa é fornecida por uma jovem (já apresentada ao longo desta secção) que rumo ao Reino Unido com o desiderato principal no seu horizonte de ocupar uma posição correspondente às suas habilitações e área de estudo (Design Digital). Não obstante, aceita de forma positiva a possibilidade de desempenhar funções abaixo do seu nível de habilitações num momento inicial do seu projeto migratório, sentindo-se disponível para essa

eventualidade. Contudo, a realidade encontrada, dada a morosidade em encontrar uma função adequada aos seus desejos para lá de uma fase inicial, colide com a não efetivação do desempenho de um “emprego de sonho”, culminando no seu regresso a Portugal. Como explica a entrevistada:

Quando fui, fui também com a expectativa de, oh, se não encontrar nada na minha área não há-de ser o problema porque como tenho muitos amigos meus lá que demoraram até conseguirem estar a trabalhar na área deles já estava preparada. [...] Depois eu fui fazer babysitting para uma família que o Pai era português e a Mãe era francesa. [...] Decidi ir para lá [Reino Unido] na altura para fazer... para trabalhar na área [Design Digital] mas foi muito complicado. Arranjei babysitting que era uma coisa que me dava imenso prazer, gostei imenso mas depois voltei porque senti que tinha estado a estudar e que estava a perder anos porque não estava a conseguir trabalhar na minha área.
(Vanda, 29 anos, Lisboa, regressada, Londres, Reino Unido)

Exemplos como o acima apresentado ajudam a compreender a razão pela qual muitos dos migrantes com qualificação superior aceitam desempenhar funções que, num primeiro olhar, pareceriam pouco prováveis dentro do seu projeto migratório. De forma dissemelhante, em particular em relação às narrativas de Cátia (secção anterior) e Vanda, os indivíduos que desempenham funções como enfermeiros, saem de Portugal com a intenção de alcançar uma posição no mercado de trabalho congruente com a sua formação e de forma mais organizada, distanciando-se do cariz mais “aventureiro” com que outros indivíduos encaram o processo migratório aceitando outras opções. É sobretudo no Reino Unido onde estes profissionais procuram desenvolver os seus projetos migratórios (Pereira, et al. 2015:2). Mais do que apenas por razões adstritas ao desemprego ou procura de melhores salários, fatores como a impossibilidade de progressão na carreira (ou o congelamento das suas carreiras) ou o descontentamento relativamente à forma como esta decorre em Portugal estão presentes nas motivações destes indivíduos.

Aqui, o contributo detalhado de Cláudia Pereira com *Vidas Partidas: Enfermeiro Portugueses no Estrangeiro* é fundamental. Com o seu trabalho, a autora não só explica detalhadamente as razões para o recente êxodo destes indivíduos, como dá voz aos mesmos, ajudando-nos a compreender este fenómeno. Focando a atenção no Reino Unido como destino, importa sublinhar, a partir do seu estudo, as razões por detrás da dimensão destes fluxos de saída. Em primeiro lugar, as motivações destes migrantes extravasam as situações de desemprego ou baixos salários indo ao encontro de razões como a procura de progressão na carreira, melhores condições de trabalho ou reconhecimento justo do trabalho desempenhado. Mais

ainda, há condições estruturais que contribuem fortemente para este fenómeno. A autora apresenta três fatores cruciais. Primeiramente, a importância das agências de recrutamento de enfermeiros que começam a desenvolver o seu trabalho de recrutamento em Portugal, notadamente entre 2009 e 2011 (de acordo com as empresas contactadas no estudo). Em segundo lugar, a partir de 2010, consequente das políticas de limitação da imigração desenhadas pelo governo conservador britânico, assiste-se à colocação de obstáculos no que diz respeito à contratação por parte do sistema nacional de saúde britânico de trabalhadores provenientes de países de fora da União Europeia, nomeadamente da Índia ou Filipinas, que até então predominavam. Esta mudança no que toca à procura de profissionais conduz o sistema nacional de saúde mencionado a realizar o seu recrutamento nas periferias do sul e leste europeu. Por último, esse é também o período que corresponde a uma conjuntura desfavorável em Portugal, pautada pela chamada crise da dívida soberana, que se reflete em cortes na área da saúde deste país tendo óbvias repercussões para os enfermeiros que, ora passam a desempenhar as suas funções em condições precárias ou, no caso dos recém-licenciados, se deparam com dificuldades no acesso ao primeiro emprego, culminando assim num clima de desmotivação que percorre esta categoria profissional (2015:3). Obviamente, os grandes fatores impulsionadores da decisão de migrar para os indivíduos que exercem enfermagem dizem respeito às condições acima descritas, da precariedade sentida no país de origem, descontentamento à oferta de melhores condições que não passam apenas por melhores salários mas também pela possibilidade de alcançar um sentimento de maior satisfação num contexto profissional (progressão na carreira, reconhecimento).

Há ainda outros fatores a ter em conta indo ao encontro das narrativas dos entrevistados no âmbito deste trabalho. É aqui importante recordar duas ideias já exploradas anteriormente. Em primeiro lugar, a necessidade de olharmos para o percurso dos migrantes como algo que está sujeito à não-linearidade, extravasando-se qualquer ideia de um total controlo dos eventos (Collins e Shubin, 2016:96).

Importa ainda lembrar a noção trazida por Hockey e James (2003:5) referente a olhar para a interação entre o tempo e o decorrer da vida não como algo mecânico, mas sim fluído e imprevisível. Pensar na emigração de enfermeiros para o Reino Unido (destino aqui em análise) de uma forma menos atenta, levaria a concluir que este é o destino escolhido, acima de todos os outros, sem qualquer influência de outros fatores, entre eles a imprevisibilidade ou não linearidade dos eventos, entre uma miríade de outros elementos que não devem ser descorados.

Tal como Cláudia Pereira identifica no que se refere às narrativas que analisa, há outros fatores que moldam a decisão de migrar. Elementos causais como as redes de amigos e familiares ou mesmo a vontade de conhecer outros destinos importam (2015:5). Numa análise mais superficial, meramente assente em fatores económicos, sobretudo o último fator poderia parecer improvável, contudo, como mostram as narrativas que se seguem, há outros elementos que não podem ser negligenciados.

Magda e Duarte espelham essa diversidade ao nível das motivações. Este casal de emigrantes em Cambridge, Reino Unido, atualmente pais de dois filhos (o primeiro filho nasce pouco antes da migração) encontram-se empregados como enfermeiros em Portugal aquando da decisão de migrar em conjunto em 2014. Ambos referem o seu descontentamento em relação à situação em que se encontrava a área da enfermagem, particularmente no que diz respeito ao congelamento das suas carreiras entre outros fatores. Para além das questões profissionais, os entrevistados sublinham ainda a vontade inicial de migrar rumo a uma “grande cidade”, a importância da língua inglesa no processo de decisão de migrar, a proximidade geográfica, assim como as oportunidades que projetam para o futuro dos filhos baseando-se nas perceções relativamente ao país de origem e destino. Definem a ida para Cambridge como uma alternativa (ou “plano B”) face às suas intenções iniciais.

É ainda notória a preocupação com as questões referentes ao único filho, antes do momento efetivo da migração, na organização dos seus cuidados, nomeadamente no que toca ao acesso à creche. Relativamente ao último ponto, não têm qualquer conhecimento, aquando da decisão de migrar, de qualquer ajuda estatal nesse campo, sabendo apenas que iriam encontrar uma realidade pautada por preços mais elevados no destino. Nas palavras do casal:

Nós decidimos vir para Cambridge. O [Filho] tinha dois meses meio e entrámos em contacto com o hospital para fazer uma visita [...] eles mostraram-nos o hospital [...] e visitámos a creche, porque eles sabiam, nós na altura trouxemos logo o [Filho] connosco, e ficámos logo a par de algumas coisas, e eles ficaram logo interessados em nós, e depois eles foram recrutar por agência a Lisboa. [...] Isto foi uma coisa muito organizada, sobretudo, pronto, nós tínhamos, o [Filho] era muito pequeno. [...] Eu nunca pensei em emigrar... até à altura em que as condições em Portugal começaram a ficar realmente muito difíceis. Com a crise, sobretudo, as coisas começaram a piorar, as condições de trabalho, cada vez a recebermos menos ao final do mês, cada vez com mais falta de pessoal. [...] sem qualquer perspetiva de futuro e de carreira, e foi isso basicamente que nos fez emigrar. E não só pelas nossas condições, e por não termos uma carreira, porque realmente queríamos continuar o nosso desenvolvimento profissional, mas também tendo em vista os nossos filhos, não é? Porque nós podemos proporcionar aqui todas as condições, e todas as oportunidades

que eles aqui têm, e em Portugal, pelo menos nós não achamos que terão ou teriam se continuássemos aí [Portugal].

(Magda, 33 anos, Lisboa, emigrante em Cambridge, Reino Unido)

Nós sempre nos sentimos atraídos por cidades. Vivemos em Lisboa, e nunca nos vimos a ir para a terrinha... para Cambridge. [...] Em 2013 fomos visitar Nova Iorque [...] e ficámos malucos com o que vimos lá [...]. Porque eles têm muita falta de enfermeiros na América. [...] Depois nasceu o [Filho] e decidimos mudar. [...] Não estávamos dispostos a aprender outras línguas, e depois todos os outros sítios onde se fala inglês ou eram mais longe... quer dizer, Canadá é difícil, e o tempo é ainda mais frio, pronto. Austrália é para lá do sol-posto... [...] E depois ainda chegámos a ver Singapura [...] mas lá as condições de enfermagem são terríveis também, apesar de pronto [...] de parecer quase a Europa, a nível de saúde, de sistema nacional de saúde aquilo é fraco. E pronto, como nós não somos informáticos, somos enfermeiros, infelizmente, tivemos que nos contentar com... mas atenção, somos felizes cá, mas quando viemos, pronto, foi um plano B.

[...]

P: Antes de irem para aí estavam informados em relação a isso [apoios estatais na área dos cuidados com crianças]? Do tipo de apoios que o Estado vos podia dar?

R: Não, só sabíamos que os preços eram caros.

(Duarte, 32 anos, Lisboa, emigrante em Cambridge, Reino Unido)

Os dois testemunhos anteriores, embora incluídos num quadro específico adstrito aos profissionais de enfermagem portugueses que desempenham as suas funções no Reino Unido, demonstram não obstante a importância das mudanças ao nível da fase das suas vidas, notadamente com o nascimento do primeiro filho do casal. É assinalável a importância deste evento para a escolha do casal no que se refere ao país de destino, sendo – como sublinha Duarte – a ideia de migrar para Nova Iorque deixada de parte. Na próxima secção é discutida a forma como frequentemente as mencionadas mudanças referentes à fase da vida dos entrevistados não ocorre de uma forma sequenciada dentro dos padrões expectáveis, assim como a imprevisibilidade e não-linearidade definem muitas vezes as trajetórias desenvolvidas pelos indivíduos.

6.3.7 Transições “yo-yo”, imprevisibilidade e não-linearidade

Foi possível verificar a importância de fatores não expectáveis nas trajetórias de muitos dos entrevistados, sendo particularmente notória em alguns dos relatos. O primeiro testemunho, fornecido por um jovem, também enfermeiro, mostra uma conjugação de fatores presentes na decisão de migrar.

Concretamente no que se refere às questões profissionais, o entrevistado menciona, à semelhança dos testemunhos apresentados na secção anterior, a insatisfação relativamente à impossibilidade de progressão na sua carreira, embora sublinhando que tinha então um bom contrato de trabalho no país de origem, sentindo-se todavia desmotivado. O Reino Unido, assim como nas narrativas fornecidas por Magda e Duarte, não era o seu destino de eleição. Primeiramente o entrevistado, que nesse período se encontrava num relacionamento, procura, juntamente com a sua Companheira, construir um projeto a dois na Suécia, o que se revela impossível face a um conjunto de fatores que podem ser definidos como imprevisíveis ou não-lineares.

Especificamente no que diz respeito à sua decisão de migrar para o Reino Unido, para além da miríade de fatores já referidos, o entrevistado sublinha ainda a importância não apenas das redes de amigos mas também o seu desiderato em seguir um determinado estilo de vida. Através de contactos com um amigo em Londres, o entrevistado percebe esse mesmo estilo de vida como indicado para si, constituindo-se num elemento impulsionador para a sua decisão de migrar. Como explica:

Nós, eu, ponderámos sair, ponderei abandonar a enfermagem cá não porque tivesse um mau contrato [...] mas mais porque eles congelaram a progressão na carreira, e o meu pensamento foi, estar aqui, estar a trabalhar mais trinta ou cinquenta anos a fazer exatamente a mesma coisa, sem qualquer tipo de evolução, seja no que for, não é muito motivante. [...] De início, pela fama do sistema nacional de saúde na Suécia, consideramos, eu e a minha ex-namorada, em ir para lá. Estivemos um ano a ter aulas de Sueco, só que entretanto a professora entrou em licença de maternidade e não havia ninguém para a substituir, e tivemos que suspender as lições. [...] Fomos a Estocolmo ver como é que eram as coisas, e de facto eles tinham muita necessidade de enfermeiros, mas das coisas que nos disseram logo foi precisam da língua. Quase toda a gente falava inglês, mas para quem trabalha neste ramo precisa mesmo da língua nativa. Aí ficamos um bocadinho desiludidos. [...] E entretanto, um amigo meu, que já estava a trabalhar em Inglaterra, começamos a falar através da Internet, e ele falou-me, que as coisas estavam a correr bem, que estava a gostar do estilo de vida que tinha, e eu disse “olha, como é que tu fizeste isso? Como é que foi o teu processo?” E ele disse que tinha referência lá, numa agência, e foi assim que as coisas começaram lá entretanto. E nesse contexto já estava com tudo pronto.

(Valter, 34 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

No momento da entrevista, o jovem em questão encontra-se solteiro, sendo as suas prioridades abruptamente alteradas como consequência, contemplando (à data da entrevista) migrar rumo à Austrália. Mais ainda, as suas prioridades não passam, no momento referido,

pela constituição de família. Embora esta última informação diga já respeito a um momento para lá da decisão de migrar para o Reino Unido serve para explicar a importância das mudanças ao nível pessoal e as suas implicações para os projetos migratórios. Importa recuperar aqui a ideia de transições “yo-yo”, conceito trazido por José Machado Pais que vai ao encontro do cariz volátil e reversível das transições ao longo da vida, onde se encontra a importância dos relacionamentos amorosos. Nas palavras do autor:

“[O]ne of the characteristics of youth trajectories today is their reversibility, the ability to come and go between youth and adulthood. Young people leave home, so as one day to return (good mothers always have a bed made up, ready for this likely scenario). They leave the education system, only to reenter at a later date. They find a job, but may lose or leave it at any moment. The course of love is like a ‘butterfly’s flight’, stopping nowhere for long. If they marry, there is no certainty that it is for life . . . In other words, young people’s lives seem to bounce back and forth like a yo-yo” (2000:220).

Voltando à narrativa fornecida pelo entrevistado, e no contexto das acima mencionadas transições “yo-yo”, as mudanças consequentes do fim do relacionamento amoroso são facilmente observáveis no excerto de entrevista seguinte. Se inicialmente o entrevistado constrói um projeto a dois, aquando da entrevista, enquanto solteiro, não olha com urgência para as questões relacionadas com a constituição de família, mencionando ainda a intenção de emigrar para a Austrália numa lógica de aventura e conhecimento. A narrativa trazida mostra mais uma vez a ideia de “migração líquida” (Engbersen, Snel e De Boom, 2010), assente aqui sobretudo na fluidez e abertura de opções relativamente ao futuro.

O pensamento é mais divertir-me, distrair-me, do que propriamente pensar nisso [constituir família]. Não quer dizer que não chegue a altura, se calhar até está, mas de facto não...

[...]

Continuo com o projeto de mudar de país, para a Austrália. [...] Tenho vontade de explorar outras realidades, outras situações, conhecer outras pessoas, outras culturas, e principalmente outros estilos de vida. Intriga-me como é que as pessoas, as pequenas especificidades culturais de cada povo, e de cada cidade em si.

(Valter, 34 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

A já mencionada ideia de imprevisibilidade e não linearidade com inegável impacto nos planos dos migrantes encontra-se bem ilustrada nas narrativas seguintes. Para lá das oportunidades ao nível laboral, o entrevistado seguinte, face ao fim do seu relacionamento

amoroso, e apesar da possibilidade de continuidade com seu emprego em França, decide abruptamente voltar a Portugal. Como refere:

A relação acabou e eu vim-me embora. Podia lá [França] ter ficado, a empresa quis que eu ficasse.
(Pedro, 32 anos, Lisboa, regressado, Paris, França)

O testemunho seguinte é fornecido por uma jovem que, juntamente com o seu Companheiro, decide migrar rumo ao Reino Unido. É, mais uma vez, uma conjugação de diversos fatores a moldar a decisão. A entrevistada menciona que nunca teve qualquer intenção de emigrar até esta experiência. Contudo, dado que possui um curso profissional na área da ação social, e embora se encontre empregada em Portugal, o facto de não possuir um curso superior torna-se um obstáculo para a sua evolução ao nível profissional.

Esta jovem percebe que terá mais oportunidades dentro da sua área profissional no Reino Unido sem a necessidade de concluir um curso superior. Essas percepções não se baseiam contudo num grande nível de informação, mas sim em idealizações. Mais ainda, as redes de amizade revelam-se essenciais para uma primeira acomodação à chegada, embora essa permanência se revele mais breve do que o inicialmente planeado.

O grande fator que altera por completo o desenrolar do projeto migratório deste casal diz respeito à descoberta, justamente no dia da viagem rumo ao Reino Unido, que ambos vão ser pais, o que, inevitavelmente traz todo um novo conjunto de prioridades futuras. Nas palavras da entrevistada:

Porque, o [Companheiro] acabou o curso dele, ele é licenciado [...] eu de início não queria, quando era mais novinha, eu dizia eu não quero emigrar porque eu não me quero dividir entre dois países. [...] Passado uns anos a minha cabeça mudou e eu pensei, “pá, não, eu vou arriscar” [...] Trouxemos oitocentas libras... ah, mas porquê, porque ele tinha uma amiga, e íamos ficar na casa dela até arranjar uma casa ou quarto, pronto. [...] Mas depois disso nunca é assim como nós pensamos e antes do tempo pusemo-nos a andar, então tivemos que pedir dinheiro emprestado para a caução de quartos, tivemos que pedir dinheiro emprestado para muita coisa porque o [Companheiro] não conseguiu nada de jeito [...] Eles [Patrões da entrevistada em Portugal] disseram-me, “se não tiveres curso não dá para fazer magia, tens mesmo que fazer alguma coisa”. [...] Depois pensei, olha, vou para lá para fora, não tenho se calhar que estar tantos anos na faculdade, vou aprender a língua, tiro um curso... pá, aqui há, eu sonhei, que aqui há facilidades, percebes? [...] Eu tendo um cursinho básico, conseguir crescer sem ser preciso cinco anos de faculdade [...] eu pensei, olha, é tudo muito fácil [...] mas não consegui fazer nada, mas não foi por falta de vontade. [...] Foi pelo motivo que eu te disse, porque eu cheguei, e no dia em que eu

decidi vir, estava grávida. [...] Pá, e eu acho que isto é um país que se eu não tivesse tido o meu filho, se não tivesse optado por isto, dá para crescer, dá, dá para estudar.
(Teresa, 30 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Ao longo dos testemunhos analisados nesta secção é notória a relevância dos relacionamentos amorosos como parte do conjunto de fatores que moldam a decisão de migrar dos indivíduos. Mais ainda, importa sublinhar como esses relacionamentos se aliam ao fator língua numa Europa em que a facilidade de circulação e comunicação se apresentam como características cada vez mais presentes, aspetos estes discutidos na secção seguinte.

6.3.8 O papel dos relacionamentos amorosos e domínio da língua falada no país de destino nas decisões de migrar dentro de uma Europa “encolhida”

Quer se enverede por uma noção mais normativa desses relacionamentos (casamento, filhos, planos em família) ou mais fluída (relacionamentos recentes, encontros esporádicos, etc.), o papel das emoções é inegável e impermeável a qualquer categorização ou dicotomia.

Russell King chama justamente a atenção para a importância dos relacionamentos amorosos no contexto das migrações. O autor sublinha o papel de vários fatores que propiciam a sua crescente importância, como os programas universitários que englobam diferentes países, o turismo, a facilidade e rapidez adstrita ao funcionamento dos transportes e comunicação que, como descreve, “encolhem” a Europa, num cenário crescentemente multilíngue (2002:99).

Mais ainda, Mai e King (2009) sublinham a importância do amor, afetividade, sexualidade e emoções para o estudo das migrações. Não sendo aqui o objetivo analisar com minúcia estes conceitos, importa sublinhar alguns pontos essenciais. Embora distintos, todos eles se interligam e moldam a mobilidade dos indivíduos. Trazer estes elementos para a discussão não significa obviamente menosprezar a importância de outros elementos económicos ou estruturais no contexto das migrações. Como questionam os autores, quão produtivo ou mesmo possível será separar o desejo por parte de um migrante em melhorar o bem-estar económico individual ou familiar de sentimentos como amor e lealdade, ou, qual a utilidade de separação de ímpetos como a descoberta de novas realidades, melhorias económicas, resistir a questões como a opressão sócio-económica ou relativamente ao género, ou expressar uma dada sexualidade ou emoção quando todas estas questões coexistem e interagem no que se refere a como as pessoas desejam ser e onde querem estar? Os autores chamam ainda a atenção para a necessidade de não restringir o estudo das migrações a duas abordagens

dicotômicas: por um lado, uma visão ligada à Sociologia e Economia focada em custos e benefícios, nas questões laborais dos migrantes ou nas suas posições sociais; por outro lado, uma visão adstrita à Antropologia e Estudos Culturais aliados a questões sócio-culturais e identitárias. Estas visões, na opinião dos autores, marginalizam o papel das emoções, sentimentos e afectos no que diz respeito às motivações e experiências no contexto das migrações. Consequentemente, a análise coloca-se meramente no seio de fatores de atração/repulsão entre outras abordagens tradicionais. Defendem os autores a urgência de uma análise para além de abordagens polarizadas, assim como a tomada de consciência que as migrações são raramente motivadas meramente por fatores económicos ou políticos, mas, ao invés, que a decisão de migrar e permanecer num dado país só poderá ser realmente entendida trazendo as dimensões afetiva, sexual e emocional (2009:297). Ora, este contributo conduz aos testemunhos abaixo apresentados.

A primeira narrativa revela-se interessante pela forma como conjuga alguns dos elementos apontados por King (2002:99), notadamente a importância de um crescente contexto multilingue no que diz respeito à Europa assim como a importância do turismo na criação de plataformas para o desenvolvimento da interação entre indivíduos de diferentes nacionalidades. Este entrevistado, que havia já tido duas experiências migratórias no Reino Unido (nomeadamente em 1989, durante seis meses e em 1992, durante um ano e seis meses), decide emigrar novamente em 1993 (onde permanece durante cinco anos), para o destino referido com a Companheira, inglesa, que conhece num contexto fortemente aliado ao turismo. É no Algarve que o entrevistado desenvolve amizades com turistas ingleses, considerando o inglês uma “segunda língua”. O fim da relação viria também a ditar o regresso ao país de origem. Como explica o entrevistado:

Comecei a trabalhar no Algarve [...] e o inglês para mim era como se fosse uma segunda língua, então eu trabalhava ali na hotelaria e comecei a fazer muitos amigos ingleses que me convidaram para ir lá passar férias, onde eu depois acabei por aceder e gostei de lá estar. [...] Entretanto depois comecei a namorar com uma Rapariga inglesa, que estava aqui [Portugal] a trabalhar nesse período, entretanto o contrato dela também acabou, ela trabalhava no [local de trabalho] em Vilamoura, e nós decidimos [migrar para o Reino Unido]. [...] Entretanto no último ano eu depois acabei com a minha Namorada, ela depois foi trabalhar para o Japão, ela queria que eu fosse com ela, as coisas não correram bem. Eu disse, “não, para o Japão... isso temos que falar”. Ela quis prosseguir com a carreira dela e eu achei que também não estava no direito de a prender a Inglaterra, ou prender cá em Portugal, pronto, ela tinha mais para dar, pronto, conversámos e cada um foi à sua vida. Ainda fiquei lá mais um ano [...] mas depois comecei a ter muitas saudades [...] acabei por decidir voltar.

(Jónatas, 46 anos, Portalegre, regressado, Londres, Reino Unido)

O entrevistado seguinte fornece uma narrativa também adstrita ao forte papel das emoções, decidindo acompanhar a sua então esposa no projeto migratório, vindo, contudo, a relação a terminar pouco depois da chegada do casal ao Reino Unido. É também destacável aqui a já mencionada volatilidade no que diz respeito à imobilidade. O entrevistado auto-representa-se como alguém que nunca considerou migrar para outro país, preferindo certeza e segurança. Contudo, num contexto fortemente marcado pelas emoções, reconfigura o seu perfil no que diz respeito à disponibilidade para migrar. Este ponto leva-nos novamente às ideias de Werner e Barcus de imobilidade enquanto decisão que se vai negociando ao longo da vida, podendo alterar-se em resposta a um dado estímulo (2009:50;59), ou de Conti, que frisa como nas diferentes fases da vida se reage de forma diferente a possíveis razões ou fatores para migrar apesar de uma prévia auto-identificação com a imobilidade (2012:165;180). O entrevistado fornece a seguinte narrativa:

Eu sempre fui muito uma pessoa, mesmo a nível de trabalho, uma pessoa de o certo e o seguro.[...] Foi mais ela, achei por bem apoiá-la, não é? Sendo casado não podia ela estar lá [Reino Unido] e eu cá [Portugal]. As coisas não iam funcionar, e assim acabaram por não funcionar na mesma. [...] Talvez não fosse a melhor [decisão] mas foi a melhor que se achou na altura.

(Luís, 39 anos, Portalegre, regressado, Londres, Reino Unido)

A narrativa seguinte segue em linha com o cenário traçado por Russell King, respeitante a um contexto em que diferentes nacionalidades se cruzam numa Europa cada vez mais “encolhida” (2002:98).

O testemunho é fornecido por um entrevistado que conhece o seu Companheiro, de nacionalidade francesa, em Portugal optando inicialmente por uma relação “entre lugares”. Numa das idas regulares a França, o entrevistado decide permanecer. Apesar de a relação em questão já ter terminado, o entrevistado não decide (até ao momento da entrevista) reemigrar. Nas suas palavras:

A ida para França tem a ver com... um ano antes de eu lá ir, eu conheci um francês em Lisboa, e depois que eu o conheci ele vinha cá [Portugal], eu ia lá, e foi um ano com ele a vir cá e eu a ir lá de quinze em quinze dias [...] até que acabou por chegar uma altura em que acabei por ficar lá. Numa das idas que fui comecei a ir a entrevistas, entretanto despedi-me do meu trabalho e arranjei lá, um trabalho lá, e fiquei lá.

(Sérgio, 38 anos, Lisboa, emigrante em Lorraine, França)

Uma das causas por vezes apresentada pelos entrevistados no que se refere à decisão de migrar levanta questões importantes para um olhar mais atento relativamente ao papel não apenas de um início de relacionamento mas também do seu fim no contexto das migrações.

Explica-nos Guri Tyldum que a literatura relativa ao estudo das migrações raramente se refere ao potencial estímulo à mobilidade, de homens e mulheres, provocado por problemas ou conflitos no âmbito dos relacionamentos (em particular nos casamentos). Sublinha a autora que essa lacuna poderá resultar da relutância por parte dos migrantes em expressar tais questões como razões para a decisão de migrar. Diz-nos ainda Tyldum que as dificuldades ao nível das relações podem tanto constituir um fator de repulsão do local, como para a permanência no mesmo, dependendo de onde encontram abrigo ao nível emocional, se junto de amigos e familiares, ou na busca de novas oportunidades fora do país de origem (2015:136).

Maria representa este quadro de forma notória. Após o fim de um longo relacionamento, esta entrevistada, aconselhada pelo seu Irmão, decide ir ao encontro de novos horizontes no Reino Unido. Nas suas palavras:

Eu decidi ir para Inglaterra... e também foi muito por causa desta relação que acabou, de muito tempo, e o meu Irmão, pronto, pensou que seria uma boa hipótese de eu começar uma vida nova.

[Maria, 45 anos, Lisboa, regressada, Milton Keynes, Reino Unido]

Recuperando aqui o contributo de Cairns, obviamente as questões estruturais, especificamente as que se ligam às condições económicas, importam no estudo das migrações, chamando o autor a nossa atenção para os perigos de apenas estas serem tomadas em consideração, o que conduziria a uma visão redutora, não sendo analisadas as questões pessoais presentes nas vidas dos migrantes (2009:7-8).

Aníbal é um dos entrevistados a ilustrar essa realidade. O entrevistado refere a existência de um relacionamento à data da decisão de migrar que molda as suas aspirações, conjugando-se esse fator à falta de perspetivas no seu país de origem e a novas oportunidades no país de destino. Como explica o entrevistado:

Na altura teve a ver com questões pessoais, a minha namorada estava aqui [Reino Unido], e eu vim cá algumas vezes, e as coisas também estavam... eu tinha acabado o meu curso e estava sem

grandes perspetivas em Portugal, e tive a oportunidade de vir aqui fazer um mestrado [...] e foi assim. E depois a partir daí fui ficando.

(Aníbal, 45 anos, emigrante em Londres, Reino Unido)

Uma dimensão interessante é trazida por Bygnes, recuperando o conceito de Durkheim (1897), respeitante ao sentimento de anomia, isto é, (sucintamente) à quebra com os ideais da sociedade, que, no contexto das migrações se alia às razões não-económicas para as aspirações dos migrantes. Defende o autor que a inclusão desta perspetiva nos leva a uma visão mais global no que diz respeito às migrações contemporâneas (2017:3).

A “falta de perspetivas” como refere o entrevistado anterior, alia-se também a outros elementos como uma desidentificação em relação ao país de origem, que culmina na busca de novas experiências no país de destino.

Voltando ao entrevistado Sérgio, nas suas explicações referentes à decisão de migrar, para além da supramencionada narrativa referente à importância do seu Companheiro em França, é evidente um sentimento de rutura com os valores percebidos em relação ao seu país de origem. Como revela o entrevistado:

Estava farto de Lisboa, estava farto da mentalidade portuguesa, estava farto de certas coisas porque, eu sou bastante crítico em relação à nossa maneira de estar e de pensar em certas coisas em termos sociais, em termos políticos, em termos... tu vais para a rua, vais para a rua se o Benfica é campeão mas não vais para a rua para te manifestar nas greves, e eu vejo isso em França, eu adoro ver. Às vezes eu digo uma coisa que é um bocado drástica, mas que eu penso, que é, quando houve a revolução dos cravos devia ter havido mortes porque eles assim sabiam que ia haver porcaria depois. Fez-se uma revolução dos cravos e eles continuam a gozar com a nossa cara, são os mesmos que estão lá, se não são eles são os filhos, é um clã. A mentalidade portuguesa não aceita essas coisas, se tu és crítico não entras no rebanho. E chegas a um ponto em que precisas de fazer algo novo. [...] Para os portugueses eu sou negro, para os negros eu sou branco.

(Sérgio, 38 anos, Lisboa, emigrante em Lorraine, França)

Indo novamente ao encontro da explicação de Körner, não podemos olhar para “os migrantes” como um grupo homogéneo, dado que o sentimento de pertença relativamente aos aspetos culturais dominantes do país de origem difere, fruto de diferentes experiências (como a

“classe”, “género”, “raça”¹⁵⁴ ou idade) variando as razões e circunstâncias adstritas à decisão de migrar (2007:206).

Na próxima secção é realizada uma síntese conclusiva referente às secções anteriores que compõem este capítulo.

6.4 Síntese conclusiva

No que diz respeito às aspirações, motivações e perceções presentes nos discursos analisados neste capítulo, é evidente a miríade de fatores que se ligam a um quadro crescentemente complexo no que se refere às mobilidades contemporâneas.

O papel da proteção social, nos seus aspetos formais, é marginal neste processo o que poderá ir ao encontro de algumas explicações evidentes. Como explicam Ryan e Sales (2013:12), a facilidade com que a mobilidade tem lugar atualmente, nomeadamente nos movimentos entre estados membros no contexto europeu, conduz a que as migrações sejam realizadas de forma apressada e não planeada, culminando com a falta de preparação para as condições encontradas nos países de destino. Mais ainda, referem as autoras que, a frequente noção de que a migração será temporária ao invés de permanente e a possibilidade de regresso caso se encontrem dificuldades à chegada, restringe uma preparação ou planeamento.

Outras explicações para o papel marginal da proteção social nas motivações dos migrantes são trazidas por Ehata e Seeleib-Kaiser (2018), em harmonia com os resultados analisados nesta secção. Através de entrevistas a cinquenta e seis migrantes (vindos da Alemanha, Espanha, Polónia e Roménia) no Reino Unido (especificamente em Oxford e Manchester), os autores questionam o papel da proteção social, especificamente no que diz respeito ao conhecimento dos direitos sociais, nas decisões de migrar desses indivíduos, assim como as suas experiências em termos de acesso aos mesmos. Os domínios da proteção social analisados foram a educação, cuidados de saúde e habitação. Concluem os autores que, não só

154 Não passando pelos objetivos deste trabalho discutir de forma aprofundada os conceitos apresentados, uma nota é absolutamente necessária. Género, classe ou raça são, mais que tudo, construções sociais. Se para o primeiro, a presença de determinados factos biológicos é determinante, as implicações sociais conduzem a discursos discriminatórios que extravasam por completo as mencionadas questões biológicas; No que diz respeito ao segundo, a categorização está longe de ser clara. De que “classe” falamos? Daquela em que os “outros” nos colocam tendo como base um conjunto de critérios, sejam estes comportamentais, aliados ao nível salarial ou à aquela em que nos incluímos num exercício de auto-representação?; Em relação ao último, qualquer tentativa de teorização biológica cairá num vazio explicativo, sendo a denominação pura e simplesmente social com o desiderato de (entre outros) criar categorizações. Fenótipos ou origens geográficas não se constituem como argumentos científicos plausíveis para qualquer emprego do termo em questão. Como coloca Appiah (1992:45) “The truth is that there are no races: there is nothing in the world that can do all we ask race to do for us” (Appiah, 1992:37-45; Guimarães, 2003:95-98).

os migrantes em questão não detêm, em geral, qualquer conhecimento acerca dos direitos sociais no destino (e muitas vezes na origem), como recorrem muito pontualmente a qualquer tipo de apoio estatal. Apenas seis participantes (no âmbito do estudo aqui citado) procuraram algum tipo de informação relativamente à proteção social no destino antes de migrar, sendo apontadas, pelos autores, situações em que existia um maior conhecimento sobre os direitos sociais na origem assim como no destino, sendo referido um ponto crucial. Dentro deste último grupo de entrevistados (especificamente quatro indivíduos, dois vindos da Alemanha e dois de Espanha) classificam os níveis de proteção social como superiores nos seus países de origem, concluindo que não faria sentido migrarem com a intenção de usufruir de melhores benefícios sociais.

As conclusões de Ehata e Seeleib-Kaiser contrastam fortemente não apenas com as teorias adstritas aos supostos “ímanes de benefícios sociais” (“welfare magnet”), assim como com o discurso político. Os autores mencionam um discurso proferido por David Cameron, então Primeiro-Ministro britânico, em 2014, em que sublinhava a generosidade do Estado-Providência do Reino Unido, referindo-se especificamente aos migrantes intra-europeus. Diz então o governante que, alguém vindo de outra parte da Europa (União Europeia) rumo ao Reino Unido, empregado, com um salário de nível médio, com dois filhos no país de origem, receberá setecentas libras por mês em benefícios sociais, duas vezes mais do que receberia na Alemanha, e três vezes mais do que em França. Conclui dizendo que assim não se sente admirado por tanta gente querer emigrar para o Reino Unido. Referem os autores, no que diz respeito à afirmação de Cameron, que não compreendem em que se baseou o governante para a realização desses cálculos. Ora, a veiculação deste tipo de ideia relativamente ao usufruto de benefícios sociais por parte dos migrantes (especificamente, aqui, intra-europeus) tem obviamente efeitos perversos na forma como muitas vezes os migrantes são tratados pelos trabalhadores das instituições oficiais no contexto da proteção social, assim como na forma como são representados pela população nativa.

Destacam os autores o papel da academia neste contexto. Sublinham ainda que os estudos referentes a estas questões (proteção social), assentes na supramencionada teoria dos “ímanes de benefícios sociais”, baseada em indicadores aos nível macro – tais como a despesa com a proteção social referente ao Produto Interno Bruto, em subsídios de desemprego, etc. – ou na análise quantitativa de dados ao nível micro, negligenciam os níveis de informação detidos por estes indivíduos em relação aos seus direitos sociais assim como as verdadeiras experiências dos migrantes intra-europeus, neste contexto, nos países de destino. Entre outras conclusões, referem Ehata e Seeleib-Kaiser que, face à complexidade referente às normas

adstritas aos direitos sociais dos migrantes, assim como face aos inúmeros obstáculos que se apresentam (nomeadamente burocráticos), estes optam por estratégias variadas, como as transnacionais ou no setor privado (2018:181-2;185;189-90).

Lembrando o esclarecimento de Pratsinakis, as aspirações (no contexto migratório) dizem respeito a desejos e objetivos, enquanto as estratégias consistem nas práticas realizadas de forma a alcançar os desideratos iniciais (2005:195). Extravasando as intenções iniciais dos entrevistados no âmbito deste trabalho, exploram-se seguidamente as suas experiências nos países de destino. O próximo capítulo é assim dedicado às estratégias e trajetórias desenvolvidas por estes indivíduos tendo como foco principal o papel da proteção social (formal e informal).

CAPÍTULO 7

ESTRATÉGIAS E TRAJETÓRIAS

7. ESTRATÉGIAS E TRAJETÓRIAS

7.1 Introdução

Neste capítulo são discutidas as estratégias e trajetórias dos entrevistados no âmbito deste trabalho. Indo além de uma visão redutora trazida pela teoria “welfare magnet”, ou mesmo pelo discurso político, sublinha-se aqui a complexidade e diversidade das estratégias desenvolvidas tendo como referência a proteção social, e esta afeta as trajetórias (nas suas vidas e percursos migratórios) dos indivíduos.

Para além de uma noção de acesso linear aos apoios sociais pretendidos ou necessários, neste capítulo são demonstradas as dificuldades sentidas pelos migrantes, as situações de discriminação, estigmatização e, no limite, as atitudes de distanciamento por parte destes indivíduos face à proteção social formal numa base de orgulho. Mais ainda, evidencia-se a falta de harmonia – no que diz respeito à proteção social formal – no contexto intra-europeu. É constatável a partir da análise dos testemunhos recolhidos como, no cenário mencionado, os migrantes desenvolvem estratégias e trajetórias não apenas “criativas”, mas também desenvolvidas “entre-lugares”, extravasando o âmbito formal (Faist, 2016; Phillimore, 2016;2018).

O capítulo encontra-se dividido da seguinte forma:

Inicia-se o mesmo com a discussão das questões referentes à forma como os entrevistados lidam com as diferentes instituições no âmbito da proteção social formal, sublinhando a já mencionada importância de elementos como o orgulho, a identidade e as várias dificuldades sentidas ao nível burocrático no quadro intra-europeu. Volta-se de seguida a atenção para a relação entre o papel da proteção social e as diferentes fases da vida dos entrevistados, focando particularmente o setor da educação e a parentalidade. É seguidamente sublinhada a importância da escala local nas estratégias desenvolvidas por estes indivíduos, sendo depois colocado o foco na importância do setor da saúde dentro dos restantes setores da proteção social. São assim salientadas as particularidades do setor da saúde francês, as estratégias “entre-lugares” e o papel das representações ancoradas no passado relativamente ao setor referido em Portugal. Após o descrito, é trazida à discussão a importância do apoio familiar nas estratégias desenvolvidas, voltando-se depois a atenção para as perceções, experiências e diferentes estratégias dos entrevistados no que diz respeito às pensões de reforma. Segue-se então o explorar das complexas questões referentes ao regresso ao país de origem, terminando o capítulo com uma breve síntese conclusiva.

7.2 Lidando com a proteção social: Orgulho, (des)identificação e labirintos burocráticos

A relação com a proteção social, como vimos, pode consistir na rejeição do recebimento de benefícios sociais, o que obviamente não põe em causa a implementação de estratégias diversas de forma a assegurar o bem-estar individual ou familiar.

Pegando na questão referente à não utilização de benefícios provenientes do Estado-Providência do país de destino, os próximos testemunhos não só corroboram as ideias sublinhadas por Ehata e Seeleib-Kaiser (ver página 182) relacionadas com a recusa de associação ao estereótipo do migrante que acede em demasia aos benefícios sociais e ao estigma social (2018:188-90) como trazem a questão do orgulho individual e a construção de outras estratégias face às adversidades.

Dentro dos contributos que compõem este trabalho, elementos como o orgulho, a honorabilidade no que se refere ao trabalho desenvolvido e pagamento de contribuições sociais, assim como a recusa de associação ao estereótipo mencionado são notórios.

Ilustrando o acima descrito, Mário, que migra para o Reino Unido, entre outras razões, devido à sua vontade de quebrar com um passado marcado pela marginalidade, vivido num bairro lisboeta fortemente associado à criminalidade – nas suas palavras, se permanecesse em Portugal, “ou ia preso ou morria” – pretende sobretudo dar um exemplo positivo ao seu Irmão mais novo no sentido que este último não enverede pela via da criminalidade vivida pelo entrevistado no seu passado.

Atualmente divorciado, com um filho, o entrevistado fala sobre as suas estratégias quando confrontado com a uma situação de desemprego, face à qual decide não recorrer ao subsídio de desemprego, mas sim realizar pequenos serviços temporários como forma de garantir não apenas a sua subsistência mas também o bem-estar da sua família. Como explica o entrevistado:

Então... quando estava desempregado, estive desempregado, para te ser sincero, o máximo que estive desempregado foi oito meses [...] e... fazia uns biscates aqui e ali, mas nada concreto, nada permanente, então era, hoje trabalhava, duas semanas depois não trabalhava, recebia mais um trabalho uma semana depois... Não era estável, estás a ver? Mas nunca dependi de ninguém, graças a Deus. Fui à luta. O orgulho, o orgulho, sim, o orgulho mesmo, querer levantar-me sozinho. Levanto-me e sacudo a poeira. Tenho que me fazer à vida, estás a ver? Nada cai na minha mão, ninguém me dá nada de bandeja. [...] Então tive que me fazer à vida, tive que trabalhar e fazer por mim, porque se eu não fizesse por mim ninguém faria. [...] Quando me juntei, tive que trabalhar muito, trabalho 16 horas por dia, estás a ver? Trabalhava 16 horas por dia para suportar a família, tive que fazer isto durante uns anos e... é pá, graças a Deus correu tudo bem.

(Mário, 37 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Representando a recusa de associação à imagem do migrante como alguém que acede em excesso aos apoios sociais no país de destino dentro dos testemunhos recolhidos, Luís demonstra de forma veemente essa posição. Quando questionado acerca de algum nível de conhecimento no que se refere à proteção social, o entrevistado associa imediatamente a questão ao uso indevido de benefícios sociais, distanciando-se prontamente dos estereótipos associados.

Nada, nada, nada. Nesses jogos, nesses esquemas, nunca pensei. Ouve-se falar e eu ouvi falar de muita coisa. Sei que eles apoiavam muita, muita gente, tipo mães que estavam divorciadas, ou que não estavam juntas a... ouvi dizer muita coisa, mas nunca me preocupei com isso e nunca fui para lá com esse intuito de ganhar subsídios ou ter subsídios, não.

(Luís, 39 anos, Portalegre, regressado, Londres, Reino Unido)

O desejo de distanciamento referente a qualquer nível de dependência em relação aos benefícios sociais – particularmente em relação ao subsídio de desemprego – é transversal no que se refere à idade dos entrevistados assim como no que diz respeito ao país de destino (França ou Reino Unido).

A visão do trabalho como algo honorável, assim como o orgulho aliado ao pagamento de contribuições e a ausência de qualquer dívida no que se refere ao país de destino são elementos frequentemente referidos pelos entrevistados, estando bem vinculados nos contributos seguintes.

Filomena demonstra o seu orgulho sublinhando “eu não devo nada aos ingleses”, assim como o facto de ter contribuído para o Estado Providência britânico.

Semelhantemente, Guilherme, regressado de França, fala orgulhosamente sobre os anos em que trabalhou para a mesma entidade, assim como, mesmo muitas vezes não estando nas melhores condições físicas, nunca ter recebido o subsídio de desemprego.

Nem lá [França], nem cá [Portugal]. Trabalhei trinta e oito anos e meio para o mesmo patrão. [...]

Eu trabalhei, e às vezes podia estar em casa doente e não gostava de estar.

(Guilherme, 70 anos, Guarda, regressado, Paris, França)

Um outro ponto salientado por alguns dos entrevistados, e aliando-se à noção de orgulho acima discutida, diz respeito à rejeição de um futuro em que os apoios sociais definem a sua

situação económica e profissional. Teresa, embora recebendo um apoio social (housing benefit), vê os efeitos da ajuda estatal como perversos para o futuro individual e familiar, querendo sobretudo evoluir na sua situação profissional. Vivendo com o seu Companheiro e o filho do casal com aproximadamente um ano de idade, a entrevistada planeia voltar para o seu país de origem, onde pode contar com o apoio familiar, notadamente com a educação da criança, pretendendo quebrar com qualquer dependência em relação ao Estado-Providência britânico. Trabalhando na área das limpezas, a entrevistada vê com preocupação o facto de ser possível subsistir através da sua ocupação – que foge por completo às suas intenções iniciais – juntamente com o apoio social mencionado. Como explica:

O que eu penso sempre é que mais vale eu viver com o que realmente é meu do que viver das ajudas. Eu prefiro matar-me a trabalhar e ter aquilo que é meu, porque nunca me faltou emprego em Portugal, é como eu te disse, ficava um mês desempregada, mas nem era um mês sequer, porque tinha logo ofertas ou tinha logo respostas, por isso nunca foi um problema [...] Recebo dez libras à hora. Tendo em conta que tenho trabalho, que são cinco horas ao dia, todos os dias que venho para casa recebo cinquenta libras o que é muito bom... Mas o que é que isso vai fazer, vai fazer com que eu a longo prazo... eu não quero sair daqui, percebes? [...] Porque isto dá-me o dinheiro suficiente [...] eu quero fazer mais por mim, mas eu sei que se ficar aqui eu vou-me limitar a isto, a ser *cleaner* a vida toda, porque é como eu recebo bem, e ainda tenho tempo para ficar com o meu filho, ir busca-lo à escola, ir deixá-lo à escola... [...] E então eu prefiro ir para Portugal, dar o litro mas saber que o meu filho vai ficar, olha, eu vou trabalhar e posso fazer turnos, mas o meu filho hoje vai ficar com a Avó, ou seja, eu aí [Portugal] eu tenho suporte familiar.

(Teresa, 30 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Como vários estudos demonstram (p. ex. Terracol, 2002; Spicker, 2011; Ehata e Seeleib-Kaiser, 2018), o não usufruto de benefícios sociais, num quadro de elegibilidade, não é um fenómeno estritamente associado aos migrantes. Se, de facto, a questão do orgulho dos indivíduos é um elemento presente no que diz respeito à interação com a proteção social, há pontos fundamentais que surgem na análise da recusa ou relutância no que toca ao distanciamento por parte dos indivíduos – especificamente aqui os migrantes – que devem ser sublinhados.

Não é apenas o discurso político, frequentemente apoiado pelos meios de comunicação social, a criar uma visão estereotipada do acesso a benefícios sociais por parte dos migrantes, mas também o próprio desenho das políticas assim como aqueles que representam as instituições e interagem diretamente com os migrantes. O estigma social associado ao requerimento

acompanhado pela comprovação de determinadas carências conduz a que frequentemente, no contexto europeu, aqueles que, embora necessitem de apoio social, optem por não aceder aos benefícios sociais (Terracol, 2002:5-6).

Voltando àqueles que Lipsky (1971) denomina como “street-level bureaucrats”, a interação entre aqueles que representam as instituições inseridas no quadro da proteção social, quer nos países de origem, como nos de destino, conduzem às inúmeras dificuldades e obstáculos experienciados pelos migrantes que Scheibelhofer e Holzinger (2018) sublinharam (ver página 182).

Os labirintos burocráticos, associados às informações muitas vezes incorretas fornecidas nos diversos serviços ligados à proteção social assim como à falta de articulação entre os países que constituem a União Europeia, ou, no limite, as situações de discriminação, originam adversidades que percorrem as narrativas fornecidas pelos entrevistados.

Ilustrando o referido, Cátia, emigrante no Reino Unido, que adquire informação através das suas redes de contacto (especificamente uma amiga que havia tido também uma experiência migratória) referente ao direito de portabilidade do seu subsídio de desemprego proveniente do Estado-Providência português para o país de chegada, sublinha dificuldades gritantes. Chegada ao Reino Unido, a jovem migrante procura conseguir receber o subsídio mencionado de forma a fazer face às dificuldades resultantes de um período de adaptação inicial, contudo a realidade revela-se diferente. Embarca assim num labirinto burocrático que a obriga a dirigir-se novamente a Portugal, especificamente a uma repartição da Segurança Social visando resolver a sua situação, assim como a procurar o auxílio necessário no Reino Unido (job centre). Nas suas palavras:

Tens direito a ir procurar trabalho para um país da União Europeia, podes importar o teu subsídio. Obviamente tens que lá chegar, que foi o que eu fiz, foi logo inscrever-me no job centre, tens que ir lá semanalmente para provar que estás à procura de trabalho, nunca recebi dinheiro nenhum, não sei o que é que se passou ali. [...] Pá, preenches papelada sem fim. Supostamente a Segurança Social, ou no meu caso o job centre devia ter reportado à Segurança Social que eu estava lá [Reino Unido] [...] Só que eu nunca recebi nada. Houve ali uma falta qualquer de comunicação, e depois eu tive que ir a Portugal, e fiz as minhas apresentações todas [...] Ou seja, se eu não tivesse levado dinheiro, e tivesse contado com o subsídio para o qual eu trabalhei, paguei os descontos que iria receber, não tinha dinheiro para comer e ia ser uma desgraça do caraças. [...] Mas honestamente eu também já estava tão farta desses gajos [entidades], porque eu tive que vir a Portugal [...] Eles ganham-te pelo cansaço.

(Cátia, 33 anos, Lisboa, emigrante em West Sussex, Reino Unido)

Se, em teoria, a entrevistada tem conhecimento, numa primeira fase, por uma via informal (através de uma amiga) e, posteriormente pelas instituições oficiais (Segurança Social portuguesa e Job Centre, no Reino Unido) no que se refere ao seu direito em termos de portabilidade de benefícios sociais (especificamente, subsídio de desemprego), na prática vê-se desprotegida em termos legais, baseando-se a estratégia desenvolvida no recorrer às poupanças conseguidas no seu país de origem.

Estas situações são vividas tanto pelos entrevistados que migram para o Reino Unido como para França, demonstrando a falta de harmonia no contexto europeu. no sentido inverso: do país de destino para o país de origem. Cristiano mostra uma experiência no sentido inverso (do país de destino para o país de origem) e desta sendo França o país de chegada. Após uma experiência de três anos no país referido que não se desenvolve de forma satisfatória, culminando numa situação de desemprego, adquire o direito ao recebimento do apoio social face à situação mencionada. Não obstante um quadro legal que em teoria permitiria a portabilidade pretendida por este migrante, a realidade colide com obstáculos que inviabilizam a proteção que permitiria um regresso ao país de origem não envolto em precariedade financeira. Como explica o entrevistado:

Nesse caso cheguei a esse mútuo acordo com ele [acordo de despedimento com o Patrão], ele não me pagou nada mas eu também não fiquei a dever nada a ele, nem em termos de dias nem nada, então transferi-me para o fundo de desemprego. [...] Vou para o fundo de desemprego e vou pedir a transferência dos meus direitos para Portugal, e quando for para Portugal já não vou com uma mão à frente outra atrás, para me ser garantido o fundo de desemprego lá, ou seja, aqui em Portugal, só que a coisa não se passou assim, estive durante um ano sem fundo de desemprego. As instituições não funcionaram, nem a nossa segurança social nem o centro de emprego francês.

(Cristiano, 37 anos, Oeiras, regressado, Grenoble, França)

As dificuldades respeitantes à portabilidade dos direitos sociais atravessam idade, género e países de destino (leia-se, aqui, França e Reino Unido) dentro do conjunto de entrevistados aqui em análise. As incertezas aliadas à complexidade no que diz respeito ao acesso a informação clara originam situações de impasse no que se refere às trajetórias dos entrevistados assim como sentimentos de injustiça relativamente aos valores pagos ao Estado português dentro do processo de recebimento nomeadamente das pensões de reforma.

A situação vivida por Ana é reveladora das incertezas referidas. Apesar de tencionar regressar a Portugal – juntamente com o seu Marido –, onde vive a sua filha, genro e neto, vive num impasse, entre lugares, receando (entre outros aspetos explorados adiante) que as pensões de

reforma do casal sofram cortes significativos. Apesar da fase da vida em que se encontra, no qual o regresso ao país de origem se afirma como lógico (particularmente devido às razões familiares mencionadas), a entrevistada vive “entre-lugares”, passando períodos dividida entre origem e destino. Nas suas palavras:

Para nós é difícil. De certeza, bem... não sabemos bem, mas se mudarmos a nossa reforma para Portugal... disseram-nos que temos que pagar mais em impostos se mudarmos para Portugal. Como a nossa reforma é maior do que a daqui [Portugal], eles podem cortar... não sei. Temos medo que isso aconteça, por isso vamos andar aqui e lá, mas não vamos poder fazer isso sempre, estamos a ficar mais velhos.

(Ana, 73 anos, Mangualde, emigrante em Londres, Reino Unido)

Ainda no contexto da portabilidade dos direitos sociais, em particular em relação às pensões de reforma, aqui tendo como cenário a relação entre Portugal e França, o contributo seguinte espelha o mencionado sentimento de injustiça no que diz respeito à forma como se desenvolve o recebimento da sua pensão de reforma conseguida após quase quatro décadas de trabalho e contribuições para o Estado-Providência francês, não tendo tido qualquer relação com o seu congénere português. Como explica o entrevistado:

A reforma é paga de lá [França] para cá [Portugal]. O Estado português não tem nada a ver com isso, só que tenho que pagar impostos [...] Aí é que está mal. [...] Pago impostos da reforma. É triste. [...] Quando você vai para a reforma lá já fica tudo descontado. Por exemplo, em vez de você ganhar €1000, ou €1500 só ganha €1200 [...] porque descontam já para o seguro social e para o Estado. [...] Agora aqui não, a mim nunca me deram nada enquanto eu tinha residência lá.

(Guilherme, 70 anos, Guarda, regressado, Paris, França)

Como é possível constatar nos últimos testemunhos analisados, concretamente no que se refere à portabilidade dos direitos sociais, a associação entre trabalho e contribuições é sublinhada, sendo tal ligação óbvia partindo de um olhar mais superficial, contudo, a realidade é bastante mais complexa. Há situações em que os entrevistados não constroem de forma linear o seu acesso aos direitos sociais através das contribuições realizadas.

Rosa demonstra as complexidades existentes neste quadro. Após onze anos de trabalho para a mesma entidade patronal, a entrevistada, migrante no sul de França, é confrontada, com surpresa, com o facto de os descontos salariais feitos em cada um dos mesmos terem permanecido nas mãos da entidade mencionada, vendo-se assim privada de um maior leque

em termos de direitos sociais dada a ausência de um número superior no que se refere ao período de contribuições sociais. Como resume a entrevistada:

É o patrão que nos declara à segurança social [...]. Quando tu não tens um bom patrão, não tens direito à segurança social.

(Rosa, 50 anos, Mirandela, emigrante em Saint-Tropez, França)

A situação descrita mostra como, apesar de a entrevistada se encontrar em França em concordância com os requisitos legais necessários à sua permanência, desenvolve a sua atividade laboral de forma marginal relativamente às contribuições sociais, embora a responsabilidade dessa situação se atribua à sua entidade laboral. Não obstante, durante mais de uma década, Rosa, possuidora de um estatuto legal no país referido, encontra-se entre os muitos migrantes que, embora se encontrem legais nos países de destino, compõem a chamada “economia subterrânea” (ver p. ex. Reyneri, 2003).

Voltando às questões referentes à portabilidade dos direitos sociais dos migrantes e a sua relação com os chamados “street-level bureaucrats” (Lipsky, 1971), há dois importantes pontos que devem aqui ser sublinhados, indo fortemente ao encontro do já mencionado estudo desenvolvido por Scheibelhofer e Holzinger (2018), notadamente no que diz respeito a situações de discriminação ou xenofobia (mesmo tratando-se de migrantes intra-europeus), assim como ao “welfare learning”, isto é, à forma como os migrantes aprendem a lidar com os sistemas de segurança social, tendo que recorrer ao seu próprio conhecimento fora das informações fornecidas pelos representantes das instituições oficiais.

Começando pelas situações ligadas a episódios caracterizados por comportamentos discriminatórios por parte de funcionários de entidades ligadas à proteção social em relação aos migrantes, os entrevistados seguintes traduzem de forma bem ilustrativa essa realidade, mostrando ainda a importância de um fator que não pode ser descorado neste contexto: o domínio da língua falada no país de destino. Retomando o contributo de Adsera e Pytlikova (2012), a importância do domínio da língua falada no país de destino é não apenas importante muitas vezes no que diz respeito ao conjunto de fatores que se encontra por detrás da decisão de migrar, assim como no aumento das hipóteses de sucesso (notadamente ao nível laboral) e – importando particularmente para esta explicação – e na diminuição dos custos associados à migração.

Ora, é justamente nessa redução ao nível das dificuldades e obstáculos encontrados que se pode observar a importância da língua nos testemunhos seguintes. Margarida ilustra um

episódio em que sofre um tratamento discriminatório por parte da rececionista do hospital, em Paris, França, à qual a jovem migrante se dirige tencionando realizar um conjunto de exames médicos. Confrontada com aquilo que considera como um comportamento xenófobo por parte da rececionista (notadamente no que diz respeito aos direitos sociais da entrevistada), consegue resolver a situação dado que domina a língua francesa, embarcando numa discussão (nas suas palavras um “bate-boca”), vincando a sua elegibilidade no que diz respeito ao acesso à saúde no país mencionada. Como explica a entrevistada quando questionada acerca da existência de obstáculos no acesso à saúde:

Não houve qualquer problema, exceto um comentário ligeiramente xenófobo da senhora da receção. [...] O comentário foi que eu não tinha... [...] Tive um bate-boca. Portanto, ela disse que eu não tinha direito a aceder àquela consulta, ou àquele exame, porque eu fui lá fazer exames, porque não era francesa e porque não tinha o seguro francês. O que eu argumentei, “não, eu tenho o cartão europeu de saúde que é igual a qualquer cartão nacional, portanto... estamos na União Europeia”, e ela de facto foi esclarecer com quem tinha que esclarecer e a coisa sanou-se.
(Margarida, 30 anos, Lisboa, regressada, Paris, França)

Já Teresa, através do seu contributo, representa as dificuldades sentidas pelos migrantes nas situações em que não existe um domínio da língua falada nos países de destino. Contrariamente ao caso acima trazido, a entrevistada, residindo em Londres, Reino Unido, abordando também as dificuldades sentidas notadamente no que se refere ao acesso à saúde, revela sentir-se incapaz de contornar os obstáculos referentes àquilo que considera ser um tratamento diferenciado (pela negativa) particularmente no que diz respeito à escolha do profissional de saúde a quem pretende recorrer. Para a entrevistada, o facto de não dominar a língua inglesa conduz a que não usufrua das melhores condições na sua interação com o sistema nacional de saúde do país referido. Questionada também acerca de eventuais obstáculos no que se refere ao acesso à saúde, a entrevistada fornece a seguinte explicação:

Não é fácil... [...] uma vez que eu não domino a língua, não sei se eles [...] se eles não cagam um bocadinho em mim porque sabem que eu nem sequer sei falar. [...] Porque é do género, pá, esta é burra, vais assim e está feito. [...] E não funciona da mesma forma, não funciona da mesma forma. Eu falo por mim, têm sempre médicos diferentes, eu não sou seguida pela mesma pessoa... Só se pedir [...] e mesmo assim só se a pessoa, só se a rececionista lhe apetecer.
(Teresa, 30 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Torna-se aqui evidente o poder daqueles que estabelecem um primeiro contacto com os migrantes, fazendo a ponte entre as necessidades destes últimos e a efetivação da proteção pretendida.

Há, neste quadro, várias questões a ter em consideração. Frequentemente, estes funcionários, representando o Estado, ao iniciarem as suas funções, adquirem conhecimentos legais não a partir das fontes oficiais mas sim nas informações transmitidas pelos colegas de trabalho. Mais ainda, os quadros legais adstritos às políticas de proteção social são frequentemente alvo de mudanças, o que implica frequentemente a desinformação por parte do funcionário assim como a impreparação por parte do migrante – notadamente em relação a documentação ou diferentes fatores referentes ao acesso a determinados apoios.

É importante também sublinhar neste contexto – em congruência com a necessária análise para lá do chamado nacionalismo metodológico – que a aplicação das leis referentes à proteção social extravasam uma suposta unidade nacional ou europeia mas que se moldam por idiossincrasias manifestadas ao nível local. Importa ainda lembrar três importantes elementos que podem subjazer a ação destes atores, nomeadamente a ignorância relativamente à legislação, diferentes níveis de incompetência ou, numa vertente bastante díspar do mais frequentemente apontado, em ações aliadas ao favoritismo. As situações que espelham atitudes de favorecimento relativamente ao migrante podem ser explicadas pela auto-representação destes burocratas enquanto agentes com o poder de providenciar determinado apoio, colidindo com o quadro legal que, na prática, deveria ser seguido, contornando, ignorando, ou mesmo quebrando as obrigações estipuladas (Marrow, 2009:758-9; Alpes e Spire, 2014:8; Tuckett, 2015:123;126).

Dentro das situações aliadas ao favoritismo, o caso de Sara é revelador, notadamente através da demonstração de poder por parte de uma funcionária do centro de emprego francês, no que diz respeito à viabilização da portabilidade ou transferibilidade do subsídio de desemprego a atribuir à entrevistada, indo contra as leis que regulamentam o processo referido. Aquando da sua decisão de regresso a Portugal, a entrevistada dirige-se a uma repartição do centro de emprego francês com a intenção de informar os serviços referidos da sua decisão após ter recebido dois meses de subsídio de desemprego em França. Após três anos no país referido, onde estudou e trabalhou posteriormente no meio académico, depara-se com a possibilidade de continuar a receber o apoio social mencionado de forma ilegal, algo que é sugerido pela pessoa responsável pelos processos burocráticos em questão. Contudo, a entrevistada opta por seguir a via legal e regressar ao seu país de origem. Nas suas palavras:

E então, umas das primeiras coisas que eu fiz foi dizer-lhes [centro de emprego] “OK, tipo, esqueçam-me, eu vou voltar para casa, eu vou voltar para Portugal”. [...] A senhora que era responsável pelo meu dossier disse-me “ah, pois, não pode... quer dizer, não pode...pode, ninguém vai perguntar”, e eu pensava “oh meu Deus, e se me descobrirem”. Ela no fundo estava a dizer-me para eu não dizer que me ia embora [de França]. Porque eu perguntei “então e se eu quisesse voltar para Portugal, o que é que era preciso fazer?” e ela “ah, se quisesse voltar para Portugal não tinha direito...mas isso só se a menina nos disser...”. [...] A opção era ou ficar lá para receber o subsídio, ou vir para cá e não receber nada e eu preferi vir para cá e não quis saber de mais nada. [...] E depois também como consegui arranjar emprego em pouco tempo cá [...] em três meses.

(Sara, 30 anos, Lisboa, regressada, Paris, França)

Particularmente nas situações aliadas à instabilidade no que diz respeito à situação profissional, e notadamente para aqueles que exercem atividade no meio académico (tomando o caso acima trazido), a proteção social aparece pontualmente uma solução provisória até ao encontro de uma oportunidade profissional, não sendo contudo determinante. Trata-se de estratégias que possibilitam a ponderação necessária para o desenvolvimento de novas trajetórias.

Ora, este ponto vai ao encontro das situações identificadas por Adrian Favell nos seus “Eurostars”, mostrando como alguns desses indivíduos recorrem aos apoios estatais de forma a dar um novo passo, notadamente através dos apoios adstritos às situações de desemprego assim como ao nível da habitação (2008:33). Note-se, contudo, que a proteção social não é determinante, podendo todavia agilizar a tomada decisão no que diz respeito ao percurso a tomar.

Voltando à entrevistada anterior, apesar de, como refere, ter “direito” a um período significativo em termos de apoio face à sua situação de desemprego, opta pelo regresso a Portugal sobretudo (entre outros motivos) por razões que se prendem com o início de um relacionamento amoroso no seu país de origem. Como explica a entrevistada:

Tive em França [subsídio de desemprego]. [...] Eu tinha direito a seiscentos e tal dias, mas eu só usufruí até janeiro. [...] Foi de dezembro de 2013 até janeiro, fevereiro. Recebi assim um par de meses, porque depois vim para Portugal e não continuei a receber.

(Sara, 30 anos, Lisboa, regressada, Paris, França)

Dentro dos casos em que os apoios sociais são usados como estratégia provisória, o caso de Aníbal demonstra como os mesmos podem servir como meio em situações de algum impasse.

O entrevistado atribui alguma importância aos apoios sociais concedidos pelo Estado-Providência britânico. Tendo migrado para o Reino Unido em 2004, sobretudo devido a um relacionamento que então mantinha, este migrante, que obtém o seu mestrado e doutoramento no país mencionado, face às adversidades consequentes da precariedade ao nível da oferta de trabalho na área académica – particularmente das ciências sociais – encontra nos apoios referidos (especificamente face à ausência de oportunidades profissionais e manutenção da sua habitação) uma estratégia no sentido de encontrar novas oportunidades, o que sucede, não tendo recorrido novamente à ajuda estatal.

Deixando o seu país de origem em 2004 em grande medida pelas razões mencionadas, o entrevistado desenvolve uma trajetória já com mais de uma década – treze anos à data da entrevista –, tendo uma filha nascida no Reino Unido. Explicando o papel dos apoios sociais para a construção do seu percurso, e comparando os mesmos com os existentes no seu país de origem, diz o entrevistado:

Em parte o apoio do Estado [britânico] foi importante. [...] O facto de eles terem aqui o subsídio de desemprego, porque eu não estava a conseguir emprego na minha área, portanto deu-me para procurar um pouco melhor e para... e se calhar sem isso não tinha ficado, ou tinha ficado... não sei. Se calhar estava a trabalhar numa outra coisa qualquer, não sei. Provavelmente estaria. [...] Onde é que eu tinha esses apoios que eu tive aqui [Reino Unido] em Portugal? Não existem. [...] Quando eu estava a receber subsídio de desemprego eles [Estado-Providência britânico] pagavam-me a renda. Pagavam-me a renda e davam-me umas cinquenta libras por semana ou uma coisa assim.

(Aníbal, 45 anos, Porto, emigrante em Londres, Reino Unido)

Na senda referente aos entrevistados “qualificados” ou “altamente qualificados”, importa referir as diversas dificuldades encontradas ao nível burocrático (aspeto que este trabalho pretende assinalar), quer aquelas relacionadas diretamente com o sistema educativo – aquando do prosseguimento dos estudos –, como em todo um leque ligado à documentação necessária para o estabelecimento pleno num novo país, não obstante o quadro europeu (leia-se União Europeia) vigente em termos legais. Se, em teoria, o domínio da língua falada no país de chegada aliado a níveis de conhecimento adquiridos através de um percurso académico em algumas das instituições mais prestigiadas ao nível europeu (ou mesmo mundial) obliteraria as dificuldades no que toca ao encontro com as questões burocráticas presentes nos processos de mobilidade intra-europeia, a realidade revela-se diferente. Estes indivíduos são

frequentemente vítimas dos mesmos labirintos percorridos por aqueles que não possuem os elementos referidos.

Apesar de ser indubitável o peso notadamente do domínio da língua falada nos países de chegada, os indivíduos que a dominam, tendo níveis de conhecimento e trajetórias pautados pelas experiências em diferentes países europeus antes da chegada aos países onde se estabelecem, são, não obstante, permeáveis aos mais diversos contratempos.

Voltando ao estudo de Danny Pieters e Paul Shokens, “Improving the Social Security of Internationally Mobile Researchers”, e provindo os próximos narrativas de indivíduos que passaram pelo estatuto de bolseiros nos países onde, ora ainda residem desempenhando já outras funções, ou dos quais já regressaram, há aspetos que devem ser relembrados nesta secção.

Note-se que muitas vezes as qualificações superiores estão ligadas ao desempenho de funções no meio académico, lembrando-nos os autores que estes indivíduos se deparam frequentemente com as questões ligadas às incompatibilidades entre sistemas de segurança social dentro da União Europeia assim como ao desconhecimento relativo a essas questões face ao cariz generalista e complexo das fontes de informação disponíveis, sendo necessário um conhecimento prévio das várias especificidades referentes aos processos de mobilidade neste contexto. Não sendo aqui esse o foco, importa assinalar a exacerbação das dificuldades mencionadas no caso dos investigadores e bolseiros chegados de Países Terceiros. No estudo mencionado, concluem os autores que, não considerando a proteção social central para a mobilidade dos investigadores e bolseiros dentro da União Europeia, existem barreiras significativas que devem ser eliminadas (2011:51-53).

Através dos próximos entrevistados, é possível constatar as várias adversidades encontradas por indivíduos, que se movem dentro do universo académico, via a uma integração em pleno que lhes permite possuir o direito à proteção social nos países de chegada.

Estes indivíduos representam aqui as várias adversidades encontradas por aqueles que se movem dentro do universo académico via a uma integração em pleno que lhes permite possuir o direito à proteção social nos países de chegada. Essas contrariedades prendem-se sobretudo com aspetos burocráticos e situações de discriminação por parte das instituições. Mostram ainda os casos seguintes como mesmo para um segmento que, teoricamente seria menos permeável às situações mencionadas (sobretudo pelo domínio da língua falada nos países de chegada e maiores níveis de informação), passam pelos mesmos labirintos percorridos por indivíduos menos qualificados. Mais ainda, importa sublinhar (como será adiante

aprofundado) a importância da escala local, nomeadamente na representação do *nacional* através do *local* e no que se refere às variações das adversidades encontradas.

Rita, uma jovem migrante no Reino Unido, que chega ao país mencionado na condição de bolseira ilustra bem todo labirinto burocrático percorrido dada a interdependência em termos de documentação – “pescadinha de rabo na boca” como denomina. É interessante sublinhar alguns aspetos. Em primeiro lugar, novamente a importância daqueles que representam as instituições (neste caso, bancárias) que ora viabilizam ou dificultam o acesso pleno à documentação necessária; Importa também assinalar o aumento das dificuldades, notadamente em termos de discriminação, para aqueles que, mesmo no universo dos “altamente qualificados”, chegam de países terceiros, referindo-se à situação de um colega palestino assim como ao seu caso em particular (falando em “segregação” por parte das instituições); Por último, a importância das redes sublinhada pela entrevistada. Mais que as informações oficiais, os contactos entre amigos e colegas prevalecem como primordiais nas questões adstritas aos processos burocráticos. A entrevistada explica o seu percurso:

As coisas não estão preparadas para receber pessoas que não sabem o que fazer [burocracias] [...] Eu acho que a minha rede me permitiu, e eu acho que isto na emigração é muito importante, a questão das redes que já existem. [...] Isso ajudou-me bastante. [...] Eu não consegui abrir uma conta bancária durante um ano neste país [Reino Unido]. Portanto, não havia documento que eu pudesse apresentar, em nenhum banco, eu fui a todos, eu fui ao [Banco], que é um banco que diz que tem princípios éticos, esperando que eles não fossem fazer segregação, e disseram que não. [...] Fui a todos os bancos. [...] É uma espécie de pescadinha de rabo na boca. Precisas de *proof of address*, mas sem *bank statement*... que é o único documento que prova que tu vives num sítio, pronto, e como não tens isso não podes ter uma conta para poderes ter um *bank statement* [...] e eu andei nisso um ano, até encontrar um tipo [...] que me disse “sim, claro, fazemos isso já”. [...] Tinha só um amigo palestino [na mesma situação], era só eu e ele. No caso dele, infelizmente nós sabemos as razões, não é? [...] Eu quando consegui encontrar este senhor que me fez o processo eu enviei o meu amigo lá e ele também lhe fez a conta. Obviamente era um problema de sistema, e isso sim foi muito complicado.

(Rita, 35 anos, Lisboa, emigrante em Nottingham, Reino Unido)

O contributo seguinte, dentro de outros que demonstram as dificuldades ao nível burocrático, interessantemente parece ser “desenhado” através de uma câmara lucida tendo como referência a experiência de Rita. Tratando-se todavia, no caso seguinte, de França no que diz respeito ao país de destino, novamente, Sara, refere não apenas todo o labirinto adstrito à documentação necessária à sua integração assim como toda a interdependência burocrática,

denominando-o como “ciclo infernal”. Refere-se ainda à discriminação sentida não obstante o domínio da língua falada no país de chegada, assim como à importância das redes (neste caso familiares, na figura da sua Tia), sendo este um ponto importante mais uma vez a assinalar quando analisados os dois países de destino em questão neste trabalho: França e Reino Unido. Por um lado, o primeiro liga-se sobretudo às redes constituídas pelos familiares que migraram décadas antes, sendo as mesmas muitas vezes não apenas sólidas como vastas, já no que toca ao segundo país de destino, as redes mais recentes, formadas por amigos e colegas de trabalho emigrados recentemente viabilizam também processos de integração e acesso a informação que seriam indubitavelmente mais dificultados tendo apenas como referencial as instituições canais de informação oficiais.

Um último ponto crucial que pode ser lido no contributo seguinte consiste naquilo que tomo a liberdade a denominar como sinédoque geográfica, isto é, o todo pela parte. Diz-nos a jovem migrante, referindo-se à parca abertura por parte dos franceses (“eles”), que tal acontece “especificamente em Paris, ou especificamente em França”. Esta representação do *nacional* através do *local* atravessa frequentemente as narrativas dos entrevistados referindo-se a diferentes aspetos adstritos à proteção social. A entrevistada fala sobre o seu processo:

Foi terrível porque há uma série de burocracias que é preciso tratar, e eles [franceses] não são, pronto, especificamente em Paris, ou especificamente em França, eles não são particularmente abertos ou recetivos a estrangeiros. Portanto, eu precisava de uma conta no banco para receber um ordenado, mas para abrir uma conta no banco eu tinha que ter um contrato de trabalho, e para ter um contrato de trabalho eu tinha que ter um contacto... um atestado de residência, um número de telefone, e para ter essas coisas todas eu tinha que ter uma conta no banco, portanto, era um ciclo infernal. [...] A minha Tia, que me acolheu na altura, preencheu uma declaração em como eu estava a viver com ela, e consegui mais ou menos ultrapassar essas dificuldades.

(Sara, 30 anos, Lisboa, regressada, Paris, França)

Tendo novamente como destino França, Francisca, que desenvolve funções enquanto bolseira numa instituição de educação superior em Paris, vai ao encontro de algo que Pieters e Shokens (2011) sublinham no seu trabalho, dizendo respeito à necessidade de um conhecimento prévio à chegada a um novo país no que toca às complexidades burocráticas tendo em vista o acesso à proteção social necessária. A entrevistada reconhece justamente esse aspeto, dizendo que devido à sua falta de preparação não conseguiu obter o apoio ao alojamento ao qual teria teoricamente direito, sublinhando, à semelhança das entrevistadas anteriores, o peso burocrático. Nas suas palavras:

De facto França tem muito esse lado da burocracia, e que é preciso papéis para tudo, não é? Para ter um telemóvel é preciso apresentar sei lá o quê. [...] Não tive a CAF [Caisses d'Allocation Familiales], o apoio ao alojamento logo porque eu não tratei, ou seja, se a pessoa tratar de tudo a tempo, pela experiência que eu tive, recebe tudo atempadamente e as coisas ficam organizadas, nesse ponto acho que sim.

(Francisca, 30 anos, Lisboa, emigrante em Paris, França)

Por último, dentro deste olhar voltado para o universo das adversidades encontradas pelos usualmente denominados como “altamente qualificados”, especificamente aqueles que desenvolvem funções no meio académico, importa referir que as questões abordadas no testemunho seguinte mereceram inclusivamente a atenção do *Financial Times*, num artigo intitulado “EU citizens seeking UK residency face health insurance hurdle” (2017). Aliando-se aqui, em plena incerteza consequente do “Brexit”, o acesso à cidadania com as questões referentes à proteção social, refere o artigo trazido por Zozia Wasik que, desde que a maioria britânica votou de forma favorável para a saída da União Europeia, que muitos dos migrantes intra-europeus procuraram candidatar-se a residentes permanentes, sendo para tal necessário ter residido continuamente por um período de cinco anos no país referido, assim como, para surpresa dos migrantes considerados “auto-suficientes” e “estudantes” (incluindo bolseiros de doutoramento e investigadores), assim como possuir um sistema de saúde compreensivo (“comprehensive sickness insurance”).

Serve a medida, de acordo com o artigo mencionado, como estratégia do governo britânico para que estes indivíduos não constituam um fardo para a economia do país em questão. Como refere Wasik, esta situação põe em causa a suposta universalidade e gratuidade do sistema de saúde britânico, obrigando os migrantes a aceder a seguros de saúde de âmbito privado. De acordo com o artigo, o grupo mais afetado por esta medida encontra-se nos bolseiros de doutoramento e investigadores universitários que se encontravam completamente alheios aos requerimentos mencionados.

Voltando a Aníbal, já anteriormente descrito, o entrevistado, após um longo percurso ligado a instituições universitárias, é surpreendido com a não contabilização dos anos em que exerceu atividades no Reino Unido enquanto bolseiro para alcançar a cidadania britânica. Com sarcasmo, o entrevistado refere-se ao cariz “interessante” desta medida.

Eu pensei que [o sistema de saúde britânico] seria completamente acessível a um cidadão europeu, mas não é ao fim das contas, porque... quero dizer, é, mas não sabia que um cidadão europeu tinha que ter um seguro de saúde compreensivo para poder se qualificar como um cidadão permanente, que é uma coisa que ninguém sabia. Os anos que eu estive com a bolsa de estudo não contam para

a minha cidadania porque eu não tinha esse tal seguro de saúde. Isto é só para dizer que, o nosso estatuto [bolseiro]... fiquei a perceber agora em retrospectiva, que o meu estatuto, que eu pensava que estava completamente integrado, tipo... cidadão europeu, completamente ao mesmo nível de um cidadão inglês, não é? Na verdade não é porque existia esta coisa que é uma legislação europeia [...] que diz que os cidadãos de outro país da União Europeia têm que ter seguro de saúde para não sobrecarregarem o país, para não serem tipo um risco para o país de acolhimento. Isso é uma coisa que eu acho que é interessante.

(Aníbal, 45 anos, Porto, emigrante em Londres, Reino Unido)

Se, especificamente para os entrevistados que compõem o segmento “mais qualificado” (leia-se habilitações superiores) no conjunto total de contributos para este trabalho, o setor da educação teve um peso importante nas suas motivações (entre outras razões) para a decisão de migrar, já no que diz respeito às representações daqueles que se encontram no destino referido em relação ao futuro, o setor em questão adquire um novo significado, sobretudo chegada a parentalidade.

Na próxima secção serão assim analisados os aspetos específicos referentes ao papel do setor da educação e notadamente a sua relação com a existência de filhos.

7.3 Proteção Social e as diferentes fases da vida: o setor da educação e a parentalidade

Após o aparecimento dos filhos, aliado a uma permanência no país de destino que permite adquirir algum conhecimento no que toca à educação de uma forma holística¹⁵⁵, a inclinação no que diz respeito à manutenção no país referido ou, ao invés, de regresso ao país de origem ou optando por um novo destino, é frequentemente moldada justamente pelo impacto desses níveis de conhecimento ou perceções.

Interessantemente, após um maior contacto com o sistema de educação, ou através da construção de perceções formadas pelas experiências dentro das redes de amizade no que diz respeito à área referida, o crescimento dos filhos marca um ponto em que, para os entrevistados, uma reavaliação das decisões terá que ser realizada, havendo contudo exceções que se situam num extremo oposto. Representando essas exceções, o entrevistado anteriormente trazido à discussão explica as suas preocupações no seu contributo:

155 Contemplando muitas vezes já o ensino superior apesar das idades dos seus filhos se encontrarem ainda longe da fase de educação referida.

Aqui em Londres principalmente há uma pressão muito grande para arranjar a escola melhor. [...] A escola aqui tem aquela coisa da ordem que é uma coisa com uma grande diferença em relação a Portugal, eu acho por aquilo que eu vejo. Pá, os gajos aqui é tipo fila para aqui, fila para acolá, vêm para o recreio em fila, vão em fila para voltar para a escola, depois metem-se em fila para receber os pais, quando os pais vêm buscar [...] mas também tem coisas bestiais, os gajos organizam peças de teatro que envolvem a escola toda, aquilo parece tudo um relóginho [sic], aquilo é tudo em ordem. Depois tem aquela coisa que me preocupa um bocadinho que é aquela tendência e aceitação natural de que a partir dos treze anos, as crianças... separam-se os géneros, não é? Os sexos. Tipo escolas de meninas e escolas de meninos, e eu não gosto nada disso, por isso vai ser uma guerra daí para a frente. Logo se vê o que é que vai acontecer.

(Aníbal, 45 anos, Porto, emigrante em Londres, Reino Unido)

É notório, no discurso do entrevistado, a comparação com o conhecimento no que toca ao funcionamento do sistema de educação no país de origem, servindo como ponto de referência para a sua avaliação respeitante ao sistema mencionado no país de destino, havendo questões culturais e funcionais que avalia com preocupação no quadro das representações adstritas ao futuro da sua filha. Reconhecendo os aspetos positivos do sistema educativo britânico – num olhar que se constrói através de Londres –, é sobretudo aquilo que vê como inevitável, dentro das suas perceções, no que diz respeito à separação de géneros nas instituições de educação que levam o entrevistado a revelar alguma apreensão.

Indo ao encontro das preocupações dos entrevistados que desejam a parentalidade, Vanda ilustra-as de forma notória. Recordando a sua experiência em Londres, a jovem, que regressa a Lisboa após uma experiência migratória correspondente a um período de dois anos, aborda os receios referentes ao crescimento de uma criança no destino mencionado.

Se, na sua perspetiva individual, o Reino Unido, simbolizado por Londres, oferece boas oportunidades ao nível profissional e financeiro, aliando-se às redes de amigos e presença da Irmã no país referido, já no que diz respeito a um futuro com crianças, o regresso a Portugal ganha um novo significado ligado à noção de uma tomada de decisão acertada.

Embora não diretamente relacionado com o setor da educação, centrando-se numa futura existência de filhos, o testemunho vinca a importância das diferentes fases da vida no que diz respeito às trajetórias de mobilidade.

Mais uma vez, à semelhança do contributo anterior, a questão local é sublinhada, sendo inclusivamente mencionada a situação da Irmã da entrevistada que se realocaliza no Reino Unido, saindo do centro de Londres. Como explica a entrevistada:

Agora, se me imaginava a ter filhos lá [Reino Unido]... não, não. Porque acho que é uma cidade muito boa para ganhares experiência profissional, para fazeres um bom pé-de-meia, não acho que seja... eu estou a falar do centro de Londres, não é? Nunca vivi à volta. É uma cidade demasiado agitada, demasiado rápida, e acho que não é o sítio para se criar filhos. Se calhar... a minha Irmã neste momento não vive no centro de Londres, vive em... não me lembro do sítio, mas adora e é um sítio espetacular e mudou-se exatamente porque teve um filho agora, e está feliz. Eu, pessoalmente, não seria a cidade para viver. Aliás, desde que voltei não me arrependo. Tenho muitos, muitos amigos em Londres, muitos, e eles falam-me “ah, tens que voltar”, e para mim está fora de questão, também porque cá estou estável, não é? Tenho um bom trabalho com a idade que tenho, tenho uma casa, tenho condições boas para a minha idade portanto não penso em voltar.

(Vanda, 29 anos, Lisboa, regressada, Londres, Reino Unido)

No decorrer da sua entrevista, também Valter, jovem enfermeiro em Londres, falando sobre os seus planos, especificamente em relação à sua vontade de migrar para a Austrália visando uma nova experiência de vida, sublinha a importância da educação enquadrada na ideia de uma paternidade que pondera como parte de um futuro próximo. São sobretudo as questões relacionadas com a solidez do sistema de educação britânico assim como uma falta de foco no que diz respeito ao encontro da vocação dos jovens que se encontram na construção das perceções do entrevistado relativamente ao setor mencionado. Nas suas palavras:

Lá está, não sei se queria educar o meu filho no sistema de educação de lá, de Inglaterra. Daquilo que eu conheço, não é um... as pessoas não saem com uma formação sólida. E depois há... por não haver esta formação, há muito espaço para os jovens se tornarem delinquentes. Não é necessariamente delinquentes no sentido terminal, mas é no sentido de serem desleixados, de não terem... não encontrarem aquele rumo, o rumo e esta... falta-me sempre esta palavra... vocação. E eu gostava que o meu filho, ou a minha filha, encontrassem a vocação antes de terem quarenta e cinco anos e depois pensarem “ah, é isto que eu quero fazer”.

(Valter, 34 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Já para Tadeu, jovem que migra para o Reino Unido em 2013 com a sua Companheira após uma experiência em Madrid, Espanha, por um período correspondente a cerca de um ano e seis meses, o sistema de educação britânico apresenta inúmeros elementos que considera negativos atravessando diferentes fases do percurso escolar – desde a pré-escola à faculdade e posteriores saídas profissionais.

Apesar de não ter tido qualquer contacto direto com o sistema de educação do país referido na condição de aluno, as suas perceções são moldadas pela sua observação quotidiana aliada às experiências no seio da sua rede de amigos residentes no Reino Unido, entre estes –

sublinha o entrevistado – um casal português que desiste do seu projeto migratório justamente devido aos altos valores praticados no que toca ao acesso às creches britânicas.

São sobretudo as assimetrias ao nível social que encara como injustas, que se refletem nas profissões desempenhadas finalizado o percurso académico, assim como as questões respeitantes aos custos da educação no setor privado (que o entrevistado vê como essencial rumo ao sucesso profissional), notadamente nos primeiros anos de vida das crianças.

Como explica o entrevistado:

O sistema de educação [...] socialmente funciona, mas é extremamente injusto. [...] Lá [Reino Unido] tens as escolas que são cem por cento públicas, tens escolas que são basicamente público-privadas, e tens escolas que são cem por cento privadas. O problema aqui é que obviamente na escola pública não se paga nada, na público-privada pagas pouco, na privada pagas muito. Se o teu filho tiver numa escola pública, das duas uma, ou ele é um génio, ou muito dificilmente vai entrar na faculdade. [...] Nas público-privadas vamos dizer que vinte ou trinta em cada cem alunos entra, nas escolas privadas, só não entras se não quiseses basicamente. O que é que acontece? É extremamente injusto, quer dizer que quem está financeiramente numa posição melhor tem mais possibilidades de chegar mais à frente em termos de estudos. [...] As creches funcionam também muito neste esquema, com a diferença que não há creches cem por cento públicas. Ou seja, tu consegues meter uma criança numa parceria público-privada e vais gastar aí à volta das seiscentas, setecentas libras por mês, se for para cem por cento privada vais gastar aí à volta, no centro de Londres, e isto é o valor que eu sei porque tenho uns amigos que tentaram ir para lá mas chegaram à conclusão que as creches eram tão altas que desistiram.

(Tadeu, 33 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Já no que diz respeito aos entrevistados que migram para França, as suas perceções e experiências tendo o setor de educação como referência, contrastam fortemente com os discursos dos entrevistados que escolheram o Reino Unido como país de destino. Dois grandes fatores moldam as visões positivas em relação ao setor mencionado em França, nomeadamente ao nível financeiro e da qualidade do mesmo. Em relação ao primeiro, são sobretudo os apoios estatais no que toca à aquisição de material escolar, bolsas de estudo, menores custos ao nível de propinas os elementos sublinhados pelos entrevistados. Já no que diz respeito à qualidade do ensino no país mencionado, as comparações com o país de origem (leia-se Portugal) colocam França como superior, especificamente no que diz respeito ao rigor.

Acerca das assimetrias entre Portugal e França relativamente aos índices de fecundidade, um artigo trazido pelo jornal *Público*, a 28 de junho de 2015, “Por que é que o país da *école*

maternelle é tão “confortável para se ter filhos?”” sublinha as diferenças no que toca ao setor da educação nos dois países. Refere o artigo, tendo como ponto basilar a diferença entre os dois países no que diz respeito ao índice referido (1,21 em Portugal e 1,99 em França no ano de 2013), os diversos elementos positivos no que se refere ao caso francês para uma maior facilidade relativamente aos cuidados com as crianças, que vão desde a possibilidade de redução de horário por parte dos pais (podendo trabalhar em regime de tempo parcial de forma a estar mais tempo juntos dos filhos) o horário de trabalho até às 17 horas da tarde, os apoios estatais em termos de subsídios, assim como um acesso bastante mais simples à educação pré-escolar (*école maternelle*) comparando com o caso português. Frisa ainda a investigação mencionada as diferenças referentes ao dinheiro público canalizado para o setor da educação, especificamente a pré-escolar, sendo, de acordo com os dados fornecidos pela OCDE, de 0,71% do PIB em França, contrastando com os valores para Portugal correspondentes a 0,39% e, superiores à média europeia, de 0,6%. Contudo, mais que os números, o trabalho citado destaca sobretudo os testemunhos de alguns dos muitos portugueses que se referem à qualidade notadamente do ensino pré-escolar entre uma miríade de medidas de apoio à família, em particular à educação dos filhos, que se apresentam como distantes daquelas que vigoram em Portugal.

Os contributos seguintes salientam justamente a importância da proteção social ao nível da educação nas vidas dos portugueses que migraram para França, tanto ao nível do contacto direto com o mesmo como na relação dos filhos com o setor mencionado. Já fora das questões relacionadas com o sistema de educação no país de destino, a entrevistada seguinte, saída de uma pequena aldeia em Leiria, Mãe de dois filhos, sublinha as mencionadas questões quando abordada acerca da qualidade de vida comparando França e Portugal.

São sobretudo as diferenças em termos de custos respeitantes à educação entre os dois países a ser assinaladas, assim como o sublinhar de que, apesar dos impostos elevados, os valores são bem aplicados no setor mencionado. Nas palavras da entrevistada:

Mas há uma coisa também que a gente não falou mas que é importante, a ajuda na escola. Aqui [Portugal] tudo se paga, os livros, paga-se aqui quando uma criança entra para a escola, paga-se muito para a criança, para a educação, na escola... os livros, os cadernos... lá [França] não, lá os livros não se pagam. [...] Também lá se paga muito imposto, a diferença é essa, mas são bem utilizados. [...] Mesmo quando a criança entra para a escola, temos uma ajuda do Estado para entrar com o material para a escola.

(Matilde, 55 anos, Leiria, emigrante em Paris, França)

Bernardina representa de forma clara as diferenças entre os setores da educação em o país de chegada e Portugal na opinião dos entrevistados, na condição de país, que se encontram em França. A entrevistada possui duas experiências no país referido em dois períodos distintos – especificamente entre 1987 e 2000, e de 2011 até à atualidade (leia-se, momento da entrevista). Divorciada e Mãe de três filhas assiste às diferentes experiências das mesmas em França e Portugal dado que regressa a Portugal, como mencionado, após treze anos, e volta a migrar a França onde se mantém.

Sublinha a falta de preparação (ao chegar ao ensino primário) da filha mais nova – que frequenta o ensino pré-escolar por um período mais longo em Portugal – comparativamente com as suas duas Irmãs, frisando a qualidade do ensino em França que considera ser melhor do que o português. Mais ainda, o testemunho trazido realça os apoios estatais, notadamente no que se refere a bolsas de estudo.

Por último, importa destacar mais uma vez a dimensão local em relação à qual a entrevistada revela consciência (embora não ciente da realidade vivida em Lisboa, seguindo o exemplo por si trazido), comparando o ensino português (especificamente o pré-escolar), entre duas realidades totalmente distintas: Paris e Leiria. Como explica a entrevistada:

Até foi um choque muito grande quando elas vieram para cá [...] porque elas adaptaram-se muito bem e tinham notas excelentes. [...] Elas nunca tinham tido português e chegavam cá e tinham notas melhores que os portugueses [...] Agora, o que eu achei, em relação ao sistema educativo cá [Portugal] é que é muito mais rigoroso em França. [...] As minhas [filhas] pelo menos, que andaram sempre numa escola normal, não era privada. [...] Excelente [educação ao nível pré-escolar], nada a ver com cá, eles começam a aprender... são muito mais preparados para a escola primária, muito mais. Eu posso falar porque eu vivi as duas experiências, porque a mais novinha ainda veio cá para o pré-escolar. Eu também estava na terrinha, lá... pronto, numa aldeiazinha perto de Leiria. Não sei se isso pode ter diferença entre ela ter estado por exemplo aqui em Lisboa. [...] A minha filha tinha de bolsa escola quatrocentos euros [...] com 20 anos, coisa que aqui só se tivesse excelentes notas.

(51 anos, Leiria, emigrante em Paris, França)

Beatriz, jovem que migra para França, entre outras razões, devido à diferença no que se refere aos custos relativos à educação, especificamente de frequência de um mestrado – tornando-se seguidamente professora em dois diferentes níveis escolares (*école maternelle* e *école primaire* ou *élémentaire*) no país de destino – traça as diferenças entre o setor em questão em França e Portugal.

O seu contributo revela-se bastante profundo nomeadamente no que se refere a este setor dada a sua dupla experiência enquanto estudante e professora. A entrevistada, quando questionada acerca da sua visão acerca do sistema de educação francês fornece várias descrições detalhadas sobre os vários níveis de escolaridade, nas duas condições mencionadas.

A jovem migrante destaca a gratuidade do setor em questão, colocando esse facto em contraponto com o caso português, assim como o desconhecimento, dentro da sua rede de amigos [em particular de portugueses em França] no que diz respeito aos baixos valores despendidos (comparando com Portugal) no ensino superior. Mais uma vez, os baixos níveis de informação acerca das diferenças nos vários setores, no universo dos diferentes países que constituem a União Europeia, é espelhado nas estratégias e trajetórias de mobilidade intra-europeia, notadamente aqui no que diz respeito aos jovens. Este ponto abre aqui a necessidade de realização de uma pequena reflexão acerca da importância das assimetrias respeitantes aos custos de educação.

No contributo *Entre a Periferia e o Centro*¹⁵⁶, de 2015, trazido por Rui Machado Gomes e colegas, no qual são analisados vinte e seis retratos sociológicos de portugueses com qualificação superior que escolhem diferentes países europeus como destino, a questão adstrita aos custos de educação (especificamente propinas) não é alheia às narrativas, aliando-se por vezes a melhores conhecimentos acerca do funcionamento dos sistemas de educação através de experiências prévias no seio de determinados programas de educação superior pelos quais tiveram a oportunidade de passar.

Importa referir contudo, que apesar de alguma veiculação por parte dos meios de comunicação social, a emigração para França (leia-se a vaga mais recente) persiste em ser caracterizada pelas baixas a médias qualificações. Como explicava Hélder Diogo em entrevista ao Observatório da Emigração em 2012 referindo-se aos recém-chegados:

“Os níveis de qualificação profissional e de escolaridade aumentaram, é verdade, mas eu gostaria de assinalar que se tem dado muita ênfase, na minha opinião, ao facto de a emigração se compor de população qualificada e de gente com ensino superior. A imprensa valoriza muito este aspeto, mas não é bem verdade. Para os que chegaram nos últimos dez anos, o meu inquérito demonstrou que cerca de 20% dos indivíduos têm o ensino secundário ou o ensino superior. A mão-de-obra que é despedida do sector têxtil, da construção civil, entre outros sectores, dos arredores do Porto,

¹⁵⁶ O trabalho mencionado explora vinte e seis dos cinquenta e dois retratos sociológicos recolhidos no âmbito do projeto de investigação BRADRAMO – “Brain Drain and Academic Mobility from Portugal to Europe”.

da zona do Minho, etc., constitui o principal contingente que deixa o país. E temos freguesias rurais ainda com mão-de-obra jovem, mas de um modo geral saem de zonas mais urbanas. Entre os novos emigrantes, em termos de escolaridade, cerca de 41% têm o nível de ensino básico, 14% o ensino secundário, 5,3% o nível superior, mas 16% ainda têm o primeiro ciclo. Temos aqui tendências extremas...”

Chegando os testemunhos que compõem este trabalho através do método de amostragem denominado “snowball” (ver página 205), e seguindo também as características dos mais recentes fluxos migratórios para França (pouco qualificados), são poucos os casos respeitantes a indivíduos altamente qualificados que escolhem o destino mencionado (cinco entrevistados num total de vinte e cinco respeitantes àqueles que se encontram em França ou que de aí regressam).

Não obstante, dentro deste segmento mais qualificado de indivíduos que migram para o destino mencionado, as questões referentes ao setor da educação, especificamente das diferenças em termos de custos quando comparados com o mesmo setor em Portugal, não devem ser descorados, dado que moldam as suas trajetórias como é notório nos próximos dois casos trazidos.

O contributo de Beatriz vai contudo para além dos aspetos positivos, apontando ainda algum facilitismo no acesso ao ensino superior francês – mais uma vez, tendo como referência comparativa o caso português – assim como a existência de um “fecho” do sistema (especificamente no ensino superior) em relação aos imigrantes, o que destoa com a experiência que destaca ocorrida durante a frequência da sua licenciatura em Portugal. Explica a entrevistada:

Eu acho que o primário cá [França] é muito melhor. Porque, cá tens que perceber que há uma lei, o ensino, até aos 16 anos tem que ser obrigatório e gratuito, e isto é, nós [Professores] damos tudo o que é cadernos, canetas, tudo, os livros, damos tudo, o que é bom. Em Portugal fica uma fortuna. [...] Isto principalmente porque os Pais é que pagam tudo. Cá recebemos [escolas] um “x” por cada aluno na turma. Depois depende das cidades, o que a cidade paga, mas podes receber até vinte e sete euros por aluno e isso é dinheiro que dá para comprar os cadernos, as canetas [...] Cá se escreveres uma carta de motivação muito bonita podes entrar [para a universidade]. Por exemplo, uma pessoa que tem doze de média pode entrar para medicina, depois tem o concurso para fazer, enquanto que em Portugal sabemos que temos que estudar para medicina... pá, é diferente. [...] Pelo menos na minha universidade onde eu fui eles não têm muita consideração pelos estrangeiros, em Portugal temos esse... Acho que levam menos em consideração os estrangeiros cá.

(Beatriz, 30 anos, Lisboa, emigrante em Paris, França)

Também Margarida sublinha justamente a importância de experiências anteriores ao nível da educação no sentido da construção de um melhor entendimento acerca das diferenças entre o setor mencionado em França e Portugal e o seu impacto nas trajetórias percorridas.

Após ter passado um ano letivo da sua licenciatura – ao abrigo de um dos vários programas de mobilidade ao nível do ensino superior existentes no contexto europeu – em França, a entrevistada adquire um conjunto de conhecimentos no âmbito do sistema de educação que a leva, entre outras razões, a escolher o país mencionado como destino para uma nova experiência ao nível da pós-graduação, onde acaba por desenvolver a sua atividade profissional. Mais uma vez, as diferenças referentes dos custos de educação (ao nível do ensino superior) são referidas. Abordando-se durante a entrevista o setor referido, a entrevistada sublinha alguns aspetos referentes à educação pré-escolar e cuidados com crianças como aspetos positivos. Nas suas palavras:

Lá [França] há uma maior facilidade de acesso em termos de coisas básicas, referências bibliográficas, livros... ou seja, há muito mais... há um melhor acesso ao conhecimento do que cá [Portugal] vá, e em termos de custos financeiros. [...] Eles [filhos de um casal amigo] já são crescidos atualmente, mas o que eu sei é que ao longo da infância toda tinham um acesso, portanto, não pagavam nada da educação, e isso, etecetera, e em termos de cuidados também tinham direito não sei se era a uma empregada doméstica ou uma *babysitter*, não sei bem, mas que tinham facilidade nesse sentido tinham.

(Margarida, 30 anos, Lisboa, regressada, Paris, França)

O contributo de Anastácia espelha a importância da educação nas trajetórias desenvolvidas pelos migrantes em França, notadamente com a existência de filhos. Mãe de três filhas, todas elas em idade escolar (especificamente 19, 17 e 15 anos de idade à data da entrevista), divorciada pouco tempo após o nascimento da filha mais nova, sublinha o peso do setor em questão.

Não sendo aqui a secção dedicada às motivações por detrás da decisão de migrar, importa destacar que a entrevistada não tencionava migrar para França, ou, de um modo geral, sair do seu país de origem. Contudo, conjugando-se vários elementos (familiares que residem em França, precariedade financeira, entre outros), a decisão é tomada. Entre o leque de motivações, é interessante verificar como a entrevistada, enquanto Mãe, percecionando as oportunidades das filhas como mais favoráveis em França, destaca esse fator na decisão de migrar para um novo destino.

O seu testemunho releva a qualidade do ensino francês o que alia a um futuro mais próspero para as três filhas, sublinhando contudo – e mais uma vez à semelhança de outras narrativas analisadas nesta secção – a importância do elemento local, isto é, o facto de residirem em Paris. Com o seu Pai e Irmão residindo “perto da fronteira com a Suíça”, tem a experiência do seu Irmão mais novo como referência comparativa no que se refere às diferenças dentro do país. Como explica a entrevistada:

As oportunidades das minhas filhas seriam melhores fora de Portugal, mas eu nunca quis sair, sempre tive esperança que melhorasse. [...] Eu acho que futuramente será melhor [falando sobre o futuro das filhas] eles aqui [França] a partir do 9º ano por exemplo, eles têm estágios que eles têm que fazer, eles têm orientações para tudo o que seja cursos já a partir do 8º, 9º ano. Em Portugal neste momento eu não sei se têm. [...] Por aquilo que eu vi em relação às minhas filhas é completamente diferente. [...] Mas também tem muito a ver... porque acaba por não ser nacional, porque é conforme o departamento, porque tem o teu conselho nacional e o teu conselho geral, então parece que cada departamento tem as suas... há coisas que são obrigatórias e há coisas que são conforme o departamento. [...] Não é igual no país todo. Porque pode vir para aqui uma criança para a zona de Paris, ou outra para a zona do meu Pai, por exemplo [...] que é mais campo, podemos dizer, então menos crianças, menos estrangeiros talvez... é diferente.

(Anastácia, 36 anos, Lisboa, emigrante em Paris, França)

Tomando justamente o ponto sublinhado no final deste último contributo, concretamente no que toca à importância da escala “local” – nas palavras da entrevistada, “[n]ão é igual no país todo” – a próxima secção terá início com a análise da importância da escala referida, seguindo-se a exploração das questões referentes às práticas de âmbito formal e informal, “entre-lugares”, num quadro que mostra a diversidade dentro de uma suposta noção de “comunidade portuguesa”.

7.4 Escala local e estratégias formais e informais “entre-lugares”: para além da conceção de *uma* “comunidade portuguesa”

Destoando do discurso predominante dentro dos entrevistados no âmbito deste trabalho, e especificamente no que diz respeito àqueles que migraram para o Reino Unido, a narrativa seguinte destaca os pontos positivos ao nível da educação de uma forma geral, e especificamente no que toca aos cuidados com as crianças.

À semelhança da entrevistada anterior que se encontra em França, também a dimensão local é fortemente evidenciada. A jovem migrante, Mãe de um filho com apenas um ano de idade,

explica que o seu *council*, embora – nas suas palavras – seja “mais pobre”, oferece um leque de alternativas no que diz respeito às diversas atividades a ser desenvolvidas pelas crianças comparando com as experiências (noutros locais dentro de Londres) de outras Mães que compõem a sua rede de amizades. Ora, a narrativa da entrevistada conduz facilmente à noção de “postcode lottery” (desenvolvida na página 116), o que mostra a importância de uma análise para lá de *um* Estado-Providência, mas, ao invés, das várias particularidades ao nível local.

Mais ainda, refletindo sobre o seu futuro no Reino Unido, a entrevistada, embora revelando a sua vontade de regressar ao país de origem, sublinha a importância de uma educação “mais multicultural” para o seu filho, encarando assim um possível regresso não de imediato mas “a médio prazo”.

Por último, a entrevistada salienta uma estratégia referente aos cuidados com o seu filho – “nanny share” ou “partilha de amas” – indo ao encontro da noção de “bricolagem”, de diferentes assemblagens ou pacotes de proteção social explorado por Phillimore e colegas (2016; 2018) que, não só percorrem diferentes escalas (do local ao transnacional) ou âmbitos (formal ou informal), mas também os vários setores que compõem a proteção social. Como explica a entrevistada:

Posso dizer, por exemplo, pela minha experiência de... com o [Filho], e isto não é experiência nacional, é o Council, que é tipo o equivalente à Junta de Freguesia... Eles têm imensas coisas gratuitas para os miúdos. Tipo, eu saio com ele e tenho sempre qualquer coisa para fazer com ele gratuito. Seja música, seja playcentre, seja... sei lá, baby massage, baby yoga, mas isto é a minha Junta que tem. Tenho amigas que vivem aqui noutros Councils, coincidência ou não, são Councils mais ricos, ou com uma demografia mais rica, que não tem tanta oferta. Eu vivo em Hackney, que é East London, que é uma zona com bastante imigração, e no geral em Londres mais pobre do que todo o lado West, e North, e como tal acho que tem mais oferta.

[...]

Portanto nós estamos a pensar também numa nanny share, que é tipo uma ama que vai à tua casa mas que toma conta de dois bebés, tipo o teu e o da vizinha, vá, e essa seria a outra hipótese. A filha da minha vizinha precisa de nanny também ao mesmo tempo.

[...]

Para já sim [permanecer no Reino Unido], para sempre não. Para [o filho] ter uma experiência mais multicultural, mas achamos que eventualmente vamos voltar a viver em Portugal. Agora, não te sei dizer se é daqui a um ano, se é daqui a dois, se é daqui a cinco... Diria que a médio prazo provavelmente.

(Carla, 30 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

As diferentes estratégias extravasando um mero acesso à proteção social formal são observáveis nos testemunhos fornecidos tanto pelos indivíduos que migraram para França como ao Reino Unido.

À semelhança da narrativa anterior que revela os diferentes arranjos especificamente no que diz respeito aos cuidados com as crianças, a entrevistada Anastácia, representando aqui a importância das estratégias de âmbito informal para os entrevistados, aflora as mesmas. Como referido, na condição de Mãe de três filhas adolescentes, a entrevistada revela não necessitar de apoios referentes a cuidados com crianças (dada a fase da vida em que as suas filhas se encontram), sendo, ao invés, prestadora desses cuidados. Dado o divórcio do Irmão da entrevistada – que também se encontra em França –, a sua sobrinha, com aproximadamente três anos de idade, fica frequentemente entregue aos cuidados da entrevistada assim como das filhas adolescentes durante o período de férias escolares destas.

Questionada sobre diferentes estratégias no que se refere aos cuidados com crianças, a entrevistada sublinha já não necessitar desse tipo de apoio vincando imediatamente que, no seio da família, acabam “por ajudar na mesma”, referindo-se ainda ao “espírito de ajuda” que pauta o funcionamento familiar. Nas suas palavras:

Mas acabamos por ajudar na mesma. Eu por exemplo tenho um Irmão mais novo que também está aqui, tem uma menina com... faz agora três anos esta semana, separou-se da Mãe da criança, a Mãe da criança deixou-lhe com a criança, e passa aqui semanas, aqui em minha casa, e depois vai, e vem... e essa coisa, e tem que ser porque eu sou a Irmã mais velha. [...] Mas pronto, também não vemos de outra maneira, porque é que há-de deixar a alguém se eu posso ficar com ela [sobrinha]? Mesmo que eu esteja a trabalhar... aqui [França] as crianças têm muito tempo de férias. Então as minhas filhas passam... nas férias ficam em casa, não vão para lado nenhum, então o meu Irmão traz a menina, e a menina fica aqui também. O espírito de ajuda é igual.

(Anastácia, 36 anos, Lisboa, emigrante em Paris, França)

Também Dulce evidencia mais uma vez os diferentes arranjos desenvolvidos pelos migrantes no que diz respeito aos cuidados com as crianças, e como esses atravessam diferentes fases das vidas dos migrantes. Mais ainda, a imprevisibilidade presente nas trajetórias dos indivíduos molda fortemente a necessidade de optar por estratégias que vão além das práticas formais.

A entrevistada sai de Ponte de Lima na década de 1970, migrando para Lyon, França, onde conhece o seu marido, também português. É no destino referido que o casal assiste ao nascimento dos seus dois filhos. Um dos filhos do casal, à data da entrevista com 33 anos, vê

o seu relacionamento com uma cidadã francesa terminar, havendo uma criança em comum. Atualmente Avó, a entrevistada revela ter um papel central no que se refere aos cuidados com o seu neto. Com o divórcio do seu filho, os cuidados com o seu neto estão fortemente presentes na sua rotina. A narrativa da entrevistada ilustra em particular uma situação em que dificuldades consequentes do regime de custódia partilhada do neto despoletam a necessidade de providenciar cuidados numa data em que competia à ex-Nora encarregar-se da criança. No seu contributo salienta um sentimento de solidariedade que percebe como sendo muito comum para “os portugueses”, num exercício de *outridade*, no qual “os franceses” não detêm as mesmas características. Como conta a entrevistada:

Nós os portugueses somos muito solidários, temos muita solidariedade uns com os outros. Os franceses não... Por exemplo, um exemplo esta tarde. O meu filho e a minha ex-Nora estão separados e por acaso hoje é o dia em que o meu Netinho, que o meu Neto deve estar com a Mãe, à quarta-feira é para estar com a Mãe, e ela telefonou à minha Filha, à Tia, “olha, vem buscar que eu estou aqui, não estou bem”. E pronto, tinha a Mãe em casa, tinha os outros Avós, mas ninguém lhe dá um bocadinho de amor... pronto. [...] Foi a minha Filha buscá-lo e vieram aqui para a nossa casa, esteve aqui a brincar, esteve aqui toda a tarde. [...] Nós os portugueses temos outra maneira de ver as coisas, não sei... [...] Quando o meu filho trabalha, quando ele vai trabalhar nós é que nos ocupamos dele [Neto]. Nos dias dele, no coiso dele, somos nós que nos ocupamos, ajudamos a ocupar dele.

(Dulce, 56 anos, Ponte de Lima, emigrante em Lyon, França)

Entrevistado separadamente, o marido de Dulce refere justamente o mesmo sentimento de entreajuda, algo que alia também aos “portugueses”, em clara oposição com o que acontece com os nativos do seu país de destino, notadamente representados pela família da ex-Nora. Mais ainda, o entrevistado sublinha o papel dos seus próprios Pais – que também migraram para França – no que diz respeito aos cuidados com os seus filhos, atualmente adultos. Nas suas palavras:

Os meus Pais também ajudaram muito com os meus filhos, sobretudo o meu filho. [...] Em nós portugueses há muita ajuda. Com o neto nós ajudamos muito, mas na parte da Mãe que é francesa, não. [...] Não têm a mesma mentalidade que nós. É completamente diferente.

(Rogério, 57 anos, Guarda, emigrante em Lyon, França)

No que se refere à questão adstrita às características partilhadas pelos “portugueses”, sublinhada pelos dois entrevistados anteriores, embora deslocando aqui a discussão para um

assunto aparentemente marginal, um ponto deve aqui ter lugar dado que há implicações para a forma com as estratégias dos indivíduos aqui em análise se desenvolvem.

Se, sobretudo para aqueles que migram para França e Reino Unido na década de 1970, um dado sentimento de comunidade se encontra presente, “nós, portugueses”, já para os entrevistados mais jovens, que constituem os fluxos mais recentes, a questão da nacionalidade não se encontra tão patente, por dois grandes motivos: um sentimento de “desidentificação” em relação àqueles com quem, embora partilhando a nacionalidade, não se enquadram no seu conjunto de valores (modo de vida, comportamentos, etc.); Questões referentes a diferenças ao nível fenotípico que despoletam profundas cisões numa suposta massa uniforme de migrantes (leia-se portugueses em França e no Reino Unido).

Luís demonstra de forma clara esse sentimento de desidentificação e mesmo de algum distanciamento em relação aos portugueses que conheceu durante a sua experiência em Londres. O entrevistado, que partilhou uma das histórias de vida mais dramáticas no que diz respeito à sua passagem no destino referido, tendo inclusivamente dormido nos bancos de Hyde Park face a adversidades completamente inesperadas, revelou por várias ocasiões um sentimento de orgulho em conseguir resolver as situações não recorrendo à família em Portugal ou a apoios sociais. Socialmente longe dos migrantes portugueses que conhece em Londres, é junto de indivíduos britânicos (entre outras nacionalidades) que desenvolve a sua rede de apoio no país de destino.

No decorrer da entrevista, sublinhando os laços de amizade forjados no Reino Unido, fornece-nos a seguinte narrativa:

Deixei uma porta aberta lá em Londres, nunca se sabe. Criei grandes amigos.

P: Mas portugueses?

R: Portugueses não. Tive algumas experiências com portugueses e não gostei, e não gostei de alguma mentalidade dos portugueses lá fora. Inclusive acabei por... porque as pessoas olham para mim e normalmente não diziam que eu era português, ou é sul-americano... ou algum país assim desses, nunca português. E por vezes apercebi-me que eram portugueses e eu continuava a falar inglês e não dizia que era português, porque no princípio, por inexperiência, ingenuidade, conheci alguns portugueses que estiveram lá e fiquei completamente dececionado com a atitude deles.

P: Mas, de que tipo?

R: Do tipo, da maneira como... a atitude um bocado do imigrante que está ali para mostrar... mas não para mostrar o melhor, para mostrar o pior do nosso país. Tanto que eu saía com amigos meus e amigas minhas e eles também ficaram dececionados. Eles diziam “estes é que são os teus amigos portugueses?”, e eu dizia “sim, mas esses não são os meus amigos portugueses, são pessoas que eu conheci e isto não é o espelho de Portugal”.

(Luís, 39 anos, Portalegre, regressado, Londres, Reino Unido)

Para Dora, o retrato da suposta “comunidade portuguesa” revela-se totalmente dispar da caracterização de Dulce e Rogério. Residindo em Paris desde 2010, a entrevistada sublinha as situações de discriminação encontradas no destino referido. À semelhança de outras narrativas, a expressão “portugueses pretos” é salientada, havendo como que dois universos polarizados: os “verdadeiros” portugueses, brancos e, os *outros*.

É sobretudo através dos seus laços familiares e amizades construídas no ambiente laboral que a entrevistada constrói as suas redes, fora de qualquer união baseada na partilha da nacionalidade. Notando haver situações de “boa convivência”, a entrevistada ilustra uma dura realidade. Nas suas palavras:

[França] tem portugueses de boa convivência, e tem portugueses que jamais tinha visto em Portugal. Portugueses que... quando eu estava em Portugal, não sabia que havia esse tipo de portugueses. [...] A nível de racismo, grande nível de racismo, mesmo, mesmo. [...] Não aceitam... nós portugueses pretos não somos portugueses realmente.

(Dora, Lisboa, 42 anos, emigrante em Paris, França)

O próximo entrevistado inclui-se sobretudo no quadro de não partilha de valores com os restantes portugueses em Londres. Tadeu, que revela no seu testemunho uma vontade de “sempre” (ver página 247) em desenvolver uma experiência fora do seu país de origem juntamente com a sua Companheira, ao ser abordada a noção de “comunidade” fornece uma interessante explicação que o coloca à margem das noções mais prevalentes de *uma* emigração portuguesa, e constituição de redes, mais tradicionais.

Numa representação própria, e da sua Companheira, enquanto indivíduos que escolheram embarcar na experiência mencionada por livre arbítrio, o entrevistado fornece a seguinte narrativa:

P: Tu lá [Reino Unido] convives muito com portugueses?

R: Sim, portugueses, ingleses também... é uma cidade multicultural, conhecemos pessoas de todas as nacionalidades.

P: Mas fazes parte da comunidade...

R: Não, não, não. Sempre nos quisemos muito afastar dessa coisa tipo... não sei, essas coisas são muito “ah, nós somos uns coitadinhos”... e tanto eu como a minha Namorada não temos essa coisa... há muitas vezes... parece que é essa coisa assim do choradinho... para mim isso foi uma coisa que nunca fez muito sentido. [...] É a função dos media, eles querem aquela coisa do

choque, do... fazer parecer que os emigrantes foram completamente ostracizados em Portugal, que foram expulsos daqui porque o primeiro ministro disse uma vez que se calhar era melhor as pessoas emigrarem... pá, eu não sou nem pró nem contra Passos Coelho, mas a verdade é que se as pessoas querem um futuro melhor, se querem experimentar outras coisas, se querem conhecer, é realmente a decisão mais correta. Se as pessoas gostam muito das suas famílias, gostam muito das coisas portuguesas, gostam muito da proximidade, então, é pá, força, fiquem cá, tentem aí ao máximo conseguir ficar cá, agora não tentem é fazer de mim o pobre do coitadinho porque teve que emigrar.

(Tadeu, 33 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Desafiada a conceção respeitante à suposta partilha em pleno no que se refere a valores e comportamentos num quadro referente à existência de *uma* comunidade portuguesa, sublinhando-se diferentes e complexos exercícios de auto-representação e (des)identificação, volta-se o foco da discussão na secção seguinte para a importância do setor da saúde para as estratégias desenvolvidas pelos indivíduos que compõem o conjunto de entrevistados no âmbito deste trabalho.

7.5 A centralidade do setor da saúde: Estratégias diversificadas

Voltando às questões referentes à construção de diferentes arranjos relativos à proteção social, importa aprofundar outras estratégias baseadas no uso de recursos públicos e privados, algo particularmente notório naquele que se apresenta como o setor com maior impacto nas vidas dos entrevistados: Saúde.

Mantendo o enfoque ainda nas estratégias que têm lugar nos países de destino – isto é, antes de um olhar voltado para as práticas transnacionais exploradas em detalhe por Levitt e colegas (2016; 2018) e Faist (2016) – é necessário conhecer as assemblagens ou arranjos construídos pelos migrantes em questão. Não obstante a generosidade e universalidade dos sistemas de saúde aqui em análise (França e Reino Unido), as práticas desenvolvidas pelo conjunto de entrevistados no âmbito deste trabalho encontram-se longe de qualquer cariz meramente assente no setor público.

Filomena, que migra para o Reino Unido em 1971, desenvolvendo a sua atividade profissional justamente no setor referido após um período em que trabalha na área dos cuidados com crianças, fala sobre as estratégias desenvolvidas. A entrevistada perceciona a governação de Margaret Thatcher como um marco que rompe com o que considerava ser um sistema de saúde exemplar.

Descontente com o acesso à saúde providenciado pelo estado britânico, a entrevistada envereda pela via privada escolhendo o sistema particular de saúde fornecido pela empresa Bupa¹⁵⁷, mencionado frequentemente pelos entrevistados que migraram (ou regressaram) para o Reino Unido. Como explica a entrevistada:

[Sistema de saúde] Foi começando a deteriorar-se. [...] A Mrs. Thatcher é que estragou. [...] Quando ela entrou, portanto, para nós portugueses, o Labour, era sempre um partido mais para o lado das pessoas pobres, pronto. Agora lá [Reino Unido] há só pobres e ricos. [...] Era impressionante a saúde, era umas das *best things* que eles tinham. [...] Ninguém tinha seguro de saúde [antes do período ao qual a entrevistada se refere como um ponto de viragem]. A gente agora tinha lá. A gente quando coiso, quando começou a ficar pior a gente fez. Tinha a Bupa, mas quer dizer, toda a gente tinha, a maioria tem.

(Filomena, 71 anos, Azambuja, regressada, Londres, Reino Unido)

É bastante interessante notar a ligação entre a perceção da entrevistada anterior e a análise realizada por Nullmeier e Kauffmann, que sublinham o facto de durante as governações de Reagan nos Estados Unidos da América, e de Thatcher no Reino Unido, se terem assistido a grandes investimentos em função do Produto Interno Bruto dos países em questão no que diz respeito à proteção social, apesar das enormes dificuldades sentidas pelas populações no que à mesma nos períodos em questão, isto é, o influxo de capital no que toca aos apoios sociais não se espelhou na qualidade dos mesmos (2010:91).

Ora, o testemunho de Filomena e a análise académica dos autores acima mencionados reforça dois importantes pontos para esta discussão. Primeiramente, a já explorada noção trazida por Cornelius e Tsuda (2004) no que se refere à diferença (*gap*) entre a natureza das políticas – leia-se neste caso os níveis de investimento ao nível da proteção social – e a efetiva aplicação das mesmas. Em segundo lugar, o exercício aqui realizado conduz à emergência sublinhada por Levitt e colegas (2016) relativamente à necessidade de uma abordagem, no que se refere às questões relativas à proteção social para lá das perspetivas mais comuns baseadas na mera classificação dos regimes de Estado-Providência, indo ao encontro das estratégias desenvolvidas pelos migrantes, nomeadamente nas combinações entre atores estatais e não estatais.

¹⁵⁷ Organização de cariz privado na área da saúde, com a sua origem no Reino Unido, em 1947, operando atualmente, de forma internacional, em 190 países, com a denominação Bupa Global. Ver <https://www.bupa.com/>.

Voltando justamente à estratégia desenvolvida pela entrevistada anterior, a mesma entidade que opera na área dos cuidados de saúde de âmbito particular é referida no próximo testemunho, à semelhança de vários outros.

Deolinda acede aos cuidados de saúde providenciados pelo setor privado sobretudo em situações mais extremas. Nas suas palavras:

Temos o privado que é... é o Bupa, não sei se aqui [Portugal] também é o Bupa, é uma percentagem que se paga, o meu Marido paga durante o ano, do ordenado, mas isso é só em caso de... mesmo grandes operações.

(51 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Já no que diz respeito aos “pacotes” de proteção social construídos pelos entrevistados que migraram para França (ou já regressados), as estratégias desenvolvem-se quase que invariavelmente de uma forma que pode ser apontada como “natural”, isto é, os entrevistados mencionam o apoio do Estado, através da chamada “*protection universelle maladie*” – anteriormente denominada como “*couverture maladie universelle*” – conjuntamente com diversos outros planos privados usualmente acedidos através da entidade empregadora do próprio indivíduo ou da/o cónjuge. Lembrando aqui o contributo trazido por Michael Moore (2007), é facilmente constatável como para os seus entrevistados essa naturalidade pauta a norma no que se refere aos apoios estatal e não estatal.

A próxima narrativa – repetida quase que invariavelmente pelos entrevistados residentes em França ou regressados do mesmo destino – ilustra a relação destes indivíduos com o sistema de saúde francês num *mix* entre o setor público e privado. É ainda interessante notar como o entrevistado sublinha a sua surpresa (revelando-se “chocado”) em relação à cobertura em relação às despesas com os cuidados de saúde tendo como referência o seu país de origem.

Tu vais ao médico, sim pagas, mas depois recibes. Vais à farmácia não pagas nada, aqui [Portugal] nunca, nunca, nunca se passou. Eu não estava habituado a essas coisas, cheguei lá [França] fiquei chocado, porque em Portugal não há nada. [...] Eu vou ao dentista, setenta por cento de reembolso [estatal] e depois os outros trinta do meu seguro de saúde [trabalho].

(Sérgio, 38 anos, Lisboa, emigrante em Lorraine, França)

Rosa, residente no sul de França, casada com um indivíduo português que desenvolve a sua atividade laboral na área da construção civil, quando questionada acerca da adesão a algum plano de saúde privado, explica algo que é comum a muitas das entrevistadas no âmbito deste

trabalho, usufruindo da assistência de saúde por parte dos seus cônjuges. A entrevistada menciona ainda a existência de vários outros planos dentro do setor referido sendo contudo necessário despendere maiores valores visando o acesso aos mesmos.

Como demonstra o seu relato:

P: Não tem nenhum sistema de saúde privado?

R: Tenho, tenho. [...] Tenho pelo meu Marido, que é o seguro das obras, mas depois tens outros mais elevados se os quiseres, mas tens que pagar do teu bolso.

P: Então, neste caso, esse seguro, não o paga.

R: Não, porque é pelo patrão [do Marido].

P: Claro. Agora quando estava a dizer que tinha sido operada ao pé, foi o Estado ou foi esse tal seguro?

R: O Estado paga setenta por cento e depois o seguro paga o resto.

(Rosa, 50 anos, Mirandela, emigrante em Saint-Tropez, França)

Há contudo que assinalar o desenvolvimento de estratégias particulares no que diz respeito a um acesso mais facilitado aos cuidados de saúde mesmo dentro de um quadro “natural” entre o setor estatal e privado por parte dos entrevistados que migram para França, notadamente nos mais jovens. Os dois entrevistados seguintes revelam formas de contornar a morosidade no que toca ao atendimento médico.

Beatriz, tendo numa ocasião procurado assistência junto de um hospital público face a uma situação que não inspirava um atendimento de cariz urgente recorre às tecnologias mais recentes – em concreto a aplicação Doctolib¹⁵⁸ – como forma de aceder mais facilmente aos cuidados médicos, conseguindo assim diminuir o tempo de espera. Como explica a entrevistada:

Eu... por acaso foi este ano, tive uns problemas na garganta e estava com muita tosse, muita febre, mas como tudo o que é crianças e idosos e outros casos que são mais urgentes, estava sempre a ir para o fim, fiquei quase cinco horas à espera, e não fui atendida, fui-me embora, disse “olha, não faz mal”, e consegui foi com uma... temos cá [França] uma aplicação que se chama Doctolib, e é tipo... escreves o tipo de médico que queres e consegues ter consultas rápidas. Eu uso isso, é muito mais fácil e rápido. [...] eu inscrevi-me no site, e depois é só procurar ao pé de mim quais são os médicos... e tipo, e tens as consultas, tens os dias, as horas marcadas e tudo, e depois só tens que escolher. E eu como decidi assim, “olha, vou procurar ao pé do meu trabalho, ao pé da

158 Empresa francesa, criada em 2013, fornecendo um serviço que estabelece a ligação entre profissionais de saúde, dos setores público e privado, e os utentes. Ver <https://www.doctolib.fr/>.

minha escola onde estou a ensinar”, procurei ao pé e, isso foi num domingo, e na segunda-feira consegui ter uma consulta durante a hora do almoço ao lado do trabalho.

(Beatriz, 30 anos, Lisboa, emigrante em Paris, França)

À semelhança da entrevistada anterior, Diogo revela também através do seu testemunho como desenvolve estratégias alternativas visando aceder de forma menos morosa aos cuidados de saúde necessários. Recorrendo ao seu seguro de saúde privado, o entrevistado, tal como Beatriz, após uma experiência caracterizada pelo tempo de espera prolongado nas urgências de um hospital público, opta por se dirigir a uma clínica situada numa superfície comercial. Como explica o entrevistado:

Já tive que ir às urgências uma vez e fiquei horas e horas à espera. [...] Lá está, como eu tenho um seguro de saúde, posso recorrer ao privado que é relativamente mais rápido, portanto não vou ficar tanto tempo à espera. [...] Onde eu vou é num centro comercial, são médicos que se organizam e abrem aquilo.

(Diogo, 26 anos, Lisboa, emigrante em Paris, França)

As duas narrativas anteriores conduzem a discussão à noção desenvolvida por Scheibelhofer e Holzinger denominada como “welfare learning”, dado que espelham as estratégias desenvolvidas pelos migrantes, de forma criativa, com o desiderato de aceder ao apoio social procurado (2018:203). Mais do que a construção de diferentes conjuntos de proteção social entre os âmbitos formal e informal, ou público e privado – aliando-se às noções de “bricolagem” desenvolvidas por Phillimore e colegas (2016:2018) – é interessante verificar como a criatividade desempenha um papel facilitador rumo a um melhor acesso, neste caso em particular, à assistência médica pretendida.

Habituada a uma cultura mais aberta no que diz respeito à possibilidade de realização de exames médicos no seu país de origem, Carla, encontrando-se no Reino Unido, confrontada com barreiras relativas aos procedimentos clínicos do país – o que alia à intenção de controlo de custos no setor da saúde –, aprende a contornar essas adversidades. A entrevistada fornece o seguinte testemunho:

[T]ive por exemplo, lá está é um bocado cultural. Eu pedi para fazer análises e ela [médica] disse-me “porquê?”, e eu, “ah, porque sim”... por causa do português, “porque não faço há muito tempo e quero fazer”. Porque para nós é pronto, porque sim. E ela disse, e até foi um bocado, um bocado não, muito arrogante e malcriada e disse tipo “Just so you know, in this country we don’t do blood tests to someone who is young and apparently healthy”. E eu fiquei assim tipo... Se tu fores ao

médico e disseses “quero análises porque sim” ela manda-te dar uma volta... mas tu aprendes também a lidar com o sistema de saúde. Se eu for ao médico e disser “dói-me imenso a cabeça, estou super cansada”, tipo... pronto, basicamente eles prescrevem coisas sem sintomas, mas se eu disser que tenho este e este sintoma, e então nesse caso ela já prescreve. Funciona um bocado assim. Tu percebes que funciona assim e não digo... não é mentir mas tens de às vezes exagerar um bocado. [...] Eu acho que a classe médica está muito mais ciente da questão dos custos e do controlo de custos. Portanto, a mensagem do nível administrativo e de gestão para o nível... para a linha de cuidados, para a primeira linha de cuidados, para os médicos, aquela mensagem que eles estão sob imensa pressão e portanto é preciso haver um certo... uma certa restrição financeira, essa mensagem passa muito mais para os médicos e os médicos cumprem e cortam um bocado disso. E em Portugal eu sinto... ainda há um *gap* entre a gestão e os médicos, e os médicos passam ainda as coisas, as receitas.

(Carla, 30 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Já para Tadeu, a sua perceção referente ao sistema nacional de saúde britânico, notadamente em relação à falta de prevenção do mesmo (na opinião do entrevistado) molda uma visão de necessidade de complementaridade através de um seguro de saúde privado.

A experiência que sublinha no seu testemunho vai totalmente ao encontro daquele trazido por Carla, mostrando como determinadas perceções são formadas tendo como fatores de influência as experiências no país de origem e aquelas que têm lugar no destino. No seu caso, a sua atividade profissional trouxe a vantagem – no quadro de representações do entrevistado – de providenciar acesso ao setor privado de saúde para si e para a sua Companheira. Nas suas palavras:

[Q]uando eu me inscrevi no sistema nacional de saúde [britânico], pedi à minha médica, que seria a nossa médica de família, olhe faça-me um check up e tal e não sei quê, pedi umas análises ao sangue e não sei quê e tal, e ela “ah, o senhor fuma?”, e eu, “deixei de fumar há seis, sete meses”, “faz exercício?”, “sim, vou ao ginásio todos os fins de semana”, “sente alguma coisa?” e tal e não sei quê... “não, não”, “então não vale a pena fazer nada”. Ou seja, é um sistema que funciona... não funciona muito bem no sentido da prevenção. [...] Eu aconselho sempre as pessoas que tenham possibilidade a fazer um seguro de saúde. [...] É um dos benefícios da empresa, eles dão um seguro de saúde. Tanto a mim como à parceira do trabalhador. E temos os dois seguros de saúde, sim.

(Tadeu, 33 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Continuando a análise inserida num quadro de uso dos sistemas público e privado no setor da saúde, a próxima entrevistada – dentro do conjunto de testemunhos fornecidos por aqueles

que migraram para França –, traz uma interessante narrativa no que diz respeito às estratégias desenvolvidas dentro do setor mencionado, constituindo o único caso em que as práticas transnacionais são desenvolvidas.

Bárbara, não obstante possuir – para além do acesso aos cuidados de saúde no setor público – cobertura complementar em termos de assistência médica através da entidade empregadora do seu Marido, escolhe o seguro privado adquirido no país de origem (após uma experiência negativa em termos de tempo de espera nas urgências hospitalares) para aceder às consultas médicas realizadas durante o seu período de férias em Portugal para esse efeito. Embora detendo uma perceção referente ao setor da saúde como “melhor” em França do que em Portugal, é no sistema privado do seu país de origem que acede às consultas médicas necessárias. É sobretudo a incerteza em relação ao futuro que a conduz a manter o seguro mencionado dado o valor pago pelo mesmo assim como os custos decorrentes de uma desistência e reativação. Como explica a entrevistada:

Tenho o cartão deles da segurança social [francesa] e em termos de saúde tenho direito a certas consultas, e depois tenho e ainda sou coberta pelo seguro do meu Marido que está numa empresa e está com um contrato a termo certo. [...] Depois de ter passado uma noite nas urgências de Santa Maria, mais de doze horas, decidi que o sistema nacional de saúde não era para mim, e pronto, aderi primeiro à Médis e depois à Multicare [...] Como tenho os meus médicos aqui [Portugal] normalmente aproveito as férias e venho. Marco as consultas antes. [...] Lá [França] só se for uma urgência, um problema qualquer que tenha. [...]. Estou a pagar um cartão da Multicare todos os meses, quarenta euros, e não quero desistir porque nunca sei quando vou voltar e depois eles vão pô-lo muito mais caro. Já que estou a pagar quatrocentos e tal euros por ano aproveito e vou aqui [Portugal], mas se precisar de ir lá [França] não tenho qualquer problema. [...] Lá é bastante melhor, mesmo nas urgências.

(Bárbara, 44 anos, Lisboa, emigrante em França)

Após a análise dos últimos testemunhos relacionados com a construção de diferentes arranjos no quadro dos cuidados de saúde, importa trazer à discussão a forma como os três setores adstritos à área da proteção social em questão convergem e divergem no seu funcionamento, importando sublinhar a singularidade do sistema de saúde francês notadamente no que diz respeito à sua importância para os entrevistados que desenvolveram experiências junto do mesmo.

7.5.1 A singularidade do setor da saúde francês num quadro de convergência no contexto intra-europeu

Dois importantes pontos devem ser trazidos à discussão. Em primeiro lugar, é notório, através das narrativas mencionadas, que percorrem as experiências referentes ao setor referido nos três países estudados (França, Portugal e Reino Unido), uma aglutinação no que diz respeito ao *mix* entre o setor público e privado.

Apesar de estarmos na presença de três sistemas de proteção social com percursos e características distintos, é assinalável o peso do setor privado nas estratégias desenvolvidas pelos indivíduos entrevistados no âmbito deste trabalho, embora com particularidades.

Esta constatação conduz ao contributo trazido por Cornelius e Tsuda (2004) em específico no que diz respeito à teoria da convergência. Retomando os cinco pilares que a constituem, é possível verificar a existência de fatores que conduzem ao facto de haver uma aproximação entre os diferentes países. O *desenvolvimento em trajetórias paralelas*, nomeadamente ao que toca a pressões comuns ou interesses institucionais, a *emulação política*, na procura de políticas consideradas eficazes, os *eventos globais ou geopolíticos*, como crises financeiras, com efeitos comuns, a *opinião pública* (que tanto pode moldar as políticas ou ser moldada pelas mesmas) adstritas às perceções da população, e *integração regional* referente à pertença a um mesmo organismo supranacional, não obstante a autonomia de cada membro (16-17).

Se as três primeiras premissas são facilmente constatáveis, já as duas últimas merecem um maior enfoque visando aqui traçar uma ponte para os próximos pontos dentro da análise que aqui se realiza. No que diz respeito à *opinião pública*, um importante contributo é trazido por Tountas e colegas num estudo que procura compreender o crescimento do setor privado no campo da saúde na Grécia, algo que tem lugar na União Europeia de uma forma geral. Apontam os autores que, não obstante os investimentos realizados pelo Estado do país em questão no sistema público de saúde, assistiu-se a um forte crescimento no que toca à afluência da população aos serviços privados. Entre outras explicações, a investigação mencionada aponta elementos como os tempos de espera no que diz respeito ao acesso aos cuidados médicos no sistema público de saúde, a oferta existente (dos dois setores) ao nível regional, o crescimento dos seguros particulares no campo referido, as assimetrias entre as condições oferecidas (como a qualidade das instalações) entre os dois setores, assim como o crescente prestígio das instituições privadas, fatores que moldam a opinião pública da população (2005:171-3).

Já no que diz respeito àquilo que Cornelius e Tsuda exploram em relação à integração regional, no contexto europeu, como já mencionado, importa ter em mente a autonomia ao nível nacional, o que se traduz em idiossincrasias que se desenvolvem independentemente da pertença a um organismo supranacional (2004:18).

Estes últimos pontos conduzem assim a análise à necessidade de sublinhar as assinaláveis diferenças notadamente entre os campos da saúde britânico e francês. Em França, como já sublinhado, o campo referido destaca-se ao nível mundial pela sua qualidade e cobertura num *mix* entre sistema público e privado (Smith, 2004:4-5).

Focando em particular as percepções dos portugueses residentes em França em relação à qualidade do setor da saúde francês, um estudo conduzido pela Fundação Vox Populi (2010) destaca justamente o cariz positivo das mesmas. Através da aplicação de um questionário a duzentas e setenta e cinco famílias portuguesas (portugueses e luso-descendentes), e em particular no que diz respeito à imagem detida pelos indivíduos, em termos comparativos, entre Portugal e França relativamente a um conjunto de áreas definidas¹⁵⁹, os resultados demonstram aspetos interessantes para a análise desenvolvida nesta secção. Dentro dos pontos explorados pelo inquérito, apenas o clima e a interajuda são apontados pela maioria dos inquiridos como melhores em Portugal. Destacam-se fortemente nas áreas apontadas como superiores em França o emprego, a segurança social, e, liderando, a assistência na saúde.

Ora, esse é um ponto sublinhado sem exceção pelos entrevistados (leia-se que migraram a França ou que daí regressaram) no âmbito do trabalho que aqui se desenvolve, o que se traduz numa diferença significativa no que diz respeito aos testemunhos provenientes dos indivíduos que migram para o Reino Unido ou que daí regressaram. Vários poderiam ser os testemunhos a trazer de forma a ilustrar as percepções de cariz positivo salientados invariavelmente pelos entrevistados no âmbito deste trabalho em relação ao sistema de saúde francês. Creio que os excertos que se seguem representam de forma coerente as percepções mencionadas. Em primeiro lugar, o testemunho fornecido por Débora. Saída do Porto, migrando para Paris em 2003, quando questionada acerca da forma como compara os dois sistemas de saúde em questão, a entrevistada traça a seguinte analogia:

P: E como é que compara o sistema de saúde português e francês?

159 Os pontos apresentados no inquérito foram: clima, interajuda, ensino básico, questões de segurança, urbanismo, desenvolvimento cultural, preocupações ambientais, assistência aos idosos, qualidade de vida, ensino superior, qualidade dos políticos, transportes, desenvolvimento económico, emprego, segurança social, assistência na saúde.

R: É como estarmos a falar do Coliseu e do Olympia. São países muito diferentes... França é uma potência, não é?

(Débora, 50 anos, Porto, emigrante em Paris, França)

Já Dora que, como refere, possui “muita experiência” junto do sistema de saúde francês – dado que sofre de uma doença crónica – fornece a seguinte descrição quando comparando a qualidade (em termos de serviços e da medicina de uma forma geral) dos sistemas de saúde do país de origem e destino. Nas suas palavras:

A qualidade da medicina é um bocadinho superior que Portugal [...] São melhores [serviços de saúde], são mais atentos às pessoas normalmente. [...] Infelizmente tenho muita experiência porque tenho uma doença crónica, sou doente de lúpus.

(Dora, Lisboa, 42 anos, emigrante em Paris, França)

Interessantemente, no decorrer da entrevista, quando questionado acerca da qualidade de vida, tendo como termos comparativos França e Portugal, Baltazar – regressado já ao seu país de origem – indo além das mais usuais referências no que toca à questão referida (tais como o clima, laços de amizade), enumera alguns dos setores da proteção social, entre os quais destaca a qualidade ao nível da saúde.

Como refere o entrevistado:

P: E como é que compara a vida, em França e em Portugal?

R: Não tem nada a ver uma coisa com a outra. O nível de vida em França é totalmente diferente, e tudo para o melhor. A parte da saúde, da educação... e por aí fora, não é um país como o que nós temos.

(Baltazar, 67 anos, Guarda, regressado, Saint-Tropez, França)

Destacado o cariz singular no que diz respeito à qualidade do setor da saúde francês, e a forma como este é representado pelos entrevistados que rumaram ou regressaram do destino referido, importa, na secção que se segue, analisar as claras diferenças dentro dos entrevistados que se encontram no Reino Unido (ou que regressaram deste país), salientando o inquestionável “peso” das práticas translocais no que se refere às questões adstritas ao acesso à saúde.

7.5.2 O acesso à saúde “entre-lugares”

As diferenças descritas na secção anterior – mostrando a singularidade do setor da saúde francês – espelham-se nas distintas estratégias e trajetórias desenvolvidas pelos entrevistados que migram ou regressam de França e aqueles cujas experiências referidas passam pelo Reino Unido. Um traço diferenciador encontra-se sobretudo nas práticas transnacionais desenvolvidas, estando estas notadamente mais aliadas aos migrantes que rumam ou regressam do Reino Unido, isto é, o país de origem possui um papel importante nas suas estratégias.

Importa aqui olhar para o conceito adstrito às práticas transnacionais de uma forma mais profunda. Para tal, o contributo de Ruben Gielis através de “A global sense of migrant places: towards a place perspective in the study of migrant transnationalism” torna-se crucial. O autor, apoiando-se fortemente nas teorias desenvolvidas por Doreen Massey e Arjun Appadurai (pensamentos geográfico e antropológico, respetivamente) – especificamente no que diz respeito ao chamado “placial turn”¹⁶⁰ –, demonstra a fulcral importância do lugar no quadro das práticas transnacionais desenvolvidas pelos migrantes. Gielis, através de um olhar que extravasa uma noção binária fornece uma perspetiva fundamental para a análise do local. Quebrando a dicotomia entre global e local, o autor sublinha a presença da primeira escala na segunda, isto é, analisando o local não como fechado e circunscrito mas, ao invés, como palco de interações sociais globais. Trazendo o conceito de “transmigrante”, o autor propõe uma análise não fechada ou dicotómica.

Defende Gielis que não podemos olhar para os lares dos migrantes como fechados, apenas ligados à vida familiar, ou ao estudo das cidades onde esses desenvolvem as suas experiências como baseados unicamente na vida urbana.

Aliando a sua visão ao conceito de Appadurai respeitante à “translocalidade”, argumenta Gielis que os locais onde os “transmigrantes” se estabelecem são na verdade sítios de contacto com indivíduos que se encontram em outros locais. Assim, o conceito de “translocalidade” diz respeito à capacidade que o migrante possui de experienciar relações que se encontram no local, em termos corpóreos, mas também noutros locais. Falamos assim em relações transnacionais que se desenvolvem em lugares particulares. Exemplos práticos ajudam a compreender as noções acima descritas. Nesse sentido, Gielis, apoiando-se nos estudos de

160 No campo da Geografia Humana, Massey (1994), relativamente ao “placial turn”, aponta para a necessidade de um sentimento global do local; Já Appadurai, no campo da Antropologia, sublinha a importância de uma visão translocal relativamente ao lugar (Gielis, 2009:273).

Doreen Massey em torno de Kilburn (distrito londrino) e, mais tarde acerca da cidade de Londres, assim como no contributo de Michael Peter Smith acerca da noção de transnacionalismo urbano, fornece exemplos importantes.

Através do trabalho desenvolvido por Massey, exemplifica Gielis como processos sociais que vão para lá do local se desenvolvem em determinados lugares, de aspetos aparentemente simples como os jornais irlandeses à roupa indiana nas montras dos negócios locais. Já através do trabalho trazido por Smith, demonstra Gielis como práticas sociais de cariz translocal e transnacional se consubstanciam em determinados lugares. Analisando o lar de um casal holandês (Johanna e Dennis) na Alemanha, o autor fornece exemplos em que essa consubstanciação é evidente. O casal assiste diariamente à transmissão televisiva do noticiário holandês, contrastando com a assistência de frequência semanal dos noticiários do país de destino. A separação do vidro, visando a sua reciclagem, é realizada de acordo com as normas alemãs (vidro castanho, branco e verde). Recebem visitas da avó da sua filha, assim como dos seus amigos alemães. A filha fala alemão no infantário, mas em casa a língua escolhida é o holandês. Em suma, esta casa é mais do que a habitação do casal e da sua filha, mas sim um lugar de interação em que diferentes locais e países se cruzam (2009:273-279). Voltando à análise dos testemunhos fornecidos no âmbito do trabalho que aqui se desenvolve, e em particular no que diz respeito aos indivíduos que migram para o Reino Unido, ou que daí regressam, a translocalidade explorada por Gielis (2009) encontra-se presente em algumas das práticas desenvolvidas.

Começando pelos testemunhos adstritos ao campo da saúde, importa destacar alguns exemplos interessantes. Mário, quando abordado acerca das práticas transnacionais ao nível da saúde salienta alguns aspetos que importa trazer à discussão.

À semelhança de outros entrevistados que se encontram no Reino Unido, ou já regressados do destino mencionado, refere a importância de uma clínica¹⁶¹ (ou rede de clínicas), em Londres, propriedade de um migrante português, denominada nas várias narrativas como “clínica do Dr. Monteiro” ou “de um médico português”. No caso específico deste entrevistado, apesar de deter uma opinião positiva no que diz respeito ao sistema de saúde britânico, e não obstante a gratuitidade do mesmo, os sentimentos de confiança e proximidade relativamente à clínica em questão moldam as suas estratégias. Como explica o entrevistado:

161 A Monteiro Clinic detém particular importância para os portugueses que residem em Londres. Tendo sido criada por um migrante português, a clínica tornou-se central não apenas para a população mencionada assim como para os brasileiros e migrantes de outros países da América do Sul que ali residem. Ver: <https://www.monteiroclinic.co.uk/pt/a-nossa-historia/>.

R: Eu sei que há muita gente que vem cá [Portugal] ao dentista e que vem aqui fazer tratamentos e isso tudo, estás a ver? Preferem mais o sistema hospitalar daqui, mas também lá [Reino Unido] há médicos portugueses. Uma das clínicas portuguesas, se não a única, não sei se é a única, mas uma das melhores é a clínica do Dr. Monteiro, que é um espetáculo. Tem doutores qualificados, top.

P: E há muita gente portuguesa a ir lá?

R: Demais, demais. [...] Mais da Madeira, muito pessoal da Madeira... estás a ver? Mas há muito português, muito português.

P: E tu costumavas ir a essa clínica do Dr. Monteiro?

R: Sim, confio muito nele.

(Mário, 37 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Teresa mostra também a importância dos cuidados de saúde com as crianças no que se refere às práticas desenvolvidas, não apenas pelas questões referentes à qualidade percebida mas também devido a elementos culturais. Após algumas experiências negativas ao aceder aos hospitais britânicos com o seu filho, a entrevistada sente não apenas que o sistema de saúde britânico não cumpre a sua função na resolução dos problemas de saúde do filho assim como um notório distanciamento por parte dos profissionais, sentindo-se como um “papel”.

Para a entrevistada, apesar do valor despendido na consulta e exames médicos, é na clínica mencionada que encontra uma maior proximidade no que diz respeito ao atendimento, recorrendo à mesma em situações limite. Recorde-se aqui que Teresa revela algumas barreiras linguísticas num outro testemunho (ver página 281), sendo facilmente constatável a importância do fator linguístico nesta estratégia. Nas suas palavras:

Então, é muito aleatório, eu sinto que as pessoas, pelo menos o meu G.P. [General Practitioner] e muitos doutores que aqui há também, é do género, eu sou um papel ali, que ele vai-me dar uma resposta ao meu problema porque a seguir, nem que eu vá de ali a uma semana não é ele quem me vai ver. Por isso é sempre a despachar. Já me passaram não sei quantos antibióticos para o meu filho, e ele só tem dois anos, e uma das vezes chegaram-me a dizer, “eu não sei o que é que ele tem, mas olhe, está aqui, tome este antibiótico que é capaz de ser isto”. [...] O que eu tenho feito é, quando eu estou mesmo assim à rasca, o que eu faço é ir a um doutor, a uma clínica portuguesa, que é a clínica Monteiro. Paga-se cinquenta euros, depende depois dos exames e isso, e pronto, tens os mesmos doutores e consegues, olha, “doutor, posso falar consigo ao telefone? É só uma coisa breve”. Eles fazem esse serviço, mas o serviço daqui [Reino Unido], pá, não.

(Teresa, 30 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Amélia desenvolve estratégias translocais no que se refere aos cuidados de saúde com o seu filho, de forma muito semelhante às desenvolvidas por Teresa, assim como outros entrevistados.

Residindo em Londres com o seu Marido e filho de dois anos de idade, quando questionada acerca da forma como compara os sistemas de saúde britânico e português sublinha as práticas desenvolvidas entre lugares. A entrevistada começa por frisar que os seus cuidados de saúde, assim como do seu Marido, têm lugar em Portugal, o que se deve, por um lado, a uma ligação emocional por parte da entrevistada com a médica a quem recorre – nas suas palavras “prefiro ir à minha médica que sempre fui” –, assim como à existência de um seguro familiar que abrange a Mãe da entrevistada e o seu Marido.

Embora as estratégias desenvolvidas por si e pelo cônjuge não se devam a uma visão negativa baseadas em experiências diretas com o sistema de saúde britânico, já no que diz respeito ao filho do casal, em larga medida, as perceções de um sistema ineficaz moldam as práticas referentes aos cuidados de saúde. Relata a entrevistada que ponderou mesmo “apanhar o avião para ir para Portugal para ir ver o que ele [Filho] tinha”, o que demonstra a importância fulcral das questões relacionadas como campo da saúde, assim como a questão adstrita à identificação com o país de origem detém um importante papel (questão que será retomada na análise da próxima narrativa).

Após alguns episódios que mereceram idas ao centro de saúde local, a entrevistada opta – tendo sido informada por outras “Mães portuguesas”, como refere, através das redes sociais – por procurar assistência médica para o filho na clínica – como descreve – “de um médico português”. Como explica a entrevistada:

Comigo, felizmente, tenho tido saúde e o meu marido também, e quando vamos ao médico vamos a Portugal. Mas com o Pequenito eu tive vários episódios, não é? [...] Por vezes fui com ele ao... fui com ele ao centro de saúde e o tratamento foi péssimo. Foi péssimo ao ponto de eu estar desesperada e de pensar em apanhar o avião para ir para Portugal para ver o que é que ele tinha. A criança cheia de dores com duas otites gigantes e a médica foi incapaz de dizer o que é que ele tinha e dizer que ele não tinha nada. E a criança com pus nos ouvidos e a membrana toda aberta... [...] Com menos de um ano e meio. Felizmente existem redes sociais e no facebook fiz lá uma pergunta num grupo de Mães portuguesas aqui no Reino Unido, neste caso Londres, que já tinham tido experiências infelizmente idênticas, e que me falaram numa clínica de um médico português, no bairro português de Stockwell, e eu fui lá e realmente fui muito bem atendida por uma médica portuguesa, lá está, em que me deu... que me tratou muito bem, e já lá fui duas vezes exatamente porque no centro de saúde não trataram dele [Filho].

(Amélia, 40 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Um outro elemento que não pode ser descorado nesta discussão, especificamente no que se refere às práticas transnacionais no campo da saúde, desenvolvidas pelos entrevistados mais jovens que migraram Reino Unido, ou já regressados, diz respeito à complementaridade no que diz respeito aos cuidados de saúde necessários.

Visando colmatar as lacunas que percecionam estar presentes no sistema de saúde britânico, é em Portugal que recorrem a determinados serviços providenciados pelo sistema de saúde deste país, notadamente ao nível de exames ginecológicos (principalmente durante a gravidez), tratamentos dentários e vacinação dos filhos.

Carla é um dos vários exemplos que desenvolvem as estratégias acimamencionadas. Como explica:

Por exemplo, dentista, agora já não, mas houve vezes que fiz em Portugal. [...] Antes de engravidar, ah, quando foi da gravidez agora, também fui à minha ginecologista, à minha obstetra, a minha ginecologista é obstetra, e portanto, quando estive em Portugal vi-a, e repeti uma ecografia em Portugal. [...] agora aqui com o [Filho], eles tiraram a vacina da hepatite B do plano de vacinação... e como tal eu fiz em Portugal. Quando fui a Portugal aproveitei e fiz lá. Portanto, às vezes jogo um bocado com isso.

(Carla, 30 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Retomando a questão referente à ponderação do regresso trazido por Amélia, e abrindo um parêntesis na discussão – extravasando contudo as questões relacionadas com as práticas transnacionais – importa trazer o caso de Sandra, que se apresenta como um dos mais dramáticos demonstrando bem a importância das questões relacionadas com a saúde nas estratégias e trajetórias desenvolvidas pelos migrantes.

A entrevistada, que migra em 2007 para o Reino Unido juntamente com o seu (então) Marido e o filho do casal, com quatro anos de idade, vive uma situação difícil que redefine o seu percurso pessoal e familiar. Após dois anos no país mencionado, a entrevistada assiste ao nascimento de gémeos, e pouco tempo depois é confrontada com uma questão que despoleta a sua decisão de regressar ao seu país de origem. Atenta ao desenvolvimento dos dois recém-nascidos, a entrevistada nota que um deles apresenta comportamentos diferentes do padrão de crescimento expectável.

Após essa descoberta, Sandra inicia um longo percurso procurando identificar o problema da sua filha junto do sistema de saúde britânico, o que não sucede. Sublinha a entrevistada, ao longo do seu testemunho, que as comuns dificuldades linguísticas adstritas aos percursos dos migrantes – notadamente na interação com determinados serviços públicos nos países de

destino – não fizeram parte da sua experiência, atribuindo as dificuldades sentidas ao funcionamento do sistema de saúde do Reino Unido. É então que a entrevistada decide regressar a Portugal tendo sido o motivo, nas suas palavras, “só e apenas a questão de saúde” da filha, sendo, no país de origem, onde encontra a assistência desejada.

Atualmente a entrevistada encontra-se divorciada tendo o Marido permanecido no Reino Unido. Mais ainda, a sua narrativa releva o papel do apoio familiar, notadamente na figura do seu Pai. Não só demonstra este testemunho a importância das questões relacionadas com a saúde nas estratégias e trajetórias dos migrantes, tal como os elementos de “acaso” e imprevisibilidade que influenciam as mesmas.

Eu comecei a notar que ela tinha alguns problemas, e lá [Reino Unido] o sistema é diferente do nosso [português], ou seja, nós cá, no hospital, temos logo contacto com os médicos, depois vamos ao centro de saúde, pronto, cá funciona assim. [...] Lá não funciona assim. Nós vamos para casa e são-nos feitas visitas pelas chamadas *midwives*. Eu achei que a [Filha] tinha algum problema e lembro-me de comentar com a... e atenção, que eu falo, modéstia à parte, até falo bem inglês e percebo perfeitamente [...] e lembro-me de dizer à *midwife* que há aqui qualquer coisa, a [Filha] não vira a cabeça, e eles diziam “ah, não, isso é impressão da Mãe”, e eu começava a dizer “mas olhe, o [Filho], que é o outro Gémeo já faz mais umas coisas”, “ah, não, isso é a Mãe que faz comparação”. Eu estou só a contar isto para chegarmos ao ponto de por que é que eu me vim embora. [...] E depois, tinha uma agravante, que não tinha a ajuda... eu cá se for preciso peço ajuda ao meu Pai ou isso para ir ao médico, e ele obviamente não me nega. Mas lá não é assim tão fácil porque não temos às vezes aquela asa da família. [...] Cheguei aqui ao hospital e foi das coisas, fui tão bem tratada, a gente critica tanto o nosso serviço nacional de saúde, e ele tem realmente alguns problemas, mas eu continuo a dizer, salvaram a minha filha. [...] A decisão de irmos embora foi só e apenas a questão de saúde da [Filha], que não funcionou.

(Sandra, 39 anos, Lisboa, regressada, Londres, Reino Unido)

É necessário, contudo, ter em mente que, concretamente no que se refere aos entrevistados que migraram para o Reino Unido, ou que de lá regressaram, as perceções, estratégias e trajetórias, tendo como foco os sistemas de saúde português e britânico, não são homogêneas, constituindo-se como complexas e não lineares.

Se, no que toca concretamente aos últimos cinco testemunhos (nomeadamente Mário, Teresa, Amélia, Carla e Sandra), as práticas “entre lugares” e, no limite, o regresso ao país de origem, demonstram a importância do país de origem – quer em termos locais, com o exemplo da clínica portuguesa em Londres, assim como as vindas a Portugal visando a assistência médica pretendida –, já no que diz respeito ao próximo testemunho encontramos o inverso. A ligação

ao sistema de saúde britânico, percecionado como melhor do que o existente no país de origem, é transversal nos testemunhos fornecidos pelos indivíduos que compõem o segmento daqueles que emigraram nas décadas de 1960 e 1970 para o Reino Unido e que lá se encontram (leia-se até ao momento da entrevista).

Já para os que regressaram do destino mencionado, não usufruindo de qualquer assistência por parte do sistema de saúde britânico, mantêm uma perceção referente ao sistema de saúde britânico como superior ao do país de origem, sendo sobretudo o apoio familiar a deter um papel crucial nas suas decisões (analisado adiante). Ana, que se encontra no Reino Unido há mais de quatro décadas, interage desde o início do seu percurso migratório com o sistema de saúde britânico, primeiramente devido a um problema de saúde vivido pela sua Mãe, assim como, mais tarde, devido às questões relacionadas com a diabetes que afetam o seu Marido.

A entrevistada sublinha os receios relacionados com a possibilidade de não encontrar um sistema de saúde em Portugal capaz de fornecer apoio eficaz na doença mencionada – assim como noutros aspetos – tão fortes como aquelas providenciadas no Reino Unido, o que, juntamente com as incertezas relativamente às pensões de reforma do casal, adiam o regresso ao país de origem, pese embora o facto de a família mais próxima se encontrar em Portugal (ver páginas 278 e 279). Nas suas palavras:

O sistema de saúde, é melhor do que aqui [Portugal]. É isso que a gente também tem medo, não é? Ele tem os diabetes, toma os comprimidos e a gente não paga nada, agora não sei se cortaram alguma coisa se não, mas a partir dos sessenta anos, e os homens era aos sessenta e cinco, não pagamos mais nada de óculos, nada de dentes, nada de medicamentos, nem de transporte. É por isso é que eu digo, custa deixar o que é melhor sistema do que o nosso.
(Ana, 73 anos, Mangualde, emigrante em Londres, Reino Unido)

Como é facilmente constatável, dentro dos entrevistados que migraram para, ou regressaram do Reino Unido, relativamente aos migrantes mais jovens as práticas “entre-lugares” moldam as estratégias referentes aos cuidados médicos e, para aqueles que compõem o segmento daqueles que migraram nas décadas de 1960-70, é no país de destino que encontram os cuidados mencionados de forma exclusiva.

No que se refere aos entrevistados que migram para França ou que daí regressaram as narrativas mostram outro padrão. Para estes últimos, sendo transversal em termos de fase de

vida, é para o sistema de saúde do país mencionado que se voltam quase exclusivamente¹⁶². As narrativas seguintes mostram justamente essa ligação ao país de destino no que toca ao campo da saúde, algo que, contudo, não sucede por apenas uma razão. Questões referentes à gratuidade em termos de assistência médica – ou baixos valores despendidos dada a cobertura quase completa entre o Estado e seguros de saúde privados – pesam sobremaneira no que diz respeito às estratégias desenvolvidas pelos migrantes que se encontram em França. Sérgio representa de forma clara essas estratégias. Após descrever a cobertura estatal e privada no que diz respeito ao acesso à medicação, quando questionado acerca da forma como compara o sistema de saúde francês com o português assim como sobre a realização de práticas transnacionais (no que diz respeito à saúde), o entrevistado fornece a seguinte resposta:

R: Não há comparação. Só o facto de ir à farmácia e não pagar nenhum medicamento. Só preciso de levar o meu cartão que tenho lá em casa, que é carta que eu recebo do meu seguro, que é do meu seguro de trabalho.

[...]

P: Costumas vir cá [Portugal] fazer alguma coisa em termos de saúde?

R: Não, não, não. Para quê? Para quê? Vai-me sair muito mais caro.

(Sérgio, 38 anos, Lisboa, emigrante em Lorraine, França)

Como referido, não é contudo um único fator a contribuir para a forte ligação mantida por parte dos migrantes que se encontram em França em relação ao sistema de saúde do país mencionado. Mais que apenas a gratuidade dos serviços dentro do setor referido, a qualidade dos mesmos são referidos como superiores, o que molda as estratégias e trajetórias desenvolvidas. A perceção respeitante à qualidade do sistema nacional de saúde francês é – como se pode constatar através dos próximos exemplos –, construída tendo como termo comparativo o sistema nacional de saúde do país de origem.

Há, contudo, que ter em mente as várias dimensões em que a comparação mencionada se desenvolve e como são formadas as perceções dos entrevistados. Note-se que as comparações entre os sistemas referidos são realizadas tendo como referência locais totalmente díspares (p. ex. grandes cidades em França comparadas com pequenas cidades em Portugal) ou entre os setores privado e estatal.

162 O único testemunho que contrasta com o padrão referido foi trazido por Bárbara que recorre ao sistema de saúde português dado que possui um seguro de saúde no seu país de origem – ver página 310.

Dulce demonstra como não são apenas as questões adstritas à gratuidade dos serviços de saúde em França a moldar as percepções dos entrevistados. Para a entrevistada, a qualidade dos dois sistemas de saúde (francês e português) encontram-se polarizados devido às diferenças notadamente ao nível do internamento, mencionando experiências com os seus familiares. Menciona ainda que, apesar dos altos níveis de impostos pagos em França, ao nível do acesso aos cuidados de saúde é, nas suas palavras, fornecido “em cima de um tabuleiro de prata”. Sublinha por último que, aquando das visitas a Portugal, face a um problema de saúde, França é o país escolhido visando o apoio médico necessário. Explica a entrevistada:

Nós vemos que em Portugal é uma grande miséria. Tenho um Irmão que faleceu cá [França], esteve num serviço de paliativos durante muito tempo e ele estava sozinho num quarto. [...] Quando a minha cunhada estava em Lisboa, no IPO¹⁶³, nós estivemos lá seis semanas a acompanhá-la. [...] E estivemos a acompanhá-la as últimas três semanas 24 sobre 24 horas [...] mas entretanto ela estava numa sala onde estavam seis camas, seis pessoas, e as pessoas morriam todos os dias. [...] Aquilo nem havia quartos, só cortinados. [...] Foi aí que eu vi, aqui em França, realmente pagamos muitos impostos, pagamos muitas coisas, mas a esse respeito da medicina, de hospitais, de medicina, temos tudo em cima de um tabuleiro de prata. [...] Paga-se muito mas temos tudo. [...] Afetou-me muito ver essa... essa diferença muito grande.

[...]

A gente avançamos daqui e temos sempre o cartão da Comunidade Europeia, que nos cobre toda a União Europeia, vá, e levamos sempre aquele cartão connosco porque se há uma coisa qualquer vimos embora, vimos embora.

(Dulce, 56 anos, Ponte de Lima, emigrante em Lyon, França)

Já Rogério salienta vários aspetos que não podem ser descorados no que diz respeito à análise da estrita ligação entre os migrantes portugueses em França dentro do conjunto de entrevistados e o sistema de saúde francês.

Num momento da entrevista em que se passa às questões diretamente relacionadas com o campo da saúde, o entrevistado frisa imediatamente que esse é “o problema de Portugal”.

As experiências dos seus Pais – que migraram para França e retornam a Portugal – com o sistema de saúde português, envoltas em sérias dificuldades no que diz respeito ao acesso aos cuidados médicos necessários, culminando no falecimento de ambos, moldam fortemente as suas percepções.

163 Instituto Português de Oncologia.

É notória ainda a questão já mencionada referente à representação do *nacional* através do *local* que se encontra presente também nos testemunhos dizem respeito ao setor da saúde.

Rogério olha para o sistema nacional de saúde português baseando-se em experiências ao nível do seu local de origem (Vilar Formoso, Guarda), assim como nas comparações entre os setores privado e estatal. Mais ainda, as experiências do passado encontram-se como que “cristalizadas” nas representações do presente, algo que extravasa as narrativas fornecidas pelos entrevistados que migram ou regressam de França (explicado adiante – ver página 324).

É importante verificar como, dada a sua perceção negativa no que se refere ao sistema nacional de saúde do seu país de origem, que contrasta com a forma como perceciona o sistema referido em França, desenvolve as suas estratégias, à semelhança de outros entrevistados. Como refere, pretende manter “sempre um pé na França”, planeando possuir residência no país referido, não obstante o regresso ao seu país de origem que projeta para breve. É ainda importante realçar que estas estratégias se ligam fortemente às já referidas (ver página 249) “*tactics of belonging*” – ou “táticas de pertença” (Lulle, Morosanu e King, 2017:4) – na medida em que se procura assegurar a pertença a França, resistindo assim à precariedade percecionada relativamente ao sistema de saúde do país de origem.

Por último, importa sublinhar as práticas transnacionais ao nível da saúde desenvolvidas com o Pai do entrevistado que passa seis meses em casa deste último, acedendo ao sistema de saúde francês. O entrevistado fornece assim a seguinte narrativa:

P: Passando agora à parte da saúde...

R: É o problema de Portugal.[...] Eu digo isso porque... digo-lhe uma coisa [...] Eu estive lá [Portugal] com a minha Mãe. [...] eu estive lá para as vindimas. [...] Estive lá com ela para passar por uma consulta ao... [...] cardiologia, do coração. [...] E ela levou umas análises de sangue e isso tudo e o doutor disse que aquilo não eram umas boas e que ela tinha que fazer outras. [...] “Ah, não tem direito”, “então não tenho direito porquê? Então mas desculpe lá...”. Três meses depois a minha Mãe morreu.

[...]

P: Acha, de uma forma geral, que os portugueses que emigraram para França têm uma má imagem do sistema de saúde de Portugal?

R: Sim, sim. E o meu Pai, que também sofria do coração, e tinha problemas de sangue, ele quando estava aqui [França], estava aqui seis meses na minha casa, todos os quinze dias fazia uma análise de sangue, em Portugal não podiam fazer. [...] Também se foi embora, também foi a mesma coisa, foi-se embora com setenta e três anos. [...] Tenho a certeza de que se estivesse aqui era capaz de estar vivo ainda hoje. [...] Espero ir para Portugal daqui a três anos se Deus quiser, mas sempre com um pé cá na França, deixo cá alguma coisa.

(Rogério, 57 anos, Vilar Formoso, emigrante em Lyon, França)

Tomando o caso de Rogério, é importante sublinhar dois pontos que trazem novos elementos para a discussão. Note-se, como refere o entrevistado, que, na sua opinião, a maioria dos portugueses em França detêm uma visão negativa no que diz respeito ao setor da saúde português, em clara comparação com o mesmo setor em França. Ora, a mencionada visão negativa em relação ao setor de saúde do país de origem destes entrevistados prende-se também com uma notória perceção que é moldada através das recordações adstritas ao passado em Portugal, notadamente durante as décadas de 1960-70, em que o país vivia uma gritante precariedade especificamente na área da proteção social referida.

Como é possível verificar na secção seguinte, este não é um fenómeno estritamente ligado aos entrevistados que rumaram ou regressaram do destino mencionado, estando estas perceções ligadas também aos indivíduos que se encontram no Reino Unido ou que daí regressaram. Explora-se seguidamente as questões acima trazidas.

7.5.3 Visões “cristalizadas” em relação ao setor da saúde português

Explorando agora a questão respeitante à visão “cristalizada” do passado no que se refere ao setor da saúde em Portugal, uma importante explicação deve ser trazida para a discussão. Importa sublinhar que, para os entrevistados que migram nas décadas de 1960-70, tanto para França como para o Reino Unido (tendo permanecido ou já regressado dos destinos mencionados), há dois elementos fundamentais que moldam as perceções invariavelmente ligadas à precariedade no que diz respeito ao setor mencionado.

Um primeiro elemento prende-se com a questão temporal. Note-se que o serviço nacional de saúde português surge em 1979. Indo ao encontro da descrição trazida por António Dornelas (2013:45), o país assiste a um percurso “desfavorável” no que diz respeito às políticas sociais, sendo que o setor da saúde não é exceção.

Mais ainda, especificamente no contexto europeu, tal como sublinha Eduardo Rodrigues, Portugal situa-se numa posição desprivilegiada, no que toca à proteção social, face aos países “mais avançados”, algo que se reflete até à atualidade (2010:202).

O segundo elemento diz respeito à escala local. Dado que, a maioria dos entrevistados que migram no período acima mencionado saem de pequenas localidades rurais em Portugal, as suas experiências relativamente ao acesso aos cuidados de saúde estão envoltas em assinalável precariedade. Mais ainda, os contactos que vão estabelecendo com o país de

origem ao longo dos anos, é mantido com familiares que se encontram nas aldeias e pequenas localidades portuguesas, formando-se assim um quadro de representações particularmente negativo no que diz respeito ao setor em questão. Os dois excertos seguintes espelham os elementos explicados.

Primeiramente, o testemunho de Ana, que deixa Portugal na década de 1970 migrando para Londres. Quando questionada acerca da forma como compara os sistemas de saúde britânico e português, o seu discurso volta-se imediatamente para a vivência de um período marcado pela falta de apoio ao nível da saúde, assim como pelo peso da ruralidade.

Já para Andreia, detendo parcas informações “oficiais” acerca do sistema nacional de saúde português, desenvolve uma visão que se baseia nas dificuldades no que se refere ao acesso a um médico de família através dos relatos fornecidos por familiares, especificamente pelas Irmãs da entrevistada. Nas palavras das entrevistadas:

Nem tínhamos médico de família, nas aldeias ninguém tinha médico de família, hoje já têm, não é? [...] Não havia nada disso. Nem médico de família, não é? Médico de família? Nem nada. Não havia médicos. Na vila... não havia nada...

(Ana, 73 anos, Montalegre, emigrante em Londres, Reino Unido)

Por aquilo que eu ouço acho que é difícil arranjar médico cá [Portugal], por aquilo que as minhas Irmãs me dizem.

(Andreia, 68 anos, Ferreira do Zêzere, regressada, Londres, Reino Unido)

Como já mencionado, para os entrevistados que regressaram do Reino Unido, não tendo já qualquer ligação ao sistema nacional de saúde britânico, persiste a opinião relativamente ao mesmo como melhor do que o português.

Não obstante, e apesar dessas perceções, o apoio familiar (analisado de forma mais detalhada na próxima secção) ganha primazia aquando da decisão de regressar ao país de origem, sendo crucial a proximidade relativamente aos familiares, para aqueles que não padecem de qualquer doença, (diferindo notadamente da situação relatada por Ana – ver página 320). Note-se que, a existência de redes familiares sólidas é pouco frequente no Reino Unido – ao invés de França – o que detém um nevrálgico impacto na decisão mencionada.

Voltando à entrevistada que fornece a narrativa anterior, apesar de considerar que teria uma melhor assistência médica no Reino Unido, a proximidade familiar detém um papel crucial na construção da sua decisão de regresso. Como relata a entrevistada:

P: E, sobre a sua decisão de regressar a Portugal. Porquê?

R: Porque já não sou nova, e a minha família está toda aqui. Se eu algum dia precisar de alguma coisa espero ter mais assistência aqui [Portugal] do que lá [Reino Unido], em respeito à minha família, porque lá se calhar estava melhor em termos de assistência médica do que aqui, mas lá não tinha ninguém. Quando somos novos tudo vai bem, não há problemas.

[...]

P: Isso era uma coisa que a preocupava, a questão da saúde?

R: Sim, sim, sim. É uma das coisas que me preocupa em vir para cá [Portugal], porque lá [Reino Unido] apesar de já não ser como era antigamente, mas sempre é melhor que aqui...

(Andreia, 68 anos, Ferreira do Zêzere, regressada, Londres, Reino Unido)

Destacando a decisão de regresso ao país de origem trazida por Andreia, e como esta se prende com razões que se ligam ao avançar da idade, às inseguranças em relação ao setor da saúde em Portugal, sendo que é na família que a entrevistada encontra o apoio desejado, importa na próxima secção explorar o papel da família em providenciar o apoio necessário. Mais ainda, é seguidamente colocado o enfoque na forma como os laços de entreajuda no seio da família moldam as estratégias e trajetórias destes indivíduos.

7.6 A importância do apoio familiar nas estratégias e trajetórias desenvolvidas

Apoiado pela ideia desenvolvida através da narrativa anterior, e voltando aos testemunhos fornecidos pelos entrevistados que migraram para França, Eugénia traz um aspeto muito interessante que conduz a discussão para outro ponto fundamental nas estratégias e trajetórias dos indivíduos em questão, nomeadamente no que diz respeito ao regresso ao país de origem. Não obstante as já referidas qualidades que moldam o sistema de saúde francês, a narrativa representa a importância do apoio familiar.

Novamente, a imprevisibilidade dos eventos está também aqui presente. Planeando deixar França, onde se encontra desde 1971, Eugénia adquire um papel fundamental em termos de apoio familiar face à grave doença com que a sua Nora é confrontada. Apesar da cobertura total no que diz respeito às despesas referentes aos cuidados médicos, há uma lacuna a colmatar face ao necessário acompanhamento não apenas da sua Nora mas principalmente dos seus dois netos. Face a esse cenário, a entrevistada adia o seu regresso ao país de origem.

Nas suas palavras:

Lá [França] nós temos uma coisa boa, quando uma pessoa está doente, com uma doença muitíssimo grave, fazem um dossiê social que se chama A.L.D., *affection de longue durée*, que é,

por exemplo os cancros, é a segurança social que paga tudo, é muito, muito bom. [...] Infelizmente tenho uma Nora que tem cancro e não paga absolutamente nada no que respeita a essa doença.

[Em relação ao regresso ao país de origem]

Não penso porque não posso. [...] Agora podia viver bem em minha casa [em Portugal], viver na minha vivenda, com a minha reforma, vir para cá sem problemas, mas como tenho os miúdos, não é? Os meus Netos... se não houvesse problema nenhum de saúde nem nada disso... a minha Nora precisa de muito apoio, e não posso deixá-los... se acontece alguma coisa à minha Nora... não sei para onde vou eu... eles [Netos] são muito pequenos ainda. [...] Eu andava sempre atrás deles [Filho, Nora e Netos], mesmo de férias eles andavam sempre connosco.

(Eugénia, 68 anos, Lisboa, emigrante, Paris, França)

As mesmas questões detêm particular importância para Guilherme, que permanece em França de 1968 a 2013. Neste caso, as estratégias e trajetórias desenvolvem-se no sentido oposto daquele apresentado pela última entrevistada (leia-se, rumo ao país de origem).

Fugindo ao padrão de proximidade entre as diferentes gerações no seio familiar que pauta a presença portuguesa em França, o entrevistado, face ao regresso da sua filha a Portugal, onde constitui família, vê o seu regresso (juntamente com a conjugue) como a decisão mais lógica dado que, na sua opinião, não faria sentido para o casal permanecer. O ímpeto sublinhado pelo entrevistado reside justamente no apoio necessário com a educação dos seus dois netos. Como relata o entrevistado:

Por causa dos netos. Só temos esta Filha, não temos mais ninguém, íamos ficar ali os dois a olhar um para o outro todo o dia... e como os miúdos [Netos] precisavam... [...] Olhe, agora vou buscá-los à escola, vão lanchar... lá para as 17h30m, 18h menos 20 minutos vou levar o outro ao judo.

(Guilherme, 70 anos, Guarda, regressado, Paris, França)

Tal como nos fazem notar os exemplos anteriores, o apoio familiar é fundamental em muitas das estratégias desenvolvidas pelos entrevistados. Mais ainda, os testemunhos mencionados ilustram a importância do papel dos Avós no apoio familiar, especificamente no que toca aos cuidados necessários com os Netos.

Notadamente no que diz respeito aos cuidados com crianças, e explorando as práticas transnacionais no que se refere à proteção social informal, é importante trazer alguns testemunhos que demonstram justamente o papel do apoio familiar. Mais uma vez, uma dissemelhança fundamental está presente entre os entrevistados que se encontram em França e aqueles que permanecem no Reino Unido.

Se, como vimos no que toca aos entrevistados que se encontram no primeiro destino – notadamente através de Anastácia, Dulce e Rogério –, os cuidados com crianças (e especificamente no que diz respeito ao apoio familiar) são prestados por aqueles que se encontram próximos (leia-se, no país de destino), já em relação aos entrevistados que se encontram no Reino Unido a realidade é distinta. A existência de redes de proximidade em França, contrastando com a frequente parca existência das mesmas no Reino Unido cria a necessidade de estratégias que se desenvolvem, no que toca ao último destino, de forma transnacional, assistidas pela combinação de diferentes recursos (formais e informais).

Os dois casos seguintes ilustram de forma sólida as estratégias referidas indo ao encontro dos conceitos de “bricolagem” – trazido por Phillimore e colegas (2016;2018) – e “Proteção Social Transnacional” – Levitt et al. (2016) e Faist (2016). Em relação ao primeiro conceito, é notório sobretudo na narrativa de Teresa a combinação de diferentes recursos, formais e informais no que toca à educação do seu filho. Vemos assim que o conceito trazido por Phillimore e colegas (2016;2018) extravasa as questões adstritas ao campo da saúde, sendo empregadas em outros campos da proteção social, especificamente aqui, no que diz respeito aos cuidados com crianças.

Tomando o exemplo de Teresa, a entrevistada não apenas utiliza os meios formais – concretamente a creche –, mas também o apoio providenciado pela família de uma forma transnacional. Nesse seguimento, é constatável o importante papel do apoio familiar no que se prende com o campo referido. Sublinha no seu testemunho o apoio prestado pelas Avós do seu filho no que diz respeito aos cuidados com o mesmo.

Situação idêntica – ao encontro de outros testemunhos – encontra-se patente no relato fornecido por Carla, planeando, para breve, que os cuidados com o seu filho se desenvolvam dentro dos moldes explicados, mencionado ainda que prevê a ida do filho durante os seus períodos de férias escolares para Portugal onde contará com o apoio da Avó materna. Estas estratégias vão assim ao encontro do conceito de “Proteção Social Transnacional” trazido por Levitt et al. (2016) e Faist (2016).

Importa, por último – como se pode compreender através dos relatos seguintes – destacar que o facto de os Avós das crianças se encontrarem em situação de reforma é fundamental para o desenvolvimento destas práticas transnacionais. Como explicam as entrevistadas:

Ela [Sogra] vem sempre. A minha Mãe também vem, já veio também bastantes vezes, e fica mais tempo, ao contrário da Mãe do [Companheiro] que só fica normalmente fins-de-semana porque ela trabalha, a minha Mãe como não trabalha faz o contrário, imagina, apanha uma viagem baratinha e

fica mais tempo. [...] Pronto, para aí vinte dias ou assim, fica. [...] Mas sim, temos suporte familiar não é que nos sentimos aqui... ah, estamos aqui esquecidos. [...] Ela [Mãe] fica aqui, dorme aqui connosco e pronto, fica com ele [Filho da entrevistada], sim [...] leva-o à creche.

(Teresa, 30 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Os meus sogros ainda trabalham em Portugal, a minha Mãe não trabalha, vem mais vezes [...] Talvez venha um bocadinho tomar conta dele antes de ele entrar para a escola, se houver ali um *gap* entre eu começar a trabalhar e ele ir para a escola, é capaz de vir cobrir, por assim dizer, essas semanas. [...] Vem mais vezes, antes não tinha tanto interesse em vir a Londres. [...] A minha Mãe tem alguma flexibilidade em cobrir... ou seja, algumas semanas ou, eu imagino que por exemplo daqui a uns anos, no verão ou nas férias escolares, que ele vá para Portugal ou que a minha Mãe venha cá ajudar a tomar conta... ajudar a cobrir esses períodos.

(Carla, 30 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Partindo precisamente da condição de reformado, retratada nos últimos testemunhos trazidos, na medida em que se revela fundamental para as práticas transnacionais referentes ao apoio familiar – em particular no que se refere aos cuidados com crianças – importa explorar as perceções e estratégias no que toca ao papel das pensões de reforma para os entrevistados, nomeadamente no que diz respeito às perceções e experiências em relação a essas, e como diferentes arranjos são desenvolvidos.

7.7 Pensões de reforma: Perceções, experiências e diferentes arranjos

Como foi possível observar – especificamente através de Ana, Guilherme e Rosa – algumas questões particulares afloram no que se refere à portabilidade assim como a outros fatores inesperados. Outros exemplos poderiam integrar esta discussão, contudo creio que os entrevistados mencionados ilustram a complexidade das questões que aqui se desenvolvem. Para Ana, migrante no Reino Unido, o desconhecimento e incerteza conduzem a trajetórias “entre-lugares” dados os receios referentes a eventuais reduções ao nível dos valores recebidos no âmbito da sua pensão de reforma; Guilherme revela o facto de não esperar, aquando da decisão de voltar ao país de origem, a obrigatoriedade de pagamento ao Estado português sendo a sua pensão fruto do trabalho desenvolvido em França; Já Rosa é surpreendida pelo facto de a sua entidade patronal não ter pago as contribuições da entrevistada para a segurança social francesa (como seria expectável) durante um período considerável, o que se traduz numa redução no tempo de trabalho calculado para a sua reforma.

Uma nota é aqui fundamental. Como explicam Dwyer e Papadimitriou, especificamente no contexto adstrito à mobilidade intra-europeia, alguns pontos fundamentais devem ser tidos em consideração dada a crescente complexidade no que diz respeito às trajetórias desenvolvidas pelos migrantes e a sua interação com as pensões de reforma.

Lembram os autores que, contrariamente à suposta existência de uma política social europeia, a autonomia dos estados-membro prevalece o que adensa os obstáculos e a não linearidade no que se refere ao acesso e à construção de pensões de reforma. Mais ainda, sublinham a importância das distintas trajetórias desenvolvidas pelos migrantes – no contexto referido –, desde aqueles que migram enquanto jovens e “envelhecem no lugar” ¹⁶⁴, e aqueles que decidem viver os seus períodos de reforma noutros destinos após terminarem os seus percursos profissionais formais. Assim, como fazem notar os autores, a análise referente às pensões de reforma disponíveis no contexto intra-europeu deve deter obrigatoriamente em atenção o percurso migratório dos indivíduos. O momento e o motivo por detrás do movimento de um indivíduo, o seu país de origem e de destino, assim como o período de residência num dado local são, como defendem os autores, alguns dos vários fatores a considerar (2006:1304-5).

Dentro dos entrevistados que constituem o foco de análise no trabalho que aqui se apresenta é possível encontrar diversas situações que demonstram justamente a complexidade que constitui a interação entre os migrantes e as pensões de reforma, quer no que diz respeito ao acesso às mesmas, assim como no que concerne à sua construção.

Voltando ao exemplo de Guilherme, apesar da sua surpresa no que se refere aos pagamentos ao Estado português, não obstante a sua pensão de reforma provir do Estado francês, já no que diz respeito ao acesso à mesma, especificamente à sua portabilidade, o seu testemunho revela um quadro linear. Quando questionado acerca da existência de algum obstáculo em termos de acesso à sua pensão, o entrevistado resume o processo:

Eu deixei o meu número de conta do banco e vem toda para cá, normal, normal. De vez em quando mandam-me um papel para ver se eu ainda estou vivo, que é para assinar.

(Guilherme, 70 anos, Guarda, regressado, Paris, França)

Dentro dos entrevistados que atingiram já o seu período de reforma, usufruindo já das pensões referidas, uma clara diferença é identificável entre aqueles que viveram experiências

164 A expressão utilizada pelos autores é “aged in place” (Dwyer e Papadimitriou, 2006:1305).

migratórias em França e no Reino Unido. Para aqueles que migraram para o último destino mencionado, as questões relacionadas com o “Brexit” trazem algumas inquietações no que diz respeito ao acesso às pensões no futuro próximo.

Andreia é um desses exemplos. Não obstante as referidas preocupações em relação a eventuais dificuldades consequentes do processo político em curso, a entrevistada revela a não existência de dificuldades no que se refere ao acesso à sua pensão de reforma após o regresso ao país de origem. Mais ainda, é notória a escassa importância atribuída à pensão de reforma adstrita aos anos de trabalho em Portugal (antes de migrar para o Reino Unido) dado o curto período em questão, sendo ainda assinalável o desconhecimento referente ao acesso à mesma. Já a saída do Reino Unido da União Europeia desperta algumas reticências. Como explica a entrevistada:

Descontei aqui [Portugal], oito anos que estive aqui, mas ainda não fui saber de nada, se tenho direito ou não tenho, ainda não sei nada disso, lá [Reino Unido] é que eu trabalhei, lá é que descontei.

[...]

P: E foi fácil transferir a reforma para cá?

R: Sim, foi fácil, não houve problema. Telefonei, mandaram-me uns papéis para eu preencher, mandei, mudei a morada, foi fácil. Agora espero é que com esta coisa de sair da Europa... acho que não vai haver problemas, espero eu.

(Andreia, 68 anos, Ferreira do Zêzere, regressada, Londres, Reino Unido)

Apesar da linearidade no que se refere ao acesso às pensões de reforma, assim como à sua portabilidade para aqueles que atingiram o seu período de reforma, há outras questões a ter em consideração. Não obstante a aparente simplicidade no que se refere ao tempo de trabalho e contribuições realizadas nos países de destino tendo como base os valores auferidos, existem outros fatores que não podem ser descorados. Como foi possível identificar no testemunho trazido por Rosa (ver página 280), por vezes os processos referentes às contribuições realizadas encontram-se longe de qualquer linearidade, como no caso de Alexandre.

No caso deste entrevistado, tendo trabalhado na indústria da restauração em França, o pagamento de contribuições ao longo do desenvolvimento da sua atividade profissional revela-se volátil. Não auferindo um rendimento fixo, as suas prestações sociais variam ao longo dos anos de trabalho. Mais ainda, os rendimentos declarados pela entidade patronal nem sempre se baseavam nos valores reais, o que tem impacto na pensão de reforma atual do

entrevistado. Refere ainda que, decorrendo da sua atividade na indústria mencionada, os valores recebidos provêm também das gorjetas de clientes, o que não constitui elemento de contabilização para efeitos de prestações sociais.

Sublinha ainda os baixos valores atingidos no que se refere à sua pensão de reforma, notadamente aquela que provém do Estado português. Acompanhando a sua esposa – que havia já acedido a uma pensão por invalidez – no regresso a Portugal, Alexandre não havia ainda cumprido o tempo necessário de atividade profissional e decorrentes contribuições sociais, o que conduz a uma redução considerável no que se refere à pensão de reforma proveniente do Estado francês. Nas palavras do entrevistado:

Eu não tinha o tempo todo [no que se refere a contribuições]. [...] Não sei se é cinquenta por cento que eu tenho, já nem me lembro bem. [...] Se a gente vivesse com a reforma daqui [Portugal]... a minha parece que é de duzentos e sessenta e qualquer coisa [euros] daqui, se eu vivesse só com isso... [...] Como eu trabalhava à percentagem, o patrão muitas vezes não declarava tudo [...] quando eles não declaravam, eu pagava menos e eles também pagavam menos. E, por exemplo, como eu tirava muito de gorjetas, isso não era nada declarado, por isso é que a minha reformazinha é magrinha, mas é assim, é a que tenho.

(Alexandre, 77 anos, Odemira, regressado, Paris, França)

Alargando a análise dos testemunhos recolhidos para aqueles que constituem os segmentos mais jovens – quando comparados com os entrevistados anteriores –, dois elementos constituem indubitavelmente denominadores comuns tanto para aqueles que migraram para França como para o Reino Unido: desconhecimento e incerteza. No entanto, no que diz respeito às estratégias desenvolvidas no que se refere às pensões de reformas, os entrevistados cujas experiências migratórias têm lugar no Reino Unido revelam-se envoltas numa maior complexidade, como nos mostra Dora.

Para a entrevistada, o acesso e construção da sua pensão de reforma são percecionados como algo ainda longínquo em termos temporais, o que se reflete numa falta de informação em relação às questões supramencionadas, embora reconhecendo a sua importância. Como explica:

Não sei, ainda não procurei saber. Devíamos-nos lembrar disso. [...] Sabes que quando estamos longe da reforma não se pensa nisso [...] A idade começa a passar e temos que começar a pensar nisso.

(Dora, Lisboa, 42 anos, emigrante em Paris, França)

Revelando a mencionada maior complexidade – comparando com as estratégias desenvolvidas pelos entrevistados que migram para França –, Rita ilustra de forma interessante a construção de pensões de reforma de uma forma que é comum a outros entrevistados que se encontram no Reino Unido, ou que daí regressaram, dentro do conjunto de entrevistados mais jovens. Fazendo parte do procedimento no seio de diferentes entidades empregadoras, alguns dos entrevistados encontram-se associados às chamadas “workplace pensions”. Apesar desse envolvimento com empresas que providenciam determinados planos de reforma, o desconhecimento em relação ao seu funcionamento assim como as incertezas no que diz respeito ao futuro são evidentes.

A entrevistada revela encontrar-se ao abrigo de um plano recomendado pela entidade patronal, revelando contudo a falta de informação em relação ao mesmo. Mais ainda, o seu testemunho evidencia apreensão quanto à possível necessidade de portabilidade da pensão de reforma, reconhecendo – à semelhança da entrevistada anterior – a importância destas questões. Como explica a entrevistada:

A minha entidade empregadora é que me obriga a decidir. [...] Nós é que decidimos o sistema de pensão que queremos ter, o sistema de reforma. Eu tenho que fazer essa investigação, ainda não fiz. Por defeito fico associada à Widows of Scotland [Scottish Widows¹⁶⁵], mas depois posso escolher... não sei como é que funciona, mas digo uma coisa, tenho mesmo que ir procurar essa informação porque eu posso querer emigrar outra vez para outro país e não sei o que é que vai acontecer à minha reforma, não faço a mínima ideia.

(Rita, 35 anos, Lisboa, emigrante em Nottingham, Reino Unido)

Mais uma vez, o contributo de Phillimore e colegas (2016; 2018) revela-se fundamental. À semelhança de outros setores (como a saúde ou os cuidados com crianças), novamente a construção de diferentes arranjos ou pacotes no que diz respeito à proteção social encontram-se presentes no que toca às pensões de reforma.

Amélia, que tal como a entrevistada anterior se encontra ao abrigo de uma “workplace pension”, revela apreensão no que diz respeito ao papel da pensão de reforma na sua vida como fonte de subsistência. Assim, refere que pretende construir a sua pensão de reforma – juntamente com o seu Marido (que aderiu já a um Plano Poupança Reforma) – entre os campos formal e informal, especificamente, no que se refere ao último, através de

165 Sedeada em Edimburgo, a empresa Scottish Widows fornece seguros de vida e planos de pensões de reforma, sendo uma das entidades mais populares dentro do setor privado em todo o Reino Unido. Ver <https://www.scottishwidows.co.uk/>.

investimentos no ramo imobiliário e outras estratégias que extravasam o campo mais convencional. Mais ainda, o desconhecimento no que toca à possibilidade de transferibilidade da pensão de reforma é evidente. Nas palavras da entrevistada:

P: Olha, e sobre o sistema de pensões de reforma o que é que sabes? Aí no Reino Unido e em Portugal...

R: Então, aqui mudou há relativamente pouco tempo, passou a ser obrigatório fazer uma *workplace pension* e... um *pension kit* [...] depois as empresas têm o seu próprio sistema. Eu tenho... eu tenho um *pension scheme* da minha empresa [...] tu decides dentro de certos valores quanto é que queres pôr... deduzir. [...] E quando te reformas tiras o teu *pension pot*.

P: E tu pensas nessa altura da tua vida...?

R: Confesso que não muito e não estou a contar... não é não penso, é não conto com o *pension pot* como a minha única fonte de rendimento, portanto, estamos a pensar noutras formas como um investimento pessoal ou imobiliário ou o que for, complementar a esse valor. Por exemplo, eu não tenho mas o [Companheiro] tem um PPR [Plano Poupança Reforma], e tencionamos investir algum dinheiro à parte em fundos de investimento ou assim.

P: E tu sabes alguma coisa em relação à possibilidade de se transferir a reforma?

R: Não sei, não conheço os detalhes. Não está na minha *worry list* para já.

(Amélia, 40 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Deolinda aflora também as estratégias informais adstritas à construção da pensão de reforma. A entrevistada que, à semelhança de Amélia se encontra no Reino Unido, os custos respeitantes à educação dos seus dois filhos – que frequentam o ensino superior –, conduzem à impossibilidade de construção de qualquer plano poupança reforma quer no país de origem como de destino. Consequentemente, é no património imobiliário que a entrevistada encontra uma alternativa às pensões de reforma mais habituais. Como explica:

P: Tem planos para quando for mais velha em termos de reforma?

R: Aqui [Portugal] não.

P: E lá [Reino Unido], tem algum plano de poupança ou alguma coisa desse género?

R: Planos não, não.

P: Algum dinheiro que ponha de parte a pensar na reforma?

R: Eu tenho quatro casas que estão alugadas. É. Eu tenho quatro casas que estão alugadas, por isso, isso é tipo um *income* que eu tenho tipo reforma. De momento não há dinheiro para pôr de parte. Vai tudo para a educação dos meus filhos. Sabes quanto é que eu pago? Bastante. Quase trinta mil por ano pelos dois. Trinta mil.

(Deolinda, 51 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Já Aníbal ilustra aspetos a sublinhar no que diz respeito à construção das pensões de reforma assim como as mesmas são percecionadas para aqueles que desenvolvem funções no meio académico. O entrevistado descreve o cenário em seu redor, particularmente entre os seus colegas de trabalho. A descrença no sistema de pensões de reforma britânico conduz, de acordo com o entrevistado, à não aplicação dos valores que provêm da entidade empregadora em determinados planos de reforma, mas sim no investimento no património imobiliário, algo considerado como via – nas palavras do entrevistado – “mais segura do que a reforma”. Não obstante o cenário descrito, Aníbal – não fornecendo uma explicação sólida, indo ao encontro de uma visão pouco profunda acerca destas questões – opta pela realização dos seus descontos para um plano de reforma. Fornece assim a seguinte narrativa:

Em relação àquilo que eu estou a receber, os gajos dão-me a oportunidade de não descontar, não é? Isso dá tipo umas sessenta libras a mais por mês em cada um destes contratos, não é? Se eu não descontar. Se eu descontar a universidade [entidade patronal] põe mais um quanto, não sei quanto é que é, para o pote. [...] O que eu vejo à minha volta é as pessoas todas a não fazerem isso, a não quererem descontar, as pessoas que estão na mesma situação em que eu estou. [...] Estão a não descontar e a apostar mais em tipo, comprar uma casa. Aqui comprar uma casa as pessoas sentem que é uma coisa mais segura do que a reforma, da maneira como as coisas estão. [...] Eu desconto por acaso. [...] Pá, não sei porquê, mas estou a descontar.

(Aníbal, 45 anos, Porto, emigrante em Londres, Reino Unido)

João, que desenvolve também a sua atividade no meio académico durante vários anos no seu país de origem, assim como no Reino Unido (especificamente em Londres e Belfast, onde reside à data da entrevista), opta pela estratégia descrita no caso anterior – não realizando descontos para um plano de reforma –, dada a necessidade de, como relata, ter o dinheiro do seu lado.

Revela ainda uma completa incerteza em relação ao futuro, sentindo que terá que desenvolver uma atividade de forma a garantir a sua subsistência. Nas suas palavras:

Eu acho que nunca cheguei a fazer grandes descontos em Portugal, porque grande parte do trabalho que eu fiz foi financiado por bolsas, houve trabalhos que fiz a recibos verdes que nem sequer me preocupei em saber o que é que tenho direito. [...] Os descontos para a reforma aqui [Reino Unido] não são compulsivos, então na altura eu precisei do dinheiro mais do meu lado do que estar a fazer descontos, então tenho adiado. Começar a fazer descontos é uma coisa que me preocupa. Basicamente eu acho que estou condenado a trabalhar até morrer. [...] Eles têm um *pension scheme* do Estado, não é? E enquanto eu trabalhei em escolas tive que pedir para optar por

não fazer esses descontos, porque como já disse, precisava do dinheiro do meu lado em vez de estar a descontar, e comecei a adiar, e... a situação em que eu estou neste momento é que não sei muito bem o que é que me vai acontecer para a reforma.

(João, 42 anos, Alcochete, emigrante em Belfast, Reino Unido)

A perceção assente na inviabilidade no que se refere aos sistemas de pensões de reforma formais encontra-se também presente em muitos dos discursos entre os entrevistados mais jovens, extravasando um Estado em particular.

Para Sandra – regressada do Reino Unido –, a possibilidade de acesso a uma pensão de reforma apresenta-se como algo improvável dadas as dificuldades que assolam os sistemas de segurança social de uma forma geral, focando-se nos exemplos que melhor conhece (leia-se britânico e português). Mais uma vez, a entrevistada sublinha também a impossibilidade de poupança a uma periodicidade mensal visando a construção de um plano de reforma, mencionando que os valores por si auferidos “têm que ser para viver”. Reforçando a perspetiva possuída pelos entrevistados mais jovens, Sandra explica que as ideias adstritas ao acesso e construção de uma pensão de reforma se apresentam ainda longínquas em termos temporais. Como relata a entrevistada:

Eu tenho uma ideia que é geral, que é, eu neste momento estou a trabalhar para pagar os que já estão na reforma. Não estou muito ciente que irei ter alguma reforma, ou pelo menos alguma reforma sustentável. Não, não acredito. Mas neste momento também não consigo fazer nenhum PPR [Plano Poupança Reforma] ou nenhum, porque os valores que recebo têm que ser para viver. [...] Este sistema de segurança social não é viável. [...] Eu também tenho trinta e nove anos, acho que ainda tenho um longo tempo para trabalhar. [...] Acho que não vale a pena estar a pensar num problema do qual eu não tenho solução. Eu neste momento não consigo tirar trezentos, quatrocentos euros à parte para pôr no PPR, não me vale a pena estar a pensar “ah, daqui a cinquenta anos...”. É pá, logo se vê, um dia de cada vez.

(Sandra, 39 anos, Lisboa, regressada, Londres, Reino Unido)

Obviamente, ao invés dos últimos testemunhos – especificamente fornecidos pelos mais jovens –, para aqueles que já atingiram ou que se encontram próximos da idade correspondente ao usufruto da pensão de reforma, a intenção de regresso encontra-se frequentemente presente. Contudo, como foi possível constatar, representado na narrativa trazida por Eugénia – que presta apoio dada a grave doença que a Nora enfrenta (ver páginas 326 e 327) –, alcançar a idade de reforma, tendo condições viáveis ao nível financeiro, não

implica o regresso ao país de origem como seria expectável, o que conduz justamente ao sublinhar da complexidade de razões para voltar ao país de origem.

7.8 Regressar ao país de origem: complexidades em torno do processo de decisão

É facilmente observável através das diversas narrativas analisadas como fatores imprevistos se tornam um impedimento para um regresso desejado ao país de origem. Tal como na construção das diversas motivações para migrar para um novo destino, também o regresso é permeável a uma miríade de questões que não podem ser descoradas. A colisão entre as aspirações e a realidade encontrada, a importância do apoio familiar, quer na prestação ou na procura do mesmo, relacionamentos amorosos e circunstâncias envoltas no “acaso” e não-linearidade conduzem a regressos muitas vezes impulsivos ou pouco ponderados à semelhança das motivações para uma experiência fora do país de origem.

Importa aqui identificar o papel da proteção social para o regresso a Portugal. A ideia de regresso encontra-se longe de qualquer abordagem linear.

Sobretudo para os entrevistados mais jovens, a ideia de regresso apresenta-se envolta em fluidez, como um ponto de interrogação constante, coexistindo usualmente uma vontade de experienciar novos destinos.

Tal como já mencionado, a facilidade no que se refere à mobilidade no contexto intra-europeu detém uma importância crucial para as trajetórias desenvolvidas (Ryan e Sales, 2013:12), sendo o regresso ao país de origem facilitado pelo quadro mencionado. Mais ainda, o papel das emoções é central nas idealizações adstritas ao regresso, mesmo para os entrevistados mais jovens.

Como explica Diogo, inicialmente movido por um sentimento cosmopolita que o conduz a Paris, apesar das suas aspirações, as emoções ganham um papel preponderante para a questionação relativamente à trajetória a desenvolver. Nas suas palavras:

Quem sabe mais tarde voltar para Portugal, porque as saudades já começam a apertar. [...] Na altura foi [ida para França] com a ideia de construir a minha vida, mas fui começando a ganhar a perceção que nós no fundo podemos ter muita coisa, podemos ter uma casa, podemos ter um carro, isso tudo [...] mas são bens materiais que podemos nos desfazer deles.

(Diogo, 26 anos, Lisboa, emigrante em Paris, França)

Voltando à ligação entre a pensão de reforma e o regresso ao país de origem, Rosa sublinha um aspeto fundamental. Não confinando a vontade de voltar a Portugal como exclusivamente

aliada ao acesso à pensão referida, quando questionada acerca dos seus planos para o futuro, a entrevistada frisa, como condição, a estabilidade dos filhos, sendo apenas assim possível seguir a trajetória planeada.

P: Pensa voltar para Portugal?

R: Se os meus filhos estiverem todos arrumados e se tiver a reforma, sim.

(Rosa, 50 anos, Mirandela, emigrante em Saint-Tropez, França)

O peso das questões familiares encontra-se presente tanto nas narrativas fornecidas por aqueles que migram para França como para o Reino Unido.

À semelhança da entrevistada anterior, também para Deolinda, a existência de filhos revela-se fundamental para a construção dos planos referentes ao período de reforma, sendo, desta feita, a intenção da entrevistada permanecer no Reino Unido. Quando questionada sobre a sua vontade no que diz respeito aos seus planos para o período de reforma, especificamente o regresso a Portugal, explica a entrevistada:

Não faz sentido, não é? [...] Sim, fico lá, tenho lá os meus Filhos a estudar.

(Deolinda, 51 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

Importa aqui identificar o papel da proteção social, quer no âmbito formal como informal, para o regresso a Portugal. Alguns casos ilustram de forma evidente essa realidade. Como já desenvolvido (ver página 318 e 319), a situação mais evidente em que a proteção social, nos dois âmbitos referidos, se encontra vincadamente presente diz respeito ao regresso ao país de origem diz respeito à trajetória desenvolvida por Sandra, que volta a Portugal face ao problema de saúde da sua Filha, onde, por um lado, pode contar com o apoio familiar (âmbito informal), assim como no sistema de saúde português (âmbito formal) onde encontra a assistência necessária.

Também para Eugénia (ver página 326 e 327), como referido, as questões de saúde, de forma indireta, revelam-se cruciais para o adiamento do regresso a Portugal. A qualidade e gratuidade dos tratamentos médicos providenciados pelo sistema de saúde francês, e o apoio familiar prestado pela entrevistada, mostram novamente a importância da proteção social – nos âmbitos formal e informal, respetivamente –, no desenvolvimento das trajetórias dos indivíduos aqui em análise, especificamente no que toca ao regresso ao país de origem.

Para Ana e o seu marido (ver página 320), o regresso a Portugal é adiado devido, por um lado, a confiança no sistema de saúde britânico (dados os problemas de saúde do cônjuge), assim como pelos receios relativamente a eventuais reduções ao nível dos valores referentes às pensões de reforma do casal, desenvolvendo assim uma trajetória “entre-lugares”.

Já no que diz respeito aos entrevistados que migram para França, Rogério (ver página 323) pretende viver os seus anos de reforma de forma transnacional, estando mais uma vez as questões adstritas à proteção social, notadamente ao setor da saúde, como centrais para este indivíduo. Dada a sua falta de confiança no sistema de saúde português, pretende manter a sua residência em França de forma a manter os seus direitos sociais no país em questão.

Aliando-se justamente aos direitos mencionados, um último ponto deve aqui ser sublinhado: a saída do Reino Unido da União Europeia, ou “Brexit”. Não passando pelos objetivos do trabalho que aqui se desenvolve aprofundar o tema referido, é todavia incontornável abordá-lo dado o seu impacto nas vidas dos entrevistados que migraram para o Reino Unido. Sendo ainda prematuro avaliar as consequências desta saída, a incerteza trazida para a construção das estratégias e trajetórias dos indivíduos referidos é já evidente. Adensando a não linearidade dos percursos desenvolvidos, os impactos identificáveis por ora encontram-se resumidos na narrativa seguinte. Quando questionada acerca dos seus planos para o futuro, Carla sublinha a importância do “Brexit” para os mesmos, representando o fenómeno como um óbice no que se refere à definição do rumo a tomar. Nas suas palavras:

Isto há o antes e depois de Cristo e o antes e depois do Brexit, não é? Olha... não sabemos. Basicamente ninguém sabe. Neste momento afeta a incerteza, que é o não saberem... as pessoas deixarem de tomar decisões... com base no não saberem. Pensas cá em comprar casa e não compras, e deixas de comprar, ninguém sabe. [...] Deixas de comprar casa, deixas de mudar de emprego, portanto, queres esperar um bocadinho para ver o que é que acontece,
(Carla, 30 anos, Lisboa, emigrante em Londres, Reino Unido)

7.9 Síntese conclusiva

Através das várias secções que compõem este capítulo, foi possível verificar a complexidade no que se refere às estratégias e trajetórias – tendo como referência a proteção social – postas em prática pelos indivíduos entrevistados no âmbito deste trabalho. Importantes questões como sentimentos de orgulho no que se refere ao acesso a dados direitos sociais, assim como os estigmas adstritos ao recebimento dos mesmos demonstram de forma veemente um cariz

longe de simplista no que concerne àquilo que aparentemente se apresentaria como uma interação linear.

Mais ainda, os diversos labirintos burocráticos na procura de acesso à proteção social necessária – ou no que se refere à transferibilidade de direitos sociais –, as desarticulações entre instituições no contexto intra-europeu, assim como o poder exercido pelos representantes das mencionadas instituições ilustram os sinuosos caminhos a serem percorridos pelos migrantes.

Procurou-se ainda, ao longo deste capítulo, salientar os contrastantes papéis de setores como o da educação, servindo inicialmente como motivação e como fator de preocupação no que se refere às percepções no que se refere aos filhos dos entrevistados (especificamente no caso daquele que se encontram ou regressaram do Reino Unido), assim como as claras diferenças – no seio deste setor – entre as realidades britânica e francesa.

Destacou-se ainda o inquestionável “peso” do setor da saúde, indubitavelmente central nas estratégias e trajetórias desenvolvidas por estes indivíduos, as práticas entre os âmbitos formal e informal, assim como “entre-lugares” e a importância da escala local, procurando-se aqui retratar as complexas realidades vividas no que diz respeito às interações com a proteção social encarada de forma holística.

Assim, após analisadas as estratégias e trajetórias desenvolvidas pelos indivíduos que compõem o conjunto de entrevistados no âmbito deste trabalho, com o desiderato de sublinhar sobretudo a complexidade das mesmas, são apresentadas no capítulo seguinte as conclusões gerais percorrendo as várias temáticas desenvolvidas ao longo desta investigação, salientando os principais resultados alcançados.

CAPÍTULO 8

CONCLUSÕES

8. CONCLUSÕES

A importância das questões desenvolvidas ao longo deste trabalho é inquestionável num cenário, especificamente no que diz respeito à realidade intra-europeia, em que as migrações e proteção social se encontram fortemente presentes no discurso político, nas preocupações sociais e desafios económicos. A “imagem” do migrante como um “peso” para a sustentabilidade dos diferentes Estados-Providência não só ecoou pelos diferentes meios de comunicação social mas também pela academia, notadamente na chamada teoria dos “ímanes de benefícios sociais” (“welfare magnet”), assim como no impacto negativo das migrações para os países de destino. Esta visão tradicional, que pautou a análise destas questões, ignorou a complexidade referente à decisão de migrar, assentando numa base miópica em que a possibilidade de aceder ao apoio Estatal (proteção social formal) ganha primazia.

Ora, como este trabalho procurou demonstrar, é necessário olhar para a construção das aspirações, perceções e motivações por parte dos migrantes como algo que não se baseia meramente em cálculos “custo-benefício” ou “push-pull”. É crucial incluir o papel das emoções, apoio familiar ou relacionamentos amorosos que à data do processo de decisão de migrar se encontram presentes nas vidas dos indivíduos, das fases da vida, assim como de situações não planeadas, não lineares ou aliadas a um elemento de “acaso” que vão ao encontro dos percursos dos migrantes (entre uma miríade de razões). O próprio desejo de imobilidade expressado num dado momento por um indivíduo (leia-se não migrar) não pode ser olhado como uma categoria estática, mas sim como um processo dinâmico, eventualmente mutável consoante os eventos vividos pelos indivíduos. Nenhuma categoria, ou dicotomia, deve ser detida como estática dado que frequentemente, as intenções iniciais do migrante e o resultado espelhado nas suas trajetórias se revelam totalmente dissemelhantes.

Mais ainda, a própria noção de Estado-Providência, no quadro teórico acima descrito, é olhada de forma linear e simplista, ignorando a vertente informal da proteção social em detrimento do foco nos seus elementos formais. Como este trabalho visou sublinhar, é necessário olhar as questões referentes à proteção social lembrando os diferentes elementos que extravasam a vertente formal e pública, contemplando não apenas a importância do setor privado assim como os vários actores inseridos na vertente informal (família, redes de amizade, etc.). Como sublinhado, é importante conhecer a génese e evolução do conceito de Estado-Providência de forma a compreender, entre vários aspetos, a subjetividade de elementos como “bem-estar” assim como a construção de

estratégias informais que acompanham a evolução do conceito referido, como resposta à frequente incapacidade de asseguramento de assistência necessária por parte do Estado. Importa ainda ter em mente, percorrendo a evolução do conceito de Estado-Providência, como as questões que se espelham ainda hoje na estigmatização face àqueles que recorrem ao apoio Estatal numa base de polarização entre merecimento e não merecimento, com particular impacto para os migrantes, têm bases históricas e culturais. Com esta investigação procurou-se assim, ao analisar a génese e evolução dos principais aspetos referentes ao conceito de Estado-Providência, sublinhar a importância de questões que se prendem com os elementos históricos e culturais que marcam o presente funcionamento da proteção social nos países estudados – França, Portugal e Reino Unido.

Indo para além das mais tradicionais categorizações (nomeadamente aquelas trazidas por Esping-Andersen (1990), e concretamente em relação aos três países mencionados, procurou-se, dentro dos principais aspetos, destacar a importância de um desenvolvimento tardio no que se refere à proteção social em Portugal, um “percurso desfavorável” (Dornelas, 2013) que em grande medida conduz àquilo que Sousa Santos (1995) denomina como “sociedade providência”, consubstanciando-se nas complexas práticas informais desenvolvidas pelos indivíduos como resposta à frequente ineficácia das políticas sociais.

No caso francês, a importância de noções como a solidariedade e o mutualismo (com raízes históricas), a centralidade do Estado (notadamente em sobreposição a instituições ligadas à Igreja) no que diz respeito ao fornecimento de proteção social, assim como a importância do poder reivindicativo por parte da população e a qualidade dos serviços (sobretudo relativamente a outras realidades europeias) são pontos a considerar em qualquer análise referente ao Estado-Providência em questão.

Já no caso britânico, o “peso” de uma cultura aliada à noção de “means testing” que remonta a algumas das leis basilares respeitantes à proteção social muito importam ainda no presente. Note-se que, apesar da caracterização do Estado-Providência britânico como “beveridgiano”, as assimetrias entre coletivismo Estatal e individualismo Estatal, assim como de “social service state” e “welfare state” demonstram vincadamente as diferenças entre teoria e prática, não esquecendo a importância de fatores como as mudanças ao nível da administração do país e períodos de austeridade. Visou-se ainda salientar a importância da escala local na forma como olhamos para a proteção social, indo além de uma visão ancorada ao nível nacional, frisando-se as assimetrias dentro de *um* mesmo território. Para além disso, a crescente importância do setor privado, que atravessa diferentes Estados-Providência, é um fator que deve ser incluído em qualquer análise a estas questões,

mostrando como a interação entre os indivíduos e a proteção social cada vez mais extravasa o setor estatal e as práticas formais.

Voltando à supramencionada visão tradicional em torno da interação entre migrações e proteção social, o ponto fundamental ignorado – que esta investigação procurou explorar – encontra-se no obviar de diferentes e incontornáveis aspetos referentes a essa interação. É necessário lembrar – como as análises mais recentes têm vindo a reforçar – que os migrantes, frequentemente, não possuem informação plena (ou muitas vezes a necessária) no que diz respeito aos seus direitos sociais no país de destino, pese embora (no que diz respeito aos migrantes intra-europeus) a existência de vários canais que promovem essa informação. Como esta investigação procurou sublinhar, essa informação é quase que invariavelmente difusa e de cariz pouco acessível no que se prende ao pleno entendimento da mesma. Mais ainda, se em teoria determinadas normas e regulamentos visam estabelecer um quadro de harmonia relativamente ao acesso à proteção social no contexto intra-europeu, na prática as dificuldades moldam uma realidade envolta em desafios e obstáculos no que se refere ao acesso mencionado. Situações de dificuldade por parte daqueles que representam as instituições ligadas ao acesso à proteção social, a informação difundida que muitas vezes não corresponde àquilo que se encontra presente nos documentos legais, situações de discriminação e a já referida falta de harmonia, ao nível intra-europeu no que diz respeito à proteção social, conduzem os migrantes à necessidade de construção de estratégias que se desenvolvem “entre-lugares” e entre os âmbitos formal e informal, não se baseando unicamente no papel dos Estados-Providência nos países de origem, assim como a situações em que os migrantes, “fugindo” às frequentes representações aliadas à dependência de benefícios sociais, se “excluem” do apoio formal. Concretamente no que concerne às aspirações, perceções e motivações dos entrevistados, como se procurou demonstrar através desta investigação, não se pode colocar como base para a decisão de migrar dos indivíduos meros fatores de atracção e repulsão unicamente aliadas a elementos económicos. Como sublinhado, se fossem essas as únicas questões a despoletar as migrações, os números respeitantes às mesmas seriam seguramente superiores (Arango, 2000). Por outro lado, olhar para as migrações de forma tão simplista implicaria reduzir o migrante a um mero elemento passivo entre fatores de atracção e repulsão (Cairns, 2009), ignorando-se a complexidade por detrás de decisão de migrar (Ponce, 2018:3). Estas decisões, de migrar e não migrar, vão sendo “negociadas” ao longo do tempo, não são elementos estanques ou impermeáveis. As questões emocionais, identitárias, aliadas à fase da vida do indivíduo, assim como às suas oscilações (transições

yo-yo – Machado Pais, 2000), a projeção de determinados objetivos para o próprio migrante ou para um membro da sua família, assim como elementos aliados ao “acaso” ou imprevisibilidade entre tantas outras razões constituem um largo leque que demonstra a complexidade em volta dos processos migratórios. Neste já complexo fenómeno referente á construção de aspirações, perceções e motivações no quadro das migrações procurou-se compreender qual o papel da proteção social (nos seus âmbitos formal e informal) para os migrantes portugueses, rumo a França e Reino Unido, em dois períodos distintos: Décadas de 1960-70 e migrações recentes.

No que diz respeito ao primeiro período, foi possível verificar como, apesar de estarmos perante dois destinos díspares (França como principal destino e o Reino Unido como destino marginal), a precariedade então vivida, sobretudo nos meios rurais (mas não apenas), aliada ao “cinzentismo” político que pauta o intervalo temporal mencionado se apresentam como motivações comuns. Não são contudo estes os únicos elementos motivadores por detrás destes fluxos. Os testemunhos trazidos pelos entrevistados demonstram claramente como diversas razões estão por detrás destas migrações, desde relacionamentos amorosos, laços familiares (etc.), numa conjugação entre elementos estruturais e outros, mais complexos, de cariz individual. Nas palavras de Rocha-Trindade, que sumariza este fenómeno, “as causas de partida são múltiplas e complexas” (2015:47), sendo erróneo colocar o foco *numa* causa ou contexto.

As perceções referentes a novos lugares são também cruciais para o processo de decisão de migrar, sobrepondo-se frequentemente à reunião de condições para a manutenção de uma trajetória no país de origem.

Foi ainda possível identificar situações em que o pioneirismo no que se refere à decisão de migrar para um novo destino se encontra no papel das mulheres (dentro do seio familiar) num contexto cultural em que tal não seria expectável ou provável.

Uma diferença crucial entre as vivências daqueles que migram para França e Reino Unido (no período em questão) prende-se sobretudo com as dificuldades sentidas nos percursos até ao país de destino, sendo que, para aqueles que migram para o primeiro destino, num processo em que a fronteira (entre Portugal e Espanha) se transpõe a “salto” se revela uma árdua realidade, contrastando com os percursos mais “favoráveis” para aqueles que migram para o Reino Unido. Contudo, os dois grupos têm como denominador comum o forte papel da ajuda providenciada pelas redes de família e amizade durante o processo assim como à chegada.

Foi observável ainda a importância de elementos como a distância (entre origem e

destino), o local de origem dos entrevistados (rural e urbano) assim como a possibilidade de regresso na decisão de migrar. Relativamente ao primeiro elemento, foi constatável como, na presença de boas oportunidades em outros destinos mais longínquos, a maior proximidade ao país de origem “pesou” na decisão de enveredar pela via da emigração. No que se refere ao segundo elemento, identificou-se ainda a clara diferenciação entre aqueles que desenvolvem as suas raízes, vivências culturais e educativas nos meios rurais (maioria dos entrevistados que migram no período em questão), face a uma origem urbana, sendo as dificuldades sentidas pelo primeiro grupo francamente notórias e superiores.

Transversal à origem dos entrevistados, assim como aos destinos escolhidos, encontra-se a possibilidade de regresso nos seus horizontes. As decisões são frequentemente aliadas a uma ideia de “experimentação”, estando a possibilidade (e vontade) de regresso, a curto ou médio prazo, presente nos discursos analisados. Contudo, as aspirações colidem frequentemente com os percursos desenvolvidos pelos indivíduos.

Concretamente no que diz respeito ao papel da proteção social na construção de aspirações, perceções e motivações dos entrevistados, claramente, o seu “peso”, em termos formais, revelou-se praticamente nulo. Três grandes razões explicam essa ausência: Em primeiro lugar, a idade dos indivíduos no momento da decisão de migrar (jovens, pouco “permeáveis” a estas questões); Em segundo lugar, a desinformação no que se refere à proteção social formal, muito devido a fatores como o pouco nível de instrução ao nível da educação; Por último, a quase inexistente proteção social formal existente em Portugal, o que se traduz pela ausência de uma consciencialização no que se refere aos direitos sociais.

Já no que se refere aos fluxos mais recentes, para França e Reino Unido, através dos testemunhos dos entrevistados foi possível constatar que, apesar das claras diferenças ao nível da realidade vivida quando comparada com o grupo anteriormente abordado, há elementos que mantêm o seu impacto, numa base de diversificação e continuidade. Novamente, fatores estruturais referentes às dificuldades económicas sentidas em Portugal “pesam” na decisão de migrar. Note-se, todavia, que essa precariedade é sentida antes da “crise” de 2008, notadamente entre 2001 e 2003, sendo que o marco referido tem efeitos globais afetando a escolha de destinos intra-europeus numa eventual decisão de migrar.

É sobretudo nos anos que imediatamente sucedem 2008 que a emigração portuguesa ascende a números que apenas encontram paralelo com aqueles observados em 1973.

Os testemunhos analisados, embora sublinhando a importância das dificuldades sentidas

ao nível económico aquando da decisão de migrar refletem, para além disso, uma complexidade e diversidade no que se refere às aspirações, perceções e motivações.

A existência de redes familiares e de amizade, o papel do domínio, por parte dos indivíduos, da língua falada no país de destino, a fase da vida em que estes se encontram no momento em que decidem migrar, ou a existência de filhos são alguns dos vários fatores a moldar as aspirações, perceções e motivações dos entrevistados.

Retomando os pontos em comum com a emigração portuguesa que decorre nas décadas de 1960-70, e nomeadamente olhando para França enquanto destino, foi interessante observar o ainda relevante papel do setor da construção civil para o fenómeno em questão, especificamente na existência de oportunidades laborais no universo masculino, o que não implica todavia passividade por parte do universo feminino que acompanha este processo migratório. Há motivações que passam, relativamente a estas mulheres, pela projeção de um futuro melhor para os seus filhos (fruto das suas perceções) quer ao nível educativo como em termos de oportunidades de trabalho. Importa ainda sublinhar a persistência de realidades, no que se refere àqueles que desempenham a sua atividade laboral no setor mencionado, que pouco distam – no que diz respeito às adversidades sentidas no país de destino (leia-se França) –, daquelas vividas pelos migrantes portugueses nas décadas de 1960-70.

Importa sublinhar que, também para este grupo de entrevistados (fluxos mais recentes para França e Reino Unido), a possibilidade de regresso influencia o processo de decisão de migrar.

Foi ainda notória a importância do núcleo familiar, de fatores culturais, assim como das experiências desenvolvidas ao nível do percurso educativo na consolidação das aspirações, perceções e motivações de alguns dos entrevistados. Indo novamente para além das questões estruturais (acesso ao emprego ou fracas condições salariais como exemplos), os indivíduos são frequentemente movidos pela procura de elementos cosmopolitas existentes nos países de destino, ou maior “abertura” cultural e fatores percecionados como interessantes nas suas decisões de migrar. A influência de experiências em programas de educação que se desenvolveram fora do país de origem ou em escolas internacionais foram também elementos a sublinhar neste quadro. O papel da família é também assinalável enquanto elemento impulsionador para o processo migratório. Para além das razões elencadas, importa ainda destacar elementos aliados a um escasso planeamento e de “acaso” nas decisões de migrar, assim como o enveredar por experiências que por vezes se idealizam como curtas e que se revelam bastante mais

prolongadas do que o inicialmente pensado.

Um interessante fator, voltando às questões referentes à educação, e apesar da emigração para o Reino Unido se caracterizar como mais qualificada, importa referir que os valores mais baixos a despender no prosseguimento dos estudos em França também serviu como fator de atracção.

De uma forma geral, dentro da miríade de elementos a moldar as aspirações, percepções e motivações dos entrevistados, a protecção social, na sua vertente formal, revelou-se inexistente ou marginal. Apenas pontualmente o seu papel foi relevante, aliado a outros elementos como as redes familiares e de amizade ou o domínio da língua falada no país de destino. Relativamente aos dois casos mencionados, foram notórios os sentimentos de “insegurança social” em referência ao país de origem (primeira situação) assim como a (suposta) possibilidade de transferência do subsídio de desemprego proveniente de Portugal para o Reino Unido (segunda situação), o que colide com labirintos burocráticos. Ainda no quadro referente às aspirações, percepções e motivações, através dos testemunhos que compõem esta investigação, verificou-se a importância da procura de oportunidades ao nível laboral congruentes com as habilitações dos indivíduos, particularmente para os que migram para o Reino Unido. Por um lado, foram identificadas situações em que os migrantes aceitam desempenhar funções abaixo dos seus níveis de habilitações, percorrendo os passos que Parutis (2011) identifica como “qualquer emprego”, “emprego melhor” e “emprego de sonho”. Todavia, esta sequência idealizada pelos indivíduos colide frequentemente com as dificuldades encontradas no país de destino.

Dentro da procura de oportunidades que vão ao encontro dos elementos desejados pelos entrevistados – notadamente (e mais que meramente a procura de um emprego ou de melhores níveis salariais) progressão na carreira ou reconhecimento das suas funções –, o caso dos enfermeiros portugueses no Reino Unido revela-se crucial. Num misto de elementos estruturais (procura de enfermeiros por parte dos hospitais britânicos e existência de agências de recrutamento noutros países como Portugal), aliando-se a um descontentamento sentido por aqueles que desenvolvem a sua atividade laboral na área da enfermagem em Portugal, assim como, e mais uma vez, ao domínio da língua falada no país de destino, o gosto pelas “grandes cidades” ou elementos ligados ao “acaso” e imprevisibilidade.

Se, num primeiro olhar, face aos elementos estruturais mencionados, a escolha do Reino Unido como destino possa parecer linear, os testemunhos referentes ao grupo de trabalhadores em questão mostram diversos fatores a influenciar a decisão de migrar, tais

como o rumar ao destino referido após tentativas sem sucesso no sentido de migrar para outros destinos quer no contexto intra-europeu como fora do mesmo.

Mais ainda, as mudanças na fase da vida – notadamente no testemunho trazido pelo casal de enfermeiros entrevistado (ver páginas 257 e 258) –, em particular o nascimento dos filhos, mostra-se como elemento que reconceptualiza as decisões no quadro migratório.

Abordando agora os restantes entrevistados, note-se contudo que, as mudanças mencionadas podem não apenas ser imprevisíveis (veja-se o caso de “Teresa” – ver página 261), como oscilar (transições “yo-yo”), isto é, passando de uma fase que, de um ponto de vista linear se apresenta como mais “avançada” (início de um relacionamento e planeamento referente à constituição de família ou início de uma atividade laboral e saída de casa dos Pais como exemplos) para uma “anterior” (o que se espelha notadamente nas narrativas trazidas por “Valter” e “Pedro” – ver página 260).

Importa ainda frisar que, como foi constatável através da análise dos testemunhos que constituem este trabalho, a facilidade de circulação no contexto intra-europeu, aliada ao já referido domínio da língua falada nos países de destino assim como ao papel dos relacionamentos amorosos como elementos que moldam os processos de decisão de migrar e contribuem para um quadro de “migrações líquidas” (Engbersen, Snel e De Boom, 2010), pautado por padrões complexos e transitórios, notadamente no contexto europeu.

Por fim, no que se refere ao quadro das aspirações, perceções e motivações dos entrevistados que integram os fluxos mais recentes para França e Reino Unido, destacam-se os sentimentos de desidentificação com o país de origem, notadamente ao nível cultural, que se refletem nas suas estratégias futuras. Como já referido, o papel da proteção social, especificamente na sua vertente formal, revela-se, de uma forma geral, marginal ou inexistente no quadro mencionado, mesmo quando na presença da existência de filhos ou de questões relacionadas com a saúde (note-se o caso de Dora), tendo a desinformação um papel crucial em oposição a outros elementos tidos como mais relevantes no processo de decisão de migrar. Como bem representado no testemunho de Cátia, assiste-se também ao distanciamento referente ao aproveitamento dos benefícios sociais existentes no país de destino ou mesmo de origem (transferibilidade), estando a procura de trabalho – aliada a outros fatores – acima de qualquer procura de apoio Estatal.

É a proteção social, na sua vertente informal, a deter particular relevo nos processos de decisão de migrar, sobretudo através do apoio providenciado pelas redes familiares e de amizade.

Passando às principais conclusões referentes às estratégias e trajetórias desenvolvidas pelos entrevistados, contrariamente àquilo que se verificou no quadro das aspirações, percepções e motivações, a proteção social adquire um papel não só importante como muitas vezes determinante.

Um elemento transversal quer àqueles que migram para França e Reino Unido nas décadas de 1960-70, como aos indivíduos que migram para os destinos referidos mais recentemente, consiste ora na rejeição ou não procura de apoio Estatal ao nível da proteção social, quer por uma questão de orgulho como de distanciamento em relação aos estereótipos referentes ao acesso excessivo a benefícios sociais por parte dos migrantes.

Por detrás do afloramento de comportamentos aliados aos mencionados distanciamento e orgulho no que se refere à interação com a proteção social formal encontram-se sobretudo como elementos a influenciar os comportamentos referidos o discurso político e dos média.

Foi observável também a importância do papel dos representantes das instituições ligadas à proteção social, a falta de harmonia no que se refere à legislação intra-europeia no contexto referido e os consequentes obstáculos encontrados pelos entrevistados. As situações relacionadas com os problemas referentes à portabilidade ou transferibilidade dos direitos sociais, quer do país de origem para o de destino como no sentido oposto, culminando em situações nas quais os indivíduos se sentem obrigados a desenvolver estratégias no sentido de colmatar a ausência de apoio Estatal, seja devido à falta de articulação entre as entidades intra-europeias assim como pelas informações fornecidas pelos mencionados representantes que não correspondem à legislação vigente.

Neste contexto importa ainda sublinhar que foram identificadas situações em que a discriminação molda a interação entre os migrantes e as instituições que providenciam a proteção social procurada.

Passando ao caso específico dos migrantes “qualificados” e “altamente qualificados”, e concretamente aqueles que desenvolvem as suas atividades laborais no meio académico, através dos testemunhos analisados foi possível verificar as dificuldades ao nível burocrático, tanto no sentido de regularizar situações no meio académico como no acesso à proteção social formal desejada, tanto em França como no Reino Unido. Importa ainda referir a importância, para este grupo de entrevistados, do papel da proteção social formal nos países de destino (em situações de precariedade ou instabilidade) que permite contornar temporariamente algumas dificuldades, não sendo contudo determinante.

Uma clara diferença entre os entrevistados que migram para França e aqueles que rumam

ao Reino Unido encontra-se no papel do setor da educação, pelas suas percepções ou experiências, especificamente no que se refere às situações respeitantes à existência (ou planeamento) de filhos. Tendo como referência o conhecimento do funcionamento do setor da educação em Portugal, as vivências em França e no Reino Unido apresentam interessantes dissemelhanças. Para aqueles que migram para o último destino, é notório, de uma forma geral, a importância de diferenças culturais que fazem com que os entrevistados olhem com alguma hesitação para o futuro no país de destino referido na condição de Pais. Questões – mais uma vez, percecionadas ou experienciadas –, referentes aos custos respeitantes à educação, o “choque” entre o ensino público e privado, questões sociais, ou o elitismo de algumas instituições de educação face a outras consideradas “inferiores”, influenciam as estratégias e trajetórias dos indivíduos. Já no que diz respeito aos entrevistados que migram para França, e concretamente no que se refere ao setor mencionado, os discursos diferem totalmente do grupo anterior. Elementos presentes nas suas percepções ou experiências como uma maior democratização relativamente ao acesso a boas condições de ensino e oportunidades futuras, os apoios estatais (nomeadamente no que diz respeito a livros e outros materiais escolares), uma melhor orientação por parte dos professores ou a concessão de bolsas de estudo (entre outras medidas), apresentam-se como fatores que trazem confiança em relação ao futuro no país em questão.

Um ponto fundamental afluído pelos entrevistados consistiu na importância da escala local no que concerne ao acesso à proteção social formal, sendo que, por vezes, a escala nacional é descrita tendo como base unicamente experiências ao nível local, quer tendo como referência o país de origem como de destino. Esta questão conduz à importante necessidade da não limitação ao nível analítico dos aspetos referentes à proteção social formal existente num dado país com um mero foco à escala nacional, mas, ao invés, tendo em consideração as grandes diferenças por todo o território, sendo fulcral um olhar que contemple as particularidades locais e, consequentemente, diferentes estratégias, de âmbito formal ou informal, desenvolvidas pelos migrantes.

Especificamente no que se refere às estratégias informais, a importância do desenvolvimento das mesmas “entre-lugares” assim como em combinação entre proteção social formal e informal revelaram-se fundamentais nas narrativas analisadas.

Outro ponto em comum entre aqueles que migram para França e Reino Unido, e especificamente no que diz respeito aos cuidados com crianças, encontra-se na importância das estratégias de âmbito informal, quer através do recurso a cuidados fora do âmbito Estatal, ou ao suporte familiar. Note-se, contudo, que a última estratégia referida

encontra-se vincadamente mais presente nos testemunhos pertencentes aos entrevistados que migraram para França dada a dimensão e historial referente à emigração portuguesa para o país referido.

É assinalável que, apesar da tradição no que concerne à presença portuguesa em França, foi possível constatar ainda a fragilidade respeitante à noção de *uma* comunidade portuguesa, algo que se encontra também presente nas narrativas trazidas por aqueles que rumam ao Reino Unido, sobretudo entre os indivíduos mais jovens que integram os fluxos recentes. A desidentificação com determinados valores e aspetos culturais atribuídos “aos portugueses” encontra-se presente nos testemunhos analisados, quer por uma maior aproximação a modos-de-vida que os entrevistados descrevem como multiculturais, assim como a razões respeitantes a características fenotípicas que, de acordo com os relatos, impossibilita uma integração plena numa noção de “comunidade portuguesa”.

Foi ainda possível verificar que, inquestionavelmente, o setor da saúde se apresenta como essencial no que se refere à necessidade de desenvolvimento de estratégias específicas pelos entrevistados, quer para os entrevistados que migram para França como para o Reino Unido. De forma assinalável, os “arranjos” realizados entre os setores público e privado são transversais às fases da vida e aos dois países de destino em questão, longe de uma de uma ideia de dependência relativamente aos serviços Estatais ou singular utilização dos mesmos. Todavia, uma dissemelhança entre os dois grupos de entrevistados referidos encontra-se numa maior “naturalidade” com que o “mix” entre os setores público e privado – no que se refere à área da saúde – se desenvolve para os indivíduos que migram para França (percentagem maior suportada pelo Estado e restante por um seguro privado usualmente aliado à atividade laboral desempenhada) ao passo que, para aqueles que migram para o Reino Unido, recorrer a serviços privados prende-se sobretudo com complementar (ou mesmo colmatar) algumas das carências – percecionadas ou experienciadas – ao nível dos serviços Estatais.

Ainda no que diz respeito às formas de interação dos entrevistados com os serviços referentes à área da saúde, importa sublinhar o desenvolvimento de formas de lidar com os diferentes sistemas desenvolvidas pelos indivíduos – naquilo que Scheibelhofer e Holzinger (2018) denominam como “welfare learning” – quer no que se refere a questões culturais (veja-se o exemplo dos entrevistados que, no Reino Unido, desenvolvem estratégias de forma a conseguir “check-ups” ou análises ao sangue) ou de forma a facilitar o acesso a consultas médicas (presente nas narrativas trazidas pelos jovens migrantes que se encontram em França através do uso de diferentes canais no âmbito da

marcação de consultas).

Através dos testemunhos analisados foi facilmente constatável o frequente assinalar da qualidade do setor da saúde francês, tendo como termo comparativo as experiências desenvolvidas em Portugal, algo que não se encontra de forma tão evidente nas narrativas trazidas por aqueles que migram para o Reino Unido, espelhando-se esta questão num menor ou maior desenvolvimento de práticas “entre-lugares” no que se refere ao acesso à saúde.

Nesse seguimento, através da análise dos discursos provenientes do último grupo de entrevistados referido, foi possível identificar uma maior importância das práticas “entre-lugares”, quer por questões culturais (maior aproximação ou sentimento de confiança) através dos serviços prestados por clínicas portuguesas no Reino Unido, ou em território português, assim como forma de colmatar a escassez de oferta por parte dos serviços de saúde britânicos. Destaca-se a procura (em clínicas portuguesas no Reino Unido assim como voltando ao país de origem) por parte destes indivíduos de serviços relacionados com as áreas da dermatologia e estomatologia, a realização de exames durante a gravidez, assim como no que diz respeito aos cuidados com as crianças. Demonstrando a complexidade das estratégias e trajetórias tendo como referência questões relacionadas com a saúde, foi possível verificar como estas podem, por um lado, precipitar o regresso ao país de origem ou, ao invés, adiar o pretendido regresso.

Apresentando um padrão dissemelhante, as narrativas trazidas por aqueles que encontram em França, ou já regressados deste país, mostraram uma forte ligação ao setor da saúde do país, sendo praticamente inexistente o recurso aos serviços de saúde em Portugal, quer por razões relacionadas com menores custos assim como à qualidade do setor da saúde francês.

Foram ainda identificadas duas grandes razões por detrás de uma visão negativa relativamente ao setor da saúde português, sobretudo para aqueles que migram para França e Reino Unido nas décadas de 1960-70:

Primeiramente, a precariedade sentida nas décadas referidas em Portugal no que diz respeito às questões relacionadas com o setor da saúde;

Em segundo lugar, a proveniência dos indivíduos, maioritariamente vindos de áreas rurais (maior escassez no âmbito em questão) Estes dois fatores consubstanciam uma visão “cristalizada” do passado com claros impactos nas estratégias atuais.

Sobretudo para aqueles que migram no período referido, quer para França como para o Reino Unido, o regresso ao país de origem encontra-se ora condicionado ou impulsionado

pelas questões referentes ao apoio familiar, notadamente no papel de Avós.

No que se refere ao papel referido, foi possível identificar a sua importância ao nível do apoio prestado de forma “entre-lugares”, principalmente no seio das famílias dos indivíduos que se encontram no Reino Unido, apresentando, mais uma vez, uma distinta diferença relativamente àqueles que se encontram em França (redes de proximidade).

Foram ainda identificadas algumas das práticas desenvolvidas pelos entrevistados no que se refere às pensões de reforma. No que diz respeito à portabilidade ou transferibilidade das mesmas, as incertezas e desconhecimento relativamente a esse processo foram notórias (para os dois grupos de entrevistados). Importa também referir questões referentes ao não pagamento das contribuições necessárias para a construção de pensão de reforma pela entidade patronal, ou em que as contribuições não correspondem ao real vencimento. Uma diferença notória entre os entrevistados que migram para França e Reino Unido, que atingiram já o seu período de reforma, encontra-se numa assinalável inquietação por parte dos últimos face às incertezas trazidas pelo “Brexit”. Já para os entrevistados mais jovens, quer em França como no Reino Unido, o desconhecimento e parca preocupação no que se refere às pensões de reforma é evidente, sendo esta uma questão percecionada como longínqua em termos temporais. Ainda no que diz respeito aos migrantes mais jovens, importa destacar as diferenças entre aqueles que rumam a França e aqueles que se encontram no Reino Unido nas questões referentes à construção de pensões de reforma, assistindo-se a uma maior complexidade no caso dos últimos.

Dentro dessa complexidade identificam-se diferentes estratégias que dizem respeito quer aos esquemas de pensão apontados pelas entidades empregadoras, o investimento em património (sobretudo imobiliário) como forma de construção de uma “rede de segurança” para o futuro, assim como, no limite e de forma oposta, a não construção de uma pensão dada a precariedade sentida no presente. Foi ainda notória, de uma forma geral, a “descrença” no que se refere ao efetivo recebimento de uma pensão de reforma no futuro por parte dos mais jovens, espelhando o clima respeitante às dúvidas quanto à sustentabilidade dos sistemas de segurança social.

Por último, no que diz ao regresso ao país de origem, foram facilmente constatáveis elementos de imprevisibilidade e não linearidade, envoltos na colisão entre as aspirações iniciais dos entrevistados e a realidade encontrada nos países de destino, na importância do apoio familiar ou dos relacionamentos amorosos (entre outros fatores). Importa sublinhar que a fluidez e constante interrogação no que se refere ao futuro são notórias no caso dos entrevistados mais jovens. Relativamente ao papel da proteção social, quer

formal como informal, foi possível verificar como esta pode tanto condicionar o regresso ao país de origem, impulsionar o mesmo, ou cimentar práticas “entre-lugares”.

Para os entrevistados que se encontram no Reino Unido, o “Brexit” vem adensar as dúvidas quanto a uma permanência no país referido ou regresso ao país de origem, mostrando o “peso” da imprevisibilidade no que diz respeito às migrações.

REFERÊNCIAS

- Adsera, A. E Pytlikova, M. (2012). “The Role of Language in Shaping International Migration: Evidence from OECD Countries 1985-2006.” IZA Discussion Paper 6333.
- Albuquerque, R. (2015, 14 de Março) “O velho mundo da nova emigração”. *Expresso*.
- Alcock, C., Daly, G. and Griggs, E. (2008). *Introducing Social Policy*, Harlow: Pearson Longman.
- Alpes, M.J. & Spire, A. (2014). “Dealing with Law in migration control: The Powers of Street-level bureaucrats at French Consulates”. *Social and Legal Studies*. 23 (2). 261-274
- Almeida, A. e Silva, P. (2007). “Impacto da Imigração em Portugal nas Contas do Estado”, 2a edição, Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI).
- Anderson, B (2006). *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. Verso Books.
- Anstruther, I. (1973). *The scandal of the Andover workhouse*. Tiptree: Anchor Press
- Appadurai, A. (2004). “The Capacity to Aspire: Culture and the Terms of Recognition,” in Vijayendra Rao and Michael Walton (Eds.), *Culture and Public Action: A Cross-Disciplinary Dialogue on Development Policy*, Stanford University Press.
- Appiah, A. K. (1992). *In My Father's House: Africa in the Philosophy of Culture*. London: Methuen.
- Arango, J. (2000). “Explaining migration: a critical view”. *International social science journal*, 52(165), 283-296.
- Archambault, E. (2001). “Historical roots of the nonprofit sector in France”. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 30(2), 204-220.
- Arroteia, J. C. (2001). “As comunidades portuguesas no mundo”. In: *Janus 2001*: 136-137
- Ashford, D. (1991). “In search of the Etat providence”, in J. Hollifield and G. Ross (eds.), *Searching for the New France*. New York: Routledge. 151-172.
- Atkinson, A (1996) “The Economics of the Welfare State”. *The American Economist*, 40.
- Ayala, L.S. (2012). Interviewing techniques for migrant minority group. in C.V. Silva (ed.) *Handbook of research Methods in Migration*, Edward Elgar, Cheltenham, 117-136.
- Baganha, M. I. B. e Peixoto, J. (1997). “Trends in the 90's: the Portuguese migratory experience”, in Maria Ioannis Baganha (Ed.), *Immigration in Southern Europe*, Oeiras, Celta Editora, pp. 15-40.
- Baganha, M. I. B. (1994). “As correntes emigratórias portuguesas no século XX eo seu impacto na economia nacional”. *Análise social*, 959-980.
- Baganha, M. I. B. (1991). “Uma imagem desfocada—a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração”. *Análise Social*, 26(112/113), 723-739.

- Bailey, K. D. (1994). "Methods of social research". 4 ed. *New York, USA, The FreePress*.
- Bakama, R. B. (1982) "In-migration in the Windsor metropolitan area, 1975-81 an examination of the demographic, socioeconomic characteristics of the migrants and the factors relating to Windsor's attractiveness". *Electronic Theses and Dissertations*. 2452. <https://scholar.uwindsor.ca/etd/2452>
- Bakewell, O. (2010) "Some Reflections on Structure and Agency in Migration Theory", *Journal of Ethnic and Migration Studies* 36(10): 1689-1708.
- Bakewell, O. e Jolivet, D. (2015) "Broadcasting Migration Outcomes". In Oliver Bakewell, Godfried Engbersen, Maria Lucinda Fonseca e Cindy Horst (Eds.) *Beyond Networks: Feedback in International Migration*, 183-204.
- Bakewell, O., de Haas, H. & Kubal, A. (2011). "Migration Systems, Pioneers and the Role of Agency." Working Papers No. 48. International Migration Institute (IMI), University of Oxford.
- Baldassar, L. (2008). Missing kin and longing to be together: emotions and the construction of co-presence in transnational relationships. *Journal of intercultural studies*, 29(3), 247-266.
- Barglowski, K., Bilecen, B., & Amelina, A. (2015). "Approaching transnational social protection: Methodological challenges and empirical applications". *Population, Space and Place*, 21(3), 215-226.
- Barreto, A. (2007) "Mudança Social em Portugal, 1960/2000". Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Working paper 6-02. Lisboa.
- Barreto, A. (1995). "Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995". *Análise social*, 841-855.
- Bastide, L. (2014) "«Migrer, être affecté». Émotions et expériences spatiales entre Java, Kuala Lumpur et Singapour" in *Revue européenne des migrations internationales* 29.4: 7-20.
- Bauman, Z. (2000). *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity.
- Bauman, Z. (2007). *Liquid Times: Living in an Age of Uncertainty*. Cambridge: Polity Press.
- Bauman, Z.(2005). *Liquid Life*. Cambridge: Polity Press.
- Beardsley, E. (2018, February 1) "Why French Unions aren't taking to the streets like they used to". National Public Radio. www.npr.org
- Béland, D., & Hansen, R. (2000). Reforming the French welfare state: solidarity, social exclusion and the three crises of citizenship. *West European Politics*, 23(1), 47-64.
- Bellanger, M. M., Cherilova, V., & Paris, V. (2005). "The "Health Benefit Basket" in France". *The European Journal of Health Economics*, 6(1), 24-29.
- Benassi, D. (2010). " Father of the Welfare State"? Beveridge and the Emergence of the Welfare State. *Sociologica*, 4(3), 1-21.
- Benjamin, D. K., & Kochin, L. A. (1979). "Searching for an explanation of unemployment in interwar Britain". *Journal of Political Economy*, 87(3), 441-478.

- Benton, M. (2013) "Reaping the benefits? Social security coordination for mobile EU citizens". *Migration Policy Institute Europe Policy Brief Series (3)*.
- Beresford, P. (2016). *All our welfare: Towards participatory social policy*. Policy Press.
- Bilecen, B., & Sienkiewicz, J. J. (2015). Informal social protection networks of migrants: typical patterns in different transnational social spaces. *Population, Space and Place*, 21(3), 227-243.
- Blair, T. (1999). "Beveridge revisited: a welfare state for the 21st century". In Robert Walker (ed.) *Ending child poverty: Popular welfare for the 21st century*, 7-18.
- Blanchflower, D.G. e Lawton, H. (2009) "The impact of the recent expansion of the EU on the UK labor market". In: M. Kahanec e K.F. Zimmermann (Eds.), *EU labor markets after post-enlargement migration*, pp. 181-218. Berlin: Springer Verlag.
- Bolger, J., & Hothersall, S. (2016). *Social Policy for Social Work, Social Care and the Caring Professions: Scottish Perspectives*. London: Taylor & Francis.
- Bordo, M. D. (1993). The Bretton Woods international monetary system: a historical overview. In *A retrospective on the Bretton Woods system: Lessons for international monetary reform*. University of Chicago Press. 3-108.
- Borjas G. (1999) "Immigration and welfare magnets". *Journal of Labor Economics* 17:607–637
- Borjas, G. e Hilton, L. (1996) "Immigration and the welfare state: immigrant participation in meanstested entitlement programs". *The Quarterly Journal of Economics*, 111, 2, 575-604.
- Boswell, C. e Geddes, A. (2011) *Migration and Mobility in the European Union*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Bottini, F. (2013) "The roots of French Welfare State". *Jurisprudence*, 20 (2), 643-662.
- Bourdieu, P. (1986) *The forms of capital*, Greenwood Press, Nova Iorque.
- Branco, J. P. (2001), "A comunidade portuguesa em França (II)". *Janus*, 150-151.
- Bredgaard, T., & Daemrich, A. (2012, July). The welfare state as an investment strategy: Denmark's flexicurity policies. In *ILERA 2012 Congress in Philadelphia, USA* (pp. 2-22).
- Brettell, C. (1991) *Homens que partem, mulheres que esperam: consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Brettell, C. (1979). "Emigrar para voltar: a Portuguese ideology of return migration", *Papers in Anthropology*, 20(1): 1:20.
- Briggs, A. (2006) "The Welfare State in Historical Perspective". *The Welfare State Reader*, 16.
- Briggs, A. (1993). *Victorian cities* (Vol. 2). Univ. of California Press.
- Briggs, A. (1961). "The welfare state in historical perspective". *European Journal of sociology/Archives européennes de sociologie*, 2(2), 221-258.
- Bringer, J. D., Johnston, L. H., & Brackenridge, C. H. (2004). Maximizing transparency in a

doctoral thesis1: The complexities of writing about the use of QSR* NVIVO within a grounded theory study. *Qualitative research*, 4(2), 247-265.

Brown, D. (2018) "Geographies of welfare in nineteenth-century England and Wales", in Ian Gregory, Don Debats and Don Lafreniere (Eds.) *The Routledge Companion to Spatial History*. Abingdon: Routledge. 185-203.

Bell, E., & Bryman, A. (2007). "The ethics of management research: an exploratory content analysis". *British journal of management*, 18(1), 63-77.

Bygnes, S. (2017). Are they leaving because of the crisis? The sociological significance of anomie as a motivation for migration. *Sociology*, 51(2), 258-273.

Bygnes, S. e Erdal, M. (2017) Liquid migration, grounded lives: considerations about future mobility and settlement among Polish and Spanish migrants in Norway, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 43:1, 102-118.

Cairns, D. (2009) Youth on the move? Student mobility and immobility in Portugal and Northern Ireland, CIES Working Paper No. 74, available online: http://www.repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/1519/1/CIESWP74%20_Cairns.pdf

Care, V. (2011). "The significance of a 'correct and uniform system of accounts' to the administration of the Poor Law Amendment Act, 1834". *Accounting History Review*, 21(2), 121-142.

Carletto, C., de Brauw, A., & Banerjee, R. (2012). Measuring migration in multi-topic household surveys. in C.V. Silva (ed.) *Handbook of research Methods in Migration*, Edward Elgar, Cheltenham, 207-228.

Carling, J. (2012). Collecting, analysing and presenting migration histories. in C.V. Silva (ed.) *Handbook of research Methods in Migration*, Edward Elgar, Cheltenham, 137-162.

Carling, J. (2002) "Migration in the age of involuntary immobility: theoretical reflections and Cape Verdean experiences." *Journal of ethnic and migration studies* 28(1): 5-42.

Carrington, W.; Lima, P. (1996) "The Impact Of 1970's Retornados on the Portuguese Labor Market" in *Industrial and Labor Relations Review*. Cornell University, 49, 2. 330-349.

Castles, F., Leibfried, S., Lewis, J., Obinger, H., Pierson, C. (2010) *The Oxford Handbook of the Welfare State*. Oxford: Oxford University Press.

Castles, S. (2012) "Understanding the relationship between methodology and methods", in C Vargas-Silva (ed.), *Handbook of Research Methods in Migration*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, pp. 15–36. doi.org/10.4337/9781781005231.00007.

Castles, S. (2004). "Why migration policies fail". *Ethnic and racial studies*, 27(2), 205-227.

Cerdeira, M. (2009) "A perspectiva de género nas relações laborais portuguesas". *Sociologia, problemas e práticas*, (60), 81-103.

Chabanet, D. (2017). "The Social Economy Sector and the Welfare State in France: Toward a Takeover of the Market?" *Voluntas*, 28(6), 2360-2382.

Chojnicki, X., Defoort, C., Drapier, C., Ragot, L., Rapoport, H., & Drees-Mire, R. (2010).

Migrations et protection sociale: étude sur les liens et les impacts de court et long terme. *Rapport pour la Mire-Drees*.

Ciobanu, R. O., & Bolzman, C. (2015). "The interplay between international migration and the welfare state in the context of the ageing of the migrant population". *Scientific Annals of the "Alexandru Ioan Cuza" University, Iasi*, 8(2), 9-31.

Clasen, J. (2003). "Towards a new welfare state or reverting to type? Some major trends in British social policy since the early 1980s". *The European Legacy*, 8(5), 573-586.

Clément, A (2001). "De l'évergétisme antique aux Restos du coeur: État et associations dans l'histoire du secours alimentaire" in *Revue internationale de l'économie sociale*, (279), 26-43.

Cloke, P., Philo, C., & Sadler, D. (1991). *Approaching human geography: An introduction to contemporary theoretical debates*. London: Paul Chapman.

Coleman, J. (1988) "Social capital in the creation of human capital" in *American Journal of Sociology*, 94, 95-120.

Collett, E. (2013). "The integration needs of mobile EU citizens Impediments and opportunities". Migration Policy Institute Europe.

Collins, F. L. e Shubin, S. (2015). Migrant times beyond the life course: The temporalities of foreign English teachers in South Korea. *Geoforum*, 62, 96-104.

Conti, F. (2012). *Leaving or staying-an analysis of Italian graduates' migratory patterns* (Doctoral dissertation, University of Sussex).

Cooper, J. (2017). *The British Welfare Revolution, 1906-14*. Bloomsbury Publishing.

Cornelius, W. e Tsuda, T. (2004). Controlling immigration. The limits of government intervention. In W. Cornelius, T. Tsuda, P. Martin, & J. Hollifield (Eds.), *Controlling immigration. A global perspective* (2nd ed., pp. 3-48). Stanford, CA: Stanford University Press.

Crang, M. (2003). Qualitative methods: touchy, feely, look-see?. *Progress in human geography*, 27(4), 494-504.

Crang, M. (2002). Qualitative methods: the new orthodoxy?. *Progress in human geography*, 26(5), 647-655.

Daly, M. (2011). *Welfare*, Polity Press, Cambridge.

Dart, T. (2014). "Child migrants at Texas border: an immigration crisis that's hardly new" *The Guardian* (9 de Julho 2014). Web. Acedido a 30 de Junho de 2015.

Davidson, P. (2017). *John Maynard Keynes*. Springer.

De Giorgi, G. e Pellizzari, M. (2009). "Welfare migration in Europe". *Labour Economics*, 16, 4, 353-363.

- De Haas, H. (2009). *Mobility and Human Development*, New York: Human Development Report Office.
- De Jong, P. W., & de Valk, H. A. (2019). Intra-European migration decisions and welfare systems: the missing life course link. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 1-19.
- Dobbs, E., Levitt, P., Parella, S., & Petroff, A. (2018). Social welfare grey zones: how and why subnational actors provide when nations do not?. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 1-18.
- Dobbs, E., & Levitt, P. (2017). The missing link? The role of sub-national governance in transnational social protections. *Oxford Development Studies*, 45(1), 47-63.
- Dornelas, A. (2013). "Portugal: a construção do Estado-Providência em contexto desfavorável", in Filipe Carreira da Silva (org.) *Os Portugueses e o Estado-Providência: Uma Perspetiva Comparada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 45-83.
- Dow, C. (1999). *Major Recessions: Britain and the World 1920-1995*. OUP Oxford.
- Dustmann, C., Tommaso, F e Halls, C. (2010). "Assessing the Fiscal Costs and Benefits of A8 Migration to the UK". *Fiscal Studies* 31(1): 1-41.
- Dutton, P. (1999). "French versus German approaches to family welfare in Lorraine". In *French History*, v. 13, n. 4. 439-463.
- Dutton, P. (2002) *Origins of the French Welfare State: The struggle for social reform in France, 1914-1947*. Cambridge University Press.
- Dwyer, S. C., & Buckle, J. L. (2009). The space between: On being an insider-outsider in qualitative research. *International journal of qualitative methods*, 8(1), 54-63.
- Dwyer, P., & Papadimitriou, D. (2006). *The Social Security Rights of Older International Migrants in the European Union*. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 32(8).
- Ehata, R., & Seeleib-Kaiser, M. (2018). Benefit tourism and EU migrant citizens: Real-world experiences. In J. Hudson, C. Needham, & E. Heins (Eds.), *Social policy review 29: Analysis and debate in social policy 2017* (pp. 181-198). Bristol: Policy Press.
- Engbersen, G., Snel, E. e De Boom, J. (2010). "'A van full of Poles': liquid migration from Central and Eastern Europe", in Black, R., Engbersen, G., Okólski, M. and Pantiru, C. (eds) (2010) *A Continent Moving West? EU Enlargement and Labour Migration from Central and Eastern Europe*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 11540.
- England, K.V.L. (1994). Getting personal: reflexivity, positionality, and feminist research. *Profess. Geogr.* 46, 80-89.
- Esping-Andersen, G. (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Oxford: Polity Press.
- Eurofound (2015). "Social dimension of intra-EU mobility: Impact on public services", Publications Office of the European Union, Luxembourg.
- European Migration Network (2014). "Migrant Access to Social Security and Healthcare in France – Main 2013 Study".

- Facchini, G., e Mayda, A. (2009). “Does the welfare state affect individual attitudes toward immigrants? Evidence across countries”. *The review of economics and statistics*, 91(2), 295-314.
- Faist, T., Bilecen, B., Barglowski, K., & Sienkiewicz, J. J. (2015). Transnational social protection: migrants' strategies and patterns of inequalities. *Population, Space and Place*, 21(3), 193-202.
- Faist, T. (2010). “The crucial mesolevel”. *Selected studies in international migration and immigrant incorporation*, 1, 59-90.
- Favell, A. (2015). “Migration Theory Rebooted?” in Brettell, Caroline B. and James F. Hollifield (eds.). *Migration Theory: Talking Across Disciplines* (Third Edition). New York: Routledge, 318-328.
- Favell, A. (2008). *Eurostars and Eurocities. Free movement and mobility in an integrating Europe*, Blackwell Publishing.
- Ferreira, A. (2004). “Diálogo Social – Notas de Reflexão a partir da experiência portuguesa e europeia” in Estanque et al (org), *Relações Laborais e Sindicalismo em Mudança: 75-97*, Coimbra: Quarteto.
- Ferreira, S. (2005). “The past in the present: Portuguese social security reform”. *Social Policy and Society*, 4(3), 331-338.
- Ferreira, S. (2013). “Terceiro Sector e Estado-Providência em Portugal”, in Filipe Carreira da Silva (org.), *Os Portugueses e o Estado-Providência: Uma Perspetiva Comparada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 161-196.
- Fonseca, M. L. (1990). *População e Território – do País à Área Metropolitana*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos (Memórias do CEG, 14).
- Fonseca, M. L., Silva, S., Esteves, A., & McGarrigle, J. (2009) “MIGHEALTHNET-Portuguese State of the Art Report”. *Journal of Epidemiology*, 35(2), 270-276.
- Fouquet, H. & Viscussi, G. (2018, June, 13) “Macron says France spends crazy money on welfare that doesn’t work”. Bloomberg. www.bloomberg.com
- França, A. (2015, 7 de Novembro) “Bem-vindos a Little Lisbon”. *Expresso*. p. 20.
- Fraser, D. (1984) *The evolution of the British welfare state*, London: MacMillan.
- Fraser, G. (2015, January 16). “France’s much vaunted secularism is not the neutral space it claims to be. *The Guardian*. www.theguardian.com
- Frye, M. (2012). “Bright futures in Malawi’s new dawn: Educational aspirations as assertions of identity”. *AJS; American journal of sociology*, 117(6), 1565.
- Fundação Vox Populi (2010), *Estudo das Comunidades Portuguesas no Estrangeiro – França*, http://www.fvp.pt/edicoes/imagens/@ficheiros/2725_Portugueses%20e%20Luso-descendentes%20em%20Franca%202010.pdf.
- Gabaccia, D. R. (2014). “Time and temporality in migration studies”. In *Migration Theory* (pp. 49-78). Routledge.
- Garland, D. (1985). *Punishment and welfare: a history of penal strategies*. Aldershot: Gower

- Geddes, A. (2003). "Migration and the welfare state in Europe" in *The Political Quarterly*, 74(s1), 150-162.
- Gielis, R. (2009). A global sense of migrant places: towards a place perspective in the study of migrant transnationalism. *Global Networks*, 9(2), 271-287.
- Ginneken, W. (2011). *Sustaining European social security systems in a globalised economy*. Council of Europe.
- Giulietti, C. (2014). "The welfare magnet hypothesis and the welfare take-up of migrants", IZA World of Labor.
- Gjergji, I. (2014). "Perdidos no Mediterrâneo: Teorias, discursos, fronteiras e políticas migratórias no Mare Nostrum". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (105), 113-124.
- Gladstone, D., Green, D. G., Harris, J., Lewis, J., Thane, P., Vincent, A. W., & Whiteside, N. (1999). *Before Beveridge: Welfare before the welfare state*. IEA Health and Welfare Unit.
- Gomes, R. M. (coord.) (2015). *Entre a periferia e o centro: percursos de imigrantes portugueses qualificados*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gomes, C. (2014, 10 de Março) "Reino Unido é o país para onde estão a ir cada vez mais portugueses". *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/03/10/sociedade/noticia/reino-unido-e-o-pais-para-onde-estao-a-ir-cada-vez-mais-portugueses-1627561>
- Gott, C. & Johnston, K. (2002). "The Migrant Population in the UK: Fiscal Effects". *Occasional Paper 77*. London: Home Office (Research, Development and Statistics).
- Goulart, N., Camacho, C. (2014). "Sistemas de Proteção Social: Apontamento do Conselho das Finanças Públicas". n.o 2/2014 . Disponível em www.cfp.pt
- Gregory, I., DeBats, D., & Lafreniere, D. (Eds.). (2018). *The Routledge Companion to Spatial History*. Routledge.
- Guest, G., Bunce, A., & Johnson, L. (2006). How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. *Field methods*, 18(1), 59-82.
- Guimarães, A. S. A. (2003). Como trabalhar com" raça" em sociologia. *Educação e Pesquisa*, 29(1), 93-107.
- Hagen-Zanker, J. (2008). Why Do People Migrate? A Review of the Theoretical Literature. Working Paper MGSOG/2008/WP002. Maastricht: Maastricht Graduate School of Governance.
- Hansson, A. (2007). "Free factor mobility and fiscal competition: Can the national welfare state survive in a "United Europe"? " In: K. Andersson, E. Eberhartinger, & L. Oxelheim (Eds.), *National tax policy in Europe to be or not to be?*, New York: Springer.
- Harris, J. (1992). "Victorian values and the founders of the welfare state". In *Proceedings of the British Academy*. Vol. 78, pp. 165-182).
- Harris, J. (2009). "Social evils' and 'social problems' in Britain, 1904-2008," York: JRF.

Hassenteufel, P & Palier, B. (2016). "The French Welfare System. In Elgie, R., Grossman, E., & Mazur, A. G. (Eds.). (2016). *The Oxford Handbook of French Politics*. Oxford University Press.60-78.

Hatton, T. J., & Bailey, R. E. (1998). "Poverty and the welfare state in interwar London". *Oxford Economic Papers*, 50(4), 574-606.

Hay, J. R. (2016). *Origins of the Liberal Welfare Reforms, 1906-14*. Springer.

Heckmann, F. (2005). Integration and integration policies: IMISCOE network feasibility study. Bamberg: European Forum for Migration Studies (277 pp.).

Herod, A. (1999). Reflections on interviewing foreign elites: praxis, positionality, validity and the cult of the insider. *Geoforum* 30, 313-27.

Hewitt, M. (2006). "Why the notion of Victorian Britain does make sense". *Victorian Studies*, 48(3), 395-438.

Hinrichs, K. & Lynch, J. F. (2010). "Old-Age Pensions. In F. Castles, S. Leibfried, J. Lewis, H. Obinger & C. Pierson (Eds.), *The Oxford Handbook of the Welfare State* (pp. 353-366). Oxford: Oxford University Press.

Hobolt, S., & Wratil, C. (2016). Which argument will win the referendum: Immigration, or the economy? EUROPP European Politics and Policy Blog, London School of Economics. URL: <http://blogs.lse.ac.uk/politicsandpolicy/which-argument-will-win-the-referendum-immigration-or-the-economy/>

Hockey, J., and James, A. (2003). *Social Identities Across the Life Course. Contemporary Sociology-a Journal of Reviews - CONTEMP SOCIOLOG*. New York: Palgrave Macmillan.

Horton, S. (2008). Consuming childhood:" Lost" and" ideal" childhoods as a motivation for migration. *Anthropological Quarterly*, 81(4), 925-943.

House of Commons. (2016). "Statistics on migrants and benefits". 16 February, 2016.

Jones, R. C., & Zannaras, G. (1978). "The role of awareness space in urban residential preferences: A case study of Venezuelan youth". *The Annals of regional science*, 12(1), 36-52.

Jurado, E., Brochmann, G. and Dølvik, J. (2013). "Introduction: Immigration, Work and Welfare: Towards an Integrated Approach," in Jurado, Elena and Grete Brochmann (eds.). *Europe's Immigration Challenge: Reconciling Work, Welfare and Mobility*. London: I. B. Tauris, 1-14.

Kaczmarczyk, P. (2013). "Are immigrants a burden for the state budget?" *Review paper, EUI Working Paper RSCAS 2013/79*.

Kesselman, M. (2002). "The triple exceptionalism of the French welfare state". In G. Schaffner and M. Rosenthal (eds.) *Diminishing Welfare: A Cross-National Study of Social Provision*, Westport, CT: Greenwood Publishing. 181-210.

Khoudour-Castéras, D. (2008). "Welfare State and Labor Mobility: The Impact of Bismarck's Social Legislation on German Emigration before World War I." *The Journal of Economic History* 68(1): 211-43. doi: 10.1017/S0022050708000077.

King R. (2012). "Theories and Typologies of Migration: an Overview and a Primer", *Willy Brandt*

King, R., Thomson, M., Fielding, T. and Warnes, T. (2006) 'Time, generations and gender in migration and settlement', in Penninx, R., Berger, M. and Kraal, K. (eds) *The Dynamics of International Migration and Settlement in Europe*. Amsterdam University Press, Amsterdam, 233-267.

King, R. (2002). "Towards a New Map of European Migration." *International Journal of Population Geography* 8 (2): 89–106.

King, R. (2000). Generalizations from the history of return migration. *Return migration: Journey of hope or despair*, 7-55.

King R. (1995). Migrations, globalization and place. In *A Place in the World? Places, Cultures and Globalization*, Massey D, Jess P (eds). Oxford University Press: Oxford.

King, S. (2000). *Poverty and welfare in England, 1700-1850*. Manchester University Press.

Koettl, J. (2006) "The Relative Merits of Skilled and Unskilled Migration, Temporary and Permanent Migration and Portability of Social Security Benefits", World Bank, Social Protection and Labor Department.

Kofman, E., Phizacklea, A., Raghuram, P. e Sales, R.A. (2000) *Gender and international migration in Europe: employment, welfare and politics*. London: Routledge.

Körner, H. (2007) 'If I Had My Residency I Wouldn't Worry': Negotiating Migration and HIV in Sydney, Australia, *Ethnicity & Health*, 12:3, 205-225.

Kuhnle, S. & Sander, A. (2010). "The Emergence of the Western Welfare State", in: Castles, F., Leibfried, S., Lewis, J., Obinger, H. and Pierson, C. (eds.), *The Oxford Handbook of the Welfare State*. Oxford: Oxford University Press, 61-80.

Kunze, N. L. (1971). The Origins of Modern Social Legislation: The Henrician Poor Law of 1536. *Albion*, 3(1), 9-20.

Kureková, L. (2011a). 'The role of welfare systems in affecting out-migration: the case of Central and Eastern Europe', IMI Working Paper 46 (DEMIG Project Paper no. 9), Oxford: International Migration Institute, University of Oxford.

Kureková, L. (2011b). Theories of Migration: Conceptual Review and Empirical Testing in the Context of the EU East-West Flows. Paper prepared for the Interdisciplinary Conference on Migration, Economic Change, Social Challenge, April 6-9, 2011. University College, London.

Kurzman, P. A., (1970). "Poor relief in medieval England: The forgotten chapter in the history of welfare". *Child Welfare*, XLIX (9), 495-501.

Kvist, J. (2013). "The post-crisis European social model". *Journal of International and Comparative Social Policy*, 29, 1, 91-107.

Kvist, J. (2004). Does EU enlargement start a race to the bottom? Strategic interaction among EU member states in social policy. *Journal of European Social Policy*, 14(3), 301-318.

Kymlicka, W. (2015). Solidarity in diverse societies: Beyond neoliberal multiculturalism and welfare chauvinism. *Comparative Migration Studies*, 3(1), 17.

- La Barbera, M. C. (2015). "Identity and Migration: An Introduction." In Maria Caterina La Barbera (ed.) *Identity and Migration in Europe: Multidisciplinary Perspectives. International Perspectives on Migration. Cham*: Springer. Vol. 13. 1–13.
- Laderchi, C. R. (2000). *The monetary approach to poverty: a survey of concepts and methods* (pp. 1-19). Queen Elizabeth House.
- Lafleur, J. M., & Mescoli, E. (2018). "Creating undocumented EU migrants through welfare: a conceptualization of undeserving and precarious citizenship". *Sociology*, 52(3), 480-496.
- Lalonde, R. e Topel, R. (1997). "Economic impact of international migration and the economic performance of migrants". In: M.R. Rosenzweig e O. Stark (Eds.), *Handbook of population and family economics*, 1B, pp.799-850. Amsterdam, New York and Oxford: Elsevier.
- Lavalette, M. e Penketh, L. (2003). "The Welfare State in the UK. "In *Welfare Capitalism Around the World*, edited by Christian Aspalter, 61–86. Taipei: Casa Verde.
- Le Clainche, C. e Wittwer, J. (2015). Responsibility-Sensitive Fairness in Health Financing: Judgments in Four European Countries. *Health economics*, 24(4), 470-480.
- Lee, E.S. (1966). "A Theory of Migration," *Demography*, 3(1): 47-57.
- Leibfried, S., & Obinger, H. (2000). Welfare state futures. An introduction. *European Review*, 8(3), 277-289.
- Levitt, P., Viterna, J., Mueller, A., & Lloyd, C. (2016). Transnational social protection: Setting the agenda. *Oxford Development Studies*, 45(1), 2-19.
- Levitt, P., & Jaworsky, B. N. (2007). Transnational migration studies: Past developments and future trends. *Annu. Rev. Sociol.*, 33, 129-156.
- Levitt, P., Viterna, J., Mueller, A., & Lloyd, C. (2016). Transnational social protection: Setting the agenda. *Oxford Development Studies*, 45(1), 2-19.
- Lindsay, J. (2006). *Techniques in human geography*. Routledge.
- Lipsky, M. (1971). Street-Level Bureaucracy and the Analysis of Urban Reform. *Urban Affairs Quarterly*, 6(4), 391–409.
- Lopes, J. et al. (2016). "A Decisão de emigrar: Um estudo a partir da perspectiva da pluralidade disposicional", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 81, 37-56.
- Lopes, M. (2015, 22 de Agosto) "Os portugueses do (no) mundo. Os rostos do sucesso". *Jornal i*. Disponível em: <http://www.ionline.pt/408198>.
- Lourtie P. (2012). "Understanding Portugal in the Context of the Euro Crisis". In: W.R. Cline and G. Wolff (eds.) *Resolving the European Debt Crisis: Special Report 21*. Brussels, Peterson Institute for International Economics.
- Lau, L., & Pasquini, M. (2008). "'Jack of all trades'? The negotiation of interdisciplinarity within geography". *Geoforum*, 39(2), 552-560.

Lulle, A., Morosanu, L., & King, R. (2018). “And then came Brexit: Experiences and future plans of young EU migrants in the London region”. *Population, Space and Place*, 24(1), e2122.

Lynch, K. (2003). *Individuals, families, and communities in Europe, 1200-1800: the urban foundations of Western society*(Vol. 37). Cambridge University Press.

Machado Pais, J. (2000). “Transitions and Youth Cultures: Forms and Performances”. *International Social Science Journal*, 52(164), 219–232. doi:10.1111/1468-2451.00253.

Mai, N., & King, R. (2009). Love, sexuality and migration: mapping the issue (s). *Mobilities*, 4(3), 295-307.

Magueijo, J. (2014, 10 de Julho) Entrevista a João Magueijo (Entrevistado por Vera Novais, *Observador*). Disponível em: <https://observador.pt/2014/07/10/para-joao-magueijo-inglaterra-e-horrorosa-por-isso-e-que-gosta-tanto-dela/>.

Malheiros, J. e Esteves, A. (coord.) (2013). *Diagnóstico da população imigrante em Portugal: desafios e potencialidades*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).

Malheiros, J. (2010). "Portugal 2010: O regresso do país de emigração?" in *JANUS - Anuário de Relações Internacionais*, pp.132-143.

Malheiros, J. (2002). “Portugal Seeks Balance of Emigration, Immigration,” Washington D.C.: Migration Policy Institute (December), www.migrationinformation.org

Marrow, H. B. (2009). “Immigrant bureaucratic incorporation: The dual roles of professional missions and government policies”. *American Sociological Review*, 74(5), 756-776.

Manow, P. e B. Palier (2007). “A Conservative Welfare State Regime without Christian Democracy? The French Etat-providence, 1880-1960”. In Kersbergen, K. e Manow, P. (Orgs.), *Religion, Class Coalitions and Welfare State Regimes*. Cambridge: Cambridge University Press (147–76).

Marwick, A. (1968). “The impact of the First World War on British society”. *Journal of Contemporary History*, 3(1), 51-63.

Mason, M. (2010, August). Sample size and saturation in PhD studies using qualitative interviews. In *Forum qualitative Sozialforschung/Forum: qualitative social research* (Vol. 11, No. 3).

Massey, D. S. (2007). “Understanding America's Immigration “Crisis””. *Proceedings of the American Philosophical Society*, 309-327.

Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A., e Taylor, J. E. (1993) “Theories of international migration: A review and appraisal”. *Population and development review*, 431-466.

Matos, M. (2014). *O estado-providência em Portugal e as políticas sociais: avaliação da implementação das cantinas sociais* (dissertação de mestrado). ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

McLaughlan, G., & Salt, J. (2002). *Migration policies towards highly skilled foreign workers* (pp. 1-156). London: Home Office.

Mitton, L. (2011), “The history and development of social policy”, in J. Baldock, L. Mitton, N.

- Manning and S. Vickerstaff (eds), *Social Policy*, Oxford: Oxford University Press, pp. 28–51.
- Modood, T. (1997) “Culture and Identity”, in T. Modood et al. *Ethnic Minorities in Britain: Diversity and Disadvantage*, London: Policy Studies Institute, 290-338.
- Mohan, G. e Mohan, J. (2002) “Placing social capital” in *Progress in Human Geography*, 26, 191-210.
- Moore, M. (2007). *Sicko*. Dog Eat Dog Films, New York.
- Morys, M. (2014). “Cycles and Depressions” In *The Cambridge Economic History of Modern Britain*, edited by Sir Roderick Floud, Jane Humphries and Paul Johnson, 4th ed., Cambridge: Cambridge University Press, vol.2., pp. 229-254.
- Murdoch, J. (2005). *Post-structuralist geography: a guide to relational space*. Sage.
- Nannestad, P. (2007). “Immigration and welfare states: A survey of 15 years of research”. *European Journal of Political Economy*, 23, 2, 512-532.
- Nilsen, I. (2008). “Immigration and the Welfare state in a Norwegian context. A literature review on the debate on immigration and the welfare state among scholars in Norway”. Master thesis, Faculty of Social Sciences, Oslo University College.
- Nora, P. (1989). “Between memory and history: Les lieux de mémoire”. *Representations*, 7-24.
- Nullmeier, F. and Kaufmann, F. (2010): “Post-war Welfare State Development”, in: Castles, Francis G., Leibfried, Stephan, Lewis, Jane and Christopher Pierson (eds.), *The Oxford Handbook of the Welfare State*, Oxford: University Press, 81-101.
- OECD (2014). “Is migration good for the economy?” *Migration Policy Debates*. May 2014, 1-4.
- OECD (2013). “The Fiscal Impact of Immigration in OECD Countries” in OECD, *International Migration Outlook 2013*, OECD Publishing, Paris. DOI: http://dx.doi.org/10.1787/migr_outlook-2013-6-en
- Office for National Statistics, “Population by Country of Birth and Nationality”, 2019.
- Offe, C. (2004). “The European model of ‘social’ capitalism. Can it survive European integration?” in MILLER, Max. *Worlds of Capitalism. Institutions, governance and economic change in the era of globalization*. London/New York: Routledge. 146 – 178
- Oliveira, C. e Gomes, N. (2014). *Monitorizar a integração de Imigrantes em Portugal. Relatório Estatístico Decenal* (Vol. 1). ACM, IP.
- Palier, B. (2001). “Reshaping the Social Policy Making Framework: France from the 1980s to 2000”, in Taylor-Gooby, P. (ed), *Welfare States under Pressure*, London, Sage.
- Parutis V (2011). “‘Economic migrants’ or ‘middling transnationals’? East European migrants’ experiences of work in the UK.” *International Migration*. Epub ahead of print 17 March 2011. DOI: 10.1111/j.1468-2435.2010.00677.x
- Paxton, R. O. (2007). *The anatomy of fascism*. Vintage.
- Pedersen, S. (1995). *Family, dependence, and the origins of the welfare state: Britain and France*,

1914-1945. Cambridge University Press.

Peixoto, J. (2012). “A emigração portuguesa hoje: o que sabemos e o que não sabemos”. SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, no5.

Peixoto, J., Marçalo, C., & Tolentino, N. (2011). *Imigrantes e segurança social em Portugal*. Lisboa, Observatório da Imigração/ACIDI.

Peixoto, J., Oliveira, I., Azevedo, J., Marques, J., Góis, P., Malheiros, J., Madeira, P. (orgs.) (2016). *Regresso ao Futuro – A Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*. Gradiva, Lisboa.

Peixoto, J. (2004), “As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e MacroSociológicas”, SOCIUS Working Papers, (11). Disponível em <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200411.pdf>

Pereira, C. (2015). *Vidas Partidas — Enfermeiros Portugueses no Estrangeiro*: Lusodidacta.

Pereira, C., Pinto, N., e Pires, R. P. (2015). “Portuguese Nurses in UK 2014”. *OEm Fact Sheets 3*.

Pereira, V. (2009). “Emigração e desenvolvimento da previdência social em Portugal”. *Análise Social*, (192), 471-510.

Pereirinha, J., Carolo, D. F. (2006). “Construção do Estado-providência em Portugal no período do Estado-Novo (1935-1974): notas sobre a evolução da despesa social”. Working paper, ISEG.

Phillimore, J., Bradby, H., Knecht, M., Padilla, B., & Pemberton, S. (2018). *Welfare Bricolage in Different Health Regimes: Motivations, Logics and Tactics* (No. 26). IRiS Working Paper Series.

Phillimore, J., Humphries, R., Klaas, F., & Knecht, M. (2016). *Bricolage: Potential as a Conceptual Tool for Understanding Access to Welfare in Superdiverse Neighbourhoods*. IRiS Working Paper Series 14. Birmingham: Institute for Research into Superdiversity, University of Birmingham.

Phillips, E. B (1996). *City lights: Urban-suburban life in the global society*. Oxford University Press.

Pieters, D. e Shoukens, P. (2011) “Improving the Social Security of Internationally Mobile Researchers”. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 13, 50-60.

Pinho, F. (2012), "O desenvolvimento dos transportes na ligação ao território de origem dos emigrantes. Entrevista a Hélder Diogo", Observatório da Emigração, 27 de Julho de 2012. <http://observatorioemigracao.pt/np4/4687.html>

Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo, Inês Vidigal, and Carlota Moura Veiga. (2017). *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2017*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL.

Pires, R. P., Pereira, C., Azevedo, J., Santo, I. E., e Vidigal, I. (2015). Portuguese Emigration Factbook 2014, Lisboa, Observatório da Emigração, disponível em: <http://www.observatorioemigracao.pt/np4/1269>

Pires, R., Pereira, C., Azevedo, J. e Ribeiro, A. (2014). *Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIES-IUL, e DGACCP.

- Ponce, A. (2018). "Is Welfare a Magnet for Migration? Examining Universal Welfare Institutions and Migration Flows". *Social Forces*.
- Powell, M. (1999) "New labour, new welfare state?" Policy Press, Bristol.
- Pratsinakis, E. (2005). "Aspirations and strategies of Albanian immigrants in Thessaloniki". *Journal of Southern Europe and the Balkans Online*, 7(2), 195-212.
- Price, R. (2013). *An imperial war and the British working class: working-class attitudes and reactions to the Boer War, 1899-1902*. Routledge.
- Puga, S. D. S. (2016). *Emigração e sustentabilidade da Segurança Social: uma análise ética dos efeitos da crise económica em Portugal*. Tese de Mestrado. Universidade Católica Portuguesa – católica Porto Business School
- Putnam, R. (1995). "Tuning in, tuning out: the strange disappearance of social capital in America" in *Political Science and Politics*, 28. 667–83.
- Ravenstein E. (1885). The laws of migration. *Journal of the Statistical Society* 48: 167– 227.
- Razin, A. e Sadka, E. (2000). "Interactions between international migration and the welfare state". *CESifo Working Paper* No. 337.
- Razin, A., Sadka, E. e Suwankiri, B. (2011). "Migration and the welfare state. Political-economy policy formation". Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Reis, J. (1995). "Estado, instituições e economia: a despesa pública em Portugal". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44, 25-58.
- Revauger, J. (2003). "The Welfare State in France" in Aspalter, C. (ed.) *Welfare Capitalism Around the World*, Casa Verde: Hong Kong.
- Reyneri, E. (2003). "Illegal Immigration and the Underground Economy", National Europe Centre, WP 66: 1–21.
- Riccio, B. (2001). From 'ethnic group' to 'transnational community'? Senegalese migrants' ambivalent experiences and multiple trajectories. *Journal of ethnic and migration studies*, 27(4), 583–599.
- Riphahn, R.T., Sander, M. e Wunder, C. (2010). "The welfare use of immigrants and natives in Germany: The case of Turkish immigrants". *LASER Discussion Paper* 44.
- Rocha-Trindade, M. B. (Ed.). (2015). *Das migrações às interculturalidades*. Edições Afrontamento.
- Rodrigues, E. V. (2010). "O Estado e as Políticas Sociais em Portugal: discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção". *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, vol. 20. 191-230.
- Rose, G. (1997). Situating knowledges: positionality, reflexivities and other tactics. *Progress in Human Geography* 21, 305-320.
- Ross, R. (2008). *A concise history of South Africa*. Cambridge University Press.

- Roy A. (1951). "Some thoughts on the distribution of earnings". *Oxford economic papers* 3:135–146.
- Rutten, M., & Verstappen, S. (2013). "Middling Migration: Contradictory Mobility Experiences of Indian Youth in London". *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 40(8), 1217–1235. doi:10.1080/1369183x.2013.830884
- Ryan, L., & Sales, R. (2012). Family migration: the role of children and education in family decision-making strategies of polish migrants in London. *International Migration*, 51(2), 90-103.
- Saïd, E. W. (1997). *Orientalismo*, Cotovia, Lisboa.
- Saint-Maurice, Ana de (1997). *Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*, Celta Editora, Oeiras
- Santos, B.S.; Ferreira, S. (2002). "A reforma do Estado-Providencia entre globalizações conflituantes", in P. Hespanha e G. Carapinheiro (Eds.), *Risco social e incerteza: pode o Estado social recuar mais?*, Porto: Afrontamento. 177–225.
- Santos, B. S. (1999). "The Welfare State in Portugal – between conflicting globalizations". *Revista CES*, n.º 140, Universidade de Coimbra. 1-35
- Santos, B. S. (1985). "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português" *Análise social*, 21(87/88/89), 869-901.
- Savarese, E. (2016). The Pieds-Noirs and French Political Life, 1962–2015. In *Vertriebene and Pieds-Noirs in Postwar Germany and France*. Palgrave Macmillan, London. 173-189.
- Scheibelhofer, E., & Holzinger, C. (2018). "'Damn It, I Am a Miserable Eastern European in the Eyes of the Administrator': EU Migrants' Experiences with (Transnational) Social Security". *Social Inclusion*, 6(3), 201-209.
- Schram, S. F. (2018). Neoliberalizing the Welfare State: Marketizing Social Policy/Disciplining Clients. *The SAGE Handbook of Neoliberalism*, 308.
- Schuller, T. (2001). "The complementary roles of human and social capital" in *Canadian Journal Of Policy Research*, 2, 18-24.
- Schut, J. W., Vrooman, J. C., & de Beer, P. T. (2003). The State of the Welfare State. *Review of Income and Wealth*, 49, 135-145.
- Secor, A. (2010). "Social surveys, interviews, and focus groups". *Research methods in Geography*. Eds. Gomez, B. and J. Jones, 3, 194-205.
- Sidaway, J. (2000). "Recontextualising positionality: geographical research and academic fields of power". *Antipode* 32, 260-70.
- Silva, P. (2005) "A Protecção Social da População Imigrante - Quadro Legal, Estudo Comparado e Proposta de Reforço", Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).
- Silva, P. (2002). "O modelo de welfare da Europa do Sul, reflexões sobre a utilidade do conceito, Sociologia", *Problemas e Práticas*, no 38, pp.: 25-59.

- Sinn, H. (2004). "Europe faces a rise in welfare migration." *Financial Times* (July 13): 13.
- Skeldon, R. (2006). Interlinkages between internal and international migration and development in the Asian region. *Population, space and place*, 12(1), 15-30.
- Skupnik, C. (2014). "EU enlargement and the race to the bottom of welfare states", *IZA Journal of Migration* 3(1), 1-21.
- Smith, T. (2004). *France in crisis: Welfare, inequality, and globalization since 1980*. Cambridge University Press.
- Somers, M. R., & Block, F. (2005). From poverty to perversity: Ideas, markets, and institutions over 200 years of welfare debate. *American Sociological Review*, 70(2), 260-287.
- Spendelow, H (2016, June 3) "World War II started in 1939? Try 1937". *Washington Post*. www.washingtonpost.com
- Spicker, P. (2018). *British Social Policy 1601-1948. An introduction to Social Policy*. <http://spicker.uk/social-policy/history.htm>
- Spicker, P. (2011). *Stigma and social welfare*. London: Palgrave Macmillan.
- Spendelow, H (2016, June 3) "World War II started in 1939? Try 1937". *Washington Post*. www.washingtonpost.com
- Stark, O. (2007). *A preference for migration* (No. 16/74). CMR Working Papers. *Studies*, 29(3), 247-266.
- Stark, O. (1991). *The Migration of Labor*, Cambridge: Basil Blackwell.
- Sumption, M. & Altorjai, S. (2016). "EU migration, welfare benefits and EU membership" *Migration Observatory report*, COMPAS, University of Oxford, UK, May 2016.
- Szreter, S., Kinmonth, A., Kriznik, N. M., & Kelly, M. (2016). "Health, welfare, and the state — the dangers of forgetting history". *Lancet*, 388 (10061), 2734-2735.
- Taylor, P. and Powell, J. (2017). "The UK Welfare State_ with special reference to the mental health care system" in Aspalter, C. (Ed.) *The Routledge International Handbook to Welfare State Systems*, Routledge: New York. 191-202.
- Taylor-Gooby, P. (2017). "Re-Doubling the Crises of the Welfare State: The impact of Brexit on UK welfare politics". *Journal of Social Policy*, 46(4), 815-835.
- Taylor-Gooby, P., Leruth, B., & Chung, H. (2018). "Identifying attitudes to welfare through deliberative forums: the emergence of reluctant individualism". *Policy & Politics*. 1-18.
- Terracol, A. (2002). "Analyzing the Take-up of Means-Tested Benefits in France." Working paper. University of Paris.
- Tiwari, I. P. (2011). "State Welfarism and Social Welfare Policy (Protection Policy) in Asia: A Quadripartite Indistinct/Sluggish Nexus of International Propagandas, Slothful State, Moribund Family, and Rightprone Individual?". *Social Protection for Social Justice*, *Institute of Development Studies, UK*, 13-15.

- Thane, P. (2011). "The Liberal Party and Family Welfare, 1906–1922". *Cercles*, 21, 1-10.
- Trattner, W. (1999). *From poor law to welfare state: A history of social welfare in America*. Simon and Schuster.
- Trevithick, P. (2011). *Social work skills and knowledge: A practice handbook*. McGraw-Hill Education (UK).
- Tuckett, A. (2015). Strategies of navigation: migrants' everyday encounters with Italian immigration bureaucracy. *The Cambridge Journal of Anthropology*, 33 (1). 113-128.
- Tyldum, G. (2015). A Welcomed Separation. *Nordic Journal of Migration Research*, 5(3), 135-142.
- Tyrrell, N., & Kraftl, P. (2015). Life course and internal migration. In D. Smith, N. Finney, K. Halfacree & N. Walford (Eds.), *Internal migration. Geographical perspectives and processes*. Farnham, UK: Ashgate. pp. 21–30.
- Ughetto, P., & Bouget, D. (2002). "France: the impossible new social compromise?". In *Andersen, Jørgen Goul/Clasen, Jochen/van Orschot, Wim/Halvorsen, Knut (Orgs.): Europe's new state of welfare. Unemployment, employment policies and citizenship*. Bristol, 91-105.
- United Nations (1998). "Recommendations on Statistics of International Migration. Revision 1", Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division.
- Valduga, T.L., Calmon, T.D. e Santos, C.P. (2017). "Os sistemas de proteção social em Portugal e no Brasil: uma agenda para o Serviço Social" *Trabajo Social Global – Global Social Work. Revista de Investigaciones en Intervención Social*, 7 (12), Enero-junio 2017, 25-46.
- Van Hear, N., Bakewell, O., & Long, K. (2017). "Push-pull plus: reconsidering the drivers of migration". *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44(6), 927–944. doi:10.1080/1369183x.2017.1384135.
- Van Houtum, H., & Pijpers, R. (2007). "The European Union as a gated community: the two-faced border and immigration regime of the EU". *Antipode*, 39(2), 291-309.
- Van Houtum, H. (2005). "The geopolitics of borders and boundaries". *Geopolitics* 10(4):672– 679.
- Vertovec, S. e Cohen, R. (2003). "Introduction: Conceiving cosmopolitanism", in S. Vertovec and R. Cohen (eds) *Conceiving Cosmopolitanism*, Oxford: Oxford University Press, pp. 1 22.
- Villeminot, F. (2016, March 24) "French health care: Best in the world?". France 24. www.france24.com
- Vis, B.; van Kersbergen, K.; Hylands, T. (2011). "Did the Financial Crisis Open Up Opportunities for Welfare State Reform?", Paper prepared for the workshop the workshop "International Political Economy" at the Dutch/Flemish Politicogenetmaal 2010, 27- 28 May, Leuven, Belgium.
- Wall, K., & Nunes, C. (2010). Immigration, welfare and care in Portugal: mapping the new plurality of female migration trajectories. *Social Policy and Society*, 9(3), 397-408.
- Wasik, Z. (2017). "EU citizens seeking UK residency face health insurance hurdle", *Financial*

Times, (April, 2017).

Werner, C., & Barcus, H. R. (2009). Mobility and immobility in a transnational context: Changing views of migration among the Kazakh diaspora in Mongolia. *Migration Letters*, 6(1), 1-49.

White, S. (2010). "Ethics". In F. Castles, S. Leibfried, J. Lewis, H. Obinger & C. Pierson (Eds.), *The Oxford Handbook of the Welfare State* (19-31). Oxford: Oxford University Press.

Whiteside, N. (2014) "The Beveridge Report and its implementation: a Revolution Project?" *Histoire@Politique*, culture, société. N. 24, septembre-décembre. www.histoire-politique.fr

Wilensky, H. (1975) *The Welfare State and Equality: Structural and Ideological Roots of Public Expenditures*, Berkeley, University of California Press.

Wimmer, A., & Glick Schiller, N. (2002). Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. *Global networks*, 2(4), 301-334.

Wincott, D. (2013). The (golden) age of the welfare state: Interrogating a conventional wisdom. *Public Administration*, 91(4), 806-822.

Wolf, M. (2017) "The Long and Painful Journey to World Disorder". *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/ef13e61a-cc0c-11e6-b8ce-b9c03770f8b1>.

Woudhuysen, J. (2012, December 19) "The conservative origins of the welfare state", *Spiked*. www.spiked-online.com

Zelinsky W. (1971). The hypothesis of the mobility transition. *Geographical Review* 61: 219-249.

ANEXOS

- Onde é que nasceu e cresceu?
- Com quem? Vida familiar (quem tomava conta de si e, se tiver irmãos, dos seus irmãos/irmãs?)
- Educação (escola pública/privada; ensino primário e ensino médio; após o ensino médio; qual a qualidade do ensino)
- Quando saiu da casa dos seus pais pela primeira vez?

2. **Pode contar-me como foi, quando decidiu sair de Portugal pela primeira vez, para ir viver em outro país?**

3. Peça ao entrevistado que fale sobre as experiências migratórias que tiveram uma duração de **pelo menos 3 meses**.

- Quando/onde/durante quanto tempo/porquê
- Por que razão escolheu aquele país? (redes de contatos, imaginação, informação)
- Qual era a sua situação pessoal antes de partir (família, trabalho e estudo)
- Estava satisfeito/a com a vida que tinha antes de sair?
- Qual era a situação no seu país antes de emigrar (mudanças económicas, políticas e sociais ao longo do tempo)?

4. **Pode falar sobre as reações das pessoas quando foi viver fora?**

- Reações (família/amigos/comunidade)
- A emigração é algo habitual no local de onde vem (localidade/país)?
- E o país para onde foi é um país onde os portugueses, de um modo geral, costumam ir? Porquê?

5. **Como é que organizou a sua viagem?**

- Apoio para a viagem (dentro do país de destino e a partir do país de origem)
- Informação que procurou antes de viajar (documentos, emprego, alguns cuidados/ preocupações sobre questões de saúde, cuidados e educação das crianças, residência, licença maternidade, outros benefícios?)
- Como é que obteve esta informação?
- Teve de deixar alguém a tomar conta de algum familiar seu, antes de viajar/emigrar? (filhos, pais, idosos)

6. **Fale, por favor, sobre outras mudanças de país que tenha realizado, após esta primeira experiência:**

Peça ao entrevistado que fale sobre as experiências migratórias que tiveram uma duração de **pelo menos 3 meses**.

PARA MUDANÇAS INTERMÉDIAS:

- Quando/onde/durante quanto tempo/porquê
- Ligações com os locais destas mudanças intermédias (contatos de conhecidos que já moravam lá, contatos de negócios (trabalho, emprego), etc.)

PARA A MUDANÇA DE PAÍS MAIS RECENTE:

- Faça as perguntas 2, 4 e 5
- Ligações com os locais das mudanças de país intermédias (contatos de conhecidos que já moravam lá, contatos de negócios (trabalho, emprego), etc.)

1.2 Após emigrar

7. **Pode falar sobre as burocracias que teve de seguir antes ou depois da chegada?**

- Documentos: vistos, autorização de residência / de trabalho, registro junto das autoridades locais / nacionais. Obstáculos?
- Em que país(es) paga as suas contribuições para a proteção social? Porquê? Como?

8. **Pode falar da sua situação pessoal desde que chegou a França/ Reino Unido? (mudanças na situação familiar)**

- Mudanças na vida familiar (filhos;marido;esposa/o;companheira(o)?
- Desde que aqui está, algum membro da sua família veio viver consigo ou deixou o país – como/porquê?
- Contatos com Portugal: visitas, investimentos (em terrenos / terras, casas / apartamentos, ajudar outras pessoas, comunicação, com que frequência?)

9. **Pode falar sobre o que tem feito desde que chegou?**

- Mudanças em termos de emprego/carreira (contrato fixo/temporário/permanente; trabalhador por conta própria; condições de trabalho/trabalho formal e informal)
- Situação financeira (Salário/ Média salarial)
- Estudos (Passou de estudante para trabalhador)

1.3 Questões específicas sobre proteção social

Agora gostava que me falasse mais sobre a forma como organiza a sua vida em França/ Reino Unido.

NOTA: peça exemplos concretos, se o/a entrevistado/a não tem nenhuma experiência, pergunte por experiências de outras pessoas próximas e peça que fale sobre os seus conhecimentos/ideias. Preste atenção aos cuidados informais e às práticas transnacionais. Não se foque apenas nos arranjos / combinações/soluções formais.

CUIDADOS DE SAÚDE

10. **O que sabe sobre o sistema de saúde em França/ Reino Unido?**

- Pode falar sobre as suas experiências ou sobre as experiências de outras pessoas (consultas, check-ups, dentista, emergências, doenças)?
- Acesso à informação (Quem?)
- Registro em centros de saúde / hospitais públicos, médicos de clínica geral
- Seguro ou Plano de Saúde privado/público (país de destino e/ou país de origem)
- Obstáculos/soluções (necessidade de cuidados informais, questões linguísticas, diferenças culturais, etc.)
- Sabia disto antes de chegar? (Influência potencial na decisão)
- Houve mudanças ao longo do tempo, em termos de uso dos serviços de saúde (hábitos médicos), desde que chegou? (cuidados de saúde recebidos em Portugal, em França/ Reino Unido, ou outros países)
- Diferenças em relação a Portugal (qualidade, acesso, público – comparação com o país de destino)
- Recebeu alguma ajuda desde que chegou? Que tipo de ajuda recebeu? (país de origem/país de residência/outras países (medicamentos, aconselhamento médico, apoio, etc.)

EDUCAÇÃO

11. O que sabe sobre o sistema de educação em França/ Reino Unido (ensino primário e ensino médio)?

- Pode falar um pouco mais sobre as suas experiências com este sistema?
- Acesso à informação (Quem?)
- Obstáculos/soluções
- Sabia disto antes de chegar? (Influência potencial na decisão)
- Diferenças com Portugal (qualidade, acesso, público/privado – comparação com os países de destino)

CUIDADO DE CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR

12. O que sabe sobre os cuidados disponíveis para crianças em idade pré-escolar em França/ Reino Unido?

- Pode falar um pouco mais sobre as suas experiências / ou sobre as experiências de outras pessoas com este sistema? (público/privado; formal/informal)
- Soluções práticas (feriados, fêrias escolares, dias em que está doente – público/privado; formal/informal; transnacional)
- Acesso à informação (Quem?)
- Sabe se você tem acesso a benefícios / subsídios relacionados com as crianças? Usa?
- Obstáculos/soluções
- Sabia disto antes de chegar? (Influência potencial na decisão)
- Diferenças com Portugal (qualidade, acesso, público/privado) (comparação com os países de destino)

OUTRAS RESPONSABILIDADES NA ÁREA DOS CUIDADOS

13. Teve de organizar cuidados para outra pessoa (membros da família que estejam doentes ou que sejam idosos, cuidadores principais)? (Aqui/país de origem/outros países)

- Onde/como (remessas, reunificação familiar, etc.)?
- Por que razão é você o responsável por cuidar desta pessoa?
- Pensou nisso antes de sair de Portugal?
- Diferenças se você estivesse em Portugal (formal/informal; privado/público)
- Obstáculos/soluções
- Eventuais alterações no futuro?

DESEMPREGO

14. O que sabe sobre os apoios/ ajudas disponíveis para fazer face a situações de desemprego em França/ Reino Unido?

- Pode falar um pouco mais sobre as suas experiências / ou sobre as experiências que outras pessoas tiveram com o desemprego aqui
- Subsídios de desemprego: acesso, informação, problemas, soluções
- Recursos mínimos garantidos: acesso, informação, problemas, soluções
- Recebeu subsídios no [país de residência] relacionados com experiências anteriores de trabalho noutros países?: acesso, informação, problemas, soluções

- Pode falar sobre outras pausas no seu trabalho por motivos de doença ou por outras circunstâncias?: acesso, informação, problemas, soluções
- Pensou nisso antes de se mudar?
- De uma maneira geral, como conseguiu lidar com a perda de rendimento (falta de trabalho, salário, subsídio, ajuda social...?) (soluções informais, apoio da família, investimentos que tinha)
- Diferenças com Portugal (comparação com os países de destino)

PENSÕES/REFORMA

15. O que sabe sobre o acesso a pensões de reforma em França/ Reino Unido?

- Pode falar um pouco mais sobre as suas experiências / ou sobre as experiências de outras pessoas que utilizam o sistema de pensões/ recebem aposentadoria?
- Contribuiu / descontou para algum sistema de pensões (aqui, em Portugal, noutros países)?
- Acesso à informação sobre os direitos em receber uma pensão (aqui, em Portugal, noutros países) e de como a receber
- Obstáculos/soluções (transferibilidade)
- Pensou nisso antes de se mudar?
- Planos sobre a aposentadoria (investimentos, França/Reino Unido e Portugal, Plano de Proteção Social Privada?)
- Diferenças com Portugal (comparação com os países de destino)

1.4 Aspirações/ Desejos futuras, desafios e incertezas

16. O que mudou na sua vida ao longo do tempo?

- A sua situação melhorou/piorou desde que deixou o seu país? Como? (para o/a entrevistado/a e para os membros da família a viverem aqui em Portugal)
- Em que aspetos/ De que forma? (trabalho, vida pessoal, família, apoio, cuidados de saúde, educação, apoios sociais, etc.)
- Desde que vive aqui, criou laços e hoje possui algum grupo com pessoas que ajudam com cuidados de saúde, cuidados para as crianças, encontrar trabalho, emprestar dinheiro, etc.? Se sim, com quem? Onde?
- Mudanças no desejo de migrar dos membros da família e amigos (partilha de informação/ planos concretos – em Portugal e França/Reino Unido)
- Desde que emigrou, mudou a sua opinião sobre o seu país no que diz respeito aos vários aspetos que abordámos? (cuidados de saúde, educação, apoio para as crianças, etc.)

17. Como compara a qualidade da sua vida aqui (considerando todas as coisas de que falámos – trabalho, cuidados de saúde, vida familiar, cuidados para as crianças/educação, subsídios de desemprego, aposentadoria/pensões) com a que teria em Portugal se tivesse lá ficado?

- Vantagens/desvantagens (França/Reino Unido e Portugal)
- Baseando-se na sua experiência, há alguma coisa que teria feito de forma diferente de entre todos os temas de que falamos? (Dificuldades em ser emigrante)

18. Pode falar-me sobre os seus planos para o futuro?

- Está a planear ficar/ voltar/ mudar para outro país? Onde e porquê? Quando?

- Algum dos assuntos que falámos aqui (educação, cuidados de saúde...) é importante para os seus planos futuros?
- Espera ou planeia alguma mudança no que diz respeito à sua nacionalidade ou ao seu estatuto de residência? Porquê? (alteração da nacionalidade, irregularidade / ausência de documentação)
- Tem planos para quando for mais velho e precisar de cuidados?
- Planos sobre a família (constituir família, ter mais filhos, crescimento dos filhos, etc.)
- Outros planos (trabalho, passatempos, etc.)

19. Como vê a evolução da União Europeia no futuro próximo e o seu lugar aqui na Europa?

- Liberdade de circulação no espaço europeu
- Alterações no acesso aos direitos no [país de residência] e noutros países da União Europeia (benefícios sociais, cuidados de saúde, educação, etc.)

20. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa ao que já conversamos?

Antes de terminarmos a entrevista, gostaria de me certificar que recolhemos alguns detalhes sobre a sua situação pessoal e a sua utilização de apoios sociais.

Part 2. Informação sociodemográfica e apoios sociais

1. Ano de nascimento: _____

2. Género:

1. ☐ Masculino 2. ☐ Feminino

3. Local de nascimento:

a. País: _____

b. Município e Estado: _____

c. Tipo de área: 1. ☐ Rural 2. ☐ Urbana

4. Nacionalidade(s):

a. _____

b. _____

c. _____

5. Grau de instrução [completo]:

1. ☐ Nenhum

2. ☐ Literacia básica

3. ☐ Primário

4. ☐ Ensino Médio

5. ☐ Graduação

6. ☐ Pós-graduação

6. Atualmente, você está?

1. ☐ Empregado/a 2. ☐ Desempregado/a 3. ☐ Inativo/a 4. ☐ Aposentado/a

7. Qual é a sua atividade principal atualmente?: _____

Escreva a resposta e codifique mais tarde (veja as categorias na última página)

1. ☐ Trabalhador/a agrícola
2. ☐ Trabalhador/a manual não qualificado/a e semiqualeificado/a (não agrícola)
3. ☐ Trabalhador/a manual qualificado/a (não agrícola)
4. ☐ Supervisor/a de trabalhadores manuais
5. ☐ Pequeno/a empregador/a / trabalhador/a independente
6. ☐ Profissional de nível intermédio / trabalhador/a não-manual
7. ☐ Profissional de alto nível

8. Última atividade principal em Portugal (antes de se aposentar): _____

Escreva a resposta e codifique mais tarde (veja as categorias na última página)

1. ☐ Trabalhador/a agrícola
2. ☐ Trabalhador/a manual não qualificado/a e semiqualeificado/a (não agrícola)
3. ☐ Trabalhador/a manual qualificado/a (não agrícola)
4. ☐ Supervisor/a de trabalhadores manuais
5. ☐ Pequeno/a empregador/a / trabalhador/a independente
6. ☐ Profissional de nível intermédio / trabalhador/a não-manual
7. ☐ Profissional de alto nível
8. ☐ Inativo/a
9. ☐ Desempregado/a

9. História migratória (deslocações internacionais com a duração de pelo menos três meses):

	Ano de chegada	País	Duração (número total de meses)
a.			
b.			
c.			
d.			

10. Principal local de residência atualmente:

- a. País: _____
- b. Município (Concelho): _____
- c. Tipo de área : 1. ☐ Rural 2. ☐ Urbana

11. Principal atividade dos seus pais (antes da reforma):

Escreva a resposta e codifique mais tarde (veja as categorias na última página)

- | | |
|--|---|
| <p>a. Pai: _____</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Trabalhador agrícola</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Trab manual não qualif e semiquaif (não agric)</p> <p>semiquaif (não agric)</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Trab manual qualif (não agric)</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Supervisor trab manuais</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Pequeno empreg / trab indep</p> <p>6. <input type="checkbox"/> Prof nível interm / trab não-manual</p> <p>7. <input type="checkbox"/> Profissional de alto nível</p> <p>8. <input type="checkbox"/> Inativo</p> <p>9. <input type="checkbox"/> Desempregado</p> | <p>b. Mãe: _____</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Trabalhadora agrícola</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Trab manual não qualif e</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Trab manual qualif (não agric)</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Supervisora trab manuais</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Pequena empreg / trab indep</p> <p>6. <input type="checkbox"/> Prof nível interm / trab não-manual</p> <p>7. <input type="checkbox"/> Profissional de alto nível</p> <p>8. <input type="checkbox"/> Inativa</p> <p>9. <input type="checkbox"/> Desempregada</p> |
|--|---|

12. Nível de Escolaridade completo mais elevado dos seus pais:

- | | |
|--|--|
| <p>a. Pai:</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Nenhum</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Literacia básica (ler/escrever pouco)</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Primário</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Ensino Médio</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Graduação</p> <p>6. <input type="checkbox"/> Pós-graduação</p> | <p>b. Mãe:</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Nenhum</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Literacia básica (ler/escrever pouco)</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Primário</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Ensino Médio</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Graduação</p> <p>6. <input type="checkbox"/> Pós-graduação</p> |
|--|--|

13. Algum dos seus pais está vivo? 1. ☐ Sim 2. ☐ Não

Se Sim, em que país residem?

- a. Pai: _____
- b. Mãe: _____

14. Estado civil atual:

- ☐ 1. Nunca casou (solteiro)
- ☐ 2. Casado/a /com companheiro/a

- ☐ 3. Relação estável mas não vivem juntos
- ☐ 4. Divorciado/a /separado/a
- ☐ 5. Viúvo/a

→SE TEM UM COMPANHEIRO/A **Opções 2 e 3:**

- a. Nacionalidade(s) do companheiro/a?
1. _____
2. _____
3. _____
- b. Local de nascimento do companheiro (país)?
- _____
- c. O/A seu/sua companheiro/a vive atualmente consigo:
1. ☐ Sim
2. ☐ Não, indique, por favor, o principal país de residência _____
- d. O/A seu/sua companheiro/a viveu noutros países
1. ☐ Sim
2. ☐ Não
- e. Se sim, onde:
1. _____
2. _____
3. _____

15. Tem filhos? 1. ☐ Sim 2. ☐ Não

→SE SIM:

Pode falar-me um pouco mais sobre eles:

	a. Ano de nascimento	b. Sexo	c. País de nascimento	d. (se relevante) Atual país de residência
1.				
2.				
3.				
...				

16. É proprietário (bens imobiliários) ? 1. ☐ Sim 2. ☐ Não

→SE SIM:

a. Onde? **É possível aceitar múltiplas respostas**

1. ☐ País de origem 2. ☐ País de destino 3. ☐ Outros países

16. Tem um negócio? 1. ☐ Sim 2. ☐ Não

→SE SIM:

a. Onde? **É possível aceitar múltiplas respostas**

1. ☐ País de origem 2. ☐ País de destino 3. ☐ Outros países

17. Já alguma vez recebeu algum dos seguintes apoios sociais?

SE O ENTREVISTADO/A RESPONDER AFIRMATIVAMENTE: preencher a tabela abaixo com a ajuda do entrevistado/a:

Tipo de benefício	Sim	Não	No país de origem	No atual país de residência	Em anteriores países de residência	Ano de Início	Ano de Fim	Você ainda está a receber este benefício?	Nome do benefício na língua original do país onde você o recebeu
Educação/Bolsa de estudo									
Ativação no mercado de trabalho (formação profissional, incentivo ao emprego, criação de emprego, incentivos de tipo “start up”)									
Subsídio de desemprego									
Recursos mínimos garantidos									
Assistência / subsídio de habitação									
Subsídios para as crianças									
Subsídios de maternidade e paternidade									
Pensão de sobrevivência e subsídio por falecimento (em caso de acidente de trabalho ou doença profissional)									
Benefícios / Subsídios de pré-aposentadoria, aposentadoria antecipada									
Pensões									
Benefícios devido a acidentes de trabalho e doenças profissionais									
Pensões de invalidez e subsídios de doença									
Subsídio por doença									
Benefícios / subsídios / prestações de cuidados pessoais de longo prazo									
Outros benefícios / subsídios /prestações (Por favor, especifique)									

18. Conhece alguém que nós pudéssemos contatar para fazer esta entrevista? Potenciais respondentes, especialmente REGRESSADOS e NÃO-MIGRANTES (Nome, número de telefone, e-mail):

Linhas orientadoras da classificação das profissões: Pergunte ao entrevistado qual é a sua principal atividade profissional e confira a que categoria pertence na seguinte lista.

1. Trabalhadores agrícolas

- Trabalhador agrícola (recebe o salário pago pelo proprietário da fazenda)
- Trabalhadores das pescas, floresta e mineração
- Jardineiro, trabalhador da horticultura
- Outros trabalhadores da agricultura, horticultura, pesca, mineração, etc.

2. Trabalhadores manuais não-qualificados e semiquualificados (não agrícola)

- Empregada doméstica, criada
- Au pair
- Babá
- Empregada de limpeza
- Empregado de mesa, empregado de bar e outras profissões não qualificadas em hotéis, clubes, etc.
- Ajudante de cozinha, serviço de entrega de refeições (pizas, refeições prontas lavador de loiça)
- Segurança privado (guarda costas, etc.)
- Artesão (tecelão de tapetes, etc.)
- Trabalhador não-qualificado da construção
- Outros trabalhadores manuais semiquualificados e não qualificados (não agrícolas)

3. Trabalhadores manuais qualificados, operadores de máquinas (não agrícola)

- Trabalhador qualificado da construção (pintor, carpinteiro, estucador, soldador, etc.)
- Bombeiro, agente da polícia, soldado
- Cabeleireiro, esteticista, etc.
- Cozinheiro e outros trabalhadores qualificados da confeção de refeições
- Outros trabalhadores manuais qualificados

4. Supervisor de trabalhadores manuais, supervisores

- Capataz / supervisor (em fábricas, minas ou na construção)
- Supervisor de trabalhadores manuais
- Outros supervisores de 2ª linha

5. Pequenos empregadores e trabalhadores independentes

- Proprietários de pequenos negócios (1-10 empregados)
- Trabalhador por conta própria (sem empregados)
- Agricultor por conta própria/gestor de fazenda
- Outros pequenos proprietários, artesão, etc.

6. Profissionais de nível intermédio, gestores de 2ª linha e técnicos (trabalhadores não-manuais)

- Gestor de um departamento de pequena dimensão (até 10 subordinados)
- Professor do ensino primário/secundário, professor de línguas
- Tradutor/intérprete
- Assistente na área da saúde, enfermeiro, parteiro
- Escritores, profissionais criativos (músico, fotógrafo, etc.)
- Assistente administrativo (escriturário, assistente de gestão, etc.)
- Oficial do exército (de patente superior)
- Engenheiro técnico
- Programador de computador, especialista de software
- Outros profissionais, gestores e técnicos de 2ª linha
- Empregados de escritório com tarefas rotineiras, de vendas e outros trabalhadores não-manuais secretário, datilógrafo, etc.)
- Vendedor, balconista
- Trabalhador de cuidados às crianças, assistente de cuidados de saúde
- Outros trabalhadores não-manuais de tarefas rotineiras

7. Profissionais de alto nível, gestores de 1ª linha, empreendedores

- Profissional liberal (arquiteto, contabilista, advogado, médico, dentista, farmacêutico, etc.)
- Político, funcionário público de nível elevado
- Gestor de um departamento de grande dimensão, proprietário de uma grande empresa (11 subordinados ou mais)
- Professor do ensino superior
- Membro do clero (padre, imã)
- Outros profissionais de nível elevado

8. Inativos

- Frequenta um curso de língua e/ou um curso de integração
- Frequenta o ensino (estudante/aluno)
- Em trabalho voluntário
- Não trabalha por opção (é dona/o de casa, toma conta das crianças, etc.)
- Incapacitado para o trabalho devido a ser portador de deficiência / doença
- Presidiário

9. Desempregados

- Desempregado (gostaria de trabalhar e aceitaria trabalho se surgisse oportunidade)

Guião para Entrevistas Semiestruturadas
Versão a aplicar aos Migrantes Regressados

Migrante [M]; Retornado [R], Não-Migrante [NM], Migrante com Perfil I [P1], Migrante com Perfil II [P2], Migrante com Perfil III [P3] - [País de origem] – [País de residência do/a entrevistado/a] - [Acrônimo da instituição de investigação] – Iniciais do entrevistador [e.g. DJ] - Entrevista N° [XX]

Ex: M-P2- BR-UK-IMI-MG-01

Informação geral:

Entrevistador/a:

Descrição do contacto:

Data da entrevista:

Duração e Hora:

Localização: Língua falada durante a entrevista:

Comentários acerca da presença de outras pessoas durante a entrevista:

Outras observações:

Estratégia de recrutamento (como se chegou ao entrevistado/a):

Introdução à investigação

Durante esta entrevista vamos falar sobre as suas experiências relativamente à proteção social aqui em Portugal e no país onde viveu anteriormente e como essas experiências podem ter influenciado a decisão de viver fora e de regressar a Portugal. Estamos também interessados em saber como essas experiências podem afectar eventuais planos futuros. Não é obrigado/a a responder a todas as questões se não se sentir confortável e, claro, pode optar por parar a entrevista ou a sua gravação em qualquer momento.

Explique ao entrevistado/a que a entrevista se encontra dividida em duas partes, e decida, juntamente com o/a entrevistado/a, por qual das partes começar.

Parte 1. Uma parte mais longa onde esperamos que o/a entrevistado/a lidere a conversa.

Parte 2. Uma parte mais curta com questões mais simples e diretas (questionário sociodemográfico).

Part 3. Entrevista Qualitativa

3.1 Antes de emigrar

Gostaria de começar esta entrevista procurando saber mais sobre si, a sua história e passar depois às suas opiniões acerca de alguns temas específicos.

15. Para começar, pode falar-me sobre a sua infância?

- Onde nasceu e onde cresceu?
- Com quem? Vida familiar (quem cuidou do/a entrevistado/a e seus irmãos)
- Educação (escola pública/ privada; primária e secundária; após o ensino secundário; qualidade)
- Quando saiu da casa dos seus pais pela primeira vez?

16. Pode falar-me acerca da primeira vez que decidiu ir viver para outro país?

Perguntar acerca das experiências migratórias de pelo menos 3 meses.

- Quando/Onde/Por quanto tempo/Porquê
- Porquê esse país? (redes, imaginação, informações)
- Situação pessoal antes de sair (família, trabalho e estudos)
- Estava satisfeito/a com a vida que tinha?
- Qual era a situação em Portugal antes de sair (económica, política e mudanças sociais ao longo do tempo)?

- **Pode falar-me acerca da reação das pessoas relativamente à sua decisão de ir viver para fora?**
- Reações (família/amigos/comunidade)
- A migração é comum no local onde vivia?
- O país de destino que escolheu é um destino habitual? Porquê?

17. Como organizou a sua mudança de país?

- Apoio para a viagem (dentro do país de destino e a partir do país de origem)
- Informação prévia recolhida (documentos, emprego, alguns cuidados / preocupações sobre questões de saúde, cuidados e educação das crianças, habitação, licença de maternidade, outros apoios?) Como é que obteve esta informação prévia?
- Teve que tratar dos cuidados de alguém antes de sair do país (filhos, pais, idosos): Como?

18. Fale-me, por favor, de outras mudanças de país que fez após esta primeira experiência:

19. Perguntar sobre experiências migratórias de pelo menos 3 meses.

PARA MUDANÇAS INTERMÉDIAS:

- Quando/Onde/Por quanto tempo/Porquê
- Ligações com os locais de destino destas mudanças intermédias (contactos próximos já a morarem lá, contactos de negócios, etc.)

PARA A MUDANÇA DE PAÍS MAIS RECENTE:

- Colocar questões 2 e 4.
- Ligações com os locais de destino destas mudanças intermédias (contactos próximos já a morarem lá, contactos de negócios, etc.)

3.2 Regresso

- **Agora, pode falar-me acerca da sua decisão de regressar a Portugal?**
- Quando/Porquê/Estava nos seus planos?
- Tencionava que fosse um regresso temporário/permanente
- Situação pessoal antes de regressar (família, trabalho, estudos)

- Satisfação com a vida no país de residência, incluindo questões relacionadas com a protecção social – acesso/dificuldades, mudanças
- Situação no país de residência antes do regresso (mudanças económicas, políticas e sociais ao longo do tempo – incluindo mudanças ao nível do estatuto legal e nacionalidade)
- Situação em Portugal antes do regresso (mudanças económicas, políticas e sociais ao longo do tempo)

20. De que forma esteve a sua família envolvida no processo de regresso?

- A família juntou-se a si/ou não
- Reuniu-se à família que estava no país de origem
- Reações ao regresso? Preocupações/Encorajamento/Pressão?
- Mudanças na situação familiar desde o regresso

21. Como organizou o seu regresso a Portugal?

- Apoio recebido para regressar
- Informação prévia recolhida – transferibilidade/portabilidade de direitos, opção de receber contribuições feitas para a segurança social no país de residência antes do regresso, pensões/reforma
- Questões relacionadas com: habitação, emprego (caso não esteja reformado), acesso a cuidados de saúde, sistema de educação
- Questões referentes ao regresso – emprego, protecção social, família, relações sociais, qualidade de vida.

22. E em relação a formalidades administrativas/burocráticas?

- Obtenção de documentos/mudança de residência fiscal como exemplo – Obstáculos?
- País(es) em que realizou contribuições para a Segurança Social? Porquê? Como?

23. Pode falar-me acerca da sua vida desde que regressou?

- Situação pessoal/familiar
- Comparação com a experiência de vida no estrangeiro – foco nas questões referentes à protecção social
- Contactos com o país de residência prévia

24. Pode falar-me sobre o que tem feito desde que regressou?

- Mudanças em termos de emprego/careira (fixo/temporário/contrato permanente; trabalhador por conta própria; condições laborais/trabalho formal e informal)
- Experiência relativamente à reforma
- Situação financeira (rendimento)
- Educação

3.3 Questões específicas referentes à protecção social

Agora gostaríamos de falar mais acerca da forma como organizou a sua vida aqui desde que regressou...

NOTA: Pedir exemplos concretos. Se o/a entrevistado/a não tiver qualquer experiência, perguntar acerca das experiências de pessoas próximas assim como acerca das suas impressões/conhecimento.

Prestar atenção a cuidados informais e práticas transnacionais. Não focar apenas nos aspetos formais.

CUIDADOS DE SAÚDE

25. O que sabe sobre o acesso a cuidados de saúde aqui em Portugal atualmente?

- Pode falar-me acerca das suas experiências (ou de outros) – consultas, check-ups, dentista, emergências, doenças (*procurar obter informação sobre cuidados médicos recebidos em PT e se continua a recorrer ao sistema de saúde – público ou privado - no país onde viveu anteriormente*)
- Acesso a informação (Quem?)
- Registo no centro de saúde, médico de família
- Seguro de saúde privado/público (em Portugal, país onde viveu anteriormente)
- Obstáculos/Soluções (necessidade de cuidados informais, questões relacionadas com a língua, diferenças culturais)
- Estava ciente disto antes de regressar? (potencial influência na decisão de regressar)
- Mudanças ao longo do tempo em termos de uso de serviços de saúde desde que regressou?
- Diferenças em relação ao país onde viveu anteriormente (qualidade, acesso, público/privado) (comparação com países de destino)
- Recebeu algum tipo de ajuda desde que regressou? Que tipo de ajuda? (país de residência prévia/outros países) (por exemplo com medicamentos, aconselhamento médico, apoio...)

EDUCAÇÃO

26. O que sabe acerca do sistema de educação aqui em Portugal atualmente? (ensino primário e secundário)

- Acesso à informação (Quem?)
- Experiências desde que regressou
- Obstáculos/Soluções
- Estava ciente disto antes de ter regressado? (Potencial influência no processo de decisão)
- Diferenças em relação ao país onde viveu anteriormente (qualidade, acesso, público/privado) (experiências pessoais ou informação)

CUIDADO DE CRIANÇAS EM IDADE PRÉ-ESCOLAR

27. Estando aqui, o que sabe acerca dos apoios disponíveis para crianças em idade pré-escolar?

- Acesso à informação (Quem?)
- Quais as suas (ou de pessoas próximas) experiências com o sistema? (público/privado; formal/informal) - *Teve que tratar de algum tipo de apoio para filhos em idade pré-escolar desde que regressou (em Portugal ou no anterior país de residência)*
- Aspetos práticos (feriados, férias escolares, dias de baixa) (público/privado; formal/informal, transnacional)
- Sabe se tem direito a receber o abono de família/? Recebe esse apoio?
- Obstáculos/Soluções
- Estava ciente disto antes de ter regressado? (Potencial influência no processo de decisão)

- Diferenças em relação ao país onde viveu anteriormente (qualidade, acesso, público/privado) (experiências pessoais ou informação)

OUTRAS RESPONSABILIDADES NA ÁREA DOS CUIDADOS

28. Teve que tratar dos cuidados de outras pessoas (membros da família doentes ou idosos)? (aqui/noutros países)

- Onde/como (remessas, reunificação familiar)?
- Porque é você o/a responsável?
- Isto foi pensado/antecipado antes de voltar?
- Diferenças se estivesse no país de residência anterior (formal/informal; privado/público)
- Obstáculos/Soluções
- Eventuais mudanças no futuro?

DESEMPREGO:

29. o que sabe acerca dos apoios disponíveis para quem está desempregado/a em Portugal?

- Pode falar sobre as suas (ou de outros) experiências de desemprego?
- Subsídio de desemprego: Acesso, informação, problemas, soluções
- Rendimento social de inserção ou outros apoios sociais (subsídio social de desemprego: Acesso, informação, problemas, soluções...)
- Recebeu apoios sociais aqui relacionados com experiências anteriores de trabalho noutros países?? Acesso, informação, problemas, soluções
- E em relação a outras interrupções no trabalho devido a doença ou por outros motivos? Acesso, informação, problemas, soluções
- Tinha tomado esses aspetos em consideração antes de se mudar novamente para aqui?
- De uma maneira geral, como conseguiu lidar com a perda de rendimento? (soluções informais, apoio da família, investimentos que tinha)
- Diferenças em relação ao país de residência prévia (experiências pessoais ou informação)

PENSÕES/REFORMA:

15. Que informação tem sobre o acesso à reforma/pensão em Portugal?

- Prestações/contribuições para a reforma (aqui, país de residência prévia, outras)
- Informação sobre elegibilidade/direito à reforma (aqui, país de residência prévia, outras) e como receber
- Experiências referentes ao recebimento de pensão/reforma
- Obstáculos/soluções (transferibilidade/portabilidade)
- Tinha tomado esses aspetos em consideração antes de se mudar novamente para aqui?
- Planos relativamente à reforma (investimento, aqui e em outros países)
- Diferenças relativamente a esta situação caso tivesse permanecido no país de residência prévia

3.4 Aspirações futuras, desafios e incertezas

17. O que mudou ao longo do tempo?

- A sua situação melhorou/piorou desde que regressou? Como (para si e para os membros da sua família aqui e no país de residência prévia)
- Em que aspetos? (trabalho, vida pessoal, família, apoio, cuidados de saúde, educação, apoios sociais, ...)
- Desde que voltou a viver aqui, desenvolveu alguma rede de apoio mútuo com outras pessoas (cuidados de saúde, cuidados para as crianças, encontrar trabalho, emprestar dinheiro, etc.)? Se sim, com quem? Onde?
- Mudanças nas aspirações migratórias de familiares e amigos (partilha de informação/planos concretos) (no país de residência prévia e país de origem)
- Desde a sua experiência de vida no estrangeiro, houve alguma alteração relativamente à forma como vê o seu país no que diz respeito aos aspetos que abordámos nesta entrevista? (cuidados de saúde, educação, apoio às crianças,...)

17. Como compara a qualidade de vida aqui (tendo em consideração os aspetos que abordámos – trabalho, cuidados de saúde, vida familiar e cuidados infantis/educação, subsídio de desemprego, reforma/pensões) com a que teria no país onde vivia caso tivesse ficado?

- Vantagens/desvantagens (Portugal e país de residência prévia)
- Com a sua experiência, há algum aspeto que teria organizado de forma diferente em relação àquilo de que falámos? (dificuldades em ser um/a migrante/regresso)

18. Pode falar-me sobre os seus planos para o futuro?

- Planeia ficar aqui / ir viver para outro local? Para onde e porquê? Quando?
- Algum dos assuntos que falamos aqui (educação, cuidados de saúde,...) é importante para os seus planos futuros?
- Tem planos para quando for mais velho e necessitar de cuidados?
- Planos familiares (constituir família, ter mais filhos, crescimento dos filhos,...)
- Outros planos (trabalho, hobbies,...)

19. Como vê a evolução da União Europeia no futuro próximo e o seu lugar nela?

- Liberdade de circulação no espaço europeu
- Alterações no acesso aos direitos, por exemplo no país onde viveu antes, e noutros países da União Europeia (apoios sociais, cuidados de saúde, educação, etc.)

20. Há alguma coisa que gostaria de acrescentar ao que já conversamos?

Antes de terminar a entrevista, gostaria de me certificar que recolhemos alguns detalhes sobre a sua situação pessoal e a sua utilização de apoios sociais.

Part 4. Informação sociodemográfica e apoios sociais

1. Ano de nascimento: _____

2. Género:

1. ☐ Masculino 2. ☐ Feminino

3. local de nascimento:

a. País: _____

b. Concelho: _____

c. Tipo de área: 1. ☐ Rural 2. ☐ Urbana

4. Nacionalidade(s)

a. _____
b. _____
c. _____

5. Nível de educação [completo]:

- 1. ☐ Nenhum
- 2. ☐ Literacia Básica
- 3. ☐ Ensino Primário
- 4. ☐ Ensino Secundário
- 5. ☐ Licenciatura
- 6. ☐ Pós graduação

6. Atualmente, está?

1. ☐ Empregado/a 2. ☐ Desempregado/a 3. ☐ Inativo/a 4. ☐ Reformado/a

7. Qual é a sua atividade principal atualmente ou última atividade: _____

Anotar durante a entrevista e codificar mais tarde (ver categorias na última página)

- 1. ☐ Trabalhador/a agrícola
- 2. ☐ Trabalhador/a manual não qualificado/a e semiqualeficado/a (não agrícola)
- 3. ☐ Trabalhador/a manual qualificado/a (não agrícola)
- 4. ☐ Supervisor/a de trabalhadores manuais
- 5. ☐ Pequeno/a empregador/a / trabalhador/a independente
- 6. ☐ Profissional de nível intermédio / trabalhador/a não-manual
- 7. ☐ Profissional de alto nível

8. Última atividade principal [país de origem] (antes da reforma): _____

Anotar durante a entrevista e codificar mais tarde (ver categorias na última página)

- 1. ☐ Trabalhador/a agrícola
- 2. ☐ Trabalhador/a manual não qualificado/a e semiqualeficado/a (não agrícola)
- 3. ☐ Trabalhador/a manual qualificado/a (não agrícola)
- 4. ☐ Supervisor/a de trabalhadores manuais
- 5. ☐ Pequeno/a empregador/a / trabalhador/a independente
- 6. ☐ Profissional de nível intermédio / trabalhador/a não-manual
- 7. ☐ Profissional de alto nível
- 8. ☐ Inativo/a
- 9. ☐ Desempregado/a

9. Percurso migratório (movimentos internacionais de pelo menos três meses)/ incluindo ano de (último) regresso:

	Ano de chegada	País	Duração (meses)
a.			
b.			
c.			
d.			

10. Principal local de residência atual:

d. País: _____

e. Concelho: _____

f. Tipo de área: 1. ☐ Rural 2. ☐ Urbana

11. Principal atividade dos seus Pais (Antes da reforma):

Anotar durante a entrevista ou codificar mais tarde (ver categorias na última página)

- | | |
|--|---|
| <p>b. Pai: _____</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Trabalhador agrícola</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Trab manual não qualif e semiqualif (não agric)</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Trab manual qualif (não agric)</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Supervisor trab manuais</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Pequeno empreg / trab indep</p> <p>6. <input type="checkbox"/> Prof nível interm / trab não-manual</p> <p>7. <input type="checkbox"/> Profissional de alto nível</p> <p>8. <input type="checkbox"/> Inativo</p> <p>9. <input type="checkbox"/> Desempregado</p> | <p>b. Mãe: _____</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Trabalhadora agrícola</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Trab manual não qualif e</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Trab manual qualif (não agric)</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Supervisora trab manuais</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Pequena empreg / trab indep</p> <p>6. <input type="checkbox"/> Prof nível interm / trab não-manual</p> <p>7. <input type="checkbox"/> Profissional de alto nível</p> <p>8. <input type="checkbox"/> Inativa</p> |
|--|---|

12. Nível de educação mais elevado completo dos Pais:

- | | |
|---|---|
| <p>b. Pai:</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Nenhum</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Literacia básica</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Ensino Primário</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Ensino Secundário</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Ensino superior</p> <p>6. <input type="checkbox"/> Pós graduação</p> | <p>b. Mãe:</p> <p>1. <input type="checkbox"/> Nenhum</p> <p>2. <input type="checkbox"/> Literacia básica</p> <p>3. <input type="checkbox"/> Ensino Primário</p> <p>4. <input type="checkbox"/> Ensino Secundário</p> <p>5. <input type="checkbox"/> Ensino superior</p> <p>6. <input type="checkbox"/> Pós graduação</p> |
|---|---|

13. Algum dos seus pais está vivo? 1. ☐ Sim 2. ☐ Não

Se sim, em que país vivem?

c. Pai: _____

d. Mãe: _____

14. Estado civil atual:

- ☐ 1. Nunca casou antes (solteiro/a)
- ☐ 2. Casado(a)/União de Facto
- ☐ 3. Relacionamento estável mas não vivem juntos
- ☐ 4. Divorciado(a)/Separado(a)
- ☐ 5. Viúvo(a)

→SE TEM UM/A COMPANHEIRO/A/CONJUGE **Opções 2 e 3:**

e. Nacionalidade(s) da(o) companheira(o)?

1. _____
2. _____
3. _____

f. Local de nascimento da(o) companheira(o) (País)? _____

g. A(o) sua/seu companheira(o) vive atualmente consigo:

3. ☐ Sim
4. ☐ Não, indique, por favor, o principal país de residência _____

h. A(o) sua/seu companheira(o) já viveu noutros países:

1. ☐ Sim
2. ☐ Não

e. Se sim, onde:

1. _____
2. _____
3. _____

15. Tem filhos? 1. ☐ Sim 2. ☐ Não

→SE SIM:

Pode falar-me um pouco mais sobre eles:

	a. Ano de nascimento	b. Sexo	c. País de nascimento	d. (Se relevante) País de residência prévia	e. (Se relevante) Outro
1.					
2.					
3.					
...					

16. Possui alguma propriedade (imóvel)

1. ☐ Sim 2. ☐ Não

→SE SIM:

a. Onde? **Resposta múltipla**

1. ☐ País de origem 2. ☐ País de residência prévia 3. ☐ Outros países

16. Tem algum negócio? 1. ☐ Sim 2. ☐ Não

→SE SIM:

a. Onde? É possível aceitar múltiplas respostas

1. ☐ País de origem 2. ☐ País de destino 3. ☐ Outros países

17. Já obteve algum dos seguintes apoios sociais?

SE SIM: preencha a tabela abaixo com a ajuda do Entrevistado:

Tipo de benefício	Sim	Não	No país de origem	No país de residência prévia (antes do regresso)	Em outros países de residência prévia	Ano de início	Ano de fim	Ainda recebe esses benefícios?	Nomeie os benefícios na língua original dos países onde os recebeu
Educação/Bolsa de estudo									
Ativação no mercado de trabalho (formação profissional, incentivo ao emprego, criação de emprego, incentivos de tipo “start up”)									
Subsídio de desemprego									
Recursos mínimos garantidos									
Assistência / subsídio de habitação									
Subsídios para as crianças									
Subsídios de maternidade e paternidade									
Pensão de sobrevivência e subsídio por falecimento (em caso de acidente de trabalho ou doença profissional)									
Benefícios / Subsídios de pré-reforma, reforma antecipada									
Pensões									
Benefícios devido a acidentes de trabalho e doenças profissionais									
Pensões de invalidez e subsídios de doença									
Subsídio por doença									
Benefícios / subsídios / prestações de cuidados pessoais de longo prazo									
Outros benefícios / subsídios / prestações (Por favor, especifique)									

18. Conhece alguém que poderíamos contactar para entrevista? Potenciais entrevistados, especialmente RETORNADOS e NÃO MIGRANTES (Nome, número de telefone, correio electrónico):

Linhas orientadoras da classificação das profissões: Pergunte ao entrevistado qual é a sua principal atividade profissional e confira a que categoria pertence na seguinte lista.

1. Trabalhadores agrícolas

- Trabalhador agrícola (recebe o salário pago pelo proprietário da fazenda)
- Trabalhadores das pescas, floresta e mineração
- Jardineiro, trabalhador da horticultura
- Outros trabalhadores da agricultura, horticultura, pesca, mineração, etc.

2. Trabalhadores manuais não-qualificados e semiquualificados (não agrícola)

- Empregada doméstica, criada
- Au pair
- Babá
- Empregada de limpeza
- Empregado de mesa, empregado de bar e outras profissões não qualificadas em hotéis, clubes, etc.
- Ajudante de cozinha, serviço de entrega de refeições (pizas, refeições prontas lavador de loiça)
- Segurança privado (guarda costas, etc.)
- Artesão (tecelão de tapetes, etc.)
- Trabalhador não-qualificado da construção
- Outros trabalhadores manuais semiquualificados e não qualificados (não agrícolas)

3. Trabalhadores manuais qualificados, operadores de máquinas (não agrícola)

- Trabalhador qualificado da construção (pintor, carpinteiro, estucador, soldador, etc.)
- Bombeiro, agente da polícia, soldado
- Cabeleireiro, esteticista, etc.
- Cozinheiro e outros trabalhadores qualificados da confeção de refeições
- Outros trabalhadores manuais qualificados

4. Supervisor de trabalhadores manuais, supervisores

- Capataz / supervisor (em fábricas, minas ou na construção)
- Supervisor de trabalhadores manuais
- Outros supervisores de 2ª linha

5. Pequenos empregadores e trabalhadores independentes

- Proprietários de pequenos negócios (1-10 empregados)
- Trabalhador por conta própria (sem empregados)
- Agricultor por conta própria/gestor de fazenda
- Outros pequenos proprietários, artesão, etc.

6. Profissionais de nível intermédio, gestores de 2ª linha e técnicos (trabalhadores não-manuais)

- Gestor de um departamento de pequena dimensão (até 10 subordinados)
- Professor do ensino primário/secundário, professor de línguas
- Tradutor/intérprete
- Assistente na área da saúde, enfermeiro, parteiro
- Escritores, profissionais criativos (músico, fotógrafo, etc.)
- Assistente administrativo (escriturário, assistente de gestão, etc.)
- Oficial do exército (de patente superior)
- Engenheiro técnico
- Programador de computador, especialista de software
- Outros profissionais, gestores e técnicos de 2ª linha
- Empregados de escritório com tarefas rotineiras, de vendas e outros trabalhadores não-manuais secretário, datilógrafo, etc.)
- Vendedor, balconista
- Trabalhador de cuidados às crianças, assistente de cuidados de saúde
- Outros trabalhadores não-manuais de tarefas rotineiras

7. Profissionais de alto nível, gestores de 1ª linha, empreendedores

- Profissional liberal (arquiteto, contabilista, advogado, médico, dentista, farmacêutico, etc.)
- Político, funcionário público de nível elevado
- Gestor de um departamento de grande dimensão, proprietário de uma grande empresa (11 subordinados ou mais)
- Professor do ensino superior
- Membro do clero (padre, imã)
- Outros profissionais de nível elevado

8. Inativos

- Frequenta um curso de língua e/ou um curso de integração
- Frequenta o ensino (estudante/aluno)
- Em trabalho voluntário
- Não trabalha por opção (é dona/o de casa, toma conta das crianças, etc.)
- Incapacitado para o trabalho devido a ser portador de deficiência / doença
- Presidiário

9. Desempregados

- Desempregado (gostaria de trabalhar e aceitaria trabalho se surgisse opor